

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

**ELITES POLÍTICAS E INTELECTUAIS NO BRASIL:
Condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)**

Porto Alegre

2015

RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

**ELITES POLÍTICAS E INTELECTUAIS NO BRASIL:
Condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Orientador: Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Bordignon, Rodrigo da Rosa
Elites políticas e intelectuais no Brasil:
condições de diversificação e estratégias de carreira
(1870-1920) / Rodrigo da Rosa Bordignon. -- 2015.
410 f.

Orientador: Odaci Luiz Coradini.
Coorientador: Christophe Charle.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Elites políticas. 2. Intelectuais. 3.
Professores de ensino superior. 4. Recrutamento. 5.
Carreiras. I. Coradini, Odaci Luiz, orient. II.
Charle, Christophe, coorient. III. Título.


RODRIGO DA ROSA BORDIGNON

ELITES POLÍTICAS E INTELLECTUAIS NO BRASIL:
Condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)

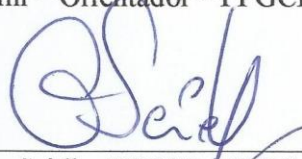
Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Aprovada em: 26/11/2015.

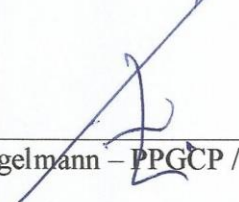
BANCA EXAMINADORA



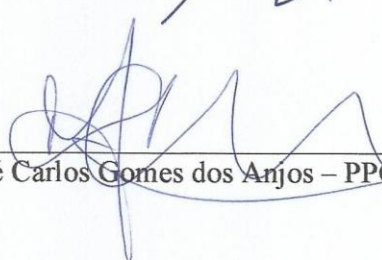
Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini – Orientador – PPGCP / UFRGS



Prof. Dr. Ernesto Seidl – PPGSP / UFSC



Prof. Dr. Fabiano Engelmann – PPGCP / UFRGS



Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – PPGS / UFRGS

*Ao Arthur,
Camila e Davi.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro na forma de bolsa de doutorado, e pela oportunidade de estágio no exterior através de uma bolsa de doutorado sanduíche, possibilitando a estada em Paris junto à École Normale Supérieure (ENS). Sem o apoio e a possibilidade de dedicação integral à pesquisa, a tese não seria possível. Devo meus sinceros agradecimentos ao professor Christophe Charle, por ter me acolhido no quadro do Institut d’Histoire Moderne et Contemporaine (IHMC – ENS), e pela disposição cordial em discutir e orientar meu trabalho durante o estágio doutoral. Do mesmo modo, agradeço ao professor Afrânio Garcia Junior, pela acolhida no Groupe de Réflexion sur le Brésil Contemporain (CRBC – EHESS), pela atenção dispensada ao longo de minha estada em Paris e pela oportunidade de apresentar e debater meu trabalho no grupo. Ao professor Michel Offerlé, pela disponibilidade e acolhida junto ao Groupe de Recherches Interdisciplinaires sur le Politique (GRIP – ENS), e pela disposição em ler e comentar meu trabalho. Ao professor Julien Duval (CSE – EHESS), e à professora Gisèle Sapiro (CSE – EHESS), pela acolhida em seus respectivos seminários e pela disponibilidade em discutir minha pesquisa. À professora Monique de Saint-Martin (IRIS – EHESS), por me receber em mais de uma ocasião, por ler parte de meu trabalho e pelas indicações e recomendações. Ao professor Charles Soulié (Paris VIII – EHESS), igualmente por se dispor a ler meu trabalho e discuti-lo. Ao professor Héglio Trindade, com o qual tive o prazer de conviver durante minha estada em Paris, pela cordialidade, disponibilidade e incentivo. À professora Maria Izabel Noll, cujo acompanhamento e incentivo ao longo de minha trajetória acadêmica foram indispensáveis.

Agradeço ao meu orientador, professor Odaci Luiz Coradini, pelo acompanhamento, paciência, incentivo, disposição em ler as inúmeras versões desse trabalho, críticas e pelo convívio ao longo de todos esses anos. Faço votos sinceros que essa relação se mantenha. Ao professor Ernesto Seidl, pela paciência, cordialidade e acolhida, por aceitar participar de minha qualificação de doutorado e, agora, compor a banca de defesa de tese. Ao professor Fabiano Engelmann, pela presença assídua em todas as minhas bancas, pelas críticas e sugestões, pelo convívio ao longo desses anos, e pelo aceite em compor a banca de defesa de tese. Ao professor José Carlos dos Anjos, pela atenção dispensada ao longo desses anos, e pela disponibilidade

em ler e comentar por escrito meu texto de qualificação, assim como pelo aceite em participar da defesa de tese. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pela acolhida, e em especial, aos professores Alfredo Gugliano, Carlos Arturi, Hélio Alves, Luís Gustavo Grohmann, pela convivência, atenção e incentivo durante a pós-graduação. Ao professor Luiz Alberto Grijó, pelo auxílio e atenção dispensados ao longo desses anos.

Às amizades construídas durante essa etapa de pós-graduação, principalmente, por terem tornado mais leve e divertido o processo de produção de uma tese. Ao Fernando Araújo, Vanessa Pfeifer, Laís Kussler e João Gilberto, pela convivência e discussões, sempre produtivas. Ao Ícaro Engler, Cristina Altmann, Augusto Clemente, Maíra Cabral, Rodrigo Mayer, Bruno Mello, Carlos Artur e Maurício Doré, pela amizade, companheirismo, discussões e cervejas, não necessariamente nessa mesma ordem.

Aos meus pais, Vitor e Cecília, e minha irmã, Camila, por todo apoio, mesmo muito além das possibilidades, e pelo incentivo e carinho incondicionais, sem os quais eu não teria chegado até aqui. À Maria Cristina e José Danilo, pelo carinho, auxílio, confiança, e por me acolherem em sua família. À Camila, minha esposa, companheira, namorada e amiga, pelo incentivo e cuidado durante esses anos, por acreditar em mim, mesmo quando eu mesmo não acreditava, por tornar o meu mundo melhor todos os dias, e principalmente, por me ensinar o verdadeiro sentido da palavra amor. Aos meus filhos, Arthur e Davi, que vieram para dar um novo sentido à nossa vida.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao exame das relações entre bases sociais e recrutamento de elites em um contexto de transição de regimes políticos, mais especificamente, no Brasil de fins do XIX. Nesse sentido, o foco central de análise assenta-se na comparação entre distintas frações de elite, o que remete ao problema geral das relações entre bases sociais, modalidades de investimentos, estratégias de carreira e condições de diferenciação entre campos. Interessa, em particular, as condições sociais e institucionais de autonomização do campo cultural e de estruturação de seus diferentes polos, assim como as modalidades de diferenciação entre as carreiras intelectuais (professores universitários e “homens de letras”) e as carreiras políticas (presidente e vice-presidente, ministros, governadores e vice-governadores senadores e deputados federais). Em primeiro lugar, são analisados determinantes sociais das carreiras, assim como suas relações com as possibilidades e significados da diversificação bases sociais do recrutamento. Em seguida, o foco direciona-se à reconstituição dos diferentes espaços de atuação nos quais se movem os agentes em pauta, atentando para os critérios de hierarquização e os determinantes sociais e institucionais das carreiras. Por fim, a análise recai sobre as modalidades e estratégias de carreira acionadas pelas diferentes frações de elites em pauta, cujo objetivo é apreender as condições de afastamento e similitude entre os recursos mobilizados e os investimentos que compõe as diversas formas de realização social e “profissional”. Com base nisso, as indicações gerais apontam para uma relativa similitude em termos de padrões de carreira e recursos valorizados, o que se conecta tanto aos determinantes sociais que estão na base das condições de possibilidade, quanto a objetivação social de determinado modelo de excelência social e “profissional”.

Palavras-chave: Elites políticas, professores de ensino superior, intelectuais, recrutamento, carreiras.

ABSTRACT

This work is dedicated to the examination of the relationship between social bases and elites' recruitment in a context of political regimes transition, more specifically, in Brazil at the end of the XIX century. As such, the analysis' central focus rests on the comparison between different elite's fractions which refers to the relations' general problem between social bases, types of investment, career strategies and conditions of differentiation between fields. It concerns, in particular, the social and institutional conditions and the autonomisation of the cultural field and structuring of its different poles, as the modalities of differentiation between the intellectual careers (university professors and "writers") and the political careers (president and vice-president, ministers, governor and vice-governor, senators and federal deputies). First, the careers' social determinants are analyzed, as well as its relations with the possibilities and meanings of the recruitment's social bases. Next, the focus is on the reconstitution of the different performance spaces in which the agents move, paying attention to the hierarchization's criterias and the social and institutional career determinants. Lastly, the analysis rests on the career's strategies and modalities actuated by the different elites' fraction whose goal is to apprehend the conditions of departure and similitude between the mobilized resources and the investments that compose the different means of social and "professional" achievement. As such, the general indications point to a relative similitude in terms of career patterns and resources valued, which connects itself to the social determinants that rests on the base of the conditions of possibility, as well as the social objectivation of a certain type of social a "professional" excellence.

Key-words: Political elites, university professors, intellectuals, recruitment, careers.

RÉSUMÉ

L'étude est dédiée à l'examen des relations entre les bases sociales et recrutement des élites dans un contexte de transition des régimes politiques, plus précisément, au Brésil à la fin du XIXe siècle. En ce sens, l'analyse focalise la comparaison entre différentes fractions d'élite, ce qui remet au problème général des relations entre bases sociales, investissements, stratégies de carrière et conditions de différenciation entre champs. Intéressent, en particulier, les conditions sociales et institutionnelles d'autonomisation du champ culturel et de structuration de ces différents pôles, tant que les modalités de différenciation entre les carrières intellectuelles (professeurs d'enseignement supérieur et hommes de lettres) et les carrières politiques (président, vice-président, ministres, sénateurs, députés). Premièrement, on analyse les déterminantes sociales des carrières, ainsi que ces relations avec les possibilités et les significations de la diversification des bases sociales. Ensuite, on focalisé la reconstitution des différents domaines d'activité dans lesquelles se déplacent les agents en analyse, mettant l'accent sur les critères de hiérarchisation et les déterminantes sociales et institutionnelles. Enfin, l'analyse reside sur les modalités et stratégies de carrières menés pour les différentes fractions d'élite, avec le but d'aprehender les conditions d'éloignement et similarité entre les ressources mobilisées et les investissements qui composent les divers formes de réussite sociale et professionnelle. Ainsi, les indications générales indiquent une relative similarité des profils de carrière et ressources valorisées. Ce qui relie les déterminantes sociales qui sont la base des conditions de possibilité aux modèles socialement objectivés de réussite sociale et « professionnelle »

Mots-clés : Élités politiques, professeurs d'enseignement supérieur, intellectuels, recrutement, carrières.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - População em análise (1896-98)	85
Quadro 1 - Caracterização das variáveis	87
Quadro 2 - Autores, obras e posições políticas	104
Gráfico 1 - Estados, Capitais e Distrito Federal: populações comparadas, 1872 e 1920	128
Tabela 2 - Ocupações comparadas no Brasil: 1872 e 1920	142
Gráfico 2 - Matrículas escolares por níveis de ensino, 1850-1930.....	156
Gráfico 3 - Matrículas escolares por nível de ensino e crescimento populacional, 1850-1930.	157
Gráfico 4 - Matriculados e diplomados nas faculdades públicas de direito e medicina (1850- 1912).....	166
Quadro 3 - Evolução dos vencimentos dos cargos no sistema de ensino público (1850 – 1900).....	172
Ilustração 1 - Estratégias de reprodução	179
Tabela 3 - Variáveis e contribuições	180
Tabela 4 - Origens sociais e investimentos escolares.....	181
Gráfico 5 - Evolução da imprensa periódica no Brasil, por período de fundação.....	204
Gráfico 6 - Imprensa periódica em 1912, segundo tiragem.....	206
Gráfico 7 - Evolução das sociedades literárias, científicas e artísticas no Brasil	213
Gráfico 8 - Evolução das bibliotecas no Brasil	213
Tabela 5 - Origens sociais, “homens de letras” e fundadores da Academia Brasileira de Letras	215
Ilustração 2 - Espaços de circulação e a Academia Brasileira de Letras	216
Tabela 6 - Escolarização, “homens de letras” e fundadores da Academia Brasileira de Letras	216
Quadro 4 - Perfil dos frequentadores da Sociedade Pentalógica	219

Tabela 7 - Professores catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1808-1930)	248
Gráfico 9 - Transformações morfológicas nas funções docentes das faculdades de medicina (1850-1920)	250
Quadro 5 - Programas e reformas do ensino médico	251
Quadro 6 - Cursos e exames preparatórios exigidos, 1884	254
Quadro 7 - Faculdades de Medicina e Assistência Médico-Hospitalar (1898)	258
Tabela 8 - Origens sociais dos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS)	260
Quadro 8 - Características dos produtores de “monumentos jurídicos”	266
Quadro 9 - A família Andrada e a Faculdade de Direito de São Paulo	272
Ilustração 3 - Família Andrada	273
Gráfico 10 - Transformações morfológicas nas funções docentes das faculdades de direito (1850-1920)	275
Quadro 10 - Programas e reformas do ensino jurídico	276
Tabela 9 - Origens sociais dos professores da Faculdade de Direito de São Paulo, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	282
Tabela 10 - Origens sociais e frações de elite	290
Gráfico 11 - Origens sociais e frações de elite	291
Ilustração 4 - Estrutura do campo do poder	293
Tabela 11 - Variáveis e contribuições	294
Tabela 12 - Escolarização e frações de elite	295
Gráfico 12 - Evolução do eleitorado no Brasil	302
Tabela 13 - Elites políticas, origens sociais e chances teóricas de carreira	303
Quadro 11 - Família Monteiro de Barros e a Guarda Nacional	324
Tabela 14 - “Homens de letras”, origens sociais e chances teóricas de carreira	327
Tabela 15 - Professores de ensino superior, origens sociais e chances teóricas de carreira	342

Quadro 12 - Família Cardoso de Mello e a Faculdade de Direito de São Paulo.....	355
--	------------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 ELITES POLÍTICAS E INTELLECTUAIS COMO OBJETO DE ESTUDO NO BRASIL: IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA	37
1.2 MODOS DE DOMINAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CARREIRA.....	54
1.3 METODOLOGIA, VARIÁVEIS, FONTES E LIMITES DE ANÁLISE	77
2 AS “ORIGENS” E O SIGNIFICADO DO REGIME REPUBLICANO: INTERPRETAÇÕES EM DISPUTA	92
2.1 A “REPÚBLICA” É O QUE O IMPÉRIO NÃO FOI	93
2.2 O QUE É O “MÉRITO”?	113
3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E INSTRUMENTOS DE REPRODUÇÃO ..	119
3.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E ESTRUTURAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	119
3.2 O SISTEMA DE ENSINO E AS OPORTUNIDADES SOCIAIS	152
3.2.1 Diversificação do sistema de ensino e carreiras no magistério	169
3.3 ORIGENS SOCIAIS E CONVERSÕES.....	177
4 ESPAÇO CULTURAL E PRINCÍPIOS DE HIERARQUIZAÇÃO	191
4.1 SITUAÇÃO DOS “HOMENS DE LETRAS” E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE BENS SIMBÓLICOS	194
4.1.1 Círculos literários e hierarquias	214
4.2 A FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO E A FACULDADE DE MEDICINA E FARMÁCIA DE PORTO ALGRE.....	239
4.3 AS FACULDADES LIVRES DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO E A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO	263
5 ORIGENS E DESTINOS: CARREIRAS POLÍTICAS E CARREIRAS INTELLECTUAIS	284
5.1 A ESTRUTURA DO CAMPO DO PODER.....	285
5.1.1 Elites políticas	298

5.1.1.1 Cargos executivos.....	315
5.1.1.2 Senadores.....	317
5.1.1.3 Deputados federais	322
5.1.2 “Homens de letras”.....	325
5.1.3 Professores de ensino superior	340
5.1.3.1 Professores das faculdades de medicina.....	343
5.1.3.2 Professores das faculdades de direito	354
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	365
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	373
ANEXOS	403

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se ao exame dos processos de recrutamento e seleção de elites em um contexto de transição de regimes políticos no Brasil de fins do XIX. De maneira geral, o problema abordado remete aquele das relações entre bases sociais e condições de diferenciação entre campos. Interessa, em particular, as condições sociais e institucionais de autonomização do campo cultural e de estruturação de seus diferentes polos, assim como as modalidades de diferenciação entre as carreiras intelectuais e as carreiras políticas. Obviamente, isso só pode ser apreendido na e pela relação com os universos sociais concorrentes e, igualmente, com a estrutura geral do espaço social e o estado específico dos instrumentos de reprodução. Sendo assim, o esforço de análise volta-se para a apreensão dos efeitos das transformações sociais, dos critérios de excelência e dos discursos de legitimação na composição social e estratégias de carreira de distintas frações de elite. Está em pauta, portanto, o confronto entre diferentes recursos e suas condições de objetivação em princípios de legitimação e hierarquização específicos. A análise desse fenômeno, implica um recorte empírico orientado pela construção do objeto de pesquisa, tornando possível o mapeamento das posições e tomadas de posição a partir de um momento crítico, no qual os critérios de hierarquização e legitimação estejam em jogo. Considerando que os processos de diferenciação, racionalização de valores e condutas e sua objetivação em domínios de crença se definem relacionalmente às demais esferas ou campos constituídos ou em constituição, ou seja, são dependentes das condições históricas e sociais de objetivação das espécies e formas de capital, a dificuldade esteve na própria definição do universo empírico. A alternativa foi o recorte de uma população que permitisse abranger um conjunto de frações sociais comparáveis. Chegou-se, assim, a composição de uma base de dados elaborada a partir de informações variadas, contendo professores de ensino superior, “homens de letras” e elites políticas, a qual permitiu tanto a apreensão de suas bases sociais e modalidades e estratégias de carreira, quanto o mapeamento interno das oposições decorrentes das propriedades que definem os espaços e grupos sociais em análise.

O recorte sincrônico, produzido pela definição da população, se apresenta como um produto histórico derivado das clivagens sociais e elaborações discursivas conectadas aos esforços de legitimação de uma determinada ordem social em instauração, no caso em pauta, a

ordem republicana. De tal modo, a transição da monarquia para a república em fins do XIX, se apresenta como um momento estratégico para apreensão das relações entre transformações sociais e políticas e as condições de diversificação de elites. Isso se deve a relativa abertura operada pela mudança de regime, mediante a qual se configuram as possibilidades de acionamento de formas de justificação das pretensões sociais e “profissionais”, as quais se definem em oposição aos denominados “privilégios” vigentes durante a monarquia. Na visão dos contemporâneos, as instituições imperiais representavam a imobilidade social e o bloqueio das pretensões modernizantes, onde os diversos níveis de administração do Estado, as condições de concorrência política e os princípios de excelência permaneciam, em grande medida, legitimamente associados ao poder discricionário dos grupos dominantes em nível local e nacional, representados, em última instância, pelo monarca. Em contraposição, a ascensão de um novo regime, organizado em torno de pretensões de diversificação do poder e de um governo de “capazes”, calcado na crítica aos privilégios “dinásticos” e derivados do “poder pessoal”¹, cria as condições de possibilidade de modernização social e política e de emergência de princípios de hierarquização e legitimação social concorrentes. Objeto de disputa, o significado dos regimes e suas consequências para a estruturação da ordem social e política fundamentam as principais clivagens que estão na base do acesso aos lucros decorrentes do engajamento na “causa republicana”, onde se confrontam diferentes concepções de “política” e “sociedade”, ou seja, diferentes modos de definir e justificar as relações sociais e hierarquias.

Nesses termos, a construção da problemática de pesquisa baseia-se nas questões levantadas por Bourdieu (1989), destinadas a apreender em que medida determinado princípio de legitimação se objetiva em práticas e concepções sociais, indicando efeitos no recrutamento, nas modalidades de realização das carreiras e nos recursos operantes em determinados espaços de atuação. De maneira geral, a importação progressiva de uma nova “simbologia da excelência” (BOURDIEU, BOLTANSKI et SAINT-MARTIN, 1973, p. 80), intensificada a partir de 1870, implica em uma transformação e/ou translação da estrutura de poder e, conseqüentemente, de legitimidade social e suas condições de conversão em outras formas de legitimidade (intelectual / política). A partir de procedimentos metodológicos e fontes variadas, estão em pauta as relações entre bases sociais e estratégias de carreira relativamente a determinados espaços de atuação e suas condições de objetivação. A escolha em trabalhar com diferentes frações sociais decorre de sua conexão com o problema da dissociação entre elites,

¹ Manifesto do Club Republicano. A República, ano 1, n. 1, 3 de dezembro de 1870.

o qual remete à questão mais geral da diferenciação de esferas sociais ou campos, fenômeno que só pode ser apreendido pela relação de concorrência e conflito que opõe os diferentes campos e, em particular, a posição desses frente ao campo do poder enquanto espaço de concorrência entre frações dominantes (BOURDIEU, 1991, CHARLE, 1990). A análise recai, portanto, sobre as bases sociais, os modos e estratégias de reprodução e de carreira, os investimentos e os recursos mobilizados em diversos pontos das trajetórias, sistematicamente confrontados aos princípios de hierarquização e de legitimação de acesso às oportunidades e cargos abertos pelo novo regime em implantação.

Nessa perspectiva, a questão mais geral de trabalho está centrada na formulação segundo a qual o campo do poder se configura a partir dos processos de diferenciação social e das relações de confronto entre estruturas de capitais, princípios de legitimação e estratégias de reprodução. Enquanto instrumento heurístico, tal questão aponta para a apreensão das condições e chances de objetivação de diferentes espécies de capital e suas respectivas justificativas de existência e modos de diferenciação, as quais se transfiguram nas lutas historicamente constituídas pela definição do princípio de dominação dominante, travada entre frações de elites. As clivagens que caracterizam esses confrontos se relacionam aos esforços de imposição da definição dos critérios de excelência social que fundamentam os valores e representações acerca das condições legítimas de exercício do poder em determinadas sociedades. De tal modo, as diferentes práticas, representações e investimentos que estão na base da estruturação do campo do poder, não podem ser apreendidas que através do confronto entre as diferentes frações sociais em concorrência, suas estratégias de ação e fechamento social, as quais sucessivamente “unificam, dividem e fundam as trocas entre diferentes espécies de capital” (CORADINI, 2008, p. 13). As lutas que configuram a estrutura desse espaço são, portanto, duplamente dependentes; 1) englobam o valor dos diferentes recursos, suas condições de conversão e hierarquia; 2) compreendem os esforços na imposição dos princípios legítimos de legitimação e do modo de reprodução dos fundamentos da dominação (COHEN et al, 2009, p. 227-228). Sendo assim, as condições sociais de constituição dessas oposições são muito variáveis e dependem dos contextos nacionais, dos modos de dominação vigentes, das relações historicamente constituídas entre frações sociais e determinados recursos e instrumentos de reprodução, assim como da valorização desses frente a situações históricas e sociais concretas. Como os mecanismos de hierarquização são objeto constante de disputa, tencionando as fronteiras e os modos legítimos de realização social e profissional, trata-se de pôr as claras as condições de participação nessas lutas. Portanto, se por um lado a redefinição dos atributos e representações sociais acerca dos critérios de excelência e diferenciação são dependentes da

circulação e apropriação de determinadas ideologias em constituição/ascensão em outros contextos nacionais; por outro, suas condições de realização estão associadas aos princípios de dominação vigentes e as condições sociais de inserção dos agentes em confronto e suas possibilidades de acesso e acumulação de determinados recursos.

De modo bastante geral, a origem das principais oposições que regem as relações entre bases sociais, frações de elite e princípios de legitimação nos países do norte, particularmente na Europa, está associada ao movimento progressivo de estratificação e diferenciação social atrelado às condições históricas e sociais específicas daquelas sociedades, as quais podem ser sumariamente resumidas em três eixos gerais: 1) a subjetivação das condutas e a pacificação dos espaços sociais; 2) a objetivação do individualismo de caráter universal e a separação dos polos temporal e espiritual; 3) a crescente valorização da escolarização como princípio de hierarquização e legitimação das pretensões sociais. Como destacado por Weber (2003, p. 63), qualquer “empresa de dominação” que pretenda a continuidade de sua existência necessita, ao mesmo tempo, de um esforço de eufemização do arbitrário que a institui enquanto tal, e do controle dos recursos materiais que garantem a efetividade do exercício concreto ou da manifestação subjetiva do poder. A “dinâmica ocidental” se configura, portanto, através de redes extensivas de controles subjetivados, nas quais o “ajustamento” social funda o equilíbrio entre as instâncias controladoras e as pulsões individuais (ELIAS, 1993b, p. 205). A objetivação social e incorporação dessas estruturas, estão na base da constituição dos campos ou esferas enquanto universos de racionalidade que tendem a engendrar um mundo interior e coerente, expressando formas próprias de conduta prática (WEBER, 1982, p. 371-372). De modo específico, interessam as dinâmicas associadas à estruturação das oposições entre o polo temporal (político) e o espiritual (cultural). Em grande medida, a autonomização da “política” e a configuração de seus diferentes polos e respectivos “funcionários”, relaciona-se, por um lado, à progressiva diferenciação entre a “autoridade dinástica” e a “autoridade burocrática”, inicialmente encarnada pelos ministros do rei (BOURDIEU, 2012, p. 486-487), por outro, à distinção entre os “funcionários especializados” e os “políticos”, a qual corresponde a dois polos de legitimidade e modalidades de acesso aos postos no Estado (WEBER, 2004b, 538). Tais processos estão atrelados à contínua transformação da definição de “política”, a qual passa de uma atividade pessoal de “propriedade dos príncipes”, com significativo “peso da nobreza feudal” e das “pretensões da Igreja” na definição das normas da vida política; para a afirmação de uma ordem propriamente política, dotada de uma “razão” própria e distinta do “doméstico e do privado” (BOURDIEU, 1997, p. 55, 63).

Historicamente, o estado ocidental se objetiva a partir da progressiva despossessão dos poderes concorrentes, num movimento em que a “autoridade” se torna “pouco a pouco uma estrutura de soberania permanente, em parte distinta da pessoa real, tanto no que diz respeito a sua lógica burocrática própria, quanto a sua duração” (BADIE e HERMET, 1993, p. 108). As condições de constituição dessa diferenciação estão, em grande medida, associadas ao processo de naturalização do arbitrário social que institui a divisão do trabalho entre “governantes e governados” (LACROIX, 1985, p. 547). Nesse movimento, se afirma o “individualismo igualitário” de caráter universal, base de ruptura com as solidariedades fundadas no pertencimento pessoal como forma de acesso aos “bens públicos” (BADIE e HERMET, 1993, p. 110). Tal fenômeno tem duas implicações mais gerais. A primeira delas se relaciona à transição entre os modos legítimos de reprodução social; a segunda diz respeito à constituição do espaço público, processo sintetizado na noção de “sociedade civil”, dimensão fundamental do “modelo ocidental de ordem política” (BADIE, 1992, p. 118). A lógica contínua dos monopólios (fisco, violência), base de constituição do estado ocidental, implica em uma progressiva diferenciação entre a esfera administrativa e o domínio privatista de gestão, representado pela metáfora da “casa do Rei”. Nesse contexto, o “corpo de funcionários” se descola gradativamente dos cargos “políticos”, baseando sua caução social nos títulos escolares, fundamento de acesso aos postos na burocracia nascente (BOURDIEU, 1997, p. 61). Na medida em que avança o domínio do “aparato burocrático estatal” os critérios de excelência se descolam das qualidades pessoais, institucionalizando-se na definição pública e formal dos postos (WEBER, 1982, p. 382-384). Disso resulta o conflito entre a “legitimidade” da linhagem – herança – e aquela da “competência técnica” ou do “mérito”, de onde deriva a oposição entre o modo de reprodução “dinástico”, que garante uma apropriação pessoal dos postos, e o escolar, fundado na universalidade dos procedimentos de seleção instituídos pelos exames de recrutamento (WEBER, 2004b, p. 230; BOURDIEU, 2012, p. 464). Nesse contexto, as estratégias de classificação e reclassificação levadas a cabo pelas diferentes classes e frações de classe só tem chance de se efetivar ao preço de uma reconversão em direção à acumulação progressiva de títulos escolares (BOURDIEU, BOLTANSKI e SAINT-MARTIN, 1973, p. 112). A valorização contínua desse tipo de recurso, assim como sua oposição inicial ao capital econômico, encontra seu marco histórico no início do século XIX, sendo correlata a ascensão do período industrial e sua não congruência com os estudos secundários, majoritariamente clássicos e humanísticos, portanto, “não produtivos”. Sendo assim, os destinos dos estudantes eram ou as funções públicas, ou a universidade, tanto na França quanto na Prússia (RINGER, 1979, 2003). A consequência mais imediata disso, é a ampliação sistemática das estratégias de

reprodução fundadas no investimento escolar e sua afirmação enquanto princípio de hierarquização concorrente, o que implica, estruturalmente, em um redirecionamento das estratégias dos pretendentes às carreiras administrativas e políticas em direção ao sistema de ensino, em seus diferentes níveis.

A transição do modo legítimo de reprodução e, concomitantemente, das modalidades de aquisição e do capital formalmente exigido para a ocupação dos postos no aparato burocrático, está na base da diferenciação interna à esfera política, notadamente no que tange às bases sociais de recrutamento. Em um primeiro momento, a “burguesia capacitária” é favorecida, calcando suas pretensões na acumulação de títulos escolares, apresentados como contraponto aos recursos herdados a partir do pertencimento aos “círculos aristocráticos”. A extensão dos circuitos de delegação do poder político e de legitimação contribuem, sistematicamente, para a internalização dos controles e racionalização das condutas em direção à “razão de Estado”. No entanto, se a emergência do “corpo de funcionários”, recrutado a partir da generalização dos exames, tomados como “pressupostos da nomeação” (WEBER, 2004b, p. 200), produz uma democratização das bases sociais do polo administrativo do poder político, uma homologia se mantém entre a estrutura social e a hierarquia dos postos. O principal elemento que intervém nesse processo é a manutenção de redes de patronagem e do peso das origens sociais na diferenciação interna às chances de carreira, notadamente no caso da alta administração (CHARLE, 2006, p. 71). Ao mesmo tempo em que opera uma separação da esfera privada e da moral religiosa, se afirmando como uma “estrutura central de ordenamentos que progressivamente se libera do patrimonialismo e se autojustifica em nome de uma metafísica que se faz racional” (BADIE e HERMET, 1993, p. 113), um dos polos do “poder político” se conecta à legitimidade externa, fundada na distinção entre “governantes” e “governados”. Nessa perspectiva, a participação dos dominados implica na extensão do individualismo igualitário universal atrelado a dois postulados gerais: 1) impedir o fechamento social do estamento de funcionários; 2) minimizar o poder da burocracia, ampliando a esfera de influência da opinião pública e produzindo uma parcela de circulação no exercício do poder sobre o Estado (WEBER, 2004b, p. 220). Tais pressupostos relacionam-se a uma separação entre a finalidade específica, encarnada na burocracia, e a finalidade *ad hoc* do representante político (OFFERLÉ, 1999, p. 25). Entretanto, na medida em que a problemática política legítima se institucionaliza, tende a operar uma ruptura entre “profissionais” e “profanos”, cujo distanciamento se acentua significativamente na medida em que se vai dos estratos sociais dominantes aos dominados (BOURDIEU, 2007, 2008; GAXIE, 1978; OFFERLÉ, 1984).

No conflito pelo “monopólio” de “falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2007, p. 185), os regimes de governo tendem a se afastar progressivamente do “aparato estatal”, engendrando dois tipos de legitimidades específicas: a legitimidade democrática – eleitoral –, e a técnica – meritocrática (BADIE e HERMET, 1993, p. 113). A consequência mais geral é a diferenciação e autonomização das modalidades de acesso aos postos políticos, decorrente tanto da ampliação sistemática do sufrágio, quanto da adoção dos concursos como meio e fundamento de ingresso na burocracia. Isso se conecta a legitimação progressiva das modalidades de legitimidade atreladas ao princípio do individualismo igualitário de caráter universal, notadamente a democrática e a meritocrática. A partir disso, todas as pretensões vinculadas à inserção hierarquizada decorrente da proclamação de princípios não igualitários e universalizáveis – privilégios de origem, relações de parentesco, clientelismo, patronagem – são deslegitimadas enquanto tais, permanecendo, entretanto, como intersticiais aos conflitos pela continuidade de modos de distinção social (SAINT-MARTIN, 1993). A constituição do “ambiente eleitoral” caminha a *pari passu* com o interesse crescente dos grupos sociais pelos *affaires* políticos (VOILLIOT, 2009, p. 396), o que contribui de modo sistemático para a “construção social do político” e sua objetivação (LACROIX, 1985, p. 516); instaurando condições de participação se definem a partir da “competência propriamente política” enquanto capacidade de “construção política do espaço político” (GAXIE, 1978, p. 96). A ampliação da concorrência, decorrente da extensão do sufrágio, redefine as formas de dedicação e investimento na política, fazendo surgir o “empresário” político e as organizações permanentes de interesses, destinadas a organização do processo eleitoral com vistas a ocupação dos cargos em disputa. Na base da fundamentação dos cargos políticos eleitoralmente em concorrência, está a noção de “opinião pública”, conectada a ideologia liberal segundo a qual o eleitor escolhe livremente entre produtos disponíveis no “mercado político”. A possibilidade de efetivação desse princípio de independência está relacionada a objetivação do espaço público e, em grande medida, da noção de “sociedade civil” enquanto espaço de concorrência entre interesses organizados. Produto da dinâmica ocidental de estruturação da ordem política, o espaço configurado pela “sociedade civil” se fundamenta em três princípios: 1) diferenciação dos espaços sociais privados em relação ao espaço político; 2) a individualização das relações sociais, associada a constituição da fidelidade cidadã enquanto um valor prioritário; 3) a horizontalidade das relações no interior da sociedade, fazendo prevalecer a lógica associativa àquela da identificação comunitária, o que tende a marginalizar as identificações particularistas em proveito da identificação com o Estado nacional (BADIE, 1992, p. 116).

A estruturação do espaço da política e do espaço público de modo relativamente autônomos, interconectados por uma série de homologias estruturais que configuram o encontro entre os “representantes dando uma representação” do mundo social e os “agentes, ações e situações representadas” (BOURDIEU, 2007, p. 175), se objetivam no campo da representação política. No polo oposto, o aparato administrativo se autonomiza, particularmente pela institucionalização dos critérios de entrada e da temporalidade das carreiras, relativamente à influência do processo eleitoral. A partir disso, o horizonte das bases sociais e dos interesses específicos se dissociam, engendrando investimentos próprios aos espaços de atuação em pauta. No polo da representação política, o aumento da concorrência tende a elevar os critérios de seleção social – notadamente o peso crescente dos títulos escolares (BEST and GAXIE, 2000; GAXIE and GOLDMER, 2007) –, e, ao mesmo tempo, ampliar progressivamente a participação das frações sociais mais baixas (DOGAN, 1967). No caso da França, a estrutura das instituições de ensino superior se encontra em homologia com a oposição entre o polo dos representantes, majoritariamente provenientes das faculdades, e o dos corpos do Estado, provenientes das grandes escolas (ANCEAU, 2003). Isso decorre de um movimento contínuo de afirmação dos “grandes corpos do Estado” e sua diferenciação da política legislativa, iniciado no Segundo Império e amplificado com a emergência da III República e o afastamento dos funcionários das carreiras eleitorais (BIRNBAUM, 1994).

A afirmação da política como polo temporalmente dominante, a partir do distanciamento constante do polo religioso, encontra seu contraponto na ruptura entre as “atividades intelectuais tradicionais” (professorado e carreiras eclesiásticas) e a estruturação de um espaço organizado segundo seus “próprios objetivos”. A lógica de ruptura da conformidade com a ordem social estabelecida, na qual os produtores simbólicos dificilmente poderiam se pensar a não ser como “servidores do soberano, das elites ou da hierarquia eclesiástica” tem sua origem na emergência das condições sociais e institucionais de produção independente. Nessa perspectiva, a afirmação do espaço de produção simbólica se define em contraposição às representações anteriores de “intelectual”, por um lado, fortemente ligados, por relações pessoais e sociais, aos “detentores do poder”, por outro, estigmatizados pelo processo contrarrevolucionário e identificados aos “filósofos” idealistas. Essas oposições estão na base da constituição das novas representações da atividade intelectual, em ruptura tanto com o “poder temporal”, representado pela política e pela inserção nas classes dominantes, quanto com o espiritual, associado ao clero (CHARLE, 2001, p. 81-87). Desses confrontos, emerge a figura do “novo profeta”, imerso nos esforços destinados a repensar e ordenar um mundo relativamente instável, proveniente dos eventos que marcaram a transição entre o século XVIII

e XIX na Europa. Na primeira metade do XIX, tal vetor atravessa de forma significativa os diferentes contextos nacionais, englobando a *clerisy* inglesa, envolvida nos propósitos de reforma das “classes superiores” através da educação; ou os “autores profissionais” independentes, ensaiando uma ruptura com a posição anterior, algo difícil de se efetivar no contexto inglês de relativo fechamento do espaço cultural e circulação dos produtores intralites. No caso da França, a emergência de posições dissidentes e não conformistas se efetiva de modo específico, tanto no que tange a diversidade de “tipos”, quanto às bases sociais e formas de relação com o poder instituído. O campo cultural em estruturação se organiza, assim, através da polarização entre os universitários que ascendem ao poder pós-1830 e assumem a posição dominante no “novo poder espiritual”, destinados a elaborar a mediação entre a “manutenção da ordem” e a “filosofia das luzes”; e os artistas, os quais se autodefinem contra o “homem de letras do XVIII [...], muito moralista e político, o poeta romântico, muito profético e engajado, e o burguês, incapaz de ultrapassar o bom senso” (CHARLE, 2001, p. 102).

A diferenciação do campo cultural alemão se define, também, relativamente às homologias estruturais que fundamentam as oposições entre uma representação anterior das atividades culturais e suas funções sociais. Disso decorrem as oposições entre a *Bildung* – termo associado a burguesia cultivada – e a *Gelehrtenstand* – intelectuais ligados ao ensino ou com passagem pela universidade e que mantêm uma produção erudita ou científica. Na elaboração dessas oposições, assim como no caso da França, “a educação” ocupava uma posição central na “Alemanha do século XVIII, pois estava relacionada diretamente com o confronto entre o burguês, o mandarim emergente e o aristocrata sem cultura” (RINGER, 2000, p. 93). O efeito da reforma humboldtiana, na Alemanha, tende a redefinir as categorias em disputa, de onde a *Gebildete* se diferencia progressivamente por meio de uma ancoragem cada vez mais significativa no sistema universitário em transformação, muito embora guardando uma aproximação com a cultura humanista. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se move para um fechamento social e distinção frente as “outras elites”, a *Gebildete* mantêm o distanciamento com relação ao “conhecimento prático”, compondo o polo intelectual do campo universitário (CHARLE, 2001, p. 110). Ao contrário da perspectiva de desenvolvimento e afirmação dos produtores simbólicos e sua definição frente a outras categorias sociais, fenômeno relacionado particularmente às sociedades em que a ideologia das luzes e/ou o liberalismo tiveram uma maior penetração, no caso da Itália, por exemplo, a baixa extensão do sistema de ensino, ligada a uma aproximação significativa entre as universidades e o poder político instituído, implica em uma efemeridade das redes de afirmação intelectual, entrecortadas pelas clivagens políticas e pela patronagem dos grupos dominantes em diversos níveis. Nesse sentido, as vinculações

que definem a posição dos intelectuais italianos, notadamente na segunda metade do XIX, tendem a “um conservantismo político e social conjugado com a negação de todo programa de proteção social típico do espírito do liberalismo” (ATTAL, 2009, p. 77). De modo geral, nos contextos em que os contingentes de consumidores e de produtores de bens culturais permanecem bastante restritos, há uma tendência significativa à acumulação de cargos ou sinecuras, ou seja, uma interconexão mais direta entre o poder político, frações socialmente dominantes e “profissões intelectuais” (CHARLE, 2001, p. 156).

Os principais elementos associados à diferenciação interna ao campo cultural e afirmação de seus diferentes polos relacionam-se à expansão do público, dos produtores e a diversificação das instâncias de consagração (BOURDIEU, 1972, p. 100). Nesse sentido, as transformações morfológicas se constituem como determinantes significativos “do processo de autonomização dos campos literário e artístico e da transformação correlativa da relação entre o mundo da arte e da literatura e o mundo político” (BOURDIEU, 1996, p. 71). Os movimentos demográficos, portanto, impactam diretamente nos processos de diversificação e diferenciação social, cabendo destacar: 1) o aumento dos efetivos estudantis, tanto no caso da Europa continental, quanto dos países anglófonos (Inglaterra e Estados Unidos); 2) o crescimento das profissões intelectuais (jornalistas, escritores, cientistas, publicistas), notadamente em fins do XIX (CHARLE, 2001, p. 175). Isso impulsiona a estruturação dos polos que definem as posições no campo cultural em geral, dividindo o campo literário entre a produção comercial e a produção restrita; e o campo universitário, entre o polo prático e o científico; e conformando, ao mesmo tempo, uma diferenciação das bases sociais e das definições de “escritor”, “artista”, “intelectual”, “cientista”, etc. Nesses termos, os princípios de definição e fechamento social do campo cultural e seus respectivos subcampos se relacionam ao distanciamento ou similitude frente a outros espaços sociais e, conseqüentemente, às demais frações de elite que configuram o campo do poder em diferentes contextos nacionais. As condições sociais de diferenciação se relacionam às possibilidades de definição da posição de produtor simbólico e de suas relações de confronto com as demais posições com pretensões a elaboração legítima de representações sobre o mundo social. No caso do campo literário francês da segunda metade do XIX, por exemplo, o processo de autonomização é corolário a própria construção da posição de “escritor” – “artista” –, definida no e pelo confronto com outras posições concorrentes internamente ao espaço cultural: “arte comercial” e “arte social”; e externamente, no espaço social global: “estilo de vida burguês” e o campo político (BOURDIEU, 1975, 1996).

Nesse contexto, se estruturam as oposições internas, notadamente em termos de bases sociais e escolas literárias, por um lado; e as externas, entre frações intelectuais e demais frações

de elite. As transformações no campo literário, tanto no que tange a sua diversificação social quanto a hierarquia de gêneros. As divisões internas e os conflitos pela definição da literatura legítima se expressam nas escolas literárias, progressivamente diferenciadas a partir da segunda metade do XIX. No polo dominante, situam-se os romancistas psicológicos e os parnasianos, provenientes de frações socialmente dominantes, quando comparadas aos naturalistas, simbolistas, produtores de teatro livres e romancistas populares (PONTON, 1975, 1977; CHARLE, 1975, 1979; THIESSE, 1985). Ao mesmo tempo em que se distinguem do campo político e da alta administração, particularmente pela internalização de um princípio de hierarquização específico, o polo literário se situa em oposição ao científico. Isso se verifica, notadamente, na importância do capital escolar na estrutura de capitais dessas frações e, também, pela relação diferencial que estabelecem com o “mundo exterior”, em especial com o campo político. No final do XIX, entre os escritores, cerca de 65% não frequentaram o ensino superior, dos que frequentaram, 25% concluíram os cursos. As próprias relações entre estrutura social e estrutura das instituições e cursos do ensino superior se faz presente nas divisões internas. De modo geral, os filhos de proprietários que se voltaram para as carreiras literárias, destinam-se majoritariamente às faculdades de direito, enquanto a pequena burguesia intelectual faz seus estudos nas de letras. Essa diferenciação, inclusive, tende a se acentuar na medida em que o campo literário se autonomiza, ocorrendo uma transformação geracional caracterizada pela redução da relação com as faculdades de direito e aumento progressivo daqueles com passagem pelas de letras (PONTON, 1977, p. 43-46). As relações entre bases sociais e posições no campo literário se refletem, também, na relação contraditória com o mercado ou com o poder político, oposições que se configuram como um tipo de invariante estrutural, definindo a estrutura de distintos campos literários nacionais: Alemanha, Inglaterra, Espanha, Itália e países da Europa Central (CHARLE, 2001).

A emergência e legitimação do modo de reprodução fundado no investimento escolar, implica em um reordenamento das estratégias de carreira e de acumulação de capitais, o que se expressa, tanto na oposição entre o “corpo de funcionários” e o polo da representação política; quanto no campo cultural, operando um progressivo afastamento entre o polo cultural – literário e artístico – e o polo científico e universitário. A estruturação dessas oposições depende, ao mesmo tempo, da oferta de escolarização e da estrutura do sistema de ensino, a qual se conecta a própria relação entre frações de classe e investimentos escolares e profissionais (BOURDIEU et SAINT-MARTIN, 1987; BRINT and KARABEL, 1989; RINGER, 1979, 1992; TOURAINE, 1972; ANDERSON, 1992). Os efeitos da escolarização para a hierarquização e diferenciação social se realizam na homologia entre a estrutura social e o sistema de ensino,

cuja base fundamental compõe modalidades de segmentação vertical e horizontal. A primeira dessas segmentações se expressa nas relações entre frações de classe e níveis de ensino – ou tipos de instituições, no caso francês; a segunda, define o peso do capital escolar para a reprodução das posições sociais e sua oposição, ou mescla, com outros recursos de origem (RINGER, 2003). Isso se expressa de formas variadas relativamente aos contextos nacionais, seja através da vinculação entre o mundo do trabalho e o sistema escolar, como no caso dos Estados Unidos, em que a definição de mérito que fundamenta as divisões entre as faculdades de elite e os *junior's colleges* baseia-se na representação segundo a qual as diferenças escolares são o resultado da realização das potencialidades inscritas na própria natureza humana, dada a importância dos testes vocacionais como forma de legitimação das desigualdades de acesso à escolarização (BRINT and KARABEL, 1989, 1991); ou pela ênfase na democratização do acesso, como no caso francês; ou de universalização dos exames, como no alemão. O caráter histórico-social das definições de excelência que implicam a concepção de “mérito”, colocam o problema da desconexão entre os discursos legitimadores e as práticas que fundamentam a ocupação de determinadas posições. A não transitividade do discurso meritocrático, notadamente em sua oposição frente a outras formas de hierarquização social, decorre das condições sociohistóricas de afirmação de um polo escolarmente dominante, em oposição ao socialmente dominante. Em grande medida, as condições de estruturação dessas oposições dependem das oportunidades objetivas de acumulação de títulos escolares independentemente das condições sociais de origem. Progressivamente, isso tem efeitos na afirmação de frações sociais cuja legitimidade reside, majoritariamente ou exclusivamente, na escolarização, o que tende a excluir outros modos hierarquização social. As diferenças com relação ao que se entende por meritocracia marcam, portanto, os significados que se expressam na França e Alemanha relativamente a composição do polo escolar do campo cultural: no caso francês, o mérito significa a acumulação de um capital escolar o mais próximo possível do modelo dominante da carreira profissional; enquanto no caso alemão, trata-se da seleção baseada na nacionalização do exame, tendendo a privilegiar o capital familiar inicial dos pretendentes (CHARLE, 1994, p. 114).

As diferentes concepções de excelência implicam, de modo significativo, na inter-relação entre as “faculdades intelectuais”, a estrutura social e a composição do campo do poder. Na França, essas instituições ocupam um espaço dominado no que tange aos investimentos das frações socialmente dominantes, em geral, voltadas para as faculdades práticas – profissionais –, enquanto que, na Alemanha, as faculdades de filosofia e ciências ocupam, comparativamente, uma posição estruturalmente mais elevada (Ibidem, p. 121). De modo geral, a origem das

principais oposições que regem o campo universitário nos países do norte, particularmente na Europa, está associada as relações entre frações sociais e estratégias de reprodução. Assim, a relação entre a aristocracia inglesa e o circuito *OxBridge*, opõe essas instituições ao conjunto de *public schools* concorrentes, o que tende a configurar uma relação específica entre origens e destinos. A seletividade social de tais instituições se relaciona, de modo singular, com sua própria restrição à expansão e manutenção da raridade dos diplomas, ao contrário de outras instituições situadas na periferia do sistema, com crescimento sistemático do contingente de alunos ao longo da segunda metade do XIX (ANDERSON, 1992, p. 22). A situação é homóloga no caso da França do Segundo Império, onde há uma associação significativa entre elites políticas e as faculdades de direito, as elites econômicas e a não frequência ao ensino superior, e as frações intelectuais e científicas e a *École Normale Supérieure*. A emergência do período republicano e a ascensão do discurso meritocrático, tende a acentuar, por um lado, a busca de diplomas superiores por parte das elites econômicas, por outro, a importância da *École Normale Supérieure* para a estruturação do polo escolarmente dominante (KARADY, 1972, 1973, 1976, 1983). Do mesmo modo, uma parcela das elites políticas ligadas aos “grandes corpos do estado”, redireciona seus investimentos das faculdades de direito para a Escola Politécnica (CHARLE, 2006, p. 118-124). A progressiva profissionalização da carreira de professor de ensino superior é tributária de seu descolamento e oposição com relação a determinado polo do campo cultural. Isso se evidencia de modo mais direto a partir de dois fatores: 1) as bases sociais de recrutamento, que diferenciam, no polo escolarmente dominante, as faculdades de ciências das faculdades de letras; e na estrutura geral do campo universitário, as faculdades intelectuais das práticas; 2) as tomadas de posição políticas e as propensões ao engajamento, decrescentes na medida em que se vai das faculdades de ciências às de letras, e dessas às práticas (BOURDIEU, 2011; CHARLE, 1990). Contudo, como indica Charle (2001, p. 104; 207 e *passim*), esse processo ocorre de modo desigual nos diversos países centrais e é correlato as diversas tradições culturais, guardando diferenças significativas entre a Alemanha, a França e a Inglaterra por um lado, e os países do Leste Europeu e Peninsulares (Itália e Espanha) por outro. As diferenças estão associadas às modalidades de apreensão e condições sociais e institucionais de objetivação da “reforma prussiana” e da consequente disseminação do “modelo germânico” de organização universitária, cuja base está ancorada na influência da filosofia “neo-humanista” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 71) e nas distinções entre o “corpo científico” e os “*literaten* ou *studierten*, termos reservados às profissões acadêmicas orientadas para a prática” (CHARLE, 2001, p. 94 e 207).

O fenômeno da profissionalização do ensino superior e de definição da “profissão de cientista”, associa-se à construção de um novo espaço público e a afirmação das condições objetivas do exercício e de realização das carreiras científicas, tais como: as garantias estatutárias, o aumento progressivo da remuneração e da demanda por educação, e a legitimação e objetivação dessa modalidade de atuação e seu relativo fechamento social. Desse modo, a unidade, objetivação e estruturação do polo científico no interior do campo universitário em geral, e do campo cultural em particular, decorrem da força do ponto de vista da ciência como atividade de pesquisa autônoma, o que institui um mecanismo de união fundamentado em torno do *sacré scientifique*, o qual se opõe a todas as outras faculdades e profanos, institucionalizando uma divisão naturalizada do trabalho entre hierarquias, disciplinas e gerações (CHARLE, 1994, p. 182, 188). A diferenciação entre as faculdades práticas, as intelectuais e as científicas – tem, no entanto, uma penetração diferenciada nos diversos contextos nacionais, dependendo das concepções historicamente constituídas da relação entre hierarquia social e escolarização. Um caso típico da ressignificação dessas oposições é o dos Estados Unidos, em que, até fins do XIX, o princípio de realização social e profissional se definia pelo sucesso econômico – na transição do século XIX para o XX, 84% daqueles constantes no *Who who's in America* não possuíam ensino superior (BRINT and KARABEL, 1989, p. 35). Com a falência do modelo de ascensão pelo mercado e a redefinição do *american dream* em direção à realização social pela escola, ocorre uma sobrevalorização das faculdades intelectuais e científicas – assumindo, naquele contexto, um caráter prático de desenvolvimento industrial e social – em detrimento das formações jurídicas, por exemplo (TOURAINE, 1972, p. 61).

O conflito de faculdades, no caso europeu continental, remete a história de longa duração, cuja base se encontra na estruturação das “artes liberais”, divididas entre as disciplinas teóricas ou puramente “culturais”, situadas nas faculdades de filosofia e teologia, e as disciplinas “profissionais” (direito e medicina), funcionando em outras instituições (KARADY, 2009, p. 44-45). Com a valorização social da imagem do *savant*, em fins do XIX, há uma generalização do modelo de atividade científica nas diversas faculdades, expressa com a ascensão do naturalismo na literatura (CHARLE, 1979), das especialidades na medicina (PINEL, 2005, WEISZ, 1988, 2005), e com a separação progressiva entre o polo teórico e o prático nas faculdades de direito (BOURDIEU, 2007). A autonomização do campo cultural tende a diferenciar os “escritores profissionais” dos “ocasionais”, assim como a docência ou assessoria conferida em nome da *expertise*, do exercício de profissões liberais ou da acumulação de cargos em outros domínios (CHARLE, 1990, 1995). Em geral, o investimento em carreiras administrativas ou a ocupação de múltiplos cargos está conectada ao fracasso na

conquista de posições de autoridade científica ou intelectual (KARADY, 1973, p. 449). O recurso à “ciência” como nova forma de legitimidade, guarda diversas correlações com a emergência das ciências sociais na França, na Inglaterra e na Alemanha. Diretamente vinculada aos embates entre Ilustração e Contra-Ilustração, a luta pela afirmação das ciências sociais enquanto uma disciplina autônoma se configura pela progressiva aproximação (ou imitação) das ciências da natureza e o relativo distanciamento com relação à literatura e a cultura dos sentimentos (LEPENIES, 1996, p. 23). As implicações da estruturação dessas oposições entre um polo intelectual e outro científico se refletem no interior do campo universitário, especificamente no seu polo escolarmente dominante, com a oposição dos investimentos e modalidades de realização das carreiras entre os professores das faculdades de letras e de ciências humanas e os das faculdades de ciências. Nesse sentido, as legitimidades decorrentes das diferentes posições ocupadas no interior do campo universitário e, mais especificamente, no interior do seu polo mais cultural, decorrem do poder de refração das solicitações externas e da relação inversamente proporcional que as faculdades estabelecem com o uso da força social da ciência como modo de imposição e de legitimação de determinadas tomadas de posição políticas (BOURDIEU, 2011, p. 97-98). A emergência e objetivação da excelência intelectual e escolar como um “novo elitismo” (CHARLE, 1990, p. 64), não redutível às demais formas de hierarquização social, decorre de um processo de diferenciação progressiva entre bases sociais e estratégias de reprodução, assim como da formulação de novos modos de intervenção política, cujas condições de objetivação são bastante variáveis.

Na medida em que as relações entre classes ou frações de classe e estratégias de reprodução se objetivam, configurando fileiras de recrutamento, os investimentos e modalidades de carreira se singularizam. Ao contrário dos campos temporalmente dominantes – notadamente o econômico e o político –, os campos de produção simbólica tendem a refratar a estrutura social através da instituição de um capital simbólico específico, tanto mais autônomo quanto mais distante das ingerências dos poderes temporais. É nesse sentido que o efeito de recomposição e diversificação das bases sociais, decorrentes da extensão do modo de reprodução calcado na escolarização, tende a ser mais significativo no polo cultural do que no político e/ou econômico, instaurando um corte transversal entre espécies e estruturas de capital, cuja dissociabilidade é a própria condição de existência da divisão do trabalho de dominação que caracteriza o campo do poder nessas sociedades. Colocando de modo mais específico, se no polo temporal, a busca por títulos escolares se relaciona as exigências de legitimação da dominação que se realiza por outros mecanismos – herança, antiguidade, capital de relações sociais (BOURDIEU, 1989; SAINT-MARTIN, 1993; CHARLE, 2006) –; no polo cultural, a

legitimidade escolar ou intelectual tende a bloquear outras pretensões e recursos passíveis de serem investidos no alcance das posições em vista (CHARLE, 1994; WEISZ, 1979; KARADY, 1985). Nesse ponto, se define a hipótese geral de trabalho, da qual derivam um conjunto de outras proposições. Na inexistência de campos, em que a lógica interna se impõe enquanto tendência à refração dos determinantes sociais, há uma sobrevalorização dos processos de estratificação e exclusão social, assim como uma restrição das oportunidades de carreira e a consequente clientelização daqueles que, pelo acúmulo de *handicaps*, veem suas chances reduzidas ou bloqueadas. Isso tem duas consequências imediatas: 1) o “em nome de que” se acessa determinada posição ou cargo representa uma justificação pública de algo que opera em uma lógica pessoal e privatista; 2) a estrutura de poder se define a partir da posição de mediador, ou seja, de agentes que ocupam posições-chave na distribuição do poder (BOISSEVAIN, 1966, p. 31). O primeiro ponto, associa-se a personalização das estruturas de dominação, a partir da qual os conflitos e alianças se configuram em torno de relações de transação entre agentes sociais e/ou empresas de interesses. O segundo, define as modalidades de associação e a capacidade de mobilização e alocação de recursos, particularmente aqueles dispensados pelo Estado, o que projeta sobre o ocupante dessas posições “um tipo de solenidade” (WEBER, 2004b, p. 349), cujo efeito é a consagração da função de intermediação de interesses e recursos ligados as instituições formais (autarquias públicas, partidos, academias, faculdades, etc). Nesse contexto, as vantagens derivadas das posições em instituições oficiais favorecem a aquisição de recursos pessoais e aliados passíveis de serem mobilizados contra os inimigos, ou seja, se estrutura um sistema de patronagem a partir do qual se constituem “contatos oficiais” de caráter pessoal, sem que, no entanto, as instituições percam sua imagem social e pública (BOISSEVAIN, 1966, p. 21, 29)

Como destacam Cveticanin e Popescu (2011, p. 446), para o caso da Sérvia, nas sociedades em processo de “ocidentalização”, o capital social constitui um meio para se alcançar uma variedade de fins, organizando um sistema de conexões baseado em relações personificadas ou na ocupação de posições/cargos de controle e acesso aos recursos públicos. Os modelos e tecnologias de dominação ocidentais, forjados em intrincados processos históricos, se apresentam como horizonte de modernização aos países “não ocidentais” (KARADY, 1991; BESANÇON, 1974). Processo diretamente referido à invenção da ordem política e social em sociedades periféricas, as práticas de importação são seletivamente organizadas e continuamente reforçadas, na medida em que, parte das fórmulas de legitimação do poder decorrem de sua conexão com os modelos de referência dos “estados hegemônicos” (BADIE e HERMET, 1993, p. 180), e da concomitante adoção de uma filosofia da história cujo

transcurso linear justifica a marcha em direção à modernidade visada. No caso brasileiro, trata-se de todo um aparato procedimental e discursivo importado com vistas a dar materialidade aquilo que passou a ser denominado a “construção do estado”. Através desse processo, um conjunto de relações de dependência e práticas de mediação ganha concretude e, ao mesmo tempo, consagra os “construtores da nação” (ou de instituições) como modelos de excelência social (ENDERS, 2014). Isso tende a singularizar os eixos de oposição que fundamentam as práticas e divisões sociais entre um polo “distinto”, caracterizado pela posição de intermediação entre diferentes universos e segmentos sociais e, igualmente, pelo “sentido de missão” que fundamenta as tomadas de posição e ações; e um polo “comum”, cujas lógicas de ação não ultrapassam os limites impostos pelos cargos ou posição social (CORADINI, 2009). Em grande medida, essa oposição encerra uma divisão social segundo a qual, as condições de tomadas de posição excepcionais, características da instituição da “liderança” e da respectiva figura do “líder”, são dependentes da rarefação dos determinantes sociais mais imediatos, em particular, daqueles vinculados à situação social de origem. Assim, mais do que qualquer outra posição, aquela de mediador – cultural e/ou político – encerra uma concepção hierárquica da ordem social, na qual o mesmo opera na transação entre distintos níveis de domínio e concepções sociais.

O período colonial no Brasil, chegando a seu termo formalmente em 1808, com o fim do monopólio metropolitano, compõe uma complexa rede de exploração mercantil, organizada como “empresa” de dominação que engloba uma estrutura burocrática de controle, a partir da qual se organizam as relações de comércio, povoação e defesa militar. De modo significativo, a transformação social e política do país ao longo do período colonial esteve enredada nos processos de exploração do território, passando de “um arquipélago de zonas econômicas dispersas” ao desenvolvimento de uma “territorialidade e divisão inter-regional do trabalho em torno de um mercado em que os vendedores são dominantes”, notadamente a partir da segunda metade do XVIII, com o advento da mineração (ALENCASTRO, 1998, p. 195-196). Configurado por diversas redes interconectadas de poder privado (morgados, ofícios, controle de milícias, cargos concelhios, concessões de terras, privilégios no comércio – extração vegetal e mineral, escravos), em geral, derivadas das estratégias voltadas para a ocupação das posições no topo da hierarquia econômica e administrativa da colônia (FRAGOSO *et all*, 2000), esse sistema esteve na base da constituição de um tipo específico de aristocracia, originada a partir dos serviços prestados à Coroa, cuja lógica perfaz um vetor que vai da ocupação de cargos administrativos, acesso aos benefícios econômicos e políticos e “enobrecimento” (MONTEIRO, 2009). A história de longa duração que remete à formação dos grupos dirigentes

no Brasil colonial, aponta para um processo que institucionaliza um modelo de organização social e política fundado na inserção hierarquizada em diversos domínios sociais, dependendo, sempre, de ordens previamente estabelecidas, a partir das quais se opera o reconhecimento dos postulantes à mobilidade. Aquilo que foi definido como “classe senhorial”, advém da aliança e incorporação contínua entre uma “nobreza da terra” (camarária), orientada por uma ideia de conquista; as frações mercantis, originárias das transações comerciais que caracterizam a “economia política dos descobrimentos”; os destinatários de “favores do rei”, monopolizadores de cargos e ofícios no paço, no exército e nas colônias; e a circulação da magistratura letrada portuguesa, predominantemente nomeada entre metropolitanos que vieram a se instalar nas colônias² (FRAGOSO, 2000, 2001, 2003, MONTEIRO, 2005; BICALHO, 2005).

O processo de implantação de estruturas administrativas nacionais, pós independência política, representa, nesse contexto, uma conversão das elites coloniais, anteriormente instaladas nos principais cargos administrativos ou ancoradas nas “unidades de produção e ocupação territorial” – engenhos, sesmarias – em direção aos cargos políticos e burocráticos nascentes (SALLES, 2012). A imagem formal de uma estrutura de Estado importada produz um efeito de mimetismo, através do qual, as práticas que operam em uma lógica privada passam a ser identificadas aos procedimentos formais e “modernos”, característicos dos modelos de referência, notadamente, as sociedades ocidentais (BADIE, 1992, p. 39). Isso implica em uma transformação das modalidades de mediação, passando de um mecanismo de exercício direto e unificado do controle jurisdicional e do poder político e militar, para a conformação de redes extensivas de divisão de funções burocráticas, exigindo o domínio dos códigos formais de coerção e a posse dos recursos que justificam o acesso aos cargos (ANJOS, 2006, p. 46). A nova roupagem do exercício do poder se realiza a partir da contínua importação de tecnologias de dominação, através da qual são implantados procedimentos burocráticos, os partidos políticos, as eleições, as instituições representativas, o sistema judiciário, elementos que contribuem para a transfiguração e eufemização do domínio. Nesse quadro, a fundação de instituições de ensino destinadas à instrumentalização das elites nacionais é determinante para a afirmação da independência política e cultural, ao mesmo tempo em que tende a reorientar os discursos justificadores da dominação. Nessa perspectiva, a “escola” é definida e legitimada

² Considerando o Rio de Janeiro, 61% das famílias dos senhores de engenho da virada do XVIII para o XIX já estavam instaladas desde o século XVII, todas elas provenientes de nomeações para cargos de administração colonial, posteriormente reconvertidos em propriedades rurais (FRAGOSO, 2003). Dos desembargadores nomeados entre os séculos XVII e XIX, para a Bahia e o Rio de Janeiro, uma porcentagem superior a 65% viera da metrópole. A quase totalidade estabeleceu alianças com as elites terratenentes e fixou residência no país (MONTEIRO, 2009).

como instrumento de “modernização social e política”, destinada a realizar a passagem da “sociedade tradicional” à “sociedade moderna” (KOHLENER et WACQUANT, 1985, p. 1656). Colados a importação de tecnologias institucionais, vem os debates que balizam tais transformações nos países centrais, reorientando a definição das clivagens sociais e políticas. Assim, tem-se a escolarização contra a “aristocracia” (posteriormente oligarquia rural); os liberais contra os conservadores, os modernos contra os tradicionais, a administração burocrática contra o clientelismo político, o republicanismo contra privilégios monárquicos (BADIE, 1992, p. 220 et seq).

A implantação de uma estrutura de poder político que não se realiza a partir da despossessão dos poderes concorrentes, mas que é produto de um empréstimo contínuo e seletivo de fórmulas de organização política e social destinadas a justificação do domínio e a manutenção de determinada ordem, compõe uma pirâmide de relações de sustentação derivadas de lógicas particularistas e, portanto, efêmeras, dependentes dos constantes rearranjos e negociações entre pactuantes. De acordo com essa lógica, a implantação do aparato burocrático é concomitante a manutenção de parcelas de poder que não sejam reguladas por nenhum tipo de princípio universalista, com condições de ruptura com o particularismo e, tampouco, rompam com a lógica de exclusão social que fundamenta as relações de dependência. A configuração de uma hostilidade frente “a lógica centralizadora do estado” (BADIE e HERMET, 1993, p. 199), não significa contrariedade à intervenção estatal ou ao uso do aparato burocrático e do poder político como forma de regulação social e econômica, mas que os posicionamentos relativamente aos poderes do Estado e suas atribuições variam de acordo com os interesses associados. O principal resultado disso é um processo contínuo de patrimonialização dos cargos e posições sociais, o que favorece a acumulação progressiva de recursos e, conseqüentemente, o recrudescimento das disparidades que definem os membros do *establishment* e os *outsiders*. Trata-se, assim, da estruturação de um modelo de hierarquização social que se faz por acumulação, e não por dissociação, numa lógica segundo a qual os indivíduos *são também* alguma coisa, e *não apenas* alguma coisa. A interiorização das regras do jogo e o reconhecimento prático dos recursos operantes nos processos de hierarquização social garante a reprodução de modos de dominação fundados na dependência pessoal e sua eufemização através de procedimentos formais: eleição, concursos, consagração intelectual e/ou científica.

A abordagem desse problema depende de distintos níveis de comparação e de análise, os quais definem os eixos sobre os quais se organiza a presente pesquisa. Primeiro, trata-se de focalizar os macrofatores que estão na base das chances desiguais de acesso às diferentes

frações sociais em pauta. Posteriormente, a análise recai sobre as lógicas e recursos que compõem as hierarquias em diferentes espaços de atuação. Por fim, centra-se na comparação entre frações intelectuais e políticas, notadamente no que tange às estratégias de carreira. As transformações históricas e sociais que marcam a segunda metade do século XIX e a emergência do republicanismo como ideal oficial do novo regime político, implantado em 1889, coloca em cheque a vigência dos modos de reprodução das frações sociais dominantes durante o Império, fazendo surgir o discurso do “mérito escolar” e da “legitimidade democrática - eleitoral” como princípios de hierarquização concorrentes ao “favoritismo”, a patronagem e a “hereditariedade”, tomados como sinônimos de bloqueio à mobilidade social. Nesses termos, a dinâmica de integração e diferenciação com base na concorrência calcada em diferentes estruturas e volume de capitais, “sociodicéias” e lógicas de acesso às posições define o princípio fundamental de diversificação do campo do poder, ou seja, engendra o “mito” da ascensão individual com base no “mérito” e independente de outras estratégias e recursos prévios. Em um esforço de articulação entre a transição dos modos legítimos de acesso aos cargos, as oportunidades abertas pela instauração da República, e as práticas concretas que constituem as chances de ingresso em diferentes espaços de atividades, diretamente correlacionadas aos princípios de hierarquização vigentes, a análise centra-se no exame dos mecanismos de recrutamento, das estratégias de reprodução e de carreira e nos princípios de hierarquização relativamente às elites políticas e intelectuais. No primeiro grupo estão inclusos os senadores, deputados federais, governadores, vice-governadores, presidente, vice-presidente e ministros; no segundo, encontram-se os “homens de letras” e os professores de ensino superior. A adoção da classificação “homens de letras” decorre, por um lado, da própria inexistência da categoria de “intelectual” como forma de classificação de agentes que se dediquem à produção simbólica; por outro, no contexto brasileiro, a classificação “homem de letras” assume um sentido muito próximo àquele em pauta na Europa da primeira metade do XIX, cujas associações semânticas podem ser encontradas nas figuras do “poeta”, “romancista”, “jornalista”, “escritor”, “orador”, “publicista”. Nesse sentido, trata-se de uma referência a ideologia do dom ou do gênio como forma de definição da excelência cultural (CHARLE, 1995, p. 86).

A alternativa para a apreensão dos efeitos da emergência de discursos de legitimação concorrentes e suas implicações para a estruturação dos universos sociais e das carreiras no período pós instauração da república, foi a definição de uma coorte sincrônica, a partir da qual são mapeadas as posições. O período de composição da amostra ficou definido entre os anos de 1896-1898, a partir do qual chegou-se a um conjunto de 468 agentes sobre os quais se dispõe de informações completas e diversificadas. Por um lado, se tal alternativa permite uma análise

específica das diferentes frações sociais em pauta e dos recursos, possibilidades e condicionantes que caracterizam suas carreiras, associadas a transformação formal do regime político e da recomposição dos níveis de disputa, a principal dificuldade é a quase inexistência de pesquisas que sirvam de parâmetro de comparação com o período precedente. A alternativa encontrada é dupla: de um lado, direcionou-se o investimento para a sistematização das informações sobre o período imperial, particularmente aquelas que dizem respeito aos condicionantes sociais da diversificação das carreiras; de outro, buscou-se o tratamento pormenorizado das diferentes “classes de idade” que compõe a amostra, num esforço em relacionar o desenrolar das carreiras com as transformações históricas e sociais em curso. Tratou-se, portanto, de “reconstruir os trajetos que configuram as posições”, os quais estão associados à “história das condições de possibilidade de acesso a elas” (BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 1976: 9), tornando possível apreender as estratégias e interesses em pauta, as lógicas de ação e princípios de legitimação das lutas que tem por objeto o monopólio da autoridade legítima em determinados espaços de atuação.

O marco temporal adotado (1870-1920), associa-se as possibilidades de relacionar os discursos de contestação do regime monárquico, seus efeitos nas trajetórias daqueles que ingressam nas causas emergentes no período prévio ao regime republicano, e o desenrolar das carreiras. Obviamente que o marco final definido é um tanto arbitrário, até mesmo porque, muitas das trajetórias e dos processos sociais sob os quais o presente trabalho se debruça extrapolam a data limite de 1920. Sendo assim, a delimitação cronológica serve muito mais como referência para o levantamento de informações sobre a população e instituições analisadas do que um limite aos processos em questão. Um dos principais efeitos da instauração do regime republicano no Brasil foi a reconfiguração dos níveis de disputa, formalmente modificadas pela adoção do modelo federativo. Em vista disso, a pesquisa tomou como foco tanto as configurações locais (estaduais), quando as nacionais (federais), buscando a reconstrução dos diferentes níveis de intermediação e suas relações com a diversificação das esferas de poder e as possibilidades e alcance das carreiras “políticas” e “intelectuais”. Colocando de outro modo, tratou-se de examinar os condicionantes, modalidades de investimento e interesses que diferenciam as carreiras “nacionais” das “locais”, relativamente às frações de elites em pauta. A partir disso, colocam-se alguns desdobramentos da hipótese geral de trabalho: 1) as chances e estratégias de carreira, assim como os limites das mesmas dependem dos recursos sociais de origem, 2) as diferenciações internas variam relativamente ao capital social herdado ou adquirido e suas condições de gestão e manutenção, e 3) as hierarquias e princípios de excelência remetem à “política” enquanto capacidade de

mobilização e alocação de recursos. Ao tomar duas frações de elites formalmente distintas para análise das relações entre bases sociais e estratégias de carreira, interessam, as modalidades de diferenciação, as coocorrências e as formas através das quais se afastam ou se aproximam as carreiras políticas e intelectuais e seus respectivos recursos de legitimação.

1.1 ELITES POLÍTICAS E INTELLECTUAIS COMO OBJETO DE ESTUDO NO BRASIL: IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

Uma característica singular da produção de pesquisas em ciências sociais no Brasil é aquilo que se pode denominar “efeito de pioneirismo”: fenômeno a partir do qual, uma determinada proposição interpretativa, torna-se marco de referência, caminho obrigatório legitimado pela “tradição teórica”. Reforçado pela expansão gradual do sistema universitário em geral, e do espaço das ciências sociais em particular, os quais configuram uma estrutura de redes em cascata a partir das quais se definem os compromissos e o comprometimento mútuo, esse fenômeno tem como principal resultante a neutralização dos embates, próprio da consagração a que estão sujeitos obra e autor. Organizada a partir de práticas de “difusão, consagração e conciliação” entre pesquisadores, a participação em “instâncias profissionais” se constitui como modalidade de acumulação de capital simbólico personificado (SAINT-MARTIN, 1988, p. 132), particularmente a partir do controle sobre processos de avaliação e alocação de recursos (CORADINI, 2012), contribuindo significativamente para a fundação e afirmação da *communis doctorum opinio* (BOURDIEU, 1995, p. 6). Adesão tácita aos pressupostos e opiniões firmadas pela tradição ou pela força política e social de seus difusores, contribui para a inscrição dos resultados das pesquisas na forma de verdade efetiva sobre determinados temas ou problemas, cuja “exegese, sempre retomada, assegura a falsa eternidade dos mausoléus” (BOURDIEU, 1994, p. 9). De modo específico, portanto, a inexistência de um conflito em torno da “verdade” se apresenta como a principal evidência da não objetivação de um campo científico no Brasil (BOURDIEU, 1975).

Como todo esforço de mapeamento de um determinado estado das discussões sobre a temática em vista, fica pressuposto um recorte prévio, ao qual se circunscrevem os limites e possibilidades de avanço e/ou ruptura aqui apresentados. Entretanto, dado o sistema de produção, difusão de pesquisas e seu modo de reprodução, buscou-se centrar o debate em torno

daqueles que podem ser definidos como trabalhos-chave, a partir dos quais se desdobram análises posteriores. Em termos de pontos de partida, uma das principais dificuldades é a inexistência de balanços bibliográficos que abranjam as elites políticas e intelectuais do período Imperial e da Primeira República, de modo conjunto ou separadamente. Talvez um dos únicos esforços nesse sentido, dedicando-se ao exame “dos intelectuais e da vida intelectual no país”, seja o trabalho de Miceli (1999, p. 110). No entanto, mais do que um simples balanço, o mesmo se inscreve em uma lógica de legitimação da posição do autor e de outras conexas, definidas em contraposição a um modo de abordagem concorrente (PÉCAUT, 1990). Excluindo os trabalhos de “história oficial”, memorialísticos, de caráter mais ensaísta ou narrativo, muitos dos quais se destinam a dar existência ou a consagrar determinada versão dos fatos, normalmente vinculada ao grupo incentivador e aos esforços de produção e legitimação de uma determinada “identidade ou escola”³, a discussão aqui empreendida centra-se em alguns trabalhos de caráter mais sociológico. No que tange as elites políticas, o centro das discussões que atravessam o período Imperial e a Primeira República são balizados pelos trabalhos de José Murilo de Carvalho (2012), Joseph Love (1971, 1982), John Wirth (1982), Robert Levine (1980), Linda Lewin (1986), Eul-Soo Pang (1979). Esses últimos, levados a cabo pelos denominados *brasilianistas*, acabaram servindo de modelo para outras pesquisas (FERREIRA, 1994; VISCARDI, 1995), realizadas sobre contextos regionais não estudados, ou com pretensão de dar respostas novas aqueles que já o foram. Muito menos frequentes são os trabalhos sobre elites intelectuais, basicamente referenciados ao de Sérgio Miceli (1975, 1979) e de Ângela Alonso (2002), ou ainda, dispersos em um sem número de análises de indivíduos singulares, grande parte delas destinadas a inscrever – ou resgatar a memória – dos “escolhidos”. Nesse polo, encontram-se, também, os trabalhos voltados para o tratamento das faculdades de direito e medicina, em termos numéricos, fortemente dominado “pelos autóctones com o objetivo de dar conta das questões relativas à própria tribo, mas também, em vários casos, celebrar, legitimar ou justificar visões ou posições no jogo das disputas endógenas e/ou com outros grupos sociais ou instituições” (GRIJÓ, 2005, p. 15).

De maneira geral, as principais indicações apontam para os determinantes sociais das carreiras políticas e intelectuais, assim como para os modelos dominantes e os critérios de hierarquização em diferentes espaços e níveis de relações. No esboço de síntese, apresentado por Love (1983), sobre as pesquisas relativas as elites políticas em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, não menos do que 40% de todos aqueles que ocuparam cargos eletivos ou

³ Ver, por exemplo, BEVILACQUA (2012 [1927]).

administrativos entre 1889 e 1937 possuíam algum grau de parentesco, proporção que chega a 80% ao se considerar somente aqueles que ocuparam os cargos de governador. Isso aponta para um tipo de padrão de estruturação das relações de domínio político na Primeira República, fundado em grupos de base familiar, progressivamente estendidos por estratégias de aliança com outras parentelas, ampliando as possibilidades de acesso aos recursos do estado e configurando redes de base familiar que conectam os diversos níveis de cargos públicos (LEWIN, 1986, p. 22-24). Nesse contexto, por exemplo, os Cavalcanti de Albuquerque, no caso de Pernambuco, “e uma dúzia de outras famílias [...] preenchiam elas mesmas um bom número dos postos importantes e cuidavam para que os demais” fossem distribuídos de acordo com as possibilidades de manutenção desse mecanismo de dominação (LEVINE, 1980, p. 165). O fechamento social operado pelos processos contínuos de seleção, aponta para uma valorização progressiva dos títulos escolares, comparativamente às gerações de políticos analisadas nos referidos trabalhos. Nos três estados, a maior proporção daqueles sem ensino superior está na geração dos nascidos antes de 1869 (LOVE, 1982, p. 217; WIRTH, 1982, p. 206; LEVINE, 1980, p. 167), sendo que, em São Paulo e Pernambuco, estados-sede de instituições de ensino superior no Império, o conjunto dos políticos portadores desses diplomas supera os 90%, enquanto que, em Minas Gerais, a proporção fica em 83%. As consequências dessa valorização dos títulos escolares são sentidas tanto na tendência à conversão dos investimentos familiares e profissionais em direção ao sistema de ensino durante o Império, quanto na progressiva fundação de instituições nos diversos estados após a proclamação da república, o que vem “coroar a transformação” gradual das elites regionais relativamente “à valorização da escolarização como modo de legitimação da dominação” (GRIJO, 2005, p. 106).

Os determinantes sociais que pesam na carreira política implicam diversos processos de estratificação social, conformando um universo reduzido de postulantes autorizados pelos recursos que sustentam, o que tende a indicar uma média de 2,5 ocupações por indivíduo, além daquela de “homem político”. O conjunto de categorias socioprofissionais que caracteriza essa população, varia relativamente aos contextos regionais, predominando advogados, magistrados, médicos, jornalistas e professores (secundário e superior). Como o conjunto dessas categorias em geral se sobrepõem, a soma das porcentagens totaliza sempre mais do que 100%, indicando os múltiplos investimentos sociais que caracterizam a elite considerada. Assim, para Pernambuco, a soma alcança 144,3%, predominando advogados (55,1%), jornalistas (35%) e professores (27,3%). O caso de Minas Gerais não é diferente, alcançando 153,3%, e São Paulo, 143,3%. O fato desse último estado apresentar uma soma menor nas categorias referidas, relaciona-se ao peso das ocupações ligadas ao setor propriamente econômico, especificamente

fazendeiro (37,7%), industrial (27,8%), banqueiro (18,3%) e comerciante (16,6%). De modo geral, isso revela uma conexão significativa entre a esfera econômica e a ocupação de cargos políticos, já que a soma das categorias vinculadas a esse setor totaliza 100%. A posição de estado economicamente dominante no Brasil do período da Primeira República, incide diretamente nessa conexão, muito menos marcada em Minas Gerais e Pernambuco, cuja soma das categorias referidas totaliza 55,1% e 53,8%, respectivamente. Essas conclusões gerais, não efetivamente em pauta nos referidos trabalhos, apontam para outro fenômeno específico, a não dissociação entre o capital econômico e o capital cultural. Isso porque, tomando em consideração o caso de São Paulo, mais de 92% dispõem de ensino superior e a totalidade tem algum tipo de vínculo com o setor econômico. Além disso, 86,3% podem ser classificados como profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), portanto, oito em cada dez indivíduos com ocupações no setor econômico são, também, profissionais liberais. A probabilidade de que um indivíduo do polo econômico tenha título de ensino superior varia regionalmente: em Pernambuco é 60%, enquanto em Minas Gerais é 66%.

Essa relação de sobreposição entre categorias de classificação possíveis de serem atribuídas e/ou acionadas pelos mesmos indivíduos, colocam o problema das relações entre bases sociais, transformações formais no regime político e, conseqüentemente, nas modalidades oficiais de acesso aos cargos. Isso porque, as representações da própria posição tendem a se definir na relação com um estado determinado dos critérios de excelência, dado que categorias de autotransformação distintas podem ser acionadas em momentos específicos. A não consideração da multiplicidade dos modos de definir a população em pauta tende a criar uma imagem social que nada mais é do que aquela que os próprios postulantes às posições dão de si mesmos. Como decorrência, tem-se um problema fundamental em alguns resultados apresentados, particularmente naqueles que buscam certas relações causais entre categorias socioprofissionais e/ou escolarização e posições políticas. No caso da análise das elites políticas do Império, isso fica evidente. Tomando todos que ocuparam cargos ministeriais entre 1822 e 1889, por exemplo, Carvalho (2012, p. 112) indica que 61,5% dos magistrados e 51,1% dos advogados são, também, ligados ao setor econômico (proprietários rurais ou comércio e finanças). Considerando que 91,3% dos ministros possuíam ensino superior, a dissociação entre frações sociais a partir de estruturas e espécies de “capitais” não se aplica ou, ao menos, tem um peso bastante limitado para o período em pauta. Isso impõe um problema específico ao se tentar associar bases sociais e a composição dos partidos políticos imperiais⁴. Ao contrário de

⁴ CARVALHO (2012), especialmente capítulo 8.

tomar as múltiplas ocupações como algo que faz parte da descrição da população em análise, ou seja, enquanto mais um elemento a ser considerado, trata-se de apreender tal fenômeno como algo estruturante dos processos de hierarquização social e, portanto, com consequências nas chances sociais de realização profissional. Em contrapartida, o acúmulo de “capitais” tem como decorrência, o agravamento das divisões sociais entre aqueles que tem acesso aos recursos operantes como modo de legitimação das pretensões políticas e sociais, e os demais. Além disso, indica uma modalidade específica de estruturação das relações sociais, colocando em questão o problema da recomposição das elites políticas ao longo do período em pauta. Em geral, análises longitudinais desconsideram a transformação dos instrumentos de reprodução e sua relação com a diversificação do perfil social das elites. Nesses termos, a diversificação das ocupações de origem e dos diplomas não pode ser analisada sem sua relação com um estado específico do sistema de ensino.

Como já referido, as estratificações e segmentações sociais estão diretamente atreladas a oposição entre espécies de capital, notadamente o econômico e o escolar, as quais tendem a configurar as principais associações entre bases sociais, chances e estratégias de carreira relativamente aos diferentes contextos nacionais (GUILLEMIN, 1982; FALSEY and HEYNS, 1984; LANCIEN, 2007). No caso brasileiro, o efeito de “mimetismo”, próprio aos países importadores de tecnologias de dominação e dos respectivos discursos sobre a ordem política e social, tende a projetar uma determinada representação sobre a realidade a partir de um princípio de visão e divisão do mundo social, em geral, exógeno aos processos históricos que configuram as relações de dominação. Esse processo de importação tem dois efeitos específicos: 1) produz um esquema de visão prática, o qual se reflete nas representações contemporâneas sobre os conflitos que estruturam as relações sociais e seus princípios de hierarquização correspondentes; 2) a lógica instrumental (no sentido de aplicação prática) que rege a relação com os produtos simbólicos importados, implica em uma espécie de efeito de teoria enquanto doação de sentido, tanto menos refletido enquanto tal, quanto mais distante dos processos contínuos e segmentados de transferência ao qual estão relacionados. Enquanto relação prática com o mundo no qual se engajam, seja contemporaneamente, através das lutas políticas e causas tidas como modernas, seja com pretensões de distanciamento “analítico”, garantido pela posição institucional de “cientista”, o fato é que a aplicação não refletida de categorias e esquemas de percepção que pressupõe uma estrutura de relações forjada em um contexto empírico específico, tende a projetar um modo de dominação particular e referido a uma situação histórica e social como universal, pela simples associação semântica. Sair desse ciclo vicioso implica tomar a sério os efeitos práticos da posição de mediação cultural, os quais

abarcam tanto os agentes envolvidos nos processos de modernização, projetando a si mesmos como vanguardas de seu tempo, quanto os pretensos “analistas”, ou seja, aqueles que visam tomar os primeiros como objeto. A posição dominante (econômica e cultural), em uma sociedade altamente excludente, define o sentido de missão enquanto atributo inerente a própria condição social, produzindo uma “estratégia de condescendência”, a partir da qual, o emissário do discurso tende a se identificar com as “classes” ou “grupos” que pretende alçar a linha de frente do projeto de modernização. Isso é tão mais fácil quanto mais situado no todo da hierarquia social se encontra o agente da iniciativa, particularmente pela possibilidade contínua de jogar com múltiplos registros e códigos de dominação.

A questão central é que há uma desconsideração dos processos históricos que regem as relações de dominação em nome de uma “tipificação” e da adoção de um princípio monolinear, tanto de descrição, quanto de reflexão sobre os fenômenos estudados. Colocando de outro modo, são descritas as características educacionais da população selecionada, as socioprofissionais, as ideológicas – geralmente deduzidas a partir das últimas – sem que, no entanto, sejam apresentadas as colinearidades e suas relações com processos históricos mais gerais. Fora isso, quando entram em pauta os problemas de classificação e as formas de auto-apresentação, os mesmos são tratados como peculiaridades ou algo incontornável, algumas vezes, utilizados para a justificação de opções prévias em desconsiderar determinadas variáveis como não relevantes. Assim, por exemplo, quando Carvalho (2012, p. 21), chama atenção para os limites das informações sobre origem social, o faz enquanto salienta a satisfatoriedade dos dados relativos a “socialização e treinamento”, justamente o princípio explicativo tomado como central para seu argumento. Na mesma passagem, indica a importância de apreender as “visões dos contemporâneos” sobre as distintas condições sociais dos membros da elite, mais adiante, refere-se ao problema das fontes e a tendência em privilegiar ocupações que “envolvam a posse de estudos superiores” (p. 98), de modo que outros atributos, como a condição de proprietário de terras e aquelas ligadas ao polo econômico (comerciante, negociante, etc.), raramente são referidas nas descrições biográficas ou autobiográficas (p. 109). Independente do reconhecimento do fenômeno, isso não é tratado como algo a ser explicado. Outros dois limites estão relacionados ao referido trabalho: 1) a consideração de linearidade causal entre escolarização, ocupação de uma posição de elite e homogeneidade ideológica; 2) a definição própria de origem social. O primeiro elemento relaciona-se ao ponto de partida do trabalho, qual seja: demonstrar que a “solução monárquica no Brasil” foi “consequência do tipo de elite política existente à época da Independência”, caracterizada pela “homogeneidade ideológica e treinamento”. As variáveis utilizadas para tanto são “educação”, “ocupação” e “carreira

política” (CARVALHO, 2012, p. 21). Ocorre que, a resposta à questão está previamente dada, tanto pelos limites próprios ao sistema de ensino e suas condições de acesso, quanto pela escolha das categorias de classificação. Relativamente ao último ponto, o autor procurou “distinguir as ocupações de acordo com o maior ou menor impacto que poderiam ter sobre o indivíduo no que se refere a sua atitude para com o Estado e a sua capacidade para exercer cargos públicos”, dando preferência a essas “para a classificação” (Ibidem, p. 99). Além do problema implicado no próprio ponto de vista, que tende a criar o objeto, está subjacente uma questão tida como politicamente importante: a “homogeneidade da elite” garante uma condução satisfatória do Estado. Igualmente, há um funcionalismo implícito, no qual a definição formal (funcional) está em conexão com o funcionamento e coesão do sistema. Essa mesma perspectiva é que orienta aquilo que se toma como origem social, ou seja, a ocupação de origem, visto se tratar de uma atividade exercida no “sistema social”, em oposição ao “sistema político”.

Em parte, o problema está na confusão entre “tema empírico e objeto de estudo”, cuja principal implicação é o direcionamento da pesquisa no sentido de “tomar um grupo” e descrevê-lo (CORADINI, 2008, p. 11). A outra parte do problema, está na concepção mesma de ciências sociais em pauta, no limite, associada aos interesses em apresentar as possíveis causas do fracasso (ou do sucesso) de ações governamentais ou, mais amplamente, de regimes políticos. Se enquadram nesse escopo, também, os trabalhos dos referidos *brasilianistas*, marcados pelas preocupações com as razões da instabilidade política e imersos em uma teoria implícita do desenvolvimento político. No geral dos trabalhos conduzidos por Love (1982), Wirth (1982) e Levine (1980), estão em pauta as condições de transmissão do poder e circulação das elites entre gerações, de modo que, “quando a circulação cessa, ou se torna demasiado lenta, o que se observa é uma degeneração da elite” (GRYNSZPAN, 1996, p. 36), conseqüentemente, do sistema político, incapaz de responder às demandas do “ambiente”. A oligarquização da política e seu conseqüente caminho para um ponto de ruptura, decorrente da incapacidade de renovação, relaciona-se, também, ao próprio sistema fundado em relações personificadas, baseadas nas parentelas, no coronelismo e nas relações de patronagem, mecanismos fadados à superação. Decorrentes de um estado “fracamente desenvolvido”, o “crescimento econômico e a urbanização” tendem a “diminuir o papel desempenhado pelos grupos de base familiar” (LEWIN, 1986, p. 108), assim como a progressiva extensão da “autoridade do estado” se coloca como contraponto ao coronelismo e ao poder privado (PANG, 1979, p. 49; LEAL, 2012, p. 33). Segundo o diagnóstico predominante nesses trabalhos, tais práticas são mais intersticiais nas regiões de economia com maior dinamicidade, particularmente no centro-sul, em oposição ao nordeste, região economicamente decadente. Independente da teoria da modernização

implícita, esses trabalhos permitem a apreensão das figurações políticas engendradas nos distintos contextos regionais, contribuindo para o entendimento das relações entre condições sociais e institucionais, modalidades de domínio político e estratégias de carreira.

Uma das diferenças entre os contextos regionais e as condições e modalidades de carreira política está no peso dos Partidos Republicanos estaduais como empresas de interesses e suas possibilidades de funcionar como lócus de mediação de conflitos. Organizados em torno daquilo que Pang (1979, p. 43) denominou “oligarquia colegiada”, uma combinação de interesses familiares, tribais e econômicos, os PR’s de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul mantiveram um controle específico sobre as condições de acesso aos cargos públicos e de reprodução das estratégias de domínio político. Obviamente que não se tratam dos partidos enquanto instituições que implicam a objetivação de um *ethos* e racionalidades próprias, mas de um conglomerado de relações que se confrontam na composição dos interesses de mando, configurados segundo as lógicas de estruturação das relações de poder regionais. Isso porque, em grande medida, a conformação daquilo que se define formalmente como instituição, nesse caso, representa a universalização dos poderes privados em uma “máquina” de legitimação das pretensões políticas e sociais dos “aliados” e “correligionários”. Sendo assim, o sucesso de objetivação de empresas de interesse dominantes nos diferentes estados depende dos conflitos faccionais e suas possibilidades de coalizão. Como indicam Lewin (1986), Pang (1979) e Ferreira (1994), a partir de pontos de vista distintos, no caso da Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro, há uma fragmentação interna aos grupos dominantes e uma dificuldade contínua e variável de composição. Se por um lado, o tema da “fragmentação” retoma questões tidas como politicamente importantes, invariavelmente presentes nas análises (LEWIN, 1986, p. 107; PANG, 1979, p. 50; FERREIRA, 1994, p. 99); por outro, permite visualizar as estratégias de domínio mobilizadas pelos grupos interessados no acesso aos cargos públicos e vantagens correlatas. Assim, se estruturam as “guerras de clãs” (PANG, 1979, p. 24) e a objetivação do poder político atrelado aos empreendimentos de conquista “militares-familiares” (LEWIN, 1986, p. 50), e às estratégias matrimoniais como modo de reprodução do mando político e de composição de alianças entre “clãs”. A estrutura dessas relações dependia das possibilidades de manipulação de múltiplos idiomas (GRYNSZPAN, 1990), os quais podiam assumir, “nos planos mais paroquiais, formas violentas e pouco eufemizadas” ou, na medida em que os níveis se diferenciavam (estadual e nacional), a luta “se transmutava em eufemismos como a linguagem bacharelesca, as referências “civilizadas” aos adversários, [e] as citações “ideológicas” (GRIJÓ, 1998, p. 235).

A questão central durante a Primeira República, particularmente no período inicial de realinhamento de forças regionais e nacionais, estava em garantir a independência dos estados frente às possibilidades, sempre latentes, de intervenção federal. Isso dependia, por um lado, da construção e afirmação de máquinas políticas locais e da estabilização dos conflitos, por outro, do alinhamento de interesses e estruturação de apoios recíprocos. As modalidades de sustentação dos conflitos regionais conectam-se, nesse contexto, às formas de composição das relações de força, as quais não se estruturam que em relação aos determinantes de carreiras “regionais” ou “nacionais”. No caso das formas de domínio e estabilização regional, isso pode ocorrer através da liderança de uma família extensa (LEWIN, 1986), ou de uma coalização oficializada que gestiona a perpetuação da facção vitoriosa (LOVE, 1971). Além disso, a posição economicamente dominante, titulação escolar e laços de parentesco incidem diretamente nas chances e alcance das carreiras (LOVE, 1983, p. 67). Cabe considerar, no entanto, o efeito de reificação ao qual estão sujeitas categorias como “regional” (ou local) e “nacional”, no mais das vezes, definidas a partir de critérios formais (LOVE e BARICKMAN, 2006; CONNIFF, 2006). Como forma de prevenção quanto a isso, faz-se necessário cotejar sistematicamente os recursos associados às chances diferenciais e às estratégias de carreira e mando político, as quais especificam modalidades de especialização e divisão do trabalho de dominação. A própria estrutura de mediação política e de níveis de disputa pelos cargos se objetiva em um sistema, em parte, formalizado pela estrutura administrativa vigente na Primeira República; assim como a adoção da eletividade para um número significativamente maior de cargos do que no período Imperial implica em um sistema de conversão de diferentes espécies de poder em “votos”. Nessas relações, o “coronel” existe imerso em um sistema de reciprocidade que o dispõe de legitimidade, na medida em que o “poder público” lhe fundamenta o mando, notadamente através de “uma larga parcela de autoridade pública”, ou seja, por meio de sua posição central na distribuição dos favores nos diferentes níveis em que atua, garantida pela ocupação direta de um cargo (LEAL, 2012, p. 33-34). De fato, a apreensão desse fenômeno e dos distintos níveis e condicionantes sob os quais se constituem as carreiras depende da relação entre propriedades sociais e as modalidades concretas de realização social e profissional, a partir da reconstrução das trajetórias, no entanto, sem perder de vista os determinantes que incidem sobre as condições de possibilidade. Ou seja, deve-se romper com o caráter ilustrativo das “figuras” da política, cujas “histórias” são constantemente acionadas como forma de exemplificar algo, sem que isso faça parte do esquema analítico subjacente a condução da pesquisa.

Ao contrário das análises sociográficas existentes para as elites políticas; estudos de “intelectuais” que abrangem o período em apreço não dispõem de algo similar, a não ser de modo muito limitado. O diagnóstico geral sobre o universo cultural no Brasil de fins do XIX, remete, constantemente, ao papel desempenhado pela denominada “geração de 1870” na redefinição dos termos dos debates políticos e das carreiras intelectuais. A partir desse período, segundo Alonso (2002), tem início um triplo processo: 1) uma ruptura intra-elite decorrente da “percepção da necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político”; 2) “os recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais foram afetados tanto pela crise política quanto por uma modernização conservadora”; 3) a mudança social força as bases de legitimidade do Império, tornando seus fundamentos explícitos, portanto, passíveis de serem superados pela “inovação intelectual” (p. 42). O conjunto dessas transformações conectam-se à emergência do período republicano e ao “desenvolvimento das condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual [...]”, com a consequente “constituição de um campo intelectual relativamente autônomo”, conectado à “diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação”. O fenômeno de “diversificação dos papéis no trabalho de dominação”, relaciona-se a emergência de um tipo novo de “intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo de ganhos ligados às diversas modalidades de sua produção” (MICELI, 1975, p. 162, 179). De modo bastante significativo, esse conjunto de pressupostos relacionados à emergência de “novas frações sociais” e, notadamente, à sua contribuição para a diversificação do trabalho de dominação, é retomado por Miceli em uma análise posterior, cobrindo, formalmente, o final da Primeira República até a queda do Estado Novo, em 1945 (MICELI, 1979).

Um problema relacionado a comparação entre diferentes trabalhos sobre aquilo que se denominou intelectuais, está nas escolhas teóricas e metodológicas que embasam as pesquisas e, também, no período histórico em evidência. Isso porque, os diferentes estados dos instrumentos de produção e reprodução disponíveis em pontos específicos de estruturação do espaço de produção cultural no Brasil, implicam expectativas de carreira e percursos distintos, não disponíveis em outros estados do desenvolvimento desse espaço. De tal modo, os trabalhos de Alonso (2002) e Miceli (1975, 1979), englobam classes de idade distintas, cujos efeitos são significativos na possibilidade de comunicação entre as pesquisas. Um segundo ponto refere-se ao próprio esquema teórico que embasa a construção dos objetos e análise. Enquanto Miceli parte das elaborações de Pierre Bourdieu, Alonso nega, de saída, esse tipo de abordagem em nome da utilização de três conceitos combinados: “comunidade de experiência”, “repertório” e “estrutura de oportunidades”. Em termos de amostras analisadas, Alonso (2002) se dedica aos

“indivíduos chegando à idade adulta e ao “mercado” de trabalho ao longo dos anos 1870 e início dos anos 1880” (p. 43), enquanto Miceli (1975, 1979), parte de um recorte distinto, condicionado não por um ponto de corte, mas pelas fontes utilizadas, quais sejam: memórias e biografias. Com uma perspectiva mais longitudinal, o trabalho de Machado Neto (1973) traz uma lista de 200 intelectuais nascidos entre 1803 e 1908, para os quais apresenta uma série de informações relativas às origens sociais, escolarização e ocupações. A preocupação central de seu trabalho está em analisar a “vida intelectual”, seus mitos, prestígios e condicionantes (p. 12). Outros trabalhos sobre o universo intelectual tratam do período, mas estão particularmente conectados aos fenômenos pós-1920 e ao engajamento no movimento de “republicanização da república”, embora não deixem de trazer elementos que sirvam para a elaboração de hipóteses de trabalho (PÉCAUT, 1990; MARTINS, 1987).

De modo geral, as informações apresentadas por Machado Neto permitem a tomada em conjunto de indivíduos “considerados pelo público”, e por seus pares, como “intelectuais”. (MACHADO NETO, 1973, p. 19). A vantagem desse tipo de critério adotado para a composição da lista, o mesmo levado a cabo por Alonso (2002), reside em uma espécie de prevenção contra a consagração póstuma, decorrente tanto das reconstruções da história oficial da literatura, quanto das estratégias de legitimação e “resgate” da memória dos agentes hipoteticamente “esquecidos pela história”. A primeira indicação mais geral é a relação significativa entre essas frações e o sistema de ensino existente, considerando que 86% do total tinham algum tipo diploma de ensino superior, e 5,5% haviam concluído o ensino secundário. Em um contexto fortemente estratificado, a posse de signos de excelência social, tais como títulos escolares, favorecem as relações de interconhecimento e de aliança, tornando o ambiente escolar algo familiar, e/ou possibilitando carreiras profissionais e/ou políticas àqueles que não vinham de “famílias de grande riqueza ou tradição”, dependendo das chances e modalidades de inserção social e, principalmente, da “proteção e complacência de um padrinho” (GRAHAM, 1997, p. 234). Nesse contexto, as faculdades de direito se configuravam como os principais centros de socialização desses “intelectuais”, com 52,5% do total, seguidos pela medicina, 14,5% do total, e engenharia, 8,5% do total. Menos abrangentes são as informações, disponibilizadas sobre as profissões do pai e cargos ocupados ao longo da carreira, com um elevado índice de “não respostas”. De maneira geral, predominam àqueles cujos pais situam-se na “classe alta” (58,6%) e na “classe média” (35%), com espaço reduzido para a “classe baixa” (6,4%). A condição socialmente dominante, implica em uma aproximação com relação aos critérios de realização social e profissional já apontados para as elites políticas, qual seja, a impossibilidade de definição da posição social a partir de um único critério de classificação.

“Nenhum dos escritores estudados vivia só das letras”, ocorrendo uma média de 2,5 ocupações por indivíduo, sendo as atividades mais frequentes a ocupação de cargos públicos e o jornalismo (MACHADO NETO, 1973, p. 83-6).

A transição entre “gerações”, suas conexões com o contexto político e social de época, e a expansão dos postos abertos aos produtores de bens simbólicos com a progressiva complexificação das atividades políticas e funções no Estado, são associados a transformação e diversificação das elites. Isso se reflete, segundo essa perspectiva, na modificação dos critérios de acesso às funções intelectuais, configurando uma oposição entre as estratégias de reprodução e de carreiras dos “herdeiros da aristocracia decadente”, dos descendentes das “frações intelectuais da classe dominante” e dos “escritores profissionais”. A princípio, trata-se de algo correlacionado a três variáveis: 1) o progressivo monopólio das instâncias de consagração (Academia Brasileira de Letras) e das grandes casas editoriais (Garnier, Laemmert, Francisco Alves), por parte da “geração de 1870”, o que tende a constituir uma espécie de “literatura oficial” (MICELI, 1975, p. 168); 2) a expansão do mercado editorial e das possibilidades de viver do ofício de escritor, notadamente através da imprensa; 3) o aumento da escolarização como critério de hierarquização e diferenciação, já que, “a cooptação das novas categorias de intelectuais [...] passa cada vez mais a sofrer a mediação exercida por trunfos escolares e culturais” (MICELI, 1979, p. XIX). Em grande medida, esses diagnósticos estão associados aos limites impostos pelas fontes (memórias e biografias), as quais definiram o próprio recorte amostral analisado por Miceli. Na medida em que a “escolha dos autores” sobre os quais reside a análise “foi largamente determinada pelo estado das fontes disponíveis” (MICELI, 1975, p. 163), a imersão nas representações que os agentes produzem sobre si mesmos, ou as lógicas de consagração póstumas às quais estão associados, implicam em uma confusão entre o princípio de justificação das “vocações” intelectuais e literárias, e suas condições de possibilidade e modalidades de realização. O primeiro desses aspectos relaciona-se a abordagem das experiências de descenso social e as estratégias de reconversão em direção a posição de escritor e aos cargos públicos em expansão, possibilidades associadas ao uso do capital de relações sociais vinculado à família. Antes de ser algo produzido pela conjuntura de expansão dos cargos “administrativos, políticos e culturais” (Ibidem, p. 168), o polo estatal (ou da política) se define historicamente como salvaguarda dos estratos sociais dominantes relativamente à estrutura social de época (FAORO, 2001, p. 467). Como se tentará demonstrar, as relações com a política, inclusive, se constituem como um recurso determinante nos processos de hierarquização em diferentes espaços de atuação, configurando uma espécie de

“carisma de cargo”, decorrente da “crença na agraciação específica” que “uma instituição” tende a conferir à um agente singular (WEBER, 2004b, p. 348-349).

Outro elemento associado está no diagnóstico segundo o qual “a cooptação das novas categorias de intelectuais [...] passa cada vez mais a sofrer a mediação exercida por trunfos escolares e culturais” (MICELI, 1979, p. XIX). De acordo com essa proposição, a crescente influência do modo de dominação escolar sobre os critérios de recrutamento de intelectuais é tanto maior quanto mais se aproxima de um tipo de produção especializada e do Estado (funcionários-escritores), polos que se definem em oposição aos intelectuais que se valem do capital de relações sociais e do mecenato (MICELI, 1979, XX). Isso implica em dois elementos subjacentes à afirmação: 1) a transformação longitudinal das condições de acesso à posição de escritor ou intelectual, não demonstrada; 2) a relação entre categorias de intelectuais analisadas (“primos pobres”, homens sem profissão, modernistas, funcionários-escritores, escritores-funcionários, especialistas) e os diferenciais em termos de estratégias de carreira e recursos acionados. Relativamente ao primeiro ponto, as tabelas com informações individualizadas divulgadas por Machado Neto (1973, p. 247-251), permitem o cálculo da relação entre sistema de ensino e a condição de intelectual de modo longitudinal. Independentemente dos limites decorrentes das classificações etárias prévias, constata-se, ao contrário, um rebaixamento da proporção daqueles com ensino superior, notadamente quando se passa dos nascidos em 1832 ou antes (93% do total), àqueles nascidos em 1893 ou depois (74% do total). De modo geral, a diversificação progressiva dos critérios de acesso à condição de “intelectual”, relaciona-se muito mais ao tencionamento das bordas inferiores do espaço, em direção aos estratos sociais com menores recursos escolares, do que uma valorização progressiva da escolarização como forma de polarização entre frações sociais. No que tange as relações entre os “tipos de intelectuais” e as estratégias de carreira, independente dos recursos ostentados pelas biografias, há uma generalização dos usos do capital de relações sociais como modo de fazer valer suas pretensões “profissionais”. Além disso, fazer ver uma estrutura de oposições entre os descendentes das oligarquias em desclassificação, aqueles das frações intelectuais da classe dominante, e os recém-chegados que conseguem, “às custas de vantagens estritamente escolares”, ocupar cargos na burocracia estatal em expansão (MICELI, 1979, p. 168), nada mais é do que o resultado de uma projeção irrefletida do esquema teórico que orienta a produção da pesquisa e a análise.

Em grande medida, os principais problemas em termos de procedimentos operacionais de análise, relacionam-se a dois elementos: 1) a negação – ou “esquecimento” – de tomar em conta os determinantes sociais que presidem as condições de constituição das carreiras e seus

efeitos nas relações de dominação; 2) a tomada de fenômenos como evidentes, sem que esses sejam confrontados às condições sociais objetivas de sua realização. Relativamente ao primeiro ponto, no caso dos intelectuais, como no das elites políticas anteriormente referido, as chances sociais que estão na base dos processos de seleção e, desse modo, contribuem para naturalizar a objetividade das relações de dominação, não são tomadas como algo a ser analisado, no mais das vezes, apenas fazem parte da descrição do perfil da população em vista. Isso se correlaciona à negação explícita em se trabalhar com componentes “classistas”, justificada tanto pela heterogeneidade social dos intelectuais analisados, quanto pelo pretense “reduccionismo” da abordagem em termos de “posição social” (ALONSO, 2002, p. 27, 42-43, 98-99). Nesse caso, corre-se o risco de reforçar a mitologia que fundamenta a própria condição de “intelectual”, ou seja, a negação de toda determinação social. Nesse sentido, inclusive, toda tentativa de objetivação social tende a parecer uma “inquisição grosseira”, principalmente por se tratar de agentes que se reconhecem e legitimam por sua singularidade e mérito (PENNEF, 1994, p. 28). No que tange ao segundo ponto, relaciona-se a proposições que tendem a indicar a expansão de setores e oportunidades – “o número de talentos educados crescia” (ALONSO, 2002, p. 122) – cujos efeitos são a ampliação da concorrência e diversificação de bases sociais e carreiras. Entretanto, isso fica apenas referido. O principal ponto de contribuição do trabalho está em destacar o caráter instrumental da importação de referenciais, fundamentalmente utilizados como armas na luta política. Através dessas estratégias, os diferentes grupos “marginalizados” pelo “bloqueio às instituições políticas fundamentais, fruto da longa dominação conservadora” (Ibidem, p. 100), se valiam de teorias importadas como forma de crítica à ordem imperial. Portanto, a escolha dos instrumentos retóricos a serem importados, passava por uma triagem, cujo critério de seleção era “político”, ou seja, se definia em função das lutas nas quais os agentes importadores estavam imersos. Adotando tal perspectiva, a autora faz um recenseamento significativo dos principais debates que balizaram as críticas ao *status quo* imperial, os quais desembocam na alternativa republicana. De maneira geral, as tomadas de posição se relacionam a uma “cultura política” específica, enquanto “maneira de definir a própria posição social” e as relações “entre o campo intelectual e a esfera política” (PÉCAUT, 1990, p. 18).

Embora Alonso (2002) atribua, acertadamente, ao movimento de 1870 um caráter “reformista”, acaba caindo no próprio discurso do objeto sobre os efeitos desse reformismo, notadamente ao alegar que o processo contestatório teve consequências positivas, tais como: “a expansão da cidadania”; os critérios de acesso à boa sociedade deixaram de ser censitários, “substituídos pelo mérito individual”; e a “educação” tornou-se “o novo critério de distinção

social, substituindo a propriedade” (p. 262). Em geral, tende-se a esquecer que, nas circunstâncias em pauta, as próprias condições de realização profissional são bastante restritas e fortemente dependentes de relações de reciprocidade, das modalidades de inserção e das origens sociais dos pretendentes às “carreiras intelectuais”. Se por um lado, a raridade dos títulos escolares representava uma porta de entrada para o círculo das elites; por outro, suas condições de obtenção são muito dependentes das origens sociais e da progressiva expansão do sistema de ensino. Além disso, ainda que a obtenção de um diploma de ensino superior, ou ensino secundário, associada ou não a “um casamento bem-sucedido”, funcionasse como um canal de “ascensão social dos jovens talentosos – ainda que mulatos – provenientes das camadas inferiores” (MACHADO NETO, 1973: 101), tratava-se apenas do primeiro nível de acesso ao círculo das frações sociais dominantes. A inserção nos “círculos literários” e o acesso as distintas oportunidades correlatas à posição de membro de uma *coterie* ou “panelinha, dependia da proteção dos “padrinhos” e das relações de reciprocidade e de lealdade pessoal ao grupo (BROCA, 1960). O sistema constituído pelos diversos níveis de mediação que estruturavam as chances de carreira, e o faccionismo decorrente da organização de grupos em torno de “líderes” que monopolizavam uma série de contatos e recursos sociais, eles mesmos decorrentes de outras conexões, tem como resultante um universo estruturado com base na acumulação de capital simbólico personificado (BOURDIEU, 1980, p. 202).

A conformação das lógicas de atuação social estruturadas através de “clãs” familiares e de relações personificadas, se fazem presentes, também, no polo mais escolar e científico, representado pelas faculdades de direito e medicina no contexto em pauta. Em tese, tratar-se-ia de um universo mais distante desse tipo de prática, notadamente pela formalização dos procedimentos de entrada desde a instauração dos cursos superiores no Brasil, e pela pretensa aproximação daquilo que haveria de mais “moderno” e “racional” no horizonte das perspectivas contemporâneas. Ao contrário, o pertencimento a “grandes famílias”, e sua extensão através de redes que conectam “amigos” e aliados políticos, representam elementos fundamentais na definição das chances de carreira, dos princípios de hierarquização e das estratégias e investimentos em domínios de atividades variados, sendo, inclusive, “proclamados com solenidade” (CORADINI, 1997, p. 427). Tais práticas atravessam os diversos níveis de relações que configuram as instituições escolares em pauta, garantindo “matrículas a certos alunos [...] sem que tivessem realizado os exames” (CUNHA, 1983, p. 128), aprovação nos exames finais a partir de cartas de patronato e intervenção de “padrinhos” (GRAHAM, 1990, p. 1997; VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 45), a resolução de desafetos, a anulação de concursos e/ou a alteração da ordem de classificação a partir das filiações políticas e alinhamentos

faccionais dos candidatos ou professores em disputa (SIMÕES NETO, 2006). Isso implicava em uma espécie de “cordão sanitário” (VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 103) entre o universo constituído pelas frações sociais com acesso às instituições de ensino existentes, cujas redes de relações se estendiam “além dos muros” da faculdade, “integrando gerações, alunos e professores, e estes com famílias importantes e políticos renomados” (SIMÕES NETO, 2006, p. 178). Nesse sentido, a inserção previamente hierarquizada, em parte garantida pelo capital social acumulado por grupos familiares, opera como um “facilitador das reconversões” (ENGELMANN, 2004, p. 40), estendendo oportunidades de investimento em diversos domínios de atividades, o que gera uma existência “virtual” do mesmo agente em múltiplos setores e espaços de relações, cujas modalidades de intervenção dependem sempre das possibilidades de concretização de uma espécie de estado de latência.

No caso das instituições de ensino superior imperiais, notadamente as faculdades de direito e medicina, análises que permitam uma visão de conjunto são bastante limitadas, notadamente para o caso dessas últimas. As faculdades de direito, ao contrário, pela importância política e social que adquirem ao longo de seu processo histórico de implantação e afirmação, são muito mais estudadas (ADORNO, 1988; SIMÕES NETO, 2006; VENÂNCIO FILHO, 1977; GRIJÓ, 2005; ENGELMANN, 2001, 2004). Relativamente às faculdades de medicina, os principais trabalhos de referência são aqueles elaborados por Coradini (1997a, 1997b, 2005). Uma dificuldade inicial é a inexistência de trabalhos que permitam a apreensão das bases sociais de recrutamento dos professores de ensino superior durante o Império, exceção feita aos trabalhos de Coradini (1997a, 2005), sobre a Academia Nacional de Medicina (ANM). A indicação geral, a partir disso, é um movimento contínuo de crescimento de “estirpes” e “clãs” médicos, com a progressiva institucionalização da Academia, associado a uma predominância de origens sociais ligadas às ocupações na magistratura, na medicina e no oficialato das forças armadas (CORADINI, 2005, p. 7-8). No caso das carreiras, o conjunto de informações é mais abrangente, sendo a indicação geral a relação significativa entre a condição de professor e a elaboração e gestão de projetos e mecanismos de regulação social. Nessa acepção, predominam os “consultores” e “assessores”, em diversas vezes, funções associadas ao exercício de cargos políticos (vereadores, deputados, senadores, presidentes de província) e de “chefia” ou “direção” de autarquias públicas ou instituições culturais e de ensino (ADORNO, 1988, p. 122-131, 139-141; SIMÕES NETO, 2006, p. 170-174; CORADINI, 2005, p. 12-13). A estrutura fundada na ocupação de cargos que permitem a manipulação e distribuição de recursos variados, atreladas às relações de reciprocidade que fundamentam as diferentes chances sociais de realização “profissional”, implicam em uma lógica de instrumentalização dos “resultados

dos prováveis avanços científicos” importados (CORADINI, 1997a, p. 446), assim como das “ideias e doutrinas”, ambos considerados como “instrumentos de prestígio cujas primícias” visam sempre assegurar uma posição de vanguarda (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 105), e os decorrentes lucros do trabalho de mediação cultural.

De modo geral, o conjunto dos elementos levantados a partir da leitura cruzada de trabalhos dedicados ao exame de distintos segmentos de elite, permitem recolocar a hipótese previamente formulada sobre a centralidade dos processos de clientelização, notadamente decorrentes das possibilidades de mobilização de recursos e sua alocação a partir de posições de mediação entre segmentos sociais, instituições e/ou interesses. De fato, o capital de relações sociais (ligado ao clã familiar e/ou forjado ao longo das trajetórias), se afirma como recurso fundamental nessas transações, a partir do qual são definidas as chances desiguais relacionadas às pretensões políticas e culturais dos agentes em concorrência. Isso tende a um efeito contínuo de recomposição de interesses e incorporação seletiva, particularmente atrelado ao processo de manutenção de sistemas de exclusão social, os quais estruturam tanto as lógicas próprias através das quais os bens são adquiridos, quanto os mecanismos de sua distribuição. Ou seja, num universo restrito de acesso aos atributos que garantem, ao menos em nível formal, o acesso a determinados cargos, a raridade dos bens constitui-se como uma das dimensões dos processos de estratificação, funcionando, por um lado, como modalidade de reforço de práticas sociais fundadas em relações personificadas; por outro, como princípio objetivo da reprodução dessas relações. Nesse quadro, a não universalização de instrumentos de reprodução, notadamente do sistema de ensino, e a dependência do capital de relações sociais para o acesso a um conjunto variado de recursos e oportunidades conduz, em diversos níveis, uma “acumulação de ganhos, de parte a parte, segundo modalidades e um ritmo que, pouco a pouco, dão [às relações de clientela] uma real autonomia com relação às vontades dos atores” (BADIE, 1992, p. 43). De tal modo, a conquista, gestão e procura do capital de relações sociais tornam-se compulsórias, elementos constitutivos das relações de dominação e das chances sociais. Disso decorrem duas proposições fundamentais: 1) como todas as relações estão fundadas na pessoa real, as definições de excelência social (ou de mérito) englobam diferentes princípios e estão vinculadas ao caráter genérico das carreiras “bem-sucedidas”; 2) as relações personificadas não dispensam a posse objetiva dos recursos de legitimação – títulos escolares, cargos de autoridade formal, etc. –, assim como a manipulação de múltiplos códigos – violência, cultura erudita, linguagem técnica, etc.

1.2 MODOS DE DOMINAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CARREIRA

Os diferentes modos de dominação variam em função da objetivação histórica e social de espécies de capital, em seus estados distintos. Enquanto produto do trabalho acumulado, individual e socialmente, os modos distribuição e de apropriação de capitais estão na base da estrutura e funcionamento do mundo social, a partir da qual se definem as estratégias de reprodução e de carreira (BOURDIEU, 1986, p. 45-46). Enquanto estado das relações de força constitutivas das lógicas de investimento social, passível de ser apreendido sincronicamente, a estrutura engendra uma espécie de economia específica, segundo a qual, a energia social historicamente acumulada implica em diferentes modalidades e chances de acumulação, reprodução e reconversão de capitais. Assumindo a proposição de Marx (2008), acerca da diferenciação entre o caráter individual do trabalho e o caráter social da produção e distribuição, o descolamento das espécies de capital e sua objetivação em estruturas sobre as quais os indivíduos singulares não dispõem de controle direto, se configura como um processo social específico, inscrito na história das diferentes configurações nacionais. Nesse sentido, a expropriação dos meios materiais de dominação e sua objetivação em estruturas impessoais de distribuição do poder é correlata ao processo histórico de diferenciação social e de progressiva autonomização de esferas ou campos, fenômeno particularmente associado às “dinâmicas ocidentais” (BADIE e HERMET, 1993).

Trata-se, portanto, do processo através do qual os meios materiais de dominação se desvinculam dos agentes que ocupam os postos de poder em diferentes campos, implicando em uma diferenciação entre a pessoa real e a posição (posto). Na medida em que as posições se estabelecem e se distinguem dos ocupantes atuais ou potenciais, por seu *ranking* e formalização, impondo critérios de entrada equacionados pela equivalência entre títulos e postos, a posse diferencial das competências exigidas tende a estabelecer “relações de equivalência (ou comensurabilidade) quase perfeitas entre agentes definidos como pretendentes a apropriação de uma classe particular de bens” e as posições permanentes independentes dos indivíduos biológicos (BOURDIEU, 1980, p. 228). “Assim, as relações de poder e de dependência não se estabelecem [...] diretamente entre pessoas”, mas sim entre “títulos socialmente garantidos e postos socialmente definidos e, através deles, entre os mecanismos sociais que produzem e garantem o valor social dos títulos” (Ibidem, p. 213), dos postos e sua forma de distribuição,

ou seja, a dominação torna-se opaca, escapa às tomadas de consciência e ao poder individual (Ibidem, p. 224).

De modo geral, o capital se apresenta em três espécies fundamentais: econômico, cultural e social; cujas condições de reconversão dependem do trabalho social investido na acumulação primária e do “trabalho necessário para transformar o capital de um tipo em outro” (BOURDIEU, 1986, p. 54). Nesse sentido, “os bens culturais podem ser objeto de uma apreensão material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 77). Quer dizer que as possibilidades de apropriação do capital enquanto capital específico, implicam na transfiguração dos recursos possuídos “em relação social de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 375), o que depende do tempo investido na sua aquisição e transmissão. É assim que as estratégias sucessórias se especificam segundo as espécies de capital que se trata de transmitir (BOURDIEU, 1994, p. 5-6), configurando as clivagens que engendram as diferentes formas de dominação e princípios de legitimação que estão na base da constituição do campo do poder. A interconexão entre os estados incorporado e objetivado das espécies de capital, encontra sua realização plena na objetivação em instituições, condição da garantia de permanência e cumulatividade das aquisições materiais e simbólicas. Nessa perspectiva, os mecanismos capazes de assumir a reprodução da ordem estabelecida se constituem pela imposição da “regra do jogo” enquanto ponto de acordo tacitamente aceito, a partir do qual se definem as estratégias e os investimentos. Nesse caso, as “regras do jogo” não estão “em jogo” e, tampouco, em constante transformação para atender interesses pessoais determinados, ou seja, “a competição pelo poder exclui a competição pela manipulação das condições de distribuição do poder”. Paradoxalmente, no entanto, é justamente através da aceitação desses princípios universais de estruturação das relações de dominação, que se realizam pelas condições de apropriação e distribuição do poder em diferentes campos, que se pode adquirir o poder “sobre as pessoas”, a partir do poder sobre os mecanismos de distribuição do poder – a posição de crítico literário, de membro de um júri de seleção, de chefe de partido, por exemplo (BOURDIEU, 1980, p. 225-226).

Ao mesmo tempo em que se objetivam em instituições permanentes e “títulos de propriedade”, as formas de capital se apresentam enquanto princípios de visão e divisão do mundo social, produto da história social inscrita nos diferentes campos e modos de configuração dos instrumentos de apropriação – trabalho –, e dos instrumentos de distribuição de capitais – sistema de ensino, mercado cultural, mercado econômico, Estado, etc. É na subjetivação da estrutura historicamente objetivada que se configuram as práticas enquanto sistemas de regularidades que fundamentam a coerência imanente do mundo social,

organizando as estratégias de reprodução e de carreira em diferentes campos como produtos de uma economia específica. Em contrapartida, o “grau de objetivação do capital social acumulado” implica na estruturação de formações sociais nas quais as “relações de dominação se fazem, se desfazem e se refazem na e pela interação entre pessoas” (BOURDIEU, 1976, p. 122). Enquanto forma elementar de dominação, suas condições de reprodução dependem do trabalho cotidiano e pessoal “para produzir e para reproduzir as condições sempre incertas da dominação”, ou seja, não é possível se “apropriar do trabalho, dos serviços, dos bens, das homenagens, do respeito de outros sem lhes “ganhar” pessoalmente, sem lhes “vincular” (BOURDIEU, 1980, p. 223). Nesse caso, a não objetivação dos diferentes domínios de atividades em campos relativamente autônomos, “capazes de impor sua axiomática própria”, direciona as estratégias para o dispêndio constante de recursos – e, principalmente, de tempo – ação destinada a aquisição de capital simbólico personificado, condição de garantia das demais formas de capital (Ibidem, p. 201). Na medida em que se passa de uma situação de trocas simétricas para àquelas fundadas na desigualdade material e na “redistribuição ostentatória”, própria da “autoridade política”, a parte das “contra-prestações [...] fornecidas na forma tipicamente simbólica de testemunhos de gratidão, homenagens, respeito, obrigações ou dívidas morais” se amplia significativamente. O efeito mais imediato é a constituição de um sistema de “circulação circular”, garantindo a legitimação estatutária do arbitrário que fundamenta um conjunto de relações de força assimétricas (Ibidem, p. 210-211).

O caráter particularista dos modos de distribuição do capital social, implica na necessidade de *eufemização* de seu exclusivismo e transfiguração em “capital denegado”, ou seja, reconhecido como legítimo, pois desconhecido enquanto relação de força. Apresentado através de uma variedade de “relações encantadas”, conquistadas por meio de “redes de aliados e de relações” que são o produto do “conjunto dos engajamentos e das dívidas de honra, dos direitos e deveres acumulados ao longo das gerações sucessivas e que podem ser mobilizadas em circunstâncias extraordinárias”, esse tipo de comprometimento tem como base os julgamentos totais sobre o homem total, os quais engajam os “valores últimos e [...] consideram [...] as qualidades estritamente ligadas a pessoa” (Ibidem, p. 202-203). As impossibilidades de institucionalização (oficialização) do particularismo decorrente do modo de dominação fundado no capital social, fazem com que esse se apresente unicamente em seu estado incorporado, ou seja, enquanto sistema de disposições materializado na “memória coletiva, reproduzindo nos sucessores as aquisições dos antecessores” (Ibidem, p. 91). Os caminhos de sucesso objetivados, implicam no reconhecimento da constituição de relações de reciprocidade como a “única forma possível de acumulação” de diferentes espécies de capital em uma

situação social na qual os recursos econômicos e culturais não se encontram objetivados em domínios de racionalidade próprios (Ibidem, p. 201). As implicações metodológicas mais gerais das proposições sumariamente resumidas, são: 1) a constituição das formas de capital depende de sua objetivação histórica e social em diferentes campos, logo, há uma diferença fundamental entre a existência formal de instituições e a constituição de campos relativamente autônomos; 2) as formas de apropriação, ou seja, as modalidades de investimento, e suas relações com o estado dos instrumentos de distribuição fundamentam as “potencialidades objetivas” relativamente às condições sociais que as matizam; 3) a multiplicidade de campos e princípios de legitimação concorrentes estão na base da multidimensionalidade das relações sociais.

O economismo que tende a tratar as “economias pré-capitalistas” através da aplicação de “categorias, de métodos [...] e de conceitos” (Ibidem, p. 192) forjados em contextos históricos e sociais específicos, equivale a uma espécie de escolarismo – ou culturalismo –, destinado a ver, na implantação de instituições de distribuição de títulos escolares – ou consagração cultural – a constituição de um campo escolar – ou cultural – relativamente autônomo. O primeiro obstáculo epistemológico implicado nisso, é a necessidade de ruptura com as associações semânticas que tendem a projetar uma imagem social e historicamente instituída, universalizada por estratégias de dominação cultural ou pela importação dos resultados de um procedimento lógico de apreensão da realidade social, como elemento transhistórico e transcultural. Isso conduz ao segundo obstáculo, a transposição de esquemas de interpretação nos quais determinadas racionalidades são pressupostas, decorre da confusão entre a produção de objetos com base em determinados esquemas analíticos e o “uso” ou “teste” de conceitos, diretamente conectadas a uma concepção de ciências sociais que relaciona pesquisa com a aplicação de “modelos teóricos”. Em grande medida, tais problemas remetem à desconsideração dos processos sociais constitutivos das relações de poder e dominação em contextos históricos e sociais específicos, ou seja, na medida em que os sistemas de dominação se constituem concomitantemente aos “cosmos” que os fundamentam, os processos de importação de tecnologias de dominação introduzem lógicas de funcionamento externas às próprias realidades históricas e sociais concretas (BOURDIEU, 1979, p. 15). Não sendo o resultado de uma simples “combinação lógica entre modelos importados e modelos originais”, a relação entre instituições e práticas só se realiza pela “medição da experiência” de indivíduos diferentemente situados em relação aos modelos institucionais importados. Colocando de outro modo, da mesma forma que a implantação da “economia racional” em sociedades coloniais tem como consequência que “o sujeito dos atos econômicos não é o *homo economicus*, mas o homem real que faz economia” (Ibidem, p. 12-13), as relações com a escola e a cultura se

definem a partir de outras racionalidades que não aquelas especificamente escolares ou culturais. De tal modo, as possibilidades de apreensão das estruturas de poder e dominação em determinados contextos históricos e sociais estão nos esforços em fazer aparecer o sistema de relações que constituem as clivagens, as chances e condicionam as estratégias de carreira e ascensão social.

Na base das análises que tomam as relações entre sistema de ensino e processos de estruturação social está o problema da relação entre a competência técnica e a competência social, ou seja, os títulos escolares não podem ser apreendidos sem a consideração das modalidades de inserção social e recursos prévios de seu portador. Isso se deve ao fato de que o valor/rendimento escolar e social do diploma depende, por um lado, da estrutura do espaço das instituições de ensino superior que são a garantia dos sistemas de equivalências entre esses e os cargos; por outro, do capital cultural em estado incorporado e do capital de relações sociais que pode ser colocado a seu serviço (BOURDIEU, 2007a, p. 74). No princípio das modalidades de investimento que configuram as estratégias de reprodução, se encontram os modos de dominação vigentes, ou seja, as condições de apropriação e o trabalho social necessário para manter ou ampliar as posições e recursos se define frente ao “sistema de estratégias de reprodução” e ao “sistema de mecanismos de reprodução” (BOURDIEU, 1994, p. 8), desigualmente institucionalizados e objetivados segundo contextos históricos e sociais específicos.

Para compreender e apreciar os fatores que constituem as condições sociohistóricas desses processos de conversão, não se pode negligenciar as interrogações relativas aos *atouts* diversos dos quais dispõem as elites em questão, seus valores investidos em seu modo de vida, seu *habitus* de classe e as aspirações coletivas associadas, assim como as estratégias socioprofissionais que elas estão prestes a acionar ou tem condições de aplicar para conservar ou melhorar suas posições de classe. (KARADY, 1995, p. 88)

A elaboração conceitual sobre a qual se assentam as principais divergências com relação aos efeitos da escolarização para a estratificação e fechamento social remete às formulações de Weber (2004a/b, 1982). De modo geral, as diferentes formas de apreensão desse problema estão centradas no significado da escolarização para o exercício de atividades e variam de acordo com o valor atribuído a determinadas dimensões de análise. Para uma das posições, mais particularmente relacionada a sociologia anglo-saxã, a escolarização tem como efeito principal

o “credenciamento” para a ocupação e monopolização de cargos. Nesse argumento, o “aprendizado escolar” e os recursos de origem social são pouco significativos nas chances de inserção e promoção no mercado de trabalho, visto que a maioria das tarefas é aprendida na prática da atividade profissional (COLLINS, 1979, p. 48). Segundo seu principal formulador, essa abordagem se constitui como contraponto àquela desenvolvida por Bourdieu (particularmente, BOURDIEU e PASSERON, 1975 e 1985), na qual haveria uma sobrevalorização do “capital cultural” e da competência técnica (linguística) associada ao sucesso escolar e as chances de inserção no mercado de trabalho (COLLINS, 1979, p. 9-12). O desdobramento dessa perspectiva, elaborado por Brown (2001, p. 27), destaca, também, dois outros elementos: i) o efeito das prerrogativas profissionais para o fechamento social, responsável pela redução da incerteza relativa à competência técnica dos candidatos para a realização de tarefas associadas ao cargo, ou seja, a titulação escolar funciona como um mecanismo de *numerus clausus*; ii) o caráter simbólico das credenciais e sua associação com a estrutura do sistema de ensino, particularmente no que tange a relação desse com a divisão do trabalho frente ao mercado.

Outro modo de apreensão desse problema encontra-se nos trabalhos de Bourdieu. Nesse caso, o ponto de partida é outro e está centrado nos efeitos e na emergência da meritocracia escolar como princípio de legitimação da dominação, o qual se constitui em oposição a herança familiar e a lógica eleitoral. As principais críticas de Bourdieu (1989, p. 537-8) a Weber, assentam-se, particularmente, na ênfase significativa dada por esse aos mecanismos de seleção e ao “exame especializado” como modo de acesso a “todos os cargos compensadores, privados e públicos”, cujo princípio de legitimação exclui as referências fundadas na “tradição” e no “carisma” (WEBER, 2004a, p. 150; 2004b: 540). Assim, o problema da tese central da análise weberiana está na extensão do processo de burocratização e racionalização do capitalismo para a gestão e administração do Estado, fazendo esquecer a ambivalência dos títulos escolares em sua relação com os diferentes campos e seus respectivos *ethos* e princípios de legitimação. Ou seja, se, por um lado, a expansão do capitalismo e da escolarização nos países centrais tem como decorrência a crescente “exigência de técnicos, funcionários, preparados com especialização” (WEBER, 1982, p. 278), por outro, o significado dos títulos escolares para as estratégias de reprodução da dominação e os princípios de legitimação acionados variam relativamente ao espaço de inserção e recursos prévios de seu portador (BOURDIEU, 1989, p. 428-480).

A ênfase dada por Weber aos processos de especialização burocrática como um efeito do capitalismo moderno está referida ao próprio contexto histórico-social de elaboração dessas

proposições, notadamente, a transição da Alemanha para o capitalismo industrial e os resíduos da dominação de Bismarck (GIDDENS, 1998, p. 26, 48 e *passim*). Guardadas as ressalvas quanto ao contexto associado aos resultados das análises empreendidas por Weber, o principal avanço do esquema conceitual elaborado por esse autor está no destaque ao caráter pluridimensional (multidimensional) da dominação (WEBER, 2004a, p. 174), a qual se estrutura com base no princípio fundamental de que as relações sociais são relações de luta que comportam mecanismos de seleção e de diferenciação. Nesse sentido, um quadro analítico que toma como base esses princípios se organiza em torno de três elementos fundamentais: 1) a centralidade do conceito de luta; 2) a atenção às disparidades verticais (classes e grupos de status); e 3) as diferenciações horizontais (ordens e organizações), ou seja, a constituição de “empresas de interesse” (SCHLUCHTER, 2005, p. 678). Com base nisso, os mecanismos de estratificação social englobam uma dimensão material, relacionada as condições sociais de existência, uma dimensão simbólica que se refere a celebração de determinados estilos de vida com seus respectivos *ethos* específicos, e a dimensão de representação que se estrutura em torno das lutas pela existência e fundamenta os diferentes esquemas de classificação social (WEBER, 1982, p. 211-228). Ao mesmo tempo, os processos de diferenciação associados à expansão do capitalismo em países centrais tendem a se objetivar em domínios valores (crença), ou seja, “quanto mais avançou a racionalização e sublimação da posse interior e exterior das coisas mundanas [...] tanto mais forte tornou-se a tensão” entre diversos domínios de relações, indicando uma autonomização das esferas sociais (Ibidem, p. 377).

O avanço nas bases lógicas e conceituais elaboradas por Weber está no esquema analítico desenvolvido por Bourdieu, particularmente pela ruptura com a oposição entre o “perspectivismo” e o “objetivismo” por meio da associação entre as lógicas de interação e a estrutura das relações objetivas que orientam as práticas (BOURDIEU, 2007, p. 81/2). O princípio básico dessa ruptura está sintetizado na abordagem dos campos, a qual direciona a atenção para a apreensão de relações de dominação em espaços estruturados por posições que se definem relacionamente. Por um lado, enquanto regime de racionalidade instituída, o campo é o lugar no interior da qual está em disputa o monopólio do capital específico. Como espaço de lutas, a estrutura de “troca social” aí implicada “encontra a cumplicidade das disposições adquiridas” (BOURDIEU, 2001, p. 137) e se presta a “apreensão sincrônica, como espaço estruturado de posições” definidas pelo volume e estrutura de capitais que compõe essas relações e os sistemas de classificação e percepção que as tornam possíveis e aceitáveis (BOURDIEU, 1983, p. 89). Por outro lado, o esquema lógico-conceitual e de encaminhamento de problemas de pesquisa associado a abordagem dos campos visa de-substancializar as

categorias de classificação, subordinando-as ao ponto de vista estrutural, segundo o qual, os signos não são definidos positivamente, por seu conteúdo, mas negativamente por sua relação com os demais elementos do sistema, ou seja, por serem aquilo que os outros elementos não são (BOURDIEU, 2007, p. 17). Ao mesmo tempo, procura relacioná-las a estrutura das posições objetivas que são o “fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações” (BOURDIEU, 1990, p. 152).

A implicação mais significativa desses desdobramentos para a formulação de questões referentes ao problema das relações entre escolarização e estratificação social é a ruptura com uma abordagem unilateral dos títulos escolares. O ponto de divergência remete aos escritos de Weber, particularmente no caso dos letrados chineses, os quais ocupavam posições de prestígio que eram derivadas do “conhecimento da escrita e da literatura enquanto” tais (WEBER, 1982: 472). Ao contrário, o diploma escolar como princípio de certificação de uma competência está associado apenas a uma das dimensões e possibilidades de seus usos, ou seja, a dimensão institucionalizada do capital cultural cujo rendimento frente a determinados mercados profissionais e princípios de legitimação acionados dependem da relação com outros estados de objetivação desse capital e do conjunto de recursos prévios de seu portador (BOURDIEU, 2007a).

A oposição entre os princípios e estratégias de reprodução da ordem temporal – fundada no capital econômico e político – e da ordem cultural – fundada no capital cultural – é marcada pela estrutura e volume de capitais que estão na base da definição das posições que se visa manter ou ampliar e engendra determinados princípios de legitimação, ou seja, determinadas formas de “justificação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 103). Nesse sentido, as relações que os diferentes grupos sociais estabelecem com o sistema de ensino e o significado dos títulos escolares para a estratificação social compõem um tipo de racionalidade própria que configura uma adequação entre origens, investimentos e destinos, dissimulando “a essência mesma da relação de poder” implicada nas diferentes chances de acesso as carreiras e ao sucesso profissional (LAGROYE, 1985, p. 408). A relativa objetivação e autonomização de diferentes espécies de capital e a estruturação dos polos temporal e cultural são o fundamento das solicitações que os grupos sociais fazem ao sistema de ensino e, ao mesmo tempo, configuram a ambivalência dos títulos escolares frente aos diferentes mercados profissionais. De tal modo, a competência escolar depende da crença no seu valor e no jogo de classificações e estratégias de fechamento social que lhe estão associadas. Isso se define por meio do sistema de relações objetivas entre agentes e, através desses, entre a estrutura de posições e as instituições que as legitimam e garantem sua universalização.

O caráter atemporal dos diplomas escolares conferidos pelo sistema de ensino é responsável por uma defasagem entre a competência estatutária que esses garantem e a competência técnica, mais diretamente vinculada às exigências do mercado de trabalho. É nesse descompasso entre o valor universal e atemporal dos títulos escolares e as transformações econômicas que se encontram as possibilidades de atuação sobre os princípios de classificação e suas condições de realização e valorização frente ao mercado de postos. Assim, quanto menor a correspondência entre o diploma e o cargo maior a significância do capital social e da cultura geral na hierarquização frente ao mercado de trabalho e às possibilidades de rendimento econômico e social dos títulos escolares (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2007, p. 131-134). Quando tomados a partir da relação entre o sistema de ensino e os mecanismos de reprodução e legitimação da ordem temporal e da ordem cultural, no limite, esses processos colocam em movimento modalidades de recrutamento e seleção escolar que tendem a estar centradas: ou no “julgamento total das pessoas” (GARRIGOU, 2001, p. 234); ou na relativa autonomização das origens sociais e na prevalência de critérios especificamente escolares (BOURDIEU et SAINT-MARTIN, 1987, p. 27), princípios de avaliação e seleção nunca totalmente excludentes.

Esse esquema de análise está na base dos principais estudos sobre a relação entre escolarização e estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, 2011; BOURDIEU et SAINT-MARTIN, 1987), os quais apontam para uma homologia entre a “estrutura do espaço social” e a “estrutura das instituições de ensino superior”, cujo resultante é a oposição entre a “grande” e a “pequena porta”, que diferencia e legitima as diversas chances de inserção social e profissional (BOURDIEU, 1989, p. 188). Nessas associações, está em pauta a estrutura do campo universitário em suas relações com os mecanismos de reprodução e estratificação social. As principais oposições que estruturam o campo universitário, especificamente no caso da França, e são a base para a construção do esquema analítico ora proposto, definem, na “primeira dimensão, [...] um índice acumulado de prestígio social e de raridade escolar” e, “em uma segunda dimensão [...] a autonomia propriamente escolar dos critérios e dos mecanismos da competição” e seleção (BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 1987, p. 16). No que tange a relação dessas oposições com os princípios e mecanismos de reprodução social, a primeira dimensão marca a diferenciação entre instituições que dão acesso às posições sociais mais elevadas e que estão diretamente associadas a reprodução da elite e aquelas que abrem as portas para outras posições, socialmente dominadas no conjunto do espaço social. Em síntese, o que está na base da oposição entre a “grande” e a “pequena” porta é a imposição e reprodução dos mecanismos de estruturação da ordem social e de legitimação da divisão do trabalho de dominação entre os “agentes encarregados da concepção” e os “agentes encarregados da execução”, notadamente,

trata-se do lugar ocupado pelo sistema de ensino e suas respectivas filosofias sociais para a legitimação do capitalismo (BOURDIEU, 1989, p. 211).

O principal fator implicado na primeira dimensão que estrutura as relações entre sistema de ensino e processos de estratificação social está centrado nas chances de inserção social e profissional a partir da escolarização e a relação disso com outros determinantes sociais. Colocando de outro modo, está em pauta o significado e uso dos títulos escolares para as estratégias de reprodução social e modo de legitimação da dominação. Ao que tudo indica, há uma forte associação entre a estrutura do sistema de ensino, as modalidades de reprodução e princípios legitimação e as definições de excelência social e profissional. Desse modo, importa para a análise a relação entre o que se está definindo por autonomia do espaço escolar (portanto, princípio de legitimação) e os tipos de recursos e lógicas de ação acionados para o acesso a determinadas posições, o que permite apreender em que medida determinada filosofia social, particularmente aquela fundada na meritocracia escolar como crença na igualdade de oportunidades, se objetiva em práticas e modos de dominação. Isso está diretamente relacionado ao grau em que a correspondência entre a estrutura social e trajetos escolares estão objetivadas e codificadas em destinos profissionais e sociais. A contraposição mais significativa, no que tange as relações entre a configuração do sistema de ensino e mecanismos de reprodução social pode ser representada pela oposição entre a França, com um sistema mais explicitamente objetivado e “codificado” entre origens e destinos, e os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, com mecanismos mais difusos de estratificação social baseada na escolarização.

No caso da França, há uma estrutura que se organiza por meio da divisão entre as “[...] *grandes écoles* para a reprodução da classe dominante; escolas técnicas, controladas pela economia, para a reprodução da força qualificada de trabalho; universidade para a reprodução da universidade” (BOURDIEU e BOLTANSKI, 2007, p. 139). Essa organização se traduz em uma racionalidade específica, a qual se objetiva em modos de realização e excelência profissional por meio de uma valorização significativa do “capital acumulado em função de uma trajetória o mais próximo possível do modelo dominante de carreira de sua profissão”. Esse mecanismo de fechamento social e sua objetivação se traduz em modalidades específicas de recrutamento e seleção e remete a critérios internos e exclusivos, os quais se configuram por oposição aos demais (CHARLE, 1994, p. 114). Uma das principais decorrências disso é a estruturação de uma competição pelo acesso às posições dominantes mediada por uma estrutura socialmente objetivada de trocas, fenômeno que se define por uma tensão entre os diferentes poderes e uma luta pela imposição e/ou legitimação de princípios de classificação, os quais

assumem as formas de “conflitos de definição” (BOURDIEU, 1996, p. 252-3). As divisões entre as posições centrais e periféricas se expressam, também, em determinantes regionais, os quais são muito significativos na composição das relações entre trajeto escolar e destinos profissionais. Nessas relações, a centralidade das instituições parisienses está associada a três fatores: 1) a disposição de melhores *viviers* de alunos – *Grandes Écoles*; 2) a existência de laboratórios equipados, seja na faculdade de ciências de Paris, seja nos grandes estabelecimentos mais periféricos e nas *Grandes Écoles*; 3) o controle sobre os principais recursos de financiamento, o pertencimento dos cientistas parisienses às comissões ministeriais e a distribuição dos prêmios acadêmicos (CHARLE, 1994, p. 162).

Embora uma tentativa de síntese dessas relações possa parecer bastante genérica e esquemática, principalmente porque não há uma associação de causa e efeito e a linearidade da exposição tende a ocultar a multidimensionalidade dos processos de estratificação social, cabe destacar as principais oposições com relação aos mecanismos de reprodução e sua legitimação. Na base desse processo estão em confronto diferentes princípios de legitimação e modos de reprodução, os quais estão sempre referidos à oposição entre a importância e o significado do capital econômico e do capital cultural para a definição das posições sociais. Mais diretamente vinculada à reprodução do capital econômico, estão as relações entre origens sociais e escolares, princípios de legitimação e modalidades de inserção e realização profissional marcadas pela gestão do patrimônio familiar (econômico, genealógico e social) e pelos investimentos em escolas “práticas” como condição de legitimação, cuja exigência é diretamente proporcional ao afastamento geracional (BOURDIEU, 1989, p. 407, 431, *passim*). O mesmo ocorre no polo mais diretamente associado à reprodução do capital cultural, onde a oposição fundamental se estrutura entre as “escolas de poder”, destinadas à reprodução da ordem social, e as “escolas intelectuais”, destinadas à reprodução da ordem cultural. Nesse caso, estão em pauta dois princípios distintos de excelência, os quais podem ser sinteticamente representados pela diferenciação entre “êxito simbólico” e o “êxito temporal” (BOURDIEU, 1996, p. 246). De modo mais geral, nessas oposições entre o tipo de poderes em confronto e sua legitimação está a diferenciação entre o polo temporal e o espiritual, cujo contraste é marcado pela imposição de princípios de hierarquização que variam na ordem inversa aos determinantes de origem social, na medida em que se vai do primeiro para o segundo.

A relação das origens sociais e destinos profissionais com os diferentes polos estão na base da estruturação das modalidades de carreira dominantes e na objetivação de princípios de legitimação excludentes e exclusivos, aos quais correspondem determinadas lógicas de ação. Nesses termos, as concepções de sociedade e mecanismos de estruturação social que engendram

distintas modalidades de reprodução e legitimação da dominação, são o fundamento das diferentes visões de excelência social e de mérito escolar. Ao mesmo tempo, isso está implicado nas possibilidades de existência e significados da autonomia do polo cultural (científico e intelectual). Inclusive, essa autonomia relativa define as possibilidades de colocação e formulação de questões acerca das relações entre o sistema de ensino e os processos de reprodução social e legitimação da dominação, dependendo disso, também, as chances de comunicação de pesquisas que tomam para análise esse tipo de problema.

Contrariamente ao que ocorre na França, onde há um mecanismo de seleção socialmente objetivado e fundado exclusivamente no capital cultural, em seus diferentes estados, nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha ocorre um tipo de amálgama entre o “capital familiar inicial”, as chances de acesso ao sistema de ensino superior e as condições de realização de carreiras, fenômenos que estão associados às distintas concepções de sociedade e excelência social (CHARLE, 1994, p. 98; CHARLE, 1996, p. 222-231; KARABEL, 2000, p. 65-66). O significado da escolarização nos processos de estratificação social depende das especificidades históricas de cada país, dos mecanismos e concepções de hierarquização social e do grau em que determinadas espécies de capital estão objetivadas em práticas e filosofias sociais. Assim, o lugar que a escola ocupa nas estratégias de reprodução depende tanto da distância entre o universo familiar e o sistema de ensino, quanto das configurações históricas e dos princípios e filosofias sociais que estão na base dos processos de estratificação.

No caso de países em que o sistema de mercado se impõe como princípio de estratificação social “o sucesso financeiro tende a se transformar em sistema de classificação simbólica e social por transferência das hierarquias que existem nos campos de atividades dominantes” (CHARLE, 2001, p. 229). No entanto, os efeitos do “plutocratismo” como princípio de hierarquização social estão em amálgama com outros mecanismos de estratificação, dentre os quais aqueles relativos ao significado do pertencimento a linhagens familiares, o que conforma diferenças significativas entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Para o primeiro, por exemplo, aquilo que equivaleria ao polo mais autônomo do campo cultural é dominado pela aristocracia e vinculado a referências morais e religiosas (Ibidem, p. 231). Além disso, há uma estratificação entre as instituições mais “tradicionais” (eixo *Oxbridge*), para as quais se destinam a maioria dos descendentes da aristocracia inglesa, e aquelas mais “modernas”, normalmente associadas a formação prática e de gestão. Nesse sentido, as diferentes chances de ingresso em instituições de ensino superior variam de acordo com os “escores em exames” de admissão, com a trajetória escolar prévia e com o capital econômico investido pelas famílias (ANDERSON, 1995, p. 62; COOKSON e PARSELL, 2002).

Nos Estados Unidos, a escolarização não assume significado determinante nos processos de estratificação social a não ser após os primeiros anos do século XX. Isso porque, os princípios de excelência social e sua legitimação estavam centrados no “plutocratismo”. No entanto, as transformações econômicas e sociais ocorridas na transição entre o século XIX e o XX, e a constante diminuição das oportunidades de ascensão via “mercado”, levam a uma promoção e valorização da escolarização como elemento fundamental do “American Dream” (BRINT e KARABEL, 1989, p. v-ix). Nesse lastro, ocorre a criação de um sistema de ensino altamente complexo e estratificado em todos os níveis, diretamente vinculado ao mercado de trabalho. Na base desse processo estão dois fenômenos interdependentes: 1) o reforço de determinadas sociodicéias por meio da expansão do acesso ao ensino superior como princípio de legitimação da “igualdade de oportunidades” e de uma “sociedade sem classes”. Os fundamentos disso estão nas filosofias sociais baseadas na autopromoção individual e na escolarização como um elemento fundamental para a expansão econômica e “acesso a informação e promoção da cidadania” (Ibidem, p. 5-9); 2) a concepção de mérito fundada na “doutrina da predestinação” (WEBER, 2003, p. 86), a qual atribui ao sistema de ensino uma missão de “diferenciar os estudantes em função de suas capacidades” e “os orientar em direção ao tipo de escola que corresponde ao seu nível intelectual” (KARABEL, 2000, p. 66). Assim, a estratificação do sistema escolar entre *universities*, voltadas à formação de elites, e os *juniors colleges*, destinados a mão de obra qualificada, é reforçada e legitimada pela organização vocacional como forma de resolução da desigual relação entre a demanda por escolarização e a oferta de postos de trabalho, com vistas a acomodar as esperanças as possibilidades objetivas (BRINT e KARABEL, 1989, p. 37).

Na Alemanha, a origem social tem significado determinante na formação escolar e nas chances de inserção no mercado de trabalho (CHARLE, 1994, p. 106-7). Também é relevante o controle do Estado sobre determinadas carreiras e sobre o destino escolar, o qual se exerce por meio da aplicação de exames externos. A estrutura escolar alemã se relaciona diretamente as possibilidades de acesso a algumas carreiras, configurando níveis distintos de exigências de acordo com as “chances sociais” de ingresso no mercado de trabalho (RINGER, 2003, p. 12). Há, portanto, uma forte associação entre origens sociais e destinos profissionais, visto que a “aristocracia intelectual” alemã é, primeiramente, uma “aristocracia da riqueza”, capaz de sustentar os investimentos necessários para o ingresso em determinadas carreiras (dentre as quais a de professor universitário) e para a ascensão às posições mais elevadas (CHARLE, 1994, p. 40).

No limite, as diferentes concepções e filosofias sociais implicadas na configuração do sistema de ensino em sua relação com os processos de estratificação social estão associadas a objetivação e autonomização da meritocracia escolar como princípio de legitimação da dominação e seus efeitos nos mecanismos de seleção e recrutamento, o que tende a fundamentar as possibilidades de acesso a determinadas posições. Uma das questões centrais na apreensão das relações entre escolarização e estratificação social está no efeito dos recursos prévios para a maximização dos rendimentos do título escolar e sua valorização frente a mercados profissionais e a determinadas esferas de atuação, notadamente aqueles vinculados as origens sociais. Trata-se, portanto, de considerar em que medida a ideologia da “ascensão pela escola” se autonomiza e se objetiva em práticas sociais com seus respectivos *ethos* e princípios de legitimação ou, ao contrário, quando isso não ocorre. No centro desse problema está a relação entre sistema de ensino e os mecanismos de reprodução e de legitimação de elites, ou seja, as estratégias e investimentos dos grupos e frações sociais frente à escola, dependem do poder que se pretende justificar e reproduzir. Isso engendra uma “antinomia da legitimação” escolar, na medida em que os detentores do poder temporal se valem dela para a legitimação da dominação (BOURDIEU, 1989, p. 556). Em contraposição, uma dimensão que estrutura as relações entre escolarização e hierarquias sociais se refere, diretamente, ao o campo das instituições de ensino superior e se configura pela autonomização dos critérios propriamente escolares de seleção e seus respectivos *ethos* e princípios de legitimação. Nesse sentido, a principal oposição marca a diferença entre as “faculdades temporalmente dominadas” e as “faculdades socialmente dominantes”, confrontos que são homólogos a estrutura do campo do poder e estão na base das diferentes estratégias de reprodução e legitimação da dominação (BOURDIEU, 2011, p. 70; BOURDIEU, 1989, p. 188, 375-85). Como o valor dos títulos escolares é multidimensional e não pode ser apreendido sem a consideração do conjunto de outros recursos dos quais dispõe seu portador, estão em pauta a importância do capital cultural incorporado e do capital de relações sociais vinculado ao grupo familiar e/ou ao trajeto escolar/profissional, particularmente nas relações entre escolarização e grupos socialmente dominantes.

A relação entre origem social, trajeto escolar e as diferentes modalidades de inserção de títulos universitários e chances de carreira em mercados profissionais indica que os princípios de seleção envolvem níveis distintos de mecanismos de avaliação, os quais estão referidos a modalidades de reprodução social e diferentes possibilidades de realização profissional. Tais princípios de seleção associam-se tanto às modalidades de apreciação para as quais as bases são objetiva e formalmente legitimadas, quanto a um amálgama “entre a classificação de entrada [...] e a classificação de saída”, que, “[...] segundo a lógica da denegação, permite realizar uma

classificação social de forma tal que produza efeitos sem aparecer” (BOURDIEU, 1989, p. 57-8). Na hierarquia das chances de inserção profissional e na hierarquização das carreiras estão em pauta as associações entre “as exigências técnicas e as exigências sociais, entre a exigência demandada pela definição técnica do cargo e a competência socialmente exigida pela necessidade de legitimação” (Ibidem, p. 113) desse e dos mecanismos de excelência vigentes em determinado espaço de relações. Entra em pauta aqui, a correspondência entre os mecanismos de seleção e avaliação universais, normalmente codificados, e um conjunto difuso de atributos que se define pela capacidade de impor uma maneira legítima de realização de uma função, a qual se produz, em grande medida, por aqueles que a realizam com sucesso. Colocando de outro modo, os dominantes tendem a impor como necessárias e legítimas as capacidades que eles dominam e inscrever na definição de excelência das práticas aquelas que eles possuem (BOURDIEU, 1989, p. 449).

Desse modo, o campo universitário se constitui como o lugar de coexistência entre dois princípios de hierarquização e de legitimação opostos, os quais se antagonizam na estruturação no conjunto dos poderes em concorrência, notadamente, “o capital herdado e o capital econômico e político” se opõe ao “capital de autoridade científica ou de notoriedade intelectual”. Essa oposição fundamental vai definir as diferentes modalidades de realização das carreiras dos professores de ensino superior e a relação desses com os poderes a serem reproduzidos, os quais se estruturam com base em dois princípios de legitimação concorrentes. Um deles, propriamente temporal e político, indica a dependência do campo universitário com relação aos “pontos de vista” e “princípios em vigor no campo do poder”; o outro, “que está fundado na autonomia da ordem científica e intelectual”, se manifesta pela imposição de critérios propriamente escolares de seleção e promoção e a relativa refração das origens sociais (BOURDIEU, 2011, p. 78)

De tal modo, as duas diferentes espécies de poder que estão na base da estruturação do campo universitário se dividem entre: o poder propriamente universitário, definido pelo controle dos instrumentos de reprodução do corpo professoral; e um conjunto de outros poderes de espécie diferentes, em geral, associados a notoriedade intelectual ou científica. A posse assimétrica de diferentes espécies de poderes, se associam determinados princípios de legitimação exclusivos e excludentes, os quais dependem, diretamente, da imposição e objetivação do polo intelectual e científico, em sua oposição ao econômico e político. As condições de especialização e a profissionalização das carreiras de professor universitário, a afirmação do ideal correlato ao exercício desse papel social, a diversificação e expansão das instituições de ensino superior, associam-se à lógica do processo de autonomização do campo

científico, o qual é marcado “pelas especificidades da história cultural e nacional de cada país” (CHARLE, 2001, p. 220). Ou seja, a construção do mercado de postos universitários e chances de profissionalização nos países centrais dependem, diretamente, das suas condições históricas de realização e objetivação. Nesses casos, ocorre uma progressiva diferenciação entre as carreiras universitárias e políticas, além do que, no próprio campo cultural, há uma dissociação crescente entre um polo mais científico e um polo mais “simbólico”, o qual, em geral, está inserido nas estruturas de mediação entre a “produção cultural” e a luta política, oposições que estruturam o campo das instituições de ensino superior e as diferentes modalidades de ascensão e realização profissional (CHARLE, 2001, p. 220, 240 e *passim*).

Os diferentes processos de profissionalização e a progressiva autonomização do campo universitário não podem ser apreendidas sem a consideração de sua estrutura de poder, suas relações com outros campos, as especificidades históricas e condições de emergência do corpo de profissionais, de seus produtos e do mercado de bens simbólicos e cargos. Inclusive, as diferentes modalidades de objetivação do polo cultural e científico, seu significado e recursos mais valorizados estão associadas ao contexto histórico-social de sua emergência. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a reivindicação da autonomia do conhecimento científico frente às tomadas de posição políticas, particularmente nas ciências sociais, corresponde a adoção de modelos matemáticos como modo de legitimação da neutralidade dos resultados de pesquisa, fenômeno associado ao contexto específico pós Segunda Guerra mundial (KARABEL, 2000, p. 70; BRYANT, 1989). Assim, legitimidade científica está associada ao domínio e uso de determinadas técnicas de tratamentos de dados como formas de validação ou refutação de teorias (BOURDIEU, 1991, p. 381). Além disso, os padrões de excelência científica e de avaliação de mérito estão vinculados às concepções e filosofias políticas e sociais que fundamentam a ordem social, ou seja, o “pluralismo” como princípio de igualdade (LAMONT, 2009, p. 242 e *passim*), e a inclusão dos produtos do conhecimento científico no mercado econômico como forma de regulação e impessoalização da competição (WHITLEY, 2003; 2008).

Em países periféricos, ao contrário, as categorias de profissionais da manipulação simbólica são mais dependentes do Estado, das posições sociais de origem e da referência aos princípios de classificação que fundamentam as lutas políticas. Como a expansão do mercado de bens simbólicos é restrita e controlada por mecanismos de importação seletiva, esses profissionais tendem a se dirigir a públicos mais restritos, “particularmente às classes superiores instruídas” e fortemente influenciadas “pelas nações ocidentais mais avançadas, das quais eles partilham” os referenciais e seus princípios de legitimação (CHARLE, 2001, p. 157). Na

Europa, um dos casos em que a oposição entre o polo temporalmente e o escolarmente dominante ocorreu de modo bastante diverso dos demais países, é o da Itália. Nesse país, durante o período da diversificação, expansão e profissionalização do ensino superior, mantém-se uma forte tendência ao uso das “ciências” e das “artes” como modos de instrumentalização de determinados estilos de vida e tomadas de posição política. Indicando uma inclinação significativa dos “intelectuais” à “multiposicionalidade” e a “transição entre diversos espaços” de atuação, fato que configura uma sobreposição entre diferentes “critérios de hierarquização” profissional e de legitimação social e científica (Ibidem, p. 70 e 212). No caso da América Latina, além do uso da relação com o conhecimento científico como doação de sentido e adesão a causas tidas como fundamentais, a centralidade das relações de reciprocidade e da função de mediação entre múltiplas esferas de atuação, direcionam as estratégias para a ocupação de cargos que permitam controlar a distribuição de recursos diversos, o que tende a transferir esse princípio de hierarquização dominante para diferentes universos sociais, dentre os quais, para o espaço universitário. Além disso, o processo de dupla exclusão no qual se encontram as elites intelectuais em países culturalmente dependentes, implica na constituição de identidades fundadas no “sentido de missão” (PÉCAUT, 1990; SIGAL, 1996; LEMPÉRIÈRE, 1992).

A autonomização do campo cultural e científico e seus significados dependem, portanto, de determinadas transformações históricas e sociais concretas, entre as quais se pode destacar: a) a formação de um mercado; b) a constituição de um corpo de profissionais especializados; e c) a instituição e legitimação de instâncias de consagração específicas e dos recursos mais valorizados nessas relações (BOURDIEU, 1972, p. 100). Trata-se, assim, de levar a sério o conjunto de recursos operantes na estruturação e hierarquização desses espaços de relações em diferentes países, assim como os princípios de legitimação e classificação em pauta, e para tipos de concepções e filosofias sociais esses remetem. No caso do campo científico, a polarização ocorre com base na posse diferencial do “capital de autoridade propriamente científica”, mais associado ao polo socialmente dominado e cientificamente dominante, e do “capital de poder sobre o mundo científico”, em geral, mais presente no polo socialmente dominante, onde os cursos e instituições são mais voltados à aplicação prática dos produtos das ciências (BOURDIEU, 2008, p. 82). Portanto, “compreende-se que a oposição principal concernente ao lugar e ao significado que as diferentes categorias de professores conferem praticamente (e principalmente no seu orçamento-tempo) à atividade científica e a própria ideia que tem de ciência”, vão ser constitutivos dos diferentes embates pela definição dos objetos, dos padrões de cientificidade e das modalidades de realização profissional (BOURDIEU, 2011, p. 84; BOURDIEU, 1975, p. 96).

Como um tipo específico de capital simbólico, o capital científico está fundado no reconhecimento, de modo que os mecanismos de avaliação do valor científico dos produtos obedecem a lógica do sistema de “defesa coletivo”, sendo, portanto, constantemente objeto de disputa entre os protagonistas das lutas no interior do respectivo campo (BOURDIEU, 2008, p. 83 e 129). Isso porque, “a definição daquilo que está em jogo na luta científica faz parte do próprio jogo da luta científica, e os dominantes são aqueles que conseguem impor a definição de ciência” que corresponde ao fundamento de legitimação de sua posição (BOURDIEU, 1975, p. 93). Um forte indício disso é a baixa formalização dos critérios de avaliação e sua sujeição a força social do grupo dominante no interior de determinadas faculdades ou disciplinas, o qual tende a impor os princípios de excelência profissional e de realização das denominadas “carreiras de sucesso”, fato que ocorre com mais frequência onde a independência frente às solicitações externas está mal afirmada. No entanto, essas lutas em torno da definição e imposição de classificações estão referidas a um determinado modo de dominação, ao qual correspondem os respectivos constrangimentos estruturais, *ethos* e filosofias sociais objetivadas em esquemas de percepção e lógicas de ação. Tratam-se de formações sociais nas quais o individualismo de caráter universal se objetiva em práticas e concepções sociais e as relações de dominação estão associadas aos princípios de equivalências e trocas sociais mediadas por mecanismos objetivos, não passíveis de manipulação aberta de acordo com as vontades individuais (BADIE e HERMET, 1993, p. 103; BOURDIEU, 1980, p. 217-8).

Assim, os diferentes graus de autonomização das disciplinas variam “de uma forma inversa da hierarquia segundo o capital temporal”, por isso, “dizer que o campo é relativamente autônomo”, com relação ao “universo social circundante, significa que o sistema de forças constitutivas da estrutura do campo (tensão) é relativamente independente das forças que se exercem sobre o campo (pressão)”, ou seja, a autonomização depende da objetivação de um princípio de seleção e hierarquização universalizável e reconhecido como legítimo (BOURDIEU, 2008, p. 70, 81). Nesses contextos históricos, mesmo que o valor dos títulos escolares e do respectivo capital científico em jogo esteja atrelado a outras modalidades de recursos, dentre os quais, o capital de relações sociais (BOURDIEU, 2011, p. 86), as possibilidades de usos desses recursos são limitadas. Independente, dos mecanismos de cooptação e de legitimação serem diversos e multifacetados (WEISZ, 1979), estão sempre referidos a determinados critérios universais e universalizáveis, o que impõe limites às estratégias de cooptação e patronagem, assim como ao uso de princípios de apreciação não referidos ao campo, o que faz com que as “redes” nunca sejam totalmente certas, podendo ser neutralizadas com base em critérios de seleção e hierarquização estritamente escolares

(CHARLE, 1994, p. 200-1). É exatamente nesse ponto que se encontra uma das principais dificuldades na definição de um esquema de análise a partir de referenciais forjados em outros contextos históricos e sociais. Ao invés de um esforço para desengajar o raciocínio e as concepções epistemológicas implicadas no modelo lógico-conceitual, há uma tendência à transposição dos resultados de pesquisas, ou seja, opera-se um raciocínio por analogia: existem instituições e regras formais, logo existem campos relativamente autônomos. O principal resultado é um efeito de teoria, a partir do qual, a legitimação de determinadas relações com base na força social da ciência e na referência a sociedades tidas e proclamadas como mais “modernas”, decorrente de uma relação não refletida com o objeto de pesquisa, configurando um tipo de “teoria da modernização espontânea” (CORADINI, 2012, p. 3).

Enquanto o polo científico retira sua legitimidade da formalização contínua dos critérios de entrada e do alongamento dos percursos que conduzem às posições dominantes no respectivo campo, o que tende a diferenciar progressivamente as carreiras políticas das carreiras universitárias (CHARLE, 2006, p. 261, 424-426), o polo literário do campo cultural encontra sua realização nos próprios conflitos de definição que implicam a posição de escritor. Nesse caso, “uma das apostas centrais das rivalidades literárias é o monopólio da legitimidade literária”, poder que confere as possibilidades de “dizer com autoridade quem está autorizado a dizer-se escritor”, fundamento de consagração dos produtores e produtos (BOURDIEU, 1996, p. 252-253). No entanto, esse princípio fundamental implicado na luta pela definição legítima de escritor, está na base da diferenciação entre o “êxito simbólico” e o “êxito temporal”, fundamento de autonomização do campo de produção cultural. Quanto mais o princípio de hierarquização interna se descola das imposições derivadas das origens sociais ou do poder político (externo ou interno), mais as “forças simbólicas” são “favoráveis aos produtores” independentes da demanda externa, constituindo um corte entre “o subcampo da produção restrita” e o “subcampo de grande produção”, simbolicamente dominado (Ibidem, p. 106, 246). No meio do caminho entre esses polos distintos, situam-se os *hommes doubles* (censores, críticos de teatro e literatura, diretores de teatro, animadores de associações culturais, editores), ou seja, intermediários entre a produção cultural e o mundo social (CHARLE, 1992, p. 75). Os conflitos entre segmentos internos ao campo de produção cultural dependem de um duplo distanciamento: 1) frente aos poderes econômicos e políticos; e 2) frente as representações que fundamentam as hierarquias (BOURDIEU, 1991, p. 8). De um dado, as estratégias de consagração literária se voltam para as “academias”, representantes da consagração temporal no interior do campo cultural, contribuindo para a perda de autonomia relativa (SAPIRO, 1996), por outro, o investimento na contestação das instituições literárias e artísticas e a invenção da

“vida de artista” implica em uma “ruptura com os dominantes” e a imposição de critérios éticos e estéticos específicos de julgamento do valor dos produtos culturais (BOURDIEU, 1996, p. 79).

Os conflitos geradores das estratégias de carreira e das modalidades de investimento e legitimação, se constituem relativamente a um estado determinado das relações de força internas aos diferentes campos, “produto da objetivação” da história social dessas lutas em “instituições e mecanismos”. O descolamento dos interesses individuais imediatos, e sua mediação através de estruturas que impõe suas formas de apreensão e finalidade, implica no alongamento dos “circuitos de legitimação” e sua desconexão frente aos golpes de força política e às estratégias de autoconsagração. Ne “medida em que o campo se constitui como tal, a produção” de seus produtos, “de seu valor, mas também de seu sentido, reduz-se cada vez menos exclusivamente ao trabalho” individual (BOURDIEU, 1996, p. 330). Ao contrário, a concorrência pela “produção e imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social”, produto da diferenciação crescente do campo do poder, encontra sua eficácia simbólica na independência reconhecida “daquele que consagra em relação aquele que é consagrado”. A dissimulação das relações de dominação ocorre na medida em que se “distância das pessoas, ou mesmo de instituições particulares”, e se torna “coextensiva à estrutura do campo do poder”, manifestando-se através da interdependência entre “todo um conjunto de campos e de poderes” que engendram “ações e reações aparentemente anárquicas”, produtoras de “circuitos de trocas” que tendem a garantir as lutas pelo poder e sua perpetuação, independentemente de regimes políticos ou grandes dinastias (BOURDIEU, 1989, p. 449-455). Em contraposição, a dependência direta e pessoal rompe com o circuito de legitimação enquanto “independência reconhecida”, instaurando um modo de consagração que “se inscreve na estrutura de mediação e no conjunto de práticas sociais” (CORADINI, 1998, p. 216).

Os principais trabalhos que tomam como referencial empírico uma sociedade “não ocidental” e que servem de esquema de análise para a presente pesquisa, destacam o caráter elementar da dominação, decorrente da não objetivação de campos relativamente autônomos (BOURDIEU, 1979; 1980, 2000). Entretanto, o contexto histórico e social do Brasil não se configura como uma realidade completamente oposta àquela dos países do norte. Significa que, entre o modo de dominação fundado na objetivação de mecanismos impessoais de trocas reguladas, e aquele que se realiza de “pessoa para pessoa”, se interpõe um modo de dominação periférico, resultado da combinação específica entre instituições com pretensões universais e a personalização dos meios e dos mecanismos de distribuição do poder. Nesse caso, os determinantes sociais e institucionais constituem um dos canais de mobilidade, sempre

completados pela adoção de um “padrão de comportamento” socialmente reconhecido e historicamente constituído, cuja base de descolamentos e ascensão social se conectam às situações nas quais os indivíduos podem melhorar sua posição através da “manipulação judiciosa de laços sociais” (WOLF, 1956, p. 1071-1072). Como se trata de uma realidade histórico-social constituída pela justaposição de tecnologias formais de dominação importadas seletivamente, paralelamente às relações fundadas no comprometimento pessoal se constitui um espaço significativo para a incerteza, ou seja, parte das estratégias de reprodução e de carreira estão atreladas às possibilidades de investimentos derivadas dos processos contínuos de importação institucional, sobre os quais nenhum indivíduo singular ou fração social tem o controle pleno. É assim que os níveis iniciais de entrada em diferentes espaços de atividades são mais “porosos” àqueles que adquirem os signos de excelência social e galgam o reconhecimento da “boa sociedade”, notadamente através dos diplomas escolares e/ou do engajamento e militância. De modo geral, isso coloca em evidência o problema específico da existência formal dos instrumentos de produção e distribuição do poder e sua não objetivação histórica e social. A principal resultante disso é a existência de um conflito latente entre a apropriação privada dos meios de poder, e a formalização de procedimentos referidos aos padrões de modernidade visados. Trata-se de um conflito latente, pois a contradição implicada nessa sobreposição só ganha evidência na medida em que é publicizada pelo conflito político, ou seja, o conflito pela distribuição do poder, ele mesmo diretamente atrelado ao exercício do controle personificado encampado em estruturas formais de conflito – partidos, faculdades, comissões, associações, academias, burocracia. De tal modo, a definição de um esquema de análise deve levar em conta “a universalidade do reconhecimento oficialmente concedido aos imperativos de universalidade” (BOURDIEU, 2001, p. 149), e o conjunto de atributos e recursos que definem os sistemas de relações em determinados espaços de atuação e que não podem ser tomados sem a consideração de seu portador. Isso porque, a sobreposição entre relações baseadas na acumulação de capital simbólico personificado e os mecanismos de universalização de interesses, coloca no centro das disputas o acesso às instâncias de formulação e imposição de critérios e regras de avaliação e hierarquização das carreiras. Como o rendimento dos recursos é mediado por relações personificadas e, ao mesmo tempo, os cargos são legitimados por regras jurídicas, a concorrência não está completamente subordinada a violência aberta e a exclusão completa dos adversários. Assim, as chances acesso, de ascensão e de reconhecimento em determinados espaços de atuação são dependentes de modalidades de inserção em redes de relações personificadas, as quais são determinantes nos processos de

hierarquização e definição dos critérios de excelência e de reconhecimento, portanto, estão referidas as lógicas particularistas e são fundadas no julgamento total da pessoa total.

Considerando as perspectivas adotadas, as possibilidades de apreensão das relações de reciprocidade e das estruturas de mediação entre instituições e esferas de atuação dependem de uma ruptura prévia com a própria abordagem “realista” de tais processos, ou seja, a transição de uma relação concebida como concreta e isolável à uma estrutura de relações que configuram processos de troca entre agentes controlando recursos desiguais (MÉDARD, 1976, p. 120-22). Isso se evidencia através de indicadores de pertencimento à determinados espaços, “clubes”, associações, ou seja, relativamente à frequência e circulação em distintos universos de socialização e os posteriores efeitos sobre as trajetórias individuais e coletivas (a subida de turmas escolares, de membros de clubes, etc.). O sistema de patronagem derivado da sobreposição entre redes de relações personificadas (BOISSEVAIN, 1966, p. 25), tende a sobrevalorizar a posição de intermediário enquanto agentes que “cortam transversalmente as divisões institucionais da sociedade” a partir da utilização extensiva de relações estabelecidas em distintos contextos sociais (BARNES, 1987, p. 160). Portanto, a relação de reciprocidade que funda a estrutura de mediação é multidimensional, se inscreve como um compromisso moral, ou seja, a instrumentalidade é denegada enquanto tal através do estabelecimento de uma cumplicidade, cujo princípio de qualquer funcionalidade específica é rompido pelo comprometimento total do indivíduo. Em outros termos, trata-se de uma relação na qual o “dom” ou “serviço realizado” transpõe a lógica da finalidade específica e se inscreve na “finalidade sem fim”, ou seja, no comprometimento pessoal cuja ruptura é total. Institutiva de uma “troca desigual”, variável a partir de um sistema de indicadores cumulativos: desigualdade de acesso aos recursos distribuíveis; desigualdade de status; bases sociais (MÉDARD, 1976, p. 106-109), as “pirâmides de clientela” formam uma estrutura hierarquizada de trocas cuja própria existência tem como consequência a perpetuação das desigualdades e da dependência (Ibidem, p. 115).

No modo de dominação periférico, portanto, as relações com a política enquanto capacidade de interferência direta ou indireta na distribuição do poder constituem um dos recursos centrais na hierarquização social e nas possibilidades de carreira. Em um contexto como esse, “a relação política [...] é, ao mesmo tempo, o resultado de uma adesão subjetiva que se exprime através da amizade, e um meio para acessar aos recursos sociais controlados pelos detentores de cargos políticos ou aqueles que operam a mediação entre esses últimos e as populações” (BRIQUET, 1999, p. 13-14). Historicamente constituídas ao longo do período colonial e pós independência por redes de relações de parentesco e sociabilidades derivadas da

ancoragem local e/ou do desenvolvimento de atividades produtivas, as relações com a política no Brasil estruturam ligações de sujeição entre os detentores dos meios de produção, ou portadores de signos de distinção, e os dependentes (BRIQUET, 1996; 1999). Nesse contexto, o processo crescente de ampliação da burocracia e da concorrência pelos cargos políticos eleitoralmente em disputa, e o papel cada vez mais central que as instituições públicas vão assumindo na gestão dos conflitos locais, contribui para o estabelecimento de “modalidades específicas de relação com o Estado” (BRIQUET, 1999, p. 16-17), cujo resultante é a instrumentalização das relações com a política e, inversamente, a hiperpolitização da esfera social. Assim, configura-se uma um princípio de hierarquização centrado na capacidade de operar a mediação entre diferentes segmentos sociais, instituições, grupos e níveis de domínio político. Trata-se, portanto, de ocupar posições em diferentes níveis de “alocação de recursos”, as quais, ao mesmo tempo, tendem a legitimar os mediadores. De tal modo, a progressão na hierarquia não se realiza de forma linear e cumulativa segundo o modelo de uma carreira, mas “resulta, sobretudo, de uma soma de investimentos multissetorias que conduzem a uma multiposicionalidade” (COLLOVALD, 1988, p. 35).

A importação da administração e da ideia de “racionalidade burocrática” enquanto um universal transhistórico, que se faz existir e justificar pela própria aplicação de procedimentos formais, funciona, ao mesmo tempo, como elaboração de uma imagem social equivalente àquela dos países exportadores, e como um modo de “autolegitimação” daqueles que ocupam essas posições. (BADIE, 1992, p. 190). Sendo assim, há uma incompatibilidade entre os discursos públicos e oficiais sobre os “modos de comportamento” e as lógicas práticas que regem as estratégias de reprodução, no entanto, mais do que constatar esse fenômeno, trata-se de colocar em pauta as “razões dessa distorção” (BRIQUET, 1999, p. 9), ou seja, as bases materiais e simbólicas sobre as quais se assentam os mecanismos de dominação. De modo geral, portanto, o conjunto dessas relações que fundamentam as possibilidades de carreira e ascensão social baseiam-se no “particularismo (individualização dos bens coletivos), na satisfação dos interesses pragmáticos, numa forte personalização do espaço político, numa relativa indiferenciação dos modos de avaliação das relações políticas e daquelas de outros domínios de atividade social” (como as relações familiares, de sociabilidade e de amizade) (Ibidem, p. 17-18). Como se tratam de relações totalizantes, ou seja, que perpassam os diferentes domínios de atividades, as condições de ruptura se apresentam através da “saída do sistema”, cujo resultado mais imediato é a morte simbólica (ostracismo), ou a “adaptação individual ao sistema”, o que tende a reforçá-lo (JOBERT, 1983, p. 543). Em um contexto como esse, a análise dos processos de recrutamento e seleção de elites deve tomar em conta o conjunto de

recursos que definem as relações de estratificação social e as chances de carreira e, concomitantemente as redes de relações suscetíveis de serem mobilizadas ou, ao menos, manifestadas (BOURDIEU, 1980, p. 60), e que são subjacentes aos títulos, honrarias e deslocamentos de trajetória.

1.3 METODOLOGIA, VARIÁVEIS, FONTES E LIMITES DE ANÁLISE

De maneira geral, é possível dividir o modo de organização da presente pesquisa a partir de três eixos fundamentais. O primeiro está associado ao esforço de apreensão dos determinantes sociais das carreiras, assim como suas relações com as possibilidades e significados da diversificação bases sociais do recrutamento. O segundo direciona-se à reconstituição dos diferentes espaços de atuação nos quais se movem os agentes em pauta, atentando para os critérios de hierarquização e os determinantes sociais e institucionais que pesam sobre as diferentes formas de realização social e “profissional”. Por fim, a análise recai sobre as modalidades e estratégias de carreira acionadas pelas diferentes frações de elites em pauta, cujo objetivo é apreender as condições de afastamento e similitude entre os recursos mobilizados e os investimentos que as caracterizam. O conjunto de procedimentos e aportes metodológicos utilizados com vistas ao tratamento das questões em pauta são bastante variados, combinando a gênese de mecanismos de hierarquização e diferenciação social, os processos de redefinição dos princípios de legitimação e seus efeitos para a recomposição e diversificação de elites durante a Primeira República. Em termos gerais, isso implicou na utilização de múltiplas fontes de informações e o trabalho de síntese histórica, combinado com a elaboração de uma base de dados a partir da qual foram confrontados os distintos modos de excelência social e profissional, relativamente aos seus contextos específicos de desenvolvimento e de *mise-en-scène*, atentando para as condições sociais, culturais e institucionais de emergência e transformação do campo do poder enquanto espaço relacional analiticamente construído. Os procedimentos adotados relacionam-se, pois, a proposição segundo a qual é impossível separar as análises históricas, daquelas da estrutura social e das carreiras. A adoção dessa perspectiva permite, por um lado, a compreensão das lutas em torno da conservação/modificação dos modelos de reprodução dominantes, em parte associados aos processos de transição de regimes políticos; por outro, coloca em pauta o descompasso entre tais processos, seus respectivos “mitos

justificadores” e o conjunto de práticas e mecanismos de estruturação do mundo social (CHARLE, 1989, p. 49). Se determinadas posições sociais, categorias socioprofissionais e atividades englobam representações e disposições com relação ao seu próprio “lugar social”, isso é dependente, ao mesmo tempo, da história social de constituição e definição desses “lugares” e de sua posição específica em um dado estado das relações de força e de divisão do trabalho de dominação.

O primeiro dos eixos de análise engloba uma série distinta de fontes de informações e procedimentos de sistematização, com o objetivo de relacionar as transformações objetivas das condições sociais e a transição entre formas de classificação e excelência social. Em linhas gerais, trata-se de analisar as bases de estratificação social, suas transformações e suas relações com as condições de diversificação do campo do poder. O cotejo entre os indicadores “macrossociais” e as transformações nas categorias de percepção e classificação, as quais são o fundamento das práticas e dos princípios de hierarquização, permitem apreender os critérios de excelência social e os modos de dominação vigentes, assim como os efeitos e relações da estrutura social mais geral com as chances de carreira e modalidades de investimento social e “profissional”. Em geral, nos processos de redefinição das concepções sociais e de transição (ou sobreposição) entre discursos justificadores das práticas, o que está constantemente em disputa são os “projetos de modernidade” acionados, os quais são normalmente referidos aos países ocidentais (KARADY, 1991, p. 111). Sendo assim, para além dos processos de importação e apropriação de modelos políticos, sociais e suas respectivas ideologias, trata-se de colocar em pauta as filosofias sociais e da história subjacentes e seus efeitos na redefinição das visões e divisões do mundo social.

Os procedimentos adotados na reconstrução da estrutura do espaço social apresentam uma série de limites, em grande medida, decorrentes da inexistência de sínteses prévias ou de informações estatísticas extensivas e variadas. Nesse sentido, as principais fontes de informações podem ser elencadas em quatro eixos fundamentais: i) uma série de referências bibliográficas sobre o Segundo Reinado e Primeira República; ii) um levantamento da bibliografia de época, composta principalmente por obras literárias, memórias e relatos históricos e manifestos políticos; iii) os Anais do Senado, das Assembleias Constituintes, as Coleções de Leis e Decretos e os Relatórios Ministeriais do Império e da Primeira República; iv) recenseamentos e anuários estatísticos do período. O levantamento da bibliografia utilizada como fonte de informação foi realizado em um tipo de procedimento que se assemelha a técnica de “bola de neve”, ou seja, foram sempre examinadas as fontes dos trabalhos utilizados, na medida em que estas foram se repetindo e que as informações novas sobre determinados

processos foram se esgotado, o levantamento cessou. No que tange aos Anais do Senado, foram utilizados aqueles que compreendem o período entre 1850 e 1890, espaço temporal que representa justamente as disputas pela redefinição dos critérios de excelência social e das próprias representações sobre o mundo social e a administração do Estado. Em termos gerais, o tratamento das transformações históricas e das concepções sociais em pauta no período obedeceram aos objetivos mais amplos da pesquisa, quais sejam, a indicação das concepções de hierarquização social, as possibilidades de diferenciação entre frações e segmentos sociais e suas relações com as condições de diversificação do campo do poder.

No exame das transformações da estrutura social e nas representações acerca dessa estrutura, está em jogo a apreensão das relações entre os critérios de excelência e as “classes” e frações sociais eleitas como as “vanguardas” do período, ou seja, aqueles grupos que, relativamente à conjuntura histórico-social em pauta, se projetam como “agentes da mudança” ou “profetas do futuro”. Buscou-se, portanto, apreender as definições de excelência social e de “mérito” que embasam as reivindicações de acesso aos postos abertos pela instauração da República. A estratégia adotada para tanto foi a centralização da análise em dois tipos de produções culturais: i) nos trabalhos de época que se apresentam como explicações acerca das causas que conduziram a instauração da República; ii) em memórias, opúsculos, manifestos políticos, biografias, discursos e diversos outros tipos de impressos de época. Em geral, tais produções permitem evidenciar os princípios de excelência e as concepções de sociedade e de política em disputa, assim como os adjetivos associados à transformação do regime político, seja por sua exaltação, ou pela crítica aos vícios do período anterior, os quais tendem a ser acionados como justificativa para a queda do regime monárquico e ascensão do republicano. A partir desse ponto, pode-se colocar em relação os recursos de legitimação acionados com vistas ao acesso às oportunidades abertas pelo novo regime e os mecanismos e práticas sociais que estão imersos nas condições de realização das carreias e de diversificação do campo do poder. Isso porque, a imagem pública ou oficial que as instituições e grupos tendem a produzir de si mesmos, é o resultado do encontro entre as transformações nas formas legítimas de acesso aos cargos ou posições e a posse diferencial de recursos por parte dos agentes interessados.

Os elementos que fundamentam as representações sobre a realidade social e suas hierarquias só podem ser apreendidos na medida em que são confrontados com as condições sociais de sua realização. Nesse ponto, dois problemas se colocam: i) a quase inexistência de pesquisas sobre a estrutura social do período; ii) o caráter completamente exógeno das classificações socioprofissionais divulgadas pelas estatísticas oficiais. Com relação ao primeiro ponto, o que se dispõe são trabalhos monográficos que se referem a dinâmicas de estruturação

social específicas, ajudando a compreender a heterogeneidade escondida no interior das categorias de classificação socioprofissional. Além disso, permitem o entendimento das relações concretas e das posições e *status social* reivindicados e atribuídos a determinados grupos e “atividades profissionais” (HERRMANN, 1948, STEIN, 1961, 1990; LINHARES, 1974; COELHO, 1999; CARVALHO, 1997, 2003). No que tange aos dados oficiais e mais gerais, produzidos com vistas a caracterização da população, sua utilização exige uma reflexão específica sobre as convenções de equivalência utilizadas e suas relações com a “realidade” que ela mesma pretende representar. Os mecanismos de apropriação e os próprios documentos de divulgação das informações estão ancorados estilisticamente no modelo francês de apresentação de resultados. Inclusive, os anuários estatísticos do Brasil tem suas primeiras versões publicadas em língua portuguesa e francesa, simultaneamente. Isso só vai se modificar no período pós revolução de 1930, notadamente pelo reforço do nacionalismo. O primeiro recenseamento da população que logrou êxito foi aquele de 1872, o qual estava inserido em objetivos bastante específicos: a participação do Brasil no Congresso Internacional de Estatística e População, realizado em São Petersburgo. A iniciativa de formulação de um quadro internacional de estatísticas foi objeto de discussão na Exposição Universal de Londres, em 1851. Nesse contexto, proposta por Adolphe Quételet⁵, a padronização de um quadro geral de informações sobre população visava “recolher sob um mesmo plano” a maior quantidade de “dados estatísticos” possíveis para os diferentes países, para tanto, elaborou-se um “plano relativo à uniformidade” dos princípios estatísticos para os recenseamentos, buscando apreender “o movimento natural da população, as migrações, a justiça e a instrução pública” (BUNLE et LEVY, 1954: 12-13).

O primeiro dos efeitos desse processo de importação de um esquema de classificação social com finalidades específicas de comparação internacional é o enquadramento das divisões e clivagens *ad hoc*, ou seja, a representação da estrutura social é externa as próprias lutas objetivadas no contexto em pauta. Nesse sentido há uma transição entre o processo de declaração e registro da “atividade profissional” dos recenseados e as categorias formalizadas como modo de expressão dos resultados com vistas ao enquadramento da população no âmbito do Estado (DESROSIÈRES, 1989; KRAMARZ, 1991). A primeira questão a ser levada em conta é que se trata de um processo de importação e imposição de um esquema de classificação social em uma sociedade baseada no trabalho servil, na qual a “profissão” é apenas um dos indicativos do *status social*. Em outros termos, há um forte *gap* entre a imagem produzida e a

⁵ Para uma discussão acerca da concepção de Quételet sobre o uso das estatísticas em ciências sociais, ver DESROSIÈRES (2008a, p. 239-256).

realidade social e historicamente objetivada. Além disso, dadas as condições sociais e culturais de relação com o universo das classificações sociais legítimas, há uma tendência significativa de que estas sejam reconhecidas e reivindicadas pelas frações sociais para as quais elas fazem sentido. A classificação socioprofissional adotada no primeiro recenseamento da população brasileira, foi modificada para um sistema elaborado por Jacques Bertillon⁶ e mantido até os anos 1940. Por um lado, o fundamento básico de tal sistema de classificação estava na divisão por setor de atividade, assim como os anteriores; por outro, a há uma constante supressão/substituição de categorias ocupacionais específicas, o que exige uma atenção especial às possibilidades comparativas entre os diferentes recenseamentos e uma reflexão sobre os limites da análise⁷. Dadas as próprias estruturas cognitivas e os modos de apreensão da realidade social do período, as macro-divisões entre “profissões intelectuais”, “profissões manuais” e “proprietários” perpassam todo o conjunto dos recenseamentos.

Independentemente do fato de tais divisões serem algo externo aos processos sociais e clivagens historicamente constituídas no contexto brasileiro, elas fundamentam o imaginário de época acerca da estrutura social e da participação do Estado na gestão dos problemas sociais e de governo. Ou seja, fazem parte dos modos de classificar a sociedade, de vê-la e de separá-la em grupos⁸. Além disso, inserem o país em um universo de circulação internacional de modelos de estruturação social e de ingerência sobre tais processos, indicando a “performance” de similitudes com outros contextos nacionais. Do mesmo modo, a circulação dos modelos de representação da realidade social e sua utilização como forma de classificação das populações fazem parte dos efeitos próprios do mimetismo que tende a fundar as similaridades entre os países formuladores de classificações e os importadores. É com relação a isso que tais informações devem ser analisadas, até mesmo porque, são produto da ação de determinados indivíduos e grupos engajados nos esforços de apreensão (ou de produção) das divisões sociais, instituindo os “lugares” e as inter-relações entre as “classes” em construção no período, segundo a própria visão dos contemporâneos. Tais relações entre a estrutura social e os processos sociohistóricos em curso são correlatos à importação de ideologias políticas e sociais, as quais tendem a projetar e forjar o esquema de organização e hierarquização social que lhe são pressupostos, assim como as decorrentes divisões e confrontos definidos pelas relações entre as “classes” sociais, as “funções do Estado”, as “liberdades individuais”, a “noção de propriedade”, os “critérios de excelência social e profissional” e os modos de “gestão pública”

⁶ PALSKEY (2002).

⁷ Para as modificações nos processos e definições nos recenseamentos na França, ver CLOSON (1953).

⁸ ANS, 1880, L. 8.

(ORY, 1987). A concepção funcionalista implícita na configuração dos “lugares” e “funções” atribuídas aos grupos que passam a ser identificados a processos históricos específicos é decorrente da projeção de transformações sociais ocorridas – ou em curso – em outros contextos nacionais e sua respectiva identificação e/ou definição como realização “da modernidade”. Nesse sentido, cabe confrontar como se desenha a estrutura social em cada um dos recenseamentos com os discursos que configuram as representações e identificações com determinadas posições, categorias ocupacionais e os confrontos proclamados entre elas.

As condições de tratamento dessas questões dependem, como destacado anteriormente, da disponibilidade de informações sobre a população em geral e, também, da medida em que determinadas classificações passam a ser incorporadas ao discurso político e as tomadas de posição. Com relação ao primeiro ponto, são utilizados, principalmente, dados relativos aos recenseamentos de 1872, 1890, 1900 e 1920, e aos anuários estatísticos do Brasil de 1908-1912. A dificuldade de comparação longitudinal pode ser reduzida a partir da atenção às “estruturas hierarquizadas de categorias” relativamente aos distintos momentos históricos em pauta (CHARLE, 2006, p. 68). A raridade dos recursos permite especificar o universo de concorrentes potenciais e as transformações morfológicas nesse universo ao longo do tempo, ou seja, indicam aqueles que dispõem das credenciais para o ingresso na concorrência e, também, seu significado frente ao conjunto dos processos de estratificação social. Nesse sentido, um dos principais problemas relativamente aos relatórios estatísticos oficiais é que as tabulações e cruzamentos entre variáveis são previamente definidos, sendo impossível o estabelecimento de outras relações que não aquelas divulgadas nos documentos originais. Como a caracterização da população foi produzida a partir de outras razões de ser que não aquelas da pesquisa em curso, a utilização das informações limita-se aos esforços em indicar a raridade de determinados recursos na conformação dos mecanismos de diferenciação social. Dentre as fontes selecionadas, o recenseamento mais completo da população é aquele de 1920. A divulgação dos procedimentos de coleta e dos princípios classificatórios, assim como a especificação das categorias socioprofissionais com base em quarenta e seis grupos, com indicação de setores de atividade, permite um detalhamento muito mais claro das diferenciações sociais. Além disso, em 1920 foram realizados os censos industriais e de estabelecimentos rurais, o que permite uma caracterização desses universos de atividades e, particularmente, a apreensão do processo de divisão social e de concentração da propriedade como elemento fundamental na estruturação do domínio político. Com exceção do referido censo, para o qual há uma pesquisa específica sobre o universo industrial e rural, com especificação dos rendimentos dos trabalhadores desses setores, informações referentes ao rendimento associado a determinadas ocupações são bastante

escassas. Novamente, as principais indicações são provenientes de trabalhos monográficos e, também, de fontes oficiais a partir das quais são estabelecidos os rendimentos de categorias ligadas ao estado, tais como o funcionalismo público e as forças armadas. O esforço de composição da estrutura social e das condições inscritas nas diferentes posições permite a compreensão das possibilidades objetivas de diversificação do campo do poder, ou seja, das chances de acesso aos recursos que estão na base das divisões sociais.

A situação de escassez de informações não é muito diferente quando se considera o sistema de ensino e suas transformações ao longo do período. Isso varia, inclusive, com relação às instituições oficiais existentes no período imperial, com disponibilidade de dados mais completos para as faculdades de direito do que para as de medicina, tanto no que tange ao movimento do alunado, quanto nas informações relativas ao quadro professoral. Os referidos limites atingem, principalmente, os níveis mais baixos de ensino (primário e secundário), para os quais as indicações são muito mais esparsas. Fica-se limitado aos trabalhos dedicados à compilação de relatórios ministeriais, tais como os de Primitivo Moacyr (1936, 1937, 1938, 1939, 1940), ou aos próprios relatórios ministeriais do período imperial e Primeira República. Um dos principais motivos para a quase inexistência de informações estatísticas é a própria condição de inexistência de algo que configure um sistema de ensino enquanto estrutura articulada entre níveis diferenciais de formação e exclusão. O que se tem são iniciativas esparsas e amplamente associadas aos conflitos políticos e faccionais do período, cuja lógica opera através de um reformismo constante, por do qual instituições escolares são criadas e recriadas em função dos interesses associados e dos grupos no poder. As limitações se relacionam, também, a inexistência de informações censitárias sobre níveis de escolarização, limitando-se a indicar a condição de alfabetizado ou não do geral da população. Mesmo cruzamentos entre categorias socioprofissionais e tal condição são impossíveis de serem feitas, dados os limites decorrentes do acesso a tabelas previamente organizadas. Os Anuários Estatísticos do Brasil representam uma das poucas fontes de informação com um conjunto maior de variáveis a serem consideradas, notadamente o movimento de matrículas e do professorado por diferentes níveis e ramos de ensino, assim como a categoria administrativa das instituições e divisões regionais. O limite, nesse caso, é que os dados se referem, exclusivamente, ao período entre 1908 e 1912 em decorrência do encerramento dessas publicações, retomadas somente na década de 1930.

No que se refere ao segundo eixo de análise, centrado na exposição dos modos de constituição, dos determinantes e das hierarquias que compõe os diferentes universos de inserção social e de realização das carreiras em pauta, a estratégia adotada passou pela

evidenciação das dinâmicas a partir de dois pontos: 1) a gênese social desses universos; 2) o esforço no mapeamento dos principais conflitos, bases e recursos que compõem as hierarquias. No caso do primeiro ponto, novamente foram tomadas publicações históricas e memorialísticas como ponto de partida, direcionando a abordagem para os princípios que definem as diferenciações ou alianças. O segundo ponto toma como base um conjunto de trajetórias com vistas a evidenciar os conflitos de definição – notadamente literária e científica – em suas relações com as “carreiras de sucesso” que institucionalizam os princípios de excelência vigentes. Isso levou, frequentemente, à construção de bases de dados suplementares, com o objetivo de mapear as hierarquias, seus modos de manutenção e os recursos sociais valorizados relativamente a determinados espaços sociais. No caso do espaço de produção simbólica, o Anuário Estatístico do Brasil dispunha de um conjunto de informações relativas ao inventário das sociedades culturais e científicas, dos museus e bibliotecas, dos jornais e revistas em circulação. Além disso, as informações são completadas através de publicações específicas (HALLEWELL, 2012; SODRÉ, 2011). No caso do espaço dos professores de ensino superior, uma parcela das fontes assenta-se sobre as reformas do ensino superior e seus efeitos para a composição morfológica desse universo. O conjunto dessas informações mais formais é cruzado com relatos memorialísticos, no esforço de tornar visíveis os mecanismos que regem as condições de acesso aos cargos em questão.

O esforço na especificação das condições de transformação do contexto social e cultural é indispensável à análise dos processos e possibilidades de estruturação e diversificação do campo do poder e seus diferentes polos. Isso porque, as estratégias de reprodução e de carreira, investimentos, modalidades de acesso e acumulação de diferentes capitais estão na base da concorrência entre frações e grupos sociais. Portanto, cabe encaminhar a análise do mais global ao mais específico, operando uma “confrontação permanente entre as regularidades do conjunto” e aquelas das trajetórias individuais (CHARLE, 2006, p. 130). É neste esforço de operacionalização conjunta das condições sociais e das estratégias de carreira que o caráter de profundidade associado à análise prosopográfica ganha todo seu sentido. Ao permitir apreender tanto as transformações sociais e os deslocamentos de conjunto que configuram os diversos domínios de atividades nos quais os agentes se movem, quanto os pequenos desvios e bifurcações que compõem os trajetos individuais e coletivos, tal técnica coloca em destaque as distintas dimensões da realidade social e centra os esforços na construção da população em função de um objeto e problemática específica de pesquisa.

A ênfase da construção prosopográfica na aplicação de um questionário transversal à uma população definida a partir do problema geral que baliza a pesquisa, implica na retenção

de múltiplos critérios e variáveis, todos apreendidos com o objetivo de descrever a dinâmica social, cultural, privada, pública, ideológica ou política que configura o universo social no qual se move a população em pauta (CHARLE, 2013, p. 94-101). De tal modo, a elaboração da base de dados tem que romper com as definições mais formais e oficiais presentes nas biografias individuais, assim como com a imagem social historicamente constituída e objetivada do “grupo”. Ao negar essa ruptura, corre-se o risco de cair nas próprias definições que os agentes e instituições produzem de si mesmos e das posições que ocupam na estrutura social e na divisão do poder. Sendo assim, a construção da base de dados e a definição da população foi orientada a partir de dois objetivos específicos: i) apreender as múltiplas dimensões e investimentos que compõem as trajetórias e constituem as carreiras; ii) evidenciar os efeitos das transformações históricas e da concorrência entre frações e grupos sociais nas condições de possibilidade de acesso a determinados recursos que fundamentam a ocupação de cargos e posições específicas na divisão do trabalho de dominação. A definição da população a partir de uma coorte sincrônica, permitiu colocar em pauta os efeitos da modificação do regime político, notadamente no que tange a diversificação dos mecanismos de constituição e hierarquização das carreiras e de acesso à determinadas posições, cargos e recursos. Além disso, a centralidade dos contextos regionais e a relativa expansão das posições e cargos em disputa permitiu cotejar as condições de diversificação e de objetivação de princípios de excelência concorrentes, à manutenção e incorporação de práticas e lógicas de ação historicamente constituídas.

Tabela 1
População em análise (1896-98)

	N	%
Elites políticas	266	56,8
“Homens de letras”	88	18,8
Professores de ensino superior	114	24,4
Total	468	100

A coorte corresponde ao período de instauração e afirmação do regime republicano no Brasil. O critério de definição relacionou-se ao fato de se tratar do período de afirmação das frações e grupos sociais que participaram de modo mais ou menos direto na contestação do regime monárquico e, portanto, em tese, representam a subida ao poder de recém-chegados,

escorados em mecanismos distintos de acesso aos cargos. Os modos de definição da população analisada foram diferentes relativamente às frações sociais em pauta. No caso das elites políticas e dos professores universitários, as listas estão fundadas em critérios formais, ou seja, estão inclusos aqueles que, na coorte específica, ocupavam cargos públicos eletivos ou por nomeação, e aqueles que compunham o quadro docente das instituições de ensino superior em análise. Em se tratando da seleção das faculdades, os objetivos estiveram associados a comparação entre aquelas fundadas no início do período imperial e aquelas que surgem com a instauração da República. Sendo assim, a amostra perfaz: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1808); a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1891); a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (1891); a Faculdade de Direito de São Paulo (1827); Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1898). No que se refere aos “homens de letras”, a definição da população analisada compôs-se de um critério inclusivo, qual seja, o reconhecimento atribuído pelos contemporâneos. A operacionalização desse critério foi realizada a partir do mapeamento dos “círculos literários” e do exame de trabalhos de consagração publicados no período, notadamente, a *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero (1888), e *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo (1915). Em alguns casos, há uma sobreposição de nomes, ou seja, indivíduos que se encontram ao mesmo tempo em mais de uma lista. Nessas ocorrências, nenhum critério foi utilizado para exclusão das repetições, isso porque, por um lado, interessam as propriedades associadas às posições; por outro, esses casos indicam a sobreposição dos universos sociais em pauta e das definições de “político”, professor de ensino superior e “homem de letras”, além de remeterem as possibilidades específicas de reivindicação de múltiplos registros por parte dos agentes em análise.

Os principais problemas imersos na composição da base de dados são as próprias condições de classificação de algumas das variáveis e, também, o limite das fontes disponíveis e utilizadas. No que tange ao primeiro ponto, as principais dificuldades se apresentam na redução do quadro descritivo geral, elaborado a partir das informações biográficas dos agentes em análise, em categorias de classificação destinadas ao tratamento estatístico. Isso é particularmente significativo para as variáveis de origens sociais e de carreira, principalmente devido ao esforço de apreensão das múltiplas informações que as compõem. A alternativa foi trabalhar, simultaneamente, com uma base de dados “brutos”, com as informações descritivas e pormenorizadas, e outra com variáveis padronizadas. Isso permitiu o confronto entre as classificações adotadas e o conjunto mais geral de informações sobre os agentes, tornando possível, inclusive, a melhor especificação de uma série de questões relacionadas às origens

sociais e carreiras. Em se tratando de origens sociais, a base de dados elaborada compreende dois tipos de informações complementares, embora nem sempre completas para todos os casos, são elas: atividade(s)/cargo(s) ocupados pelo pai; descrição do universo familiar com destaque para a descendência materna e paterna, a(s) atividade(s)/cargo(s) do(s) irmão(os) e as estratégias matrimoniais. A variável destinada ao tratamento estatístico, composta por esse conjunto informações que compreendem as “origens sociais”, privilegiou o ponto mais alto da “carreira” ou das atividades do pai. Uma das principais dificuldades nisso é justamente a de definir o que é o ponto mais alto, ou seja, a hierarquia das posições sociais relativamente ao contexto histórico em pauta. Além disso, em muitos dos casos há uma multiplicidade de atividades e cargos que descrevem a condição social de origem a partir da “carreira” do pai. Considerando tal fenômeno, muito antes de tratá-lo como uma dificuldade, buscou-se tomar a multiposicionalidade como algo a ser detalhado, principalmente em seus efeitos nas condições de possibilidades e estratégias de carreira dos agentes em análise. Ou seja, procurou-se levar a sério a extensão das redes de relações familiares, o conjunto de recursos passíveis de serem acionados e as possibilidades de conversão dos capitais herdados em carreiras diversas.

Quadro 1
Caracterização das variáveis

Local, data de nascimento e falecimento.	- Local de nascimento com indicação de interior/capital do estado/província.
Origens sociais	- Atividade(s)/cargo(s) ocupados pelo pai.
Descrição do grupo familiar	- Descrição de atividade(s)/cargo(s) dos avós paternos e maternos; - Descrição da(s) atividade(s)/cargo(s) dos irmãos; - Casamentos e descrição do grupo familiar da esposa.
Escolarização	- Instituição(ões) pré ensino superior; - Instituição(ões) de ensino superior, curso(s) e ano de conclusão.
Atividades/Ocupações	- Inclui o conjunto de categorias de classificação ocupacional atribuídas (ou reivindicadas) aos/pelos agentes em notícias biográficas/autobiográficas.
Carreira	- Descrição das atividades e cargos exercidos de acordo com ordenamento cronológico; - Divisão temporal elaborada relativamente as atividades e cargos; - Indicador de esferas de atuação.
Indicador de exercício de atividade privada	- Exercício de profissões liberais, administração de empresas ou propriedades diversas.
Indicador de ocupação de cargo público eletivo	
Indicador de ocupação de cargo público não eletivo	- Com indicação do número de cargos ocupados ao longo da carreira.

Pertencimento a academias ou instituições de consagração social e/ou “profissional”	
Indicador de circulação internacional	
Indicador de esferas de atuação	- Burocrática, eleitoral, cultural, econômica.
Publicações	- Discriminação por gênero e/ou tipo de publicação.

A mesma gama de informações que compõe as origens sociais, perfaz as carreiras dos agentes em pauta. Isso porque, o esforço na apreensão das informações buscou definir de modo completo o conjunto das atividades exercidas e dos cargos ocupados no desenrolar das carreiras, com atenção especial para a ordem e o tempo dedicado as diferentes funções. Tais escolhas permitem analisar a transição entre múltiplos universos sociais, os efeitos de trajetória para as possibilidades de carreira e a desagregação dos “postos ocupados” e do “tempo de ocupação” (CHARLE, 1994, p. 82-84). No entanto, as possibilidades de desagregação do tempo em suas relações com o desenrolar das carreiras são bastante limitadas, principalmente pela inexistência desse tipo de informação para a grande maioria da população em análise. O conjunto variado das informações coletadas foram organizadas de modo a apreender o ponto inicial, o ponto de coorte e o final das carreias, em um tipo de “modelo balístico” (CONINCK e GODARD, 1990, p. 30-35), o qual permite colocar em pauta as relações entre as condições sociais e as possibilidades de carreira. Entre as técnicas estatísticas utilizadas na exploração dessas informações, destacam-se, principalmente, a análise de correspondências múltiplas (ACM) e as tabelas de referência cruzada, com ou sem variáveis de controle. A utilização da ACM como modo de construção de universos de relações entre indivíduos e propriedades, coloca no centro da explicação os princípios de hierarquização e diferenciação entre grupos e frações sociais, os quais só podem ser apreendidos a partir da reconstrução dos processos históricos que configuram um determinado estado das relações de força (DESROSIÈRES, 2001, p. 127). Tal estratégia de tratamento de dados representa a materialização de um conjunto de operações lógico-conceituais, cujo princípio se realiza na operacionalização do raciocínio relacional, a partir do qual se expressa um *changement de repère* que tende a denotar o efeito de estrutura próprio aos universos sociais metodologicamente construídos (DUVAL, 2013, p. 114). Embora pareça evidente, cabe destacar que as escolhas implicadas na utilização de determinadas técnicas estatísticas, assim como a exclusão de outras, estão diretamente associadas às concepções epistemológicas subjacentes ao trabalho, as quais englobam tanto as definições de realidade e de causalidade, quanto o reconhecimento dos limites e possibilidades das ciências

sociais, questões fundamentais para a construção do objeto e para as formas de abordagem do problema (LEBARON, 2010; BILAND *et al.*, 2008; DESROSIÈRES, 1995, 1997; NETUMIÈRES, 1997; LEBARON et LE ROUX, 2013; DUVAL, 2013).

Se por um lado, a redução da pluralidade de informações com vistas ao tratamento estatístico exige o trânsito constante entre as tendências apontadas, as práticas e estratégias através das quais os agentes constituem suas carreiras e os processos históricos e sociais que estão na base de sua constituição, por outro, há uma circularidade entre os limites das fontes de informações utilizadas – e sua disparidade – e as condições da reconstrução da realidade que se pretende analisar. Tal circularidade é reforçada pelas próprias razões de ser das principais fontes utilizadas – relatos autobiográficos, memórias, “biografias de instituição” (AGRIKOLIANSKY, 1994), notícias necrológicas, obras de consagração individual e coletiva, dicionários biográficos, trabalhos genealógicos, homenagens, diários oficiais, publicações de época, trabalhos de pesquisa e *sites* diversos –, qual seja, a produção de representações sociais acerca dos “biografados” e do próprio universo no qual estes circulam. Produto cultural específico, as produções biográficas configuram-se como a seleção e apresentação de uma coleção de fatos que marcam os percursos individuais e, ao mesmo tempo, produzem universos coletivos, com seus respectivos princípios de excelência e caminhos de sucesso. Apresentados como “felizes coincidências” (SAINT-MARTIN, 1980, p. 17), ou como realizações da vocação inscrita nas identidades individuais, os fatos, atributos selecionados – ou excluídos – e as construções de sentido que marcam as trajetórias, estão imersas em uma “filosofia do sujeito” que se apresenta como “realização de si” (BOURDIEU, 1996, p. 75). Portanto, o desenrolar dessas narrativas pressupõe a busca de sentido, a qual depende tanto das relações que os agentes estabelecem com as formas oficiais e mais formalizadas de apresentação de si (*curriculum*); quanto da elaboração de um certo tipo de teoria interessada do carisma, centrada na identificação e veiculação da predestinação, normalmente associada a algum acontecimento marcante ou ato inaugural (DAMMAME, 1994, p. 185).

Nesses termos, as produções biográficas se inscrevem no conjunto de estratégias simbólicas através das quais determinados grupos e frações sociais visam edificar e controlar sua própria imagem, as representações acerca do universo no qual circulam e as relações que estabelecem ao longo de suas trajetórias (NEVEU, 1992, p. 7). Isso leva a uma reflexão continua sobre o processo de coleta e sistematização de material biográfico, exigindo uma explicitação das fontes de informação, uma ruptura com os esforços de imposição da autoimagem e o confronto sistemático das representações sociais incorporadas e veiculadas pelas produções biográficas com a análise dos fluxos, colocando as claras as chances sociais

que estão presentes em cada bifurcação (PASSERON, 1990, p. 8). De modo geral, as informações coletadas envolvem tanto modelos de apresentação de si “mais burocráticos” (factuais), quanto outros “mais mundanos” (centrados no “princípio da notabilidade”) (COLLOVALD, 1988, p. 31), o que implica na consideração da “história factual” e da relação que os agentes estabelecem com ela, ou seja, os modos de acionamento (ou negação) e as representações acerca dos recursos que compõem as trajetórias. A oposição entre os diferentes modos de apresentação é tributária dos próprios meios de divulgação, ou seja, há uma seleção dos fatos relativamente às notícias veiculadas por burocracias públicas, por biógrafos autorizados (ou oficiais), por dicionários de escritores, de políticos, de “sociedade”, por autobiografias e memórias, por pesquisas com pretensões científicas, etc. Considerando tal fenômeno, principal exigência é o confronto contínuo entre os distintos modos de apresentação e divulgação de materiais biográficos, visto que sua circunscrição a um universo e meios de divulgação específicos, com suas respectivas regras de produção escrita, tende a produzir apreensões circulares, a partir das quais os atributos (“variáveis”) valorizados são identificados com dimensões específicas do mundo social que pretendem representar, produzindo um conjunto de artefatos segundo os quais “a política” se explica pela “política”, a “cultura pela cultura”, a “sociedade pela sociedade”.

As regras de produção escrita que conformam as estratégias de apresentação perfazem um “núcleo duro” de fatos constantemente retomados e em torno dos quais se constituem as representações de si e dos outros (POLLAK, 1986, p. 52), o que configura aquilo que se poderia definir como a imagem pública do biografado. Isso tende a ser reproduzido através do efeito de ressonância, a partir do qual, uma vez apresentada a representação biográfica do indivíduo, ela tende a ser reproduzida de modo mais ou menos similar pelas notícias posteriores, com a adição ou subtração de fatos e informações relativamente ao meio de divulgação associado⁹. A definição oficial – muitas vezes tributária de autobiografias ou relatos memorialísticos –, somada a filosofia do sujeito que considera a história de vida como um todo coerente, realização das potencialidades individuais, opera uma seleção prévia das informações a serem expostas e seu modo de articulação que se apresenta de modo significativo no tratamento das origens sociais. Muitos dos materiais biográficos coligidos em nada se referem às atividades dos pais ou a trajetória do grupo familiar, ao menos que tais informações façam sentido para as construções narrativas. Assim, as origens sociais aparecem como vínculo entre um ponto da trajetória alcançado e as necessidades de legitimação da “vocação” ou do “sucesso” como um

⁹ Para uma comparação entre os diferentes meios de divulgação de biografias e os efeitos destes sobre a produção da imagem social do grupo, ver Ponton (1979).

dom. Isso leva a uma consideração das relações entre os traços biográficos produzidos e “preservados pela memória” e os processos de constituição e representação de grupos, instituições e princípios de excelência, com vistas a definição dos lugares sociais, de suas inter-relações, oposições e complementaridades frente a outros universos e dimensões da vida social (POLLAK, 1989: 9).

2 AS “ORIGENS” E O SIGNIFICADO DO REGIME REPUBLICANO: INTERPRETAÇÕES EM DISPUTA

A narrativa e interpretação dos acontecimentos que desembocaram na proclamação da República constituíram o objeto central de lutas pelo sentido das mudanças, nas quais os contemporâneos se engajaram firmemente, seja em nome do novo regime em implantação, ou das características do Império. De modo geral, tratam-se de textos que expõem os pontos de vista das posições em disputa, tomadas aqui a partir da oposição geral entre “republicanos” e “monarquistas” a partir das quais são examinadas as próprias concepções atreladas aos distintos regimes. Em resumo, o que está em jogo nos relatos e produções simbólicas deste período são sempre os esforços em “defender ou atacar o que veio depois, isto é, a República inaugurada em 1889” (STEIN, 1964, p. 101). Não se trata aqui de retomar a produção historiográfica acerca do período imperial e republicano¹⁰, mas de tomar para análise o conjunto de depoimentos e de tomadas de posição que se pretendem enquanto subsídios para a “história” ou, ao contrário, como “análises dos fatos”. Enquanto narrativas dos fatos nos quais os produtores dos discursos estavam diretamente envolvidos, interessa o conjunto de representações que englobam a reconstrução do passado e que comportam a síntese das características do presente, elaborada em um contexto específico de lutas pelo sentido dos acontecimentos e suas causas, nas quais os produtores simbólicos estão diretamente envolvidos. Nesse sentido, as apreciações e testemunhos sobre o período histórico vivido e/ou sobre os acontecimentos passados variam de acordo com: 1) os efeitos biográficos da troca de regime político, 2) o alinhamento ideológico ou o “adesismo” às diferentes “causas” em confronto.

Os pilares que balizam as tomadas de posição e as representações acerca dos diferentes regimes e suas respectivas lógicas de funcionamento, modos de acesso ao poder e discursos justificadores, configuram a “fisionomia do tempo”, além de indicar as posições a partir das quais se pode falar com autoridade sobre o mundo social e suas divisões. Nesses confrontos, as lutas pela definição da “política” estão travestidas pelos esforços de associação entre regime político e princípios de excelência e hierarquização social, assim como pelos próprios modos de legitimação do exercício do poder. Na concorrência pela imposição da verdade sobre o período em curso, se definem tanto os significados históricos atribuídos aos grupos que tomaram parte no processo, quanto as diferenças entre os regimes políticos em disputa. A visão

¹⁰ Para isso, ver STEIN (1964), COSTA (1999), FERREIRA e GOMES (1989).

dos contemporâneos sobre as hierarquias e princípios de excelência social fundamentam os diferentes investimentos e reconversões, compõe a simbologia da excelência que associa analogamente determinados períodos históricos aos atributos formais exigidos. O foco das oposições centra-se na interpretação dada aos fatos e suas consequências, cujos temas centrais em debate são os efeitos e/ou definições do “abolicionismo”, do “poder pessoal”, do “movimento republicano”, da “organização social” e da “classe militar” e outras classes sociais para a estrutura de poder e a queda do Império.

De um modo bastante direto, as visões apresentadas para o processo histórico em curso estão divididas entre “vencedores” e “perdedores”, ou seja, entre aqueles que galgaram postos e vantagens com a instauração do novo regime, e aqueles que foram atingidos pelas “derrubadas” decorrentes das mudanças políticas do país. Igualmente, representam a leitura prática da realidade em transformação e as condições de conversão em direção às posições mais vantajosas de acordo com as expectativas inscritas no horizonte dos possíveis. Mesmo para aqueles que conseguiram converter seus recursos para outros domínios de atividade, ou os que mantiveram suas posições previamente conquistadas através da adesão aos novos grupos no poder, a República representou um aumento relativo na competição pelos postos e a ascensão de novos princípios de hierarquização, cujos efeitos foram sentidos de modos distintos nas trajetórias. No entanto, os efeitos de trajetória para muitos dos membros desse último grupo são bastante relativos, particularmente pelos recursos prévios sustentados, o que lhes permitiu um variado leque de possibilidades de conversão de investimentos.

2.1 A “REPÚBLICA” É O QUE O IMPÉRIO NÃO FOI

Dentre os autores e posições político-ideológicas reivindicadas, duas obras marcam mais diretamente os embates entre perspectivas, modos de definição dos regimes e suas causas. São casos exemplares pois encerram, ao mesmo tempo, concepções distintas sobre o fenômeno histórico em questão, e implicam efeitos de trajetória que atingem seus autores, os quais são representativos dos confrontos entre origens sociais, carreiras, recursos acumulados e/ou herdados e o contexto de instauração da República. Além disso, há entre elas uma oposição explícita e declarada, ao estilo publicação-resposta. De um lado, encontra-se o livro de Afonso Censo de Assis Figueiredo Junior, *O Imperador no Exílio* (1950 [1893]); de outro, o trabalho

de José Felício Buarque de Macedo, *Origens Republicanas* (1894). De modo bastante específico, trata-se de um confronto pela verdade dos fatos, pelos significados e pelos modos de exercício do poder nos dois regimes. As próprias obras e seus autores são enquadradas nos respectivos momentos da história política do país, correspondendo uma a “tradição”, e outra a “modernidade”. Nas palavras de seu crítico, o livro de Afonso Celso é produto do trabalho de um “filho de antigos servidores da família imperial”, sendo “desenvolvido num círculo de rotina e de conveniências”, resultado das “condições de hereditariedade” que lhe impeliram a escrever tais impressões. Em contraposição, José Felício Buarque (1894, p. 2-6) enquadra seu próprio escrito em uma perspectiva “cientificista”, cuja polêmica é deixada de lado em nome da adoção de uma postura objetiva e factual da história, dispondo-se a contrapor aos “desígnios da polêmica”, um sistema de conceitos amparados pelo “critério de análise e comparação dos fatos”. A oposição reivindicada por Felício Buarque entre a monarquia e a república, cola-se ao sistema de homologias significantes que operam pela oposição entre “tradicional” e “moderno”, “favoritismo” e “impessoalidade”, “conservadorismo” e “progressismo”, “imobilidade” e “mobilidade”, “herança” e “competência”, cujo resultante e a configuração de um sistema de classificações e suas consequências para a modificação dos princípios de hierarquização social.

No contexto de ascensão do regime republicano, o conjunto de opúsculos e escritos surgidos com pretensões de “historiar” os fatos que levaram à queda da monarquia e a definir os princípios regentes do novo regime fazem parte das estratégias de significação dos acontecimentos e de coroamento de seus “heróis”, além de representar o “adesismo” de antigos monarquistas, então travestidos de republicanos. A crítica dirigida pelo Visconde de Ouro Preto (1891, p. 161), último presidente do Conselho de Ministros do Império, aos “historiadores da República”, coloca de modo objetivo a centralidade das disputas pelo significado dos acontecimentos e das causas da queda do Império e suas instituições. Segundo o autor, a “pressa” em publicar determinados “folhetos” – refere-se ao livro de Cristiano Ottoni – é decorrente dos interesses em demonstrar ao “governo provisório” a disponibilidade para com relação ao governo em instauração. As “memórias íntimas”, com ligeiros “retoques”, publicadas por Cristiano Ottoni, em 1890, indicam o caráter conjuntural das adesões e da proclamação de princípios ideológicos, característico das disputas e confrontos entre facções políticas. No caso do próprio autor, assinar o manifesto republicano de 1870 foi algo conjuntural, decorrente de uma situação de injunção, em que a não adesão poderia representar um “cotejo a monarquia” e um afastamento da “sociedade” (OTTONI, 1890, p. 75). A posição de Ottoni quando ao afastamento do Clube formado pela dissidência do Partido Liberal, e sua

negação em ser da “militância política” republicana, são ilustrativos da postura de não ruptura com o regime instituído, em grande parte justificada pelas condições históricas específicas: o Brasil não estava pronto para a república, tratava-se de realizar primeiro outras reformas e aguardar a evolução natural (OTTONI, 1890, p. 73-75). Ao mesmo tempo em que ocorrem transições simultâneas entre concepções de sociedade e de política, há um esforço contínuo de inscrição das ideias republicanas na “tradição”, principalmente através da reivindicação de fatos históricos – tais como a Inconfidência Mineira (1789) – como manifestações legítimas de ideais republicanos historicamente manifestos ou latentes na “sociedade”. O argumento central é que tais ideais foram sufocados pelas instituições monárquicas, pela permanência da escravidão e pelo estado cultural do país. Nesses esforços de significação do regime instaurado pós-1889, as estratégias “teleológico-políticas” (BOURDIEU, 2007, p. 79-80), características de períodos nos quais as fronteiras de definição ainda estão incertas, são constantemente acionadas em diversas tomadas de posição, em grande parte associadas a ideais tomados como correlatos ao republicanismo, notadamente o “abolicionismo” e as “aspirações democráticas”¹¹.

De modo bastante amplo, os eixos em torno dos quais se estruturam os debates sobre a queda do regime monárquico, encontram-se esquematizados na obra elaborada por Cristiano Ottoni, em 1890, sendo os que seguem: a) a abolição da escravidão doméstica; b) a evolução natural da ideia democrática; c) as queixas e descontentamento da oficialidade do exército; d) o descrédito que a política imperial lançou sobre a instituição monárquica¹². O conjunto de temas elencados por Ottoni, de modo mais ou menos direto, compõe a produção simbólica dos anos iniciais da República e baliza as disputas pelos sentidos atribuídos aos fatos elencados e, conseqüentemente, seus efeitos para a transição de regime. De modo geral, os pontos de controvérsia são bastante dispersos, embora variem com base no esforço de definição do que significa cada regime, de seus princípios de hierarquização e dos modos através dos quais as mudanças são operadas. Um dos pontos centrais de inscrição das tomadas de posição é a oposição entre filosofias sociais e da história que fundamentam as produções simbólicas, assim como suas relações com os modelos de organização política e social em disputa. O grande eixo que divide as tomadas de posição está no confronto entre a “pequena política” e a “política com P grande”¹³, entre a “política de alfinetes” e a “política de princípios”¹⁴. Nesse esquema de enquadramento, o Império seria a política personalista e “sentimentalista”, enquanto a

¹¹ OTTONI (1890); BUARQUE (1894); SUETÔNIO (1896); AZEVEDO (1894).

¹² OTTONI (1890, p. 3).

¹³ NABUCO (1900, p. 33).

¹⁴ SUETÔNIO (1896, p. 91).

República seria a política dos ideais universais, dos princípios impessoais e técnicos de organização social e de administração do estado.

É consenso entre os contemporâneos que a causa “abolicionista” se apresentou como uma injunção histórica, um princípio definidor de tomadas de posição, produtora de um universo crescente de militantes e adeptos. Seus efeitos estão expressos em distintos relatos memorialísticos, particularmente por sua centralidade nos processos de socialização estudantil¹⁵. Inscrita em um período histórico específico, insere-se no conjunto sucessivo de reivindicações “liberais” que se avolumam pós cisão do Partido Liberal, em 1868. A radicalização dessa ruptura se dá com a adesão à causa republicana e o lançamento do Manifesto Republicano, em 1870. No quadro histórico de sua emergência, o “abolicionismo” e o “republicanismo” se constituem como causas tidas e proclamadas como “modernas”, como reformas “civilizatórias”¹⁶, conquistando adesões significativas de parcelas de profissionais liberais e estudantes de ensino secundário e superior, grupos que tenderam a conduzir o movimento propagandista pós-1870¹⁷. No entanto, prevaleceu a ideia abolicionista como carro chefe das reformas exigidas, enquanto o republicanismo surgiu quase como extensão de reivindicações ligadas a primeira, ganhando maior força a partir de meados da década de 1880. Outro fator decisivamente associado a subida da ideia republicana, decorre dos constantes conflitos entre as “elites locais” e o “poder central”, particularmente no que tange a frequente intervenção do segundo nos “negócios” do primeiro. Nesse quadro, as reformas reivindicadas compreendem a independência do “poder local” frente à intervenção da Coroa¹⁸, cujo princípio básico era a exigência da eletividade dos cargos de presidente de província¹⁹, e as consequentes possibilidades de controle da distribuição local do poder.

Constituindo-se como um universo de sociabilidade, o engajamento na causa abolicionista representou, nas palavras de Afonso Celso (1998 [1898], p. 56), uma oportunidade para que os “mais medíocres” tirassem proveito da situação, ingressando em círculos sociais anteriormente fechados. Entretanto, mesmo que a dinâmica situacional vinculada ao engajamento em uma causa emergente tornasse possível que os “holofotes recaíssem sobre

¹⁵ NABUCO (1900); AFONSO CELSO (1998[1898]); CAMPOS SALLES (1902).

¹⁶ O fim da escravidão é proclamado como exigência civilizatória, em oposição aos interesses econômicos (OTTONI, 1890, p. 52).

¹⁷ Para os efeitos da propaganda organizada em torno do jornalismo político, ver BOEHER (1954).

¹⁸ TAVARES BASTOS (1870).

¹⁹ Ver, particularmente, SALES (1965 [1885]) e ASSIS BRASIL (1881), consideradas as principais obras de “doutrinação” republicana, obtiveram um alcance significativo para o período. Distribuídas pelo Partido Republicano de São Paulo, a primeira alcançou 12 mil exemplares, a segunda foi reeditada 6 vezes, até 1889 (ALONSO, 2002, p. 223).

indivíduos obscuros”²⁰, as condições e o alcance das carreiras decorrentes dos recursos adquiridos na militância dependiam de outros investimentos, tornando o acesso aos grupos, às publicações e aos universos de socialização previamente hierarquizados. De tal modo, não raro visões e projetos políticos reformistas relacionam-se diretamente às posições sociais de origem, aos pontos das trajetórias e as condições de reconversão dos trunfos adquiridos na militância em posições em determinadas esferas de atuação. Nesse confronto, estão expressas as tomadas de posição mais “radicais”, encampadas por José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva²¹; ou no discurso de “abolição com preservação da propriedade”, de Joaquim Nabuco²².

A principal decorrência do contexto situacional de “propaganda” foi a aglutinação de militantes de diversos matizes e níveis, cuja tendência foi a saturação dos mecanismos de arregimentação personalista, causando determinadas rupturas nos modos através dos quais se realizavam os acordos políticos de época. A possibilidade de que um conjunto mais amplo de indivíduos reivindicassem a participação política, particularmente através do jornalismo político e da organização de clubes de socialização, tenciona as discussões em direção à “reforma” dos mecanismos de recrutamento e o alargamento das oportunidades sociais, criando um tipo de inflexão nos modos de manutenção da ordem social vigente. Isso ocorre, particularmente, pelos efeitos de descompasso entre as expectativas decorrentes do contexto de reivindicação reformista e as oportunidades efetivas abertas pelo sistema político instaurado no país, o que produz a visão de uma luta entre grupos conservadores “assenhoados no poder” e as “classes modernizantes”. De fato, as gerações partícipes das atividades de “propaganda” constituem os contingentes daqueles que vão compor a base de questionamento das instituições monárquicas e de seus mecanismos de recrutamento, tencionando as estruturas em nome da ampliação de oportunidades e da modificação dos princípios de hierarquização. Se durante grande parte do período de embates imperou o “reformismo” dentro da ordem²³, como relata Campos Salles (1902), em certo momento, chegou-se a compreensão de que as reformas visadas eram impossíveis dentro da Monarquia, restava a mudança de regime político.

As interpretações sobre os efeitos do movimento abolicionista para a decadência das instituições monárquicas, giram em torno da própria concepção das origens e efeitos do movimento para a estrutura de poder. Para os defensores do Império, a causa da abolição arregimentara uns poucos adeptos, em sua maioria estudantes, “indivíduos sem nada a perder”,

²⁰ AFONSO CELSO (1998 [1898], p. 56).

²¹ PATROCÍNIO (1996); BOCAIUVA (1887).

²² NABUCO (1900; 2011[1883])

²³ Ver ALONSO (2002).

sem a devida compreensão dos efeitos de tal medida para a “economia” e a ordem social²⁴. Do lado dos “republicanos”, a abolição representava um passo em direção à modernidade e a um novo regime, uma etapa evolutiva da organização social, constituindo-se como uma causa que penetrou em todas as classes da sociedade, arregimentando adeptos em múltiplos segmentos²⁵. O caminhar inevitável da história tornou o fim da escravidão um movimento irreversível, cabendo à Coroa apenas homologá-lo²⁶. O geral nessas disputas é a oposição entre uma concepção de “movimento histórico” evolutivo²⁷, contraposto a noção de uma história feita por seus “heróis”, por iniciativas particulares de homens de visão, os quais tendem a trazer o futuro para o presente. É exatamente em tal ponto que incorrem as divergências quanto à origem da abolição e seus efeitos. Para os defensores da Monarquia²⁸, a iniciativa destinada a pôr fim ao trabalho escravo fora do Imperador, assim como o decreto de fim da escravidão fora uma ação benevolente, encampada por uma instituição que acenava em direção às reformas morais e sociais necessárias à continuidade do regime e da ordem social²⁹. Nessa perspectiva, o não reconhecimento de tal ato era característico do estado de insubordinação em que se encontrava a “sociedade”. Independente do esforço para “frear” os ímpetus reformistas a que se lançou o último gabinete, a “propaganda republicana” aproveitou-se do descontentamento das “classes da lavoura e do comércio”, arregimentou novos adeptos, e tencionou a deposição do Imperador³⁰. Em suma, o ato fora uma “parada militar”, decorrente do aliciamento das forças armadas, as quais “proclamaram a ditadura militar no Brasil, sob o nome de República”³¹.

A filosofia da história importada com a ideologia republicana em ascensão na França³², implica em uma mudança de foco acerca dos mecanismos da transformação social. Configurados pelo confronto entre grupos que desejam se conservar no poder e o movimento natural em direção a uma forma mais avançada de organização política e social, os embates se fundamentam no binômio conservadores / progressistas. De tal modo, na visão dos contemporâneos, o movimento histórico se caracteriza pela oposição entre o “povo” e as “vistas retardatárias do chefe do poder executivo”³³. A atribuição de um caráter ilegítimo ao regime instalado em 1889 é constante, particularmente pela consideração de que sua “origem [é]

²⁴ ANS (1885).

²⁵ BUARQUE (1894, p. 28).

²⁶ OTTONI (1890, p. 63).

²⁷ SALES (1882).

²⁸ Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior e Eduardo Prado.

²⁹ PRADO (2003[1893]).

³⁰ VISCONDE DE OURO PRETO (1891, p. 98).

³¹ AFONSO CELSO (1998 [1898]: 126).

³² Ver WEISS (1979).

³³ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 27).

criminosa”³⁴, feita por uma única classe – “a classe militar” –, em detrimento de todas as demais. A própria lógica de controle da imprensa e de policiamento simbólico anos iniciais da República, reforçava as visões difundidas pelos adeptos do antigo regime, cuja questão constantemente levantada era o caráter ditatorial da República, contraposto à representação de que a “monarquia era o regime da liberdade”, sempre garantida por sua “constituição liberalíssima”³⁵.

Contrapondo-se a visão constantemente apregoada de que a República fora feita por e para uma “classe”, os “republicanos” reivindicam, ao contrário, que o regime instituído jamais será “privilégio de uma classe”³⁶, mas sim o resultado da ascensão “das camadas populares e da consequente democratização da sociedade”, o que fez “estremecer” os alicerces das “instituições régias”. Advindo das aspirações decorrentes do avanço das “ciências, artes, indústrias e letras” o regime republicano se constitui como a consequência lógica de um processo evolutivo, é a “apoteose da era moderna”³⁷. Nesse contexto, o policiamento simbólico do regime em instalação no país, nada mais era do que uma forma de proteção do povo contra as “farsas” produzidas por aqueles que ansiavam restaurar o poder³⁸. A situação de luta contra os não republicanos e os “adesistas subversivos”, instalados no poder para manter as posições do império e/ou infiltrados nas estruturas do novo regime para desestabilizá-lo, produz um tipo de efeito de esquizofrenia, funcionando como elemento de resolução de desafetos ou de eliminação de concorrentes aos cargos e posições visadas. Em grande medida, havia uma visão relativamente difundida de que os “neo-republicanos”, ou os “republicanos do 13 de maio”, constituíam um obstáculo à realização das pretensões “democráticas” e “igualitárias” do regime ascendente, particularmente porque tais “grupos” eram formados de “plutocratas” reconvertidos, indivíduos “afeitos a grandes desigualdades sociais”, os quais dificilmente hão de considerar como iguais os membros de outras classes ou estratos sociais³⁹. Nesse contexto de “condenação das heranças” e das “posições privilegiadas”, torna-se ilegítima qualquer referência a pontos de partida considerados como privilegiados, ou seja, que indiquem critérios não universalizáveis. Assim, os mecanismos legítimos de apresentação para a ocupação de cargos passam a ser as certificações formais de competência – títulos escolares, reconhecimento pelos pares e concursos –, elementos que passam a mediar as estratégias de apresentação de

³⁴ VISCONDE DE OURO PRETO (1890, p. 104).

³⁵ PRADO (2003[1893], p. 33); MANIFESTO DO PARTIDO MONARQUISTA DE SÃO PAULO in BONAVIDES e AMARAL (2002b [1895]).

³⁶ AZEVEDO (1894, p. 273).

³⁷ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 15).

³⁸ FELÍCIO BUARQUE (1894); OTTONI (1890).

³⁹ OTTONI (1890, p. 79)

títulos e a própria elaboração de dicionários biográficos, tanto os de época quanto os contemporâneos. Com a formalização dos princípios de hierarquização e excelência social, o sentido de distinção social é crescente, principalmente devido as situações nas quais os “antigos senhores” ou seus “rebotos” tinham que “ombrear” com indivíduos de origens adversas ou com ex-escravos⁴⁰. A lógica clubística e faccional é asseverada enquanto estratégia de proteção mútua e de fundação de relações de dependência, garantindo vantagens variadas aos partícipes dessas redes. No contexto republicano, a concorrência aberta pela multiplicação dos níveis de inserção social e pela complexificação das alianças é fundamental para a compreensão dos mecanismos de diversificação das carreias e das condições de especialização das esferas de atuação.

É contra a concepção de concorrência igualitária que se insurgem os defensores de uma hierarquia social proclamada, mantida por um tipo de “filantropismo”, através do qual os mecanismos de exploração social eram considerados formas de exercício da superioridade e de manutenção da ordem. Dessa forma, ao contrário do regime instalado em 1889, que lança a “multidão infeliz” a sua própria sorte, a Monarquia era “benevolente” fazia da escravidão e da união com a Igreja mecanismos de manutenção da ordem e de proteção social⁴¹. Igualmente, o caráter efêmero, transitório e impessoal da administração dos negócios públicos, apregoado pelo modelo republicano, torna-o irresponsável, um regime incapaz de promover reformas sociais de longo prazo⁴². No conjunto de lutas de definição a que se lançam os partidários dos diferentes regimes, a monarquia é proclamada, por seus adeptos, como o período da “segurança” e da “estabilidade”, momento de relativa previsibilidade. Enquanto isso, a República é caracterizada por seus defensores como um movimento de todas as classes, um universo de participação aberto a todos aqueles que dispunham de virtudes morais e intelectuais, trata-se de um regime não afeito aos privilégios de fortuna⁴³. A proclamação do mérito enquanto capacidade intelectual – caucionada ou não por títulos escolares –, em contraposição ao mérito “por serviços prestados”⁴⁴, por “herança”, ou por “servilismo”, imperantes durante a Monarquia⁴⁵, é a marca significativa dos escritos republicanos. Nesse quadro, a República diferia do regime precedente exatamente por estar aberta a “ascendência das camadas populares e a consequente democratização da sociedade”⁴⁶. Em trabalho publicado

⁴⁰ ANS (1874).

⁴¹ PRADO (2003[1893], p. 78-81).

⁴² Ibidem, p. 80.

⁴³ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 70-71).

⁴⁴ VISCONDE DE OURO PRETO (1890, p. 137).

⁴⁵ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 227); SUETÔNIO (1896, p. 80); BOCAIUVA (1887, p. 13).

⁴⁶ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 15).

no ano de 1882, destinado a fundamentar a “conduta do partido republicano [...] mediante uma sistematização completa dos princípios fundamentais que constituem sua bandeira”⁴⁷, Alberto Sales apresenta a insuficiência do regime monárquico, justamente por sua incapacidade de representar os anseios do “interesse social”, fundamentalmente contraditórios frente aos “interesses dinásticos”. A base dessa contradição está no crescimento da influência das “classes populares” como forma de evolução contínua das “forças democráticas”, as quais tendem a romper com a monarquia em nome da república, regime responsável por “restabelecer a unidade do interesse social e político”⁴⁸.

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em síntese, a formula social e política do nosso país – privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, toda as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. (MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO in BRASILIENSE 1878 [1870], p. 62)

O “calcanhar-de-aquiles do Império” estava, portanto, em não permitir que “homens sem fortuna, desajustados de proteções eficazes, unicamente escudados na inteligência” pudessem ascender às posições de poder ou dispor de algum destaque em suas respectivas atividades (BOCAIUVA *apud* ALONSO, 2002, p. 108). O principal motivo disso estava atrelado ao fato de que todo o “prestígio individual” vinha da Coroa; assim como o outro lado da moeda: o “ostracismo” (NABUCO, 2011 [1883], p. 125). Em grande medida, a crítica dos republicanos aos mecanismos de controle das reputações e do acesso aos cargos por parte do Monarca constitui um dos pilares das disputas entre características do regime. A crítica se assevera pela caracterização de que o exercício “pessoal” da política imperial, representava a própria “índole”⁴⁹ do sistema, transfigurada no “poder moderador”. De um modo bastante direto, não havia forma de legitimidade que não fosse dependente do controle e reconhecimento por parte da instituição régia e, de modo mais exato, que não passasse pelo crivo do Imperador. Sendo assim, critérios de “afeição pessoal” se sobrepunham aqueles formalmente instituídos, tornando as “capacidades e virtudes” elementos vazios em um sistema de privilégios

⁴⁷ SALES (1882, p. IX)

⁴⁸ *Ibidem*, p. 183-184.

⁴⁹ BOCAIUVA (1896, p. IX).

personalistas⁵⁰. A lógica do favoritismo, estava inscrita na própria estrutura de nomeações em cascata, cuja hierarquia era formada pelo Imperador – Presidente do Conselho de Ministros – Ministros – Presidente de Província. Como todos os cargos públicos eletivos, por cooptação ou mesmo aqueles proclamados como formalmente preenchidos por “concursos”, estavam submetidos a esse mecanismo de legitimação das pretensões aos cargos existentes – ou a serem criados –, as possibilidades de objetivação de lógicas de recrutamento e legitimidades próprias eram muito limitadas, senão impossíveis. Além disso, como se tratava do próprio sistema formal de atribuições, as instituições monárquicas como um todo se viam condenadas. As críticas e confrontos eram asseverados pelas “derrubadas”, decorrentes do controle vertical e centralizado dos cargos públicos e do poder de “fazer e desfazer” nomeações e eleições. Na visão dos republicanos, tratava-se de algo que “anulava a soberania nacional”⁵¹, notadamente porque o governo representativo era uma “comédia” entregue ao “baraço e cutelo dos cargos policiais, da Guarda Nacional, das fitas e títulos; meios empregados sem a menor cerimônia”⁵² na produção dos resultados eleitorais. Com base nisso, o “rodízio” entre os partidos é apontado pelos críticos do Império como o elemento central para o descrédito das instituições monárquicas. Do mesmo modo, o regime garantido por privilégios de nascimento, incontestáveis, tendem a produzir um governo irresponsável.

Nessa lógica, Felício Buarque (1894, p. 231) ensaia expor a “fórmula do regime”: “para o Monarca brasileiro só há uma virtude – o servilismo. Para os homens independentes e sinceros – o ostracismo. Para os lacaios e instrumentos de sua grande política – os títulos e condecorações”. A sobreposição entre critérios formais e a preferência pessoal são responsáveis pelo desgaste das instituições monárquicas, notadamente pela força do “poder pessoal” encarnado nas mãos do Imperador. O controle sobre os mecanismos de consagração (distribuição de sinecuras e condecorações) permitia a construção das reputações, de modo que nenhum brasileiro “se erguesse na consideração de seu país, além de certo nível”, regulado pelo “Autocrata”⁵³. Em geral, o controle das hierarquias estava associado às “amizades” ou “hostilidades” produzidas por relações personificadas e faccionais. É com relação à posição do Imperador e ao exercício centralizado do poder, potencializado pela instituição do “Poder Moderador”, que se define o denominado “poder pessoal”, assim como seu contraponto, a “impessoalidade”. À prática de controle e manejo dos homens públicos que operava o

⁵⁰ SUETÔNIO (1896, p. 80).

⁵¹ BOCAIUVA (1887, p. 13).

⁵² OTTONI (1890, p. 11).

⁵³ *Ibidem*, p. 113.

Imperador, estão associados “todos os males do seu longo reinado”⁵⁴, fundado na concepção de que “só dele pode vir o bem”⁵⁵.

[...] uma vez que o governo, longe de cingir-se única e exclusivamente à manutenção da ordem, para favorecer a evolução, pelo contrário, concentra em si todas as forças do corpo político, para intervir diretamente no conflito social, as leis gerais da luta pela vida e da seleção natural, em virtude das quais somente podem triunfar os mais fortes e os mais aptos, deixarão infalivelmente de produzir suas legítimas consequências. O favoritismo, o nepotismo, ou como melhor queiram chamar, farão desaparecer da luta os mais competentes, tanto pela sua inteligência, como pela sua independência, enquanto que o governo, por meio da distribuição ilimitada de condecorações, títulos honoríficos e patentes oficiais criará no país uma classe de amigos e protegidos, tão numerosa e tão bem disciplinada, que a luta se tornará, quando não inteiramente impossível, pelo menos inútil e improfícua. (SALES, 1882, p. 369-370)

É com relação ao quadro pintado pelos críticos da Monarquia que se insurgem as reivindicações de “liberdade” e de “responsabilidade” da administração e do governo, esquemas doutrinários apropriados das ideologias vigentes na Europa⁵⁶. A concepção de que o regime monárquico não garantia as liberdades individuais, que representava o despotismo, encarnando a decadência administrativa de um poder “dinástico”, inquestionável e, por isso, irresponsável, atrelado ao falseamento da “soberania popular”, compõe o centro das críticas sintetizadas no Manifesto Republicano⁵⁷, de 1870. No entanto, mais do que representar a adesão à princípios ideológicos tidos e proclamados como modernos, a “liberdade” reivindicada era a independência dos “chefes locais” frente à Coroa⁵⁸, ou seja, a possibilidade de controle e distribuição de recursos relativamente assegurada pela eletividade dos cargos de presidente de província, ponto de reforma reivindicado e não aceito pelo último presidente do Conselho de Ministros do Império⁵⁹. Nesse esquema se enquadra, também, a noção de “impessoalidade” contraposta ao modelo de organização do poder político Imperial. Significava, de modo amplo, deixar que os conflitos se resolvam pela força social de seus postulantes, cujos resultados são associados aos mecanismos formais que garantem o sucesso ao “vencedor”, neutralizando o arbitrário e as modalidades práticas concretas através das quais se conquistam as posições e os

⁵⁴ SUETÔNIO (1896, p. 103).

⁵⁵ OTTONI (1890, p. 23).

⁵⁶ ALONSO (2009).

⁵⁷ MANIFESTO DO PARTIDO REPUBLICANO (1878 [1870]). Ver, também, ALONSO (2002, p. 183).

⁵⁸ OLIVEIRA VIANA (2004 [1925], p. 95).

⁵⁹ OTTONI (1890, p. 103-104).

lucros derivados. De modo mais claro, o centro das críticas circundava o fato que o Imperador não respeitava os mandados instituídos da Câmara, assim como não respeitava a supremacia dos “votados” nas escolhas baseadas em listas tríplices, ou operava “derrubadas” constantes com o rodízio dos partidos no poder. Assim, em grande medida, a instauração do regime republicano representou a realização das pretensões de controle das eleições estaduais pelos chefes locais, cujo efeito é a multiplicação dos níveis de barganha e das modalidades de recrutamento e acesso aos cargos em concorrência. O confronto entre meios de acesso aos cargos (escolha Imperial contra eleições), e a estabilização de seu exercício por meio de mandatos formalizados, garantidos pela instauração da República, vem coroar a ascensão da “legitimidade eleitoral” em oposição aos “arbítrios” do “poder pessoal” vigentes no Império.

Quadro 2
Autores, obras e posições políticas

Nome, data e local de nascimento	Formação escolar	Carreira	Obra	“Posição política”
Afonso Celso de Assis Figueiredo Ouro Preto (MG), 1836 - 1912	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo (SP)	- Deputado Provincial – MG - Deputado Geral – MG (1864) - Ministro da Marinha (1866) - Senador – MG (1879 - 1889) - Ministro da Fazenda (1879) - Presidente do Conselho de Ministros (1889)	O Advento da Ditadura Militar no Brasil (1891)	Monarquista
Cristiano Benedito Ottoni Serro (MG), 1811 - 1896	Engenharia – Academia Militar (RJ)	- Professor na Academia da Marinha (1830 – 1844) - Deputado Geral – MG (1835 - 1868) - Diretor da Companhia de Estradas de Ferro Pedro II (1855) - Senador – ES (1879 - 1889) - Senador – MG (1892- 1896)	O Advento da República no Brasil (1890)	Republicano
Antônio Ferreira Viana Pelotas (RS), 1833 - 1903	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo (SP)	- Promotor público no Rio de Janeiro – RJ (1857) - Advogado no Rio de Janeiro – RJ - Redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro - Deputado Geral – RJ (1869 – 1889)	O Antigo Regimen (Homens e Coisas), 1896.	Republicano

		<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – RJ - Ministro da Justiça (1888) - Ministro do Império (1889) - Colaborou no Correio Mercantil - Fundou o jornal A Nação (1888) 		
<p>Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior</p> <p>Ouro Preto (MG), 1860 - 1938</p>	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo (SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado Geral – MG (1881-1889) - Fundador do Jornal do Brasil (1891) - Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro – RJ (1892) - Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro - Sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1892) - Membro- fundador da Academia Brasileira de Letras (1897) - Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1912-1938) - Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1925-26) - Presidente da Academia Brasileira de Letras (1925, 1935) 	O Imperador no Exílio, 1893	Monarquista
<p>Eduardo Paulo da Silva Prado</p> <p>São Paulo (SP), 1860 - 1901</p>	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo (SP)	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborou no Correio Paulistano - Adido da Legação Brasileira em Londres (1881-1889) - Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras (1897) 	A Ilusão Americana, 1893	Monarquista
<p>José Felício Buarque de Macedo</p> <p>São Bento, (AL), 1865 - ?</p>	Direito – Faculdade de Direito de Recife (PE)	<ul style="list-style-type: none"> - Professor primário e secundário (Recife, PE) - Fundador do periódico literário O Século (1883-1884) - Secretário do Clube Republicano Frei Caneca (1889) - Fundador do Clube Republicano do Recife (1890) 	Origens Republicanas, 1894	Republicano

		<ul style="list-style-type: none"> - Amanuense na Repartição da Instrução Pública de Pernambuco (1890, 1892) - Redator e revisor do Jornal do Recife (1890-92) - Secretário do Interior de Pernambuco (1892-1893) - Secretário na Comissão de Construção do Lazareto, Recife – PE (1893) - Capitão pelos serviços prestados à República (1894) - Promotor Público em Aiuruoca – MG (1895-1898) - Advogado em Boa Esperança – MG - Fundou o periódico O Constitucional - Promotor Público em Uberaba – MG (1900-1904) - Fundou a Revista de Uberaba - Correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil - Juiz de Direito em Poços de Caldas – MG (1917) 		
Manuel Alvares de Azevedo Sobrinho Rio de Janeiro (RJ), 1870 - 1905		<ul style="list-style-type: none"> - Redator-chefe do jornal A República em Campos – RJ (1889-1892) - Colaborou nos periódicos O País, Novidades e Cidade do Rio - Redator na Gazeta da Tarde (1897) - Redator-secretário em A Notícia, e O Dia - Fundador do jornal A Capital - Deputado federal (RJ), 1903-1905 	O Novo Governo da República, 1894	Republicano

As relações entre trajetórias, posições políticas e carreiras são ilustrativas dos efeitos de trajetória da instauração do regime republicano, notadamente caracterizado pelas conversões para espaços sociais específicos, ou as possibilidades de ascensão e/ou reprodução das posições

de poder político. No caso dos monarquistas em pauta, os investimentos são direcionados para o espaço de produção cultural, enquanto os republicanos tendem a colher os frutos de seu engajamento, ocupando cargos eletivos ou na burocracia. As estratégias de conversão se conectam a um duplo processo: 1) o bloqueio inicial das posições políticas (eletivas ou por cooptação); 2) as disposições em aderir ao regime instituído em 1889, particularmente àqueles anteriormente ligados à Monarquia. Tratam-se de variáveis interconectadas, sendo o adesismo uma alternativa significativamente utilizada como forma de manutenção das chances de atuação na política e de ruptura com o bloqueio inicial. No caso de sinalização em direção ao novo regime, o trajeto de Cristiano Ottoni é significativo; contrariamente o afastamento da política republicana, relaciona-se aos casos de Eduardo Prado, Afonso Celso – Visconde de Ouro Preto – e Afonso Celso Junior. Mesmo aqueles que se afastam da vida pública, como Antônio Ferreira Viana e Afonso Celso – Visconde de Ouro Preto, há uma permanência em termos de atuação e defesa de “causas”, notadamente através da imprensa ou, no caso desse último, da participação direta em movimentos pró-restauração monárquica⁶⁰. Além disso, o confronto entre as produções escritas e as posições políticas de ambos remete, aos confrontos políticos partidários e faccionais. Ferreira Viana fora ministro do gabinete João Alfredo (1888-1889), antecessor daquele organizado e presidido por Ouro Preto, responsável pela “campanha contra a honra pessoal”⁶¹ do presidente do gabinete anterior, o que levou à queda do mesmo e, conseqüentemente, de Ferreira Viana do ministério da Justiça e dos Negócios do Império.

Cristiano Benedito Ottoni, advém de uma família ligada à colonização da região nordeste de Minas Gerais. Seu bisavô, Emmanuel Antão Ottoni, desembarcou em São Paulo em 1727, dirigindo-se, posteriormente, para o Rio de Janeiro, de lá, seu filho, Manuel Vieira Ottoni, parte para Vila Príncipe, em Minas Gerais, onde ocupa um cargo na Casa Real de Fundição. O pai de Cristiano Ottoni, Jorge Benedicto Ottoni, filho de Manuel, liga-se a mineração e ao comércio, ocupando sucessivamente cargos na política local em Vila Príncipe. Seu irmão mais velho, Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), formou-se na Academia Militar (RJ), exercendo os cargos de vereador em Vila Príncipe, deputado provincial, deputado geral e senador por Minas Gerais. Foi líder da Revolução Liberal em Minas Gerais, sendo preso e, em seguida, anistiado pelo imperador Pedro II. Cristiano Ottoni segue os passos do irmão, formando-se na Academia Militar (RJ), chegando a capitão-tenente da Armada, foi professor da Escola da Marinha e da Academia de Belas Artes, ambas no Rio de Janeiro. Em consonância com os investimentos familiares – seu irmão, Teófilo, fundou a Companhia do Macuri,

⁶⁰ BONAVIDES e AMARAL (2002, p. 483-493).

⁶¹ SUETÔNIO (1896, p. 281).

investindo na colonização, navegação e exploração de estradas de ferro – assumiu o cargo de diretor da Estrada de Ferro Pedro II. Cristiano Ottoni foi deputado geral por Minas Gerais entre 1848 e 1868, alcançando o senado em 1869, pela província do Espírito Santo. Seu irmão, Teófilo, encabeçara a lista tríplice do senado por cinco vezes consecutivas, sempre preterido na escolha real, até que alcançou o posto, em 1864. O bloqueio às pretensões do irmão ao cargo senatorial, é referido como um exemplo da prática imperial de “anulação sistemática dos homens notáveis”⁶². Participando da cisão interna ao Partido Liberal e da fundação do Clube Radical, Cristiano Ottoni foi signatário do Manifesto Republicano, em 1870, embora afirme não ser da “militância política” republicana⁶³. Situados em facções opostas no interior do Partido Liberal, Ottoni avalia o “último ministério”, presidido por Ouro Preto, como “estritamente relacionado com a queda da Monarquia”⁶⁴. O conhecimento prático da política, permite a Ottoni tomar uma posição ambivalente no período de organização formal do Partido Republicano e de recrudescimento da propaganda antimonárquica. Tentou, inclusive, embarçar a “manifestação de 1870”, não obtendo êxito, manteve-se próximo “obedecendo a considerações que no momento [lhe] ocorreram”. Estando com um pé em cada lado, ocupando uma cadeira no senado imperial e não rompendo com o movimento republicano, após a instauração da República, converteu seus investimentos para a reprodução da posição, elegendo-se senador por Minas Gerais até 1896.

A abertura de possibilidades derivadas da extensão dos níveis de inserção e do engajamento na “propaganda republicana” é característico da trajetória de José Felício Buarque de Macedo, cuja carreira pode ser caracterizada como um “produto” da instauração da República. Descendente de uma família de comerciantes portugueses instalados em Alagoas, as informações imprecisas tornam a definição completa de suas origens sociais mais difíceis, embora, ao que tudo indique, a família tenha sido proprietária, no início do século XIX, de um engenho de açúcar. Com a decadência econômica da região e a impossibilidade de manutenção da propriedade, desestruturada com a patilha de herança, a família reconverte os investimentos em um pequeno comércio de gêneros alimentícios no interior de Alagoas⁶⁵. Sendo o segundo de seis irmãos, sobre os quais não se dispõem de informações, Felício Buarque faz as primeiras letras sob os auspícios da família em Magagogy (AL), partindo para Recife (PE), aonde ingressa no Colégio de Artes. As dificuldades financeiras são supridas pelo auxílio de “uma madrinha”,

⁶² OTTONI (1890, p. 114)

⁶³ Ibidem, p. 75.

⁶⁴ Ibidem, p. 90-91.

⁶⁵ HOLANDA (2007, p. 619-639).

residente em Pernambuco, que o acolhe e o ajuda com o custeio dos estudos. Além disso, exerce a atividade de professor primário, ainda durante os preparatórios para a Faculdade de Direito do Recife (PE), na qual se forma em 1894. A idade de formatura, 29 anos, é característica de um percurso mais longo antes do ingresso no ensino superior. Ainda em Recife (PE), atua no jornalismo político-estudantil, participa da fundação e direção de clubes republicanos, e escreve como correspondente para o jornal República Brasileira, publicado no Rio de Janeiro, cujo diretor era José Cândido Teixeira. Com a instauração da República, galga seus primeiros cargos públicos a partir de 1890. No conjunto de sua trajetória, a militância republicana é determinante para a conquista de posições que lhe permitam alguma “independência” econômica. Inserido diretamente nas disputas faccionais que cindem a política pernambucana, Felício Buarque é exonerado do cargo de amanuense com a subida do Barão de Lucena ao comando executivo estadual, sendo posteriormente reintegrado com a recomposição da Junta Governativa⁶⁶.

Ao formar-se bacharel em direito, no contexto de eclosão de revoltas contra o governo republicano, Felício Buarque transfere-se para a cidade do Rio de Janeiro, aonde se engaja na defesa de Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada. Os efeitos imediatos da adesão aos conflitos é a conquista das honras de Capitão do Exército, por “serviços prestados à República”⁶⁷. Ainda em 1894, publica seu manifesto em defesa do regime republicano: *Origens Republicanas*. Elaborado em “refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio”, o opúsculo pretende-se um “protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”⁶⁸. A multiplicação de frentes de atuação, associada à então posse de um título de ensino superior, permite o ingresso na magistratura, período em que se dirige à Minas Gerais durante o governo de Bias Fortes. Lá, exerce a advocacia e o jornalismo, residindo, por fim, em Poços de Caldas (MG), onde é nomeado juiz de direito. O alcance de suas redes está fundado, principalmente, na militância constituída durante a “propaganda republicana” e a inserção em círculos de empregos públicos, cujo teto é o cargo de juiz de direito e a inserção como correspondente no Instituto dos Advogados do Brasil. Sua própria produção cultural, amplamente fundada na publicação de artigos jornalísticos de cunho político, tende a um alcance limitado. Mesmo aquela que pode ser considerada sua obra mais expressiva, cuja aceitação poderia inseri-lo no debate político-ideológico mais significativo de meados dos anos de 1890, é, ao que tudo indica, desconsiderada por seu adversário imediato e

⁶⁶ Para os conflitos políticos em Pernambuco, ver LEVINE (1980).

⁶⁷ Diário Oficial da União, 9 de novembro de 1894, p. 4291.

⁶⁸ FELÍCIO BUARQUE (1894, Folha de rosto).

proclamado, no caso, Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior⁶⁹. Sendo assim, se a instauração do regime republicano lhe garantiu possibilidades de acesso às retribuições decorrentes do engajamento na contestação da Monarquia, o deslocamento de trajetória é limitado por suas origens sociais, mas também, pelos trunfos passíveis de serem acionados e convertidos em postos.

Ao contrário de seu contemporâneo, Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior parte de outras condições sociais, tornando o engajamento e afirmação de “causas” algo secundário em sua trajetória. Nascido em uma família extensa formada por laços matrimoniais entre frações sociais que ocupavam, desde o período colonial, posições centrais no controle político e econômico, Afonso Celso é educado por preceptores em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro, além de realizar “viagens de estudos” à Europa, durante a sua juventude. Filho de Afonso Celso de Assis Figueiredo e de Francisca de Paula Martins Toledo, suas origens sociais são duplamente potencializadoras. Seu pai é proveniente de uma família destinatária de mercês imperiais, instalada na região das Minas Gerais, tendo ocupado vários cargos políticos em nível provincial, tais como Chefe de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial, Procurador da Fazenda e Deputado Provincial, Afonso Celso de Assis Figueiredo muda-se para o Rio de Janeiro como Deputado Geral por Minas Gerais. Tendo ocupado diversas pastas como Ministro do Império, chegou ao cargo vitalício de Senador, galgando uma posição no Conselho de Estado e, por fim, presidindo o Conselho de Ministros. Titular das honras de Visconde de Ouro Preto, o pai de Afonso Celso é caracterizado como um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado. Pelo lado materno, Afonso Celso descendia da família Toledo, instalada em São Paulo desde o século XVIII. Seu avô materno, Joaquim Floriano de Toledo, era descendente de militares, grande proprietário rural, Coronel da Guarda Nacional e “secretário particular de Dom Pedro I”⁷⁰. Exerceu diversos cargos públicos, sendo Deputado Provincial por várias legislaturas e assumindo por seis vezes a Presidência da Província de São Paulo.

Em um universo familiar altamente integrado às estruturas de poder do Império, Afonso Celso adquiriu permissão para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo sem a idade mínima exigida, 15 anos. Logo no início do ensino superior, investe em suas primeiras publicações literárias com o livro *Prelúdios* (1876), coleção de anotações e poesias elaboradas durante a adolescência. Obtém o grau de bacharel em direito em 1880 e, no ano seguinte, o grau

⁶⁹ Não foi encontrada nenhuma resposta ao livro de Felício Buarque, elaborada por parte de seu oponente proclamado, Afonso Celso.

⁷⁰ Biografia de Pedro Manuel de Toledo, neto de Joaquim Floriano de Toledo. Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV.

de doutor. Suas origens sociais lhe garantem uma entrada “por cima”, ingressando diretamente na política, no cargo Deputado Geral por Minas Gerais. Inserido nas redes de poder pelas mãos de seu pai, que lhe “abriu as portas dessa carreira”⁷¹, permanece no exercício do cargo legislativo até a queda da Monarquia. Acompanhou a família real no exílio, circulou por países da Europa, frequentando círculos da “alta sociedade”, em particular em Portugal e na França⁷². Do exílio, manteve-se como correspondente do *Jornal do Brasil*, do qual era sócio-proprietário, ao lado da família Mendes de Almeida. Durante os anos na Europa na companhia da família real, escreveu seu livro-manifesto contra o regime instalado no Brasil em 1889: *O Imperador no Exílio* (1893). Organizado em duas partes, a obra pretende apresentar o reconhecimento que “grandes personalidades” brasileiras davam ao Imperador deposto pelo “golpe militar”, mostrando a “injustiça” de tal ato e do atual estado de difamação de sua imagem do ex-monarca por parte dos republicanos instalados no poder. Completando a obra, a segunda parte traz uma biografia de Dom Pedro II, cujo objetivo é resgatar sua personalidade liberal e democrática. A publicação do livro rendeu-lhe as honras de sócio-efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), além disso, a obra adotada, reproduzida e distribuída por grupos monarquistas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Retornando ao Brasil com sua família, Afonso Celso afasta-se da política e converte seus investimentos para o universo cultural. Publica vários livros contendo memórias de sua circulação no interior das estruturas de poder, uma biografia de seu pai, e outros escritos literários de gêneros variados. Mantém, também, sua coluna de comentários políticos, econômicos, sociais e literários no *Jornal do Brasil*, e ingressa na recém fundada Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, na qual veio a ocupar a cátedra de Economia Política sendo, posteriormente, diretor da instituição. Após a morte do Barão do Rio Branco, é “aclamado” presidente perpétuo do IHGB. Com a nacionalização das faculdades livres de direito e criação da Universidade do Rio de Janeiro, manteve-se no cargo, sendo reitor desta instituição nos anos 1930. No conjunto de investimentos e redes de relações que lhe são disponíveis, insere-se no movimento de fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1898, da qual foi presidente em duas ocasiões. A reconversão dos recursos econômicos e políticos herdados e conquistados durante o império, possibilitaram a ocupação de posições centrais nas redes de recrutamento para instituições de consagração social e intelectual, além da obtenção de um leque de títulos honoríficos, ostentado por sua biografia como signos de excelência social e de trajetória de sucesso. A relativa independência econômica possibilitou a

⁷¹ AFONSO CELSO (1998 [1898], p. 12).

⁷² AFONSO CELSO (1951 [1893]).

vivência da cultura como “estilo de vida”, atuando assiduamente nas reuniões da ABL ou do IHGB, assim como o universo de relações sociais facilitou a ocupação de cargos públicos em diferentes momentos políticos do país. Nesse quadro de referência, a socialização através da militância é secundária, assim como a afirmação de posições políticas a partir de estratégias de publicação ou do jornalismo. Seus escritos são apresentados muito mais como memórias de outros tempos, ou como “lampejos” de patriotismo, do que propriamente como textos de afirmação de tomadas de posição.

No quadro desses confrontos entre origens sociais e tomadas de posição políticas, os efeitos de transição entre regimes e as oportunidades abertas, marcam distintamente as trajetórias e princípios ideológicos proclamados. A representação vigente de que o regime republicano representava a “influência das classes terciárias na política”⁷³, a emergência de uma “nova orientação política” decorrente do “advento das mais recentes camadas sociais”⁷⁴, constitui um esquema de visão relativamente compartilhado. Portanto, engloba as representações que os agentes que tomam parte no processo fazem de si mesmos e do momento histórico no qual estão inseridos. Além disso, a definição de que se trata de um contexto sociohistórico no qual estão em confronto “competências” ancoradas em legitimidades distintas – lógica eleitoral, títulos escolares –, contribui, decisivamente, para a crença no “mérito” enquanto ponto de chegada das trajetórias. Discurso de normatização das trajetórias e dos caminhos de sucesso, a “moral social” inscrita nas representações acerca da “filosofia meritocrática” é historicamente situada, englobando distintas representações acerca dos pontos de partida, dos recursos exigidos e dos modos de acesso aos cargos. É justamente isso que interessa na apreensão dos efeitos da mudança de regime para a recomposição de elites: levar em conta em que medida os princípios reivindicados tem condições de se objetivar em mecanismos de seleção e recrutamento, colocando-os em relação com a visão que os agentes produzem de si mesmos e do universo no qual se movem.

Em grande medida, a emergência das “novas camadas sociais”, proclamadas pelas “gerações que fizeram a república”, são apontadas como uma das causas da degradação do sistema político instaurado em 1889. Intelectuais dedicados à avaliação das condições “sociais, políticas e culturais” nos anos 1920, colocam em pauta o problema do “rebaixamento social” do serviço público e, também, das “elites politicantes” (AMADO, 1981 [1924]; VIANNA, 1981 [1924]). A questão central é, ao mesmo tempo, uma constatação e um juízo sobre os atributos necessários para a ocupação de cargos dirigentes no Brasil de época. Trata-se de uma

⁷³ FELÍCIO BUARQUE (1894, p. 33).

⁷⁴ AFONSO CELSO (1998 [1898], p. 130).

constatação pois implica em uma afirmativa: a instauração do regime republicano quebrou os conflitos em “milhares de fragmentos”⁷⁵. É um juízo no sentido que associa o ingresso no serviço público à realização de um ideal político e social voltado para a elevação da nação, ou seja, trata-se da reivindicação de uma “vocaçã”⁷⁶. Em termos gerais, o que perpassa as análises retrospectivas dos intelectuais dos anos vinte é que o contexto de multiplicação da concorrência favoreceu o surgimento de muitos “partidos entrelopos [...], muito arrivista, muito *nouveau riche* político, sem solidez de estrutura no caráter e sem grande lastro de escrúpulos na consciência, que se haviam arremessado”⁷⁷, oportunamente, às novas posições políticas abertas pela República. É justamente a concepção de que a ascensão de um novo regime trouxe consigo “novas camadas” sociais, afirmadas sobre outros princípios de excelência social, que interessa analisar. No entanto, isso só pode ser apreendido na combinação entre a apreensão dos esquemas de percepção que orientam as práticas de época, embasam as tomadas de posição e fundamentam as categorias de classificação de si e dos outros, contrapostos ao mapeamento dos universos de inserção nos quais tais agentes se movem.

2.2 O QUE É O “MÉRITO”?

Ao longo do período, a noção de “mérito” não pode ser separada do destinatário do discurso de qualificação. Enquanto princípio de justificação dos postos e oportunidades recebidas ao longo das carreiras, denota a própria lógica de hierarquização e o fundamento de estruturação da ordem social. Ao mesmo tempo, compõe a base de crença que sustenta a existência das desigualdades de chances e as respectivas simbologias da excelência associadas. Nas representações críticas às instituições monárquicas, o Império fazia subir os medíocres, escorados na cooptação, no familismo e nos privilégios de toda espécie, enquanto os homens de “mérito” ficavam às sombras dos apaniguados. De modo geral, as elaborações forjadas no conflito entre os critérios de acesso aos cargos e as vantagens associadas a determinada ordem social, nunca aparecem descoladas dos juízos qualificativos conectados estritamente à pessoa real. Relacionado às próprias concepções de hierarquia social que fundamentam as diferentes legitimidades, os discursos de julgamento são veiculados pela representação segundo a qual os

⁷⁵ VIANNA (1981 [1924], p. 104).

⁷⁶ VIANNA (1981 [1924], p. 106-107).

⁷⁷ VIANNA (1981 [1924], p. 104).

indivíduos de mérito são aqueles que obtiveram sucesso em investimentos diversos, de modo bastante prosaico, aqueles que “chegaram lá”. Com base nisso, há uma associação específica ao caráter pretensamente excepcional dos indivíduos de sucesso, cuja representação instituída é contrária às possibilidades de estabelecimento de quaisquer critérios universalizáveis, visto que o mérito “não se define, tem uma natureza que escapa a definição legal” e se conecta a pessoa moral⁷⁸.

Nesses termos, a definição de êxito social vinculada ao qualificativo de “mérito” constitui-se como um juízo de valor personalizado, elaborado por aqueles que estão em condições de qualificar os outros. Isso significa, na estrutura própria de distribuição de signos de distinção vigente durante o regime monárquico, o reconhecimento passava obrigatoriamente pela política. Atribuído como um juízo *a posteriori*, ou seja, definido a partir do ponto de chegada, tal categoria de classificação constitui um processo auto-referido, segundo o qual se o indivíduo “fez o que é meritório, é digno de imitação”⁷⁹. Mesmo com uma tendência à transformação progressiva em direção à associação entre “mérito” e posse de um diploma escolar, o caráter personalista – hierárquico e político – do reconhecimento permanece. Na primeira metade do século XIX, dois princípios básicos fundamentam o discurso do merecimento: um diploma e as “honras” conferidas pela Coroa, notadamente expressas através de cargos e insígnias. Em 1823, José da Silva Lisboa – Visconde de Cairú –, reivindica o “talento e o mérito” como únicos “requisitos necessários aos lugares de honra do estado”, cujas “cartas de formatura constituem o legítimo título [...] de suficiência do candidato”. Nesse sentido, o diploma se apresenta como um “título honorífico”, sempre “respeitado em todos os estados cultos”, meio de garantia e segurança contra “os empenhos, parcialidades e vinganças”⁸⁰. Ao lado da fração escorada nos diplomas universitários, encontra-se a “aristocracia do mérito”, “filha da natureza e fundada na preeminência intelectual e moral” instituída pelo reconhecimento público da escolha monárquica, sem a qual “não pode a máquina social ter seu andamento regular”⁸¹. A diferença entre a “nobreza de nascimento e a nobreza de merecimento” se institui pela formalização constitucional dos “talentos e virtudes” como único critério oficial para a ocupação de cargos públicos⁸².

Herança da “Monarquia Lusitana”, a noção de nobreza, no caso brasileiro, implica em um duplo processo, englobando tanto uma condição social prévia, quanto a legitimação da

⁷⁸ JOSÉ BONIFÁCIO (1880, p. 190).

⁷⁹ ANS, 1855, L. 3, p. 460-461 – Bernardo de Souza Franco.

⁸⁰ ANC, 1823, 5, p. 92.

⁸¹ ANS, 1832, 1, p. 531 – Marquês de Caravelas.

⁸² Constituição política do Império do Brasil, 25 de março de 1824, art. 179.

distinção pelo poder político. A partir disso, sua configuração depende de dois vetores: 1) a “compra” do brasão e dos títulos de inscrição nobiliárquica, dependente das estratégias individuais de investimento em modalidades de distinção social e aproximação da corte, principalmente porque, a “compra” é precedida pela indicação do nome dos pretendentes junto ao Conselho de Estado e a posterior aprovação do título pelo Imperador; 2) distinção adquirida pelas funções (cargos públicos e ofícios), ancorada nos esforços monárquicos em retribuir os serviços prestados. De modo geral, as formas de aquisição dos títulos nobiliárquicos não são dissociáveis, mas tem como principal resultante o determinante político como princípio fundamental de “enobrecimento”. Isso se explica pelo “gênio brasileiro”, amante das “distinções de honras conferidas pelo Monarca”⁸³. Justificado pela natureza das coisas, o princípio de distinção encampado pelo mecanismo de cooptação hierárquica, estruturado a partir do centro político do regime, implica em uma parcela de qualificação do “mérito e do talento” definida a partir do poder político e dos serviços prestados à Monarquia. No entanto, ao contrário do que pode parecer, não se constitui uma diferença entre o “mérito” pessoal, conferido pela escolha política, e aquele fundado em títulos escolares como caução para a ocupação de cargos no estado. Isso porque, tanto quanto o “enobrecimento” conferido pela política, os diplomas conferem um “mérito presumido” dependente da estrutura de distribuição de reconhecimento, o que garante as pretensões ao cargo visado. Trata-se de algo formalmente instituído, definido a partir de listas formuladas por instâncias variadas da estrutura administrativa do estado, e colocadas à disposição do monarca para a escolha dos merecedores das distinções conferidas pelos cargos públicos. De modo geral, configura-se um sistema de negociações múltiplas e hierárquicas que implicam as possibilidades mais básicas de compor as listas e, na sequência, as chances diferenciadas de “ser escolhido”. Nesse ponto, se estrutura o fundamento básico da concepção de mérito: ter mérito é “ser reconhecido” a partir de níveis hierarquicamente distintos de atribuição de honras e distinções⁸⁴.

Essa concepção é extensiva aos diferentes mecanismos de atribuição de legitimidade, sejam eles sujeitos aos critérios formalmente apresentados como impessoais, pois regidos por elementos formais e pela escolha por pares – concursos para o professorado de ensino superior, por exemplo –, sejam escudados na obtenção de sufrágios que fundamentam – direta ou parcialmente – a ocupação dos cargos públicos eletivos. No primeiro caso, a exigência formal de prestação de concursos dá uma aparência universal e pública a uma escolha particularista, escorada em qualificativos pessoais, tais como os “serviços prestados”, a “idoneidade” e a

⁸³ ANS, 1829, 2, p. 95 – José da Silva Lisboa.

⁸⁴ ANS, 1855, 3, p. 684.

“moralidade” dos pretendentes. O principal elemento associado aos julgamentos é a indissociabilidade entre a distinção “pelo saber” e o “mérito moral”, sendo o último elemento algo fundamental para as possibilidades de reconhecimento do primeiro⁸⁵. Relativamente ao acesso aos cargos eleitoralmente em disputa, “o ingresso nas carreiras legislativas” depende do sucesso em saber conquistar votos⁸⁶. Nesses termos, o meio através do qual o candidato se faz reconhecer frente ao eleitorado, ou seja, as estratégias de obtenção de votos, estão desconectadas do qualificativo que atribui ao processo eleitoral a responsabilidade em chamar os “representantes mais capazes” para que se façam presentes nas câmaras legislativas⁸⁷. Como o mecanismo de acesso aos cargos era diferencial, dependendo de múltiplos níveis: as condições de fazer valer os votos recebidos, e, no caso do senado, a necessidade de ser votado e escolhido; o sucesso nesses empreendimentos implica a “preeminência intelectual e moral que a Constituição exige quando requer a sabedoria e virtudes que constituem o verdadeiro mérito”⁸⁸. Nesses termos, o ponto de chegada supõe uma “certa notoriedade, um mérito”⁸⁹, configurando um princípio estruturante das hierarquias e suas formas de legitimação, cuja fórmula se expressa através de um sistema de escolhas hierarquizadas – fundado no comprometimento total –, responsável pela manutenção de uma determinada ordem social, de seus modos de reprodução e distribuição de oportunidades e “honras”.

Com o avançar do século XIX, o título escolar importado como critério de hierarquização das “sociedades cultas” ganha, progressivamente, espaço enquanto representação de um “nível de capacidade sensivelmente igual”, a partir do qual o público verifica “o valor real e positivo” do mérito⁹⁰. No entanto, a valorização de um critério pretensamente universalizável – título escolar – não se descola da necessidade de fazer valer os títulos sustentados pelas biografias, em um contexto em que “o mérito não consiste só em ser inteligente e ter lido muito”⁹¹, mas é preciso ter uma “certa notoriedade”, um certo reconhecimento. Conforme se aproxima de uma definição “capacidade” mensurável, a noção de mérito começa a aparecer em oposição à fortuna, às relações de família⁹², às práticas de patronagem e ao “espírito de partido”⁹³. Portanto, enquanto atributo a ser adquirido, “o mérito” passa a representar a “única chave que abria todas as portas [...] quaisquer que fossem [a]

⁸⁵ ANS, 1875, 3, p. 275 – Francisco de Paula Silveira Lobo.

⁸⁶ ANS, 1880, 9, p. 239 – Manoel Francisco Correia.

⁸⁷ ANS, 1855, L. 2, p. 370 – Honório Hermeto Carneiro Leão.

⁸⁸ ANS, 1832, 1, p. 365 – Marquês de Caravelas.

⁸⁹ MARTINHO CAMPOS [1874] in LEGISLAÇÃO ELEITORAL DO IMPÉRIO DO BRASIL (1881, p. 220).

⁹⁰ PARECER E PROJETO - REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1882, p. 6.

⁹¹ ARAÚJO (1884, p. 210)

⁹² FIGUEIRA DE MELO [1875] in LEGISLAÇÃO ELEITORAL DO IMPÉRIO DO BRASIL (1881, p. 69-70).

⁹³ ANS, 1870, 1, p. 254 – Barão de São Lourenço.

origem e proveniência” dos pretendentes⁹⁴. Os esforços na redefinição dos princípios de hierarquização social, atrelados às transformações sociais em curso nos países centrais – a progressiva valorização do título escolar como critério oposto à herança e ao sufrágio – desembocam na “eleição” de determinadas categorias sociais com símbolos da “nova” representação de excelência: “o artista, o literato, o advogado e o médico”, modelo de “homens de mérito”⁹⁵. Mesmo assim, a relativa transformação do mérito, passando de algo resultante das lógicas de distribuição de honrarias variadas, advindas a partir do centro político, para uma definição cada vez mais associada às atividades exercidas e aos recursos adquiridos através do investimento pessoal, não implica em uma ruptura com a lógica hierárquica e personalista de atribuição de reconhecimento. Ao contrário, princípios contraditórios aparecem amalgamados, sem que a unidimensionalidade dos mesmos seja rompida⁹⁶. Assim, nos confrontos pela nomeação de funcionários, trata-se de “proceder com o maior rigor”, escolhendo os pretendentes que disponham das “qualidades precisas para o bom desempenho do cargo” – “bacharel formado, muito distinto por sua inteligência e de um comportamento particular irrepreensível, tendo servido dois cargos de presidente de província com a maior distinção” –, o que permite selecionar “aderentes, [...] amigos e muito principalmente [...] parentes”, desde que os procedimentos formais sejam cumpridos⁹⁷. De tal modo, a regra formal neutraliza os particularismos inerentes às práticas de cooptação, notadamente pela correspondência entre os atributos formais exigidos e a representação oficial dos cargos.

As qualidades exigidas para o “bom desempenho” dos cargos indicam a sobreposição de critérios de hierarquização: o título escolar, o compromisso moral e os serviços prestados. Nesse sentido, aquilo que se denomina por mérito é a garantia formal – a investidura – decorrente do sucesso e alcance dos investimentos dos pretendentes ao reconhecimento, independente dos meios empregados para tanto. Logo, a instituição – o cargo ou posição – legitima seu ocupante através da “agraciação específica”⁹⁸, a qual funciona como um marcador social de onde os agentes tiram parte de sua legitimidade. Componente fundamental do processo de investidura, o “comportamento irrepreensível”, fundado no compromisso moral, é estruturante das condições de acesso ao reconhecimento dos atributos formais, notadamente dos títulos escolares. Assim, a condição de “doutor em medicina”, por exemplo, e a aprovação em procedimentos formais de acesso a determinados cargos – concurso – não garantem a

⁹⁴ OURO PRETO (1890, p. 137).

⁹⁵ ANS, 1874, 2, p. 339 – Luiz Antônio Vieira da Silva.

⁹⁶ CORADINI (2003, p. 13).

⁹⁷ ANS, 1882, p. 7 – Martinho Álvares da Silva Campos.

⁹⁸ WEBER (2004b, p. 348).

nomeação, principalmente se o pretendente rompe com a lógica de conciliação dominante e se coloca em oposição à facção hegemônica no período⁹⁹. O caráter de proteção ligado à prática da patronagem, oposta ao “talento”, garantia de “independência”¹⁰⁰, fundamenta os confrontos entre um regime de privilégios e aquele em que “o mérito, o talento e o caráter tem todas as carreiras abertas diante de si e podem pelas próprias forças aspirar a todas as honras”¹⁰¹. No entanto, independente das representações elaboradas nos confrontos entre a Monarquia e a República, na versão oficial do republicanismo, adotada em 1891, o mérito é descolado do “título escolar” e associado ao reconhecimento, ou seja, “aos cidadãos de mérito”, aqueles que dispõem de “prestígio”, os quais tem condições de ser objeto de “livre nomeação do governo”¹⁰². O diferencial, no caso do regime republicano é, por um lado, a multiplicidade de estruturas formais de nomeação, por outro, o critério de eletividade aplicado aos cargos públicos executivos e legislativos em todos os níveis, consequência da adoção do modelo federativo. De modo geral, o reconhecimento do mérito e sua atribuição enquanto qualificativo de distinção e legitimação dos cargos e posições alcançadas é semelhante ao sistema de “enobrecimento” *à lá brasileira*, ou seja, depende de um conjunto de estratégias de investimentos por meio dos quais os agentes tendem a ser “agraciados” com o reconhecimento social e político conferido em uma estrutura previamente hierarquizada de atribuição e reivindicação de *status*.

⁹⁹ ANS, 1855, 3, p. 495-496.

¹⁰⁰ ANS, 1855, 3, p. 495-496 – Manuel de Assis Mascarenhas.

¹⁰¹ CANDIDO TEIXEIRA (1890, p. 247).

¹⁰² ANC, 1890, 1, p. 487.

3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E INSTRUMENTOS DE REPRODUÇÃO

A configuração das hierarquias e categorias de percepção do mundo social estão intimamente ligadas às condições de reprodução da estrutura de relações que fundamenta as diferenças, ou seja, ao estado dos instrumentos de reprodução ao qual se associam as estratégias e possibilidades de transformação ou manutenção de posições sociais. Tendo isso em vista, o presente capítulo dedica-se a reconstrução dos condicionantes sociais e institucionais que estão na base dos processos de seleção social e das condições de acesso aos diferentes cargos e posições em pauta. Obviamente que as condições de tomar as condições sociais objetivas que condicionam as chances de carreira são bastante limitadas, particularmente pela variedade das dinâmicas regionais e dos respectivos contextos de ação nos quais se movem os agentes. Igualmente, pela escassez de informações que permitam a montagem de um panorama geral sobre os determinantes sociais e “fluxos” que estruturam as relações entre bases sociais e estratégias de reprodução. Sendo assim, o objetivo aqui é justamente salientar as transformações gerais nos condicionantes sociais no período entre 1870 e 1920. Em grande medida, o panorama constituído é a base para a reconstrução do universo social em análise e, inclusive, para a posterior especificação de algumas das diferenciações sociais levantadas e de seus efeitos nos trajetos dos agentes, em suas estratégias de carreira, reprodução e legitimação social.

3.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E ESTRUTURAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Uma das primeiras dificuldades que se impõe no tratamento das relações entre a transformação das bases econômicas e a configuração da estrutura social ao longo do tempo é, por um lado, a escassez de informações que permitam apreender tais fenômenos, por outro, a limitação das próprias fontes disponíveis. Esforços de apreensão da estrutura social enfatizam, constantemente, a descrição das condições sociais – apreendidas (ou presumidas) através da classificação ocupacional, renda e escolaridade –, as quais permitem a caracterização de um determinado universo ou “sociedade”. No entanto, “as propriedades de posição são irredutíveis

as de situação” de classe¹⁰³, cabendo apreender em que medida os esquemas de classificação e de diferenciação social se configuram enquanto um universo relacional de posições e similitudes, a partir do qual se pode visualizar as condições de possibilidade objetivas e subjetivas que compõem as estratégias de conversão social e profissional. Em grande medida, as relações de estrutura, nas quais a definição e representação acerca das classes são um elemento central, se expõem de modo mais direto nos debates que envolvem seu “papel social”, normalmente associado as oposições relativas a participação política e a divisão do trabalho de dominação.

A própria história das classificações sociais está diretamente ligada à ascensão dos estados modernos e as necessidades de formulação de categorias destinadas a dar sentido às divisões sociais a partir de parâmetros estabelecidos – convencionais – e universalizáveis. Logo, elementos elaborados e destinados a tornar a “sociedade” inteligível e ordenada, tendem a se impor, particularmente através do sistema de ensino, enquanto esquemas classificatórios, produzindo uma determinada imagem da realidade que se busca descrever. Em um contexto social no qual as classificações, filosofias e ideologias são importadas como mecanismos de legitimação da dominação, a sobreposição de esquemas de visão e divisão do mundo social e sua pretensa universalização tendem a fazer sentido apenas aos dominantes. Assim, como fica relativamente indicado no trabalho de Matos (2012), para o grosso das “classes pobres”, escravos e trabalhadores livres de diversos matizes, a lógica de fundamentação das relações se baseia na oposição entre “senhores” e/ou “doutores” e o resto. O sistema de classificações, portanto, se estabelece a partir das posições com base nas quais determinados agentes tem condições de classificar a si mesmos e os outros, relativamente as categorias de percepção desigualmente distribuídas com base na posição ocupada na estrutura de dominação vigente.

O empreendimento de produção de estatísticas populacionais que compreendam a totalidade do território nacional brasileiro se enquadra em um movimento mais geral de caracterização política e social do Estado Nacional durante o Império. De algumas das iniciativas levadas a cabo no período pós-independência política, as primeiras que obtiveram êxito datam da segunda metade do século XIX. Destinadas a produzir uma imagem da população, tanto para fins administrativos quanto para a divulgação internacional, estas contagens fazem parte da inserção sistemática do país em esquemas de circulação de modelos de gestão dos problemas políticos e sociais, muitos dos quais, divulgados pelos Congressos Internacionais de Estatística¹⁰⁴. A circulação internacional e participação nesses eventos é

¹⁰³ BOURDIEU (1972, p. 8).

¹⁰⁴ Para a participação do Brasil nesses eventos, ver SENRA (2006).

determinante para a adoção dos esquemas de classificação engendrados a partir dos esforços constantes em tornar as sociedades inteligíveis e comparáveis com base em planos estatísticos uniformes¹⁰⁵. Assim, o primeiro recenseamento geral da população brasileira¹⁰⁶ não pode ser compreendido sem referência ao contexto de produção de quadros descritivos, comuns e universalizáveis, decorrentes do conjunto de iniciativas associadas a constituição de instituições, associações e fóruns nacionais e internacionais de produção de saberes sobre o Estado.

A estatística constitui, portanto, um instrumento de instituição de uma determinada realidade, participando diretamente dos processos de circulação de modelos de enquadramento e gestão de problemas sociais. Nessa ótica, aos interesses político-administrativos associados à gestão de um determinado território a partir de “dados positivos que revelem o estado do país” e instrumentalize aqueles “encarregados de sua direção”¹⁰⁷, coadunam-se os processos de produção de um “espaço cognitivo comum, observado e descrito através” de quadros de referência coerentes¹⁰⁸. Como resultante desse contexto histórico específico, os esquemas de classificação e os interesses informacionais contidos nos recenseamentos da população brasileira realizados entre 1872 e 1920, produzem uma determinada imagem da sociedade que participa da definição e descrição de sua própria estrutura de relações sociais, tornando possível a apreensão da realidade com base em um determinado esquema de visão e de divisão do mundo social. A sobreposição de uma realidade a partir de determinadas convenções de equivalência fica relativamente clara ao se analisar os elementos enfatizados nos quadros gerais e no instrumento de coleta dos recenseamentos, quais sejam: movimento populacional, família, migração, composição etária, profissional, instrução pública e estado sanitário da população; todos definidos como linhas gerais dos questionários a serem aplicados em diferentes contextos nacionais¹⁰⁹.

Conjuntamente às estratégias de universalização de preocupações sociais e políticas, os esforços de uniformização de um mesmo quadro estatístico geral introduzem esquemas de classificação ocupacional *ad hoc*, no caso específico, elaborados com base nas convenções francesas. O principal resultado disso é a transferência dos modos de organização social e das relações de trabalho configuradas historicamente naquele país para um contexto no qual a

¹⁰⁵ BUNLE et LEVY (1954, p. 13).

¹⁰⁶ O Recenseamento foi organizado e realizado a partir da criação da Diretoria Geral de Estatística (Decreto 4.676, de 14 de janeiro de 1871, Decreto 4.856, de 30 de dezembro de 1871).

¹⁰⁷ Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios do Império, Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1869, p. 24.

¹⁰⁸ DESROSIÈRES (2008, p. 26).

¹⁰⁹ BUNLE et LEVY (1954, p. 15-16).

estrutura ocupacional e a organização do trabalho têm outro sentido. De tal modo, se algumas das classificações adotadas parecem ter correspondência e se fazerem reconhecer por determinados indivíduos, outras se mostram completamente exógenas, inclusive pelo significado que possuem nessas diferentes sociedades. É o caso, por exemplo, das categorias de “artistas” (traduzida de *artisans*) e de “jornaleiros” (traduzida de *journaliers*)¹¹⁰. Uma segunda questão que se coloca relativamente ao enquadramento da população em uma determinada convenção de equivalência, é que tal ato se faz por um procedimento posterior a coleta das informações, ficando o quadro final diretamente relacionado aos esquemas cognitivos e as representações sociais que os indivíduos utilizam para classificar suas próprias práticas “profissionais”. Assim, mesmo com a orientação para que sejam tomadas as atividades exercidas como indicativos do exercício profissional¹¹¹, os esquemas classificatórios do recenseamento colocam em pauta as próprias representações sociais que configuram a estrutura social, ou seja, como os agentes definem suas próprias atividades e quais são aquelas passíveis de se enquadrarem em um modelo previamente definido.

O Brasil da segunda metade do século XIX é palco de um conjunto de transformações que incidem diretamente nas condições de ascensão e estratégias de carreira de diferentes grupos sociais. Trata-se de um período de transição, marcado significativamente pela Guerra do Paraguai (1864-1870), pela proibição formal do tráfico de escravos (1850) e pela expansão do complexo cafeeiro, fenômenos com consequências diretas na reestruturação da morfologia social e nas dinâmicas demográficas, com respingos na modificação formal do regime político em 1889. Antes de avançar, cabe destacar que não está em pauta a busca de explicações para as causas da queda do Império e ascensão da República, trata-se, sim, de indicar os mecanismos mais amplos que estão na base da diversificação dos condicionantes sociais e dos princípios de legitimação que fundamentam as estratégias de carreira, enfatizando suas relações com as modalidades de mediação e de representação de interesses. Um dos fenômenos centrais da transição do regime é a ascensão das dinâmicas regionais como espaços de atuação que guardam relativa independência do centro político, muito embora as relações de dependência entre níveis de mediação sejam fundamentais para a estabilidade do poder local. Já no segundo quartil do século XIX, a economia açucareira vinha sendo suplantada pela produção de café do Vale do Paraíba, processo que se acelera a partir dos anos de 1860, quando o valor das exportações de açúcar passa a representar a metade das de café. Essas transformações econômicas mais amplas estiveram no centro da recomposição da estrutura das carreiras e da

¹¹⁰ DESROSIÈRES et THÉVENOT (2002).

¹¹¹ Ver, particularmente, PAIVA et al (2012).

ascensão dos centros urbanos como espaços dinâmicos de relações sociais. Após abolição do tráfico de escravos, se inicia um processo contínuo de recomposição demográfica, intensificado a partir dos anos de 1870, particularmente pela busca de alternativas à mão-de-obra servil, escassa e pouco viável economicamente, principalmente frente a demanda das fazendas de café e do setor de serviços em expansão. Nesse contexto, a solução seria o investimento pesado na atração de imigrantes para a substituição da mão-de-obra e introdução do trabalho livre e qualificado no Brasil. Nos discursos de época¹¹², a imigração significava o progresso, sinônimo de desenvolvimento industrial, colonização do território, organização da pequena propriedade rural, introdução de hábitos de trabalho, de disciplina e de higiene. Na prática, significava um modo de substituição da mão-de-obra escrava através de uma parca ideia de “trabalho livre”, fundado na constituição de relações de dependência e, por vezes, no uso da força e do aparato de repressão do estado como forma de “controlar os trabalhadores”¹¹³.

A oposição entre distintas políticas e representações acerca do processo imigratório, decorre da diferenciação entre a “imigração dirigida”, destinada a atrair indivíduos cujos “seus braços eram a única condição negociável”, e a “espontânea” responsável por captar “colonos já possuindo capital, aptos a se tornarem proprietários e desenvolver a agricultura camponesa moderna”¹¹⁴. De fato, as concepções dominantes de estruturação das relações sociais eram nitidamente avessas a toda forma de ruptura com a estrutura de mando, tornando a inconformidade aos princípios hierárquicos tácitos, passível de formas de violência as mais variadas como modo de manter as coisas no seu lugar. Portanto, há uma concepção de hierarquia social e de dependência que atravessa o conjunto das transformações formais que se realizam no período, fortemente associada a noção de “liberdade” em pauta, conotada a partir de duas lógicas distintas, hierarquicamente estruturadas. Uma delas realiza-se na expressão “livre concorrência”, a qual designa a luta entre indivíduos e grupos sociais por um lugar ao sol, aplicada de modo mais direto aos dominados, sujeitos ao darwinismo social que configura a dupla face da manutenção da ordem social: 1) legitimando a condição dominante – são dominantes porque chegaram lá; 2) produzindo a representação de uma sociedade movente, aberta a ascensão social. Em contraposição, se coloca uma outra lógica “liberal”, mais associada às posições dominantes, a qual reclama o não monopólio do Estado sobre as iniciativas

¹¹² IOTTI (2005).

¹¹³ MATOS (2013, particularmente parte 3, capítulo 5); DAVATZ (1941).

¹¹⁴ ALENCASTRO (1988, p. 31-32).

econômicas e, ao mesmo tempo, recorre a esse na busca de concessões, favores e/ou salvaguarda de garantias financeiras em nome do desenvolvimento nacional¹¹⁵.

Com a proibição do tráfico, o comércio interno de escravos tornou-se um mercado lucrativo para senhores de engenho em decadência econômica, e uma fonte de rendas para os estados do nordeste, alguns dos quais, tem na taxação da venda de escravos suas principais fontes de receitas. A crescente exigência de mão-de-obra nas regiões de desenvolvimento da economia cafeeira tem como decorrência uma transferência massiva da população escrava para as regiões do Vale do Paraíba, zona da mata mineira e, posteriormente, para as novas zonas cafeeiras do estado de São Paulo e Minas Gerais. Estima-se que entre os anos 1823 e 1873, acompanhando a transição dos eixos dos ciclos econômicos, o número de escravos do nordeste declinou de 620.966 (54% do total nacional), para 510.584 (33,1% do total nacional), enquanto que, nas regiões sudeste-sul, este número passou de 456.549 (39,8% do total nacional), para 981.509 (63,6% do total nacional)¹¹⁶. Em termos gerais, ingressaram nas zonas de produção de café cerca de quinhentos mil escravos, os quais chegam a compor 75% da população de alguns municípios¹¹⁷. Conectado a esse deslocamento populacional, a fazenda de “café era o escravo”; fenômeno que se transforma progressivamente com a ressonância dos processos em curso nos países da Europa e nos Estados Unidos, cujos efeitos são significativos sobre os esquemas e projetos de reforma política e social do país¹¹⁸. Ao mesmo tempo, a elevação contínua do preço dos escravos¹¹⁹ e a compreensão de que os capitais investidos na aquisição de mão-de-obra estariam fadados a imobilidade, impõe a busca de alternativas. De tal modo, a partir dos anos 1880 se dinamizam os esforços de incentivo à imigração europeia. Como resultante, tem-se uma transformação gradual da morfologia social e da estrutura demográfica, ocorrida entre o final do Segundo Reinado e da Primeira República.

A longo prazo, o fluxo de imigrantes e a liberação dos escravos, em 1888, favorecem o crescimento acelerado de alguns centros urbanos, particularmente na região centro-sul do país. Se no período inicial da economia cafeeira, o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, se constituía como o principal centro produtor, atingindo seu ápice entre 1850 e 1880¹²⁰, impulsionado pela inauguração da Companhia Pedro II de Estradas de Ferro (1855)¹²¹; a resolução dos problemas

¹¹⁵ CARVALHO (2012, p. 355-383).

¹¹⁶ Cálculos realizados com base nos dados disponíveis em STEIN (1961, p. 353-354).

¹¹⁷ COSTA (1982, p. 47-48); FAUSTO (1995, p. 204).

¹¹⁸ ALONSO (2002).

¹¹⁹ STEIN (1961, p. 274)

¹²⁰ QUEIROZ (1950); FAUSTO (1995).

¹²¹ Seu presidente e principal incentivador foi Joaquim José Teixeira Leite (1812-1872), filho de Francisco José Teixeira (Barão de Itambé), militar, proprietário em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Da parte materna, também descendia de uma linhagem de indivíduos que sustentam títulos nobiliárquicos do Império. Seu sogro era Custódio

de transporte em São Paulo e a dinamização do Porto de Santos, a partir da fundação das Companhias Paulista (1868), Sorocabana (1870) e Mogiana de Estradas de Ferro (1872), ampliou as condições de possibilidade para a expansão de plantações de café e abertura de novas fazendas. Em um contexto internacional favorável, o estado de São Paulo toma a dianteira como o principal produtor de café no país, particularmente na última década do século XIX. No contexto de falência do sistema escravista e com a economia cafeeira em crescente expansão, o incentivo a imigração europeia se constituía como uma alternativa amplamente aceita, aparecendo, inclusive, associada a projetos de tornar o Brasil um país de pequenos proprietários independentes, *à la* modelo de colonização dos Estados Unidos¹²². Com recursos disponíveis e controle relativo do aparato burocrático do estado, os proprietários rurais paulistas dispunham de condições favoráveis à organização de políticas intensivas de imigração, ao contrário dos cafeicultores cariocas, cujas fazendas hipotecadas, a forte dependência administrativa do Rio de Janeiro relativamente à Capital do Império (posteriormente da República), e o capital imobilizado em mão-de-obra escrava os colocava numa posição menos favorável¹²³.

As condições de expansão da economia cafeeira paulista estavam, portanto, diretamente atreladas a busca de alternativas para a demanda por trabalhadores. Na década de 1890, estima-se que a mão-de-obra requerida tenha aumentado em 140%, o que significava uma demanda de aproximadamente 400.000 trabalhadores¹²⁴. As ações de proprietários rurais, encampadas pelo governo de São Paulo, já vinham sendo conduzidas desde a criação da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração em 1871¹²⁵, dirigida por Francisco Antônio de Souza Queiroz¹²⁶ (Barão de Souza Queiroz) e Antônio da Silva Prado. As trajetórias dos diretores da Associação são ilustrativas do conjunto de lógicas e das modalidades investimento que englobam o uso do

Ferreira Leite (Barão de Aiuruoca), militar, proprietário rural e titular de sesmarias na região. Joaquim José Teixeira Leite era bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, proprietário de terras, comissário de café, investiu em atividades bancárias, sendo sócio-proprietário da Casa Comissária Teixeira Leite & Sobrinhos, foi vereador em Vassouras (RJ), alternando a presidência da Câmara com seu irmão, Francisco Teixeira Leite (Barão de Vassouras). Os irmãos Teixeira Leite constituíram um dos mais importantes clãs familiares do Vale do Paraíba (STEIN, 1961).

¹²² COSTA (1999, particularmente capítulo 4).

¹²³ STEIN (1961); FERREIRA (1994).

¹²⁴ VERSIANI (1993, p. 83).

¹²⁵ Em 1886, foi fundada a Sociedade Promotora da Imigração, instituição financiada pelo governo de São Paulo e controlada por Antônio da Silva Prado, Martinho Prado Junior, Nicolau de Souza Queirós (Filho do Barão de Sousa Queirós), Jorge Tibiriçá Piratininga e Antônio de Queirós Teles (Visconde de Parnahyba).

¹²⁶ Seu irmão, Vicente de Souza Queiroz (Barão de Limeira), era, também, proprietário e membro do conselho municipal da cidade de São Paulo. As famílias Souza Queiroz, Vergueiro, Ottoni, Pais de Barros, Pereira de Souza, Souza e Melo, Resende, Almeida Campos, Barros apresentam extensas ramificações e ligações entre si e com outros clãs familiares, compondo grande parte dos grupos dirigentes do período, em diversos domínios de atividades (LEME, 1904; 1905).

aparato do estado como forma de promoção dos interesses privados, associados ao processo imigratório e ao controle de posições em diversos espaços de atuação. Em geral, as posições iniciais permitiam a extensão de recursos de poder e seus usos para a conquista de outras posições, sem que as primeiras fossem abandonadas. Tratava-se de uma estratégia de monopolização de oportunidades e posições as mais diversas e de sua patrimonialização com base em um sistema de relações de aliança¹²⁷. As estratégias de uso das burocracias públicas como forma de ampliação das frentes de atuação e/ou de garantias de investimentos, compõe uma lógica modal no período, favorecendo significativamente alianças de diversos níveis que tendem a limitar a concorrência a determinados círculos de relações sociais. Francisco Antônio de Souza Queirós (1806-1891), era filho do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz, “um dos maiores proprietários de terras de São Paulo”, descendente de uma longa família de ostentadores de títulos nobiliárquicos, foi deputado geral e senador do Império a partir de 1848, sendo casado com Antônia Eufrosina Vergueiro, filha do também senador do Império e proprietário rural, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro¹²⁸. Souza Queirós era chefe do Partido Liberal paulista, foi o primeiro presidente e o maior acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a qual ligava suas propriedades ao porto de Santos. As estratégias de construção de estradas de ferro obedecem a uma lógica de valorização das propriedades rurais e dependem, em grande medida, da intermediação entre investimentos privados, empréstimos internacionais e garantias públicas. Nesses processos, os fazendeiros são normalmente os mediadores entre diferentes esferas de recursos, e os trajetos e ramificações da malha ferroviária dependem diretamente dos interesses político-econômicos a serem atendidos. No caso de Antônio da Silva Prado (1840-1929), a lógica de atuação é bastante semelhante. Considerado o “modelo do fazendeiro-empresário”¹²⁹, filho de uma família de tropeiros e militares convertidos em proprietários rurais¹³⁰, formado em direito em São Paulo (1861), era proprietário rural e ocupou vários cargos públicos, dentre os quais, chefe de polícia do estado, deputado provincial, deputado geral, senador (1886), Ministro da Agricultura (1887-88) e conselheiro do Império (1888). Foi, também, proprietário do jornal *Correio Paulistano*, órgão do Partido Conservador do Império, e comandou várias hospedarias de imigrantes, sendo encarregado da imigração e

¹²⁷ BADIE e HERMET (1993, p. 197).

¹²⁸ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), português, diplomado em direito na Universidade de Coimbra, ocupou vários cargos em São Paulo, ingressou no senado imperial em 1823, e foi diversas vezes ministro do Império. Era proprietário de terras e sócio do brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queirós em diversos engenhos de açúcar. Vergueiro foi um dos primeiros proprietários rurais a introduzir colônias de imigrantes em suas fazendas, cujo caso mais conhecido é o da Fazenda de Ibicaba. Os negócios da família foram assumidos por seu filho, Nicolau José de Campos Vergueiro (1824-1903), Barão e Visconde de Vergueiro.

¹²⁹ DEAN (1971, p. 69).

¹³⁰ LEVI (1977). A família Prado é a proprietária da maior área de terras contínuas do país no período analisado.

inspeção de terras e colonização no estado de São Paulo. As hospedarias eram o principal centro de recrutamento e de reserva de mão-de-obra para os produtores de café e funcionavam em uma lógica de intermediação entre recursos públicos e interesses privados diretamente associados à manutenção do sistema de exploração do trabalho, no qual se funda a empresa agroexportadora. Concomitantemente ao exercício de múltiplos cargos e a proteção de “padrinhos políticos”, Antônio Prado investiu significativamente na diversificação das frentes de controle econômico da família, obtendo várias concessões do governo para exploração de energia e transportes, e montando com Elói Chaves a casa exportadora Prado, Chaves e Cia¹³¹. Foi, também, presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro por cerca de 30 anos, proprietário do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, além de outros investimentos em setores variados.

A prática de agenciamento de mão-de-obra estrangeira para o trabalho nas fazendas de café, assume um caráter oficial e de política de estado, funcionando sob o controle dos fazendeiros diretamente interessados na aquisição de braços para a agricultura e, também, para as indústrias em expansão no final do Império. Até os anos de 1920, 3.301.141 imigrantes haviam ingressado no país, dos quais, mais de 80% após a proclamação da República, quando as políticas de incentivo a imigração foram ampliadas. Do total de imigrantes, 1.809.622 (57,8%) destinaram-se ao estado de São Paulo, dos quais 969.957 foram subsidiados pelas políticas de agenciamento de mão-de-obra. A divisão entre imigrantes que chegam ao Brasil com contratos de trabalho previamente acordados, ou que foram destinados às hospedarias para recrutamento de fazendeiros e industriais, e aqueles de “imigração espontânea” ou os que foram trazidos como técnicos especializados para as indústrias, coloca uma hierarquia interna a categoria de imigrante, bastante difícil de ser dimensionada. Como indica o relato de Davatz (1941), a subvenção produz um tipo de relação de dependência entre imigrante e proprietário, muitas vezes difícil de ser cumprida¹³², uma espécie de “escravidão branca”¹³³. Ao contrário, como destaca Dean (1971), os imigrantes que adquiriram fortuna e conseguiram ascender a posições semelhantes àquelas dos fazendeiros, ou pertenciam as “classes médias” em seus países de origem, ou tinham instrução técnica, experiência no comércio e manufatura, além de disporem de alguma forma de capital: economias, estoques de material, contatos prévios com

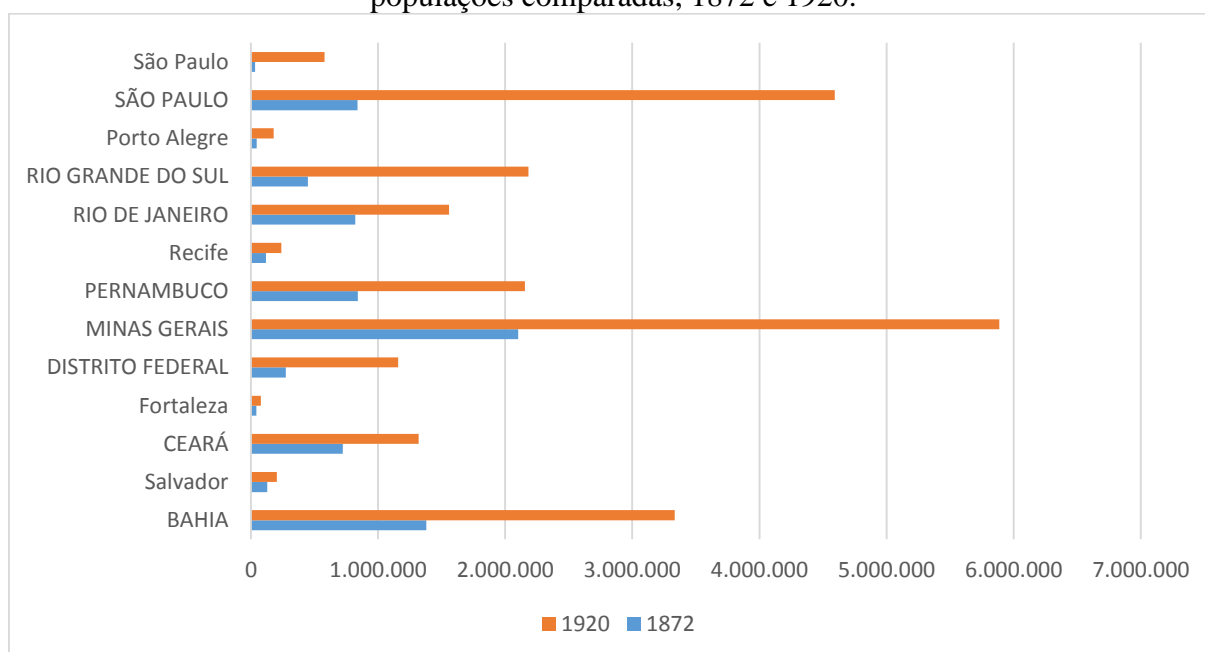
¹³¹ Seu sócio, Elias Antônio Pacheco e Chaves (1842-1903), era casado com sua irmã, Anésia da Silva Prado. Chaves era formado em direito pela Faculdade de São Paulo (1865), foi chefe de polícia do estado, deputado geral, duas vezes vice-presidente de São Paulo durante o Império, proprietário rural, de imóveis e possuía investimentos em empresas variadas.

¹³² Ver, também, HOLLOWAY (1984).

¹³³ ALENCASTRO (1988, p. 44).

empresas que pretendiam instalar filiais (p. 59). O processo de transição da mão-de-obra, estruturada em torno do fim da escravidão e da vinda de imigrantes, transforma progressivamente a paisagem demográfica do Brasil, assim como redefine as condições de acesso ao mercado de trabalho.

Gráfico 1
Estados, Capitais e Distrito Federal*:
populações comparadas, 1872 e 1920.



Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872 – Quadros Gerais; Recenseamento do Brasil, 1920 – Diretoria Geral de Estatística, 1926. * A denominação Distrito Federal é utilizada indistintamente do período histórico como forma de padronizar a descrição.

Entre o ano de 1872 e 1888, a população de escravos reduziu em cerca de 53%, passando de 1.510.803 para 723.410. As alforrias concedidas nesse período podem ser entendidas como processos de desoneração do trabalho, sendo que, para muitos proprietários, pagar salários diários aos trabalhadores em tempos de plantação e colheita tornara-se mais rentável do que mantê-los sob seus custos nas fazendas¹³⁴. Além disso, a ascensão da propaganda republicana e do movimento abolicionista, intensificam o reformismo em direção a reivindicação de novas formas de organização política e do trabalho. Enquanto nas zonas de monocultura se

¹³⁴ LEVINE (1980, particularmente capítulo 2).

concentravam grandes contingentes de escravos, nas cidades progredia a substituição dos “negros de ganhos”¹³⁵ por homens livres ou libertos e, posteriormente, por imigrantes (COSTA, 1999, p. 301). O processo de concentração urbana ocorre lentamente no período de fins do XIX, sendo que em 1920, não mais do que 13 cidades possuíam uma população maior do que 100.000 habitantes, das quais, somente 4 com mais de 200.000. Em 1872, a cidade do Rio de Janeiro, Capital, centro urbano e cultural do país, tinha uma população de 274.972 habitantes. No caso das capitais, as cidades de Salvador (Bahia) e de Recife (Pernambuco), possuíam 129.109 e 116.671 habitantes, respectivamente. As demais eram bem menores em termos populacionais, a cidade de São Paulo (São Paulo) e de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), por exemplo, cidades que dentro de cinquenta anos se constituiriam, ao lado do Rio de Janeiro (Capital), como os principais centros urbanos dos estados de maior concentração industrial, contam com 31.385 e 43.998 habitantes, respectivamente. Comparativamente às dimensões populacionais do período, a cidade do Rio de Janeiro não era somente o maior centro urbano do país, mas concentrava o sistema financeiro e administrativo, e constituía o centro dos desejos daqueles que tinham pretensões de investir em diversas carreiras, particularmente na das “letras”¹³⁶. Ao mesmo tempo, a significativa densidade populacional e as desigualdades sociais tornam-na, também, o centro de ebulições, conflitos sociais e processos de exclusão os mais diversos, produzindo um contingente de 30% a 40% da população que vivia no limiar das condições de existência¹³⁷.

Desde o processo de independência político-administrativa em 1822, as capitais dos estados se constituíram como os principais universos de circulação de elites, particularmente por se configurarem como sede da administração provincial e centralizarem as relações comerciais e culturais. Nesse contexto, muitos proprietários passaram a residir ou conservar residências nessas cidades, seja por consequência da inserção direta nos assuntos administrativos, muitas vezes através da ocupação de cargos; seja por conveniências de sociabilidade, relações comerciais ou mesmo pelas facilidades de acesso a bens diversos e atividades culturais¹³⁸. A circulação entre as propriedades rurais e as capitais é intensificada com a ampliação do sistema de transportes por meio das estradas de ferro, principalmente a

¹³⁵ Escravo que trabalhava fora da casa de seu proprietário, como trabalhador diário. Entregavam ao seu proprietário uma quantia fixa, normalmente uma vez por semana, e precisavam prover seu próprio sustento. Atuavam geralmente no setor de serviços (MOURA, 2004, p. 150).

¹³⁶ SEVCENKO (1983); NEEDELL (1993)

¹³⁷ CARVALHO (1997, p. 17).

¹³⁸ Isso ocorre de modo desigual em diferentes estados, no Rio Grande do Sul, por exemplo, até os anos de 1860, a Capital (Porto Alegre) ainda ocupava uma posição secundária frente aos polos comerciais de Pelotas e Rio Grande, principalmente por conta do desenvolvimento econômico das charqueadas.

partir dos anos 1870. A expansão dos carris urbanos, dos meios de comunicação e a concentração das instituições de ensino secundário nas capitais, colocam-nas no centro das perspectivas de aquisição de títulos escolares e de ascensão social. Assim, o movimento em direção às capitais favoreceu significativamente seu desenvolvimento, modificando as lógicas de organização social e de sociabilidade. Em muitas delas, particularmente naquelas que eram sede das escolas superiores fundadas no Império, o universo urbano e cultural, a fundação de jornais, de grupos literários e a influência das ideologias europeias marcou decisivamente diversas gerações, favorecendo a configuração de universos de militância os mais diversos¹³⁹.

Outro fenômeno que favoreceu significativamente o desenvolvimento de centros urbanos e a integração entre elites regionais foi a recomposição das hierarquias entre carreiras, particularmente motivadas pela desclassificação das carreiras das armas, decorrente do alistamento compulsório do início do XIX, impulsionado pelo contexto da Guerra do Paraguai. A partir das instruções de 1822¹⁴⁰, instituiu-se o alistamento compulsório para as tropas de linha, respeitando uma série de exceções e dispensas pré-definidas, além daquelas passíveis de serem obtidas através de relações pessoais e favores políticos. Em grande medida, os mecanismos de composição do exército se configuravam como um modo de controle social destinado a “lidar com os pobres livres”¹⁴¹. O ingresso massivo de “homens brancos solteiros e pardos livres” nos corpos militares no período inicial de modificação dos mecanismos de recrutamento, vinha cumprir dois objetivos: 1) o preenchimento de um número adequado de soldados a um baixo custo; 2) a criação de um exército pequeno e com tempo de serviço relativamente longo, o qual produzisse baixo impacto à “sociedade”. Posteriormente, no contexto da Guerra do Paraguai, muitos proprietários enviaram escravos para o alistamento, ou contingentes significativos das populações livres ingressaram nos corpos militares como alternativa à exiguidade de oportunidades sociais. Um elemento fundamental no mecanismo de alistamento adotado é a concepção de “proteção da sociedade” e, especialmente, a própria definição da “sociedade”. Entendida, exclusivamente, como composta pelas “atividades úteis”, efetivamente exercidas e com bom comportamento¹⁴², o corpo social assim entendido, não inclui as “classes desvalidas”¹⁴³, aos quais a carreira militar serve como meio de aprendizado de um ofício, de obtenção de instrução e inculcação de noções de obediência e hierarquia. O efeito mais significativo dessas modalidades de alistamento é a relativa desvalorização da

¹³⁹ COSTA (1999).

¹⁴⁰ Instruções nº 67, de 10 de julho de 1822.

¹⁴¹ GRAHAM (1997, p. 46).

¹⁴² KRAAY (1999, p. 117-118). Ver, também, TORAL (1995), SCHULZ (2004).

¹⁴³ ANS, 1870, L.3, p. 95.

carreira militar¹⁴⁴, de modo que os “senhores de terra” passam a enviar seus descendentes para as instituições de ensino superior em afirmação no país, particularmente as “escolas de direito, com acesso a política e a magistratura”¹⁴⁵. No entanto, mesmo com o redirecionamento significativo dos investimentos de determinadas frações sociais em direção a outros setores, o serviço militar significou, em muitos casos, um canal de ascensão social, particularmente com a instituição dos corpos voluntários¹⁴⁶, em 1865, e, também, um universo de reprodução para as “carreiras das armas”, atrativas àqueles que podiam garantir uma “boa entrada”¹⁴⁷. As “boas entradas” são, inclusive, reivindicadas como modo de manter uma distinção social no interior da hierarquia militar, garantindo padrões de subordinação, uma similaridade entre hierarquia social e hierarquia militar e o reconhecimento da superioridade dos oficiais frente aos demais membros da corporação¹⁴⁸.

Um dos efeitos mais significativos da desclassificação da carreira das armas é o processo crescente de valorização dos títulos escolares que dão acesso às profissões liberais, o que redirecionou os investimentos às faculdades do Império, ou mesmo, aos colégios secundários situados nas capitais provinciais. O deslocamento dos descendentes de proprietários rurais para os centros urbanos era, em grande parte, mediado pela rede de relações ligadas ao clã familiar, o qual normalmente dispunha de contatos para receber os “herdeiros” nas cidades. A circulação mediada pela ativação de redes de “amigos” ou “parentes” tinha uma função central na abertura de canais de acesso a múltiplos espaços de atuação, inserindo os recém-chegados, muitas vezes, em colocações e empregos. Além disso, o deslocamento do mundo rural em direção aos centros urbanos produziu um efeito de transformação das concepções de organização social e política, assim como a adesão a determinados valores tidos como modernos¹⁴⁹. No entanto, ao contrário do que se sugere correntemente, a modificação nas concepções sociais e de valores não tem efeitos diretos no conjunto das práticas que estruturam os modos de recrutamento e de realização das carreiras. Um indicativo da circulação regional e da seletividade social dos centros e formação superior do Império são os deslocamentos interestaduais em direção às faculdades de direito em São Paulo (SP) e Recife (PE). Entre os anos de 1831 e 1883, formaram-se 2.206 e 3.082 bacharéis nessas instituições, respectivamente. Deste conjunto, 27%

¹⁴⁴ Para discussões sobre a desclassificação da carreira militar, ver Anais do Senado de 1873 e 1874.

¹⁴⁵ FAORO (2001, p. 562).

¹⁴⁶ Lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Os corpos voluntários garantiam um soldo e a doação de terras por parte do governo imperial quando o alistado “desse baixa”.

¹⁴⁷ SEIDL (1999, p. 42-43)

¹⁴⁸ “Se não houvesse entre nós a classe dos cadetes, o nosso exército seria composto hoje de gente muito ruim [...]. Nossos oficiais não seriam tão dignos como são atualmente, não seriam o que tem sido até hoje, não teriam saído das altas classes da sociedade, mas das últimas camadas”. (ANS, 1874, 1, p. 185 – José Antônio Saraiva).

¹⁴⁹ NEEDELL (1993)

dos formados em São Paulo são naturais do próprio estado, enquanto outros 56% são provenientes de outros três estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e da cidade do Rio de Janeiro. No caso da Faculdade de Direito de Recife (PE), 34% são naturais do próprio estado, enquanto outros 20,4% nasceram na Bahia, 8,5% na Paraíba e 7,2% no Ceará¹⁵⁰. Os estados de origem e os locais de formação indicam que tais instituições atendiam a uma demanda por títulos de ensino superior relativamente regionalizada, particularmente pelos altos custos para manutenção de alunos nas faculdades do Império. Em 1874, estima-se que a despesa de um aluno durante os preparatórios e curso superior alcance 12:000\$000¹⁵¹, valor muito elevado para a estrutura de rendimentos do período. A partir da reforma do ensino de 1879, abrem-se possibilidades para que os exames preparatórios sejam aplicados nas capitais dos diferentes estados, mesmo assim, os próprios custos de certificação e emolumentos, assim como as possibilidades de envio dos filhos para a continuação dos estudos, mantinham uma barreira de acesso bastante elevada, reduzida parcialmente com o advento da República e a expansão das instituições de ensino superior. Mesmo para famílias locais, as quais podiam dispensar os custos de moradia e deslocamento, a obtenção de um título de ensino superior era onerosa, implicando em uma série de privações, e as origens sociais ficavam marcadas por processos de diferenciação social no interior das próprias instituições. Além disso, sem a “proteção” de um amigo ou o acolhimento pelos “clubes” estudantis e, posteriormente, sem a manutenção de relações de reciprocidade, o título não significava, automaticamente, um deslocamento efetivo relativamente à posição de origem.¹⁵²

Os processos de concentração urbana e de deslocamento de trabalhadores rumo às capitais ocorre de modo desigual, ficando normalmente associados aos complexos econômicos regionais que estruturam as relações de trabalho, assim como as oportunidades e suas perspectivas efetivas de realização. Isso fica particularmente evidente pelo contraste entre as regiões de produção açucareira e a atração da zona de desenvolvimento da cafeicultura. A decadência do nordeste e a transformação na estrutura de produção de açúcar, com a introdução de usinas e engenhos centrais, modifica as relações de trabalho na região. Muitos dos antigos meeiros são expulsos das terras e transformados em “trabalhadores livres”, o que tende a modificar as relações proprietário-agregados. Ao contrário, a necessidade de braços para as plantações de café, particularmente nas novas regiões de produção em São Paulo, exige a fixação de trabalhadores à terra. Em contraste, no caso do Rio Grande do Sul, a economia

¹⁵⁰ SIMÕES (2006, p. 205-208).

¹⁵¹ ANS, 1874, 2, p. 197 - José Carlos da Cruz Jobim.

¹⁵² AFONSO CELSO (1895a/b).

pastoril predominante e o desenvolvimento da cultura da erva-mate implicam em constantes litígios entre “recém-chegados” e estancieiros estabelecidos. De modo geral, entretanto, a transformação das relações de trabalho tende a favorecer a concentração da propriedade fundiária e a produção de um grande contingente de trabalhadores empobrecidos, mantendo uma ordem hierárquica relativamente estável e propícia à organização de relações de dependência a patronagem. Isso ocorre particularmente porque a delimitação das terras era algo confuso, com títulos de propriedade se sobrepondo uns aos outros, o que garante a prevalência da lei do mais forte, ou seja, daqueles capazes de fazer valer seus títulos de posse a partir de relações específicas com o poder central, com autoridades judiciais e com a força militar e policial. Além disso, a própria exploração do solo andava a par da extensão das áreas de plantação ou a “descoberta” de novos produtos a serem comercializados.

Nesse contexto, a lei de terras¹⁵³, decretada em 1850, significa a formalização de mecanismos favoráveis à concentração da propriedade de terras: 1) estabelecendo a necessidade de legitimação dos títulos de propriedade¹⁵⁴; 2) tornando a compra a única forma de obtenção de terras devolutas; 3) dando o privilegio aos proprietários para a compra de terras devolutas em divisa com suas propriedades; e 4) subordinando o poder de legitimação da posse e validação dos títulos ao chefe do executivo provincial¹⁵⁵. A abertura de novas áreas de plantação em São Paulo, é acompanhada pelo surgimento de proprietários advindos, em grande medida, de “ex-negociantes de gado, de mulas ou de escravos”, ou de “oficiais do exército destacados para postos de mando na província”, os quais não tardam a ingressar, “pelo casamento, nos clãs mais antigos” da região¹⁵⁶. Além destes “novos proprietários”, outros já situados na região Central e Mogiana da província, anteriormente dedicados à produção açucareira ou à cafeicultura, reconfiguram e expandem suas propriedades e investimentos. Entre estes “novos” e “antigos” proprietários, encontram-se os principais clãs familiares do Segundo Reinado e da Primeira República, tais como os Silva Prado, Alves de Lima, Souza Queiroz, Queiroz Telles, Souza Aranha, Paes de Barros, Moraes de Barros, Vergueiro, Silva Telles, Sampaio Vidal, Almeida Prado, Álvares Penteado, Camargo, Camargo Aranha, Tibiriçá, Toledo Piza, Pacheco e Silva, Cardoso de Mello, Arruda Botelho e outras. Concomitantemente, proprietários do Vale do Paraíba em condições de investir em novas frentes de produção adquirem terras em São Paulo, esse é o caso dos clãs Rodrigues Alves, Rodovalho, Miranda, Souza Reis, Dias da Silva,

¹⁵³ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Decreto Imperial nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

¹⁵⁴ CHRISTALLINO (2010).

¹⁵⁵ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, art. 15.

¹⁵⁶ DEAN (1971, p. 42).

Paula Machado, Alves Porto, Martins Siqueira, Breves, entre outros¹⁵⁷. As possibilidades de abrir fazendas nas regiões de expansão do café intensificam as alianças políticas entre grupos familiares os mais diversos, produzindo um processo significativo de circulação interna, tendente a monopolização de diversos cargos, propriedades e oportunidades políticas e econômicas.

No mesmo período, assiste-se a um movimento misto de partição e concentração de terras no nordeste. O maior fracionamento de propriedades ocorre nas zonas agrestes da região, decorrente dos inventários familiares, dos efeitos econômicos da decadência do açúcar, e das dificuldades de investimento na modernização da produção. A baixa lucratividade da indústria açucareira, a partir da segunda metade do século XIX, modificou sensivelmente as relações de trabalho e a administração das propriedades. Em parte, a decadência ocasionou a transformação mais acelerada no uso de mão-de-obra livre, favorável aos proprietários, os quais poderiam pagar os trabalhadores por dia de trabalho, dispensando-os em tempos de baixa produtividade, de modo a utilizar apenas a mão-de-obra dos agregados, sem a necessidade de dispêndio monetário. A impossibilidade de aquisição de maquinário para a modernização dos engenhos, forçou sua transformação em banguês, favorecendo a centralização da produção açucareira nas propriedades que conseguiram sobreviver¹⁵⁸. No período entre 1885 e 1933, 74 usinas surgiram em Pernambuco, monopolizando as terras, organizando contratos de fornecimento de cana com banguês ou arrendando propriedades para plantio. Nesse contexto, agregados e meeiros passaram a ser obrigados a trabalhar por termo de contrato determinado, foram impedidos de cultivar a terra para produção de alimentos de subsistência, e submetidos a uma forte vigilância policial como forma de manutenção do controle das relações de exploração. Extensas propriedades se formaram, muitas das quais ultrapassavam os limites estaduais, tal como no caso da usina pertencente ao clã dos Bezerra de Melo, “com mais de 70.000 hectares de terras em volta de suas quatro refinarias, em Pernambuco e Alagoas”¹⁵⁹. Com patrimônios dilapidados, muitos antigos senhores de engenho tendem a direcionar seus esforços para a inserção em cargos públicos e de controle de recursos do estado¹⁶⁰. A decadência da região faz com que “aquilo a que se podia chamar a aristocracia do açúcar” esteja reduzida, em 1920, “a não mais que 500 famílias; e só os usineiros e uns poucos latifundiários eram abastados”¹⁶¹. O

¹⁵⁷ FAUSTO (1995, p. 217). Para um apanhado geral das relações entre diversificação econômica e estruturação de clãs familiares, ver PERISSINOTTO (1997), particularmente capítulo 1. Ver, também, STEIN (1961).

¹⁵⁸ LEVINE (1980, p. 58).

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 63.

¹⁶⁰ PANG (1979).

¹⁶¹ LEVINE (1980, p. 92-94).

fechamento de alguns caminhos e os novos signos de excelência, em expansão no Brasil pós-1850, estruturam a diversificação dos investimentos de famílias anteriormente dedicadas quase exclusivamente aos “negócios financeiros”, as quais passam a destinar seus filhos à obtenção de títulos escolares, ao exercício de profissões liberais e a ocupação de cargos públicos¹⁶². Muitos dos clãs familiares que sobreviveram financeiramente às transformações econômicas do período e mantiveram seu poder político e/ou econômico, compuseram o teatro das principais lutas políticas regionais pós instauração da República, é o caso das famílias Cavalcanti de Albuquerque, Holanda Cavalcanti, Simões de Meirelles, Pacheco, Araújo Pinho, Azevedo, Costa Pinto, Tosta, Moniz, Sousa Brasil, Calmon, Aragão, Vilas Boas, Pereira de Melo, entre outros¹⁶³.

Ao contrário de outras economias regionais, o “complexo pastoril”¹⁶⁴ do Rio Grande do Sul esteve menos associado a utilização de mão-de-obra escrava, muito embora esta tenha se intensificado com a expansão das charqueadas. Mesmo assim, o estado não chegou a figurar em uma posição maior que o sexto lugar em número de escravos entre os anos 1870-1880¹⁶⁵. Além disso, o próprio modelo de ocupação da região e a estrutura social fundada na relação patrão-peão favorecem a baixa proporção escravos, assim como criam as condições para o alto grau de concentração de terra¹⁶⁶. No início do século XIX, forma-se um cinturão de grandes proprietários nas fronteiras sul e oeste do estado decorrente do conjunto de terras doadas pela Coroa para aqueles que estivessem em condições de povoar e defender suas propriedades. Vários desses terratenentes eram recrutados para os cargos de oficiais “nos corpos de milícia”, destinados a guardar as fronteiras do Império português. As condições de ingresso no oficialato miliciano estavam duplamente condicionadas, por um lado, ao “poder econômico”, por outro a prova de pureza de linhagem de até duas gerações. A constante situação de confronto que se configura, particularmente nas zonas de fronteira, entre peões-milicianos, índios e “castelhanos” contribui significativamente para a produção da imagem de que “todo o gaúcho é um soldado”, difundida nos discursos políticos e nas produções literárias. A modalidade de ocupação do território e a centralização da economia na organização do mundo das estâncias, configurava um processo de arregimentação de trabalhadores que deveriam ocupar-se, ao mesmo tempo, da defesa das terras e da lida nos campos. Nisso se configura uma organização social hierárquica na qual o “estancieiro” figurava como um misto de proprietário rural e chefe

¹⁶² MELLO (1940, p. 25, 94 et passim). Ver, também, BELLO (1958).

¹⁶³ PANG (1979); LEVINE (1980); LEWIN (1986).

¹⁶⁴ GRIJÓ (1998, p. 28)

¹⁶⁵ Recenseamento do Brasil em 1872.

¹⁶⁶ LOVE (1975, p. 6).

miliciano, cuja posição era mutuamente estruturada pela condição econômica e pelo controle militar.

De modo semelhante a outros contextos regionais, as relações de dependência entre proprietário e trabalhadores era quase total, passando desde as condições de subsistência até a proteção contra o poder público¹⁶⁷. Até a década de 1860, em decorrência das charqueadas, as cidades de Pelotas e Rio Grande ocupavam uma posição central no circuito econômico rio-grandense. Com a progressiva instalação de ferrovias, a partir dos anos de 1870, e o desenvolvimento da indústria do couro, Porto Alegre começa a ganhar expressão, juntamente com a região colonial de São Leopoldo. A concorrência Argentina no mercado de criação de gado rio-grandense, dificulta significativamente a progressão econômica de muitos estancieiros, os quais passam a buscar alternativas de produtos comercializáveis, encontrando no mercado da erva-mate, segundo principal produto de exportação do estado, uma fonte significativa de rendas. O principal resultado do redirecionamento para a exploração de novos produtos é o avanço progressivo no apossamento de terras nas regiões da Serra e do Planalto. É justamente nesse contexto de expansão dos latifúndios que ocorrem os principais conflitos entre pequenos posseiros, imigrantes e estancieiros em perspectiva de expansão de suas atividades econômicas. As disputas pela posse das terras configuram um mercado crescente de comercialização de propriedades e, ao mesmo tempo, potencializam as relações de mútua dependência entre proprietários, autoridades provinciais e o governo central, principalmente nas disputas pela oficialização das terras¹⁶⁸. Além disso, a criação de gado apresentava fortes restrições à obtenção de lucro, de modo que apenas os maiores proprietários dispunham de rebanhos e terras suficientes para a conquista de rendas satisfatórias. Isso cria uma estrutura dual, na qual proprietários menores são, ao mesmo tempo, empregados nas estâncias de “grandes estancieiros”, ou acabam combinando a condição de proprietário de terras e gado com atividades de “tropeiro”, “negociante”; ou ainda com o investimento na produção agrícola destinada ao mercado interno¹⁶⁹. A existência de grandes e médios proprietários, de certo modo associados por relações de troca diversas, constitui uma estrutura hierarquizada de mediação de interesses e conflitos relativamente singular frente a outros contextos regionais.

A concentração da propriedade fundiária nas mãos de grandes e poucos proprietários, acompanhada pelo crescimento populacional significativo entre a segunda metade do XIX e o final da Primeira República, tende a agravar os processos de exclusão social e ampliar o poder

¹⁶⁷ GRIJÓ (1998, p. 32-33).

¹⁶⁸ CHRISTALLINO (2010, p. 122)

¹⁶⁹ CHRISTALLINO (2010, p. 114).

político dos proprietários sobre os “agregados”, “colonos”, “peões”. Mesmo que o latifúndio não seja sinônimo direto de poder econômico¹⁷⁰, constitui um universo de centralização de relações de mediação entre a administração pública, os proprietários, a força militar e o conjunto dos demais indivíduos ligados ao complexo de relações de intermediação de bens e serviços variados. Frequentemente, as dívidas e alianças constituídas nessas relações favorecem as estratégias individuais e coletivas em outros espaços de atuação, particularmente importantes para a conquista de cargos públicos, títulos escolares, legitimidade eleitoral ou mesmo, para o redirecionamento de carreiras na esfera econômica. Assim, em um universo social marcado por fortes processos de exclusão, mesmo sem disponibilidade financeira de modo extensivo, diante da massa de despossuídos o “coronel é rico”¹⁷¹, ou seja, controla uma série de relações de troca que definem sua posição de mediador entre níveis distintos de interdependência. É justamente o caráter relacional que importa reter nos processos de dominação que se instituem ao longo do período em pauta, a partir dos quais se organizam sistemas de práticas sociais, estratégias de carreira e relações econômicas fundadas em estruturas horizontais e verticais de alianças e, ao mesmo, tempo, na competição pelo controle dessas alianças. As condições diferenciais de inserção nessas relações de troca, estão na base das configurações sociais que definem as dinâmicas de poder e dominação do período em pauta. Isso porque, a sobreposição entre as condições de possibilidade e as modalidades de investimento são fundamentais para a compreensão das experiências de descenso ou ascensão social. Indivíduos e grupos familiares atuam constantemente em circunstâncias nas quais estão em jogo as relações entre expectativas de carreira e os mecanismos sociais através dos quais essas se realizam, ou mesmo, por meio dos quais se delinea o fracasso e a conversão. Nesses deslocamentos de trajetória e investimentos, a posse de recursos prévios, atuais e/ou potenciais é fundamental. É através deles que grupos sociais reconfiguram suas possibilidades de carreira, ingressando na política, burocracia pública, na esfera de produção cultural ou econômica.

Em grande medida, a estrutura social do período Imperial estava associada a propriedade de “terras e escravos”, modelo de descrição de posses que perfaz grande parte dos inventários de época¹⁷². Tratava-se de uma “ética do não-trabalho”, ou seja, a estruturação de valores sociais avessos ao trabalho manual, particularmente por sua associação às camadas sociais mais baixas¹⁷³. Historicamente, a concepção de trabalho atinente aos grupos dominantes

¹⁷⁰ COSTA (1999, p. 178).

¹⁷¹ LEAL (2012, p. 24).

¹⁷² STEIN (1961, p. 65).

¹⁷³ COSTA (1999, p. 166).

relacionava-se à gestão de relações econômicas e/ou a intermediação entre o poder político e a esfera privada, e a dedicação a produção cultural. Numa sociedade na qual parte da hierarquia era definida pela posição de mediador entre esferas distintas do mundo social, a investidura em um cargo público e o controle dos meios de subsistência configuram signos de distinção social¹⁷⁴. Além disso, a seletividade social do sistema de ensino e a raridade dos títulos escolares, particularmente aqueles de ensino superior, tornam a passagem pela escola um mecanismo eficiente de mobilidade social, embora o alcance das carreiras seja dependente das modalidades de inserção social de seu portador. A posse de bens reconhecidos implicava, portanto, uma determinada situação frente ao mercado de trabalho e a política, definindo, estruturalmente, a posição das “classes úteis” frente aos demais indivíduos e grupos sociais de diversos matizes. O pertencimento a “sociedade” se definia pela possibilidade de existir politicamente, ou seja, o direito de participação eleitoral constituía o ato de legitimação jurídica da existência social. Nesse contexto, as condições de reconhecimento oficial enquanto grupo ativo nos “negócios da sociedade” dependeu, diretamente, da noção de independência de ação, associada a posse de determinados recursos: “fortuna” (propriedade) e “inteligência”¹⁷⁵. De tal modo, a oposição entre agentes politicamente ativos e agentes politicamente passivos é estatutária e define a noção de hierarquia social organizada entre as “classes” que, “pelo império da razão, da superioridade e da inteligência”, tem o direito de dirigir o todo social¹⁷⁶; e as classes baixas (pobres e assalariadas), as quais não dispõem das condições para agir com liberdade, portanto, devem ser guiadas, dirigidas. Tal concepção de associação entre as classificações sociais e suas respectivas “missões” e/ou capacidades permeiam os mecanismos de estruturação das relações sociais e as representações de si e dos outros que configuram as posições e tomadas de posição no período em pauta. De tal modo, em um universo organizado em torno de um sistema que mantém fortes desigualdades sociais, o acesso às condições de independência de ação implica processos significativos de seletividade social, nos quais o exercício de uma “profissão reconhecida”, a posse de recursos econômicos e escolarização (combinados ou não), estão na base das condições de ingresso em determinados círculos sociais e, por meio deles, de ampliação do horizonte de possibilidades de carreira.

¹⁷⁴ FERREIRA (1994, p. 83-84); FAORO (2001, p. 204-205).

¹⁷⁵ ANS, 1855, L. 2.

¹⁷⁶ ANS, 1855, 2, p. 176-77 – Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara.

Em um regime de organização do trabalho fundado, até 1888, na mão-de-obra servil, a população escrava¹⁷⁷ não tem existência a não ser enquanto propriedade¹⁷⁸. Mesmo com a extinção formal dessa condição, a situação dos “pretos(as) e pardos(as)/mestiços(as)”¹⁷⁹ não se modifica, passando apenas a fazer parte daquilo que se define genericamente como “povo”. A própria concepção de que a “escravidão” representou uma mancha na história nacional, uma “vergonha” ao país¹⁸⁰, implica na exclusão das classificações raciais dos dados oficiais até os anos 1940¹⁸¹. As divisões que estruturam as relações sociais se compõe, de um modo geral, através de uma organização hierárquica em torno de três grandes grupos: 1) as classes proprietárias, que “formam a máxima e mais importante parte da pirâmide social”, da qual depende o mandato político¹⁸²; 2) as “classes inteligentes” ou “médias”, “centro das luzes [...] onde se encontra a educação, o hábito dos negócios, a habilidade no comércio e na indústria, a aptidão para todas as profissões úteis”¹⁸³; e 3) o “povo”, entidade amorfa definida pela exclusão: são tudo aquilo que as demais classes não são. Com a importação da ideologia republicana e dos esquemas de classificação estatística franceses, as *nouvelles couches* aparecem como as vanguardas da república¹⁸⁴, passando a configurar as representações que os agentes sociais engajados na “propaganda republicana” fazem de si mesmos, de sua posição na estrutura social e de seu papel nas mudanças políticas em curso nas últimas décadas do XIX. No conjunto dos esquemas de percepção e de redefinições dos lugares sociais, essas novas camadas sociais, as “classes médias”, culturalmente dominantes, são compostas pelos “homens de letras”, pelos profissionais liberais, os professores, os funcionários públicos, os “homens de negócios” e de comércio. Enfim, nas categorias de percepção de época, essas novas camadas sociais passam a representar as “classes progressistas”, cujo princípio básico do discurso é a condenação de privilégios de herança ou a negação do favoritismo em nome das posições conquistadas. Nas disputas entre o conjunto de atributos sustentados pelas diferentes camadas sociais, a

¹⁷⁷ Nesse contexto, a diferenciação racial assume um caráter fundamental na estruturação das hierarquias sociais, particularmente por constituírem uma associação entre situação social e estigma. A razão escravo/livre relativamente as classificações raciais é aproximadamente $\frac{1}{2}$ para os “pretos(as)” (52,9%), e de $\frac{1}{10}$ para os “pardos(as)/mestiços(as)”. Os “pardos(as)/mestiços(as)” representam 29,6% dos escravos em 1872, os “pretos(as)”, 70,4%.

¹⁷⁸ Consta, inclusive, em separado no Recenseamento do Brasil em 1872.

¹⁷⁹ Classificações utilizadas nos recenseamentos de 1872 e 1890 para designação de raça/cor.

¹⁸⁰ NABUCO (1880); BOCAIUVA (1887).

¹⁸¹ PIZA e ROSEMBERG (1999). A inexistência de variáveis que permitam associar diferenças raciais e sociais impedem de apreender os efeitos históricos da escravidão para a desigualdade social no período.

¹⁸² Francisco de Paula Saião Lobato (Ministro da Justiça e Negócios Interiores), ANS, Discursos, 1871, p. 6.

¹⁸³ José Antônio de Figueiredo (Lente da Faculdade de Direito do Recife, Deputado geral), 1862, p. 147-169.

¹⁸⁴ REINACH (1886). Para a ascensão das *nouvelles couches* na França, ver CHARLE (1991).

escolarização presumida e sua distinção frente a outros recursos estava na base da diversificação social e da ascensão de novos valores e ideologias.

Nesse enquadramento, a definição das condições de aquisição de recursos que permitam o reconhecimento e/ou a reivindicação de determinadas posições na estrutura social são fundamentais para a apreensão das modalidades e estratégias de carreira que se apresentam no horizonte dos possíveis para determinados agentes e grupos sociais. No entanto, as possibilidades de definição dos condicionantes sociais são bastante variadas, particularmente pela dificuldade na obtenção de informações que permitam um mapeamento das relações entre as diferentes classificações ocupacionais e propriedades pertinentes. De modo geral, são enfatizados atributos que definem a situação relativamente ao mercado econômico e, por outro lado, as associações entre frações sociais e o sistema de ensino, oposições que tendem a colocar o acento no caráter bidimensional do mundo social, estruturado em torno de princípios de hierarquização e diferenciação. Dado o processo de importação de concepções de diferenciação social fundadas em “recursos herdados” e “recursos adquiridos”, as linhas de apreensão das oposições sociais no Brasil tem enfatizado a disputa entre “proprietários” (ou oligarquias) e “classes médias” (ou burguesia), com suas respectivas associações aos pares ideológicos “conservadores” e “progressistas”. Como não se dispõe de informações sobre tais oposições, a não ser o fato de elas serem presumidas pela bibliografia¹⁸⁵, são utilizados indicadores indiretos das situações sociais: condição de proprietário; as hierarquias entre diferentes classificações ocupacionais e a escolarização. A principal dificuldade é que, ao contrário de outros contextos nacionais em que se dispõem de informações que permitam controlar as associações entre frações sociais e a gestão de recursos e estratégias de reprodução em perspectiva longitudinal¹⁸⁶, no caso brasileiro, as informações disponíveis impossibilitam o cruzamento de variáveis, tornando as associações muito mais indiretas e presumidas.

Independente da relativa expansão da comercialização das terras após a abolição da primogenitura (1835), o decreto da “lei de terras” de 1850 e a “lei hipotecária” de 1864¹⁸⁷, a regra geral e as condições de acesso à propriedade fundiária permanecem subordinadas à força militar dos posseiros, cuja legitimação é garantida pelo poder político dos agentes em disputa e pelos interesses do governo central na estruturação de alianças. Assim, ao mesmo tempo em que a administração central legitima o poder local dos proprietários, estes garantem a sustentação do sistema de trocas que lhes fundamenta o domínio. Apontamentos da década de

¹⁸⁵ LUZ (1964).

¹⁸⁶ Ver, por exemplo, BROADY, SAINT-MARTIN et PALME (1995); BRELOT (1992).

¹⁸⁷ Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864.

1820 sobre a distribuição de terras e a ocupação populacional do território, afirmam que o regime de sesmarias produzira um país cuja terra era quase totalmente possuída em um território parcamente povoado. Inquéritos do governo imperial seguem a mesma linha, referindo que em meados da década de 1860, cerca de quatro quintos do território nacional estava nas mãos de grandes proprietários. O recenseamento da agricultura de 1920 aponta para uma situação não muito diferente. As propriedades de mais de 1.000 hectares ocupam 63,4% da área total de terras no Brasil, enquanto representam 4% do total dos estabelecimentos rurais. Acrescentando aquelas que possuem extensão entre 200 e 1000 hectares, o total de área ocupada sobe para 85,1%, perfazendo 26,7% do conjunto dos estabelecimentos rurais existentes. Considerando que o número daqueles que aparecem na condição de proprietários é 11% menor do que o número total de estabelecimentos, a concentração da propriedade rural é ainda maior¹⁸⁸. Comparando a tendência geral do recenseamento de 1920, com um realizado sobre a agricultura paulista, em 1905, as indicações apontam para a permanência nos processos de concentração de terras, particularmente incentivados pelo modelo de desenvolvimento econômico fundado na empresa de exportação agrícola. Nas informações do recenseamento de 1905, aproximadamente 17% dos proprietários rurais em São Paulo concentram 80% das terras, respondendo, assim, “por três quartos da produção de café”. Relativamente ao conjunto desses “grandes proprietários”, cerca de 4% possuíam propriedades com mais de mil hectares, as quais representavam cerca de 50% do conjunto das terras cultivadas¹⁸⁹. O confronto entre as informações gerais referentes ao Brasil e aquelas dos estados relativamente ao recenseamento de 1920, indicam uma manutenção das lógicas de monopolização das propriedades e uma estabilidade da condição de proprietário¹⁹⁰. No entanto, em alguns estados há uma tendência à um número relativamente pequeno de estabelecimentos rurais com até 100 hectares, como no caso do Ceará e de Pernambuco, com 46,8% e 48,1% de propriedades com tal medida, ocupando 5,1% e 9,2% da área de cultivo dos respectivos estados¹⁹¹. A estabilidade da propriedade rural, fundamentada em um sistema de acumulação por anexação¹⁹², configura uma divisão social que tende a se acentuar com o aumento populacional, ou seja, a condição de proprietário torna-se mais rara com o passar do tempo (Tabela 2).

¹⁸⁸ Recenseamento do Brasil em 1920 – Agricultura. Diretoria Geral de Estatística, 1923.

¹⁸⁹ LUNA e KLEIN, 2014.

¹⁹⁰ Tomando o estado de São Paulo, entre os anos de 1905 e 1920, a proporção de estabelecimentos com até 100 hectares se mantém estável, em torno dos 73%.

¹⁹¹ Recenseamento do Brasil em 1920 – Agricultura. Diretoria Geral de Estatística, 1923.

¹⁹² HERRMANN (1954).

Tabela 2
Ocupações comparadas no Brasil: 1872 e 1920

	Recenseamento de 1872			Recenseamento de 1920	
	Total	Escravos*	Estrangeiros livres*	Total	Estrangeiros*
Juízes	968 (0,01%)	-	-	18.629	682 (3,7%)
Advogados	1.674 (0,02%)	-	28 (1,7%)	(0,06%)	
Outras funções judiciárias	2.843 (0,03%)	-	44 (1,5%)		
Notários e escrivães	1.493 (0,02%)	-	-		
Médicos	1.729 (0,02%)	-	159 (9,2%)	37.142 (0,1%)	4.200 (11,3%)
Outros profissionais da saúde	2.827 (0,03%)	-	416 (14,7%)		
Administração pública**	10.710 (0,1%)	-	30 (0,3%)	97.712 (0,3%)	4.586 (4,7%)
Professores e Homens de letras	3.525 (0,04%)	-	709 (20,1%)	54.522 (0,2%)	5.399 (9,9%)
				48.815 (0,1%)	9.640 (19,7%)
Proprietários e Capitalistas	31.863 (0,4%)	-	1.974 (6,2%)	40.790 (0,1%)	8.855 (21,7%)
Trabalhadores do comércio***	138.299 (1,4%)	-	42.525 (30,7%)	497.548 (1,6%)	147.343 (29,6%)
Trabalhadores da indústria***	858.712 (8,6%)	81.328 (9,5%)	34.679 (4%)	1.189.357 (3,9%)	201.676 (16,9%)
Trabalhadores da agricultura e pecuária***	2.952.903 (29,7%)	581.187 (19,7%)	51.869 (1,7%)	6.312.323 (20,6%)	389.722 (6,2%)
Sem profissão e/ou profissões mal definidas***	3.854.613 (38,8%)	414.214 (10,7%)	35.994 (0,9%)	21.444.561 (35,4%)	641.471 (3%)

* Porcentagem sobre o total das diferentes categorias. ** Estão excluídas as forças militares e policiais. *** Foram utilizados os dados ajustados, ver Paiva et al (2012).

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872; Recenseamento do Brasil de 1920.

Assim como a relativa estabilidade do acesso à propriedade fundiária mantém um sistema de diferenciação entre “proprietários” e “não proprietários”, a posse de títulos escolares indica tendências significativamente próximas, configurando um mecanismo de estratificação social que mantém restritos determinados recursos e, conseqüentemente, as oportunidades correlatas. Uma das principais dificuldades na apreensão dos efeitos da escolarização para os mecanismos de hierarquização social é que as informações disponíveis, particularmente advindas dos recenseamentos realizados entre 1870 e 1920, dispõem apenas de indicadores sobre a habilidade de saber ler e escrever. Além disso, como os quadros estatísticos são pré-definidos, acessíveis apenas através dos relatórios gerais, a combinação entre variáveis é restrita, quando não completamente impossível dadas as tendências de elaborar relatórios com base no modelo população-variável. No entanto, se o indicador disponível se limita a informar o nível de alfabetização no país, tornando precárias, inclusive, a exposição da hierarquia de títulos escolares relativamente ao conjunto da população, ele é bastante útil enquanto indicativo do estado do sistema de ensino e sua abrangência, tanto em nível geral quanto regional. Tomando em comparação os recenseamentos de 1872 e 1920, a proporção daqueles que não sabem ler e escrever se mantém bastante elevada, representando 82,3% e 71,2% da população com cinco anos ou mais, respectivamente. Ainda que as indicações gerais apontem para um modesto aumento da alfabetização, a curva crescente de analfabetos entre a população com mais de cinco anos, indica uma relação deficiente entre o crescimento populacional e a oferta de educação, mesmo em seus níveis mais elementares¹⁹³. No entanto, a tendência geral associada aos altos índices de analfabetismo, se modifica em alguns contextos regionais. Em termos de oferta de escolarização, a cidade do Rio de Janeiro mantém os níveis mais elevados de indivíduos que sabem ler e escrever, apresentando, inclusive, uma elevação significativa entre os anos de 1872 e 1920, passando de 43,8% para 61,3%, respectivamente. Comparativamente aos outros estados no período, transformação significativa na curva de alfabetizados é sentida somente no Rio Grande do Sul, passando de 11,6% em 1872, para 38,8% em 1920. No contexto nacional, os menores índices de alfabetizados encontram-se na região norte-nordeste, cujos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco apresentam respectivamente, em 1920, 18,6%, 18,4% e 17,8%. Em um universo cuja habilidade de ler e escrever era relativamente rara, o ingresso massivo de imigrantes com um nível de alfabetização muito mais elevado do que a média nacional, lhes propiciam condições para a inserção em diversos setores de atividades. Considerando o recenseamento de 1890, a proporção de estrangeiros que sabe

¹⁹³ FERRARO (2002, p. 35).

ler e escrever é aproximadamente quatro vezes maior do que a de brasileiros¹⁹⁴, sendo, em alguns estados, muito mais elevada. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, por exemplo, 73,2% e 99% dos imigrantes são alfabetizados em 1890, respectivamente.

Embora as informações sejam incompletas, considerando cálculos estimados¹⁹⁵, em 1872, 0,09% da população dispunha de ensino superior e as matrículas nas faculdades do império, no mesmo ano, representavam 0,01% da população de 15 anos ou mais¹⁹⁶. Mesmo com a expansão e regionalização das instituições de ensino superior após a instauração da República, fenômeno constantemente pontuado pela bibliografia especializada¹⁹⁷, o acesso aos títulos e à relativa ampliação da concorrência em determinadas atividades, estatutariamente garantidas por diplomas escolares, são, de modo geral, pouco significativos. Tomando os dados disponíveis para 1910, o conjunto das matrículas nas faculdades existentes representa 0,01% da população em idade escolar¹⁹⁸, o que indica uma estabilidade no acesso ao ensino superior comparativamente ao ano de 1872. Em termos gerais, as baixas transformações na estrutura ocupacional, particularmente nas atividades que ancoram sua legitimidade em títulos escolares são, também, indicativas dos efeitos restritos da ampliação das instituições de ensino superior ao longo do tempo. Comparando as categorias de médicos e outros profissionais da medicina, caracterizados pelo recenseamento de 1872¹⁹⁹, com o grupo de “profissões médicas” do recenseamento de 1920, há um crescimento de 0,05% para 0,1% do conjunto da população. No entanto, isso pode ser um efeito do mecanismo de agregação adotado pelo último censo, o qual inclui veterinários, profissionais da odontologia e de farmácia na categoria “profissões médicas”, tornando impossível distinguir a parte desse aumento que cabe, especificamente, aos médicos. A mesma dificuldade se coloca, parcialmente, no caso da comparação entre as “profissões judiciárias” de 1920, e aquelas computadas em 1872. A principal questão relativamente a isso é a inclusão dos “contabilistas” no agrupamento, o que tende a inflar a categoria. Mesmo assim, a comparação longitudinal indica um decréscimo na proporção das

¹⁹⁴ 56,5% de estrangeiros sabendo ler e escrever contra 17,4% de brasileiros.

¹⁹⁵ Os cálculos foram elaborados com base nas informações disponíveis em: CUNHA (1986); MARCILIO (2005); FAUSTO (1995); NAGLE (1976); Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1850-1888); Relatório do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1891); Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1892-1920), Anuário Estatístico do Brasil, 1908-12, 3 vols. (1927).

¹⁹⁶ Idade mínima legal para a matrícula em instituições de ensino superior no período.

¹⁹⁷ MICELI (1979); SCHWARTZMAN (2001).

¹⁹⁸ O total de matrículas nos cursos de Direito foi calculado para o ano de 1912, dada a não disponibilidade de informações sobre todas as instituições em 1910.

¹⁹⁹ Todos os cálculos que envolvem o acesso ao sistema de ensino durante a vigência do sistema de trabalho escravo foram feitos com base na população livre.

“profissões judiciárias” no período, passando de 0,08% para 0,06% do conjunto da população²⁰⁰ (Tabela 2). Tomando em conjunto as profissões liberais²⁰¹, há uma transformação entre os anos de 1872 e 1920, particularmente impulsionada pelo crescimento do exercício das funções no magistério e das atividades nas letras, ciências e artes. De tal modo, se as profissões liberais representam, em 1872, 0,2% do conjunto da população, em 1920 passam a representar 0,5%, sendo que os professores e profissionais das letras, ciências e artes em conjunto, compõe 61,4% da categoria.

Considerado em termos gerais, os indicadores de composição ocupacional apontam para os níveis de concorrência que configuram determinados espaços de atuação. Ao tomarmos tais indicadores relativamente aos contextos regionais, percebe-se, em geral, a manutenção de uma tendência de estabilidade comparativamente ao movimento do conjunto do país. No entanto, dois fatores influenciam diretamente as transformações em nível local: 1) a situação econômica estadual-regional; 2) a ampliação/criação de instituições de ensino superior. No primeiro caso, as modificações mais sensíveis ocorrem nas regiões em decadência econômica, particularmente aquelas associadas à economia açucareira do nordeste. As transformações ocorrem particularmente na categoria dos proprietários e capitalistas, cuja tendência geral para o Brasil é decrescente entre os anos de 1872 e 1920 (Tabela 2). Se o conjunto dos estados acompanha tal fenômeno de modo mais ou menos direto, embora com índices menores do que a média nacional para São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará, as transformações mais significativas ocorrem nos dois principais centros da produção de açúcar, Pernambuco e Bahia²⁰². Nesses estados, a categoria de proprietários e capitalistas tem uma curva descendente, passando de 0,4% e 0,7% do conjunto da população em 1872, para 0,06% e 0,01% em 1920, respectivamente. De modo geral, isso se associa a tendência de concentração fundiária decorrente da fundação de usinas de açúcar e engenhos centrais. O segundo fator que incide diretamente na composição ocupacional em diferentes contextos regionais, refere-se às categorias cujo princípio de legitimidade está ancorado nos títulos escolares. Com relação a isso, as transformações mais significativas ocorrem nos locais em que há uma ampliação da oferta de diplomas, decorrente da criação de instituições pós-1889. No contexto de expansão das faculdades, alguns estados se caracterizam por uma curva ascendente dos profissionais

²⁰⁰ Para a caracterização dos agrupamentos do recenseamento de 1920, ver Recenseamento do Brasil em 1920 – Anexos (1922).

²⁰¹ De modo semelhante ao agrupamento que caracteriza as “profissões liberais” nos recenseamentos franceses, os recenseamentos brasileiros de 1872 e 1920 tendem a colocar sob esta categoria, atividades que privilegiam o trabalho intelectual. Nesse sentido, adota-se a definição segundo a qual as profissões liberais são aquelas nas quais a “inteligência” tem mais importância que o trabalho manual (CHARLE, 1990, p. 38-39).

²⁰² DIEGUES JUNIOR (2006).

liberais. Isso ocorre de modo mais sensível no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, cuja demanda indica uma tendência histórica associada a valorização dos diplomas escolares como forma de legitimação das pretensões sociais, particularmente em um contexto de transição de princípios legítimos de hierarquização social.

A disparidade escolar entre imigrantes e nacionais, associadas às próprias concepções acerca das capacidades ligadas a esses grupos²⁰³, tendem a favorecer mecanismos desiguais de inserção no mercado de trabalho. Além disso, muitos dos imigrantes chegavam ao Brasil “com recursos que os colocavam muito à frente dos demais”, praticamente estabelecendo “uma estrutura de classe pré-fabricada” relativamente à realidade nacional do período (DEAN, 1971, p. 59). Tais diferenças, em termos de condições sociais, favorecem duplamente os recém-chegados, embora de modo diferencial, dependendo dos recursos disponíveis de cada um dos grupos ou indivíduos que se instalam no Brasil. Em um estrato, encontram-se os imigrantes que acumulam *atouts* decorrentes da combinação entre recursos escolares e econômicos, dependendo das condições de chegada ao Brasil. Por um lado, a raridade dos recursos escolares e sua valorização pelas frações sociais dominantes, tende a favorecer a inserção em círculos de relações relativamente restritos. Por outro, o conjunto de contatos e recursos adquiridos através do exercício de atividades profissionais permite, também, o conhecimento dos canais de comunicação e a configuração de relações econômicas as mais diversas, abrindo múltiplas possibilidades de ascensão social, muitas das quais são combinadas com estratégias matrimoniais. Dentre as principais atividades econômicas exercidas pelos imigrantes, destacam-se as de representação comercial, particularmente através do estabelecimento de firmas importadoras, a partir das quais muitos deles acumulam capitais, posteriormente empregados em outras atividades econômicas: fábricas têxteis, propriedades fundiárias, indústrias manufatureiras diversas, ou mesmo se especializam em atividades comerciais e financeiras, em geral vinculadas aos complexos econômicos regionais²⁰⁴. Entre os casos de imigrantes que lograram ascender socialmente, muitos dos quais conquistando cargos públicos, encontram-se as famílias Dodsworth, Sotto Maior, Guinle, Klabin, Gaffrée, Jafet, Simonsen, Scarpa, Matarazzo, Caravellas. Em grande medida, a ascensão econômica de imigrantes em um contexto de decadência de famílias “tradicionalmente” estabelecidas em diversos ramos de atividades, configura um dos pilares da reação nacionalista que ganha corpo a partir de meados da década de 1910.

²⁰³ SCHWARCZ (1994).

²⁰⁴ DEAN (1971); CHRISTALLINO (2010); PESAVENTO (1986).

Em grande medida, o desenvolvimento da mão-de-obra industrial e das atividades comerciais esteve associado ao trabalho imigrante. No período de transição entre as décadas finais do Império e o transcorrer da Primeira República, os estrangeiros passam a ocupar, de modo cada vez mais significativo, estratos ocupacionais os mais diversos, inclusive em categorias nas quais a participação de nacionais era dominante, como no caso do serviço público, entre os proprietários e capitalistas, além de formarem parte significativa dos trabalhadores da indústria e dos transportes²⁰⁵ na década de 1920 (Tabela 2). Em termos gerais, assiste-se um aumento da população imigrante em alguns estados, particularmente em São Paulo, passando de 2% em 1872, para 5,4% em 1890, e chegando a 18,1% da população em 1920. Algumas capitais têm contingentes expressivos de estrangeiros, como nos casos das cidades do São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói e Porto Alegre, respectivamente com 35,4%, 20,6%, 14,7% e 11,4% em 1920. Os efeitos da imigração massiva para o mercado de trabalho são significativos e, segundo um deputado paulista em 1888, servem como forma de “aumentar a concorrência entre” os trabalhadores, fazendo com que os salários caiam pela lei da oferta e da procura²⁰⁶. De fato, o aumento populacional, combinado com a estabilidade de oportunidades sociais diversas, particularmente garantidas pela escolarização e acesso a posições economicamente mais rentáveis, tende a manter a elasticidade da mão-de-obra, garantindo mecanismo de exploração e controle social eficiente. Na cidade do Rio de Janeiro, a forte desigualdade social implica num contingente de 30% a 40% da população vivendo no limiar da existência social, condições não muito diferentes daquelas de outras capitais, tais como Porto Alegre, Recife e São Paulo²⁰⁷. Os condicionantes sociais combinados a um aumento do custo de vida em torno de 60%, para o período de 1914-20²⁰⁸, direcionaram as estratégias de ascensão aos “empregos mais bem pagos”²⁰⁹, fortemente dependentes do acesso (ou posse) de escolarização, de recursos “herdados” e de redes de patronagem, as quais tendem a aumentar de importância conforme se sobe na hierarquia dos empregos e dos ganhos.

Grosso modo, as condições de ascensão ou o descenso social estão associadas ao peso dos *handicaps* na estrutura de capitais dos agentes em concorrência, ou mesmo, dependem das possibilidades de que determinados recursos funcionem como mecanismos de compensação, nesse último caso, entra em pauta particularmente o capital de relações sociais. Uma das

²⁰⁵ A divisão de “trabalhadores dos transportes” surge no recenseamento de 1920, na qual os estrangeiros correspondem a 19,4% do setor. Recenseamento do Brasil em 1920, v. IV (1930).

²⁰⁶ VERSIANI (1993, p. 83)

²⁰⁷ LEVINE (1983); PESAVENTO (1994); LOVE (1982).

²⁰⁸ DEAN (1971, p. 101). Ver, também, STEIN (1961); LOBO *et all.* (1971); COSTA (1982).

²⁰⁹ LEVINE (1983, p. 321).

dificuldades de se apreender as estratégias de conversão em direção às ocupações mais rentáveis é, em primeiro lugar, a escassez de informações, em segundo, o fato de que os grupos dominantes não se definem pela condição ocupacional, mas sim pela polivalência de investimentos, atividades e ganhos. De modo geral, muitos casos são ilustrativos da acumulação de cargos e dos relativos ganhos financeiros associados. Dentre o conjunto de ocupações mais rentáveis, estão os “médicos”, “advogados” e “engenheiros”, além da ocupação de cargos públicos eletivos e/ou por cooptação. Infelizmente não se dispõe de informações sobre os rendimentos advindos da condição de “proprietário e/ou capitalista”. Na hierarquia de rendimentos, descrita por Coelho (1999, p. 78-79), 19,9% dos “patrões” de diversos segmentos tem um rendimento de 2:998\$000. Embora com uma margem de variação elevada, tais rendimentos são semelhantes àqueles conquistados por grandes estancieiros do Rio Grande do Sul, no entanto, variavam significativamente de acordo com os produtos a serem comercializados. Além disso, considerando-se o patrimônio de muitos proprietários e/ou grandes comerciantes rio-grandenses, chega-se facilmente a uma média de 50:000\$000, sendo que àqueles que acumularam fortunas através de práticas comerciais e espólios diversos chegam a somas de mais de 200:000\$000, como no caso do Tenente-Coronel Antônio Israel Ribeiro²¹⁰. Enquanto isso, nas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, propriedades como a Fazenda Guaribu, pertencente à família Ribeiro de Avelar, era avaliada, em 1880, em mais de 400:000\$000²¹¹.

No caso das categorias de médicos, advogados e engenheiros, 56,6%, 68,7% e 32,4% tinham rendas anuais maiores do que 6:000\$000 em 1876, com uma variação de cerca de 2:000\$000 a menos quando diferenciadas as zonas urbanas das rurais. Contudo, tais rendimentos eram variáveis relativamente as redes de clientela e os universos de circulação desses agentes. Um caso ilustrativo é o de Henrique Carneiro Leão, médico e proprietário, filho de Jerônimo José Teixeira Junior (Visconde do Cruzeiro, Ministro e Senador do Império), e neto de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná, Senador e Presidente do Conselho de Ministros), cuja declaração de rendimentos de sua atividade médica perfaz um total de 16:000\$000. No caso de advogados como Franklin Américo de Menezes Dória (Barão de Loreto), “afamado” pela circulação na política, pela atividade de publicista e pelo exercício da magistratura, não raro recebiam 5:000\$000 de honorários advocatícios. Com relação aos engenheiros, as disparidades salariais eram menores, particularmente porque a quase maioria ocupava funções em instituições públicas. Mesmo assim, figuras como André Pinto Rebouças

²¹⁰ CHRISTALINO (2010, p. 91, 208 et passim).

²¹¹ STEIN (1961, p. 298).

e Francisco Pinheiro Guimarães, declaram rendimentos de 10:000\$000 anuais²¹². Nesse conjunto de hierarquizações que compunham o universo de concorrência e atuação desses profissionais, de modo bastante geral, “os critérios que distribuíam renda, prestígio e poder eram todos de natureza extraprofissional”²¹³. Além disso, muitos deles obtinham vantagens econômicas significativas através de relações de mediação e/ou consultoria ao governo. São os casos, por exemplo de Augusto Teixeira de Freitas, convidado para elaborar o projeto do Código Civil (1858-59), o que lhe rendeu um montante mensal de 1:200\$000, mais o prêmio de 100:000\$000 ao término do trabalho²¹⁴. Na mesma linha, o senado do Império aprovou o prêmio de 10:000\$000 à Candido Mendes de Almeida, então senador, por conta da publicação de seu Atlas do Império do Brasil (1868). Além disso, autorizou a compra de 1.000 exemplares no valor de 30\$000 cada, totalizando 30:000\$000²¹⁵.

Em termos gerais, essas relações entre “atividades profissionais” e rendimentos econômicos podem ser indicadas como referência, no entanto, isso se torna muito mais complexo quando se considera a tendência ao exercício de múltiplas funções, e a consequente acumulação de retribuições. A diversificação de atividades está na base de definição dos próprios grupos dominantes, configurando perfis que geralmente perfazem a ocupação de cargos públicos (eletivos ou por cooptação), o controle de meios de produção, a posse de patentes militares e/ou a atuação cultural. Nessa multiplicidade de funções exercidas, os principais limites da apreensão das hierarquias econômicas são que, normalmente, as informações que se dispõe referem-se aos cargos públicos ocupados, para os quais os rendimentos são fixados de modo formal. Um exemplo característico pode ser encontrado em Henrique Marques de Holanda Cavalcanti (Barão de Suassuna), proprietário de duas usinas²¹⁶ e bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife (PE), era “produtor de açúcar dos mais influentes”, sócio-proprietário e diretor do Banco do Recife, tendo sido, também, deputado provincial e geral²¹⁷. Sem poder considerar os rendimentos derivados de suas propriedades, nem mesmo dispondo de informações sobre os valores advindos dos cargos de deputado provincial e diretor do banco, chega-se unicamente ao montante de 6:000\$000, relativo ao subsídio do cargo de deputado geral. Se o limite das informações reduz o alcance de definição das hierarquias, particularmente nos estratos dominantes, a comparação entre os rendimentos

²¹² COELHO (1999, p. 82-83)

²¹³ COELHO (1999, p. 76).

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ ANS, 1870, L. 3.

²¹⁶ Usina Mameluco, herdada de seu pai o Tenente-Coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcanti; e a Usina Limoeiro, advinda do casamento com sua prima, Maria Lins Cavalcanti.

²¹⁷ LEVINE (1980, p. 92)

advindos da ocupação de cargos públicos em diversos setores e a situação econômica de outros trabalhadores permite uma representação da estratificação de condições sociais.

A hierarquia dos rendimentos advindos de cargos públicos engloba níveis diversos²¹⁸, os quais podem ser separados por setor de atuação: executivo, legislativo, militar, magistério. Há um número significativo de diferenciações internas, muitas das quais apresentam pequenas variações nas retribuições. Sem pretensão de exaustividade da descrição do conjunto de funções possíveis, optou-se por expor as faixas de ganhos, relacionando-as com as hierarquias de funções²¹⁹. Os cargos de alto escalão na burocracia pública, oficiais militares e cargos eletivos nacionais e provinciais (deputados provinciais, deputados gerais e senadores) ocupam o topo da hierarquia de rendimentos. Embora haja variações significativas e subdivisões, ministros, presidentes de província e senadores, assim como engenheiros-chefe de estradas de ferro e altos escalões militares (almirante, marechal) tem ordenados que variam entre 12:000\$000 e 8:000\$000. Em seguida, encontram-se uma gama de cargos em diversos setores, cujas retribuições variam entre 7:000\$000 e 4:000\$000, dentre os quais os desembargadores, professores catedráticos de ensino superior, diretores de faculdades, ocupantes de cargos de direção e cargos “técnicos” em burocracias públicas, “secretários” estatuais, coronéis. Num escalão mais abaixo, situa-se uma gama bastante grande de cargos que englobam, professores secundários, inspetores escolares, juízes de direito, substitutos e municipais, promotores, chefes de divisões militares, capitães, além de uma série de outras funções administrativas intermediárias e cargos auxiliares, cujos ordenados são maiores do que 1:500\$000. Abaixo dessas escalas de rendimentos, estão vários outros cargos, tais como os de professor primário, escriturários, contínuos, porteiros, praticantes, alferes, sargentos, sendo que um dos menores rendimentos encontrados foi o de telegrafista de terceira classe, com ordenado de 350\$000²²⁰.

Uma situação bastante distinta com relação às condições sociais é aquela dos “trabalhadores livres”, das “classes assalariadas”, rurais e industriais. Na passagem entre 1872 e 1920, os estratos dos trabalhadores industriais, agrícolas e da pecuária tem um decréscimo de 38,3% para 24,5% do conjunto da população (Tabela 2). Em parte, tal fenômeno se deve à combinação de um crescimento populacional significativo e uma relativa estabilização das demais categorias de classificação, em particular, daqueles “sem profissão ou em profissões mal definidas”. Os trabalhadores manuais em geral, se encontram em uma condição social

²¹⁸ Uma estrutura de rendimentos é exposta por Carvalho (2012, p. 147).

²¹⁹ Para a relação entre trajetórias, ocupação de cargos e o acúmulo das respectivas retribuições, ver capítulo 3.

²²⁰ A composição geral dos estratos de ordenados foi realizada com base nas informações obtidas nos Anais do Senado, 1870-1889; Coleção de Leis do Império e da República, 1870-1900; Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1888-89; Carvalho (2012); Moacyr (1939).

bastante adversa quando comparados àqueles que dispõem de rendimentos fixados pelo estado. Se em seus níveis mais baixos, os empregados públicos estão sujeitos constantemente as “derrubadas” decorrentes da troca de governo, a lógica de organização do trabalho fundada no salário diário ou no regime de parceria (no caso do trabalho rural), associado a grandes contingentes de mão de obra de reserva, mantém a estabilidade dos ganhos de modo bastante significativo. A situação é mais grave nas regiões de economia decadente, aonde os salários rurais da década de 1910 são os mesmos dos anos de 1870, e parecem não ter sofrido grandes alterações ao se considerar os ganhos de colonos em parceria na década de 1850. A massa de trabalhadores em constante deslocamento atrás de empregos avulsos, garante uma reserva de “mão-de-obra barata sempre disponível”, elemento fundamental na estruturação de relações de dependência e de manutenção de um “sistema agrícola não competitivo” (LEVINE, 1980, p. 60). Na década de 1850, trabalhadores imigrantes instalados na Fazenda Ibicaba, em São Paulo, de propriedade de Nicolau Vergueiro, recebiam cerca de \$500 réis diários²²¹, algo não diferente do caso de Pernambuco, cujos salários do sexo masculino variaram entre \$500 e 1\$000 no período de 1880 a 1914²²². Os relatos de Davatz indicam, ainda, que em casos mais extremos, os colonos não conseguiam rendimentos maiores do que valores entre 2\$000 e 5\$000 ao mês, o que totaliza, no máximo, 60\$000 ao ano²²³. Em alguns casos de extraordinário de sucesso, os ganhos poderiam alcançar 10\$000 mensais, perfazendo um total de 120\$000 anuais. Tais estimativas se aproximam significativamente dos dados oferecidos por Davatz (1941, p. 89-95) para seus ganhos em 1857, no caso, 151\$570 réis.

Com o progressivo desenvolvimento da economia cafeeira, os salários entre os anos de 1895 e 1907 são um pouco maiores, sendo que os rendimentos dos trabalhadores rurais poderiam chegar a um valor máximo de 360\$000 anuais, em situações de produção favorável²²⁴. Relativamente a situação dos trabalhadores rurais, os operários industriais dispunham de rendimentos mais elevados, o que tornou esta atividade, muitas vezes, mais atrativa aos imigrantes. O próprio processo de desenvolvimento industrial, diretamente atrelado aos complexos econômicos regionais, sofre uma série de alterações no período de fins do XIX e os anos 1920²²⁵. Considerando o valor da produção industrial, em 1907 o Distrito Federal surgia na frente dos Estados com 33,2% da produção, seguido de São Paulo com 16,6% e o Rio Grande do Sul com 14,9%. Em 1920, o Estado de São Paulo passara para o primeiro lugar com 31,5%

²²¹ DAVATZ (1941, p. 121).

²²² LEVINE (1980, p. 60).

²²³ Tomando o valor máximo, a remuneração diária seria menor do que \$200 réis.

²²⁴ CARONE (1972, p. 33).

²²⁵ DEAN (1971); CANO (1977).

da produção, o Distrito Federal caíra para 20,8%, vindo em terceiro o Rio Grande do Sul com 11%²²⁶. No entanto, independente do relativo progresso econômico de determinados contextos regionais, os salários se mantêm bastante baixos. Enquanto, em 1886, o salário médio em São Paulo variava entre 2\$000 e 4\$000 réis, no Rio de Janeiro a situação não era muito diferente. Já nos anos de 1910 e 1920, os salários dos trabalhadores industriais masculinos²²⁷ nesses dois estados estava em torno dos 5\$000 ou 6\$000 réis diários, o mesmo valor do Rio Grande do Sul²²⁸, e uma média um pouco mais elevada do que em Pernambuco, cujos valores giravam em torno de 3\$000 a 5\$000²²⁹. Nessa perspectiva, nos anos de 1920, os ganhos mensais de trabalhadores industriais era de aproximadamente 150\$000, em uma situação de empregabilidade relativamente estável, os rendimentos anuais chegariam a 1:800\$000, enquanto que trabalhadores rurais com uma média de rendimentos de 3\$500, chegariam a ganhos anuais de 1:000\$000, considerando o recebimento por 12 meses de trabalho²³⁰, o que nem sempre ocorria, dada a tendência de contratação para os períodos de plantio e colheita.

3.2 O SISTEMA DE ENSINO E AS OPORTUNIDADES SOCIAIS

Os efeitos do sistema de ensino para a recomposição das estruturas sociais não podem ser apreendidos sem a consideração objetiva das transformações ocorridas nas chances de acesso aos distintos níveis que o compõem. É justamente nesse ponto em que se situam as possibilidades de apreensão dos descompassos entre os discursos legitimadores, amplificados na segunda metade do XIX e associados ao regime republicano implantado em 1889, e os meios concretos através dos quais se configuram as hierarquias sociais. Ponto de passagem quase obrigatório para o conjunto das frações de elite aqui analisadas, o sistema de ensino, particularmente em seus níveis mais elevados, representa um primeiro passo para a inserção em um espaço social no qual circulam uma série de oportunidades de carreira. Relacionado à uma “boa origem social”, à um casamento para cima, ou à constituição e reforço de relações de reciprocidade, o título escolar expressa sua dupla dimensionalidade: “técnica” e social. Ao

²²⁶ FAUSTO (1995, p. 288).

²²⁷ O emprego de mão-de-obra infantil e feminina nas fábricas, particularmente têxteis, era bastante comum, particularmente pelo fato da média salarial destes trabalhadores corresponder a aproximadamente 50% do valor da mão-de-obra masculina adulta. Ver Recenseamento do Brasil – 1920 (DGE, 1928).

²²⁸ PESAVENTO (1988, p. 49-50 et passim).

²²⁹ CARONE (1972, p. 194).

²³⁰ Os rendimentos mensais são calculados na base de 26 dias de trabalho ao mês.

mesmo tempo, independente da importação de uma determinada filosofia social tende a associar “educação” e “transição” para a “modernidade”²³¹, os efeitos da ampliação da oferta de ensino para a diversificação das carreiras, variam relativamente aos contextos históricos concretos. Sendo assim, estão em pauta os limites institucionais e sociais do sistema de ensino e, particularmente, das condições de acesso aos seus diferentes níveis. Isso porque, o fundamento dos processos de contestação dos princípios de hierarquização se encontra nas condições de possibilidade de que determinadas frações sociais forcem a ampliação das oportunidades com base na reivindicação de diferentes legitimidades, as quais só tem sentido, na medida em que a posse efetiva de um conjunto de recursos sociais conforma um grupo, cuja pretensão de ascensão passa a estar ancorada em estruturas de capitais diferenciais, que fracionam e fundam espaços de competição. Nestes termos, as condições de diversificação das bases sociais e das carreiras só tem sentido na medida em que são ampliadas as condições de acesso aos recursos que fundamentam o ingresso/pertencimento a determinadas posições ou cargos. O resultado mais imediato da “massificação” das “entradas” é a ampliação das estratégias de contestação das hierarquias, o que engendra seu próprio contraponto: o investimento na conservação e nas modalidades de fechamento social. Trata-se de algo mutuamente dependente, cuja apreensão depende da análise do efeito global das transformações do sistema de ensino relativamente ao conjunto da “sociedade”, e do efeito particular ou interno que tal processo pode produzir em distintos espaços de atuação.

Em termos formais, entre as frações de elite em análise, somente os professores de ensino superior tem sua legitimidade ancorada no título escolar, condição formal de ocupação dos respectivos postos nas faculdades existentes. No entanto, a passagem pelo ensino superior, mas também, em menor grau, pelo ensino secundário, tem um efeito significativo para as chances de carreira. Além disso, o universo das faculdades configura um espaço privilegiado de socialização, seja reforçando a integração, seja ampliando o leque de relações de interconhecimento entre indivíduos da mesma “classe de idade” escolar. A “solidariedade agregativa” composta nas relações escolares, configura uma base durável de constituição de capital de relações sociais²³². Tomando o ano de formação no ensino superior como indicador de frequência aos mesmos universos sociais, isso se torna mais patente, tanto internamente às diferentes frações em pauta, como transversalmente, entre todas elas. No que tange às elites políticas, 15,1% concluiu o ensino superior entre 1870 e 1874, 14,5% entre 1875 e 1879, e outros 21% entre 1880 e 1884, ou seja, mais de ¼ passou pelos bancos escolares na década de

²³¹ KOHLER e WACQUANT (1985).

²³² BOURDIEU (1989, p. 257).

1870, e um total de 62,4% obteve o diploma no período entre 1870 e a queda do regime monárquico. O mesmo movimento é encontrado entre os “homens de letras”, entre os quais, 65,3% concluiu o ensino superior entre 1870 e 1889 – 12,2% entre 1870-1874, 10,2% entre 1875-1879, 28,6% entre 1880-1884, e 14,7% entre 1885-1889. Entre os professores de ensino superior, há uma proporção mais significativa daqueles que obtiveram seus diplomas na década de 1870 (42,8% do total, 18,8% entre 1870-1874 e 24% entre 1875-1879).

A circulação das diferentes frações sociais no interior do espaço das instituições de ensino superior, ganha um sentido mais específico considerando os locais de formação e, num segundo momento, as classes de idade escolar em geral. Relativamente ao primeiro ponto, 24,1% das elites políticas formaram-se na Faculdade de Direito de Recife (PE), 23,3% na Faculdade de Direito de São Paulo, e outros 13,5% na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No caso dos “homens de letras”, as proporções são, 20,7%, 27,6% e 9,2%, e para os professores de ensino superior, 18,6%, 41,2% e 35,1%, respectivamente. No caso desses últimos, pesa significativamente a definição da amostra, centrada na apreensão dos professores das faculdades de direito e medicina do Rio de Janeiro e de São Paulo. A transversalidade do universo das instituições de ensino superior, como espaço de socialização que aproxima os posteriores ocupantes das posições centrais na divisão do trabalho de dominação, conflui para a melhor compreensão das “subidas em conjunto”, as quais tendem a caracterizar as diferentes oportunidades sociais e de carreira em espaços de atuação diversos. Fenômeno que é reforçado pelas modalidades de inserção em clubes e associações estudantis, com seus respectivos órgãos de imprensa, particularmente centrais na confluência das modalidades de engajamento e atuação em causas no período em análise. Se algumas instituições superiores tendem a concentrar uma parcela significativa dos diplomados, a aproximação das “classes de idade” escolar, transversais ao conjunto das frações em pauta, torna o quadro mais evidente. Daqueles que se diplomaram na década de 1870, 24,1% o fizeram na Faculdade de Direito de São Paulo (13,8% entre 1870-1874, 10,3% entre 1875-1879), 21,4% na Faculdade de Direito de Recife (PE) (13,5% entre 1870-1874, 7,9% entre 1875-1879), e 57,1% na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (19% entre 1870-1874, 38,1% entre 1875-1879). Dos diplomados na década de 1880, 33,6% o fizeram na Faculdade de Direito de São Paulo (23,3% entre 1880-1884, 10,3% entre 1885-1889), 30,3% na Faculdade de Direito de Recife (PE) (14,6% entre 1880-1884, 15,7% entre 1885-1889), e 23,8% na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (17,5% entre 1880-1884, 6,3% entre 1885-1889).

No entanto, e de modo mais amplo, as condições de ingresso nesses circuitos de interconhecimento e reconhecimento, que se configuram em torno das instituições de ensino

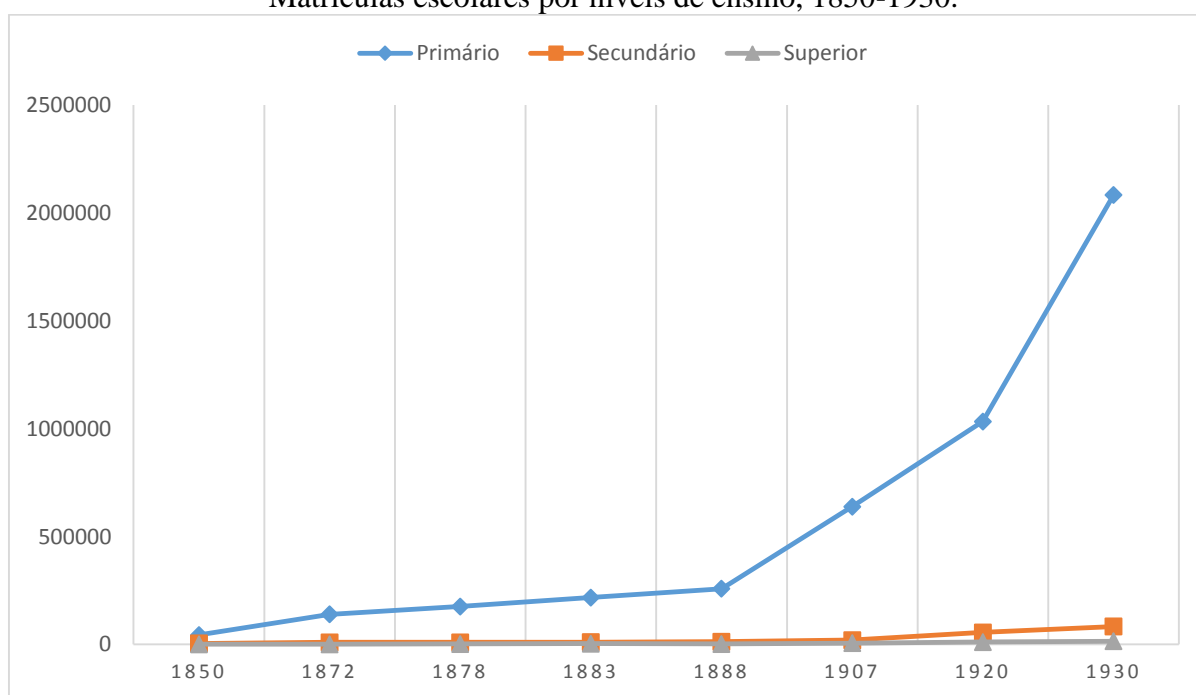
superior, são condicionadas pela estrutura de oportunidades de acesso ao sistema escolar, em seus diferentes níveis. A primeira dificuldade que surge, relativamente a isso, é a inexistência de qualquer estudo que possa servir de base ou contraponto. Outra dificuldade relaciona-se à própria prática de coleta e sistematização de informações no período do Império e da Primeira República. Em primeiro lugar, porque se trata de um processo descentralizado e não-padronizado, cuja massa de informações, bastante fragmentárias, divulgadas pelo Ministério dos Negócios do Império, é proveniente dos relatórios e coletas esporádicas de estatísticas escolares, realizadas pelas diferentes administrações locais. Além disso, foi somente em 1932 que o processamento e coleta de informações sobre o sistema de ensino passou a existir com certa sistematicidade, ou seja, após o período em análise. De tal modo, a totalidade da bibliografia que se dedica ao Segundo Reinado e a Primeira República, tende a enfatizar as criações institucionais e os constrangimentos formais decorrentes das reformas ocorridas nesses anos, o que produz uma sobrevalorização de determinados fenômenos, particularmente dos efeitos da fundação de faculdades nos diferentes estados com o início do período republicano. Sem tomar em conta os limites impostos pela oferta de educação, em seus diferentes níveis, assim como seus efeitos para os processos de reprodução da dominação, torna-se impossível a apreensão das condições sociais e das estratégias de carreira. Isso posto, trata-se de relacionar as mudanças formais nas regras de acesso aos diferentes níveis de ensino e a transformação objetiva nas matrículas ao longo da segunda metade do XIX e da Primeira República.

A primeira indicação mais geral (Gráficos 2 e 3), para a relação entre sistema de ensino e oportunidades sociais, é a implicação significativa de processos de seletividade associados, em primeiro lugar, à própria escassez de oferta. A tendência geral, inclusive, é um movimento de aumento do descompasso entre os níveis primário, secundário e superior, na qual há uma particular similaridade no desenvolvimento dos dois últimos, o que se deve ao conjunto de constrangimentos formais que regulam o ensino no país. Quanto a isso, uma primeira distinção que caracteriza as possibilidades de ingresso no ensino público pós regulamentação de 1854²³³ é a conformidade de faixa etária, sendo admitidos à matrícula somente aqueles entre 5 e 15 anos de idade. Essa delimitação, associada à inexistência de escolas destinadas à adultos não escolarizados, ao menos até meados dos anos 1870, reforça os mecanismos de exclusão. O mesmo ocorre com a delimitação para que não sejam aceitos, como alunos regulares no ensino secundário oficial, ou seja, no Colégio Pedro II, aqueles com mais de 12 anos de idade. As formalidades organizacionais têm um impacto sensível nas oportunidades de escolarização. Ao

²³³ Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

passo que, fora do sistema público de ensino, a rede de estabelecimentos é composta por escolas privadas, maioria no que se refere ao nível secundário. De tal modo, se a “obrigatoriedade” de frequência à escola elementar (primária), é instituída com a reforma de 1854, os efeitos são parcos e não atingem todos aqueles já privados de ingresso no ensino por vias formais. O resultado mais geral desse conjunto de constrangimentos e da baixa oferta de escolarização, é que, entre os anos 1870 e 1930, o analfabetismo apresenta um duplo movimento: 1) decréscimo proporcional relativamente à população; 2) aumento do número efetivo de analfabetos nas diferentes faixas etárias²³⁴. Isso decorre, de modo direto, do descompasso entre o crescimento populacional e a expansão das oportunidades escolares (Gráfico 2).

Gráfico 2
Matrículas escolares por níveis de ensino, 1850-1930.

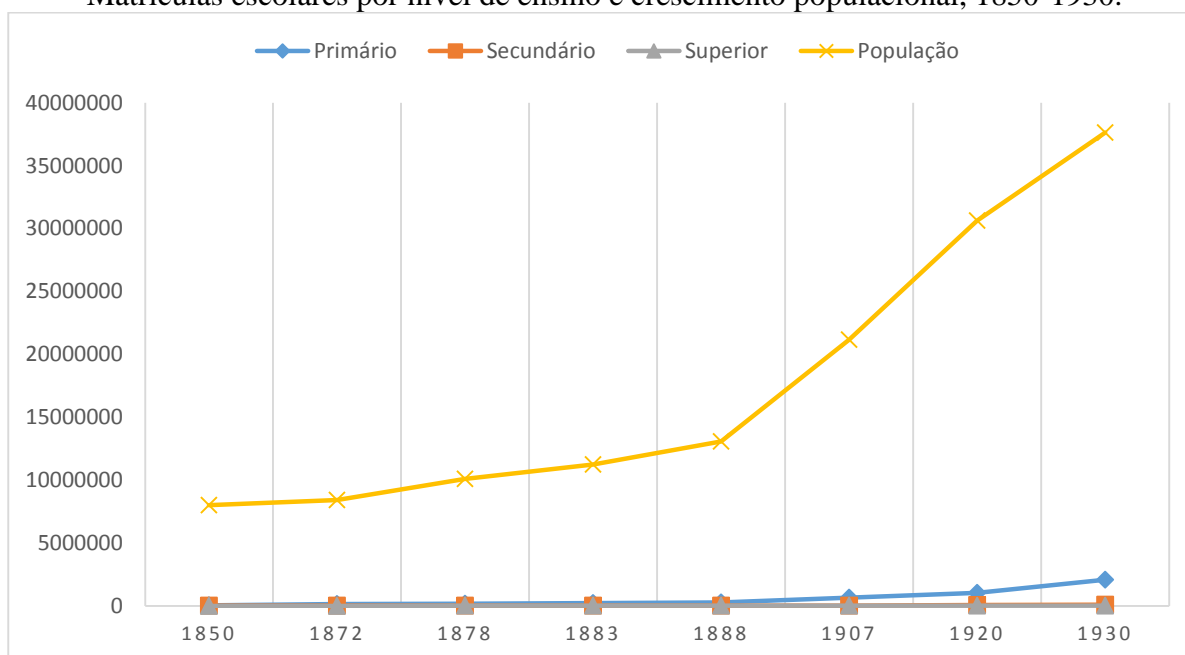


Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, 1850-1888; Relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1892-1910; Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912, (1927); Hallewell, 2012; Cunha, 1986, Nagle, 1976.

²³⁴ FERRARO (2002).

Gráfico 3

Matrículas escolares por nível de ensino e crescimento populacional, 1850-1930.



Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios do Império, 1850-1888; Relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1892-1910; Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912, (1927); Hallewell, 2012; Cunha, 1986, Nagle, 1976.

Embora a preocupação com a “ilustração brasileira”²³⁵ seja parte constante do discurso político de época, os mecanismos efetivos que compõem as oportunidades educacionais configuram um reforço sistemático de privilégios. Os constrangimentos políticos decorrentes das reformas favorecem o descompasso entre o crescimento populacional e a oferta de educação em seus níveis mais elementares (primário). Assim, a estrutura da oferta de ensino tende a uma ruptura entre as perspectivas de acesso amplo, e a manutenção da raridade dos títulos mais elevados, cujo fenômeno é sentido na disparidade entre os níveis de escolarização, particularmente representadas por uma maior integração entre o superior e o secundário, em oposição ao ensino primário. No período entre 1850 e 1930, a absorção do ensino secundário pelos alunos advindos do primário decresce significativamente, passando de 10,4% dos matriculados, em 1850, para 4,8% em 1888 e, finalmente, 3,9% em 1930. A mesma defasagem estrutural é acentuada relativamente aos níveis secundário e superior, quando esse último absorvia, em 1850, 23,2% dos matriculados no secundário, passa a comportar 19,6% em 1888, e 18,1% em 1930. A formalidade que compõe a garantia de seletividade entre os diferentes níveis de ensino é, por um lado, a manutenção da exclusividade do Colégio Pedro II como

²³⁵ BARROS (1959).

instituição que garante o ingresso direto nas faculdades existentes e, por outro, a exigência de “exames preparatórios” para os alunos que não houvesse cursado o referido estabelecimento. Além disso, até 1873²³⁶, os exames ocorriam exclusivamente na Capital nacional, ou nas cidades que dispunham de cursos superiores, com preparatórios anexos (Salvador – BA; Recife – PE; São Paulo – SP). O ingresso privilegiado via Colégio Pedro II, compunha um universo altamente seletivo, considerando o fato que, somados o internato e externato da referida instituição, o número de inscritos era baixo: 162 em 1855, 303 em 1860, 224 em 1870, 182 em 1881, 439 em 1888; com uma média de 9 alunos concluintes por ano referido. A abolição dos privilégios dos diplomas do Colégio Pedro II e das instituições equiparadas, pós instauração da República, só vai ocorrerem em 1915, com a instituição do “exame vestibular”²³⁷.

Igualmente, a situação não é muito distinta nos estados, normalmente providos de uma instituição pública de ensino secundário. Com a implantação das Escolas Normais, principalmente pós anos 1870, o número aumenta, algumas vezes, para duas instituições públicas por estado. Embora as informações sejam desencontradas, algumas indicações dão a dimensão do ensino secundário no país. Em 1853, existem 12 liceus públicos, o Colégio Pedro II, e mais 135 aulas avulsas, totalizando 3016 alunos matriculados. Já em 1876, registra-se, entre cadeiras avulsas e estabelecimentos de ensino (cursos militares inclusos), um total de 277 instituições ligadas ao secundário, das quais 238 são particulares, e um efetivo de alunos atinge 11.806. Nos mais de vinte anos que separam os dois panoramas, criaram-se 27 instituições públicas de ensino secundário em todos os estados, das quais, muitas são escolas normais, cujo número é de 13, em 1878, diretamente associadas as políticas de formação de professores. Um segundo ponto central é o peso das instituições privadas no ensino secundário, representando 85,9% do conjunto. A tendência da supremacia do ensino privado é permanente, em 1929, representavam 96,5% das escolas secundárias, absorvendo 89% das matrículas. Ao longo do período imperial, como indicam as informações compiladas por Primitivo Moacyr (1939), as criações de instituições públicas secundárias são bastante instáveis, imperando uma espécie de reformismo constante, no qual somem e reaparecem estabelecimentos de ensino. A insuficiência de dados longitudinais sobre a evolução do conjunto de instituições e das oportunidades de ingresso e progressão no ensino, limitam a apreensão dos descompassos entre níveis secundário e superior. Um indicador indireto pode ser tomado a partir dos exames que dão acesso ao último, os quais implicam todo o período em pauta. Comparando 1886 e 1895, há uma retração da prestação dos exames, independente do avanço da oferta de ensino superior,

²³⁶ Decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873.

²³⁷ Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915.

particularmente com a criação de 5 instituições entre 1889 e 1895. O número total de inscritos, em 1886, foi de 6.897, enquanto que em 1895, houve um total de 4.763. Por um lado, a estrutura diferencial do sistema de ensino, fundada em um conjunto de constrangimentos formais, implica níveis significativos de seleção e bloqueio de oportunidades, por outro, é constante a possibilidade de “entradas por fora”, particularmente a partir da ingerência do poder político. Embora as informações sejam restritas, até 1869, o Senado havia dispensado um total de 245 alunos de prestarem as formalidades para obtenção de matrícula nas faculdades. No ano de 1870, restavam ainda outras 48 solicitações de dispensa, as quais perfaziam um total de 90 estudantes, cujo sucesso dependia do fato de ter um “pai alcaide”²³⁸. Em 1873, 21 alunos pediram dispensa dos exames preparatórios para matricular-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²³⁹. De modo geral, portanto, os níveis de seletividade passam pela disponibilidade ou não de poder político, condição de garantia para a dispensa das formalidades legais.

Diretamente associado a defasagem entre os distintos segmentos do sistema escolar, estão os determinantes econômicos que incidem nas possibilidades de avançar à diferentes níveis escolares. Assim, em uma sociedade caracterizada por uma diferenciação social significativa, o sistema de taxas escolares, particularmente aplicados ao ensino superior, e um ensino secundário predominantemente particular, tornam as barreiras sociais ligadas as condições de escolarização ainda mais significativas. Mesmo instituições públicas como o Colégio Pedro II, garantem sua distinção simbólica e social pela aplicação de taxas escolares. Os gastos anuais nessa instituição variam de acordo com os interesses associados, indo dos pensionistas de primeira classe, com acesso ao reforço escolar dispendido pelos repetidores, “médico e botica nas enfermidades, cabelereiro, alimentação sadia e abundante [...] banhos, [...] roupa lavada e engomada”, que pagam um total de 420\$000 anuais; aos alunos externos, cujo único direito são as aulas regulares, ao custo de 96\$000 por ano. Além disso, todos pagam taxa anual de matrícula no valor de 12\$000, totalizando 84\$000 para a conclusão do curso²⁴⁰. O valor cobrado por escolas particulares de ensino secundário não se diferencia significativamente do Colégio Pedro II, sendo 480\$000 anuais para pensionistas, mais 55\$000 pelo quarto e serviços de lavanderia²⁴¹. No entanto, a preparação para os exames preparatórios em escolas particulares representa um dispêndio financeiro significativo. Estudar no Lyceu Paulistano com

²³⁸ ANS, 1870, L. 3, p. 49 - Zacarias de Góis e Vasconcelos.

²³⁹ ANS, 1873, L. 4, 157.

²⁴⁰ Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1857.

²⁴¹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro, 1869, p. 460.

tais finalidades, exige o pagamento anual de 60\$000 por matéria, o que soma 900\$000²⁴². Às anuidades, devem ser somados os “enxovais”, exigidos para os pensionistas de escolas particulares, cujas possibilidades de contratação de alfaiates reconhecidos ou a compra de marcas importadas distinguia alunos no interior dos estabelecimentos de ensino²⁴³. Enquanto o nível secundário impunha uma barreira econômica efetiva para muitas frações sociais, o ingresso e conclusão do ensino superior avultava as despesas. A primeira limitação econômica se verificava nos próprios exames preparatórios. Mesmo os alunos avulsos, precisavam investir 7\$500 para a obtenção dos certificados, além dos valores anuais das matrículas 50\$000²⁴⁴, o que totaliza um gasto de 250\$000 para a conclusão dos cursos de direito e engenharia, e de 300\$000 para o curso de medicina antes da reforma de 1884²⁴⁵, quando os cursos passam a ter oito anos, portanto, custam 400\$000. Nas faculdades de direito, o grau de bacharel e o respectivo diploma custam 50\$000, enquanto o grau de doutor exige uma despesa de 125\$000. A obtenção do diploma de doutor em medicina custa 200\$000, de farmacêutico 150\$000, e de cirurgião-dentista e parteira, 100\$000. Obviamente que, assim como no caso das dispensas de exames ou formalidades de matrículas nas faculdades do império, os custos financeiros do ensino poderiam ser abatidos ou até mesmo isentos através de favores políticos²⁴⁶.

As defasagens estruturais que tendem a bloquear a demanda por educação, característica de outros contextos nacionais²⁴⁷, são relativamente permanentes, independente da expansão institucional do ensino superior que caracterizou os anos iniciais da Primeira República. As bases dessa expansão, estão na manutenção do “ensino livre”, instituído pela reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Em termos formais, o ensino superior no Brasil tem início na primeira metade do XIX, com a instalação de dois cursos médico-cirúrgicos, outros dois jurídicos e a Academia Imperial de Belas Artes. A partir da década de 1850, inicia-se uma diferenciação morfológica, com a abertura de cursos de engenharia civil, por conta da segmentação da Escola Militar do Rio de Janeiro, dando origem à Escola Central (1858), posteriormente Escola Politécnica (1874), e também pela fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (1875). Em grande medida, as modificações estruturais no ensino superior estiveram atreladas à expansão

²⁴² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil, 1883, p. 746.

²⁴³ Em um diálogo entre D. Canuta e seu filho, Antenor, são expostos os custos de frequência aos estabelecimentos particulares que atendiam a formação de filhos da “boa sociedade” do Rio de Janeiro: “- Só gente rica frequenta o internato. Custam caríssimo as mensalidades e o enxoval. Não dispomos de recurso para tanto...” (AFONSO CELSO, 1893, p. 35-36).

²⁴⁴ Até o final do século XIX, esse valor representava cerca de ¼ do rendimento anual dos trabalhadores manuais em geral.

²⁴⁵ Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884.

²⁴⁶ Pedro Nava garante a matrícula e curso gratuito no Colégio Pedro II através do acionamento de contatos familiares (1977, p. 264).

²⁴⁷ RINGER (1979); WEISZ (1983).

das oportunidades sociais, particularmente, a demanda por “profissionais” habilitados. No caso dos engenheiros, tal demanda provinha da “burocracia imperial”, em um contexto de expansão de obras públicas: “examinando contratos de governo, fiscalizando obras públicas, preparando relatórios e pareceres técnicos”²⁴⁸. No quadro geral, algumas colocações eram bem rentáveis, particularmente àquelas que alcançavam cargos de “chefia” e “supervisão” de estradas de ferro, em expansão pós-1870. Nesses casos, vencimentos variavam entre 8:400\$000 e 5:400\$000, para os cargos superiores, entre 3:600\$000 e 4:800\$000 para os assistentes, ficando as maiores retribuições para o cargo de “engenheiro chefe”, com 12:000\$000, equivalente aos rendimentos de ministro do Império. De modo geral, apreensão do conjunto dos lugares disponíveis aos diplomados é bastante incerta, particularmente por sua não formalização, no entanto, pode-se estimar que existem 210 cargos em estradas de ferro, em 1875, considerando as estruturas administrativas que englobam entre nove e dez cargos ditos de “engenheiro”. A absorção destes diplomados, vinha ocorrendo, inclusive, desde os anos 1860, com a criação de “corpos de engenheiros²⁴⁹” em autarquias públicas, como no caso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com 80 postos disponíveis para absorção de engenheiros civis.

No caso das faculdades de medicina, a quase inexistência de serviços de saneamento até princípios do século XX, intensifica as demandas governamentais e a nomeação de “missões médicas”, muitas delas impulsionadas por surtos epidêmicos de cólera e febre amarela, destacando-se aqueles da segunda metade do XIX, ocorridos em Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, Ceará²⁵⁰. A partir do século XIX, a inserção dos médicos na burocracia pública ocorria principalmente através de serviços de “assessoria” e “inspeção” sanitária, cuja prática estava fortemente associada à “medicina política”²⁵¹. Além disso, como atestam leis e decretos legislativos²⁵², os serviços de médicos são exigidos para formalização de procedimentos, como apólices de companhias de seguro, inspeção de fábricas, fornecimento de atestados; ou ainda para a assistência em autarquias civis e militares. Se os esforços em institucionalizar um poder de ingerência do “saber médico” sobre a legislação, ou de criação de uma “polícia médica” com atribuições regulatórias e punitivas, não obtiveram sucesso²⁵³; a organização da Junta de Higiene Pública²⁵⁴, em 1851, contribuiu para a absorção de uma parte dos diplomados em medicina. A apreensão do impacto dessa instituição é limitada,

²⁴⁸ COELHO (1999, p. 197).

²⁴⁹ Decreto nº 2.922, de 10 de maio de 1862. Decreto nº 4.696, de 16 de fevereiro de 1871.

²⁵⁰ SANTOS FILHO (1947, p. 78-79).

²⁵¹ CORADINI (1997, p. 437).

²⁵² Coleção de Leis do Império, 1870.

²⁵³ COELHO (1999, p. 130-133).

²⁵⁴ Decreto nº 828, de 29 de Setembro de 1851.

particularmente porque a legislação faculta a adoção de comissões de higiene pública para os diferentes estados²⁵⁵. No entanto, pode-se considerar o conjunto de cargos potencialmente abertos, cujas lógicas de nomeação em cascata tinham tudo para funcionar segundo o princípio dos “cirurgiões do Partido”²⁵⁶. Tomando um cálculo efetivo para a Capital brasileira, e um aproximado para o conjunto de postos em potencial, o efeito da criação das juntas de saúde pública e das comissões, é bastante significativo para a colocação de diplomados. Na cidade do Rio de Janeiro, as vinte paróquias que circunscreviam a divisão administrativa das comissões de saúde pública, empregaram 96 médicos. A regras formais preveem que sejam adotados critérios populacionais e por zonas para a definição do número que compõe as comissões de saúde pública paroquiais, de tal modo, tomando o número mais elementar que são três membros (um médico efetivo e dois médicos adjuntos), tem-se um total de 3.756²⁵⁷ cargos potenciais à serem ocupados exclusivamente por médicos diplomados no Brasil. O conjunto desses cargos, assemelha-se aos dos promotores públicos, particularmente no que tange ao nível de retribuição, a qual varia entre 1:200\$000 e 1:600\$000²⁵⁸. Como se trata de uma projeção a partir de diretrizes legais que indicam os postos formalmente existentes (ou latentes), não estão incluídos o desenvolvimento da assistência médica (pública e privada), a ocupação de cargos nas Santas Casas, nos Hospícios, nos Lázaros, assim como o exercício da clínica; o que só faz aumentar o conjunto de oportunidades ligadas à posse de um diploma das faculdades de medicina.

Os cursos jurídicos, criados pós independência política do país, estão, desde o início, ancorados na estrutura do estado, para a qual se dirige um volume expressivo dos diplomados. Em grande medida, a pretensão de que tais cursos formassem “homens hábeis para serem [...] sábios magistrados, peritos advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos deputados e senadores”, ou se dediquem aos “lugares diplomáticos e mais empregos do estado”²⁵⁹, torna-se uma “profecia autorrealizável”, tanto que, em 1855, discutiam-se propostas no Senado do Império para bloquear as “inclinações” à carreira política dos magistrados. Paralelamente aos fins atribuídos aos cursos jurídicos, os próprios agentes que dispõem de tais diplomas reivindicam para si “todas as habilidades intelectuais que podem convir à missão do legislador”, assim como um tipo de educação que não faz mais do que incitar-lhes a “paixão

²⁵⁵ Decreto nº 8.387, de 19 de janeiro de 1882.

²⁵⁶ SANTOS FILHO (1991, p. 263).

²⁵⁷ Cálculo realizado com base na divisão administrativa constante no Atlas do Império do Brasil, de 1868, cuja indicação é a existência de 1.252 paróquias (MENDES DE ALMEIDA, 1868).

²⁵⁸ Coleção de Leis do Imperio, 1882, L. 1

²⁵⁹ Luís José de Carvalho e Melo – Visconde de Cachoeira. Projeto de regulamento ou Estatutos dos cursos jurídicos, decreto de 9 de janeiro de 1825.

política²⁶⁰. O processo de constituição dessa vocação, no sentido objetivo e subjetivo do termo, fundamenta as relações de proximidade entre as faculdades de direito e os debates políticos do momento. Os cursos jurídicos estão intimamente ligados à expansão da burocracia estatal, atendendo uma demanda ampla de cargos em progressiva expansão. Somente o período que vai de 1850 a 1889, o aumento de postos na magistratura é de cerca de 150%, passando de um total de 467 para 1153 postos²⁶¹. No entanto, os cargos reservados aos diplomados em direito são ainda maiores, particularmente se tomarmos em conta aqueles em potencial, ou seja, legitimamente existentes de acordo com as regras de atribuição de cargos públicos. Sendo assim, por exemplo, o número efetivo dos lugares na magistratura em 1889, eleva-se em 383, em decorrência da possibilidade de existência de tantos juízes substitutos quantos efetivos²⁶². Igualmente, a previsão de três suplentes por juiz municipal e substituto aumenta de modo exponencial o número de postos disponíveis, alcançando um total de 2091, em fins do Império. Por fim, resta a consideração dos cargos de promotor público, cujo aumento é significativo no período entre a segunda metade do XIX até o fim do Império. Em 1860²⁶³, são 196 os promotores públicos em exercício, para 195 comarcas; avançando longitudinalmente, embora não se disponha do número de promotores em exercício, pode-se projetar sua evolução a partir das comarcas: em 1875, são 366, em 1889, são 435²⁶⁴. Como, para cada uma das comarcas, é possível nomear até dois promotores²⁶⁵, no final do Império existiam 870 cargos de promotoria pública em potencial. Se o universo de postos no estado representa apenas uma das possibilidades de inserção e realização profissional dos diplomados em direito, normalmente visado distintamente de acordo com as possibilidades efetivas de ingresso e chegada à determinados níveis hierárquicos: de promotor à ministro do Tribunal de Justiça, mas também presidente ou membro de um Tribunal de Comércio, ou de uma Relação estadual, dependendo do conjunto de outras conexões que definam sua posição; o mapeamento das possibilidades de absorção dos diplomados coloca em pauta o princípio de concorrência e sua própria existência.

Considerando o conjunto das colocações à disposição dos portadores de diplomas de ensino superior, as chances de absorção de seus titulares, pelo conjunto de cargos formalmente disponíveis, são bastante significativas. Se todos os 5.397 diplomados em direito desde 1833,

²⁶⁰ “[...] creio que sem exagerar se pode dizer que a classe da magistratura oferece todas as habilitações intelectuais que podem convir à missão do legislador”. “A educação dada aos magistrados não pode deixar de excitar neles a paixão política”. (ANS, 1855, L. 2, p. 176-177; 182-183 – Eusébio de Queiroz)

²⁶¹ KOERNER (2010, p. 116).

²⁶² Decreto nº 4.824, de 22 de novembro de 1871.

²⁶³ Relatórios do Ministério da Justiça, 1860, 1875.

²⁶⁴ KOERNER (2010, p. 117).

²⁶⁵ Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Alterada pela Reforma do Judiciário, em 1871, mantém o mesmo número de possibilidades de nomeação de promotores por comarca, alterando o status para um efetivo e um adjunto.

estivessem em atividade em 1889, 54,9% dispunham de alguma colocação na burocracia pública. No caso dos diplomados em medicina, as possibilidades de absorção do contingente de diplomados em fins do Império são quase totais: o avanço dos programas sanitários faz incorporar às comissões 92,8% dos 4046 diplomados. Os engenheiros diplomados pela Escola de Minas e pela Politécnica somam 436 em 1889, levando em conta os 210 postos mapeados, a burocracia absorve 48,1%, o que lhes colocava em uma situação menos confortável e de maior disputa interna, tanto entre escolas, pela validade e reserva de mercado para os diplomas²⁶⁶, quanto com os “engenheiros práticos” estrangeiros, frente aos quais não se obteve sucesso em impor exames de reconhecimento de diplomas para que atuassem no Brasil, fora de comissões governamentais²⁶⁷. Para melhor especificar o nível efetivo de concorrência pelos cargos na burocracia, é necessário operar uma divisão do conjunto de diplomados em direito e medicina, particularmente porque, em geral, os cargos têm jubilação definida após 25 anos de exercício. Realizando uma divisão simples do conjunto de diplomados, o resultado aponta para uma “não concorrência”, ou seja, as garantias de destinos legalmente instituídos para os portadores de diplomas são maiores do que o contingente de diplomados. Em tal perspectiva, a tendência ao exercício de múltiplas funções ganha todo sentido: estão associadas aos modos de conformação de oportunidades, em que o universo de demanda crescente opera em descompasso com a produção de titulados, garantindo tanto a raridade dos diplomas, quanto a segurança de seus portadores.

O conjunto das estimativas relacionadas as possibilidades de inserção “profissional” de diplomados nos cursos superiores implica no reconhecimento da posição das instituições de ensino superior para a estruturação de hierarquias e oportunidades sociais. Os lugares formalmente disponíveis na burocracia do estado, reservados aos portadores de determinados diplomas, traz à tona o sistema de oportunidades sociais ligados ao título escolar, ele mesmo imbricado em um complexo mecanismo de exclusividade social, defasagem e segmentação. Ao que interessa para o presente trabalho, cabe destacar a posição ocupada pelas faculdades de direito e de medicina para a reprodução das chances de inserção social e “profissional”, além de sua posição na composição do espaço das instituições de ensino superior. Como se pode notar (Gráfico 3), o conjunto de matriculados e de diplomados ao longo da segunda metade do XIX até o final do Império, permanece relativamente constante, com um pico de inscrições após a instituição do “ensino livre”, em 1879, sem efeitos significativos para o contingente de diplomas emitidos. Já no período republicano, as matrículas nas faculdades de direito oficiais

²⁶⁶ CARVALHO (2010, p. 41-42).

²⁶⁷ Decreto nº 3.001, de 9 de outubro de 1880.

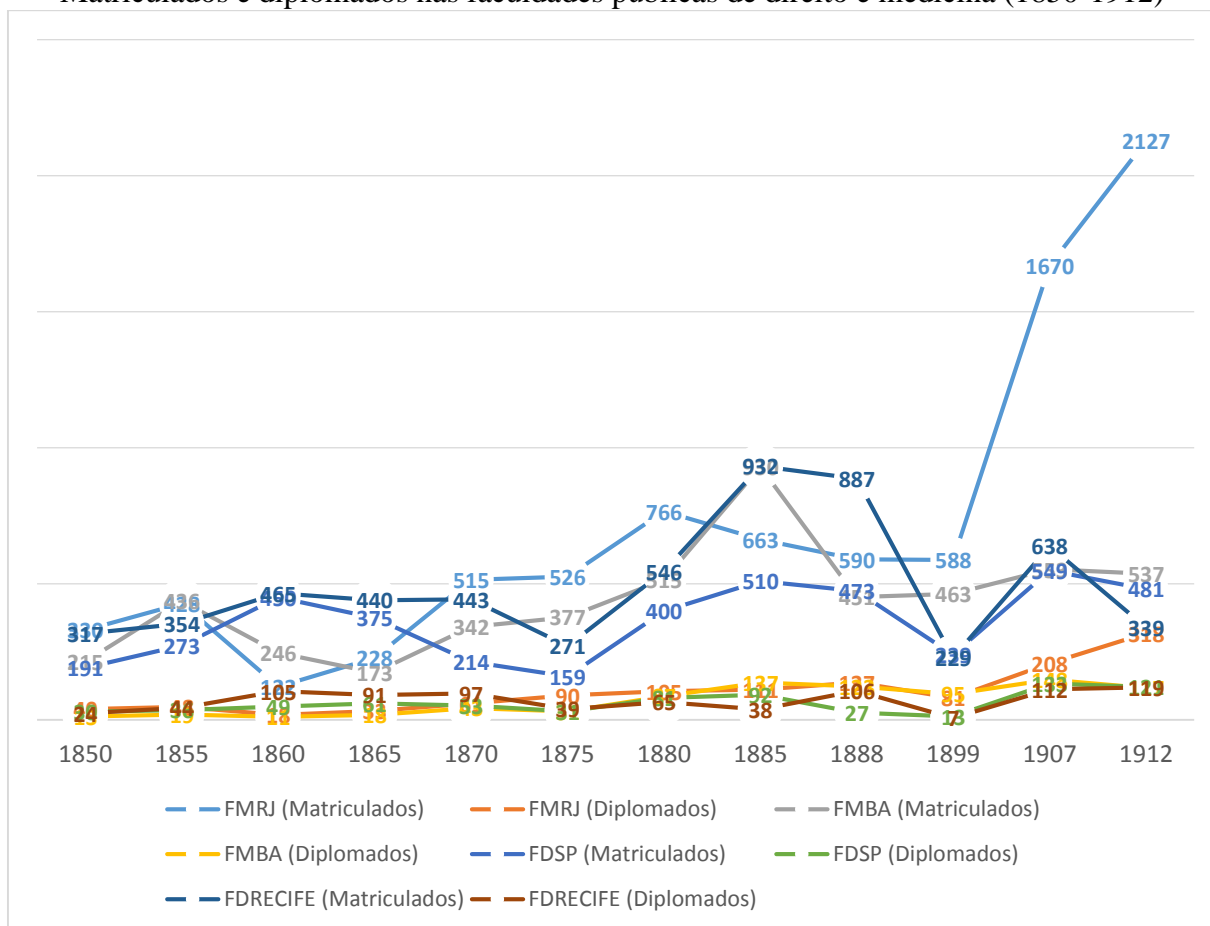
têm um decréscimo acentuado, enquanto as de medicina mantêm-se estáveis, apresentando um crescimento elevado nas décadas iniciais do século XX, particularmente a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que concentra 44,1% das matrículas dos cursos médicos, em 1912. Considerando as datas selecionadas como um indicador de movimento de matrículas e diplomações relativamente regular, cerca de 15% dos alunos matriculados nas faculdades de medicina e de direito do Império obtém diplomas. Comparativamente, no caso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a proporção de formandos entre os matriculados é maior, chegando a 25% do total²⁶⁸.

Uma alternativa para a apreensão da demanda por diplomas de ensino superior é a comparação de médias de diplomados por período durante o Império. Isso permite, também, uma melhor compreensão das estratégias de investimentos em diplomas cujos mercados “profissionais” estão em expansão. A oposição entre os cursos jurídicos e médicos na primeira metade do século XIX, indicam uma maior valorização do primeiro relativamente ao segundo (27,4 diplomados/ano contra 16,1, respectivamente). Considerando o período subsequente, entre 1851 e 1870, a média de diplomas dispensados pelas faculdades de direito por ano mantêm-se significativamente mais elevada do que aqueles emitidos pelas de medicina (56,6 contra 29,8, respectivamente). No entanto, há de se considerar uma divisão interna nesse período, particularmente por conta da Guerra do Paraguai e seu efeito para a queda na demanda pelas faculdades de medicina, cujos contingentes de alunos foram maciçamente convocados para prestação de serviços durante o conflito. De tal modo, se entre 1851 e 1863, diplomam-se uma média anual de 48,7 em direito e 29,6 em medicina, de 1864 a 1870, a média de diplomados por ano nas faculdades de direito se eleva para mais do que o dobro das faculdades de medicina (71,4 contra 30, respectivamente). Se os diplomas de direito dispunham de uma demanda mais significativa durante os períodos anteriores, após 1870 os cursos médicos vão representar o principal destino dos postulantes a títulos superiores. De maneira geral, o movimento em direção às faculdades de medicina está vinculado à percepção prática das condições de oportunidades decorrentes de uma relação entre títulos e “postos” mais defasada do que no caso do direito. Assim, entre 1871 e 1889, os cursos médicos dispensam 63,2 diplomas por ano, enquanto os jurídicos, 56,4. O movimento de redirecionamento de carreiras se acentua na década final do Império, em que a média de diplomados nas faculdades de medicina é de 90,4, contra 67,1 nas faculdades de direito.

²⁶⁸ 1876 (178/64); 1880 (108/74); 1885 (209/39); 1888 (89/47); 1900 (193/40); 1907 (124/21); 1912 (254/28).

Gráfico 4

Matriculados e diplomados nas faculdades públicas de direito e medicina (1850-1912)



Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios do Império; Relatório do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos; Relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912.

Como referido anteriormente, já no período republicano e de modo bastante singular, a demanda pelo exame de ingresso no ensino superior decresce significativamente. Além disso, o período pós 1889 caracteriza-se por um avanço do ensino secundário privado. Novamente as informações disponíveis são limitadas, em vista disso, tomar-se-á o caso da cidade do Rio de Janeiro como exemplar, por dois motivos: 1) a disponibilidade de dados; 2) como Capital, representa o ponto mais elevado do desenvolvimento do sistema de ensino no período. Na Primeira República, avançam significativamente as políticas de segmentação do ensino secundário, em grande parte, destinadas à realização do ideal da “educação secundária” como “indispensável para qualquer indivíduo poder ter entrada nas classes médias da sociedade”,

enquanto a “instrução superior [tem] por fim o exercício das mais nobres profissões, o adiantamento do espírito humano e do progresso nacional²⁶⁹”. De modo bastante direto, tal discurso relaciona-se ao ideal do sistema de ensino enquanto realização das vocações inscritas nas diferenças sociais. Por um lado, trata-se de oferecer um ofício às “classes desprovidas de fortuna”, e de promover a regeneração social contra os “vícios” da “ociosidade”; por outro, garantir o princípio de excelência e exclusividade social através diploma de ensino superior, compondo a filosofia social que tende a associar mais educação a maior responsabilidade social. As representações de uma vocação inscrita nas próprias diferenças sociais, tendem a fundamentar os discursos voltados à reforma do sistema de ensino²⁷⁰. Mesmo assim, independente dos projetos políticos e sociais que estiveram na base do questionamento da Monarquia, acionados como princípio de legitimação do novo regime, os efeitos objetivos da escolarização para a diversificação das hierarquias sociais são bastante limitados. As “novas camadas sociais”, as “classes médias”, a “boa classe da República”, cujo princípio de diferenciação se fundamenta em uma estrutura de capitais mais equilibrada e tendente à valorização da educação, representam, em 1920, menos do que 0,5% do conjunto da população com 15 anos ou mais. Comparativamente, vinte anos depois, o conjunto da população com ensino secundário e/ou superior representa menos do que 2% da população, entre aqueles com 15 anos ou mais²⁷¹.

No cenário de forte estratificação social, distinguem-se dois tipos de políticas destinadas ao nível secundário: a primeira pressupõe a liberalização à iniciativa privada como forma de ampliação da oferta; a segunda, destina-se ao suprimento de formações setoriais e especializadas, ou ao “filantropismo” de estado. Por força da Reforma Benjamin Constant²⁷², as instituições de ensino secundário, públicas ou privadas, que dispusessem de reconhecimento oficial, decorrente da “equiparação” dos programas de estudos ao Colégio Pedro II, funcionavam como meio para o ingresso no ensino superior. Desse modo, os ginásios estaduais mantêm a posição de caminhos privilegiados às faculdades existentes, conquistada desde o período Imperial e reforçada pelos processos de seleção social e reformas educacionais anteriores. De modo não muito diferente do quadro institucional do século XIX, o ensino secundário público estadual é composto por 26 instituições, em 1907, contando 3.043 alunos e 353 professores. O mais significativo é que, em 1912, regride o número de instituições públicas

²⁶⁹ Paulino José Soares de Souza II, Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1870.

²⁷⁰ CUNHA (2000).

²⁷¹ Recenseamento Geral do Brasil de 1940. IBGE, 1950.

²⁷² Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890.

estaduais e de alunos, passando para 21 e 2.193, respectivamente. O único crescimento está no quadro de professores, que passa para 364. Mesmo em 1929, a situação permanece relativamente a mesma, com um total de 24 instituições secundárias estaduais, atendendo a 5.301 alunos. A raridade das instituições e sua posição estratégica na estrutura do sistema de ensino, coloca-as como equivalentes daquilo que o Colégio Pedro II representava na reprodução escolar dos grupos dirigentes, em nível local e nacional, durante o Império. Se o ensino público oficial e as escolas particulares “equiparadas”, ou em vias de “equiparação”²⁷³, representam o segmento de formação geral e humanística, preparando ao ingresso nos cursos superiores; a outra via de escolarização secundária comporta as instituições “profissionais”, preparando para o exercício de funções especializadas. Tomando o caso da cidade do Rio de Janeiro como exemplar, é possível mapear de modo mais específico a estrutura das instituições de ensino secundário e sua transformação.

Em 1907, os estabelecimentos públicos secundários somavam 784 alunos, divididos em duas instituições, enquanto os particulares totalizavam 41 instituições, com um total de 4.158 matriculados. Cinco anos depois, as matrículas no ensino particular aumentam de modo significativo, chegando a 8.949, enquanto que, nas escolas públicas o efetivo decresce para 361 inscritos. Tal movimento tende a ocorrer de modo inverso no que se refere ao ensino profissional, no qual há um decréscimo de matrículas em instituições particulares (3.969 em 1907; 1.631 em 1912), e um aumento nas públicas (2.657 em 1907; 3.699 em 1912). Contudo, ao contrário de representar um redirecionamento das estratégias escolares às instituições secundárias regulares, o decréscimo do ensino secundário profissional particular e o crescimento do público decorre, notadamente, do fato de que essas instituições são predominantemente de assistência. No caso do setor público, 70,7% das matrículas em 1912 correspondem às instituições de recolhimento de indivíduos em situação social paupérrima ou de menores abandonados, igualmente, o decréscimo dos inscritos em instituições particulares decorre da retração do “filantropismo” relativamente à manutenção de asilos ou escolas anexas às fábricas. De modo bastante geral, as estruturas segmentares que organizam o ensino correspondem a um discurso que visa embasar “uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população”²⁷⁴.

A ampliação da oferta de ensino superior decorre, principalmente, da transformação morfológica do espaço institucional, produzida pelo insulamento local ligado às transformações

²⁷³ A equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário é possível a partir da reforma de 1901 (Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901).

²⁷⁴ SCHWARCZ (1993, p. 41).

político-administrativas do modelo federativo da Primeira República. De um modo geral, isso vem “coroar a transformação” gradual das elites regionais relativamente “à valorização dos diplomas escolares” como modo de legitimação da dominação²⁷⁵. No período entre 1891 e 1912, foram criadas 44 instituições de ensino superior, nas diferentes unidades da federação, predominando as faculdades de medicina (21), seguidas pelas de direito (15) e engenharia (13). As primeiras iniciativas inspiradas pela manutenção do “ensino livre”, mas, sobretudo, pela possibilidade de emitir diplomas com reconhecimento oficial²⁷⁶, ocorreram com a fundação de cursos jurídicos, logo nos primeiros anos do regime republicano. No período em pauta, a estrutura do espaço social composto pelas instituições de ensino superior, permanece centralizada em torno das seis faculdades controladas pelo governo central, cujo modelo serve de parâmetro às “faculdades livres” que pretendem a “equiparação”. No entorno, surgem um conjunto de instituições de ensino superior cujas condições de sobrevivência estiveram diretamente atreladas às múltiplas formas de inserção social e política do grupo fundador, principalmente pela combinação de lógicas de ação baseadas na sobreposição entre iniciativas particulares e benesses do Estado²⁷⁷. Até 1900, haviam sido criadas 10 instituições de ensino superior, das quais 6 dispunham de reconhecimento oficial. Contudo, independente do aumento institucional, predominam as matrículas nas escolas superiores públicas, com 2035 alunos contra 860 nas “faculdades livres”²⁷⁸. Das 50 faculdades existentes em 1912, 39 são associações particulares, e outras 5 estaduais, todas consideradas, somam 8.879 matrículas, 43% nas faculdades administradas pelo governo central, 49,6%, nas particulares, e 7,4% nas estaduais.

3.2.1 Diversificação do sistema de ensino e carreiras no magistério

As reformas impõem, sistematicamente, um conjunto de constrangimentos formais, cujos efeitos são sentidos de modo mais direto após a instauração do regime republicano, particularmente pela modificação estrutural da oferta de ensino superior. A fundação de instituições periféricas à estrutura formal e a maior independência entre níveis de organização

²⁷⁵ GRIJÓ (2005, p. 106).

²⁷⁶ Com a instituição do “ensino livre”, em 1879, torna-se possível a criação de cursos de ensino superior por iniciativa de particulares, mas o reconhecimento só era possível após sete anos de funcionamento consecutivo (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Art. 21)

²⁷⁷ ENGELMANN (2004); GRIJÓ (2005); DEVICENZI (2012).

²⁷⁸ Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1900.

política implica nas primeiras condições de diversificação das carreiras de professor de ensino superior. De modo geral, ao longo do período imperial, há uma valorização progressiva dos cargos no magistério, tanto nos níveis mais elementares, quanto nas faculdades. Isso decorre, particularmente, pelo aumento das retribuições, das reformas nas carreiras e da possibilidade de obtenção de posições relativamente estáveis. No entanto, contrariamente as regras formais, a estrutura de oportunidades disponível aos titulares de diplomas de ensino superior é bastante ampla, o que implica o exercício de múltiplas funções, variáveis de acordo com o ponto da trajetória, como se verá adiante. Assim, torna-se digno de nota a inscrição de três candidatos para uma vaga na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1881²⁷⁹. Independente do aumento da concorrência e da formalização de incompatibilidades entre o exercício do magistério público, cargos eletivos ou outras ocupações no funcionalismo, via de regra, a legislação atinge os níveis mais baixos da carreira, ou incide sobre aqueles que não dispõem de *pistolões* que permitam a queima de etapas ou as exceções. Além disso, ao contrário de outros contextos nacionais²⁸⁰, não há uma continuidade entre as carreiras de professor de ensino superior e secundário, muito antes um afastamento, no período em pauta. Nesse quadro, as condições de ingresso são variadas e ocorrem por níveis de inserção e possibilidades, dependendo de recursos formais (títulos escolares ou “habilitações”) e de relações de reciprocidade.

No caso do magistério primário público, e mesmo secundário, as lógicas clientelares são mais diretas, inclusive menos, veladas. Tendo em vista a estrutura de nomeações, os cargos funcionavam como sinecuras destinadas à premiação de aliados políticos em nível local, mantendo sempre uma certa reserva de manobra. Organizam-se duas lógicas de acesso ao ensino primário e secundário, a primeira, refere-se à obtenção de autorização para ensino particular, diretamente dependente dos cargos de inspetorias e, particularmente, dos delegados distritais, autorizados a dispensar os interessados das formalidades e habilitações²⁸¹. Relativamente aos cargos no magistério público, a instalação de inspetorias, as quais comportam os cargos de “chefia” em diversos níveis, e a criação de “conselho de notáveis”, composto por cidadãos distintos por sua “ilustração e condição social”. Inscritos em diferentes etapas da estrutura hierárquica de controle dos cargos públicos, há uma divisão do trabalho de nomeações, como a educação primária fica ao encargo dos estados, o governo nomeia os primeiros escalões das inspetorias, assim como o diretor geral, enquanto esse último nomeia os

²⁷⁹ Gazeta Médica da Bahia, Julho, 1881.

²⁸⁰ CHARLE (1994); KARADY (1973; 1983).

²⁸¹ Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854.

inspetores paroquiais. Como os distintos níveis de inspetorias são responsáveis pela legitimação da condição de professor primário – e também pelo reconhecimento da atuação de particulares –, em uma espécie de processo em cascata, uma espécie de lógica de cumplicidade é reforçada pelos controles hierárquicos, cuja condição para ultrapassá-los depende do acesso aos poderes públicos em níveis mais elevados²⁸². Em geral, há sempre uma defasagem entre os cargos formalmente criados para o sistema de ensino (professores) e os lugares providos, o que indica uma reserva de vagas para manobras de favores. No Rio Grande do Sul, em 1855, por exemplo, existem 120 escolas, das quais 24 estão vagas e 21 preenchidas interinamente; em 1887, são 399 escolas, 199 vagas; em 1888, são 619, 242 vagas²⁸³. O mesmo ocorre em São Paulo, em 1852, existem 24 aulas avulsas de francês e latim para o secundário, 10 estão vagas; das escolas primárias, são 169, 22 vagas; em 1862, existem 23 cadeiras de latim, nove vagas; em 1869, o primário tem 277 escolas, 23 vagas; em 1878, são 667 escolas, 185 vagas²⁸⁴. Não raro, modificações no governo causavam oposições quanto a manutenção de cargos no magistério público ou da subvenção à particulares. Em 1885, Henrique Pereira de Lucena, então presidente do Rio Grande Do Sul, suspende 17 escolas, pela inexistência de comprovações de frequência ou mesmo, pela emissão de “atestados [...] por inspetores escolares ou por quem os substituem sem o devido conhecimento de que certificam”.

Diogo de Mendonça Pinto, inspetor geral de instrução em São Paulo, destaca a ingerência constante das disputas partidárias na definição dos cargos, nos exames de habilitações, nas autorizações para funcionamento de escolas. Via de regra, os cargos no magistério primário e secundário criados, tinham seus professores designados pelo governo, quando se tratava do segundo, vez ou outra, se indicava a posterior de realização de “concurso” como forma de transformação do professor interino em efetivo, visando a “legitimação” do cargo e da estrutura de nomeações. Criam-se “cadeiras para certos e determinados indivíduos”, elaboram-se “concursos ou exames singulares, e infalíveis aprovações”, improvisa-se o “número legal de alunos matriculados e solicitam do governo a criação provisória de cadeiras”, as quais tornar-se-ão efetivas por decreto²⁸⁵. Na lógica que preside as nomeações, busca-se “não adquirir por inimigos os protetores dos postulantes ao magistério²⁸⁶”, enredados em “exigências políticas” e relações de patronagem constituídas entre os conselhos municipais de instrução e

²⁸² MOACYR (1939, p. 472-473).

²⁸³ MOACYR (1939, 445 e 499 e 504).

²⁸⁴ MOACYR (1939, p. 332; 342; 385).

²⁸⁵ João Teodoro Xavier de Matos, presidente de São Paulo, 1873 *apud* MOACYR (1939, p. 364-365)

²⁸⁶ Diogo de Mendonça Pinto, 1872 *apud* MOACYR (1939, p. 366).

outros níveis de administração²⁸⁷. Se no caso do magistério primário público, a sobreposição entre faccionismo político e a distribuição de cargos são mais diretas, no secundário isso ocorre de modo menos explícito, principalmente pelo reduzido número de instituições de ensino secundário ao longo do período. Igualmente as nomeações ocorrem em cascata, e o Colégio Pedro II, instituição “modelo”, serve como sinecura para escritores e políticos. Além disso, o cargo de direção, nessa instituição garante, também, um controle sobre a estrutura administrativa do ensino, particularmente pela inserção compulsória no Conselho Diretor de Instrução Pública. Por ocupar uma posição estratégica entre o ensino primário e o superior, com ingerência sobre o controle dos exames para ingresso nesse último, confluem para o ensino secundário um conjunto de interesses ligados às escolas particulares. Nesse sentido, ganha destaque, na *Gazeta Médica da Bahia*, a limitação das possibilidades de organização dos “exames preparatórios” de acordo com a legislação vigente. O impedimento de que as bancas sejam compostas por professores particulares ou “empregados públicos”, torna quase impossível “reunir pessoal idôneo para os cargos de examinadores”. O problema está, particularmente, na exigência de que esses cargos de examinador sejam ocupados por professores públicos do secundário, no entanto, “quase todos” acumulam suas funções com o “magistério particular”²⁸⁸. O primeiro indicativo disso é relação oportunidades/condições formais de ocupação dos postos, o segundo é a oposição entre a regra formal e as carreiras no ensino secundário. Ou seja, independente da legislação vigente²⁸⁹ vedar a atuação de professores públicos secundários no ensino particular, tal prática faz parte da normalidade que estrutura a acumulação de cargos em diversas dimensões de atuação.

Quadro 3

Evolução dos vencimentos dos cargos no sistema de ensino público (1850 – 1900)

	Cargos de Direção, administrativos e de Inspeção	Professores primários	Professores secundários	Professores de ensino superior
1854	Diretor do Colégio Pedro II – 4:000\$000 (Internato); 3:000\$000 (Externato)	Professores(as) (Estados) – 400\$000 a 600\$000	Professor(a) do Colégio Pedro II – 1:400\$000 a 1:600\$000	Catedrático de clínica (Faculdades de Medicina) – 3:800\$000

²⁸⁷ Pedro Vicente de Azevedo, presidente de São Paulo, 1889 *apud* MOACYR (1939, p. 435-437).

²⁸⁸ *Gazeta Médica da Bahia*, Agosto, 1885, p. 53.

²⁸⁹ Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879.

		Professores(as) (Capital) – 1:000\$000 a 1:400:000	Adjuntos – 240\$000 a 360\$000	Catedrático – 3:200\$000
	Secretário de Faculdade – 1:400\$000		Professores(as) (Estados) – 600\$000 a 800\$000	Substituto – 2:400\$000 Preparador (Faculdades de Medicina) – 1:400\$000
1879	Inspetor geral – 5:000\$000 Inspetores distritais - 3:600\$000 Delegado de instrução – 2:400\$000 Diretor de Faculdade – 6:000\$000 Diretor de Escola Normal – 3:000\$000 Secretário de faculdade – 2:300\$000 Secretário de Escola Normal – 2:000\$000	Professores(as) vitalícios – 1:200\$000 a 1:450\$000 Professores(as) interinos – 900\$000	Cursos anexos às faculdades – 2:400\$000 Catedrático da Escola Normal – 4:000\$000 Professor(a) da Escola Normal – 3:600\$000 Substituto da Escola Normal - 2:400\$000	Catedrático de clínica (Faculdade de Medicina) – 5:400\$000 Catedrático – 4:800\$000 Substituto – 3:000\$000 Opositor / Preparador – 2:400\$000 Interno de clínica (Faculdade de Medicina) – 480\$000 Ajudante de Preparador (Faculdade de Medicina) – 480\$000
1891	Inspetor geral – 10:800\$000 Inspetor escolar – 5:000\$000 Diretor de Faculdade – 7:200\$000	Professores(as) (Capital) – 4:000\$000 a 3:000\$000 Adjunto – 1:400\$000 Professor(a) normalista (Estados) – 1:800\$000 a 1:200\$000	Catedrático do Colégio Pedro II – 6:000\$000 Professor do Colégio Pedro II – 3:600\$000 Catedráticos dos Ginásios dos Estados – 3:600\$000	Catedrático diretor de laboratório (Faculdades de Medicina) – 7:200\$000 Catedráticos – 6:000\$000

Secretário de Faculdade – 4:800\$000	Professor(a) não-normalista (Estados) – 1:300\$000 a 1:000\$000	Professores dos Ginásios dos Estados – 2:400\$000	Substitutos / Preparadores – 4:200\$000
Diretor do Colégio Pedro II – 6:000\$000			Chefe de trabalhos anatômicos (Faculdades de Medicina) – 4:800\$000
			Assistente de clínica (Faculdades de Medicina) – 2:400\$000

Fonte: Decreto n.º 1.386, de 28 de abril de 1854. Decreto n.º 1.387, de 28 de abril de 1854. Decreto n.º 3.464, de 29 de abril de 1865. Decreto n.º 7.247, de 17 de abril de 1879. Decreto n.º 9.311, de 25 de outubro de 1884. Decreto n.º 1232-H, de 2 de janeiro de 1891. Decreto n.º 1.270, de 10 de janeiro de 1891.

O relativo aumento na concorrência pelos cargos de professor de ensino superior, é correlato à valorização das carreiras (Quadro 3), e, também, a sua maior segmentação e formalização. As reformas e estatutos que regem as faculdades, definem os constrangimentos formais que pesam sobre as possibilidades de ingresso no quadro professoral, os quais conformam apenas uma das dimensões dos critérios de escolha. De modo geral, os concursos se davam para os níveis mais baixos das carreiras (substitutos), cujas chances de progressão ligavam-se à continuidade do exercício da função e a abertura da vaga na cátedra visada. Entremeios, as chances de sucesso dependem de níveis distintos de inserção, passando pelas relações constituídas no interior da instituição ou em outros espaços sociais, passando pelo Ministro dos Negócios do Império e chegando a aprovação da indicação pelo Imperador. Nos diferentes níveis de intermediação, as regras formais se mantinham inquestionáveis em períodos de estabilidade interna às Congregações das faculdades, ou eram questionadas na medida em que rupturas produziam resultados inesperados. Além disso, a ampliação das instituições de ensino superior ocasiona uma transformação morfológica no interior do espaço, ampliando o conjunto de professores em concorrência pela definição dos cargos e das competências necessárias para ocupá-los. Não raro, memórias históricas das faculdades de

medicina de 1859 e 1860²⁹⁰, destacam a vacância de lugares para os cargos de substitutos e opositores, assim como a inexistência de candidatos para a ocupação das posições de interno de clínica. No mesmo lastro, memórias históricas das faculdades de direito de 1865, reclamam a contínua ausência de professores por conta do exercício de “cargos políticos e administrativos”²⁹¹. Isso ocorre, principalmente porque, a formalização das carreiras e incompatibilidades, referem-se unicamente aos cargos de entrada, não cumulativos com funções eleitorais ou outros cargos públicos, enquanto às posições de catedrático permanecem livres de tais constrangimentos. Isso se modifica com o advento da República, quando as incompatibilidades formais são estendidas para todos os níveis de carreira, indicando uma possibilidade de diferenciação entre carreiras no magistério superior e outras carreiras político-administrativas, notadamente.

Não existem referências diretas sobre as transformações morfológicas do corpo professoral das instituições de ensino superior no Império, e as estatísticas oficiais datam do final da Primeira República²⁹². Mesmo assim, pode-se projetar os efeitos das reformas para a ampliação da categoria de professor de ensino superior. Na década de 1850, as quatro faculdades existentes (excluída a Academia Imperial de Belas-Artes), possuíam 60 professores catedráticos²⁹³; as reformas dos anos 1870 e a fundação da Escola Politécnica²⁹⁴ e da Escola de Minas²⁹⁵, aumentam esse número para 121. Com a instauração do regime republicano, opera-se uma intervenção direta do governo instituído no funcionamento das instituições de ensino primário, secundário e superior. Por decreto, são feitas 119 nomeações para faculdades de medicina, direito e engenharia, gerando “objeções e protestos quanto a legalidade e conveniência” de tal ato²⁹⁶. As reformas operadas pelo regime republicano, aumentam o quadro de professores de ensino superior para 148, em 1891. Com a fundação de “faculdades livres” e instituições de ensino superior administradas pelos estados, há uma elevação significativa do contingente. Em 1907, são 688 professores, dos quais 256 são federais, 112 estaduais e 320 de instituições particulares. No ano de 1912, o corpo professoral chega a um total de 1.040, com 366 em instituições controladas pela união, 94 em estaduais e 580 em particulares.

²⁹⁰ Memórias Históricas das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1859-1860.

²⁹¹ Memórias Históricas das Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo. Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1865.

²⁹² Anuário Estatístico do Brasil – 1907-1912. DGE, 1927.

²⁹³ Não estão sendo considerados substitutos, opositores, preparadores e demais cargos nas instituições de ensino superior.

²⁹⁴ Decreto nº 5.600, de 25 de abril de 1874.

²⁹⁵ Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875.

²⁹⁶ Relatório do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891, p. 30-31. Através do decreto nº 313, de 16 de maio de 1891, são sancionadas as nomeações.

De modo geral, tanto as Faculdades de Medicina quanto as Faculdades de Direito, pressupunham uma relação intrínseca entre a atividade de professor e a elaboração e gestão de projetos e mecanismos de regulação social. Além das “cátedras” nas faculdades, muitos deles ocupavam posições de gestão nas burocracias públicas ou no sistema de ensino, exerciam cargos legislativos ou outros cargos públicos, eram proprietários de escritórios, consultórios ou clínicas, dedicavam-se ao jornalismo e à produção cultural. A docência era, portanto, uma entre outras atividades exercidas. Em muitos casos, os professores possuíam também títulos honoríficos ou de nobreza, distribuídos pelo regime imperial como forma de reconhecimento aos serviços prestados, o que significava, normalmente, o exercício de cargos “políticos”. Inclusive, a própria consagração social e profissional estava diretamente relacionada à acumulação de capital de relações sociais e ao exercício de múltiplas atividades, envolvendo, principalmente, uma relação com a cultura geral – literatura, jornalismo, produções memorialísticas ou históricas –, com a militância e a ocupação de cargos “políticos” – ou associativos –, e com o exercício de atividades privadas ou de assessoria²⁹⁷. A ocupação de posições em instituições de consagração social e profissional, como na Academia Imperial de Medicina, no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, no Instituto dos Advogados do Brasil, na Academia Brasileira de Letras, ou no Conselho de Estado do Império, era determinante nos processos de hierarquização e concorrência e no cultivo de redes de aliados. Nesse sentido, o modelo de excelência das carreiras de professor de ensino superior está fundado na extensão das esferas de atuação e de inserção social a vários domínios de atividades. O capital social acumulado nessas relações e sua mescla com outros recursos é determinante para as chances, modalidades e alcance das carreiras, constituindo-se como um recurso a ser acumulado.

Como o sistema de ensino superior representava um universo específico de socialização das frações sociais dominantes, as alianças constituídas e as “ligações familiares estendem-se além dos muros” das faculdades, “integrando gerações, alunos e professores, e estes com famílias importantes e políticos renomados”²⁹⁸. O recrutamento para a ocupação das cadeiras dependia, por um lado, diretamente do acesso ao poder político e, por outro, das relações de reciprocidade estabelecidas entre os professores catedráticos e a administração da instituição, negociações das quais, resultavam a nomeação dos professores substitutos, primeiro nível da carreira²⁹⁹. Portanto, as estruturas de dominação no interior das instituições estavam diretamente associadas as relações externas mantidas pelos professores e diretores e a sua

²⁹⁷ CORADINI (1997a, 1997b); ENGELMANN (2004); GRIJÓ (2005).

²⁹⁸ SIMÕES NETO (2006, p. 178).

²⁹⁹ CUNHA (1983, p. 119-21).

capacidade de mobilizar recursos e alianças. Um dos resultados disso é que, como indicam os trabalhos de memorialistas ou “historiadores oficiais”, as relações de parentesco e de cooptação atravessam a totalidade da história das instituições de ensino superior do Império, e estão presentes em muitas daquelas criadas após a proclamação da República. Partes estruturantes nas chances de ingresso e nas estratégias de realização das carreiras de professor de ensino superior, essas redes definem as condições de mobilização de recursos e os pontos de chegada possíveis nas trajetórias sociais e profissionais³⁰⁰.

3.3 ORIGENS SOCIAIS E CONVERSÕES

No contexto das transformações em curso, e relativamente ao estado dos instrumentos de reprodução disponíveis, é que se definem as estratégias visando manter ou ampliar as posições sociais. Dependentes do capital a ser reproduzido e das condições sociais de sua reprodução, as modalidades de investimentos e as conversões de classe conectam-se, diretamente, aos esquemas classificatórios e aos princípios de hierarquização social vigentes. Nesses termos, é a partir das relações entre origens e expectativas de futuro, aliadas as percepções práticas dos processos de classificação e desclassificação que atingem determinadas carreiras, que se pode apreender os mecanismos de diferenciação social e de dominação. No caso em pauta, interessa saber como se definem as estratégias de reprodução relativamente aos instrumentos disponíveis e as transformações na simbologia de excelência social. As principais oposições que configuram as diferentes modalidades de investimentos com vistas a reprodução ou modificação das posições sociais, se apresentam na relação entre origens sociais, escolarização e as primeiras ocupações que marcam as carreiras. O primeiro eixo diferencia instituições de ensino superior, tipos de diplomas e suas relações com a estreia na carreira profissional. Num polo, situam-se aqueles com diploma de direito, notadamente formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, cujo ingresso na carreira profissional ocorre através do exercício da advocacia ou pela ocupação de cargos no judiciário. No extremo oposto desse eixo, encontram-se aqueles com passagem pelo ensino militar ou politécnico, que iniciaram suas atividades na carreira das armas, cujas posições sociais de origem remetem a categoria dos oficiais militares ou da guarda nacional. Nesse polo, encontram-se, também, aqueles com

³⁰⁰ MAGALHÃES (1932); NOGUEIRA (1908); VAMPRÉ (1924a/b).

ensino secundário e, em menor grau, com ensino primário, relativamente associados aos que iniciam duas atividades profissionais como comerciante, negociante ou banqueiro. Um segundo eixo de estruturação dessas relações estabelece uma clivagem entre os diplomas de medicina e de direito, representados de modo mais significativo pela oposição entre a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito de Recife (PE), definindo uma diferenciação entre os cargos iniciais na carreira de professor de ensino superior, e os cargos no judiciário. Outro eixo de divisão coloca, de um lado, aqueles que começam suas atividades “profissionais” como comerciantes, negociantes e banqueiros, ou como proprietários, opostos aos militares e suas instituições específicas de formação escolar. Em outra dimensão, se estabelece uma oposição entre a Faculdade de Direito de São Paulo, destino escolar daqueles que nasceram no sul e sudeste; e a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Direito de Recife (PE), também regionalmente ancoradas. Associados ao primeiro polo desse eixo, estão aqueles que iniciam suas carreiras “profissionais” através da imprensa, enquanto no outro extremo, situam-se, de modo menos significativo, aqueles que estreiam suas atividades nos cargos iniciais da carreira de professor de ensino superior, ou como proprietários. Por fim, se estrutura uma diferenciação entre os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares, majoritariamente destinados ao exercício de cargos no magistério primário ou secundário, ao trabalho no setor de serviços ou comércio, ou a atuação na imprensa; e os filhos de proprietários que se destinam às atividades no comércio e/ou negócios, normalmente sem passagem por instituições de ensino superior. De modo geral, dois princípios de oposição se constituem nas relações entre origens sociais, investimentos escolares e destinos “profissionais”, um ligado às modalidades de ingresso na vida “profissional”, fortemente atrelado aos diplomas escolares, outro se organiza em torno das condições regionais de possibilidade, e suas relações com as trajetórias e investimentos escolares e “profissionais” (Ilustração 1).

Ilustração 1 Estratégias de reprodução

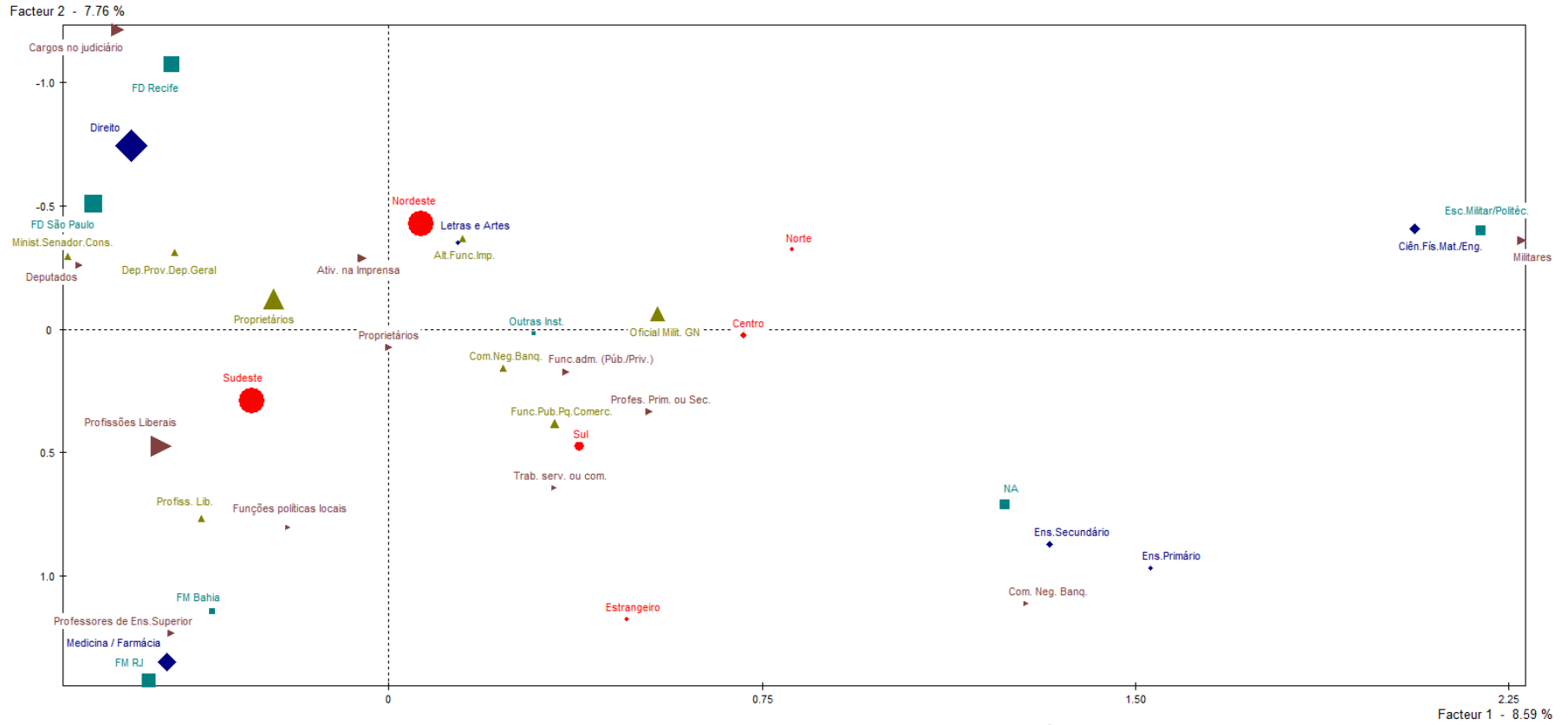


Tabela 3
Variáveis e contribuições

	Contribuições (%)				
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5
Origem geográfica	3,37	5,7	2,24	34,14	8,5
Origem social	4,72	3,31	1,39	4,67	26,35
Primeira ocupação	26,45	20,2	24,71	9,08	39,26
Instituição de ensino superior	33,76	36,03	33,66	47,56	2,38
Curso de ensino superior	31,7	34,77	35	4,55	23,5
Total	100	100	100	100	100

As relações estabelecidas entre origens sociais, sistema de ensino e oportunidades “profissionais” retomam as tendências históricas previamente reconstituídas. Nesse contexto, as chances sociais desigualmente distribuídas estão na base das propensões ao provável, que dependem, por sua vez, das oportunidades objetivas de lucro e do conhecimento prático que permite a leitura dos investimentos possíveis de garantirem melhores rendimentos. Em sentido amplo, as estratégias educacionais acionadas pelos grupos familiares estão na base de um conjunto de deslocamentos possíveis, notadamente em termos de colocação no “mercado de trabalho”. As chances desiguais de acesso ao sistema de ensino, colocam no centro do sistema de reprodução social as posições de origem, a partir das quais se definem as condições de possibilidade. De modo bastante significativo, as categorias de classificação tomadas para fins estatísticos, encobrem uma multiplicidade de lógicas sociais de investimento e setores de atuação que se ligam às trajetórias do conjunto dos grupos familiares, ou mesmo, não raro, aos investimentos múltiplos que caracterizam as carreiras e a posição social do pai. Ou seja, a apreensão completa das lógicas de reprodução social, depende da atenção específica à multiplicidade das atividades que compõem as condições sociais de origem, principalmente porque isso tem efeitos chances nas estratégias de ampliação ou manutenção das posições e na divisão do trabalho de dominação. Em termos gerais, as chances de acesso aos níveis mais elevados do sistema de ensino variam relativamente às posições sociais de origem, sendo para aqueles dos estratos mais baixos mais provável que o teto seja representado pelo ensino

secundário, ou mesmo, pelo curso superior incompleto. Em contraposição, aqueles provenientes das frações sociais ligadas ao exercício de altos cargos na burocracia, à ocupação de cargos eletivos, às profissões liberais e a condição de proprietário, encontram com mais frequência abrigo no ensino superior (Tabela 4).

Tabela 4
Origens sociais e investimentos escolares

		Escolarização					SI
		Superior completo	Superior incompleto	Ensino secundário	Ensino primário		
Altos funcionários do Império	N	25	0	1	1	0	
	%	92,6	-	3,7	3,7	-	
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	N	25	2	2	1	1	
	%	80,6	6,5	6,5	3,2	3,2	
Deputados (todos os níveis)	N	22	2	0	0	0	
	%	91,7	8,3	-	-	-	
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (não oficiais)	N	23	10	7	0	1	
	%	56,1	24,4	17,1	-	2,4	
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	N	22	0	0	0	0	
	%	100	-	-	-	-	
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	N	68	3	6	1	6	
	%	81	3,6	7,1	1,2	7,1	
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	N	28	1	3	0	0	
	%	87,5	3,1	9,4	-	-	
Proprietários	N	120	4	3	2	7	
	%	88,2	2,9	2,2	1,5	5,1	
Sem Informação	N	59	2	4	0	6	
	%	83,1	2,8	5,6	-	8,5	
Total	N	392	24	26	5	21	
	%	83,8	5,1	5,6	1,1	4,5	

As faculdades de direito representam um espaço para onde confluem os investimentos de distintos grupos sociais. Fortemente ancorados no ensino superior, deputados (66,7% contra 49,4% do conjunto do universo), ministros, senadores ou membros do conselho de estado do império (72,7% contra 49,4% do conjunto do universo) e proprietários (55,9% contra 49,4% do conjunto do universo) destinam seus filhos majoritariamente para a obtenção de diplomas de direito. No caso desses últimos, isso indica uma tendência geral de conversão dos descendentes de proprietários às classificações ocupacionais mais legítimas no horizonte dos processos de modernização da segunda metade do XIX, ou seja, trata-se de fornecer uma tintura cultural aos descendentes. As oportunidades “profissionais” derivadas do título escolar e da frequência a determinadas instituições, conectam-se, de modo significativo, aos contextos regionais de formação e inserção, assim como às origens sociais. A passagem pelos cursos jurídicos favorece o ingresso nas atividades de imprensa (12,1% contra 9,8% do conjunto do universo) e nas carreiras políticas eletivas, por meio dos cargos de deputado (7,4% contra 5,1% do conjunto do universo), além de servirem como garantia de acesso aos cargos no judiciário, especificamente destinados aos bacharéis em direito (34,2% contra 17,1% do conjunto do universo). Os contextos regionais e as relações entre bases sociais e instituições de ensino superior fundamentam as associações entre investimentos escolares e destinos “profissionais”. No caso da Faculdade de Direito de São Paulo, há uma associação significativa com as atividades na imprensa (13,4% contra 9,8% do conjunto do universo), a ocupação de cargos no judiciário (26,8% contra 17,1% do conjunto do universo), o acesso a carreira eletiva como deputado (10,2% contra 5,1% do conjunto do universo) e o exercício de profissões liberais (33,9% contra 29,1% do conjunto do universo). A base das condições sociais das possibilidades “profissionais” liga-se aos investimentos familiares nessa instituição, destino preferencial dos filhos de altos funcionários do império (33,3% contra 27,1% do conjunto do universo), de deputados (45,8% contra 27,1% do conjunto do universo), de ministros, senadores ou conselheiros do império (50% contra 27,1% do conjunto do universo), e de proprietários (30,9% contra 27% do conjunto do universo).

Enquanto a passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo configura uma maior diversificação possível de origens e destinos, a Faculdade de Direito de Recife (PE) tem uma relação mais direta entre bases sociais e conversões profissionais, particularmente pela associação significativa entre filhos de proprietários (25% contra 21,4% do conjunto do universo), e a estreia “profissional” através do exercício de cargos no judiciário (45% contra 17,1% do conjunto do universo). De modo geral, isso denota uma relação de conversão de filhos de proprietários em direção às sinecuras do estado, particularmente em um contexto de

transição de eixo econômico em direção à região centro-sul. No outro extremo desse eixo, encontram-se os filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, com forte tendência à reprodução das posições de origem, notadamente pela obtenção de títulos de bacharel em ciências físicas e matemáticas ou de engenharia (21,4% contra 12,4% do conjunto do universo), dispensados pela Escola Militar ou pela Politécnica, e a posterior inserção nas carreiras militares (19% contra 9,8% do conjunto do universo). Embora as indicações mais significativas apontem para uma relação mais direta entre origens sociais e destinos escolares, no caso das frações de oficiais militares ou da guarda nacional, 40,5% tendem a converter seus investimentos em direção aos cursos jurídicos, e outros 22,6% aos cursos médicos.

Entre os que se dedicam inicialmente às atividades na imprensa, predominam os filhos de altos funcionários do Império (22,2% contra 9,8% do conjunto do universo), e de deputados (20,8% contra 9,8% do conjunto do universo), e de profissionais liberais (15,6% contra 9,9% do conjunto do universo). Como se trata de um universo de entrada mais permeável, não necessariamente ligado à posse de diplomas, torna-se atrativo, também, àqueles que tem suas origens entre frações sociais mais baixas, notadamente entre os funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (17,1% contra 9,8% do conjunto do universo). O conjunto dessas clivagens torna-se mais específico ao se tomar o confronto entre as “categorias estatísticas” construídas e a descrição das atividades do pai e, na medida do possível, do conjunto do grupo familiar. Filho de Marcos Antônio Rodrigues de Souza, desembargador, Herculano Marcos Inglês de Souza nasceu no Pará, em 1853, e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1876, ingressando na atividade jornalística através da fundação da Revista Nacional, em 1877, e da atuação junto ao Diário de Santos, em 1878. Mais do que alto funcionário do Império, seus pais eram de “famílias tradicionais”³⁰¹ do Pará, situados na região de Óbidos, onde a família paterna ocupava historicamente os cargos judiciários. Além de juiz na região, o pai de Inglês de Souza foi deputado e presidente da Assembleia Provincial do Pará, transferindo-se, posteriormente, para Santos (SP), onde assumiu como juiz municipal. A passagem pela imprensa marca, também, os investimentos iniciais de José de Melo Carvalho Muniz Freire, nascido no Espírito Santo, em 1861. Filho de Manuel Feliciano Muniz Freire, engenheiro e deputado provincial, seu pai era proprietário do Jornal de Vitória, órgão do Partido Liberal estadual. Pelo lado materno, descendia de uma “poderosa família de Vitória”³⁰². Ingressou na Faculdade de Direito de Recife, e concluiu os estudos em São Paulo, onde atuou como redator-chefe d’O Liberal Acadêmico, jornal ligado

³⁰¹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana, CPDOC / FGV.

³⁰² Ibidem.

ao Partido Liberal. Nessa ocasião, casou-se com Colatina Soares de Azevedo, neta de Joaquim Celestino de Abreu Soares, Barão de Paranapanema, um dos maiores proprietários rurais e produtores de café da região de Campinas (SP).

A obtenção de diploma de bacharel em direito funciona, igualmente, como princípio de legitimação para acessar os cargos no judiciário que, pela própria estrutura de oportunidades, se apresentam numa espécie de reserva de mercado aos titulares desses diplomas, garantindo ganhos regulares e o controle formal sobre instâncias burocráticas e de mediação formal entre o poder central e o local. No entanto, dependendo das condições sociais de origem, o acesso aos cargos judiciários pode assumir uma conotação específica: 1) funciona como uma extensão do poder local ligado ao clã familiar; 2) constitui-se como uma salvaguarda de recursos econômicos e status social. Em termos gerais, há uma associação significativa entre os filhos de altos funcionários do Império (33,3% contra 17,1% do conjunto do universo), e de proprietários (20,6% contra 17,1% do conjunto do universo), e a ocupação desse tipo de cargo no início da carreira. No primeiro caso, a trajetória de Manuel Antônio Murinho, nascido em Mato Grosso, em 1845, é exemplar. Filho de José Antônio Murinho, médico e presidente da província do Mato Grosso durante o Império, o investimento familiar na escolarização dos filhos homens é significativo, todos os sete obtiveram diplomas, incluindo Manuel Murinho, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1869. Após formado, volta para o Mato Grosso, onde assume como juiz municipal e de órfãos em Poconé e, posteriormente, em São Luís de Cáceres. É o mesmo caso de José Cândido de Albuquerque Mello e Mattos, nascido na Bahia, em 1864. Filho do desembargador da Relação de Cuiabá, Carlos Esperidião de Mello Mattos, inicia seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se para Recife (PE), onde se forma em 1887. Após a obtenção do título, foi nomeado promotor em Queluz (MG), onde permaneceu até 1889, conseguindo o deslocamento para a cidade do Rio de Janeiro. Dos filhos de proprietários que passam pelos cargos judiciários no início da carreira, um caso exemplar é o de Antônio Torquato Fortes Junqueira, nascido em Minas Gerais, em 1839, filho de José Frausino Junqueira, sargento-mor e proprietário, descendente de Gabriel Francisco Junqueira – Barão de Alfenas. A família estava instalada na região de Baependi (MG), onde possuía inúmeras fazendas dedicadas ao cultivo de café e a criação de cavalos de raça, além de alguns escravos³⁰³. Antônio Torquato fez seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo o título em 1863, quando retorna a Minas Gerais e assume a promotoria e, posteriormente a judicatura, em Baependi, onde sua família dispunha de forte poder econômico

³⁰³ Inventário do Coronel Antônio Luis de Noronha e Silva. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgAF/antonioluizdenoronhaesilva1855anadolinahonorajunq1857.htm>

e político. Nesse polo, encontra-se também a trajetória de Urbano dos Santos Costa Araújo. Nascido no Maranhão, em 1859, filho do proprietário e coronel da guarda nacional Antônio Brício de Araújo, cuja família possuía forte poder político na região de Guimarães (MA). Tanto Urbano dos Santos quanto seu irmão, homônimo do pai, formaram-se pela Faculdade de Direito do Recife (PE) e ocuparam cargos no judiciário, notadamente a promotoria e judicatura no Maranhão.

Se os filhos de proprietários têm chances significativas de estreia na “vida profissional” através da obtenção de diplomas de direito e ingresso nos cargos judiciários, isso é igualmente válido para o *début* através da ocupação de cargos representativos, notadamente deputados (7,4% contra 5,1% do conjunto do universo), ou do exercício de profissões liberais (33,1% contra 29,1% do conjunto do universo). No primeiro caso, o trajeto de João Luiz de Almeida Nogueira é ilustrativo. Filho de Pedro Ramos Nogueira – Barão de Joatinga, proprietário de terras, dentre as quais, uma ilha em Angra dos Reis e a Fazenda Loanda, em Bananal (SP), edificada por seu pai, o Major José Ramos Nogueira, sargento-mor da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I, Almeida Nogueira estudou no Lyceu Bonaparte, em Paris, e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo o grau de doutor em 1874. Casou-se com Maria Amélia Domingues de Castro, filha de Manuel Jacinto Domingues de Castro – Barão de Paraitinga, chefe do Partido Conservador em São Paulo. No mesmo ano de sua formatura, “já possuía uma cadeira” na Assembleia Legislativa provincial, da qual seu sogro era presidente, alcançando, posteriormente, o cargo de Deputado Geral (1876-77). No daqueles que convertem os investimentos para a advocacia, Antônio Januário Pinto Ferraz representa um caso exemplar. Nascido em São Paulo, em 1851, filho do proprietário e comendador Antônio Pinto Ferraz, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo em 1870, concluindo em 1874. Após formado, passou a advogar ao lado de Martim Francisco Ribeiro de Andrada III e, posteriormente, associou-se a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva II, primo de Martim Francisco, ambos da linhagem dos Andrada; e a Luís Gama, formando, juntos, o “escritório mais afamado de seu tempo”³⁰⁴.

Em contraposição aos agentes com passagem pelas faculdades de direito, encontram-se aqueles cujo pai é oficial militar ou da guarda nacional, com fortes chances de reprodução das posições iniciais. Próximos a esse polo, estão os filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros, particularmente por sua associação significativa com as instituições escolares militares ou a Escola Politécnica (16,1% contra 12,4% do conjunto do universo). A atração

³⁰⁴ Galeria dos Diretores – Faculdade de Direito de São Paulo. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_15.php.

específica da carreira das armas aos filhos de oficiais decorre, principalmente, das “boas entradas” garantidas condição social de origem³⁰⁵, o que garante um certo fluxo mesmo em um contexto de desvalorização. Conecta-se a esse fenômeno histórico, o fato de uma parcela significativa das famílias de oficiais militares ou da guarda nacional redirecionar seus investimentos para outras espécies de diplomas, notadamente, direito e medicina. Ilustrativo dessas relações é o caso de Júlio Anacleto Falcão da Frota, nascido em Santa Catarina, em 1836. Filho de Antônio José Falcão da Frota, oficial da marinha portuguesa que acompanhou D. João VI na ocasião da vinda da corte para o Brasil, Júlio Anacleto, assim como seu irmão Antônio Nicolau, assentou praça e ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro. Obtendo o reconhecimento de cadete, concluiu o curso e atuou na Comissão de Engenheiros Militares do Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai. Caso semelhante é o de Francisco de Paula Alencastro, nascido no Rio Grande do Sul, em 1853. Filho do general José Joaquim de Alencastro, assentou praça em 1868, fez o curso de cavalaria e passou à alferes, em 1875. No caso do investimento em outros tipos de diplomas, notadamente no de direito, é ilustrativa a trajetória de José Leopoldo de Bulhões Jardim, descendente de uma família a várias gerações ligada à carreira das armas. Nascido em 1856, em Goiás, onde sua família detinha o controle da política regional, era filho do major Inácio Soares Bulhões e neto do coronel José de Rodrigues Jardim, presidente da província, senador do Império e chefe do Partido Liberal local. Leopoldo Bulhões formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880, retornando a Goiás, onde assume a redação do Tribuna Livre, órgão do Partido Liberal goiano, elegendando-se, em seguida, deputado geral. Igualmente ilustrativo é o caso de Domingos Olímpio Braga Cavalcanti, nascido no Ceará, em 1851, era filho de Antônio Raymundo de Hollanda Cavalcanti, major da Guarda Nacional, comerciante, vereador, juiz municipal e titular de inúmeros cargos de nomeação do Império. O conjunto das estratégias familiares configura uma divisão do trabalho de dominação, Domingos Olímpio destinou-se ao curso de direito, formando-se na Faculdade de Direito de Recife, retornando ao Ceará onde exerce a promotoria pública, dois de seus irmãos seguiram a carreira das armas, passando pela Escola Militar, e outro dedicou-se a administração dos negócios comerciais da família.

A relação historicamente constituída entre as frações militares e os serviços médicos, abre uma das portas aos descendentes de oficiais, notadamente pelo investimento nas carreiras de professor de ensino superior nas faculdades de medicina (6% contra 5,1% do conjunto do universo), ou, em menor grau, pelo exercício da clínica. Nesse caso, é ilustrativa a trajetória de

³⁰⁵ SEIDL (1999, p. 42).

João Pizarro Gabizo, nascido no Rio de Janeiro, em 1845, descendente de uma família de militares portugueses instalados em Santos (SP). Filho de Antônio José Fernandes Pizarro Gabizo, tenente-coronel e capitão de caçadores em São Paulo, instalando, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde chegou a coronel e integrou a comissão administrativa do Hospital Militar da Guarnição da Corte (RJ), João Pizarro Gabizo formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atuando como cirurgião do exército durante a Guerra do Paraguai e, posteriormente, ingressando na carreira docente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Era primo de João Joaquim Pizarro, também descendente de militares e professor na mesma instituição. É também ilustrativo o caso de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, nascido na Bahia em 1845, filho do capitão e proprietário Joaquim Rodrigues Lima. Fez seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1862, retornando à região de Caetité (BA), onde se dedica ao exercício da medicina. Nesse período, casa-se com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, filha de José Antônio Gomes Neto – Barão de Caetité, juiz, intendente municipal e rico proprietário de terras na região³⁰⁶. Outro caso ilustrativo é o de Tristão de Oliveira Torres, nascido no Rio Grande do Sul, em 1853, descendente de uma família de militares portugueses instalados na região de Viamão (RS). Seu avô paterno, alferes Bernardo da Costa Torres, era donatário de sesmaria, assumida por seu pai, coronel Sezefredo da Costa Torres, comandante superior da Guarda Nacional na comarca do Rio dos Sinos³⁰⁷. Do lado materno, seu avô, capitão Manuel Inácio de Souza Oliveira Salazar, era filho do sargento-mor Custódio de Souza Oliveira Salazar, instalado na região de Osório (RS). Após formar-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1878, retornou ao Rio Grande do Sul, onde exerceu a clínica médica, ingressando, posteriormente, no quadro de professores da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS).

A desvalorização das carreiras médicas no início do XIX, no Brasil, principalmente por sua associação aos “cirurgiões”, implica em um conflito de valorização “profissional” que tem seu marco na transformação das Academias Médico-Cirúrgicas em Faculdades de Medicina, a partir de 1832. Desse modo, os cursos médicos se apresentam como “mais abertos” aos agentes provenientes de categorias que indicam posições sociais mais baixas, tal como a de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (26,8% contra 26,5% do conjunto do universo). De maneira geral, a redução das bases sociais significativamente associadas aos cursos médicos, indica um processo específico de fechamento social, notadamente pela forte correlação entre esses diplomas e as modalidades de ingresso na vida

³⁰⁶ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana, CPDOC / FGV.

³⁰⁷ Relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, 1882, p. 9.

“profissional”. De modo mais específico, as relações significativas se resumem às atividades docentes nos cursos médicos (14,5% contra 5,1% do conjunto do universo), ou ao exercício da clínica (50,8% contra 13,5% do conjunto do universo) e da farmácia (2,4% contra 0,6% do conjunto do universo). Isso favorece, sensivelmente, a relação estabelecida entre filhos de profissionais liberais e o investimento em diplomas médicos (50% contra 26,5% do conjunto do universo), ou seja, há uma tendência acentuada à formação de famílias especializadas na oferta de serviços médicos. Alguns casos são ilustrativos dessas tendências. Um deles é o caso de Domingos José Freire Junior, nascido no Rio de Janeiro, em 1842. Filho de Domingos José Freire, “educador” e diretor do Colégio São Cristóvão (RJ), ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, obtendo o título em 1866, iniciando a carreira na mesma instituição como opositor de ciências assessórias, em 1871. Outro é o de Vicente Clímaco Damásio, nascido na Bahia, em 1838, filho de Francisco Borja Damásio, chefe de seção na Tesouraria da Fazenda da Bahia³⁰⁸, que após se formar na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1859, ingressou como professor do Liceu Provincial da Bahia e da Faculdade de Medicina, em 1862. No caso de Raulino Júlio Adolfo Horn, nascido em Santa Catarina, em 1849, filho do imigrante e boticário alemão Eduardo Amadeus Otto Horn, proprietário de uma botica, o investimento escolar passa pelo deslocamento geográfico e a obtenção do título de farmacêutico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, juntando-se ao pai no exercício da farmácia, em Santa Catarina. O caso de Belisário Augusto Soares de Souza é, também, representativo. Nascido no Rio de Janeiro, em 1862, filho do médico Francisco Manuel Soares de Souza, chefe do Partido Conservador na região de Cabo Frio (RJ), Belisário ingressa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas conclui o curso na Bahia, retornando ao Rio de Janeiro e instalando-se em Niterói, onde inicia no exercício da medicina.

Uma última oposição significativa se desenha pela clivagem entre os filhos de proprietários e os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares, com suas respectivas modalidades de investimento e chances sociais. No caso dos primeiros, há uma tendência significativa à manutenção das posições e a estreia na vida “profissional” através da gestão dos negócios da família (13,2% contra 6,6% do conjunto do universo). No que tange aos segundos, as condições de investimento são mais reduzidas, prevalecendo a atuação a imprensa, o ingresso no professorado primário e/ou secundário (22% contra 4,9% do conjunto do universo), ou os trabalhos no setor de serviços ou comércio (12,2% contra 2,4% do conjunto do universo). Caso exemplar de filhos de proprietários que atuam,

³⁰⁸ Imperiais resoluções do Conselho de Estado, v. 5, 1871, p. 543.

inicialmente, na gestão da herança familiar, é o de Gaspar Vasconcellos de Menezes Drummond Filho, nascido em Pernambuco, em 1845, filho do homônimo, proprietário de muitos escravos e terras no estado, Gaspar Filho obtém o título de bacharel em direito, na Faculdade de Direito de Recife (PE), e retorna ao interior de Pernambuco, onde os negócios de família. Nessa mesma linha, situa-se o caso de Agostinho Vidal Leite de Castro, nascido em Minas Gerais, em 1841. Descendente de uma família extensa³⁰⁹, era filho do “doutor” e proprietário Francisco de Sales de Oliveira e Castro, e neto paterno do Capitão Mateus Alberto de Souza Oliveira e Castro. Sua mãe, Ana Teresa Vidal Leite Ribeiro, era filha de Francisco Leite Ribeiro, Capitão de Ordenanças, fundador de diversas fazendas e proprietário de escravos. Agostinho de Castro formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1866, regressando a Minas Gerais, na região de Monte Verde, onde assume as propriedades da família e vem a exercer a advocacia³¹⁰. No outro extremo desse eixo, situam-se aqueles cujas posições sociais de origem remetem às frações sociais mais baixas, significativamente mais associadas ao ensino superior incompleto e ao ensino secundário. É ilustrativo o caso de Alcindo Guanabara, nascido no Rio de Janeiro, em 1865. Filho de Manuel José da Silva Guanabara e Júlia de Almeida e Silva, ambos professores primários, concluiu os preparatórios e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no entanto, abandonou o curso e passou a trabalhar como porteiro no Jockey Clube do Rio de Janeiro. Igualmente exemplar é o caso de Apeles José Gomes Porto Alegre, nascido no Rio Grande do Sul, em 1850, filho de Antônio José Gomes Porto Alegre, inspetor de alfândega de Rio Grande (RS). Após cursar o secundário no Colégio Gomes, em Porto Alegre (RS), Apeles inicia as atividades como professor de ensino primário e secundário, no entanto, não se trata apenas de um professor, mas de um fundador e proprietário de escola particular, o Colégio Rio-Grandense. No caso de Francisco de Paula Ney, nascido no Ceará, em 1858, a relação entre origens e destinos “profissionais” se especificam na atuação em atividades de imprensa. Filho de Mariano de Melo Nei, alfaiate e “mestre de corte em Fortaleza”, Paula Ney estudou no Liceu Cearense e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no entanto, abandona o curso e dedica-se ao jornalismo.

A multidimensionalidade das classificações e, particularmente, seu efeito para a apreensão das estratégias de reprodução e dos mecanismos que fundamentam as divisões sociais e oportunidades, apontam para uma tendência significativa em direção às hierarquias constituídas a partir das condições sociais de possibilidade. Nesse caso, a passagem por instituições de ensino superior se constitui como um primeiro nível de acesso aos cargos e

³⁰⁹ HORTA (1986).

³¹⁰ Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana, CPDOC / FGV.

posições sociais mais elevados. O máximo proveito dos diplomas escolares associa-se, portanto, ao conjunto de recursos herdados e suas possibilidades de conversão em lucros variados, decorrentes do acesso aos cargos burocráticos disponíveis, ou da reivindicação de uma condição “profissional” tida como mais “moderna”. Assim, não raro, descendentes de proprietários ou de frações sociais historicamente ligadas ao exercício da política e das carreiras das armas passam pelas instituições de ensino superior existentes, na busca de tinturas culturais e de conversão em direção às novas simbologias da excelência importadas.

4 ESPAÇO CULTURAL E PRINCÍPIOS DE HIERARQUIZAÇÃO

O homem que escreve é sempre um ídolo
(João do Rio, 1902, p. 2)

A apreensão do universo que engloba as instituições e agentes legitimamente associados à produção simbólica, depende das condições de se tomar a sério suas relações de aproximação e distanciamento relativamente aos demais universos sociais. A posição ambivalente na qual se situa o intelectual, tomado aqui a partir da definição geral de “produtor de bens simbólicos”, decorre, em grande medida, de uma dupla determinação estrutural. Por um lado, se encontra enredado em um conjunto de disputas cujo motor básico se define através de sua relação com a divisão do trabalho de dominação. Ao mesmo tempo, o intelectual se constitui e legitima com base em sua inserção num universo de produção específico, a partir da qual são acionados os princípios que justificam sua intervenção ou afastamento das lutas sociais em geral. No Brasil de fins do XIX e início do XX, essa posição duplamente determinada, apresenta duas variantes específicas: 1) a diferenciação dos intelectuais relativamente ao “povo” (amorfo e analfabeto), e as “oligarquias” (conservadoras, personalistas e não-ideológicas); 2) a condição do Brasil enquanto um país importador de ideologias e tecnologias de dominação. A partir desse conjunto de determinantes é que se definem as relações objetivas que compõe os discursos sobre si e sobre os outros, ou seja, as enunciações normativas que visam conformar perfis, comportamentos e definir a posição de intelectual. Tendo isso em vista, a atenção recai, ao mesmo tempo, sobre: 1) as propriedades que configuram as relações de proximidade entre diferentes frações sociais; 2) as representações que se produzem relativamente ao exercício de uma atividade intelectual; e 3) o conjunto das práticas e condições de possibilidade que estruturam os modos de realização social e “profissional”.

As condições sociais e institucionais de configuração do conjunto de oposições que marcam as lógicas de engajamento e as estratégias de carreira, dependem da definição histórica e da gênese das categorias que são associadas ao exercício da produção cultural, as quais tendem a funcionar como reivindicações identitárias que subdividem esse universo. As lutas que opõem diferentes frações de produtores simbólicos, associam-se fortemente as transformações morfológicas que atingem esses universos de produção e, ao mesmo tempo, contribuem para

instituí-los. De tal modo, os confrontos éticos e estéticos que marcam os diferentes polos, lógicas de produção e hierarquias, estão na base da constituição e autonomização do campo cultural em geral, e de seus respectivos subcampos. Como “os intelectuais se definem [...], não somente em relação a sua sociedade [...] mas, mais globalmente, pela relação com os elementos mais internacionais de cada cultura ou dos debates políticos”, esses se constituem como agentes ativos nas trocas culturais, o que leva a analisar o empréstimo e a circulação de classificações, formas de associação e atuação derivadas de fenômenos históricos ocorridos em outros contextos nacionais³¹¹. De tal modo, o lugar que os produtores de bens simbólicos ocupam na estrutura social e a posição a partir da qual se definem frente aos outros grupos, estão na base das condições de diferenciação e de objetivação de princípios de excelência e legitimação especificamente “culturais” ou “escolares”, representados pela oposição entre os *lettrés* e os “cientistas” propriamente ditos³¹². Além disso, estas oposições são atravessadas pela definição socialmente dominante de produtor de bens simbólicos, assim como por suas condições de constituição enquanto categoria coletiva, cuja emergência fundamenta o engajamento em nome de uma *expertise* própria, potencializada a partir de fins do século XIX com a definição do “intelectual” como ator político³¹³.

No caso brasileiro, a posição de isolamento na qual se encontram os “homens que escrevem”, sua proximidade com frações socialmente dominantes e a inexistência de um “mercado cultural” que possibilite a diferenciação de carreiras, torna a produção simbólica um “subproduto da sociabilidade das classes dirigentes”³¹⁴. Nesse contexto, a autodefinição de exclusividade e a reivindicação da categoria do “verdadeiro intelectual” como o inimigo das “oligarquias”, não vai emergir no Brasil, ao que tudo indica, antes de 1910³¹⁵. No entanto, independente da utilização e importação da categoria de classificação e sua reivindicação frente a outras frações sociais, não ocorre a exigência de uma legitimidade específica, continuando o universo de produção simbólica a ser atravessado e estruturado pela adesão aos embates políticos dominantes³¹⁶. Um indicativo disso é a recepção do *Affaire Dreyfus*, cujos efeitos são extensivos para a configuração dos universos e estratégias de frações intelectuais em vários países da Europa³¹⁷. Em 1895, Rui Barbosa, auto exilado na Inglaterra e correspondente do *Jornal do Comércio* (RJ), comentando o caso *Dreyfus*, não faz mais do que destacar os aspectos

³¹¹ CHARLE (2001, p. 21-28).

³¹² *Ibidem*, p. 144.

³¹³ CHARLE (1990).

³¹⁴ CANDIDO (2000a, p. 73).

³¹⁵ ROMERO (1910, p. 382-404).

³¹⁶ PÉCAUT (1990), SIGAL (1996).

³¹⁷ CHARLE (2001); ATTAL (2009).

jurídicos-formais do processo em curso na França, enfatizando, em especial, o papel do “direito civil” enquanto forma de salvaguardar o indivíduo contra os impulsos do “sentimento público” e do julgamento militar³¹⁸. Obviamente, tratava-se de uma crítica indireta a sua própria situação de “auto exilado político”, por conta dos desentendimentos com Floriano Peixoto³¹⁹. A apreensão mediada pela situação política da Primeira República brasileira, está presente, também, nos comentários de José Veríssimo (1902), cujo destaque é dado exclusivamente às características individuais do autor do manifesto *J'accuse*³²⁰, sua posição de liderança e a possibilidade de criticar livremente os desmandos da política. No entanto, na avaliação de Olavo Bilac (1898), ao colocar-se como crítico, Zola esquece-se do senso de responsabilidade, assumindo uma postura intransigente, de quem “exige”, e não de quem “aconselha”, própria dos “homens de letras”³²¹.

Em grande medida, os produtores de bens simbólicos, no Brasil, são definidos pela condição de “alguém que publica”, sendo que os *locus* de publicação e divulgação os mais diversos, normalmente associados, durante o Segundo Reinado, ao jornalismo político e à transcrição de discursos parlamentares e conferências. O romance folhetim também foi um dos meios de divulgação de produções escritas, cujo auge pode ser encontrado entre os anos de 1860 e 1885, embora a prática nunca tenha deixado de funcionar como alternativa de inserção no mercado literário ao longo das décadas seguintes. A atividade editorial, propriamente dita, é extremamente esparsa até meados do século XIX, apresentando uma leve melhora com o passar dos anos, embora não tenha se configurado como uma alternativa efetiva em termos de estratégias de investimentos na “carreira das letras”, ao longo do período. Em fins do XIX, o recrudescimento das disputas e as necessidades de legitimação dos projetos políticos em concorrência ampliam o espaço de atuação dos “homens de letras”, fenômeno potencializado com a expansão do jornalismo mais “comercial”, após a instauração da República. Nesse contexto, as lógicas de classificação tendem a diferenciar os “homens de letras” e “jornalistas”, muito embora tal divisão seja extremamente fluída³²². De tal modo, a apreensão dos agentes que compõe o universo cultural brasileiro da segunda metade do século XIX e início do XX é uma tarefa nada fácil. Isso porque, em geral, a carreira na política e nas letras compunham

³¹⁸ BARBOSA (1896, p. 1-33).

³¹⁹ Rui Barbosa se auto define “oficialmente condecorado com honras militares de traidor à pátria e a república” (BARBOSA, 1896, p. 42).

³²⁰ Manifesto redigido por Émile Zola, publicado no jornal *L'Aurore*, em 13 de janeiro de 1898. Para uma análise do contexto histórico e de seus efeitos para a definição da categoria de intelectual e para a recomposição do campo cultural na França, ver Charle (1990).

³²¹ DIMAS (2006, p. 250-51).

³²² JOÃO DO RIO (1902).

facetadas de uma mesma dimensão de relações sociais, apontando para um espaço no qual tais atividades se entrecruzam de modo constante. Uma evidência disso é que a atividade de produção escrita é um tipo de investimento significativo, considerando que 67,7% dos agentes possuem algum tipo de publicação.

Se a condição de “produtor de bens simbólicos” é relativamente generalizada, aqueles que são reconhecidos como “homens de letras” passam por diversos filtros históricos e sociais, amplamente dependentes dos universos de inserção, das relações estabelecidas com grupos diversos e do acesso às instituições de consagração. Além disso, as estratégias para fazer-se publicar e as condições de acesso aos “editores”, “casas de impressão” e jornais de época compõem um conjunto de relações diferenciais que definem as possibilidades de realização social e profissional. Nesse quesito, a inclusão no panteão de “escritores”, consagrada pela história literária, se bem que muitas vezes *a posteriori*³²³, é um dos indicativos do reconhecimento e das formas de diferenciação e hierarquização entre classes de “homens de letras”. No universo cultural, o caráter mais fluído e efêmero que marca essa posição, sempre sujeita as negociações constantes na definição e imposição das fronteiras, pode ser contraposto aos cargos formais ocupados pelos “professores de ensino superior”, cuja caução social são os títulos escolares e o conjunto de exigências formais que legitimam tal condição. No polo em que se situam os professores das faculdades de Direito e Medicina, caracteriza-se uma diferenciação entre a preparação para o exercício de atividades mais “intelectuais” ou mais “manuais”, o que tem efeitos significativos para o investimento na produção cultural e nas carreiras políticas. Inclusive, tais oposições são encontradas de modo diverso no interior da Faculdade de Medicina, particularmente no que tange aos esforços de distanciamento das “cadeiras” que indicam atividades mais “práticas” e de aproximação daquelas que representam domínios mais “teóricos” ou “profissionais”, tais como as cadeiras de clínica.

4.1 SITUAÇÃO DOS “HOMENS DE LETRAS” E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE BENS SIMBÓLICOS

A partir dos anos de 1870, com o sucesso relativo de algumas das “reformas” introduzidas pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875), criam-se as condições de possibilidade

³²³ CHARLE (2013, capítulo 6).

para a emergência de novas formas de produção e de circulação de impressos. A expansão das comunicações, a introdução dos vapores, do telégrafo, a ampliação das ferrovias, o barateamento dos custos e a redução das taxas de importação de livros e do papel para jornal³²⁴, dera novo alento ao jornalismo, aos livreiros e editores, instalados principalmente na cidade Rio de Janeiro. A atração da Capital é um traço marcante de todo o período em análise. Nela se concentrava o “maior mercado de emprego para os homens de letras”³²⁵, assim como os meios de acesso aos principais “grupos literários”, através dos quais se definiam as possibilidades de carreiras, os contatos com editores e as chances de ingresso em instâncias de consagração. A oposição entre a cidade do Rio de Janeiro e as províncias, particularmente no que tange as chances de carreira e condições de estruturação de universos de produção literária independentes, compõe uma das questões do questionário elaborado por João do Rio³²⁶, sobre o “momento literário”, em 1900. De modo geral, há uma negação da possibilidade de que se constituam centros regionais de produção literária, independentes da influência da Capital. Isso porque, na opinião de Francisco Filinto de Almeida (1857-1945), “a literatura centralizou-se no Rio”, de modo que “os rapazes de talento abandonam a província pela capital”, e quando não o fazem, suas atividades são sempre o reflexo do que acontece lá (in João do Rio, 1902, p. 11).

A própria hierarquização e reconhecimento no universo das “letras” dependia, em grande medida, da passagem pelo Rio de Janeiro. Nesse sentido, as respostas de Cezar Câmara de Lima Campos (1862-1929) e de Manuel Carneiro de Souza Bandeira (1858-1920) ao questionário de João do Rio, são elucidativas acerca dos quesitos de reconhecimento para os “homens de letras”:

Todos os legítimos méritos literários que se revelam nos Estados convergem sempre para aqui. O Rio no Brasil, como Paris na França, e como todas as capitais de todos os países, com exceção da Alemanha, cujo verdadeiro centro intelectual artístico é Monique – é e sempre será a atração das intelectualidades provincianas; daí a superioridade do meio literário do Rio sobre o dos Estados; ele é o núcleo dos méritos mais apurados de todo o Brasil. Ponde de parte, pois, o caso de uma excepcionalidade intelectual tão intensa e tão apuradora de si própria, que em qualquer parte se revele e se mantenha a mesma, todos os méritos literários, por mais legítimos que sejam, se persistirem em se conservar nas províncias, ou nunca se libertarão de uma certa feição incipiente que caracteriza a literatura provinciana, ou, se já estiveram e brilharam em centros superiores, se estiolarão gradualmente até o atrofiamento, o estacionamento completo. (LIMA CAMPOS in JOÃO DO RIO, 1902, p. 28)

³²⁴ HALLEWELL (2012, p. 840-841).

³²⁵ SEVCENKO (1983, p. 93)

³²⁶ Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921).

O Rio de Janeiro é sempre o grande centro para onde converge a vida social, política e cultural do país. Sem a sua consagração, dificilmente se podem formar reputações literárias. Sem a sua animação, dificilmente estas reputações podem produzir os resultados que procura todo homem de letras.” (SOUZA BANDEIRA in JOÃO DO RIO, 1902, p. 88-89)

A definição de uma modalidade de percurso que engloba, ao mesmo tempo, um deslocamento geográfico para os nascidos fora da Capital, e uma inserção duradoura no ambiente de produção literária que se configura nessa cidade, representa a definição específica daquilo que é reconhecido como o “mérito literário”. Trata-se, portanto, de uma determinada “trajetória típica”, a qual implica investimentos, estratégias de ação e a obtenção do reconhecimento a partir do centro. Nesse sentido, a lenta configuração de instâncias de consagração, formais e informais, e a estruturação de uma lógica de reconhecimento relativamente centralizada, implica em uma diferenciação no interior do universo de produtores de bens simbólicos, bastante alargado no período da “propaganda republicana”. Em parte, isso decorre da importação progressiva de repertórios de contestação e de modalidades de mobilização política (conferências, comícios, associativismo, jornalismo político), todos associados, em grande medida, aos embates entre projetos políticos e de sociedade que marcam os anos finais do Império. É o tempo do “reformismo”³²⁷, no qual está em jogo o alargamento das oportunidades relativamente às reivindicações de determinadas frações sociais por mais espaço no jogo político.

Nas disputas e clivagens que compõe o período em pauta, a profusão de produções escritas pode ser dividida em duas grandes vertentes, não necessariamente excludentes. Uma delas é representada pela atuação no “jornalismo político” e produção de obras de cunho doutrinário³²⁸, cuja estratégia de organização de grupos circunscreve os alinhamentos políticos e o ataque ou defesa explícita das instituições monárquicas e do modelo de organização social e econômica do Império. Concomitantemente, ocorre divulgação e instrumentalização dos princípios propagados pela III República Francesa, particularmente através da tradução das obras completas de León Gambeta, pelo Diário da Bahia em 1883, sob a direção de Rui Barbosa. Outra forma de se debruçar sobre a realidade nacional, é refratá-la através da produção

³²⁷ ALONSO (2002, p. 245).

³²⁸ TAVARES BASTOS (1870); ASSIS BRASIL (1881); NABUCO (1883); SALES (1882).

de gêneros literários (poesias, romances, crônicas, contos, sátiras). Assim, o desenvolvimento do romance acompanha a *pari passu* as transformações sociais, econômicas e políticas que marcam o final do Segundo Reinado. Nesse período, ocorre uma transição progressiva do “romance idealista” para o “realista”, cuja produção passa a incluir pesquisas históricas, observações da “realidade”, descrição de perfis e costumes, métodos a partir dos quais se desdobram o “romance psicológico”³²⁹ e o “naturalismo”. As mudanças de foco e de estilo de expressão, engendradas pela reivindicação de rótulos estéticos conduzem, muitas vezes, a rupturas com a moral corrente e ao esquadramento de posições sociais e modos de agir, normalmente tomados a partir de uma representação da estrutura social e do “lugar” que determinados indivíduos/classes “tem no grupo”³³⁰.

Como já destacado anteriormente, entre os contemporâneos, havia uma percepção do papel do engajamento nos embates políticos e ideológicos que agitaram os anos finais da monarquia, marcado pela mobilização em nome de ideais civilizatórios. A principal decorrência dos alinhamentos políticos e da publicização de tomadas de posição, basicamente através do jornalismo e da produção de opúsculos políticos, foi a ampliação das oportunidades de ganhos políticos, particularmente transfigurados em cargos após a instauração da República. Um indicador direto disso é que, entre os que não ocuparam cargos políticos durante o Império, há um investimento significativo em algum tipo de publicação (72,2% contra 67,7% do conjunto do universo). Além disso, as estratégias de legitimação e a posição de mediadores culturais dos “recém-chegados” às posições abertas pelo regime republicano, são significativas, notadamente pela circulação internacional (38,9% contra 29,7% do conjunto do universo) e por sua associação aos investimentos em produção escrita (38,8% contra 29,7% do conjunto do universo). No entanto, se por um lado a ampliação das intervenções baseadas na produção escrita cria um universo relativamente amplo de agentes com investimentos na “cultura”, as divisões em termos de gêneros de escrita³³¹ marcam a oposição entre as elites políticas e as elites intelectuais, instituindo uma diferenciação de legitimidades entre as finalidades e a origem dos produtos culturais. Igualmente, as estratégias de produção de bens simbólicos implicam uma divisão interior do espaço cultural, marcando a oposição entre professores de ensino superior e dos “homens de letras”. O divisor encontra-se, exatamente, no investimento em contribuições jornalísticas, setoriais ou literárias, instituindo um tipo de divisão do trabalho

³²⁹ O principal veículo de difusão do romance psicológico foi a *Revue des Deux Mondes* (PONTON, 1975, p. 67), a qual tinha, no Brasil, o maior número de seus assinantes fora da França (SODRÉ, 2012, p. 296).

³³⁰ CANDIDO (2000b, p. 197).

³³¹ As divisões por gêneros de produção escrita foram baseadas no trabalho de GRILL e REIS (2012).

cultural. Um dos principais motivos disso é a importância do jornalismo político para o processo de afirmação e mobilização em torno dos confrontos ideológicos do período. No período que se estende entre os anos de 1870 e a queda da monarquia, foram fundados 74 jornais de cunho político-ideológico, e “vieram a público mais ou menos cinquenta obras”³³² desse tipo, assim como as associações político-culturais, entre as quais o Apostolado Positivista do Brasil, distribuíram gratuitamente 71 publicações críticas à situação cultural, política e econômica do país. Logo, o período de injunção caracterizado pelos processos de importação de ideias e de instrumentalização de tomadas de posição política, reforçou um mecanismo de sociabilidade através da celebração cultural e do engajamento em torno de causas “civilizatórias”.

No conjunto do universo analisado, as diferentes estratégias de publicação circunscrevem aos próprios princípios de definição das diferentes frações de elites em pauta. Do conjunto daqueles que dispõem de contribuições em jornais, 63,4% são “políticos”, 30,1% “homens de letras” e 6,5% professores de ensino superior, considerando somente aqueles que não ocuparam cargos públicos no Império, as porcentagens são 62,3%, 31,1% e 6,6%, respectivamente. O aumento significativo relaciona-se diretamente ao contexto político-social em pauta, no qual os “recém-chegados” tendem a investir em recursos de legitimação, notadamente a produção escrita e a circulação internacional. As gerações mais jovens, nascidos após 1851, são justamente aquelas que dominam (58,4%) entre os que tem algum tipo de produção escrita, assim como também são os com maior circulação internacional (62,9%), e mais distantes da ocupação de cargos políticos no Império (69,1%). O acúmulo de atributos diferenciais reforça a posição de “vanguarda” assumida pelos grupos que encamparam a contestação das instituições monárquicas, a partir de 1870, assim como os situa em uma posição de mediação entre o presente e o futuro visado. As divisões no interior desse universo amplo de produtores simbólicos, são marcadas também pelo investimento diferencial na produção escrita setorial. Nesse caso, tomando o conjunto da população em análise, há uma predominância dos “políticos” com esse tipo de publicação (45,4%), particularmente em comparação aos professores de ensino superior (33,3%) e os “homens de letras” (21,3%). Entretanto, essa divisão de gêneros de escrita se modifica quando se considera somente aqueles que não ocuparam cargos públicos no Império, colocando os professores de ensino superior, com 42,9%, na dianteira de publicações especializadas, frente aos “políticos” (33,8%) e os “homens de letras” (23,3%). No caso dos primeiros, isso pode ser um indicativo da objetivação de uma condição formal de ingresso na carreira, enquanto para segundos, trata-se geralmente

³³² ALONSO (2002, p. 168).

de ensaios de cunho doutrinário ou de trabalhos “técnicos” com vistas a promoção de projetos “políticos” e de “sociedade”. Em relação aos “homens de letras”, na categoria publicações especializadas, predomina a crítica literária. A principal divisão do trabalho simbólico no interior do espaço cultural corresponde, justamente, ao confronto entre os distintos gêneros de publicação. Os “homens de letras” dominam fortemente as produções propriamente literárias (69,1%), relativamente aos professores de ensino superior (10,6%), diferença que se torna mais acentuada na medida em que se toma aqueles que não ocuparam cargos públicos durante a monarquia, 73,3% e 10,7%, respectivamente. Essas diferenciações compõem o próprio imaginário de época e fazem parte das reivindicações de afirmação social e cultural, de modo que “o literato, no sentido [...] que este qualificativo tem entre nós”, é alguém que publica títulos que remetam ao exercício da escrita em um determinado sentido, notadamente, que investe na escrita de contos, poesias, romances, histórias, etc.³³³. De tal modo, embora o jornal tenha uma função fundamental para a produção literária, particularmente para as condições de se “viver da pena”, isso não prescinde a reivindicação de uma diferença entre a atividade de “jornalista”, “exaustivo e exclusivo” e a “manifestação da arte”, própria aos “homens de letras” e incompatível com outras formas de produção escrita³³⁴.

Se os novos modos de reflexão sobre a “sociedade” e a “política” tem como principal efeito a estruturação de uma concepção de que a “militância política deveria se orientar por critérios intelectuais”³³⁵, tornando a vivência da cultura a expressão de determinados estilos de vida, as diferenciações internas e as condições de reconhecimento como “homens de letras” passam por um conjunto de filtros específicos, cujo ápice é a consagração oficial. Nesse universo, as clivagens e as alianças são fundamentais para o sucesso ou fracasso nos investimentos. O empréstimo das “etiquetas estilísticas” em voga, ou em ascensão, na França, e sua adaptação em função das definições nacionais de “homem de letras”, tendem a produzir variantes híbridas das escolas literárias que configuram as oposições naquele país. Isso ocorre porque as oposições estéticas reivindicadas são transfigurações dos confrontos políticos, instrumentalizadas a partir de clivagens prévias e externas. No caso do “naturalismo”, por exemplo, prevalecem várias expressões e “tiques” da matriz, sem que se constitua, efetivamente, nenhum princípio de distinção estilística com outros gêneros vizinhos³³⁶. O mesmo ocorre com o parnasianismo, que representa, na França, ao lado do simbolismo, um

³³³ ROMERO in JOÃO DO RIO (1902, p. 13).

³³⁴ AFONSO CELSO in JOÃO DO RIO (1902, p. 30).

³³⁵ ADORNO (1988, p. 158).

³³⁶ FARIA (1989)

retorno constante aos ideais da “arte pela arte”³³⁷, no Brasil tende a colar-se muito mais aos “pontos de vista do *establishment*”³³⁸.

Em grande medida, os confrontos entre escolas ou gêneros de escrita são negados por seus protagonistas, prevalecendo, ao contrário, uma estrutura dual, constituída pela oposição entre “dois grupos, um muito pequeno, dos que podem; outro, enorme, dos que não podem”³³⁹. Isso ocorre, porque os conflitos estéticos que engendram as principais oposições e disputas em torno da definição de “escritor”, na França, regulam as clivagens literárias no Brasil³⁴⁰, em uma espécie de efeito de mimetismo conectado à concepção que “os sentimentos modernos tendem a ser os mesmos em todo mundo”³⁴¹. Nesse sentido, se fundamenta a posição de mediação cultural como um mecanismo de segmentação e diferenciação a partir da qual se estrutura a divisão entre os que tem acesso aos estabelecidos e os demais³⁴². De tal modo, os pretensos conflitos de escolas ou as críticas aos adversários são vistas como uma espécie de “recalque”, decorrente de disputas pessoais e do insucesso dos que investem contra os estabelecidos³⁴³. A diferenciação entre “vencedores” e “perdedores”, encontra sua realização na definição dominante de “homem de letras” e, particularmente, em sua imposição como único caminho possível para a consagração e o reconhecimento. A posição duplamente periférica em que se encontram os “escritores” brasileiros, implica em uma função de “mediador” entre o “mundo culto” e a “realidade nacional”³⁴⁴, e entre “todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano” e os processos através dos quais se “decidem os destinos dos povos e das raças”. Nesses termos, toda manifestação artística que se pretende como “um trabalho a parte” só faz sentido para “sonhadores ingênuos”³⁴⁵, tendo em vista que “o movimento estético, em todas as suas modalidades, é função do movimento social”³⁴⁶. É assim que se configura aquilo que Afrânio Coutinho (1963, p. 21) chamou de “grupo oficial” de cada “geração”, ou seja, aquele que “ocupa as posições chaves, os suplementos, os lugares administrativos de onde podem distribuir vantagens e favores”, de onde se definem os critérios de sucesso e as possibilidades de reconhecimento e consagração.

³³⁷ PONTON (1975, p. 66).

³³⁸ CANDIDO (1999, p. 60-63).

³³⁹ COELHO NETO in JOÃO DO RIO (1902, p. 20).

³⁴⁰ “Nós nos regulamos pela França. A França não tem agora lutas de escola, nós também não; a França tem alguns moços extravagantes, nós também; há uma tendência mais forte, a tendência humanitária, nós começamos a fazer livros socialistas” (Olavo Bilac, in João do Rio, 1902, p. 6.)

³⁴¹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE in JOÃO DO RIO (1902, p. 24).

³⁴² PÉCAUT (1990, p. 292).

³⁴³ GUSTAVO SANTIAGO in JOÃO DO RIO (1902, p. 91).

³⁴⁴ ROMERO (1888, p. 4).

³⁴⁵ BILAC in JOÃO DO RIO (1902, p. 6).

³⁴⁶ PEDRO COUTO in JOÃO DO RIO (1902, p. 21).

De modo geral, os mecanismos de seleção e hierarquização relativamente ao universo dos “homens de letras” tendem ao reforço mutuo, favorecendo um processo de diferenciação bastante singular no que tange as condições e modalidades de acesso às sinecuras, instâncias de consagração e espaços de publicação. Colocando de outro modo, isso significa, especificamente, que da estrutura de poder e das relações de reciprocidade, verticalmente engendradas, dependem as possibilidades de realização social e profissional dos agentes em disputa, além da própria existência e reconhecimento enquanto “escritor”. Se sua condição aparece, na conjuntura de fins do XIX, como o resultado de múltiplas conversões através das quais, descendentes de famílias em decadência direcionam seus investimentos para a produção simbólica e para a ocupação de cargos públicos, a relação entre as frações intelectuais e as demais frações sociais, assim como a posição dessas no conjunto dos processos de hierarquização social não podem ser perdidas de vista. As condições de autonomização em diferentes contextos nacionais estão ligadas: i) às transformações morfológicas que condicionam os investimentos na carreira das letras; e ii) as relações de sociabilidade entre frações intelectuais e outras frações de elite. A instauração de um “grupo oficial” delimita as possibilidades de inserção nos círculos que configuram as oportunidades de carreira nas letras, compondo uma forte dependência das relações de reciprocidade e de cumplicidade. No entanto, tal estrutura de dominação só tem condições efetivas de se realizar na medida em que as modificações no “mercado” de produção e distribuição de bens simbólicos permanecem restritas, ou seja, não produzem um contingente significativo de postulantes que se encontram fora do jogo. De tal modo, a limitação das condições de “viver da pena” coloca a quase totalidade das chances de carreira atreladas a mediação, seja em direção ao poder público, seja em direção as instituições de consagração, casas editoriais, ou jornais mais “afamados”. É sintomático, nesse caso, a circulação e produção de bens culturais no período, assim como a lógica de sociabilidade composta pela frequência aos cafés, redações de jornal, livrarias, clubes, salões, etc. No conjunto dessas relações de sociabilidade, os lugares de encontro se definem “muito mais pelo que excluem do que pelo que aglutinam”³⁴⁷.

Considerando as condições de circulação e produção literária no Brasil, os “homens de letras” viam-se atrelados ao exercício de múltiplas funções, cujas principais são o “jornalismo”, o “funcionalismo público” e a “política”³⁴⁸. Luís Edmundo (1878-1961), em sua resposta ao questionário sobre o “momento literário”, afirma que “temos nesta terra duas instituições

³⁴⁷ BOURDIEU (1996, p. 69).

³⁴⁸ SEVCENKO (1983, p. 101); MACHADO NETO (1972, p. 83-84).

fatídicas para os “homens de letras”: uma é a política, a outra é o jornalismo”³⁴⁹. A aproximação constante entre literatura, política e ocupação de cargos públicos decorre de um conjunto de confluências entre distintas frações sociais, para as quais o ambiente de encontro é o sistema escolar, em especial nos seus níveis mais elevados. A passagem pelo ensino superior funcionava, mesmo para aqueles com origens sociais mais baixas, como um canal de inserção em um universo de relações estruturado pela sociabilidade dos bancos escolares, cuja extensão extrapolava os muros das faculdades, se reforçando através dos cafés, clubes, jornais estudantis, livrarias, salões, etc. Entre diferentes frações de elite analisadas, 85,7% das elites políticas frequentaram o ensino superior, sendo que 83,1% concluíram o curso. No caso dos “homens de letras”, as proporções são bastante semelhantes. Ao todo, 83,6% ingressaram no ensino superior, dos quais 64,6% obtiveram diploma. Comparando com as informações apresentadas por Carvalho (2012, p. 78) para os ministros e senadores do Império no período de 1871-1889, 95,46% dos primeiros e 80,77% dos segundos possuíam titulação escolar de ensino superior. Considerando que, entre os ministros desse período, cerca de 56,1% são proprietários rurais ou atuam no comércio (p. 111), a relativa proximidade social entre múltiplos universos de atividades e a raridade dos títulos escolares ficam ainda mais marcadas. Em decorrência da própria situação do sistema de ensino no Brasil, os cursos de direito concentram 49,4% do total daqueles com algum investimento no ensino superior, com outros 26,5% ligados aos cursos de medicina. Além da configuração de um universo restrito por mecanismos de seleção social, as concepções dominantes sobre o exercício das “letras” e da “política” contribuíam fortemente para essa confluência de carreiras. Como destaca Silvio Romero (1851-1914),

No Brasil, mais ainda que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador, e é político. (*apud* SODRÉ, 2011, p. 277)

Em grande medida, os universos de publicação e as condições de investimento no jornalismo ou na “edição” de livros são fortemente dispares. Os limites das possibilidades de se viver dos rendimentos obtidos com o trabalho literário, implicam em investimentos múltiplos, os quais variam a partir da relação entre origens sociais e pontos de chegada visados. Ao menos até os anos de 1920, a publicação de livros se constituía como uma espécie de “fundo

³⁴⁹ EDMUNDO in JOÃO DO RIO (1902, p. 33).

de investimento” com expectativas de retribuição futura, salvo em situações nas quais os autores conseguiam vender os direitos de suas obras aos editores. Até os anos de 1870, “o comércio dos livros” era “artigo de luxo”, particularmente pela baixa circulação das obras literárias, pela dificuldade nas comunicações com a Europa, aonde a quase totalidade delas eram impressas, e pela “raridade de livrarias e gabinetes de leitura”³⁵⁰. Uma das possibilidades de investimento no trabalho literário era a publicação seriada em folhetins, os quais se tornaram o carro chefe dos jornais de época. Ocorre que, as estratégias editoriais privilegiavam traduções de romances de sucesso reconhecido em outros países. Ao que tudo indica, a primeira leva de publicações desse estilo no Brasil, foi feita pelo *Jornal do Comércio*, entre os anos de 1839-1840, em cujos números encontra-se “apenas uma história escrita por um brasileiro”. Com o impulso dado pela publicação de histórias seriadas de sucessos editoriais estrangeiros, tais como Walter Scott, Alexandre Dumas, Eugène Sue, Victor Hugo, Oscar Wilde, a atividade de tradução tornou-se uma alternativa para os “homens de letras”. Na segunda metade do XIX, “um escritor desconhecido poderia receber mais ou menos 70\$000 por mês, pela tradução de folhetins”. Em 1870, Garnier pagava a seus tradutores algo em torno de “250\$000 e 280\$000 por um volume de Júlio Verne, Xavier de Montepin ou Émile Gaboriau”³⁵¹. Tanto os jornais político-partidários, tal como o *Correio Mercantil* (RJ), quanto aqueles autoproclamados “mais comerciais”, como o *Jornal do Comércio* (RJ), investiam em estratégias editoriais de publicação de romances-folhetim. Assim, entre os anos de 1852 e 1853, Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) publica, no *Correio Mercantil*, as histórias seriadas que compõe o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*³⁵². No mesmo jornal, em 1856, aparece a série de folhetins denominada *Cinco Minutos*, de autoria de José de Alencar (1829-1877), cujo ingresso no jornal ocorreu pelas mãos de Francisco Octaviano (1826-1889), que havia assumido a direção do *Correio Mercantil* no lugar de seu sogro, Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto³⁵³ (1800-1885).

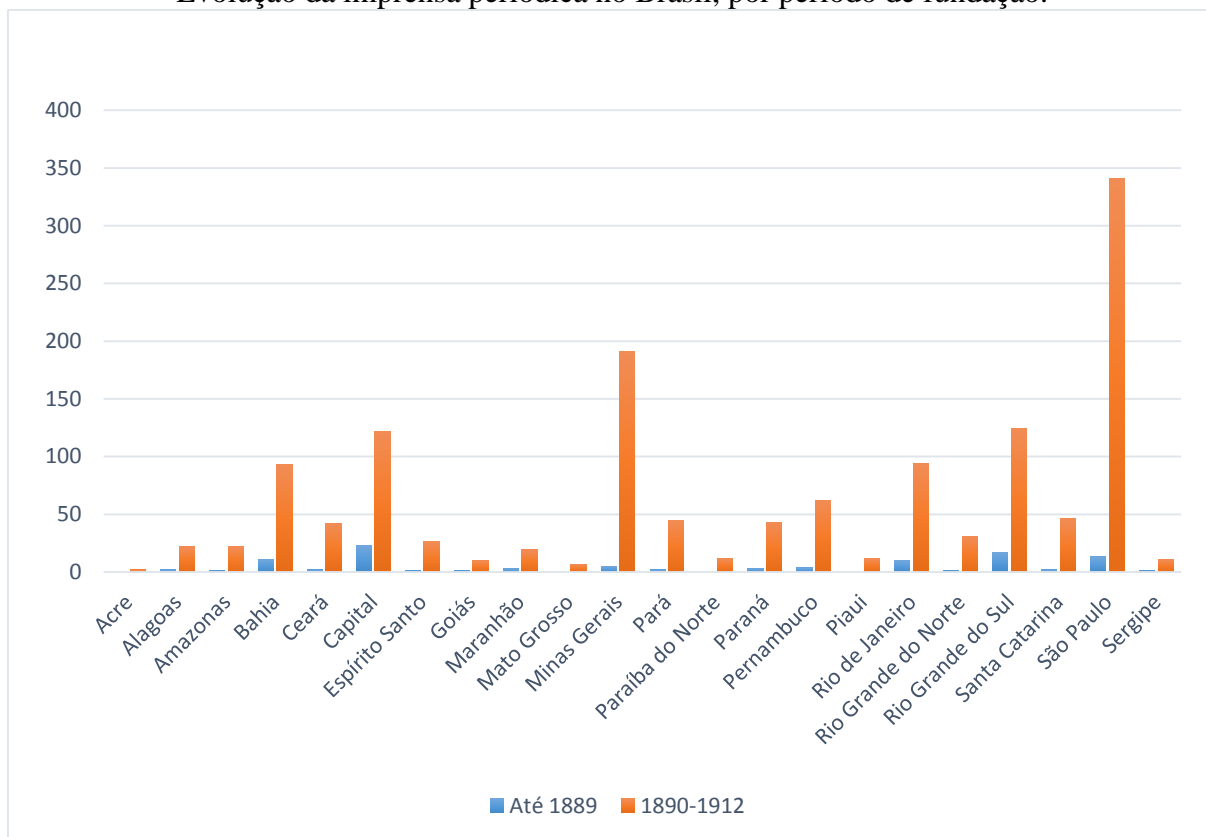
³⁵⁰ ALENCAR (1893 [1873], p. 28).

³⁵¹ HALLEWELL (2012, p. 233-237).

³⁵² Foi o primeiro romance-folhetim brasileiro de destaque para a época (Hallewell, 2012, p. 245)

³⁵³ Filho do desembargador Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto e descendente de uma família de militares, era sobrinho do “grande patriota e benemérito da independência”, marechal Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, após retornar ao Brasil foi deputado geral, magistrado, concessionário de estradas de ferro na Bahia e redator do *Correio Mercantil* (Blake, 1970, p. 131; Cerqueira da Silva, 1835).

Gráfico 5
Evolução da imprensa periódica no Brasil, por período de fundação.



Fonte: Elaborado a partir do Anuário Estatístico do Brasil (1907-1912), V.3, DGE, 1927.

Mesmo com as possibilidades de publicação de romances-folhetins, os limites esbarravam na existência incipiente da imprensa periódica durante o Império, cujas chances de durabilidade dos jornais dependiam das relações com os partidos políticos e/ou com o Estado³⁵⁴. É o caso, por exemplo, do *Jornal do Comércio*, “folha de mais recursos no país”, cuja parcela significativa de seu sucesso se deve as concessões para publicação dos trabalhos da Câmara³⁵⁵. Isso serve igualmente para o *Diário do Rio de Janeiro*, cujo selo estampa a capa dos *Anais do Senado*. José de Alencar será redator-chefe desse jornal, a partir de 1856, no qual vai publicar *O Guarani* e *A Viúvinha*, em folhetins. O progresso técnico das tipografias, juntamente com a diminuição dos problemas com o fornecimento do papel em fins do XIX, favorece o salto na profusão de periódicos (Gráfico 5). Contudo, seus efeitos para o comércio de produtos literários

³⁵⁴ SODRÉ (2011, p. 285).

³⁵⁵ ANS, 1870, L. 1, p. 56.

são escassos. Como indica o Anuário Estatístico do Brasil de 1912³⁵⁶, dos jornais fundados antes de 1889³⁵⁷, 102 ainda existiam, dos quais, aproximadamente $\frac{1}{4}$ se concentrava na cidade do Rio de Janeiro. Comparativamente, há um crescimento significativo, até 1912, chegando-se a um total 1.377 periódicos, ou seja, são criados cerca de 58 por ano após a instauração da República. No entanto, desse volume significativo, somente 149 tem circulação diária, dos quais 23 são publicados na Capital do país, 37 em São Paulo, 21 no Rio Grande do Sul e 10 no Rio de Janeiro. Além disso, do conjunto desses jornais, cerca de 71% não são mais do que pequenos folhetos de até 4 páginas, proporção que descreve tanto a situação nacional, quanto a dos diferentes estados, com exceção apenas para o caso da Capital, aonde essas publicações de até 4 páginas representam 26% do conjunto dos periódicos em circulação. Levando isso em consideração, as possibilidades de obtenção de uma condição estavelmente remunerada por meio de contribuições frequentes aos jornais eram bastante restritas, particularmente ao se levar em conta suas tiragens (Gráfico 6). Em 1912, existe apenas um jornal com tiragem superior a 50.000 exemplares, situado na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, tiragens superiores a 10.000 só são encontradas em periódicos de São Paulo, Minas Gerais e Bahia³⁵⁸. Comparando com o diagnóstico um comentarista em fins do XIX, segundo o qual “os jornais não têm circulação”, e mesmo reunindo todos que são publicados na Capital, “não dão uma tiragem de 50.000 exemplares”, a situação da imprensa não parece se modificado significativamente³⁵⁹. Independente da publicação de folhetins de autores reconhecidos, como no caso de Aluísio de Azevedo (1857-1913), garantir rendimentos mensais de 200\$000³⁶⁰, o ponto ideal de chegada continua a ser o emprego público, “coisa aí como amanuense ou escriturário, com vencimentos certos”³⁶¹.

³⁵⁶ Diretoria Geral de Estatística, 1927.

³⁵⁷ Entre os jornais/periódicos existentes em 1912, 20 foram fundados antes de 1870.

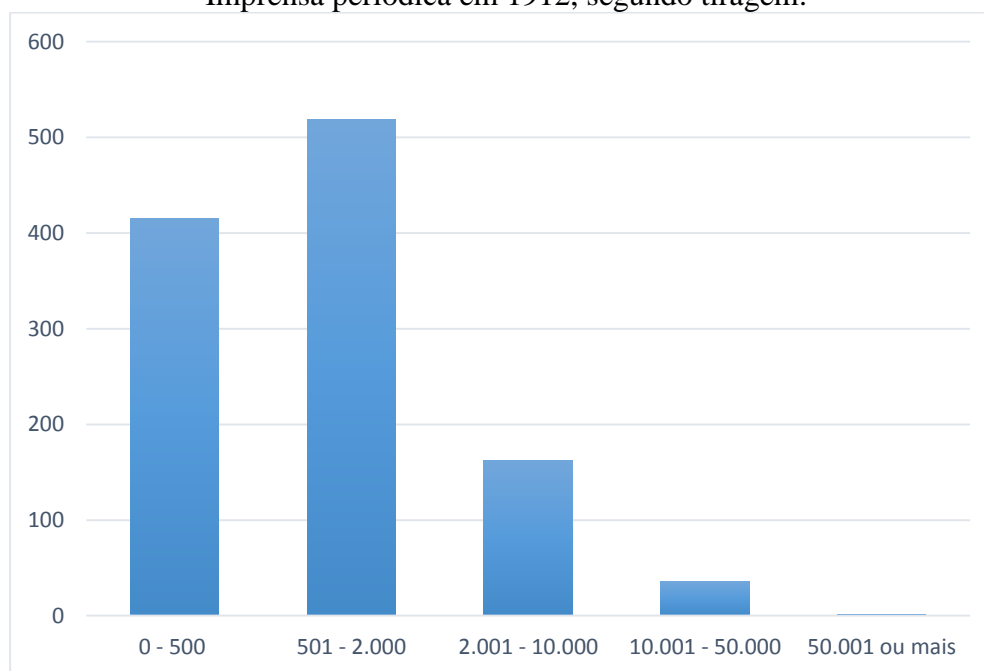
³⁵⁸ Tomando um caso comparativo, La Presse, fundado em 1836 na França, tem uma tiragem de 148.000 exemplares em 1845 (CHARLE, 2004, p. 45).

³⁵⁹ SEVCENCO (1983, p. 89).

³⁶⁰ HALLEWELL (2012, p. 237).

³⁶¹ Aluísio Azevedo *apud* BROCA (1960, p. 19).

Gráfico 6
Imprensa periódica em 1912, segundo tiragem.



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1907-1912), V.3, DGE, 1927

De certo modo, a tiragem da imprensa periódica relativamente aos folhetins servia como um termômetro, configurando a possibilidade de reunião dos textos seriados em um livro. Contudo, isso dependia, ou da existência de editores interessados na publicação de romances destinados ao mercado nacional de obras literárias, ou da disponibilidade financeira dos autores, os quais geralmente arcavam com os custos da publicação. Essa foi, por exemplo, a estratégia adotada por José de Alencar, em 1862, quando editou por sua própria conta o romance *Lucíola*, cuja venda da segunda e terceira edições “ao Sr. Garnier” lhe permitiram pagar “os gastos de impressão”³⁶². No período, as casas editoriais no Brasil eram bastante restritas, além de fortemente concentradas na Capital. Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi, nas palavras de Machado de Assis, “o primeiro editor digno desse nome que houve” no Brasil³⁶³. Mais do que uma empresa editorial, a Sociedade Pentalógica, idealizada por Paula Brito, “reunia todo movimento romântico de 1840-1860”, sendo lugar de encontro de Antônio Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Antônio Gonçalves Teixeira de Souza, Manuel de Araújo Porto Alegre, Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá), José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco),

³⁶² ALENCAR (1893 [1873], p. 51).

³⁶³ *Apud* HALLEWELL (2012, p. 232).

Eusébio de Queiróz, Francisco Octaviano, Joaquim de Saldanha Marinho, entre outros. Iniciando como tipógrafo na Imprensa Nacional, Paula Brito ingressou, posteriormente, no *Jornal do Comércio*, saindo em 1831 para instalar seu próprio negócio. Propagandista da monarquia durante a Regência, publicou o periódico político *O Restaurador*, e entre os anos de 1839-1840, apoiou fortemente a campanha da maioria, o que lhe rendeu a amizade pessoal do Imperador. Apoiado nessas relações, contou com o auxílio oficial para fundar a “Imperial Tipografia Dous de Dezembro”, o que lhe permitiu ostentar o título honorífico de “impressor da casa imperial”, por ter entre seus frequentadores, a família real³⁶⁴. Enquanto editor, a atividade de Paula Brito foi modesta, era muito mais um “protetor das letras” e um “mediador” entre escritores, em busca de colocações em cargos públicos, e a Coroa. Entre 1831 e 1861, período em que atuou no comércio de produtos culturais na cidade do Rio de Janeiro, Paula Brito registrou um total de 372 publicações, das quais 83 na área de medicina, na grande maioria, teses. Do restante de títulos, cerca de 100 eram livros de literatura de autores brasileiros. Um de seus principais investimentos na área editorial foi a publicação de literatura para o público feminino, cujo maior sucesso foi a revista *A Marmota*, que teve Machado de Assis entre seus revisores, circulando periodicamente entre os anos de 1849 e 1864³⁶⁵.

Se Paula Brito foi o primeiro editor reconhecido enquanto tal pelos escritores nacionais, sua atuação foi superada por Baptiste Louis Garnier, que se instalou na Capital com uma filial da *Garnier Frères*, em 1844. As diferenças entre os dois editores eram medidas pela “vastidão das relações” possuídas fora do país³⁶⁶. B. L. Garnier introduziu uma série de inovações na produção de livros, dentre as quais a padronização dos preços e a centralização da impressão, em Paris. A opção comercial pela não utilização dos serviços tipográficos nacionais ocasionou uma série de protestos dos tipógrafos, ocorrendo um tipo de “contestação oficial” da prática adotada pelo “senhor Garnier”³⁶⁷. No entanto, a principal inovação relativamente ao universo de produção literária no Brasil, foi a transferência dos custos de publicação e riscos financeiros do autor para o editor, o que explica, em grande parte, o sucesso editorial da Garnier, além do fato de que pagava regularmente os direitos autorais. Pela publicação de *Helena*, em 1876, Machado de Assis recebeu 600\$000, anos mais tarde, Coelho Neto afirma ter recebido 800\$000 pela venda dos direitos de um de seus livros ao editor³⁶⁸. As práticas comerciais de B. L. Garnier atraem a grande maioria dos autores nacionais, inclusive aqueles já estabelecidos, como José

³⁶⁴ HALLEWELL (2012, p. 172).

³⁶⁵ Ibidem, p. 175-177.

³⁶⁶ Machado de Assis *apud* HALLEWELL (2012, p. 232).

³⁶⁷ HALLEWELL (2012, p. 225-226).

³⁶⁸ Ibidem, p. 239-240.

de Alencar, cujos livros passam a levar o “sinete editorial” da casa, a partir de 1867. Em 1897, já sob a administração de Hippolyte Garnier, Aluísio de Azevedo, vendeu os direitos autorais de um lote de 11 obras por 10:000\$000; entre 1900 e 1906, Machado de Assis vendeu os direitos autorais de todas suas obras, para as quais o menor valor recebido foi 500\$000³⁶⁹.

A confluência de autores à Livraria Garnier, torna-a um ponto de intersecção de redes diversas, a “sublime porta”, “atravessá-la – escrevia João Luso³⁷⁰ - representava já um primeiro êxito, qualquer coisa como transpor de um passo resoluto e heroico o marco da estrada simbólica, para aquém do qual tudo é obscuridade, para além do qual tudo é consagração” (*apud* BROCA, 1960, p. 40). Ali passaram Elísio de Carvalho (1880-1925), Antônio Mariano Alberto de Oliveira (1857-1937), José de Albano Abreu (1882-1923), Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919), Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863-1911), Mario Pederneiras (1867-1915), César Câmara de Lima Campos (1862-1929), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934), Francisco José da Rocha Pombo (1857-1933), Múcio Scevola Lopes Teixeira (1857-1926), Fábio Lopes dos Santos Luz (1864-1938), Nestor Victor dos Santos (1868-1932), Severiano de Resende (1871-1931), Manoel Curvello de Mendonça (1870-1914), Joaquim Osório Duque-Estrada (1870-1927), João Carneiro de Souza Bandeira (1865-1917), Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), Mario Cochrane de Alencar (1872-1925), José Dias de Matos Veríssimo (1857-1916), José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), Clóvis Bevilacqua (1859-1944), Alfredo d’Escragnolle Taunay (1843-1899), Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) e Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918). O mesmo aconteceu com sua filial aberta em São Paulo, em 1860, posteriormente entregue ao controle de Anatole Luis Garraux. Instalada no Largo da Sé, a Casa Garraux era um estabelecimento exclusivamente dedicado ao comércio e importação de livros, ponto de encontro dos alunos da Faculdade de Direito e dos fazendeiros de café. O caráter central das redes de sociabilidade que atravessam a Livraria Garnier, lugar em que se reúnem “literatos e diplomatas para a conversação de praxe”³⁷¹, faz deste estabelecimento “um clube, uma academia, uma corte de mecenato”³⁷².

A qualidade social de um estabelecimento cultural media-se, tanto pelo público que o frequentava, quanto pela conquista de algum reconhecimento honorífico por parte do Estado. De tal modo, entre as muitas estratégias políticas e comerciais de B. L. Garnier, em meados de

³⁶⁹ Ibidem, p. 294.

³⁷⁰ Pseudônimo de Armando Erse de Figueiredo (1874-1950), escritor português.

³⁷¹ JOÃO DO RIO (1902, p. 7).

³⁷² Gina Lombroso Ferrero [1907] *apud* BROCA (1960, p. 41).

1860, o editor-proprietário da livraria “solicitou” uma condecoração, contando com a intervenção de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)³⁷³ em seu favor. Ao solicitar tal condecoração, alegava que “outros livreiros editores” já haviam alcançado “honra igual à que ele aspira”, referindo-se, particularmente, aos “irmãos Laemmert”, seus principais adversários. A demanda foi atendida em 1867, quando B. L. Garnier recebeu o título da Ordem Imperial da Rosa, honorabilidade que foi estendida a seu mais proeminente autor, Machado de Assis, agraciado com o grau de Cavaleiro³⁷⁴. Após a morte de seu fundador, em 1893, a Livraria Garnier sofreu um processo de remodelação, particularmente após a chegada de Julien Lausac, enviado pelo herdeiro para gerenciar o estabelecimento na Capital do Brasil. Em 1901, o novo prédio atraía o conjunto de “círculos” literários em atividade no Rio de Janeiro. O ambiente da Garnier constituía uma geografia interna própria, descrita por Luís Edmundo (2006 [1938], p. 435-436),

Vários são os grupos que na loja se formam, na hora de maior movimento, aí pelas 4, 5 e 6 da tarde. Há o grupo de Machado de Assis, com José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim

Na buco, Rui (às vezes), Constâncio Alves, Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Coelho Neto (às vezes), Medeiros e Albuquerque, Araripe Júnior, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar e Clóvis Beviláqua; são os grossões da Academia que, em geral, formam junto à escrivania do Jacinto. João Ribeiro, que, nesse tempo, ainda não é acadêmico, forma no grupo de Pedro do Couto e Fábio Luz, com Rocha Pombo, Gustavo Santiago Pantoja, Maximino Maciel, Múcio Teixeira, Nestor Vítor e Xavier Pinheiro. Gonzaga Duque, Mário Pederneiras e Lima Campos.

Há, porém, outros grupos que se espalham pelo interior da loja e onde pode a gente encontrar o Osório Duque Estrada, o Sousa Bandeira, o Severiano de Resende e o Curvelo de Mendonça. Sabe-se de quem vá ao Garnier, como a uma feira de curiosidades, só para conhecer *de visu* os nossos autores.

Os escritores da província, por exemplo, mal chegados ao Rio, antes de qual quer visita ao Jardim Zoológico, ao Museu da Boa vista ou à Galeria de figuras de cera do Pascoal Segreto, vão à grande livraria ver os grandes literatos.

[...]

Machado de Assis jamais falta ao ponto da Garnier, como ao da repartição onde trabalha. É figura regular, na livraria.

Quando ele entra, rompendo a curva augusta da “Sublime Porta”, que outra não é se não a de arco monumental que dá ingresso à livraria, derrubam-se chapéus, arqueiam se espinhaços:

³⁷³ Nasceu em Pernambuco, em 1793. Filho do capitão Manuel de Araújo Lima, neto paterno do sargento-mor Antônio Casado de Lima, e materno do coronel Pedro Cavalcanti de Lima. Figura representativa da aristocracia rural do Nordeste, Pedro Araújo Lima formou-se em direito na Universidade de Coimbra, membro da Assembleia Constituinte de 1823, entrou para o Senado em 1837. Ocupou diferentes ministérios do Império por nove vezes, foi quatro vezes presidente do Conselho de Ministros e Diretor da Faculdade de Direito do Recife (PE). Era casado com Luiza de Figueiredo, filha José Bernardo de Figueiredo, formado em direito na Universidade de Coimbra, nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça quando de sua criação.

³⁷⁴ HALLEWELL (2012, p. 219-220)

– Mestre!

Durante o tempo de atividade como editor (1860-1890), B. L. Garnier publicou 655 títulos de autores brasileiros, uma média um pouco superior a vinte por ano, contagem que se assemelha a métrica de edições anuais publicadas por Paula Brito, a partir de 1849³⁷⁵. Por serem as casas editoriais mais importantes do período, podem ser tomadas como termômetro do comércio de livros no Brasil. Logo, a conclusão mais direta para a estabilidade na quantidade de títulos publicados durante o Segundo Reinado é a restrição da demanda. Tiragens de mil exemplares foram a média até fins do século XIX, no entanto, segundo as estimativas de B. L. Garnier, a maioria dos livros não teriam mais do que trezentos compradores por ano, mesmo livros de boa vendagem, dificilmente alcançavam oitocentos exemplares. No início do século XX, casos recordes de vendas eram os “4.000 volumes de poesia de Bilac vendidos em um ano, ou os 8.000 volumes em seis anos” do livro de João do Rio³⁷⁶. A dificuldade na ampliação do comércio literário, é percebida pelos contemporâneos como um resultado prático das próprias condições culturais do país. De acordo com esse ponto de vista, para o desenvolvimento da literatura no Brasil “falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente o leitor e consumidor dos seus produtos”³⁷⁷. Mesmo ao final do período em pauta, o quadro geral não se transforma de modo muito significativo. Embora as informações sejam limitadas, tomando a edição de livros em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro tem-se, no primeiro caso, um total de 209 títulos editados em 1920, os quais totalizam 901.000 exemplares, em termos médios, cerca de 4.500 exemplares por título. No caso da Capital, as informações disponíveis são sobre o ano de 1929, no qual foram editados 782 títulos, com um total de 2.195.263 exemplares, o que perfaz uma média menor do que 3.000 exemplares por título³⁷⁸.

Em termos gerais, uma parte do comércio livreiro no Brasil, pode ser medida a partir de indicadores indiretos, particularmente considerando o volume de entrada de impressos via importação. Uma das principais livrarias do período, a E. & H. Laemmert (1827-1909)³⁷⁹, iniciou suas atividades como casa importadora de livros. Em termos de estratégias de investimento no mercado editorial e de impressos no Brasil, privilegiou a montagem de uma empresa tipográfica própria, a Typografia Universal, instalada em 1838 na cidade do Rio de Janeiro. Os irmãos Laemmert voltaram-se, principalmente, para a impressão de periódicos, e

³⁷⁵ HALLEWELL (2012, p. 171).

³⁷⁶ SEVCENCO (1983, p. 88).

³⁷⁷ José Veríssimo [1900] *apud* SEVCENKO (1983, p. 88).

³⁷⁸ HALLEWELL (2012, p. 846).

³⁷⁹ Após 1891, em decorrência da reorganização da empresa, o nome foi modificado para Laemmert & Cia.

para a edição de livros práticos, técnicos, médicos e didáticos. A mais famosa publicação da Laemmert foi o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*, editado entre 1844 e 1889, com a subvenção do governo imperial. A Typografia Universal, possuía uma oficina grande para os padrões da época, contanto com um total de 124 empregados. Com uma linha distinta da Garnier, esses dois livreiros praticamente dividiram o comércio editorial no Brasil, ao menos até os anos de 1920. O principal problema para a indicação da importação de livros é que o conjunto de informações são compostas por indicadores indiretos, dificultando o dimensionamento do volume de títulos e exemplares que entraram no país. O conjunto total de importações brasileiras de livros entre os anos de 1910 e 1920 permanece relativamente estável, passando de 873.054 para 898.078 quilos, respectivamente. As principais transformações ocorrem relativamente aos países de origem dos livros, indicadas por um aumento daqueles vindos de Portugal e dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que há uma leve diminuição do volume de livros importados da França. Entre os anos de 1902 e 1920, a importação de livros de Portugal passa de 60.673 para 176.950 quilos, respectivamente. No mesmo período, a importação de material impresso da França tem uma queda, passando de 457.732 para 324.901 quilos. Em contraposição a isso, as importações de livros do Reino Unido passam de 58,52 (t) em 1910, para 33,38 (t) em 1920; e dos Estados Unidos vão de 53,62 (t), em 1910, para 245,14 (t), em 1920.

A centralidade da Capital no mercado editorial e, particularmente, de alguns estabelecimentos específicos na geografia dos livreiros e editores que compõem o universo carioca, é favorecida, de certo modo, por um duplo condicionante: 1) a escassez de estabelecimentos votados à produção e comercialização de impressos na cidade do Rio de Janeiro reforça as redes de reciprocidade constituídas em torno de círculos literários; 2) a quase inexistência de atividades editoriais nas províncias amplia o movimento em direção à Capital. Um exemplo significativo disso, é que em São Paulo, entre os anos de 1900 e 1914, foram editados apenas 24 títulos. Embora se trate de um número bastante reduzido, já representa um avanço para a província, tendo em vista que ali, durante todo o século XIX, tal quantidade jamais foi alcançada³⁸⁰. Em 1850, cidade do Rio de Janeiro, possuía, 12 livrarias e 25 tipografias, chegando a 45 livrarias e 67 tipografias em 1890. Comparando com a situação de São Paulo tinha, em 1850, somente 3 livrarias, passando para 5 em 1870 e chegando a um total de 8, no final do XIX. Segundo destaca Almeida Nogueira, no período entre 1855 e 1859, não havia em São Paulo mais do que três tipografias, “a Dois de Dezembro, de Antônio Lousada

³⁸⁰ HALLEWELL (2012, p. 343-344).

Antunes, instalada no próprio palácio do governo, [...] a Literária, [...] e a Imperial [...], onde eram impressos três jornais e duas revistas”³⁸¹. A situação das outras províncias não é muito diferente, no Rio Grande do Sul, por exemplo, há registro da Livraria Americana, com filiais em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre; da Livraria Universal, instalada em Pelotas e Porto Alegre; da Livraria do Globo; da “Casa Gundlach” e da Casa de Editores Ter Bruggen (posteriormente Livraria Teuto Brasileira), todas datando dos anos de 1880³⁸².

Um fenômeno significativo para a composição de grupos e o estabelecimento de relações de reciprocidade liga-se ao contexto de mobilização ocasionada pela “propaganda republicana”, e a correlativa modificação na concepção de “militância política”. O surgimento dos “clubes republicanos” foi o fenômeno mais marcante do período de fins do Segundo Reinado. Ao todo, foram “237 pequenos nódulos de adeptos do novo credo”³⁸³, fundados entre o início dos processos de contestação das instituições monárquicas, em 1870, e a queda do regime em 1889. Proliferaram, também, a organização de sociedades artísticas, literárias e científicas, embora seu aumento mais significativo tenha ocorrido no período republicano (Gráfico 7). Associações desse tipo, evoluíram desigualmente nos diferentes estados, tanto em termos de organização como em número de associados. Na cidade do Rio de Janeiro, essas “sociedades” passam de nove, em 1889, para dezoito, em 1912. No mesmo período, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, vão de cinco para dezoito; em São Paulo, passam de sete para trinta e quatro; em Minas Gerais, de uma para dezenove; na Bahia, de três para dezesseis. Considerando o número de associados registrados no ano de 1912, em nível nacional, cada associação possui cerca de 145 integrantes, índice que varia relativamente às províncias, com a Capital ocupando o topo na relação entre associados/instituições (média de 464), Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia ocupando uma zona intermediária (média variando entre 100 e 120 associados por instituição), e Minas Gerais ocupando uma posição mais baixa (média de 65 associados por instituição). Ao que tudo indica, a organização dessas instituições vem atender aos processos de desenvolvimento de relações de sociabilidade e celebração de determinados estilos de vida, particularmente porque, 71,7% das “sociedades” existentes em 1912 podem ser classificadas como “culturais” (literárias, dramáticas e musicais). Nesse mesmo período, ocorre também o desenvolvimento de bibliotecas, o que tende a favorecer a circulação de obras científicas e literárias no país, ampliando o acesso de bens culturais (Gráfico 4). No caso dessas instituições, a expansão mais significativa ocorre no período republicano,

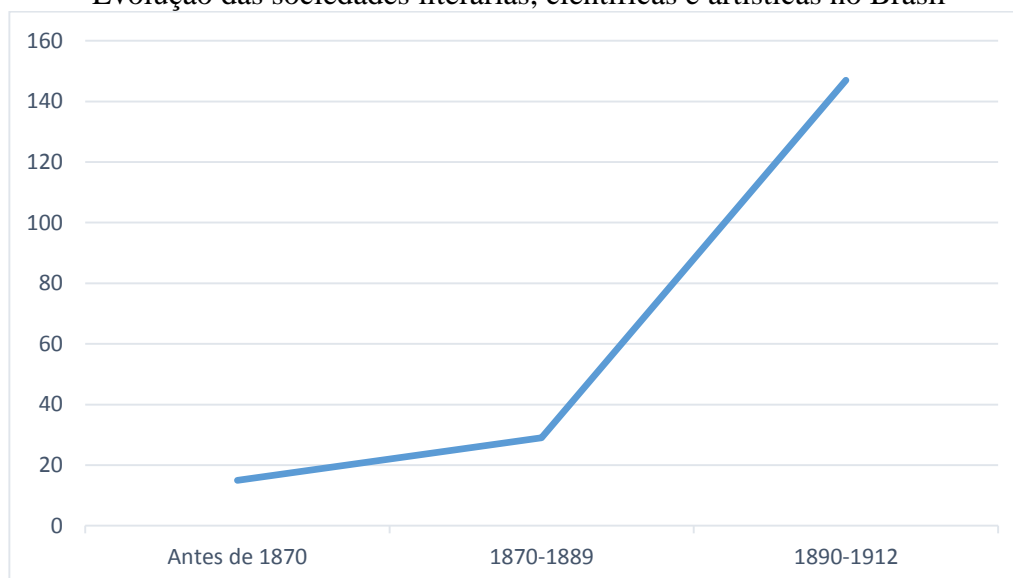
³⁸¹ *Apud* SODRÉ (2011, p. 281).

³⁸² TORRESINI (2008).

³⁸³ VIANNA (2004 [1925], p. 100).

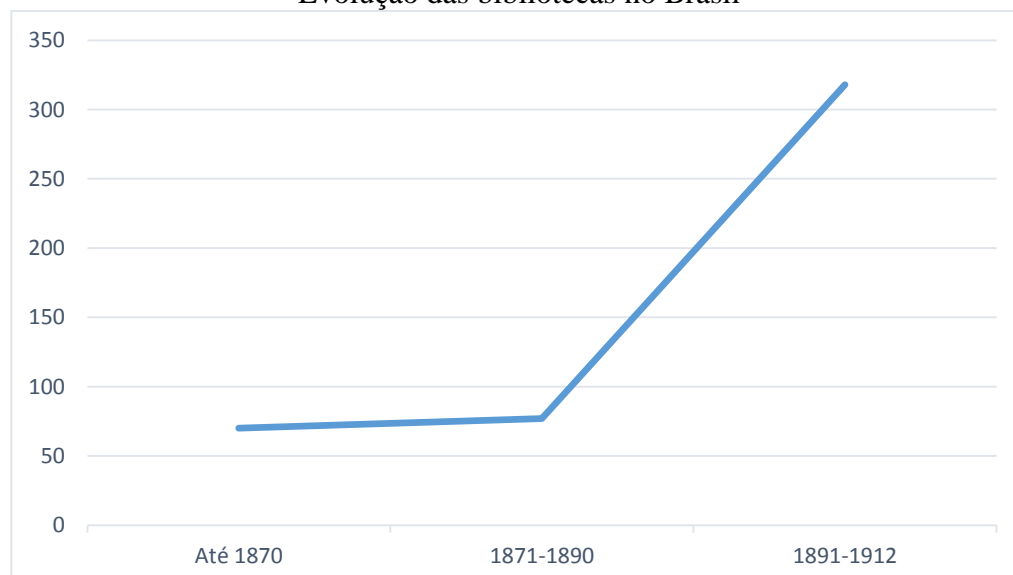
passando de 147 bibliotecas existentes em 1889, para 465 em 1912, com uma coleção total de títulos de 1.108.237.

Gráfico 7
Evolução das sociedades literárias, científicas e artísticas no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1907-1912), V.3, DGE, 1927

Gráfico 8
Evolução das bibliotecas no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1907-1912), V.3, DGE, 1927

4.1.1 Círculos literários e hierarquias

A fisionomia do universo de circulação se retraduz nas clivagens que marcam os conflitos literários e os princípios de hierarquização e dominação que estruturam as chances de carreira e de consagração social e profissional. Um marco na formalização do conjunto efêmero das redes que se configuram pela circulação nas livrarias, redações de jornais, clubes, salões e cafés é a fundação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras (ABL). Sua instituição objetivou um complexo sistema de alianças recompondo as hierarquias entre os “homens de letras”, notadamente através da oficialização da consagração social e “profissional”. Ao mesmo tempo, pela imposição da linha, a Academia conforma a definição dominante de “escritor” e os caminhos de sucesso para o ingresso no panteão. Em certa medida, representa o ponto de chegada de um “grupo”, cujas alianças vêm sendo tecidas ao longo do tempo, concretizando os conflitos dos anos de “turbilhão”, definição de João do Rio sobre a década de 1885-95³⁸⁴, em uma posição institucional que diferencia as carreiras de sucesso relativamente ao conjunto de “homens de letras”. Assim, se até então, as modalidades de reconhecimento e consagração estavam calcadas na multiplicidade dos círculos literários e na sua aproximação com o poder político, a partir de 1897, o critério de ingresso nos círculos aristocráticos das letras dependeu, fortemente, do acesso aos bancos da Academia recém-criada. Como refere Graça Aranha (1868-1931), um de seus fundadores, a ABL advém de “um pacto entre espíritos amigos, hauriu nesta inspiração original a força intrínseca de que se mantém, e se vai transmitindo às gerações que se sucedem”³⁸⁵. Instituído o “grupo oficial”, “a literatura passou a girar em torno de novos papas, alguns excelentes administradores da própria glória”, favorecidos pela composição de um sistema de “permuta e fogos cruzados de elogios, às vezes de autoelogio”³⁸⁶. Trata-se, portanto, de um universo estruturado por dívidas de honra, no qual todos os julgamentos englobam a pessoa total. A partir de então, os principais conflitos políticos travestidos, no mais das vezes, em disputas estéticas e éticas, se organizaram em torno das “eleições” para os quadros da ABL, momentos em que se evidenciam as principais estratégias de consagração, os mecanismos de hierarquização e os critérios de entrada no panteão das letras. De modo geral, as “eleições” são uma realização prática da descrição apresentada por Graça Aranha, onde as chances de ingresso estão atreladas a três variáveis centrais e interdependentes: 1) os trunfos

³⁸⁴ *Apud* MENDES (2008, p. 190).

³⁸⁵ *Apud* MONTELLLO (1961, p. 23).

³⁸⁶ COUTINHO (1963, p. 21-22).

passíveis de serem mobilizados; 2) o distanciamento com relação as redes centrais que compõe a Academia; 3) o corte geracional.

Tabela 5
Origens sociais, “homens de letras” e fundadores da Academia Brasileira de Letras

		Membro fundador da ABL	
		Não	Sim
Altos funcionários do Império	N	2	7
	%	4,1	17,9
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	N	5	6
	%	10,2	15,4
Deputados (todos os níveis)	N	3	3
	%	6,1	7,7
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (não oficiais)	N	12	4
	%	24,5	10,3
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	N	1	3
	%	2	7,7
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	N	9	3
	%	18,4	7,7
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	N	1	3
	%	2	7,7
Proprietários	N	11	6
	%	22,4	15,4
Sem Informação	N	5	4
	%	10,2	10,3
Total	N	49	39
	%	100	100

Ilustração 2
Espaços de circulação e a Academia Brasileira de Letras

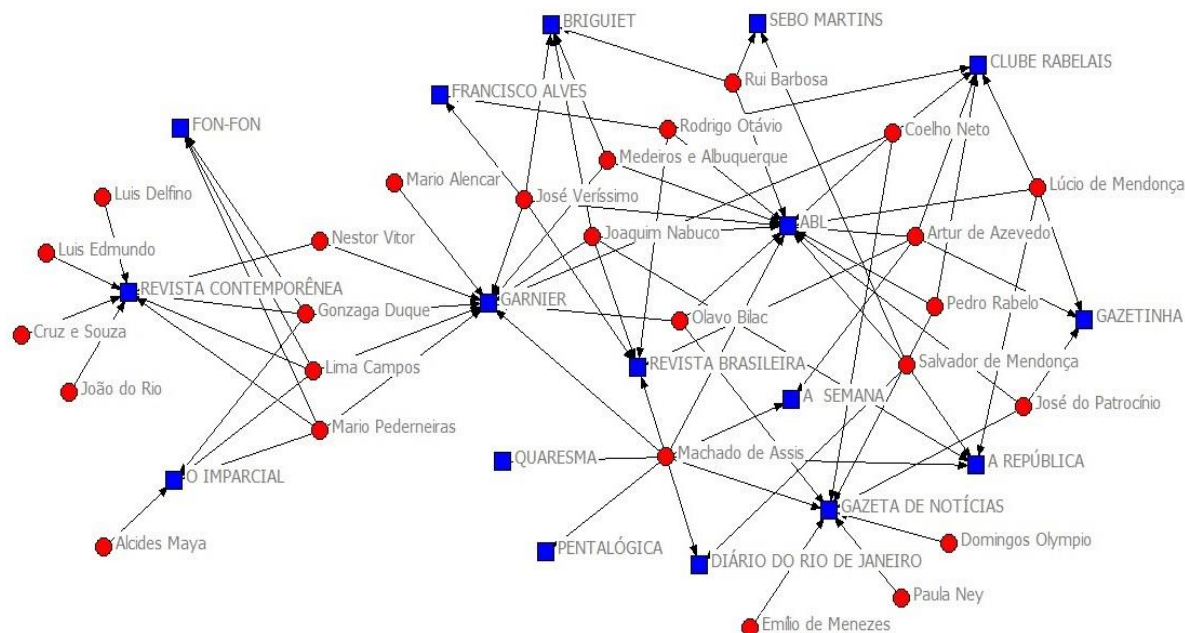


Tabela 6
Escolarização, “homens de letras” e fundadores da Academia Brasileira de Letras

		Membro fundador da ABL	
		Não	Sim
Superior Completo	N	26	30
	%	53,1	76,9
Superior Incompleto	N	12	5
	%	24,5	12,8
Ensino Secundário	N	10	4
	%	20,4	10,3
Ensino Primário	N	1	0
	%	2	-
Total	N	49	39
	%	100	100

A Academia Brasileira de Letras é o resultado de um conjunto complexo de processos de diferenciação social. De modo geral, o perfil dos grupos não se caracteriza por discrepâncias muito significativas, ocorrendo algumas oposições mais marcadas em termos de titulação

escolar e, também, relativamente à proximidade com o poder político, particularmente pelo maior número de filhos de altos funcionários e de ministros, senadores e conselheiros do Império convertidos ao mundo das letras. Em termos específicos, as oposições são mais marcadas pela relação entre as bases sociais dos “fundadores, mais associadas aos altos funcionários do Império (17,9% contra 10,2% do conjunto), aos de ministros, senadores e/ou conselheiros do Império (7,7% contra 4,5% do conjunto), e aos profissionais liberais (7,7% contra 4,5% do conjunto), e aquelas dos demais “homens de letras”, cuja relação mais evidente se apresenta com os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares (24,5% contra 18,2% do conjunto), e de oficiais militares ou da guarda nacional (18,4% contra 13,6% do conjunto). O conjunto das associações entre bases sociais e a condição de fundador é o que diferencia esses dos demais “homens de letras”, no que tange a escolarização e tipos de diplomas. Assim, os fundadores estão mais diretamente vinculados ao ensino superior completo (76,9% contra 63,6% do conjunto), enquanto os demais relacionam-se aos níveis escolares mais baixos, notadamente o ensino superior incompleto (24,5% contra 19,3% do conjunto), e com o ensino secundário (20,4% contra 15,9% do conjunto). Em termos de tipos de diplomas, os primeiros frequentam majoritariamente os cursos jurídicos (51,3% contra 40,9% do conjunto), enquanto os segundos tendem, igualmente, aos investimentos nas faculdades de direito, mas normalmente não concluem os cursos (16,3% contra 10,2% do conjunto), ou direcionam-se para as faculdades de medicina, nesse caso, com tendência à obtenção de diplomas (12,2% contra 8% do conjunto).

Conectados ao sistema de oposições que estruturam essas relações, estão as relações de reciprocidade tecidas ao longo do tempo e a partir de estratégias diversas de inserção social. Sob tal perspectiva, independente da dissolução dos grupos originais ou sua recomposição em outros espaços de sociabilidade, as alianças tendem a sobreviver a partir de determinados mediadores, os quais passam a cooptar os outros agentes que vão ingressando, progressivamente, no espaço cultural. A formalização das alianças conquistadas ao longo das trajetórias em um grupo formalmente instituído, evidencia, de modo bastante direto, as estratégias de diferenciação e hierarquização no espaço cultural. Dos quarenta fundadores da ABL, trinta compõe o núcleo central, e outros dez foram “eleitos” com vistas a formação do quadro. No primeiro grupo, estão João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), José Alexandre Teixeira de Melo (1833-1907), Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), Alfredo d’Escragolle Taunay (1843-1899), Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927), Tristão de Alencar Araripe Junior (1848-1911), Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923), Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero

(1851-1914), José Carlos do Patrocínio (1853-1910), Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918), José Júlio da Silva Ramos (1853-1930), Manuel Ferreira Garcia Redondo (1854-1936), Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909), Antônio Mariano Alberto de Oliveira (1857-1937), Urbano Duarte de Oliveira (1855-1902), Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (1855-1908), Francisco Filinto de Almeida (1857-1945), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), Antônio Valentim da Costa Magalhães (1859-1903), Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior (1860-1938), Luís Morton Barreto Murat (1861-1929), Alcindo Guanabara (1865-1918), Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses (1866-1944), Sebastião Cícero Guimarães Passos (1867-1909), Medeiros e Albuquerque (1867-1934), José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), Pedro Carlos da Silva Rabelo (1868-1905). No grupo dos “eleitos”, estão: Franklin Américo de Menezes Dória (1836-1906), Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913), Luís Caetano Guimarães Junior (1847-1898), Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913), Clóvis Beviláqua (1859-1944), Raimundo da Mota Azevedo Correia (1859-1911), Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), Domício Afonso Forneiro da Gama (1862-1935), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963).

Em termos geracionais, João Manuel Pereira da Silva e Machado de Assis se constituem como os “herdeiros” da primeira geração romântica, cujo principal universo de inter-relação pode ser encontrado na Sociedade Pentalógica, sediada na loja de Paula Brito. Como já destacado anteriormente, em torno dessa “sociedade” se reuniam diversos escritores e políticos, dentre os quais, Pereira da Silva. Filho de Miguel Joaquim Pereira da Silva, negociante português que viera para o Brasil acompanhando a família Real, como membro do regimento da cavalaria de Minas, instalando-se, posteriormente, em Iguassu (RJ). Sua mãe, Joaquina Rosa de Jesus e Silva, também era de uma família de “abastados negociantes portugueses”. Entre 1834 e 1837, Pereira da Silva residiu em Paris (FR), por conta da realização de seus estudos de direito, período em que entrou em contato com Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco de Sales Torres Homem, envolvidos, então, com a edição da *Nitheroy: revista brasiliense* (1836). As relações estabelecidas durante a estadia na Europa vão configurar o que ficou conhecido como “grupo de Paris”³⁸⁷. Retornando ao Brasil, Pereira da Silva dedica-se à advocacia na Corte passa e a frequentar a loja de Paula Brito, por onde circulavam Laurindo Rabelo, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida,

³⁸⁷ CANDIDO (2000b, p. 13).

Antônio Gonçalves Dias, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, José Maria da Silva Paranhos – Visconde de Rio Branco, Eusébio de Queiroz, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Joaquim de Saldanha Marinho, Francisco de Menezes Dias da Cruz (Quadro 4). Em 1840, ingressa na política, elegendo-se deputado provincial pelo Rio de Janeiro, cargo no qual permanece até 1846, acumulando-o com o de deputado geral, o qual ocupou, quase ininterruptamente, entre 1843 e 1887, quando ingressou no senado do Império. Durante esse período, exerceu uma série de outros cargos públicos e atividades culturais, as últimas, em sua grande maioria, girando em das reuniões no “Instituto Histórico, em casa de Paula Brito, ou na Pentalógica”³⁸⁸. Participou diretamente da fundação de periódicos literários, tais como a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), dirigida por Sales Torres Homem, e a *Guanabara* (1851-1855), coordenada por Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel de Araújo Porto Alegre.

Quadro 4
Perfil dos frequentadores da Sociedade Pentalógica

Nome	Origem social	Escolarização	Carreira
Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) Rio Pardo (RS)	- Filho de Francisco José de Araújo, negociante de fazendas e trigo, e de Francisca Antônia Viana, filha do negociante e proprietário Francisco Pereira Viana.	- Academia Imperial de Belas Artes - Escola Militar	- Professor e Diretor da Academia Imperial de Belas Artes; - Professor do Colégio Pedro II; - Vereador na cidade do Rio de Janeiro; - Consul na Alemanha e em Lisboa (1858-1879).
Domingos Gonçalves Magalhães (1811-1882) Rio de Janeiro (RJ)	- Filho de Pedro Gonçalves de Magalhães Chaves, português.	- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	- Adido da Legação em Paris (1834-1838). - Secretário do Duque de Caxias; - Professor do Colégio Pedro II (1841); - Deputado geral (1845) - Diplomata (1847-1882)
Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876) Rio de Janeiro (RJ)	- Filho de Apolinário Torres Homem, padre negociante, e de Maria Patrícia, quitandeira, filha de uma escrava.	- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - Faculdade de Direito de Paris (França)	- Secretário da Legação em Paris; - Deputado geral pelo Ceará (1842-44), por Minas Gerais (1845-47), e pelo Rio de Janeiro (1848-50, 1857-63); - Redator do <i>Correio Mercantil</i> ;

³⁸⁸ ROMERO (1888, p. 696).

			<ul style="list-style-type: none"> - Ministro da Fazenda do Império (1858-59, 1871-71); - Presidente do Banco do Brasil (1866-1869); - Senador (1868); - Membro do Conselho de Estado.
Laurindo José da Silva Rabelo (1826-1864)	- Filho do Oficial de Milícias Ricardo José da Silva Rabelo.	- Escola Militar (RJ) - Faculdade de Medicina da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> - Oficial médico do Corpo de Saúde do Exército; - Professor do curso preparatório da Escola Militar (RJ).
Rio de Janeiro (RJ)			
Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)	- Severino Macedo de Carvalho, várias vezes vereador em Itaboraí (RJ).	- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Professor do Colégio Pedro II; - Deputado provincial (RJ); - Deputado geral (RJ); - Preceptor dos filhos da Princesa Isabel; - Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; - Membro do Conselho Diretor de Instrução Pública.
Itaboraí (RJ)			
Manuel Antônio de Almeida (1831-1861)	- Filho do Tenente Antônio de Almeida.	- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Redator do Correio Mercantil; - Professor do Liceu de Artes e Ofícios (RJ); - Administrador da Tipografia Nacional; - Oficial da Secretaria da Fazenda.
Rio de Janeiro (RJ)			
Antônio Gonçalves Dias (1823-1864)	- Filho do comerciante português João Manuel Gonçalves Dias	- Faculdade de Direito de Coimbra (Portugal)	<ul style="list-style-type: none"> - Professor do Colégio Pedro II; - Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros.
Caxias (MA)			
Antônio Gonçalves Teixeira e Souza (1812-1861)	- Filho do comerciante português Manuel Gonçalves com uma negra.	- Ensino secundário	<ul style="list-style-type: none"> - Carpinteiro; - Professor; - Oficial do Ministério da Justiça.
Cabo Frio (RJ)			
Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1804-1868)	- Filho do Coronel Manuel Francisco Maciel Monteiro, vereador em Recife (PE).	- Universidade de Paris (França)	<ul style="list-style-type: none"> - Médico em Recife (PE); - Deputado geral (1834-1853) - Presidente da Câmara dos Deputados (1852-53) - Ministro dos Negócios Estrangeiros (1837-1839) - Diretor da Faculdade de Direito de Recife (PE); - Vereador em Recife (PE); - Ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal.
Recife (PE)			
José Maria da Silva Paranhos (1819-1880)	- Filho de Agostinho da Silva Paranhos,	- Escola Militar (RJ)	<ul style="list-style-type: none"> - Professor da Escola Militar;

Salvador (BA)	comerciante, negociante de fazendas e proprietário.		<ul style="list-style-type: none"> - Professor da Academia da Marinha; - Deputado provincial (1845); - Presidente de província (1846, 1858-1859); - Vice-presidente de província (1846); - Deputado geral (1848-1862) - Senador (1863) - Quinze vezes ministro do Império; - Presidente do Conselho de Ministros (1871-1875); - Membro do Conselho de Estado.
Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara (1812-1868) São Paulo de Luanda (Angola)	- Filho de Eusébio de Queirós Coutinho da Silva, ouvidor-geral de Angola.	- Faculdade de Direito de Recife (PE)	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado provincial (1838); - Deputado geral (1842-1850) - Ministro da Justiça (1848-1852); - Senador (1854); - Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; - Membro do Conselho de Estado.
Francisco Octaviano de Almeida Rosa (1825-1889) Rio de Janeiro (RJ)	- Filho do médico Octaviano Maria da Rosa.	- Faculdade de Direito de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> - Advogado - Diretor da Gazeta Oficial do Império; - Diretor do Correio Mercantil; - Deputado geral; - Ministro dos Negócios Estrangeiros; - Senador (1867-1889) - Membro do Conselho de Estado
Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) Olinda (PE)	- Filho do Capitão Pantaleão Ferreira dos Santos.	- Faculdade de Direito de Recife	<ul style="list-style-type: none"> - Promotor público; - Juiz dos Feitos da Fazenda; - Advogado do Conselho de Estado; - Deputado geral (1848-1868, 1878-1881); - Presidente de província; - Senador (1890-1895)
Francisco de Menezes Dias da Cruz (1853-1936) Rio de Janeiro (RJ)	- Filho de Francisco de Menezes Dias da Cruz, chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Medicina.	- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Proprietário de Clínica; - Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A inserção de Joaquim Maria Machado de Assis nesse grupo, ocorreu através de uma série de relações de patronagem. Filho de Francisco José de Assis, “pintor de casas”, e de Maria Leopoldina Machado de Assis, “lavadeira”, ambos eram “mulatos livres”³⁸⁹. Seus pais residiam nas terras de Maria José de Mendonça Barroso Pereira, viúva do senador, brigadeiro e ministro do Império, Bento Barroso Pereira. Maria José foi sua madrinha de batismo, juntamente com o Dr. Joaquim Alberto de Souza da Silveira, “moço da Câmara Imperial”. Com estudos “muito irregulares” e investimento no autodidatismo, Machado de Assis começa a contribuir, em 1855, na revista *Marmota*, e a trabalhar de “revisor de provas” nas edições de Paula Brito, que o “acolheu e protegeu”³⁹⁰. Logo em seguida, ingressa na Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo, aonde foi “acolhido” por Manuel Antônio de Almeida. A partir de então, Machado de Assis expande suas modalidades de inserção, contribuindo no *Correio Mercantil*, “a convite” de Francisco Otaviano, e publicando no *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, e cuja redação era frequentada por José de Alencar, Quintino Antônio Ferreira de Souza Bocaiuva e Salvador de Mendonça. No conjunto de relações de sociabilidade tecidas, a Sociedade Pentalógica, segundo Machado de Assis, em crônica escrita em 1865, se constituía num universo central de confluência, no qual

[...] se conversava de tudo – desde a retirada de um ministério até a pirueta de uma dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito de Tamberlink até os discursos do Marquês do Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estrepante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro.

Cada qual tinha a sua família em casa; aquilo era a família da rua – *le ménage em ville* –, entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora) porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam quantos transpunham aqueles umbrais. Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Pentalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E...? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não precisava ir mais longe; era ir à Pentalógica. Os pentalógicos, espalhados por toda superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfaltar os próprios negócios de um minuto sequer.

Assim como tinham entrada os conservadores e liberais, tinham entrada os lagruístas e chartonistas; no mesmo banco, às vezes se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do Ato adicional; os sorvetes de José Tomaz e as nomeações de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pele-mêle* de todas as cousas e de todos os homens. (*apud* PEREIRA, 1936, p. 65-66)

³⁸⁹ MIGUEL (1936, p. 26).

³⁹⁰ SODRÉ (2011, p. 291).

Tudo leva a crer que a descrição desse universo específico é extensível aos demais espaços de socialização das frações dominantes do período, particularmente porque, com a morte de Paula Brito, em 1861, e o fechamento de sua “loja”, os grupos constituídos se transferem para outros lugares. No caso de Machado de Assis, direciona-se para a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, passando a frequentar as seções do senado, como redator do jornal, onde estabelece relações com Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884)³⁹¹, então representante do Jornal do Comércio, e com Pedro Luís Pereira de Souza (1839-1884)³⁹², redator do *Correio Mercantil*. Em 1865, Machado de Assis funda a *Arcádia Fluminense*, “clube” de convivência artística e literária, na qual se realizavam saraus, frequentados por Sizenando Barreto Nabuco de Araújo (1842-1892)³⁹³, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco e, na sessão de 25 de novembro de 1865, contou “com a presença do Imperador, da Imperatriz e de outros membros da família real”³⁹⁴. A partir de 1863, passa a contribuir com o Jornal das Famílias, editado por B. L. Garnier, e em 1867, ingressa no serviço público, nomeado ajudante do Diretor do *Diário Oficial*. Através de sua atuação nas fileiras do *Diário do Rio de Janeiro*, vinculado ao Partido Liberal, Machado foi incluído na lista de deputados do partido, em 1868, o que recusou. Afasta-se, progressivamente, das responsabilidades mais diretas com o *Diário do Rio de Janeiro*, na medida em que galga uma série de postos públicos, chegando a Oficial de Gabinete de Pedro Luís Pereira de Souza, então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em cartas trocadas entre os anos de 1860 e 1880, há uma relação constante com Guimarães Junior (17 cartas), Salvador de Mendonça (11 cartas), Franklin Dória (6 cartas), Joaquim Nabuco (3 cartas). Lúcio de Mendonça (2 cartas), e Alfredo Taunay (1 carta). Grupo que, anos mais tarde, vai compor o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras.

As relações estabelecidas na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, estreitam os contatos entre Salvador de Mendonça e Machado de Assis. Filho do Comendador Salvador Furtado de Mendonça, “conselheiro paulista” e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, foi contemporâneo de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, quando estudante da Faculdade de Direito

³⁹¹ Ouro Preto (MG) / Filho de João Joaquim da Silva Guimarães, Deputado Geral e Inspetor da Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais / Faculdade de Direito de São Paulo / Juiz municipal; em Catalão (GO); Colaborou com diversos jornais no Rio de Janeiro; Professor do Liceu Mineiro.

³⁹² Araruama (RJ) / Filho do comendador Luís Pereira de Souza / Faculdade de Direito de São Paulo / Deputado geral; Ministro dos Negócios Estrangeiros; Presidente de província; Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Conselheiro do Império.

³⁹³ Recife (PE) / Filho de José Tomás Nabuco de Araújo Filho, deputado geral, presidente de província, Ministro da Justiça e senador / Faculdade de Direito de São Paulo. Irmão mais velho de Joaquim Nabuco.

³⁹⁴ MIRANDA (2010, p. 35).

de São Paulo. Por conta do falecimento dos seus pais, abandona os estudos, em 1860, e retorna ao Rio de Janeiro para administrar os negócios da família. Colabora em vários jornais, particularmente no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil* e, em 1865, ingressa como professor no Colégio Pedro II. Em 1867, Salvador retoma os estudos, bacharelando-se em direito, em 1869. Durante sua estadia em São Paulo, atua no jornalismo, à frente d’*O Ipiranga*, jornal do clube liberal, ocupa o cargo de secretário do governo de Saldanha Marinho, com quem retorna para o Rio de Janeiro e organiza um escritório de advocacia. Ambos, juntamente com Quintino Bocaiuva, fundam um “clube republicano” e passam a editar o jornal *A República*, cuja redação se constitui como um centro de circulação de “homens de letras”, “propagandistas” e políticos de época. Tratava-se de um ambiente de “boa camaradagem”, como indica Lúcio de Mendonça (irmão de Salvador de Mendonça), “ponto de encontro dos homens de letras do tempo”, frequentado por Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Serra, Joaquim Nabuco, “e, uma vez ou outra, José de Alencar”³⁹⁵.

Com o fechamento da redação d’*A República*, em 1873, houve uma relativa desagregação do grupo, principalmente em decorrência da nomeação de Salvador de Mendonça para o cargo de cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque, a partir de 1875. No contexto de recomposição do Partido Liberal, surgira o jornal *A Reforma*, em 1869, em torno do qual gravitavam José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878), Francisco Otaviano, Afonso Celso de Assis Figueiredo – Visconde de Ouro Preto, Joaquim Serra, Joaquim Manuel de Macedo, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918)³⁹⁶, Rodrigo Otávio Oliveira de Menezes, Gaspar da Silveira Martins (1835-1901)³⁹⁷, Joaquim Nabuco e Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo. O movimento contínuo de expansão das relações de sociabilidade, a partir de um núcleo específico, é significativo para a composição da estrutura do espaço em pauta, particularmente no que tange aos efeitos da inserção nos diferentes grupos para os processos de hierarquização e consagração. Em geral, uma série de periódicos surgem na intersecção dessas redes, nunca descolados da conjuntura política e da organização de modalidades de intervenção³⁹⁸. É o caso da aparição dos jornais satíricos ilustrados, como o *Mequetrefe*, em 1875, cujos principais colaboradores foram Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo,

³⁹⁵ *Apud* SODRÉ (2011, p. 319).

³⁹⁶ Pindamonhangaba (SP) / Filho de Francisco Marcondes Homem de Melo – Visconde de Pindamonhangaba, proprietário e coronel da Guarda Nacional / Faculdade de Direito de São Paulo / Vereador em Pindamonhangaba; Professor do Colégio Pedro II; Presidente de província; Professor do Colégio Militar / Professor da Academia de Belas Artes; Major honorário do exército; Diretor da Biblioteca Nacional.

³⁹⁷ Serro Largo (Uruguai) / Filho de Carlos Silveira de Moraes Ramos, estancieiro / Faculdade de Direito de São Paulo / Juiz municipal (RJ); Deputado provincial; Deputado geral; Ministro da Fazenda; Senador; Presidente de província.

³⁹⁸ SODRÉ (2011).

Artur de Azevedo, Lúcio de Mendonça, Filinto de Almeida e Raimundo Correia. No ano de 1875, Quintino Bocaiuva assumiria a direção d’*O Globo*, publicando folhetins de Machado de Assis, e contando com a contribuição de Joaquim Nabuco e Urbano Duarte na crítica literária.

As relações de Machado de Assis com a família Nabuco de Araújo, já se configuravam de modo mais duradouro e direto, ao menos desde o início dos anos 1860, principalmente através de Sizenando Nabuco, de quem era “amigo íntimo”, o que lhe permitiu acessar a “casa dos Nabuco”³⁹⁹. Joaquim Nabuco descende de uma família de políticos e proprietários de terras do nordeste, seu avô, José Tomás Nabuco de Araújo (1785-1850), foi presidente de várias províncias, deputado geral, ministro e senador do Império, mesmos cargos pelos quais passara seu pai, homônimo do avô. Vivendo no “seio da aristocracia açucareira de Pernambuco”, Joaquim Nabuco ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1866, colega e companheiro de atividades culturais de Salvador de Mendonça, fundam *A Tribuna Liberal* e *O Ipiranga*. Foi presidente da associação estudantil, *Ateneu Paulistano*, que contava com Rui Barbosa como orador, a quem Joaquim Nabuco vai transferir a presidência, quando se transfere para a Faculdade de Direito do Recife, onde vai obter o grau de bacharel, em 1870, iniciando sua atuação como advogado⁴⁰⁰. Em 1873, faz uma viagem à Europa, em seguida sendo nomeado para uma missão diplomática, retornando em 1878 para se fixar no Rio de Janeiro, com um mandato de deputado geral, por Pernambuco. Relativamente à Joaquim Nabuco, Rui Barbosa dispõe de recursos sociais de origem mais modestos, filho de João José Barbosa de Oliveira, médico, deputado provincial na Bahia e secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, deixa a seu filho “um pequeno patrimônio e muitas dívidas”, as quais Rui Barbosa vai converter em dívidas pessoais⁴⁰¹. Após bacharelar-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, Rui Barbosa retorna à Bahia e ingressa, ao lado do pai, na militância pelo Partido Liberal, assumindo, em seguida, o cargo de redator-chefe do Diário da Bahia. Em 1874, após a morte do pai, Rui Barbosa “herda” o cargo de secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e, em 1878, é eleito deputado geral. Alinhado à facção de Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894)⁴⁰², chefe do partido liberal da Bahia e padrinho político de Rui Barbosa, coloca-se em oposição à dissidência liberal, a qual estava ligado Joaquim Nabuco. Em ascensão, o “Senador Dantas” carrega consigo Rui Barbosa, que consegue se reeleger até 1885, ao contrário de

³⁹⁹ MACHADO DE ASSIS *in* ROUANET (2008, p. 303).

⁴⁰⁰ VAMPRÉ (1924a, p. 224-226).

⁴⁰¹ Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC/FGV.

⁴⁰² Inhambupe (BA) / Filho de Maurício José de Souza / Faculdade de Direito de Recife / Chefe do Partido Liberal na Bahia; Deputado provincial; Deputado geral; Presidente de província; Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Senador; Conselheiro do Império; Presidente do conselho de ministros do Império/ Presidente do Banco do Brasil.

Joaquim Nabuco, que não conquista outro mandato, decidindo se autoexilar em Londres (Inglaterra).

As oposições entre facções, fundamentadas em torno de determinados projetos políticos e sociais, compõem o centro da organização das “igrejinhas” e de conformação de seus líderes⁴⁰³. De um modo geral, a formação de “grupos exclusivos” é fundante do conjunto de clivagens que atravessam as diversas dimensões da vida social, contudo, os alinhamentos, em muitos casos, são situacionais, dependendo das condições de sucesso dos engajamentos e das possibilidades de cooptar adversários. Como descreve Nabuco, os confrontos político-ideológicos em nome dos quais são reivindicadas as reformas que culminam no final da Monarquia, estruturam uma divisão entre “igrejinhas” e seus espaços de atuação.

Dentre aqueles com quem mais intimamente lidei em 1879 e 1880, e que formavam comigo um grupo homogêneo, a nossa pequena igreja, as principais figuras eram André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra... A igreja fronteira era a de José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Vicente de Souza, Nicolau Moreira, depois João Clapp com a Confederação Abolicionista. Se eu estivesse escrevendo nesse momento um esforço do movimento abolicionista de 1879-1888, já teria citado Jerônimo Sodré, que foi quem pronunciou o **fiat**, e passaria a citar os meus companheiros de Câmara: Manoel Pedro, Correa Rabello, S. de Barros Pimentel, e outros, porque o movimento começou na Câmara em 1879, e não, como se têm dito, na **Gazeta da Tarde** de Ferreira de Menezes, que é de 1880, nem na **Gazeta de Notícias**, onde então José do Patrocínio, escrevendo a **Semana Política**, não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão.

[...]

Ao ato de Jerônimo Sodré filia-se cronologicamente a minha atitude dias depois... Mais tarde é que entram Rebouças, Patrocínio, Gusmão Lobo, Menezes, Joaquim Serra... Isso não é apurar a data dos primeiros escritos abolicionistas de cada um; os meus, por exemplo, datavam da Academia... É reivindicar para a Câmara, para o Parlamento, a iniciativa que se lhe tem querido tirar nesta questão, dando-se-a ao elemento popular, republicano...

[...]

Os dois grupos de que falei encontravam-se, trabalhavam juntos, misturavam-se, mas a linha divisória era sensível: um representava a ação política, o outro a revolucionária, ainda que cada um refletisse, por vezes, a influência do outro. (NABUCO, 1900, p. 148-150, grifos do original)

No contexto de recrudescimento dos embates políticos da década de 1880, Machado de Assis assume uma postura mais distante das polêmicas do que aquelas iniciais, veiculadas no

⁴⁰³ Para a oposição entre Joaquim Nabuco e Rui Barbosa acerca da abolição, ver NABUCO (2011 [1883]) e BARBOSA (1956).

Diário do Rio de Janeiro, notadamente após a ascensão dos gabinetes do Partido Conservador, em 1885. De modo bastante direto, as carreiras “literárias” estavam atreladas às clivagens políticas, já que, parte das condições de se dedicar à produção escrita dependia do acesso aos cargos públicos, e outra parte, da relação com editores e com a imprensa periódica, amplamente regulada pelos debates políticos do “tempo”. As modalidades e condições de atuação nos confrontos ideológicos em voga no contexto de “reformismo”, amplia as possibilidades de inserção em grupos específicos, tornando a estrutura hierárquica mais porosa, ao menos até certo ponto. Obviamente, as formas de engajamento dependem da origem social e, particularmente, do ponto da trajetória nos quais os agentes se encontram. Assim, o confronto mais aberto no qual se lançam Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, em meados dos anos 1880, está atrelado ao fracasso eleitoral provocado pelos mecanismos de acesso aos cargos de representação. No caso de Rui Barbosa, com a ascensão do gabinete de João Maurício Wanderley – Barão de Cotegipe, não consegue mais ser eleito deputado em nenhuma das tentativas feitas antes da queda da monarquia. O engajamento de José do Patrocínio na campanha abolicionista, como um “orador romântico das barricadas liberais, adequado à situação”⁴⁰⁴, é característico do tempo e, notadamente, de suas condições de acesso aos grupos e posições dominantes. A radicalização, nesse sentido, retoma a expressão do drama escrito por Artur de Azevedo e Urbano Duarte, discurso dominante entre determinadas frações sociais: “sujeito que nada tem a perder e não sabe onde cair morto, declara-se abolicionista”⁴⁰⁵. No caso de Patrocínio, filho não reconhecido do vigário João Carlos Monteiro e de uma escrava de propriedade de Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo, as possibilidades de ascensão estão exatamente na radicalização do engajamento. Após fazer as primeiras letras na “fazenda em que foi criado”, obteve permissão e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, aonde se empregou como trabalhador na construção da Santa Casa de Misericórdia, em 1868. Ingressou no curso de farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1874. A partir de 1877, passa a contribuir com a *Gazeta de Notícias*, posteriormente, torna-se diretor da *Gazeta da Tarde* (1881) e, por fim, adquire o jornal *Cidade do Rio* (1887). No ano de 1880, André Rebouças (1838-1898)⁴⁰⁶, Luiz Vicente de Souza Queiroz (1849-1898)⁴⁰⁷ e José do

⁴⁰⁴ BROCA (1960, p. 11).

⁴⁰⁵ AZEVEDO e DUARTE (1884, p. 3).

⁴⁰⁶ Cachoeira (BA) / Filho de Antônio Pereira Rebouças, deputado geral e conselheiro de D. Pedro II / Escola Politécnica do Rio de Janeiro / 2º tenente de engenheiros; Diretor da Companhia das Docas da Alfândega; Diretor da Companhia das Docas Pedro II.

⁴⁰⁷ São Paulo (SP) / Filho de Vicente de Souza Queiroz, Barão de Limeira, vereador em São Paulo e proprietário / Escola de Agricultura e Veterinária (Grignon – França) / Proprietário.

Patrocínio fundariam a Associação Central Emancipadora, mesmo ano em que Nabuco funda a Sociedade Brasileira contra a Escravidão⁴⁰⁸.

No movimento de fundação de associações e clubes, tentativas malsucedidas de criação de uma instituição que agregasse os “homens de letras” são ensaiadas. A primeira delas é de 1883, quando Araripe Junior, Afonso de Taunay e Silvio Romero se organizam para fundar a Associação dos Homens de Letras, que não foi além do projeto. Em 1887, houve nova tentativa, quando Francisco de Paula Ney, Artur de Azevedo, Aluísio de Azevedo, José do Patrocínio, Luís Murat, Guimarães Passos, Alberto de Oliveira e Coelho Neto tentaram criar o Clube de Letras e Artes, convidando Machado de Assis para seu presidente, que declinou. Com a instauração da República, em 1889, o conjunto de engajamentos que marcam as trajetórias biográficas dos agentes em pauta, impactam na recomposição das relações com o poder político. A queda ou ascensão nos cargos do novo regime dependeu, diretamente, das relações com o regime deposto e/ou do apoio político passível de ser mobilizado, variáveis não excludentes. Enquanto aqueles mais diretamente vinculados à monarquia, e com acesso menos direto aos grupos que tomaram o poder, como Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, deputado geral; Alfredo de Taunay – Visconde de Taunay, senador; João Manuel Pereira da Silva, senador; Carlos de Laet, professor do Colégio Pedro II; e Franklin Dória – Barão de Loreto, ministro no último gabinete do Império; perderam seus cargos, afastaram-se da política e, alguns deles acompanharam a família real no exílio. José Maria da Silva Paranhos Junior – Barão do Rio Branco, cônsul-geral em Liverpool (Inglaterra), Machado de Assis, diretor geral do Comércio; Silvio Romero, professor do Colégio Pedro II; e Salvador de Mendonça, cônsul-geral em Nova Iorque (Estados Unidos), conservam os cargos que possuíam desde o Império. Além desses, há aqueles que, tendo participado direta ou indiretamente do engajamento nas “causas” que marcaram o final do Império, obtêm nomeações para cargos em diversos níveis: Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores; Rui Barbosa, ministro da Fazenda; Araripe Junior, diretor geral de Instrução Pública; Manuel de Oliveira Lima, adido na legação de Lisboa (Portugal); Coelho Neto, secretário de governo do Estado do Rio de Janeiro; Lúcio de Mendonça, secretário do Ministro da Justiça; Luís Murat e Alcindo Guanabara, deputados pelo Estado do Rio de Janeiro; José Veríssimo, professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II; Medeiros e Albuquerque, secretário do Ministro do Interior. Por fim, cabe destacar os casos de Joaquim Nabuco, que se mantém afastado de cargos públicos, nos anos iniciais da República; e José do Patrocínio, sem nomeação.

⁴⁰⁸ ALONSO (2011, p. 181). Para os conflitos entre Patrocínio, Nabuco e Rui Barbosa, ver PATROCÍNIO (1996).

De modo geral, o advento do novo regime alçou uma série de agentes, ligados por laços de sociabilidade, a posições chave na estrutura de poder político, ampliando o capital de relações sociais acumulado pelo grupo e, ao mesmo tempo, sua capacidade de mobilizar recursos os mais variados. Nesse contexto, muitos daqueles que vão compor o grupo de fundadores da Academia Brasileira de Letras, atuam, também, como mediadores entre a esfera política e a cultural, particularmente garantindo a distribuição de cargos e de prebendas. Posteriormente, com a formalização da Academia, o grupo fundador passa a controlar e distribuir a “consagração literária” oficial. Ou seja, tratam-se de agentes que se situam na intersecção entre distintos setores sociais, operando tanto com os códigos da política, quanto com aqueles que remetem ao espaço de produção simbólica. As relações de integração se reforçam com a nova conjuntura, surgindo as “sociedades cariocas para conversar e comer”⁴⁰⁹, associadas ao circuito dos “clubes literários”, das confeitarias e cafés, e das livrarias, que se reforçam. No ano de 1890, José Ferreira de Souza Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*, propõe a criação de uma Sociedade dos Homens de Letras, da qual ele próprio seria o presidente, indicando Machado de Assis e José do Patrocínio, para vice-presidentes, e Artur de Azevedo e Aluísio de Azevedo, para a redação dos estatutos. O projeto novamente não avança, e os “homens de letras” passam a se reunir no Clube Rabelais, iniciativa de Araripe Júnior, criado para proporcionar um espaço agradável de convívio. Organizavam-se jantares mensais, nos quais se faziam presentes: Rodrigo Octávio, Valentim Magalhães, Henrique Magalhães, Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Joaquim Xavier da Silveira Junior (1864-1912)⁴¹⁰, Pedro Rabelo, Araripe Junior, Artur de Azevedo, Urbano Duarte, Coelho Neto, Alfredo Gonçalves⁴¹¹.

O Clube Rabelais se dissolveu em 1893, atravessado pelos alinhamentos políticos que ocorreram durante o governo de Floriano Peixoto, particularmente no contexto da Revolta da Armada. Com a relativa estabilização dos embates políticos a partir de 1894, criam-se as condições para a recomposição dos espaços de socialização. No ano de 1896, José Veríssimo retoma a Revista Brasileira, a qual se torna o ponto central de encontros entre “convivas”⁴¹². A Revista passa a organizar jantares mensais, e por sua redação circulam Ferreira de Araújo, Araripe Júnior, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Artur Azevedo, Afonso Celso, Pedro Tavares, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Alfredo de Taunay, Tarquínio de Souza e Lúcio de

⁴⁰⁹ OCTÁVIO (1998).

⁴¹⁰ São Paulo / Filho de Joaquim Xavier da Silveira, bacharel em direito / Governador; Deputado federal; Prefeito do Rio de Janeiro; Presidente da Ordem dos Advogados.

⁴¹¹ MACHADO NETO (1972, p.129).

⁴¹² MACHADO DE ASSIS, 1896 *apud* MONTELLO (1961, p. 25).

Mendonça. A partir dessas reuniões, organiza-se a Academia Brasileira de Letras, cuja notícia ganha as páginas do nono número da revista, publicado em 1897. Não se tratava “simplesmente” de “uma associação de escritores”, mas uma instituição que “pretende ser uma consagração das reputações literárias”, da qual só podem ser membros aqueles que “tenham em qualquer dos gêneros da literatura, publicado obras de reconhecido mérito”⁴¹³. Instituída a Academia e nomeados os “eleitos”, surgem os primeiros protestos, notadamente advindos daqueles que dispunham de certa entrada no grupo inicial e foram preteridos, tal como Francisco de Paula Ney. A principal iniciativa foi o lançamento das bases de uma Academia Livre de Letras, cujo objetivo era agregar os renegados, sem sucesso. De modo bastante direto, estavam em jogo as relações de reciprocidade e os esforços de monopolização da consagração, cujas condições de reconhecimento são expressas por Adolfo Caminha.

Há quase sempre [...] má vontade para os que ousam estrear na literatura. O poeta deve se mostrar humilde, “bom mancebo”, um pouco tímido, sem parecer tolo demais, e confessar imediatamente as suas culpas, isto é, dizer-se idôlatra do Sr. Sylvio Romero, admirador absoluto do Sr. Valentim Magalhães e discípulo de Luiz Delfino. Atualmente é um bom conselho dizer o que pensa em matéria de política republicana. A política já vai penetrando nos domínios da literatura e das artes... Nada de simbolismo... Um poeta de talento não escreve versos errados, e papa Verlaine... “erra” desgraçadamente. (*apud HALLEWELL, 2012, p. 282*)

Resultado das alianças forjadas ao longo do tempo, a manutenção da Academia Brasileira de Letras, dependeu 1) do controle interno das condições de ingresso, e 2) das relações externas de seus membros, notadamente com o poder político. As últimas, foram determinantes para o reconhecimento da academia e obtenção de subvenções oficiais. Nos anos iniciais, a Academia tem suas reuniões organizadas na redação da Revista Brasileira, mudando-se para o escritório de Rodrigo Octávio, que ocupava o cargo de primeiro secretário da instituição. As iniciativas para obtenção de um lugar tiveram início com Machado de Assis, que buscou contato com José Cesário de Faria Alvim Filho, então prefeito do Rio de Janeiro. Cesário havia sido membro do Partido Liberal no Império, participando do grupo do jornal *A Reforma*, juntamente com Afonso Celso, também membro da ABL. As negociações avançam significativamente, obtendo o empréstimo da sala aonde funciona a Academia Nacional de Medicina, no *Pedagogium*. Ao mesmo tempo, Machado de Assis relata em carta a Magalhães

⁴¹³ VERÍSSIMO (1897, p. 313).

de Azeredo que “há esperança” em alcançar alguma coisa no Congresso, tendo em vista a “promessa de um deputado que oferece alcançar o acordo de amigos”⁴¹⁴. Formalmente, em 1900, a Academia obtém o reconhecimento oficial⁴¹⁵, através de um projeto apresentado pelo deputado Eduardo Pires Ramos⁴¹⁶, com a colaboração do então Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, com quem Machado de Assis já havia se reunido em 1898, por apresentação de Rodrigo Octávio.

A mediação com o Congresso foi feita por Lúcio de Mendonça, que pediu ao “Francisco Sá, deputado pelo Ceará e da Comissão de Orçamento, que fosse benigno com a Academia”, buscando contatos, também, com Manuel Sátiro de Oliveira Dias, deputado pela Bahia, e com Inocêncio Serzedelo Correia, deputado pelo Pará. Machado de Assis indica para que Lúcio de Mendonça entre em contato com Alexandre José Barbosa Lima, deputado pelo Ceará, e José Joaquim Seabra, deputado pela Bahia. Além disso, investe no contato com Francisco de Paula Guimarães, presidente do Congresso, cujas “cartas tem um ritmo quase frenético”⁴¹⁷. No conjunto dos esforços para obtenção do reconhecimento oficial, Machado de Assis conta com o auxílio de Lauro Severiano Muller, então deputado por Santa Catarina, que encaminha o projeto para a aprovação no Senado, através de Benedito Pereira Leite, senador pelo Maranhão. A resolução definitiva se dá em 1905, através da intervenção de Eduardo Ramos e de Medeiros e Albuquerque, fundador, secretário geral da ABL e, na ocasião, deputado por Pernambuco. Ambos recebem o apoio de Seabra, então Ministro do Interior, que providencia um prédio para a Academia e os recursos necessários para suas despesas⁴¹⁸.

A oficialização e subvenção governamental da instituição dependeu, portanto, diretamente das relações do grupo fundador com o poder político. Não menos significativas, são os conflitos eleitorais que compõe parte significativa das disputas internas à Academia, também diretamente dependentes das relações de reciprocidade entre eleitos e elegíveis. Parte desses conflitos se expressam nos próprios embates entre “igrejinhas”, em grande medida travestidos de disputas entre estilos ou escolas literárias. O caso mais significativo de confronto entre definições de literatura se encontra nas críticas do grupo da ABL aos “simbolistas”, representados pela figura de João Cruz e Souza (1861-1898). Filho de escravos alforriados, Cruz e Souza nasceu em Nossa Senhora do Desterro (SC), seus pais ainda trabalhavam na

⁴¹⁴ MACHADO DE ASSIS *in* ROUANET (2011, p. 231).

⁴¹⁵ Lei nº 726, de 8 de dezembro de 1900.

⁴¹⁶ Eduardo Pires Ramos foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 3 de agosto de 1922, ocupando a cadeira 11.

⁴¹⁷ ROUANET (2011, p. xxv).

⁴¹⁸ MONTELLO (1961, p. 39).

fazenda do Marechal Guilherme Xavier de Souza, e residiam no porão da Casa Grande. Estudou na “Escola do Velho Fagundes” e no Ateneu Provincial, como pensionista do governo de Santa Catarina, benefício obtido por Xavier de Souza. Após a conclusão do secundário, Cruz e Souza trabalha como professor particular e ingressa na Companhia Dramática Julieta dos Santos, com a qual viaja por diversas províncias. As formas de inserção no universo literário se deram através da fundação de jornais e da tentativa de “viver no Rio de Janeiro”, o que não foi possível, retornando a Desterro⁴¹⁹. A atuação pela política e a militância em prol da causa abolicionista são acionadas constantemente, a partir do que consegue ingressar em um jornal do Rio de Janeiro, o *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio. No entanto, não conseguiu se manter no jornal devido à uma “crise na redação”. Buscou investir em outros periódicos, tais como a *Revista Ilustrada* e a *Gazeta de Notícias*, sem conseguir se manter como colaborador. As possibilidades de viver no Rio de Janeiro são potencializadas com a obtenção de um cargo de arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil.

No mesmo ano em que ingressa no serviço público, Cruz e Souza provoca uma inflexão no espaço literário, através da publicação de *Missal e Broqueis*, em 1893. Livros considerados marcos inaugurais do simbolismo no Brasil, a recepção crítica é imediata, veiculada pelo conjunto de instrumentos jornalísticos diretamente controlados pelo “grupo” oficial da literatura brasileira. Diretor de *O Álbum*, Artur de Azevedo reage à literatura “sem assunto”, adotada por Cruz e Souza, cujo problema principal é justamente a ineficácia no esforço em “convencer o leitor e conquistar-lhe a simpatia”. Se em um primeiro momento, as críticas ficam restritas às questões estilísticas, pouco a pouco, se transfiguram em referências diretas às características étnicas e sociais do autor. Na *Gazeta de Notícias*, em 3 de setembro de 1893, é publicado um poema satírico, assinado pelo pseudônimo Souza e Cruz, com o título *Na Costa D’África*, destacando a cor e ascendência africana de Cruz e Souza, e concluindo com o verso: *Missais, Broqueis, Pipocas, Bugigangas*⁴²⁰. A mesma linha de ataque é tomada por Araripe Junior e José Veríssimo. O primeiro, publica uma crítica no jornal *O Movimento*, em 1893, considerando Cruz e Souza “um maravilhado”, um “ingênuo no meio da civilização ocidental, para a qual seus antepassados concorreram apenas com o braço físico”, tributário de um modo de escrita dos seus “antepassados”, produtores de uma “arte primitiva”. No caso de José Veríssimo, pontua que os versos de Cruz e Souza “não significam nada”, puro “cacoete, próprio dos primitivos, das expressões enfáticas, substituindo expressões que lhe faltam”⁴²¹.

⁴¹⁹ PRANDINI (2011, p. 29).

⁴²⁰ SIMÕES JUNIOR (2011, p. 148-149).

⁴²¹ CAPOBIANCO (2014, p. 311-312).

Assumindo uma postura diversa, cujo objetivo é contrapor os comentários positivos recebidos por Cruz e Souza, os quais só poderiam vir de uma “nova igreja”, Magalhães de Azeredo propõe “classificar artisticamente” o livro *Missal*, em crítica redigida em 18 de setembro de 1893. Reivindicando um pretense julgamento estético e neutro, de quem não pertence a tal “igrejinha”, o crítico conclui que o trabalho não se enquadra em nenhum tipo de estilo, a não ser em devaneios e fantasias, derivados da “imaginação que ofusca o sentimento” sendo, portanto, produto da “loucura”⁴²².

Mais do que confrontos estéticos, os conflitos englobam uma concepção de hierarquia social e étnica, associados a estratégias de afirmação da produção literária dominante. Para isso, lançam mão do controle que dispõe de veículos de publicação, tal como *O Álbum*, dirigido por Artur de Azevedo, e a *Gazeta de Notícias*, de Ferreira Araújo. A impossibilidade de obter alguma entrada no grupo oficial, por parte de Cruz e Souza, e sua estratégia de importação do simbolismo como prática de contraposição ao parnasianismo dominante, colocam a hierarquia de gêneros em evidência. De modo mais ou menos direto, a crítica sobre a despreocupação quanto ao convencimento do público, lançada por Azevedo, implica na reivindicação de uma hierarquia fundada no julgamento externo, ou na literatura de grande público, em que a produção restrita é considerada “devaneio”. A recepção crítica do simbolismo no Brasil, portanto, implica uma classificação e definição a partir da literatura oficial e reconhecida, envolvendo um julgamento social e étnico, característico da oposição “primitivo” / “moderno”. Em outros termos, o reconhecimento de uma produção legítima, dependente das forças políticas mobilizadas por seus produtores e das condições de fazer valer seus trunfos frente aos concorrentes. Como a hierarquia está fundada diretamente em relações de reciprocidade, isso significa que o reconhecimento literário depende das possibilidades de acesso ao grupo oficial que controla o reconhecimento literário.

Assim como os critérios estéticos e as representações da literatura dominante estão subordinadas as relações personificadas que dividem o espaço cultural entre os *insiders* e os *outsiders*, as condições de ingresso na Academia seguem a mesma lógica, enfatizando as relações de reciprocidade e a capacidade de mobilização de apoios que estão na base da “consagração de reputações”. As primeiras modificações no quadro de “acadêmicos” ocorreram em 1898, com o falecimento de Luís Caetano Guimarães Junior e João Manuel Pereira da Silva, cujas cadeiras foram ocupadas, respectivamente, por João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934), e por José Maria da Silva Paranhos Junior – Barão do Rio

⁴²² SIMÕES JUNIOR (2011, p. 149).

Branco (1845-1912). No caso de João Ribeiro, quando lançou sua candidatura, já era considerado “de dentro”, tanto que “não foi incluído do quadro de fundadores” por estar em uma longa viagem pela Europa. Orfão de pai, João Ribeiro foi criado pelo avô Joaquim José Ribeiro, que era da “geração dos artistas e franco-maçons” e tinha uma “biblioteca de cousas portuguesas”⁴²³. Mudou-se de Sergipe para o Rio de Janeiro, dedicando-se ao jornalismo e fazendo-se “amigo” de Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara. No Rio, foi acolhido por “seu conterrâneo”, Silvio Romero, que lhe servia como um tipo de corretor literário, a quem apresentava seus primeiros escritos⁴²⁴. Integrou o grupo da revista *A Semana*, de propriedade dos irmãos Valentim e Henrique Magalhães, além de frequentar a redação da *Revista Brasileira*⁴²⁵. “Amigo e sucessor” de João Capistrano de Abreu na Biblioteca Nacional, foi apresentado a Machado de Assis, em 1885⁴²⁶.

A combinação de uma “eleição interna” e o respeito aos procedimentos formais de apresentação de candidatura que caracterizam o ingresso de João Ribeiro na ABL, encontram seu contraponto na eleição do Barão do Rio Branco. Sua candidatura à cadeira 34 foi apresentada por Carlos Magalhães de Azeredo. As articulações datam de junho de 1898, quando Azeredo solicita que Machado de Assis “faça tudo quanto lhe for possível” para que José Maria Paranhos Júnior “seja eleito”⁴²⁷. Na ocasião, Carlos Magalhães de Azeredo era diplomata brasileiro lotado em Roma. De “família abastada”, filho do português Caetano Magalhães de Azevedo, fez seus primeiros estudos na cidade do Porto, em Portugal, bacharelando-se, em 1893, na Faculdade de Direito de São Paulo. Azeredo manteve intensa correspondência com Machado de Assis, compondo 30,1% do conjunto de documentos coligidos para o período 1890-1900⁴²⁸. Eleito para compor o quadro de fundadores, Azeredo, na ocasião, fora candidato de Machado de Assis, a quem agradece pela indicação para compor os fundadores da ABL⁴²⁹. Na ocasião em que se articulava a eleição de Paranhos Junior para a Academia, este ocupava o cargo de cônsul do Brasil em Liverpool (Inglaterra), havia chefiado a missão brasileira sobre o arbitramento sobre os limites entre Brasil e Argentina, e em 1898 atuava como plenipotenciário do Brasil na Suíça, por conta do arbitramento da fronteira do Amapá. As fortes relações de Rio Branco com o Ministério das Relações Exteriores se estendem quase como um tipo de herança familiar, tendo atuado como secretário de seu pai (José Maria da Silva Paranhos - Visconde do

⁴²³ RIBEIRO in JOÃO DO RIO (1902, p. 7).

⁴²⁴ Biografia de João Ribeiro – Academia Brasileira de Letras.

⁴²⁵ Ver carta de Machado de Assis à Magalhães de Azeredo, 02 de fevereiro de 1898 (ROUANET, 2011).

⁴²⁶ Carta de Capistrano de Abreu à Machado de Assis (ROUANET, 2009, p. 296).

⁴²⁷ Carta de Magalhães de Azeredo à Machado de Assis, 21 de junho de 1898 (ROUANET, 2011, p. 310-311).

⁴²⁸ ROUANET (2011).

⁴²⁹ Carta de Magalhães de Azeredo à Machado de Assis, 23 de março de 1897 (ROUANET, 2011, p. 216-220).

Rio Branco) em diversas missões nas quais este participou como enviado do governo e quando ocupou a pasta de ministro das relações exteriores. Na articulação dos apoios para a eleição, Magalhães de Azeredo pede à Machado de Assis que “comunique” a ideia a “Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Rodrigo Octávio e Visconde de Taunay”⁴³⁰, com os quais conta para o sucesso do empreendimento. Além disso, Aluísio de Azevedo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha, Oliveira Lima e Domínio Gama, o último tendo atuado como secretário de Paranhos Junior durante o arbitramento dos limites com a Argentina, ocupavam cargos na diplomacia, configurando um apoio eleitoral significativo à candidatura⁴³¹. Em 9 de setembro de 1898, Machado de Assis escreve à Magalhães de Azeredo informando que a “candidatura de Rio Branco é de primeira ordem, todos a acharam tal”⁴³², indicando a composição das articulações eleitorais já havia se realizado, sendo, posteriormente, o postulante legitimado como membro da ABL com unanimidade dos votos.

Das articulações eleitorais relativamente consensuais, surgem aquelas em que se está em disputa mais direta as definições dos critérios de ingresso e a hierarquização do espaço literário brasileiro. Tais foram os casos das eleições de Mario Cochrane de Alencar (1872-1925), Lauro Severiano Muller (1863-1926) e Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917). A primeira delas é a eleição de Mario de Alencar para a vaga aberta com o falecimento de José do Patrocínio, em 1905. Herdeiro do espólio literário de seu pai, José de Alencar, teve como “padrinhos” eleitorais: Machado de Assis e o Barão do Rio Branco, um e outro mobilizando suas relações para o sucesso eleitoral do indicado. “Satélite de Machado”⁴³³, Mario de Alencar contribuiu fortemente para o reconhecimento oficial da Academia como a “grande instituição das letras”, elevada por “iniciativa do Ministro Seabra”⁴³⁴, de quem era secretário. Na concorrência pela vaga de José do Patrocínio, estavam também: Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (1851-1906) e José Severiano de Ribeiro (1871-1931). O primeiro já havia se candidatado em 1903, para a vaga de Valentim Magalhães, quando foi derrotado por Euclides da Cunha, que contara com o apoio do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. A eleição para a vaga de Patrocínio representa uma primeira ruptura significativa no interior do grupo, ainda durante a presidência de Machado de Assis. Novamente, o Barão do Rio Branco investiu de modo significativo no pleito, talvez não tanto por apoio à Mario de Alencar, mas por conta de um conjunto de editoriais políticos publicados n’A Notícia, atribuídos a Domingos

⁴³⁰ ROUANET (2011, p. 311).

⁴³¹ MALATIAN (1999, p. 387).

⁴³² ROUANET (2011, p. 320).

⁴³³ PEIXOTO (2007, p. 354).

⁴³⁴ BROCA (1960, p. 59).

Olímpio, os quais criticavam sua ação na questão do Acre. As disputas pelos critérios de entrada na Academia se iniciam com o resultado do pleito, favorável à Mario de Alencar. Entre os partidários de Domingos Olímpio, estava Alcindo Guanabara, que protesta contra o resultado, afirmando que entre os candidatos não poderia haver hesitação, Domingos era portador de “uma longa vida de publicista e romancista”, sendo que a “Academia é uma consagração pelos trabalhos feitos [...] não é lugar para principiantes”⁴³⁵. Heitor Lima também protesta, afirmando que bastava frequentar a Garnier para que um “escritor incólume” derrotasse um “velho e acatadíssimo literato”. De modo bastante direto, está em jogo o critério de eletividade, apontando para a distinção entre o “mérito” literário, representado por uma carreira consolidada, e a lógica da “panela”, destacada por Heitor Lira. Assim como nas eleições anteriores, a lógica de reciprocidade se impõe como fundamento para a consagração de “reputações literárias”, de modo que outros critérios que poderiam ser definidos como propriamente literários, são adjacentes, servindo mais como forma de justificar escolhas prévias.

As relações de reciprocidade associadas aos processos eletivos para a Academia Brasileira de Letras se expressam, de modo mais singular, na eleição de Lauro Muller, em 1912, para a vaga de Rio Branco. Ao contrário dos outros casos, tratava-se de alguém que não era escritor, assim como também não possuía qualquer livro publicado, o que inviabilizava a candidatura de acordo com os estatutos da Academia. Mesmo assim, a eleição de Lauro Muller foi encampada por Medeiros e Albuquerque. Buscando atender ao requisito básico para a candidatura, Muller mandou editar em volume um discurso, sendo impresso em Paris sob a supervisão de Medeiros de Albuquerque, então Secretário Geral da ABL. Na crítica de Lima Barreto, o livro fabricado para Muller havia sido impresso em “papelão e letras garrafais”⁴³⁶, para dar impressão de que se tratava de algo mais do que um simples folheto. Em correspondência, Salvador de Mendonça⁴³⁷, opõe-se à candidatura de Muller, em nome da “dignidade da [...] Academia”, afirmando que este “não seria candidato, se não fosse ministro, contando, como tal, com as fraquezas da época e com os votos coactos de oito ou dez diplomatas ou parentes de diplomatas nossos, que nessa corporação tem assento”⁴³⁸. De fato, o peso do controle dos cargos diplomáticos por Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores na ocasião, é significativo para a composição dos apoios. Segundo Afrânio Peixoto (1876-1947),

⁴³⁵ Guanabara *apud* BROCA (1960, p. 61).

⁴³⁶ Barreto *apud* BROCA (1960, p. 62).

⁴³⁷ Salvador de Mendonça havia sido dispensado de seus serviços na Legação de Lisboa, colocado em disponibilidade por decreto de Rodrigues Alves, em 1903.

⁴³⁸ Mendonça *apud* BROCA (1960, p. 64).

Mario de Alencar não pode deixar de dar seu apoio a Lauro Muller, “porque senão Augusto de Alencar, seu irmão e ministro plenipotenciário, seria vítima”⁴³⁹. Ao que tudo indica, as condições de mediação de recursos entre o poder político e outras esferas de atividades permitem o comprometimento dos beneficiários das benesses, garantindo a retribuição futura. Além de controlar os cargos diplomáticos na ocasião, Muller havia atuado diretamente no processo de reconhecimento da Academia junto ao poder público, assim como havia sido responsável pelo retorno de Machado de Assis ao cargo de diretor geral do Ministério de Indústrias, Viação e Obras Públicas⁴⁴⁰.

Na condição de cobrar débitos passados, Lauro Muller é eleito para a Academia, em 1912. Como destaca Afonso Celso Junior, em seu discurso de recepção ao recém-eleito, era “sem surpresa” que o “sucessor” de Rio Branco “no Governo”, fosse “também o seu sucessor na Academia”⁴⁴¹. Se na eleição de Lauro Muller, esteve em pauta a própria condição de “homem de letras”, notadamente, sua negação em nome de outros princípios eletivos, no caso de Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917), tratava-se de uma disputa em torno da definição de “literatura”, de “ciência”, dos “méritos” necessários para a eleição e da própria função da ABL enquanto instituição de consagração. Os principais defensores da candidatura de Oswaldo Cruz foram: Salvador de Mendonça e Afrânio Peixoto; o último, responsável pelo “convite” para que o candidato pleiteasse a vaga. Oswaldo Cruz era filho do médico Bento Gonçalves Cruz, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em 1877, quando seu pai instala consultório na Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado, de propriedade de João da Cruz, e assume um cargo na Junta Central de Higiene. Após obter o diploma de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz casa-se com Emília da Fonseca, filha do Comendador José Maria da Fonseca, “um homem rico” que custeava sua estadia em Paris, entre 1897 e 1899. Regressando ao Brasil, assume a diversos cargos de direção passando pela Policlínica do Rio de Janeiro, pelo Instituto Soroterápico Nacional e assumindo, em 1903, a como diretor de Saúde Pública do Rio de Janeiro. Ainda antes de preitear a vaga para a Academia Brasileira de Letras, coordenou comissões sanitárias e ingressou na Academia Nacional de Medicina, em 1907. Também concorria à vaga, Emílio de Meneses (1866-1918), nascido no Paraná, filho de um “poeta”, instalara-se na cidade do Rio de Janeiro em 1884, obtendo uma colocação como escriturário do Departamento da Inspeção Geral de Terras e Colonização, em 1890.

⁴³⁹ PEIXOTO (2007, p. 351).

⁴⁴⁰ ROUANET (2011, p. 284 e 521).

⁴⁴¹ Discurso de recepção ao Acadêmico Lauro Muller, 1912. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=8409&sid=327>.

Enriqueceu com fazendo especulações financeiras no período do Encilhamento, comprando “carros de luxo” e “coleções de arte”. Emílio de Meneses já havia sido preterido em outra ocasião, segundo Rodrigo Octávio (1979), pelo esforço de Machado de Assis em tornar a Academia uma “casa de boa companhia”, cujo critério de “boas maneiras” e de “respeitabilidade pessoal” deveria ser observado (p. 54).

No confronto entre os candidatos, a eletividade de Oswaldo Cruz, um “cientista”, em oposição ao seu adversário, um “homem de letras”, é defendida por Salvador de Mendonça a partir da perspectiva de que “a ciência [...] é uma literatura porque sem forma literária, isto é, sem incorporação perfeita do pensamento, não se compreende a verdadeira ciência”. Ao mesmo tempo em que torna indistintos os discursos literários e científicos, Mendonça defende uma mudança de perspectiva na própria lógica de ingresso na Academia, sugerindo que esta deveria reservar lugares para “sumidades de toda ordem”⁴⁴². Com o resultado favorável à Oswaldo Cruz, Afrânio Peixoto pronuncia seu discurso de recepção acadêmica⁴⁴³, posicionando-se no mesmo sentido de Salvador de Mendonça. Afirma que as separações entre ciência e literatura não são exclusivas, sendo “tudo comum à inteligência”. Ao mesmo tempo, advoga em favor da inserção da Academia na esfera de relações composta por “fidalgos, prelados, chanceleres, militares e sábios”, ao lado dos quais devem estar sentados “poetas, romancistas, historiadores e filólogos”. Isso porque, a própria “dignidade da condição” dos últimos deveu-se, justamente, ao reconhecimento dos primeiros, portanto não caberia agora negar que estes permaneçam e sejam consagrados pela Academia. Nesse quadro, Afrânio Peixoto reivindica, portanto, a eleição dos homens ilustres: “príncipes, ministros, almirantes, cardeais, homens de ciência”; como uma forma de gratidão por seus serviços prestados, tanto à própria ABL quanto à “sociedade”.

O conjunto das disputas eleitorais que explicitam os critérios de hierarquização no interior do espaço cultural, particularmente naquele que seria seu polo mais “literário”, reforça a supremacia dos princípios políticos e das relações de reciprocidade como mecanismos de ingresso e consagração por meio da Academia Brasileira de Letras. Além disso, de modo geral, há uma variação situacional das definições de literatura e dos “méritos literários”, dependendo dos confrontos em pauta, dos adversários e de suas possibilidades de mobilização de apoios. Trata-se, de fato, de uma oposição significativa entre o discurso de fundação de uma instituição destinada a consagrar “reputações literárias”, e as práticas concretas através das quais se opera o ingresso nos quadros da Academia. De tal modo, se “os escritores da geração de 1870”

⁴⁴² Mendonça *apud* BROCA (1960, p. 63).

⁴⁴³ Discurso de Recepção à Oswaldo Cruz (1912), disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=8394&sid=127>.

obtiveram sucesso em controlar as instâncias de consagração, “tais como a Academia Brasileira de Letras”⁴⁴⁴, ou o acesso aos grandes editores, isso está longe de constituir uma “autonomização do campo” literário no Brasil. Mais do que isso, quaisquer divisões estéticas e suas condições de objetivação em imperativos éticos, lógicas que tendem a fundamentar os conflitos pelos princípios de hierarquização e imposição da literatura legítima em outros contextos nacionais⁴⁴⁵, são negados enquanto tais⁴⁴⁶ em nome de uma literatura oficiosa, sustentada pelo “grupo oficial” no poder. É com relação a isso que variam as condições de realização de carreiras, as possibilidades de consagração de “reputações literárias”, e os conflitos políticos, transfigurados em conflitos estéticos. Os princípios de excelência e de hierarquização entre os “homens de letras” estão, portanto, subordinados às lógicas políticas, às estratégias de inserção social e as condições de realização de um percurso específico, cujo primeiro critério é o deslocamento em direção à cidade do Rio de Janeiro. Tal indicação implica em um exame detalhado das trajetórias e investimentos que estruturam as chances de sucesso e de fracasso nesse espaço de relações.

4.2 A FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO E A FACULDADE DE MEDICINA E FARMÁCIA DE PORTO ALGRE

Instaladas como cursos de cirurgia ligados aos Hospitais Militares da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808, as Academias o conjunto de mudanças regimentais que organizam o funcionamento dessas instituições, bem como sua progressiva transformação em Faculdades de Medicina, ligam-se aos conflitos pela definição do “fazer médico” e pelo controle sobre o reconhecimento “profissional”. A recomposição do “campo médico”, notadamente na França, entre o XVIII e o XIX, associa-se, diretamente, aos efeitos da Revolução Francesa, os quais atingem sensivelmente as instituições de formação e os modos de representação profissional naquele país. Dois fenômenos mais diretos marcam esse período, a dissolução das corporações de ofício ligadas ao exercício da medicina, a reorientação dos currículos com vistas a não separação entre a medicina e a cirurgia. Isso implica na reorganização dos hospitais relativamente às novas formas de ensino médico. Nessa sobreposição, as instituições

⁴⁴⁴ MICELI (1975, p. 163-168).

⁴⁴⁵ BOURDIEU (1996); CHARLE (1979).

⁴⁴⁶ JOÃO DO RIO (1902).

hospitalares ganham o centro do desenvolvimento e especialização médica, cujo resultado é a multiplicação de suas funções: 1) atender pacientes indigentes; 2) constituir-se como terreno privilegiado de observação de doenças; e 3) como lugar de formação clínica dos estudantes⁴⁴⁷. As condições sociais e institucionais de especialização médica no “mundo germanófono” na primeira metade do XIX são outras, isso de seve a menor proximidade entre as faculdades de medicina e os principais hospitais, ao reduzido número de cursos professores de medicina (comparativamente a Paris), e a inclinação à denominada “ciência pura”, em oposição a aplicação prática dos conhecimentos⁴⁴⁸. Em termos gerais, o desenvolvimento e transformações no ensino e prática médicos estão associados a três fatores diretamente imbricados: 1) a aproximação da medicina e da cirurgia; 2) a concepção de especialidade como sinônimo de desenvolvimento científico; 3) a emergência de novas formas de gestão administrativa e populacional decorrentes da emergência dos estados modernos, as quais se relacionam ao enquadramento social e a promoção de políticas de assistência (hospitalar, sanitária, etc)⁴⁴⁹.

A gênese da implantação de profissionais oficialmente habilitados para a prática da medicina no Brasil remete ao período colonial, particularmente associada à oposição entre os “físicos” e “cirurgiões”, com suas respectivas bases sociais de constituição. Enquanto os primeiros derivavam sua legitimidade da formação escolar e dedicavam-se ao atendimento “do governador e de outras autoridades”, assim como à ocupação de cargos de controle do exercício profissional e de supervisão hospitalar, representando um nível hierárquico superior aos cirurgiões; no caso desses últimos, tratava-se de um ofício manual, cujo ensino tinha orientação inteiramente prática, portanto, desvalorizada⁴⁵⁰. A partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, inicia-se o processo de organização profissional e regulamentação da educação médica no Brasil, “como atividade diversa da praticada por barbeiros, sangradores, práticos e curandeiros”⁴⁵¹. Nesse período inicial, as atividades ligadas à “gestão de conflitos envolvendo o ensino médico e o exercício profissional”, particularmente através da mediação entre diferentes segmentos que disputavam o controle sobre a medicina – “Junta do Protomedicato, esferas legislativas e burocráticas do governo e a Sociedade de Medicina” –, compunham um dos principais investimentos e elementos de hierarquização “profissional”⁴⁵². De meados do século XVIII em diante, o status social dos “físicos” e “cirurgiões” se eleva, notadamente no

⁴⁴⁷ PINELL (2005, p. 7-8).

⁴⁴⁸ WEISZ (2005, p. 39-40).

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 37.

⁴⁵⁰ SANTOS FILHO (1991, p. 291 *et seq.*).

⁴⁵¹ EDLER (2002, p. 364).

⁴⁵² CORADINI (1997, p. 432).

caso dos segundos, com a diferenciação interna ao conjunto das “categorias de cirurgiões” e a valorização da formação específica⁴⁵³.

A organização do ensino médico no Brasil, passa diretamente pela importação dos modelos institucionais da França, tanto no que tange aos estatutos das faculdades, quanto no que se refere às instituições de consagração, notadamente a Academia de Medicina⁴⁵⁴. No caso do ensino, os estatutos traduzidos da Faculdade de Medicina de Paris, vigoram até 1854⁴⁵⁵. Nesse quadro, o contexto de formação de um espaço no qual se situam as instituições ligadas ao exercício da medicina (faculdades, hospitais, burocracia pública, clínica, laboratórios, instituições de consagração, etc.), se define na relação entre os regulamentos formais e as bases sociais e culturais sobre as quais se constituem as hierarquias e as definições de medicina. Em tal sentido, são sintomáticas as disputas pela primazia das “descobertas” ou pelos esforços em “fazer valer” determinados diagnósticos, o que geralmente levava a mobilização do poder político como forma de reconhecimento do pretense “mérito científico”. Na medida em que se trata de um contexto histórico e social no qual não se configura uma oposição entre um polo “hospitalar-universitário”, e outro de exercício da clínica enquanto profissão liberal⁴⁵⁶, não há uma polarização entre a interpretação propriamente teórica (ou a pesquisa científica) e seu uso político e social⁴⁵⁷. Um dos casos exemplares na sobreposição dessas lógicas é o de Domingos José Freire Junior (1843-1899). De modo geral, os conflitos surgem em torno da relação entre “conhecimento científico” e gestão de problemas sociais se estruturam relativamente à “descoberta” de Freire Junior das causas da “febre amarela”. Catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a reivindicação de um micróbio causador da doença e a proposição de seu tratamento – a vacina – cola-se diretamente ao processo de importação da ciência experimental e da pesquisa de laboratório como modelo de organização do ensino médico. Interessa, particularmente, as relações práticas com a pesquisa científica e seus usos como estratégia de notabilização, ou seja, configura-se um amalgama entre a participação em fóruns e espaços institucionais formalmente associados à produção científica, incluindo a redação de relatórios, observações e experimentações, e as lógicas propriamente políticas de legitimação das descobertas e, por extensão, consagração de seus proponentes. Nesse sentido, a prova científica da causa da “febre amarela”, vem acompanhada do modo de solucionar o “problema de saúde pública”. Ainda assim, as condições de administração da vacina dependem de um

⁴⁵³ SANTOS FILHOS (1991, p. 304).

⁴⁵⁴ CORADINI (2005).

⁴⁵⁵ Decreto nº 1,387, de 28 de abril de 1854.

⁴⁵⁶ PINELL (2005, p. 29).

⁴⁵⁷ ENGELMANN (2004); CORADINI (1997, 2009).

duplo processo: o investimento na imprensa de vulgarização, através da publicação das pretensas descobertas e avanços da ciência experimental; e o acesso ao cargo de Diretor da Junta de Higiene Pública, em 1883, o que lhe permite a inoculação em um conjunto significativo de pessoas, ao menos até 1894, quando as supostas causas da doença começam a ser colocadas por terra⁴⁵⁸.

O conjunto de relações práticas com o conhecimento científico e seus centros de produção engendram um sistema de disputas em torno das “primícias” e dos ganhos conexos aos resultados da pesquisa enquanto acumulação de reconhecimento. Ou seja, o universo de produção científica, com seus respectivos rituais e elementos retóricos, não se desvincula dos usos aplicados dos produtos da ciência, cujo resultante é a não separação entre o “interesse pela verdade” e os “interesses” propriamente sociais e políticos atrelados⁴⁵⁹. Os esforços na direção da conquista de espaço no universo das “descobertas científicas”, caminham em outras duas direções, as quais jamais deixam de acionar a combinação entre retórica acadêmica e relações de reciprocidade e poder político. De um lado, tem-se aquilo que se pode chamar de “aceleração do processo”, ou seja, a divulgação dos resultados a partir de evidências não inteiramente comprovadas, cuja objetivo é tanto a inserção ou ocupação de um lugar “vago” relativamente à um tema/problema, quanto a garantia da primazia sobre a descoberta. É o caso, por exemplo, de João Batista de Lacerda (1846-1915) e sua utilização e legitimação do permanganato de potássio como antídoto contra o veneno ofídico. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Lacerda⁴⁶⁰ organizou o Laboratório de Fisiologia Experimental⁴⁶¹, ao lado de Louis Courty⁴⁶², e foi diretor do Museu Nacional por 40 anos, posições que lhe permitiram o reconhecimento oficial de seu antídoto. O primeiro fato, é que a pretensa descoberta foi conduzida no Laboratório de Fisiologia, com a presença de Louis Courty, que protesta contra a citação de seu nome, destacando a inconclusividade dos experimentos e o período curto de testes⁴⁶³. O segundo, é que não se trata de uma “descoberta”, mas de um empréstimo, particularmente porque a substância vinha sendo utilizada por um pesquisador inglês para o mesmo tratamento, desde 1869⁴⁶⁴. O conflito em torno a precedência da descoberta se inicia com a tradução dos artigos de “Sir Joseph Fayer” e sua publicação na Gazeta Médica da Bahia.

⁴⁵⁸ BENCHIMOL (2001).

⁴⁵⁹ BOURDIEU (1975, p. 103).

⁴⁶⁰ Lacerda ingressou na Academia de Medicina em 1885, aliado de Torres Homem, foi um dos principais oponentes de Domingos Freire Junior.

⁴⁶¹ Fundado em 1880 como instituição anexa ao Museu Nacional.

⁴⁶² Nascido em 1854, na França, médico e *agregé*, veio ao Brasil a convite de Dom Pedro II, foi codiretor do Laboratório de Fisiologia Experimental e catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Faleceu em 1884.

⁴⁶³ Gazeta Médica da Bahia, 06-1882.

⁴⁶⁴ Gazeta Médica da Bahia, 09-1884.

Nesse momento, Lacerda reivindica seus direitos de prioridade sobre o uso da substância química para o tratamento em pauta, lançando notas de censura aos editores da *Gazeta Médica da Bahia*, principalmente por haverem divulgado, no Brasil, os trabalhos de Fayer, que já aplicavam o permanganato de potássio como antídoto contra o veneno ofídico. Sintomático das relações de apropriação prática dos produtos científicos é que Lacerda admite que conhecia os trabalhos de seu predecessor⁴⁶⁵. O fundamental no caso em pauta, é a disputa pela “descoberta” e a conseqüente consagração do seu produtor, o que implica uma instrumentalização das informações disponíveis e da divulgação científica, numa lógica de “importação seletiva”, cuja estratégia de autopromoção da precedência fundamenta a relação de uso de um produto da pesquisa científica como meio de conquista de notabilidade política e social.

A não oposição entre a pesquisa e sua aplicação prática ou instrumentalização em função de interesses sociais variados, se realiza, também, no espaço da clínica médica, cuja legitimação de um procedimento depende da certificação das instâncias de consagração social e profissional da medicina, ou de seus representantes. Caso exemplar é a aplicação de correntes elétricas para o tratamento de elefantíase, acompanhada pelos respectivos esforços de inscrição dessa prática nos principais fóruns de discussão médica brasileiros de época. O empreendimento da “nova” técnica de combate à doença é encampado por Antônio José Pereira da Silva Araújo, médico adjunto do Hospital de Caridade e redator da *Gazeta Médica da Bahia*, recebendo a posterior adesão de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, médico, fundador e diretor da Policlínica Central do Rio de Janeiro. Ambos nutriam relações “amistosas e científicas”, e passaram a investir no “campo da eletricidade médica”, aplicando-a a “moléstias em que não” lhes “constava terem ainda sido aconselhadas”. As primeiras publicações de Silva Araújo datam de 1877, quando lhe surgiu a “ideia” de aplicação de correntes elétricas em um paciente com elefantíase. Além dos esforços de divulgação dos resultados na imprensa médica de época, particularmente na *Gazeta Médica da Bahia* e no *Progresso Médico*, acionam os contatos internacionais para divulgação dos resultados da “descoberta” na Academia de Ciências de Paris. Em 1879, Silva Araújo descobre que a “prioridade” não lhe pertencia, como “supusera”, mas que tal prática datava de fins do XVIII. A alternativa foi dupla para inscrever suas pesquisas na “história” da aplicação da eletricidade no tratamento de elefantíase: 1) usar um tipo de corrente elétrica ainda não utilizada; 2) obter o reconhecimento de uma “sumidade médica” brasileira para o método empregado. O primeiro ponto é organizado pela publicação de uma resenha com as pesquisas em pauta e a introdução dos próprios proponentes como

⁴⁶⁵ *Gazeta Médica da Bahia*, 10-1885.

resenhados⁴⁶⁶. O segundo passa pelas relações de reciprocidade acionadas com Torres Homem, que “convida” Silva Araújo para o tratamento de uma paciente no Rio de Janeiro. Tratava-se da oportunidade de submeter o processo curativo “ao alto e esclarecido juízo de uma das sumidades médicas brasileiras, ao mesmo tempo que um dos mais ilustrados e aplaudidos professores da Faculdade”⁴⁶⁷. A estratégia de legitimação do tratamento adotada é a apresentação de um “relatório” dos resultados, acompanhado da solicitação de que Torres Homem emitisse uma “carta parecer”, permitindo que Silva Araújo a publicasse como forma de atestado de reconhecimento científico dos métodos empregados.

A dominância das relações de reciprocidade e com o poder político é determinante nas modalidades de legitimação de resultados e práticas científicas, ou seja, como princípio de definição da hierarquia profissional e de reconhecimento do “mérito”. Isso atravessa os diferentes domínios de atividades, indo desde o controle de problemas de saúde pública, até aqueles relacionados à esfera clínica. No universo representado pelas faculdades de medicina, em que as condições de entrada e as hierarquias internas estão reguladas por procedimentos formais, os conflitos não prescindem as relações com o poder político e as lógicas personificadas. Em diversas ocasiões, inclusive, a intervenção por decreto se sobrepõe aos critérios pretensamente “escolares”, seja através do controle da nomeação dos escolhidos nos concursos, seja pela atribuição de títulos escolares. Ambos os casos são regulados pelas regras formais que fundamentam o acesso aos cargos de professor nas faculdades de medicina, mas não apenas nelas, durante todo o Império. As “listas de propostos”, a partir das quais se atribuía ao governo a nomeação e hierarquização dos escolhidos “por concurso”, só deixam de existir formalmente com o regime republicano. Os constrangimentos formais, funcionam situacionalmente, de acordo com os interesses em jogo e as relações que sustentam as candidaturas e nomeações. Ilustrativo é o caso do concurso de Domingos Marinho de Azevedo Americano (1813-1851), “protegido” de Bernardo Pereira de Vasconcelos, então Ministro da Justiça do Império⁴⁶⁸. Na ocasião da abertura da vaga de catedrático de Partos e Operações, em setembro de 1838, o único substituto deveria prestar “exame singular” para “progressão” na carreira. Ocorre que os estatutos da Faculdade de Medicina de Paris, que regiam o ensino médico no período, não permitiam tal exame, cabendo à Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a decisão de aplica-lo ou não. Como se tratava de uma situação de candidato único, decidiu-se a favor do exame singular. Entremeios, Azevedo Americano

⁴⁶⁶ Gazeta Médica da Bahia, 10-1880.

⁴⁶⁷ Gazeta Médica da Bahia, 10-1880, p. 170.

⁴⁶⁸ MAGALHÃES (1932, p. 38-39).

aparece como candidato futuro para a vaga disponível, visando a cátedra de Partos e Operações aberta, o problema é que ainda não havia se formado, necessitando de uma intervenção para garantir as chances de acesso ao cargo. De tal modo, Americano aciona Pereira de Vasconcelos, que havia estado ao lado de seu pai⁴⁶⁹ na “Revolução de 1831”, e que passa a intervir de modo a postergar o concurso até que seu “protegido” estivesse apto para concorrer. Em associação ao fato, está o comprometimento entre Cruz Jobim⁴⁷⁰ e Pereira de Vasconcelos para o congelamento da vaga em nome de um candidato pré-selecionado. Efetivamente, Americano ingressa na Faculdade como substituto, em 1839, sem, entretanto, conseguir a cátedra de Partos e Operações, particularmente pela quebra da rede que o sustentava – Bernardo Pereira de Vasconcelos deixara o ministério no período.

O atravessamento entre lógicas personificadas, relações com o poder político e a coexistência de estruturas burocráticas relativamente formalizadas é perene e, inclusive, parcialmente regulamentada. Ainda em 1887, outorga-se o Governo o direito de julgar “não só da regularidade do processo dos concursos, como da aptidão dos candidatos”, podendo cancelar concursos, destituir nomeações e mandar proceder novos exames, intervenções nunca ocorridas sem o revés da Congregação das faculdades do império⁴⁷¹. Além disso, as práticas de intervenção do governo ou de acionamento do poder político como forma de “garantias” contra a Congregação ou algum professor das faculdades são formalmente reconhecidas⁴⁷², podendo mandar inscrever em concurso algum solicitante, à revelia das decisões da faculdade, como ocorreu no caso de João Ribeiro de Almeida – posteriormente Barão de Ribeiro Almeida⁴⁷³. O conjunto de mediações que configuram as condições de acesso às cátedras dependem de um primeiro nível de entrada, formalmente regulamentado pelo concurso. Entretanto, cabe indicar o que se define enquanto tal, particularmente por que, a expressão “por concurso”, indicando o meio de entrada no cargo, compõe parte significativa das construções biográficas de professores de ensino superior⁴⁷⁴. Basicamente, trata-se de um “processo eleitoral”, através do qual aqueles que obtêm mais votos favoráveis são incluídos na lista de possíveis nomeados, cuja decisão final depende da articulação entre o Diretor da faculdade e o Governo. Na lógica que preside a escolha, todas as tentativas de burocratizar os processos de seleção ao cargo de professor de

⁴⁶⁹ Domingos Marinho de Azevedo Americano era filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional, José Marinho Azevedo, que participou dos movimentos políticos de 1824, 1831 e 1842, em Minas Gerais.

⁴⁷⁰ Para uma análise da trajetória de Cruz Jobim, ver Coradini (1997).

⁴⁷¹ Gazeta Médica da Bahia, 11-1887. Contém uma representação dirigida pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia contra a intervenção do governo em concursos para preparador (p. 225-228).

⁴⁷² Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854.

⁴⁷³ Decreto nº 155, de 17 de abril de 1866. Manda inscrever João Ribeiro de Almeida em concurso para a cadeira de clínica interna.

⁴⁷⁴ Para o caso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ver Magalhães (1932, p. 201-374).

ensino superior foram barradas. A introdução de prova escrita em invólucro fechado e lacrado, posteriormente revogada, gerou protestos de Francisco de Menezes Dias da Cruz, professor e chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro, que considerou tal medida uma injúria ao “caráter dos professores”. Ao mesmo tempo em que as modalidades de realização dos concursos pressupõem uma relação personalizada, cujo princípio de distinção é o reconhecimento dos pretendentes aos cargos, a relação entre postos e habilitados (ou interessados) à ocupa-los é bastante defasada, o que implica em um número sucessivo de nomeações por indicação direta, dispensando as formalidades rituais dos concursos. Entre 1854 e 1865, quase todos os cargos de catedrático foram sendo preenchidos por opositores anteriormente nomeados pelo governo, assim como as “novas cadeiras” foram ocupadas por decreto. Ingressaram no quadro docente, ou subiram às posições de catedrático, através dessas nomeações: Francisco Praxeres de Andrade Pertence, Francisco Bonifácio de Abreu, Manuel Maria de Moraes e Valle, José Ribeiro de Souza Fontes, Leopoldo da Nobrega Airoso, Dias da Cruz, Ezequiel Correia dos Santos, Antônio Gabriel de Paula Fonseca, Antônio Ferreira Pinto, José Joaquim da Silva, Antônio Ferreira França, Lucas Antônio de Oliveira Catta-Preta, José Joaquim de Gouveia, Luiz Pientznauer, João Vicente Torres Homem, Francisco Pinheiro Guimarães, José Maria de Noronha Feital, Vicente Cândido Figueira de Sabóia e José Thomaz de Lima. A declaração de Antônio José Alves, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, sintetiza a situação em pauta: “a lei prometeu-nos estatutos práticos e deu-nos estudos teóricos; em vez de gabinetes, deu-nos empregados”⁴⁷⁵.

O princípio da indicação ou a realização do “concurso” como modo de legitimação de uma escolha previamente definida, presidem um conjunto significativo de entradas no cargo de professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O primeiro ponto, liga-se, particularmente, às mediações entre o Ministro dos Negócios do Império (ao qual as faculdades estavam subordinadas), o Diretor das faculdades e os interessados. Exemplar é o caso de João Vicente Torres Homem⁴⁷⁶, concorrente à cadeira de Clínica Interna, em 1866, ao lado de José Joaquim da Silva⁴⁷⁷ e Luiz Pientznauer. Os dois primeiros concorrentes, possuíam uma ampla rede de capital social ligado ao grupo familiar, o qual se estendia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aos cargos políticos do Império. Os resultados do “concurso” foram favoráveis

⁴⁷⁵ *Apud* MAGALHÃES (1932, p. 57).

⁴⁷⁶ Filho de Joaquim Vicente Torres Homem (1800-1858), professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médico da Imperial Câmara, conselheiro do Império e deputado geral pelo Rio de Janeiro.

⁴⁷⁷ Filho de Joaquim José da Silva (1791-1857), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e deputado provincial no Rio de Janeiro. Seu irmão, João José da Silva (1835-1887), também foi opositor, em 1873, e professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1878.

à José Joaquim da Silva, sendo indicado Torres Homem em segundo lugar, no entanto, “o Governo Imperial resolveu, em sua sabedoria, o concurso”, provendo o “Sr. Dr. Torres Homem na cadeira de Clínica Médica”⁴⁷⁸. Conta a favor do nomeado, a presença de seu tio, Francisco de Sales Torres Homem no Conselho de Estado do Império, assim como sua “proximidade” com José Joaquim Fernandes Torres, Ministro dos Negócios do Império que procedeu a nomeação. As relações de reciprocidade que compõem as lógicas de acesso aos cargos, particularmente aqueles de ensino prático, em que diversos lugares são preenchidos “mediante designação da Diretoria”⁴⁷⁹, reforçam o peso das modalidades de inserção no interior da faculdade, passando pela ocupação das posições de interno e/ou preparador, e chegando à de opositor/substituto/adjunto, aos quais é reservada a progressão na carreira docente. Nesse contexto, as reformas no ensino médico funcionam como um tipo de modalidade de absorção de pretendentes aos cargos em constante expansão e complexificação. Com as modificações de 1854 e 1865⁴⁸⁰, 52,5% conjunto dos postos criados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, são ocupados por indicação da Congregação, com a respectiva sanção do Governo. O mesmo ocorre com a reforma de 1884⁴⁸¹, quando os postos criados são ocupados aproveitando o “oferecimento gratuito”⁴⁸² de alguns professores e médicos: Cipriano de Souza Freitas, João Paulo de Carvalho, Pedro Afonso Franco, Hilário Soares de Gouvêa, Nuno Ferreira de Andrade e Oscar Adolfo de Bulhões Ribeiro. Após assumirem as cadeiras de clínica recém-criadas, seus cargos foram legitimados por um concurso, cujas formalidades foram deixadas de lado, já que muitos deles não cumpriram as diretrizes que regem a realização dos concursos no período.

As relações com a política são estruturantes das condições de acesso aos cargos de professor de ensino superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seja pela inserção em relações de reciprocidade entre mestre-discípulo, seja pela legitimação da condição de especialista, particularmente significativa no contexto de expansão dos postos orientada pela valorização do ensino prático. A diversificação das especialidades médicas e dos lugares no ensino prático ou de assessoria, muitos dos quais com nomeações controladas diretamente pelos catedráticos das respectivas cadeiras, reforçam o processo de recrutamento endógeno e dos investimentos na inserção em relações de reciprocidade. O *spoil system* que caracteriza a distribuição dos postos é particularmente formalizado pela reforma de 1884, conferindo ao

⁴⁷⁸ Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1866, p. 7). Relatório do Ministro dos Negócios do Império.

⁴⁷⁹ Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1866, p. 4). Relatório do Ministro dos Negócios do Império.

⁴⁸⁰ Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Decreto nº 3.464, de 29 de abril de 1864.

⁴⁸¹ Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884.

⁴⁸² MAGALHÃES (1932, p. 94).

Diretor a nomeação dos internos de clínica e dos ajudantes de preparador. No que tange à carreira, as principais transformações formais decorrentes da última reforma do período imperial são as “incompatibilidades” entre a carreira do magistério superior e o exercício da senatoria, permanecendo as possibilidades de ocupação de cargos de deputação (geral ou provincial) concomitante à condição de “posse” da cátedra. Isso, entretanto, incide de modo parcial na estrutura das carreiras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em que a ocupação de cargos públicos eletivos não é muito significativa. Há, de forma geral, uma relação muito mais evidente com a gestão de autarquias públicas de saúde e uma proximidade entre a Faculdade e o Paço Imperial (23,9% possuíam o título de Conselheiro do Império e/ou foram médicos da Imperial Câmara⁴⁸³). Traço característico da afirmação das chances de acesso aos cargos é a reprodução interna do corpo professoral, particularmente favorecida pela existência de apenas duas instituições de ensino médico no Império. A formação na Europa, sobretudo na Faculdade de Medicina de Paris⁴⁸⁴, característica da dos professores nascidos antes de 1810 (60% do total), vai dando lugar aos provenientes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de onde provém 91,2% dos professores nascidos em 1871 ou depois.

Tabela 7
Professores catedráticos da
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1808-1930)

	FMRJ	83,6%
Instituição de formação	FMBA	11,2%
	Europa	11,2%
Membro da Academia de Medicina		54,5%
Conselheiro do Imperador		21,6%
Médico da Câmara Imperial		15,7%
Diretor de Autarquia Pública		33,6%
Cargo público eletivo (todos os níveis)		18,7%

Fonte: Elaborado a partir das informações biográficas contidas em Magalhães (1932). N = 134.

⁴⁸³ Entre os 21 professores que foram médicos da Imperial Câmara, 18 também dispunham de título de Conselheiro do Império.

⁴⁸⁴ Apenas um formou-se em Coimbra.

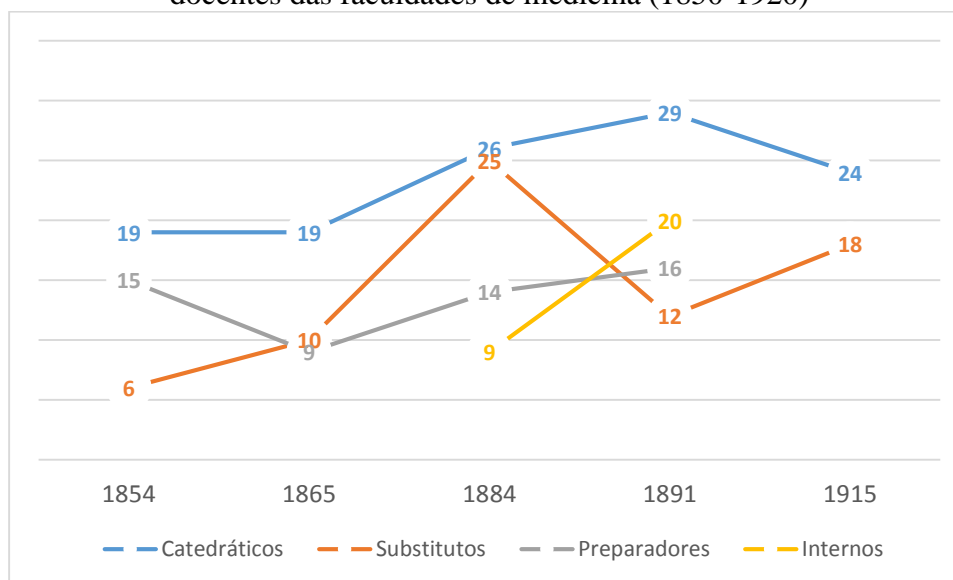
De modo geral, o perfil da carreira dos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se assemelha aquele dos membros da Academia de Medicina, principalmente pela prevalência de “diretores” e “chefes”⁴⁸⁵. Entre meados do século XIX e os anos de 1920, um total de seis reformas reorganizaram o ensino nas faculdades de medicina. Se em nenhuma delas a subordinação administrativa ao poder político foi efetivamente transformada, a estrutura das funções didáticas alterou-se de modo substancial, notadamente pela criação de novas cadeiras e postos de assistência didática. Nesse contexto, a absorção dos quadros internos e os efeitos da ocupação dos postos iniciais da carreira para o acesso às cátedras são bastante significativos, apresentando uma distinção comparativamente às faculdades de direito. No que tange às concepções que orientam às reformas, estas relacionam-se à introdução do ensino prático, cujo resultado inicial é uma divisão interna do trabalho, organizada pela oposição entre preparadores e os catedráticos que dispunham das chefias de clínica ou laboratórios. As reformas formuladas com base nos relatórios de viagem e observação do ensino médico na Europa⁴⁸⁶, visavam a aproximação dos “países verdadeiramente cultos”, caracterizados pela preparação técnica dos estudantes com ênfase nas especialidades médicas em desenvolvimento. As transformações morfológicas nos quadros das faculdades e nos programas de ensino refletem as perspectivas de modernização e de aproximação do ensino com a “investigação criadora”, a “doutrinação prática rigorosa”, de modo que as “faculdades produzam homens capazes de assimilar a ciência”⁴⁸⁷. O efeito mais geral da criação de laboratórios práticos e do ensino clínico é a transformação morfológica do quadro de pretendentes aos postos mais elevados nas carreiras docentes (Gráfico 9). Em termos formais, ocorrem uma série de modificações terminológicas na definição das posições iniciais no quadro docente das faculdades, passando de substitutos à opositores, nas reformas de 1854 e 1865, ganhando a denominação de adjuntos em 1884, voltando à substitutos com a reforma do ensino no período republicano. Independente disso, o que importa são vantagens formais que tais posições na estrutura do ensino superior têm para a progressão na carreira. A condição de substituto dá acesso ao posto de catedrático vacante, cuja concorrência interna depende da quantidade de ocupantes desses postos. No caso da existência de tantos substitutos quando cadeiras, o preenchimento é automático, quando estes se organizam por seção (1854, 1865 e 1891), ocorre a disputa interna para as vagas, relativamente às seções existentes.

⁴⁸⁵ CORADINI (2005, p. 12-13).

⁴⁸⁶ Ver Gazeta Médica da Bahia, números de agosto a dezembro de 1881.

⁴⁸⁷ Antônio Pacífico Pereira, Gazeta Médica da Bahia, 06-1882, p. 26-29.

Gráfico 9
Transformações morfológicas nas funções docentes das faculdades de medicina (1850-1920)



No caso de outros contextos nacionais, a introdução do ensino prático e da pesquisa médica implicou no progressivo distanciamento entre as carreiras voltadas para a produção científica, e aquelas voltadas para o exercício da clínica enquanto profissão liberal⁴⁸⁸. A complexificação ocorre no desmembramento das cadeiras de clínica e sua divisão em especialidades (Quadro 5), assim como através da fundação de gabinetes e laboratórios para o estudo prático. O prestígio da clínica enquanto símbolo da renovação do ensino e avatar da prática médica moderna⁴⁸⁹ relaciona-se, também, à hierarquia de rendimentos no interior das faculdades, e à prática que compõe um dos níveis de investimentos da maioria dos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: o exercício da clínica enquanto profissão liberal (63,9% do conjunto do universo). Além disso, em grande medida, o amálgama entre as atividades de professor e clínico se constitui como um dos modos de aquisição de capital simbólico personificado, com suas respectivas condições de reconversão em outros domínios de atividades⁴⁹⁰. Concomitantemente às reivindicações de modificação dos currículos do ensino médico, reforçam-se as justificativas para a elevação dos critérios de entrada, como modo de

⁴⁸⁸ WEISZ (1988).

⁴⁸⁹ EDLER (1996).

⁴⁹⁰ CORADINI (1997a, 1997b).

dignificação do ensino e da profissão, através da elevação do padrão intelectual dos alunos. No ano posterior à instituição do “ensino livre”, veicula-se, na Gazeta Médica da Bahia, uma série de medidas reformadoras para os cursos médicos, algumas das quais diretamente relacionadas à contenção da demanda, então em ascensão. A “exigência do bacharelado” é tomada como critério central para a matrícula nas faculdades de medicina, acompanhada de uma proposta de reforma do ensino secundário, para que os liceus provinciais passassem a emitir tal qualificação, até então monopolizada pelo Colégio Pedro II. O que está em pauta é a manutenção da raridade dos diplomas e da “dignidade da profissão médica”⁴⁹¹, visto que a não exigência do “bacharelado” rebaixa o nível intelectual do corpo médico⁴⁹². A exclusividade escolar exigida como critério de entrada nas faculdades de medicina, dá lugar, após a instauração da República, a um novo critério de hierarquização. Já em 1890⁴⁹³, a hierarquia para definição do modelo de instituição de ensino médico passa pelo critério numérico, ou seja, quanto mais alunos, mais prestigiosa a faculdade. Note-se que o princípio da “opinião pública” se impõe como elemento de diferenciação.

Quadro 5
Programas e reformas do ensino médico

Lei de 3 de outubro de 1832.	Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Decreto nº 3.464, de 29 de abril de 1865.	Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884.	Decreto nº 1.270, de 10 de janeiro de 1891.	Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915
Física médica	Física geral (Cursos de Medicina; Curso Farmacêutico e Obstétrico)	Física médica	Botânica e Zoologia médicas	Física Médica
Botânica médica e Princípios elementares de zoologia	Química e Mineralogia (Cursos de Medicina; Curso Farmacêutico e Obstétrico)	Química geral e Mineralogia médicas	Química analítica e Toxicologia	Química Médica
Química Médica e Princípios elementares de mineralogia	Anatomia descritiva (demonstrações anatômicas)	Botânica e Zoologia médicas	Física Médica	História Natural Médica
Anatomia geral e descritiva	Botânica e Zoologia (Cursos de Medicina; Curso	Anatomia descritiva	Histologia	Histologia

⁴⁹¹ Gazeta Médica da Bahia, 08-1880.

⁴⁹² Gazeta Médica da Bahia, 06-1884.

⁴⁹³ Gazeta Médica da Bahia, 01-1890.

	Farmacêutico e Obstétrico)			
Fisiologia	Química orgânica (Cursos de Medicina; Curso Farmacêutico e Obstétrico)	Histologia teórica e prática	Anatomia Descritiva	Anatomia Descritiva
Patologia externa	Fisiologia	Química orgânica e biológica	Anatomia médico-cirúrgica e comparada	Fisiologia
Patologia interna	Anatomia geral e patológica	Fisiologia teórica e experimental	Patologia geral e história da medicina	Microbiologia
Farmácia, Matéria médica (especialmente a brasileira), Terapêutica, Arte de formular	Patologia geral	Anatomia e fisiologia patológicas	Anatomia e fisiológica patológicas	Terapêutica clínica, experimental e arte de formular
Anatomia topográfica, Medicina operatória e aparelhos	Clínica externa	Patologia Geral	Obstetrícia	Patologia Geral
Partos, moléstias de mulheres pelejadas, paridas e de meninos recém-nascidos	Patologia externa	Patologia Médica	Operações e aparelhos	Anatomia e fisiologia patológicas
Higiene e História da medicina	Patologia interna	Patologia cirúrgica	Medicina legal	Anatomia Médico-Cirúrgica e Operações
Medicina legal	Partos, moléstias de mulheres pelejadas e recém-nascidos	Matéria médica e terapêutica, especialmente a brasileira	Higiene e Mesologia	Higiene
Clínica externa e anatomia patológica respectiva	Clínica externa	Obstetrícia	Terapêutica e matéria médica	Medicina Legal
Clínica interna e anatomia patológica respectiva	Anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos	Anatomia cirúrgica, medicina operatória e aparelhos	Química inorgânica médica	1ª Cadeira de Clínica Médica
	Matéria médica e Terapêutica	Farmacologia e arte de formular	Clínica propedêutica	2ª Cadeira de Clínica Médica
	Clínica interna	Higiene pública e privada e História da medicina	1º Cadeira de Clínica médica	3ª Cadeira de Clínica Médica
	Higiene e História da Medicina	Medicina legal e Toxicologia	2º Cadeira de Clínica médica	4ª Cadeira de Clínica Médica
	Medicina legal e Toxicologia	1º Cadeira de Clínica médica de adultos	1º Cadeira de Clínica cirúrgica	1ª Cadeira de Clínica Cirúrgica
	Farmácia teórica e prática (Cursos de Medicina; Curso Farmacêutico e Obstétrico)	2º Cadeira de Clínica médica de adultos	2º Cadeira de Clínica cirúrgica	2ª Cadeira de Clínica Cirúrgica

Matéria Médica (Curso Farmacêutico e Obstétrico)	1º Cadeira de Clínica cirúrgica de adultos	Clínica obstétrica e ginecológica	3ª Cadeira de Clínica Cirúrgica
	2º Cadeira de Clínica cirúrgica de adultos	Clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas	Clínica Obstétrica
	Clínica obstétrica e ginecológica	Clínica pediátrica	Clínica Ginecológica
	Clínica e policlínica médica e cirúrgica de crianças	Clínica dermatológica e sifiligráfica	Clínica Oftalmológica
	Clínica oftalmológica	Clínica oftalmológica	Clínica Otorrinolaringolô gica
	Clínica de moléstias cutâneas e sífilicas	Química orgânica e biológica	Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil
	Clínica psiquiátrica	Farmacologia e arte de formular	Clínica Pediátrica Cirúrgica e Ortopedia
	Cirurgia e Prótese dentária (Curso de Odontologia)	Patologia médica	Clínica Dermatológica e Sifiligráfica
		Patologia cirúrgica	Clínica Neurológica
			Clínica Psiquiátrica

A complexificação das carreiras docentes é acompanhada pela diferenciação do público interno às faculdades de medicina, particularmente pelo oferecimento dos cursos de farmácia e obstetrícia, a partir de 1854, e de odontologia, a partir de 1884. As diferenças que podem ser indicadas quanto ao perfil dos alunos referem-se aos critérios escolares de entrada, notadamente elevados para o curso médico e mais baixos para o curso odontológico (Quadro 6). Colocando de modo mais direto, no caso do primeiro, são exigidos exames preparatórios de quinze pontos, enquanto para o último, cinco. Portanto, há um custo diferencial em termos de investimentos econômicos, associado aos atestados exigidos para a comprovação dos preparatórios; ou um custo relativo ao acionamento de *pistolões*. Igualmente, há um princípio diferencial de seleção e hierarquização, diretamente colado aos requisitos de entrada exigidos. O caso de Antônio Mariano de Oliveira (1857-1937) é ilustrativo das relações entre origens sociais e tipos de diplomas. Nascido em Saquarema (RJ), filho de um “mestre-de-obras”, estudou o primário em sua cidade, o secundário em Niterói (RJ) e ingressou no curso de farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1884. Concomitantemente aos estudos,

trabalhou como vendedor, residindo nos fundos de uma casa comercial. Frequentou parte do curso médico, desistiu e empregou-se como farmacêutico na loja do “velho Granado”⁴⁹⁴. Contemporâneo de Alberto Oliveira (pseudônimo de Antônio Mariano), na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Olavo Bilac (1865-1917) serve como contraponto. Nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho do cirurgião militar, Brás Martins dos Guimarães Bilac, e sobrinho-neto de Mariano José Pereira da Fonseca – Visconde de Maricá, ministro, conselheiro de estado e senador do Império. Olavo Bilac ingressou no curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sem concluí-lo, voltou seus investimentos para a Faculdade de Direito de São Paulo, abandonando o curso logo em seguida. Nesse interim, a independência relativamente às pressões sociais o levam a dedicar-se a produção literária e ao jornalismo. O horizonte inscrito nas condições de possibilidade das diferentes trajetórias, implica uma relação diferencial com o sistema escolar e com as possibilidades de carreira, assim como com o efeito dos diplomas para a legitimação das pretensões sociais. Um segundo efeito relacionado às reformas, é o reforço das relações entre faculdades de medicina e o serviço de assistência médico-hospitalar, notadamente associado à ampliação do ensino clínico e prático. Em geral, os trabalhos práticos se instalavam nas Santas Casas, a partir de acordos pré-definidos com o provedor, podendo também organizar-se em instituições de saúde particulares. Foi o caso da instalação da clínica obstétrica na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, em 1883, mediante a subvenção de 720\$000 mensais⁴⁹⁵. Contribuiu para isso, o fato de que Luiz da Cunha Feijó Junior, catedrático da respectiva clínica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ser associado à instituição, cujo sócio-proprietário era Domingos de Almeida Martins Costa, e o diretor Hilário Soares de Gouvêa, também catedráticos na Faculdade.

Quadro 6

Cursos e exames preparatórios exigidos, 1884

Medicina	Farmácia	Obstetrícia	Odontologia
- Português - Latim - Francês - Inglês - Alemão - Filosofia - História - Geografia - Aritmética	- Português - Latim - Francês - Filosofia - História - Geografia - Aritmética - Álgebra - Geometria	- Português - Francês - Aritmética - Elementos de física, química e história natural	- Português - Francês - Inglês - Aritmética - Geometria

⁴⁹⁴ Biografia na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=54&sid=135>.

⁴⁹⁵ MAGALHÃES (1932, p. 94).

- Álgebra - Geometria - Trigonometria retilínea - Elementos de física, química e história natural	- Elementos de física, química e história natural		
---	--	--	--

Com o advento da República, a principal transformação formal nas condições de possibilidade de acesso aos cargos de professor catedrático nas faculdades de medicina oficiais, é a maior autonomia administrativa às respectivas instituições, abolindo a lista tríplice exigida durante o Império e instituindo a nomeação do diretor entre os professores da faculdade. Além disso, no que tange às incompatibilidades entre atividades docentes e outros tipos de atividades, é revogada a proibição de exercício simultâneo da “carreira política”, instituindo apenas a proibição de que professores ofereçam cursos particulares dentro ou fora das faculdades⁴⁹⁶. A redução da ingerência política direta, tende a favorecer, de modo progressivo, a objetivação de uma lógica de recrutamento interna, associada aos princípios de excelência e modos de acesso aos cargos vigentes. Ao mesmo tempo, o reforço dos cargos internos subordinados à escolha dos catedráticos e nomeados pelo Diretor – ajudantes e internos de clínica –, favorece a instituição de um percurso endógeno, ligado às relações de reciprocidade entretidas entre “mestres” e “discípulos”. No entanto, isso contrasta com a intervenção política direta nos anos de 1890 e 1891, através da jubilação de professores e nomeação de outros. Após a instauração da República, foram nomeados por decreto: Oscar Adolfo de Bulhões Ribeiro (Clínica Cirúrgica); Luiz Antônio da Silva Santos (Adjunto de Clínica Cirúrgica); Antônio Augusto de Azevedo Sodré (Preparador de Matéria Médica e Terapêutica); Ernesto do Nascimento Silva (Preparador de Higiene); Augusto Brant Paes Leme (Substituto da 3ª Seção); Carlos Rodrigues de Vasconcellos (Substituto da 5ª Seção); Marcos Bezerra Cavalcanti (Substituto da 6ª Seção); Francisco de Castro (Substituto da 7ª Seção); Pedro Severiano de Magalhães (Substituto da 8ª Seção); Artur Fernandes Campos da Paz (Substituto da 1ª Seção); Joaquim Monteiro Caminhoá (Substituto da 2ª Seção); Domingos Jacy Monteiro (Substituto da 11ª Seção); Ernesto de Freitas Crissiúma (Anatomia Descritiva) e Henrique Ladislau de Souza Lopes (Química analítica e toxicologia). Enquanto foram jubilados José Pereira Guimarães; Claudio Velho da Mota Maia (Conde da Mota Maia) e Pedro Afonso Franco (Barão de Pedro Afonso)⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ Decreto nº 1.270, de 10 de janeiro de 1891.

⁴⁹⁷ Relatório do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891.

O impacto da mudança de regime político para a composição do espaço das instituições de ensino superior é, portanto, duplo: 1) implica na recomposição do corpo professoral das faculdades oficiais de medicina; 2) favorece a expansão do conjunto das instituições, incidindo na morfologia da categoria de professor de ensino superior. Nesse contexto, interessa particularmente o efeito dessas transformações para a diversificação das bases sociais do recrutamento, relativamente às quais se definem as estratégias de carreira e modalidades de investimento, que serão exploradas mais adiante. De modo mais ou menos direto, as instituições voltadas para o ensino médico que surgiram pós instauração da República se associam às demandas locais por diplomas. Um indicador disso é a circulação nacional em direção às faculdades de medicina, durante o período Imperial. Entretanto, o limite que se impõe é que, ao contrário das informações disponíveis para as faculdades de direito, os relatórios ministeriais apresentam déficits nos registros dos locais de nascimento dos matriculados e diplomados nos cursos médicos. No que tange aos matriculados, as informações disponíveis cobrem o período de 1833 a 1874, para os diplomados, os registros contínuos vão até 1852, com referências esporádicas até 1900⁴⁹⁸. Com base nisso, ao que tudo indica, a fundação de faculdades livres de medicina obedece a dois fatores: 1) as origens geográficas da demanda; 2) a distância relativamente aos centros de formação. Isso se verifica particularmente com relação aos matriculados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujas principais origens geográficas, além do próprio estado, são Minas Gerais (1.638), Rio Grande do Sul (549) e São Paulo (416). Relativamente a isso, a primeira instituição de ensino médico que surge no contexto de “ensino livre” após instauração da República é a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS), em 1898.

O surgimento da instituição está associado à união entre a Escola de Farmácia e Química Industrial, fundada em 1896, e o Curso Livre de Partos, fundado em 1897, funcionando na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS). Tratava-se de institucionalizar o ensino médico, sendo um dos objetivos “evitar os naturais desastres das aparadeiras sem estudo”⁴⁹⁹. A iniciativa estava associada aos interesses corporativos, por um lado, dos “farmacêuticos, proprietários de farmácias e droguistas”⁵⁰⁰, inseridos na União Farmacêutica de Porto Alegre, fundada em 1894; por outro, dos médicos reunidos em torno da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, fundada

⁴⁹⁸ Relatórios do Ministro dos Negócios do Império, 1833-1888; Relatório do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891; Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1892-1900.

⁴⁹⁹ DAUDT FILHO (1938, p. 214).

⁵⁰⁰ Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre, Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1892-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/esclifarqupa.htm>. Para considerações sobre a farmácia no Rio Grande do Sul, ver Franco e Ramos, 1943, p. 96-99.

em 1892. No contexto restrito de profissionais da medicina no Rio Grande do Sul⁵⁰¹, o quadro de fundadores se compõe de uma maior homogeneidade relativamente ao exercício profissional⁵⁰², particularmente no que tange à dedicação a clínica médica, quando comparada aos seus homólogos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (85,7% Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre). Igualmente, o efeito de institucionalização da instituição da Capital nacional, implica em um distanciamento progressivo frente ao exercício de cargos públicos eletivos, enquanto para a instituição em criação no Rio Grande do Sul, isso é mais presente (11,1% daquela contra 35,7% desta). Ao mesmo tempo, no que tange ao exercício de funções em autarquias públicas, particularmente em cargos de “direção” ou “chefia”, ocorre uma relativa similaridade entre os quadros docentes das duas instituições (63,9% da FMRJ, contra 71,4% da FMPA). De modo bastante significativo, trata-se de um movimento contínuo de afastamento da “profissão médica” de cargos públicos eletivos e sua inserção em instituições de gestão de “saúde pública”. O próprio deslocamento do corpo professoral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro serve como indicativo. Tomando a primeira (nascidos até 1820) e última geração (nascidos de 1871 em diante) de professores dessa instituição, ocorre a redução daqueles que exerceram algum cargo público eletivo (46,7% para 14,7%), ao mesmo tempo em que se verifica um aumento da ocupação de cargos em de direção em autarquias públicas (6,7% para 44,1%). No que tange a inserção profissional na assistência médico-hospitalar, as faculdades de medicina ocupam uma posição central na gestão e/ou atuação de instituições públicas e filantrópicas, tais como os Hospícios de Alienados e as Santas Casas de Misericórdia (Quadro). Em ambos os casos, as relações historicamente instituídas entre os estabelecimentos de ensino médico e a assistência médico-hospitalar, particularmente as Santas Casas, se inscrevem em suas próprias origens. No caso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, as aulas de cirurgia inicialmente instaladas no Hospital Militar se transferem, em 1812, para a Santa Casa de Misericórdia; relativamente à Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS), o próprio grupo fundador da instituição é oriundo dessa esfera de atividade, entre outras. De modo geral, isso se relaciona ao quadro bastante amplo de oportunidades de inserção de diplomas médicos, progressivamente expandida com a ampliação de políticas sanitárias, da demanda pela medicina clínica e assistência médico-hospitalar ao longo do século XIX.

⁵⁰¹ Segundo o recenseamento de 1872, existem 77 médicos no estado. Além disso, conta-se, também, 2 cirurgiões, 74 farmacêuticos e 164 parteiras (aparadeiras). A consideração longitudinal da transformação nas categorias de médicos ou demais agentes ligados aos serviços de saúde é bastante limitada, considerando o recenseamento de 1900, só se dispõe de informações agregadas sobre as “profissões liberais”, num total de 3.693 indivíduos. Comparativamente, as “profissões liberais” em 1872 contavam 1.144. Em termos relativos, representam 0,3% da população, em 1900. Para maiores detalhes, ver capítulo 2.

⁵⁰² CORADINI (1997b).

Quadro 7
Faculdades de Medicina e Assistência Médico-Hospitalar (1898)

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro		Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS)	
Albino Rodrigues de Alvarenga	Facultativo de Clínica Médica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Carlos Augusto Wallau	Adjunto de Clínica Oftalmológica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Augusto Ferreira dos Santos	Diretor do Serviço Sanitário da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Facultativo da Clínica Médica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Diretor do Instituto Pasteur do Rio de Janeiro (RJ)	Christiano Felipe Fischer	Adjunto de Farmácia da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Cândido Barata Ribeiro	Facultativo da Clínica de Crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Deoclécio Sertório Pereira	Adjunto de Clínica Ginecológica e Obstétrica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS) Diretor de Clínica Médica de Homens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Domingos José Freire Junior	Médico do Hospício Nossa Senhora da Saúde (RJ)	Diogo Alvares Fortuna	Diretor de Clínica Médica de Homens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Hilário Soares de Gouvêa	Consultório Oftalmológico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Facultativo na Clínica Oftalmológica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Médico na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda (RJ)	Diogo Martins Ferraz	Adjunto de Clínica Cirúrgica de Homens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
João Carlos Teixeira Brandão	Inspetor Geral de Assistência Médico Legal de Alienados (RJ) Médico da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (RJ) Médico do Hospital Nacional de Alienados (RJ)	Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca	Adjunto de Clínica Cirúrgica de Homens da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
João da Costa Lima e Castro	Facultativo da Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Francisco de Paula Dias de Castro	Diretor do Hospital São Pedro (RS)
João Paulo de Carvalho	Diretor do Instituto dos Surdos-Mudos (RJ)	Manoel Gonçalves Carneiro	Adjunto de Clínica Pediátrica e do Dispensário de Crianças da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
João Pizarro Gabizo	Facultativo da Clínica das Moléstias Cutâneas e Sifílicas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Olympio Olinto de Oliveira	Diretor de Clínica Pediátrica e do Dispensário de Crianças da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)

	Médico da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (RJ)		Diretor do Hospital São Pedro (RS)
José Benício de Abreu	Facultativo da Clínica Médica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Protásio Antônio Alves	Provedor Interino da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS) Diretor da Clínica Ginecológica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
José Maria Teixeira	Facultativo Clínico nos Quartos Particulares da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	Serapião Henrique Mariante	Mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS) Diretor de Clínica Cirúrgica da Brigada Militar da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Luiz da Cunha Feijó Filho	Consultório Ginecológico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Facultativo da Clínica Ginecológica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Médico na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda	Victor de Britto	Diretor de Clínica Oftalmológica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)
Marcos Bezerra Cavalcanti	Facultativo da Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) Médico da Seção Cirúrgica da Sociedade Beneficência Portuguesa (RJ)		
Nuno Ferreira Andrade	Diretor do Hospital Nacional de Alienados (RJ)		
Oscar Adolfo de Bulhões Ribeiro	Facultativo da Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)		
Pedro Severiano de Magalhães	Médico da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (RJ)		

Fonte: Almanak Administrativo, Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, 1890-1898; Franco e Ramos, 1943; Devicenzi, 2012; Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1892-1930)

No surgimento de uma “nova” instituição num contexto de transformação de regime, as relações com o poder político são determinantes para o sucesso do empreendimento⁵⁰³, até mesmo porque, o reconhecimento dos diplomas implica em uma certa conformidade com o modelo oficial de instituição, representado pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. De modo bastante direto, portanto, o conflito é ditado pelo esforço em afirmar-se frente aos “práticos”, o que implica a monopolização progressiva dos principais postos de exercício e

⁵⁰³ DEVICENZI (2012).

definição da “profissão”. O processo de equiparação aos estabelecimentos oficiais é relativamente rápido, mesmo com o primeiro revés por conta da inadequação entre os programas didáticos adotados pela nova instituição e as “faculdades modelo”. No relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1900, consta a “Faculdade Livre de Medicina e Farmácia do Rio Grande do Sul” entre as instituições equiparadas, contando com um total de 127 alunos que prestaram exames. A afirmação de um estabelecimento destinado à diferenciação entre os “profissionais” e os “praticantes sem estudo” se expressa na presença das organizações de representação de interesses na composição inicial do corpo docente da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS), quando de sua constituição, dos quais se destacam: Christiano Felipe Fischer, Alfredo Leal e Francisco de Carvalho Freitas, fundadores da União Farmacêutica, sendo os dois últimos respectivamente presidente e secretário geral da instituição; Protásio Antônio Alves, Sebastião Affonso de Leão, João Adolfo Josetti, Deoclécio Sertório Pereira, Vitor de Brito, fundadores da Sociedade de Medicina de Porto Alegre; e João Dias Campos, Diogo Martins Ferraz, Olympio Olinto de Oliveira e Francisco Freire de Figueiredo, do Curso Livre de Partos. Nesse cenário, em grande medida, a afirmação institucional se confunde com a carreira e modalidades de inserção de seus fundadores, como se verá adiante. Por ora, interessam os efeitos de modificação do regime e de diversificação institucional para a composição do perfil social do quadro de professores de ensino superior nas faculdades de medicina em pauta, assim como a indicação dos principais espaços de atuação: os cargos públicos, o exercício da medicina enquanto profissão liberal e a assistência médico-hospitalar.

Tabela 8

Origens sociais dos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS)

		Ingresso	
		Antes de 1889	A partir de 1890
Altos funcionários do Império	N	2	1
	%	7,4%	4%
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	N	0	4
	%	-	16%
Deputados (todos os níveis)	N	0	1
	%	-	4%
		N	4
			0

Funcionários públicos; Pequenos comerciantes;	%	14,8%	-
Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)			
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	N	2	0
	%	7,4%	-
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	N	3	4
	%	11,1%	16%
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	N	1	4
	%	3,7%	16%
Proprietários	N	10	5
	%	37%	20%
Sem Informação	N	5	6
	%	18,1%	24%
Total	N	27	25
	%	100%	100%

O problema da análise das origens sociais a partir da “profissão” do pai, como já referido anteriormente, é que tal variável apresenta um caráter mais ilustrativo das posições sociais de origem, notadamente em uma sociedade na qual a referência ocupacional (ou o título escolar ostentado) expressa a dimensão mais formal e visível das hierarquias sociais, cujo princípio básico é a acumulação de capital simbólico personificado em forma de reconhecimento e honrarias. As condições de apreensão dos efeitos da condição ocupacional de origem dependem da análise do conjunto da trajetória do grupo familiar e, longitudinalmente, de suas relações com as estratégias de inserção do portador de diferentes “títulos” e atributos acumulados. Isso permite, também, visualizar o capital social “para fora” ou o “fechamento social” a partir de mecanismos de controle cruzado interno⁵⁰⁴. À primeira vista, comparando o período de entrada dos professores das faculdades de medicina em análise, ocorre uma transição relativamente a algumas origens sociais, particularmente caracterizadas pela redução dos filhos de altos funcionários do Império e de ministros, senadores e membros do conselho de estado, ao mesmo tempo em que ocorre o aumento dos filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros, e de profissionais liberais. A modificação nas bases sociais ocorre, particularmente, por conta da instalação da FMPE, cujos professores tem suas origens mais ligadas aos oficiais militares ou

⁵⁰⁴ CHARLE (1994).

da guarda nacional, comerciantes, negociantes e banqueiros, e profissionais liberais. No caso dos nove professores da FMRJ que foram nomeados com o advento da república, a principal transformação relaciona-se a não ocorrência de filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, mantendo a dominação relativa daqueles advindos das frações de proprietários. Tomando comparativamente as bases sociais de recrutamento dos professores das duas instituições, entre os 29 da FMRJ sobre os quais se dispõe de informações, 13 são filhos de proprietários, 4 de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares, 3 de ministros, senadores ou conselheiros do Império, 3 de altos funcionários do Império, e outros 3 de oficiais militares ou da guarda nacional. No caso dos 13 professores da FMPA, como referido, predominam os filhos de oficiais militares ou da guarda nacional (4), comerciantes, negociantes e banqueiros (3), e profissionais liberais (3). Aqueles que representam as frações sociais relativamente mais baixas, situam-se exclusivamente na FMRJ, cuja entrada se dá no período anterior à instauração do regime republicano.

Os pequenos desvios que opõem as instituições, relativamente às bases sociais de recrutamento de professores, estão associados aos contextos locais de formação de elites. No caso do Rio Grande do Sul, trata-se da reconversão de filhos de estancieiros-militares-políticos em direção às profissões liberais, atividades tidas como mais modernas no horizonte de transição de valores sociais em fins do XIX. As origens geográficas dos professores da FMPA (73,3% nascidos no Rio Grande do Sul), indicam um movimento de obtenção de títulos escolares e inserção no mercado regional de oportunidades, e mesmo aqueles que nasceram em outros estados, haviam se instalado previamente no RS, seja por conta das atividades do pai – Vitor de Britto e João Adolfo Josetti tem parte dos núcleos familiares ligados ao exército –, ou da imigração, como no caso de Carlos Wallau. No caso dos professores da FMRJ, há uma maior diversidade de origens geográficas (61,1% nascidos no Rio de Janeiro), cuja lógica se relaciona com o processo de deslocamento em direção à Capital nacional. A própria condição de centro administrativo e político do país, implica em um conjunto de bases sociais mais próximas das burocracias públicas ou dos cargos eleitorais, assim como o contexto de maior complexificação social amplia as oportunidades de ingresso àquelas cujas origens sociais remetem às classificações ocupacionais relativamente mais baixas. Uma segunda dimensão que incide na diferenciação das faculdades e na organização dos conflitos internos é o tempo e seus modos de constituição. Enquanto a FMRJ dispõe da condição de instituição oficial de ensino médico, a FMPA é criada por iniciativa privada e em um contexto de expansão do ensino superior após instauração do regime republicano. A longevidade institucional, da primeira, implica sua objetivação enquanto esfera de investimentos familiares, cujo indicativo é que cerca de 1/3 dos

professores em análise possuem algum grau de parentesco no interior da faculdade. As relações familiares, ou as “dinastias médicas”, tendem a objetivação no interior da FMPA, conforme se avança nas gerações de professores, sendo, inclusive, celebradas como realização das “vocações” familiares⁵⁰⁵. De tal modo, enquanto espaço específico de estratégias de reprodução e reconversão, o efeito da passagem pelas faculdades de medicina e/ou do exercício de funções docentes nas mesmas, para a composição das carreiras, implica na consideração das diferentes estratégias de carreira e condições de sua realização.

4.3 AS FACULDADES LIVRES DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO E A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

A implantação do ensino jurídico no Brasil encontra sua justificativa oficial nos esforços de autonomização cultural e nacionalização do pensamento de Estado, pós independência em 1822⁵⁰⁶. No início do século XIX, a transferência de “toda maquinaria do Estado” e “o pessoal das hierarquias civil, militar e religiosa, membros da alta sociedade, da classe de profissionais e de homens de negócios e os apetrechos de governo”, permitiu uma gestão do aparato administrativo implantado no Rio de Janeiro de modo mais ou menos autônomo relativamente às elites locais. Até os anos de 1820, todos os cargos administrativos centrais foram ocupados por membros da corte, transferidos de Portugal para o Brasil⁵⁰⁷. Com a independência, colocase o problema político da formação de quadros para a burocracia e, também, de fornecimento de “tinturas de jurisprudência” aos “proprietários e homens ricos”⁵⁰⁸, classe da qual “depende o mandato legislativo”⁵⁰⁹. O sistema judicial foi inteiramente reformulado no período subsequente, processo no qual os conflitos partidários e a centralidade da magistratura como instância oficial de mediação entre níveis e modalidades de administração do estado tornou-se central. Tratava-se de uma forma de organização na qual elementos formais – procedimentais – coexistiam com os princípios de estratificação social e práticas personificadas, sem que quaisquer delas fossem contraditórias. Os elementos próprios à nomeação aos cargos da magistratura, serviam como modo de “premiar amigos e cooptar aliados”, notadamente com

⁵⁰⁵ SILVA e FRANCO (1943); HASSEN (1998).

⁵⁰⁶ VENÂNCIO FILHO (1977).

⁵⁰⁷ MANCHESTER (1967, p. 18-21).

⁵⁰⁸ GRIJÓ (2005, p. 24).

⁵⁰⁹ ANS, 1871, p. 6 - Francisco de Paula Saião Lobato.

vistas à preparação do processo eleitoral⁵¹⁰. Assim, se em grande medida, o conjunto de postos ofertados pela burocracia do estado era ao menos equivalente ao número de indivíduos habilitados a exercê-los, a diferenciação entre os cargos iniciais (promotor) e os mais elevados (juízes), com garantias de vitaliciedade, conformam um sistema de alocação de cargos fortemente equacionado pelas disputas políticas, em diferentes níveis. Em tal perspectiva, os deslocamentos internos e a escalada nos cargos ligados ao judiciário estavam fortemente atrelados às ligações com a política partidária e ao auxílio de correligionários. De tal modo, o sistema institucional de intermediação de conflitos representado pelo “poder judiciário”, funciona em amálgama com as lógicas personificadas, cujo princípio se associa ao comprometimento pessoal da instituição sem que esta, no entanto, perca suas propriedades de instituição. A atividade judicial, portanto, encontra-se fortemente atrelada a uma ordem social hierárquica que a precede, cujos resultados dependem da “pessoa real” implicada nos conflitos judiciais⁵¹¹.

No desenho institucional que configura os processos formais de mediação no período, o poder judiciário representa o ponto de passagem entre o poder central e as localidades. Como espaço de intermediação de conflitos, sua estrutura se conforma pela definição de três grandes grupos: 1) os membros da magistratura; 2) os advogados; 3) os professores das faculdades de direito. Divididos muito mais para fins de exposição, essa oposição formal fica bastante turva no que tange aos usos do título de “bacharel” ou de “doutor” em direito, no contexto brasileiro, principalmente quando mais se sobe na hierarquia “profissional”. Isso implica considerar 1) a posição das faculdades de direito nas estratégias de reprodução social, e 2) o conjunto de atributos que conformam os princípios de excelência entre os que sustentam esse tipo de diploma. De modo geral, o discurso jurídico participa simultaneamente da “lógica positiva da ciência” e da “normativa da moral”, ou seja, impõem-se como um universal “lógico e ético”, cuja legitimidade reside no trabalho de racionalização ao qual o sistema de normas jurídicas está continuamente sujeito. Assim, as produções jurídicas só se diferenciam de atos de força política na medida em que se apresentam como “resultado necessário de uma interpretação regulada”, no qual se engajam os agentes que constituem o espaço jurídico. A cultura jurídica se apresenta, assim, como uma “arte” e uma “moral” tecnicamente fundamentadas⁵¹², caracterizada pela acumulação de dois atributos muito associados às frações socialmente dominantes: i) a cultura geral clássica, responsável pelo acesso a uma série de “profissões

⁵¹⁰ KOERNER (2010, p. 45).

⁵¹¹ KOERNER (2010, p. 47-76).

⁵¹² BOURDIEU (1984, p. 74).

burguesas (advocacia, magistratura, funções públicas e administrativas, cargos políticos, atividades de representação diversas)”; ii) a cultura específica do especialista, capaz de produzir uma diferenciação entre os profissionais e os profanos, garantida pelo controle do mercado e pela raridade dos diplomas escolares⁵¹³. No contexto nacional, a organização do trabalho de produção e manipulação desses repertórios, não encontra seu correspondente na oposição entre a “elaboração puramente teórica da doutrina”, monopólio dos teóricos e professores, e a “interpretação voltada para a avaliação prática” dos casos, a cargo dos magistrados, advogados⁵¹⁴, realizando-se, ao contrário, no mundo prático da advocacia e das carreiras de estado⁵¹⁵.

É relativamente a esse sistema de oposições que se estabelecem o conjunto das oportunidades sociais e de carreira associadas aos títulos fornecidos pelas faculdades de direito. Principais trunfos de legitimação da condição de “homem público”, os diplomas jurídicos dispõem de fortes possibilidades de conversão, cujas chances são tanto mais dependentes do capital de relações sociais e das origens sociais quanto mais se sobe na hierarquia dos cargos e posições em disputa. Ao mesmo tempo, as lógicas de consagração social e “profissional” dependem de investimentos múltiplos em distintos espaços de atividades, cujo efeito é a definição dos caminhos de sucesso e consagração das “carreiras jurídicas”. Nesse sentido, a figura do “publicista”, “magistrado” ou “jurisconsulto”, fundamentalmente a serviço da produção dos códigos formais que conformam as práticas administrativas e sociais, cola-se à produção de “monumentos jurídicos”, tais como os “códigos” e/ou textos constitucionais⁵¹⁶, os quais consagram seus produtores ou intérpretes. Trata-se de um corpo de produtores de “normas fundamentais” a partir das quais se deduzem todas as outras, cujo efeito prático é sua inscrição nos “cânones” da história do direito nacional e, portanto, nos repertórios que fundamentam a doutrina. Consagrados na literatura especializada e na história do direito, tais agentes representam o polo de constituição e afirmação da “tradição jurídica”, cuja reprodução vincula-se às estratégias familiares de domínio e investimento em determinados espaços de atuação⁵¹⁷. No contexto em pauta, a restrição do universo escolar serve como reforço às hierarquias relativamente ao conjunto da população, ao mesmo tempo em que insere aqueles que dispõem de diplomas de ensino superior em um pequeno universo de relações sociais, cujo determinante

⁵¹³ CHARLE (1989, p. 119).

⁵¹⁴ BOURDIEU (2007, p. 213-17).

⁵¹⁵ ENGELMANN (2004, p. 38).

⁵¹⁶ LACOMBE (2004).

⁵¹⁷ Para uma oposição entre a “tradição jurídica” e suas modalidades de contestação em um contexto de diversificação das carreiras e bases sociais do recrutamento no período pós década de 1990, ver Engelmann (2004).

dos deslocamentos é a combinação entre recursos de origem, títulos escolares e a gestão do capital de relações sociais. Assim, os produtores de códigos jurídicos (criminal, civil, penal, etc.) e/ou projetos de constituição, situam-se no intermédio entre o saber-fazer próprio à produção legislativa e a ocupação de cargos públicos e/ou eleitorais, cujo resultado é a oposição estrutural entre as “elites jurídicas” e os demais agentes envolvidos nesse espaço de atuação. Um indicativo disso os casos daqueles agentes definidos pela história oficial⁵¹⁸ como as “culminâncias da nossa cultura jurídica”⁵¹⁹, cujos atributos que compõem as biografias remetem aos padrões de excelência em pauta.

Quadro 8
Características dos produtores de “monumentos jurídicos”

Nome	Local de diploma	1	2	3	4	5
José da Silva Lisboa (1756-1835)	Coimbra					
Antônio Luís Pereira da Cunha (1760-1837)	Coimbra					
José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)	Coimbra					
Luís José de Carvalho Melo (1764-1826)	Coimbra					
Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847)	Coimbra					
José Egidio Álvares de Almeida (1767-1832)	Coimbra					
José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836)	Coimbra					
João Severiano Maciel da Costa (1769-1833)	Coimbra					
Francisco Vilela Barbosa (1769-1846)	Coimbra					
Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848)	Coimbra					
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845)	Coimbra					
Clemente Ferreira França (1774-1827)	Coimbra					
Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844)	Coimbra					
José Antônio Lisboa (1777-1850)	Coimbra					
João Gomes da Silveira Mendonça (1781-1827)	Coimbra					
José Clemente Pereira (1787-1854)	Coimbra					

⁵¹⁸ MARTINS JUNIOR (1895); BEVILAQUA (1927); VENÂNCIO FILHO (1977); LACOMBE (2004).

⁵¹⁹ LACOMBE (2004, p. 423).

Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850)	Coimbra			
Manuel Alves Branco (1797-1855)	Coimbra			
José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878)	São Paulo			
Paulino José Soares de Souza (1807-1866)	São Paulo			
Francisco de Paula Batista (1811-1882)	Recife			
José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878)	Recife			
Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906)	São Paulo			
Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883)	Recife			
Candido Mendes de Almeida (1818-1881)	Recife			
Tobias Barreto de Menezes (1839-1889)	Recife			
Zacarias de Goes e Vasconcellos (1815-1877)	Recife			

(1) Deputado; (2) Senador; (3) Ministro; (4) Professor de instituição de ensino superior; (5) Magistrado.

Espaço de intersecção entre distintos investimentos sociais e estratégias de reprodução, as esferas de atuação que perfazem as carreiras dos produtores de “monumentos jurídicos” indicam, de modo geral, os atributos diferenciais no espaço jurídico. Os padrões remetem à ocupação de cargos públicos eletivos, a passagem por ministérios e, em menor grau o exercício da magistratura e do professorado. Caso que representa uma trajetória diferencial é o de Augusto Teixeira de Freitas, contratado pelo governo imperial para a elaboração do projeto do Código Civil. Nascido em Cachoeira (BA), filho do capitão Antônio Teixeira de Freitas Barbosa – Barão de Itaparica, presidente da junta governativa da Bahia durante o processo de independência, após diplomar-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1837, Teixeira de Freitas instalou-se como advogado e ocupou o cargo de juiz de direito, em Salvador. Nomeado por João Carneiro da Silva Rego, bacharel em direito, senhor de terras e escravos e “chefe revolucionário” na Sabinada, envolveu-se no conflito político ao lado de Silva Rego, o que lhe rendeu a “demissão e um processo crime”⁵²⁰, forçando sua mudança para o Rio de Janeiro, onde instalou-se como advogado. Em 1843, participou da fundação do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), ao lado de José Tomás Nabuco de Araújo Filho, de quem era “amigo” desde os tempos do curso jurídico em Recife⁵²¹. A proximidade com a estrutura de poder lhe garante a

⁵²⁰ VAMPRE (1924a, p. 219); CAVALHEIRO (2003, p. 2).

⁵²¹ NABUCO (1897, p. 14)

nomeação como advogado do Conselho de Estado e da Casa Imperial, além disso, assume, em 1851, a presidência do IAB, a correlata posição de jurisconsulto, e recebe a indicação para a elaboração do projeto do código civil. A escolha partiu de Nabuco de Araújo Filho⁵²², Ministro da Justiça na ocasião. A indicação para encarregar-se do projeto de código civil, garante-lhe um conjunto considerável de retribuições, através do pagamento de uma gratificação mensal de 1:200\$000 durante dois anos, e o prêmio de 100:000\$000 pelo *Esboço do Código Civil*⁵²³. O polo daqueles com passagem pelo magistério superior pode ser representado pela posição de Tobias Barreto. Nascido em Campos (SE), filho de Pedro Barreto de Meneses, escrivão de órfãos e ausentes local, inicia suas atividades no magistério público e particular, ingressando, posteriormente, na Faculdade de Direito de Recife, onde vai se diplomar em 1869. No ano anterior, casa-se com a filha de um coronel e proprietário de engenhos em Escada (PE), o que favorece suas condições de investimento profissional. A partir daí, abre uma tipografia, exerce a advocacia, e edita uma série de livros e jornais em Escada (PE), onde havia se instalado após o casamento. Elege-se deputado provincial, em 1878, e se instala em Recife, ingressando, em seguida, como professor da Faculdade de Direito, posição a partir da qual são projetadas suas tomadas de posição sobre as relações entre direito e sociedade. Na definição de Tobias Barreto, essas instituições representavam um espaço privilegiado para a intermediação entre as “corporações docentes e as corporações jurídicas”, colocando as Faculdades como “órgãos pensantes” e portadoras de uma “função nova”, a de “contribuir em forma de pareceres e consultas para as soluções das questões mais graves que fossem levantadas na esfera do direito”⁵²⁴.

É com relação à ambivalência das faculdades de direito na estrutura de relações de poder e dominação que se colam às funções práticas reivindicadas, a partir das quais se define a própria condição de professor como um “trabalho auxiliar no quadro do trabalho profissional”, considerando que a “política, a magistratura, [e] a advocacia representavam [...] a função principal” do professorado⁵²⁵. De modo geral, há uma similaridade entre o padrão de definição de excelência que fundamenta o acesso aos cargos docentes e aquele produtores de “monumentos jurídicos”. Considerando os diretores e professores das Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, desde sua fundação até 1930, todos ocuparam algum tipo de cargo público, eletivo ou por cooptação⁵²⁶. Nesses termos, é “a política [que] dá a tônica aos cursos de

⁵²² Ibidem, p. 341.

⁵²³ VAMPRÉ (1924a, p. 224).

⁵²⁴ BARRETO [1892] *apud* VENÂNCIO FILHO (1977, p. 106-7).

⁵²⁵ VENÂNCIO FILHO (1977, p. 119).

⁵²⁶ SIMÕES NETO (2006, p. 170-174).

direito”⁵²⁷, configurando uma estrutura de relações na qual os professores não são apenas professores, mas também professores. Esse quadro, relaciona-se ao conjunto de definições que fundamentam as associações entre indivíduos que ostentam “diplomas jurídicos” e suas respectivas missões sociais. Nas visões de época, tratam-se de instituições que ocupam uma posição central na “difusão das ideias liberais” e na formação da “unidade nacional”⁵²⁸, de modo que a promoção do saber jurídico se constitui como um “fator de civilização”, “um farol que se projeta do alto e de longe para aclarar os caminhos”⁵²⁹. Relativamente a isso, o “bacharel em direito” torna-se o portador dos “grandes interesses sociais” e da “ordem jurídica”⁵³⁰. A partir disso se define a função do legislador, do magistrado e do advogado como os guardiões da verdade⁵³¹, elemento fundamental no processo de neutralização dos juízos elaborados a partir dessas posições. Portanto, o duplo processo que fundamenta a “vocação” ao exercício das atividades jurídicas é, de início, totalmente político, ancorado tanto na seletividade social que está na base do acesso aos diplomas, quanto no sentido de missão, o que faz com que a educação recebida nessas instituições “excite”, naqueles que a recebem, “a paixão política”⁵³².

Nesse contexto, o conjunto das reformas associadas à reorganização dos cursos jurídicos operadas ao longo do Império e no decorrer do período republicano se constituem em amalgama com o conjunto das representações socialmente objetivadas acerca dos critérios de excelência e das modalidades de acesso aos cargos de professor de ensino superior. Assim, independente das formalidades e da pretensão na definição dos “critérios escolares” de ingresso, na prática, o recrutamento estava baseado nas “virtudes oratórias”, nas “qualidades carismáticas” e na “presença na vida pública” dos pretendentes aos cargos⁵³³, além de depender da capacidade dos agentes em mobilizar ou explicitar as relações de reciprocidade que garantam uma avaliação positiva, particularmente nos casos de concorrência. Em termos formais, o acesso aos cargos se dá nas posições iniciais na carreira (professor substituto), mediante concurso e são dependentes da posse do título de doutor em direito. No entanto, como se trata de um conjunto de níveis de intermediação que definem as relações entre a indicação do nome e a nomeação pelo governo, as condições de sucesso são atravessadas por uma série de lutas políticas e ideológicas que, no limite, se associam diretamente às disputas partidárias e às formas de publicização e confronto entre concepções de sociedade e de política. De modo geral, o

⁵²⁷ Ibidem, p. 169.

⁵²⁸ LESSA (1896, p. 327-328).

⁵²⁹ COUTINHO (1896, p. 37).

⁵³⁰ MONTEZUMA [1862] *apud* PENA (2001, p. 61).

⁵³¹ MONTEIRO (1897, p. 249).

⁵³² ANS, 1855, 2, p. 182-83 – Eusébio de Queirós.

⁵³³ ADORNO (1988, p. 20).

confronto entre as definições formais das faculdades enquanto “simples institutos de instrução”⁵³⁴, e as tomadas de posição dos professores, alunos e pretendentes aos cargos docentes disponíveis são objetos de controvérsias, constantemente permeadas pelas disputas políticas extramuros. Logo, por meio de estratégias diversas de fechamento social, constituía-se uma “espécie de cordão sanitário” em torno das Faculdades de Direito, o qual “estendia-se também, [...] ao concurso para admissão de novos professores”⁵³⁵, e variavam de acordo com as relações de força dominantes e o contexto político e social em pauta.

O traço mais geral do conjunto de reformas que afetam a estrutura e organização formais das Faculdades de Direito no Brasil, é a manutenção de determinados mecanismos de acesso aos cargos fundados na antiguidade, na eleição por pares, ou na ingerência do poder político sobre as nomeações. A aprovação dos candidatos e sua nomeação estão relacionados a dois níveis distintos de inserção. Em primeiro lugar, as relações estabelecidas no interior da faculdade, as quais podem assumir várias características definidas a partir de seu ponto de constituição, destacando-se: 1) os vínculos familiares (parentesco); 2) a militância político-partidária e a participação em atividades culturais e/ou de representação de causas. O mais interessante é que esses diferentes níveis e pontos de constituição de redes não são excludentes, sendo atravessados, em geral, pelo conjunto das características elencadas. Em segundo lugar, como se trata de um concurso no qual o que está em jogo é a eletividade, em outros termos, as características “carismáticas” do candidato, as definições de mérito assumem feições das mais diversas, podendo englobar as capacidades oratórias, as atividades políticas do candidato, as redes previamente constituídas ou ainda, a admiração do “grande público”.

Ilustrativo das modalidades de acesso ao cargo de professor de ensino superior é o concurso realizado em 1870, na Faculdade de Direito de São Paulo, do qual participaram Américo Brasiliense de Almeida Melo (1833-1896), João José de Almeida Reis (? – 1873) e Carlos Leôncio de Silva Carvalho (1847-1912). Feito o procedimento formal de seleção, perfizeram a lista enviada à nomeação do Imperador os nomes de Américo Brasiliense e Leôncio de Carvalho, na ordem de classificação, no entanto, e independentemente de haver prestado a prova escrita sobre um tema diferente do sorteado⁵³⁶, Leôncio de Carvalho foi nomeado em 4 de janeiro de 1871. Segundo indicações, a nomeação recairia sobre Américo Brasiliense, considerando seus “serviços prestados” como presidente da Paraíba (1866-1867) e do Rio de Janeiro (1868), e como deputado provincial em São Paulo (1868), no entanto, José

⁵³⁴ VAMPRÉ (1924b, p. 537).

⁵³⁵ Paim e Mercadante [1972] *apud* VENÂNCIO FILHO (1977, p. 103).

⁵³⁶ ALMEIDA NOGUEIRA (1908, v. 4, p. 184).

Antônio Pimenta Bueno, então presidente do Conselho de Ministros, considera inadequada a nomeação de Américo Brasiliense, por ser “chefe do Partido Republicano de São Paulo”, o que significava uma falta de “dever de lealdade à sua pátria”, não aprovando a nomeação de alguém com “opiniões contrárias ao principal dogma constitucional”⁵³⁷. Além disso, a favor de Leôncio de Carvalho contava a aliança por matrimônio com a “importante e numerosa família Souza Queirós”, e a “posse de avultada fortuna”, tendo adquirido o *Correio Paulistano* para o Partido Liberal⁵³⁸. O conflito de “méritos” implicado nesse concurso retoma as questões anteriormente levantadas, em que os atributos associados ao pretendente aos cargos em concorrência, dependem, diretamente, das condições de reconhecimento a partir de posições hierarquicamente superiores na estrutura de nomeações e distribuição de honrarias. Assim, independente da trajetória prévia e dos “serviços prestados” por Américo Brasiliense, Leôncio de Carvalho, que havia se doutorado em 1869, alcança o cargo por conta das redes que é capaz de mobilizar e dos julgamentos favoráveis associados à sua posição política. Logo, não estão desconectados os critérios formais (concurso ou atributos biográficos) e os julgamentos totais sobre a pessoa real, mas ao contrário, tratam-se de elementos complementares e constitutivos dos próprios mecanismos de hierarquização social.

Caso exemplar das relações entre “grandes famílias” e instituições formais é o do clã dos Andradas (Ilustração 3). Instalados na região de Santos desde fins do XVIII, onde Bonifácio José Ribeiro de Andrada era escrivão da Junta Real da Fazenda, coronel do estado-maior dos Dragões e comerciante, seus filhos, José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco formaram-se na Universidade de Coimbra e ocuparam uma série de cargos públicos no Brasil, com participação ativa no processo de independência política em 1822. As estratégias matrimoniais da família organizam-se segundo duas lógicas: 1) a aliança com famílias socialmente dominantes em São Paulo; 2) o casamento entre primos paralelos ou entre tios e sobrinhas. No primeiro caso, tratam-se dos casamentos de Bárbara Joaquina de Andrada com o Coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar, e de Anna Marcelina Ribeiro de Andrada com o Coronel de Milícias José de Carvalho e Silva. No segundo, das alianças matrimoniais entre Antônio Carlos e Ana Josephina de Andrada; Martim Francisco e Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada; e Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada e Maria Zenilda de Andrada. Instalada em São Paulo, as famílias de Martim Francisco e Francisco Xavier direcionam os investimentos escolares dos descendentes para a Faculdade de Direito de São Paulo. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada (1822-1892) ocupa cargos diplomáticos em Portugal e no

⁵³⁷ VAMPRÉ (1924a, p. 127-128).

⁵³⁸ ALMEIDA NOGUEIRA (1908, v. 4, p. 184).

Uruguai, após diplomar-se, enquanto a segunda geração dos Andradas volta-se para a ocupação de cargos públicos, para a advocacia e para as cátedras da Faculdade de Direito de São Paulo. Nomeado por conta da reforma de 1854⁵³⁹, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1825-1886), foi o primeiro dos Andradas a ingressar no quadro professoral da faculdade. Seu irmão, José Bonifácio, “O Moço” (1827-1881), fora nomeado professor na Faculdade de Direito de Recife, por conta da mesma reforma, transferindo-se, em 1858, para São Paulo. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1830-1902), primo dos outros Andradas, ingressou como professor em 1859. Martim Francisco havia passado pela promotoria de São Paulo e pelo cargo de juiz municipal em Itú (SP), além de deputado provincial (1850-1852), deputado geral (1853-1856; 1861-1868) e um dos principais líderes do Partido Liberal em São Paulo, ao lado de seu irmão, José Bonifácio, deputado geral a partir de 1860. Igualmente, Antônio Carlos assume uma cadeira na Assembleia provincial de São Paulo, em 1862 e, posteriormente, na Câmara dos Deputados (1867-1868). Além dos investimentos na ocupação de cargos de representação e nas cátedras de ensino superior, Martim Francisco e Antônio Carlos, convertem suas redes de relações para a advocacia e para o engajamento na causa abolicionista⁵⁴⁰. Igualmente exemplar é o caso de João Dabney de Avellar Brotero (1826-1859), filho de José Maria de Avellar Brotero, descendente de uma família de administradores coloniais e militares portugueses, fez parte do primeiro quadro de professores da Faculdade de Direito de São Paulo. Diplomado em 1846, João Dabney foi nomeado promotor em São Paulo, sendo, posteriormente, deputado provincial, presidente da Câmara de São Paulo e presidente do Sergipe. Com a reforma de 1854, foi nomeado professor na Faculdade de Direito de Recife, obtendo transferência para São Paulo em 1855, onde seu pai era professor.

Quadro 9

A família Andrada e a Faculdade de Direito de São Paulo

Nome	Data de diplomação
Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior	29/10/1845
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada	03/11/1848
José Bonifácio de Andrada e Silva	05/11/1853
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	16/11/1855
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	03/12/1862
Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior	29/10/1875
José Bonifácio Bueno de Andrada	22/11/1882
Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho	20/11/1883

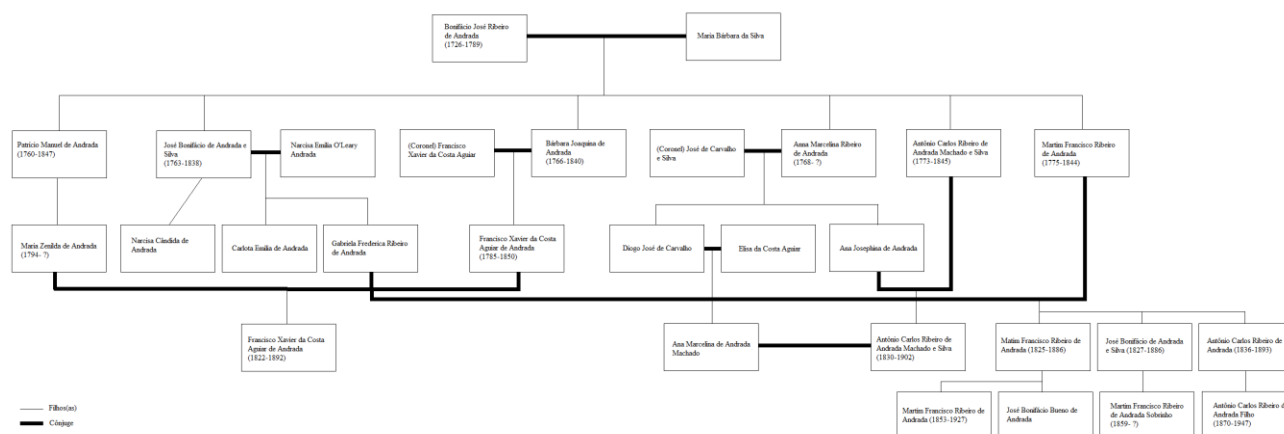
⁵³⁹ Decreto n.º 1.386, de 28 de abril de 1854.

⁵⁴⁰ ALMEIDA NOGUEIRA (1908, v. 3, p. 102).

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Filho	28/10/1891
José Bonifácio de Andrada e Silva Sobrinho	04/05/1892

Fonte: Arcadas – Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Ilustração 3
Família Andrada



O percurso prévio ao ingresso como professor na Faculdade de Direito de São Paulo, retoma os critérios de excelência “profissional” representados pelo reconhecimento acumulado na carreira pública, evidenciando os múltiplos mecanismos que estão na base das chances sociais, particularmente tencionados pelas relações com o poder político e pelas condições de sustentação das pretensões no interior das instituições de ensino. Nesse sentido, o fato mais geral do conjunto de reformas que incidem sobre a organização das faculdades é a manutenção do controle vertical sobre os cargos, reforçando o princípio geral fundado na mediação de relações e seus efeitos sobre as chances de acesso. Durante o Império, o poder político central controla uma série de prerrogativas de intervenção, entre as quais: 1) escolha do candidato a ser nomeado com base em uma lista de indicações; 2) a possibilidade de anulação do concurso por decreto; 3) em caso de reformas no ensino, fica ao encargo do governo nomear lentes para as cadeiras criadas, cuja escolha passa pelo critério da “prestação de serviços”. Isso se modifica com a instauração da República, em que as formalidades de seleção de professores ficam ao encargo exclusivo da faculdade, cabendo ao governo apenas sancionar a decisão. Ocorre, portanto, uma espécie de insulamento formal dos procedimentos de acesso aos cargos na

docência e, igualmente, nos modos de escolha dos diretores: se no período imperial esses não eram necessariamente parte do corpo professoral, no republicano passam a ser escolhidos entre os membros da congregação. De modo geral, isso vem reforçar a segmentação dos níveis de controle e a consequente diversificação da estrutura de mediação, ou seja, as reformas do regime republicano tornam mais significativos os trunfos associados às relações de reciprocidade internas às diferentes faculdades. Além disso, ao contrário dos cursos médicos, cujos diplomas obtidos habilitavam formalmente para apresentar candidatura aos cargos docentes, nas faculdades de direito, os candidatos deveriam dispor do título de doutor, ou seja, apresentar formalmente a defesa de uma tese. Essa exigência reduzia significativamente o número de postulantes oficiais aos cargos docentes, principalmente porque, o índice daqueles que investiram nesse tipo de formação ao longo do Império é bastante baixo, cerca de 4% dos diplomados em São Paulo e 1% dos diplomados em Recife⁵⁴¹. No entanto, independentemente dessa exigência formal, o governo pode proceder à nomeação de não doutores e ordenar “ao Diretor” da faculdade para que seja conferido o grau de doutor ao nomeado, antes que este seja empossado e independente das formalidades acadêmicas exigidas para tanto.

O principal efeito das reformas nos cursos jurídicos, portanto, relacionam-se as possibilidades formalmente atribuídas à intervenção do governo na gestão das faculdades, o que tende a reforçar a internalização dos conflitos e das relações de reciprocidade. Um segundo efeito das reformas é a ampliação do quadro docente e a relativa diversificação das carreiras, diretamente associadas às modificações nos currículos. Fortemente associadas ao processo de importação de tecnologias de dominação e a transformação das concepções sobre a relação entre estado e sociedade, ocorre uma divisão do trabalho atrelada à modificação dos referenciais utilizados e, particularmente, à influência do “método das ciências naturais” aplicado às “ciências jurídicas e sociais”⁵⁴². A reforma de 1854 e a criação das cadeiras de direito romano e direito administrativo vem responder às transformações ocorridas no período pós Regência, notadamente pela progressiva separação do direito civil do administrativo, reforçada pela reativação do Conselho de Estado. Em 1879, a reforma alterna de modo mais significativo o funcionamento das instituições de ensino superior em geral, e os cursos jurídicos em particular, notadamente através da promulgação do “ensino livre”, que significou, “na fase imperial”, a “liberdade de frequência” e a “inexistência de exames parciais nas faculdades”⁵⁴³, e pela divisão dos cursos jurídicos em duas seções, uma de ciências jurídicas e outra de ciências sociais. Em

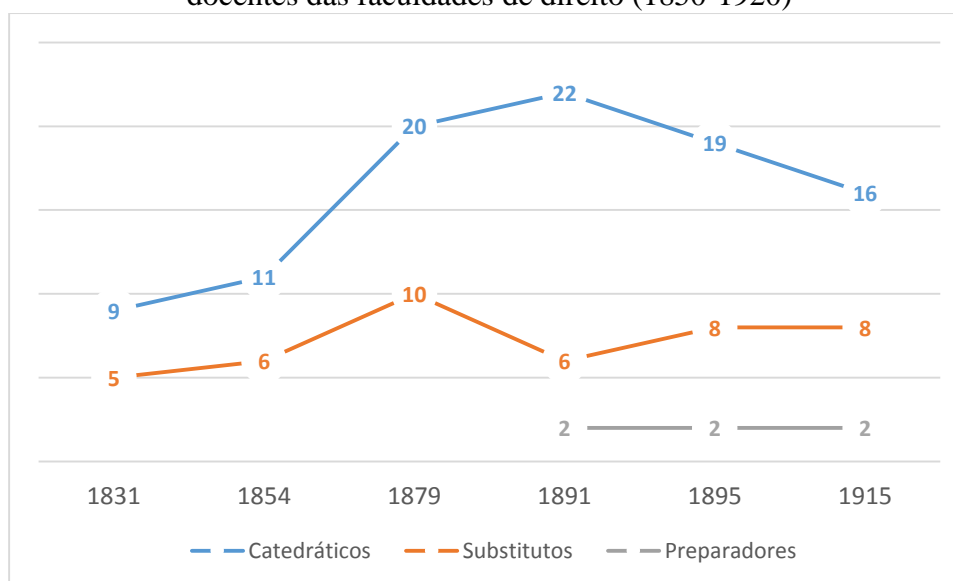
⁵⁴¹ ALMEIDA NOGUEIRA (1908, v. 2, p. 153-159). Relatórios do Ministro dos Negócios do Império.

⁵⁴² ADORNO (1988, p. 98-103).

⁵⁴³ VENÂNCIO FILHO (1977, p. 87).

termos formais, a primeira direcionava os diplomados para as carreiras da advocacia e magistratura, enquanto a segunda para os cargos da diplomacia e da burocracia do estado.

Gráfico 10
Transformações morfológicas nas funções docentes das faculdades de direito (1850-1920)



As divisões de atribuições se verificam na composição curricular, com a introdução do direito constitucional, direito das gentes, diplomacia e ciência da administração e higiene pública, e com o direcionamento das cadeiras de direito administrativo e economia política para a seção de ciências sociais. Ao contrário da liberdade de frequência e de exames, as possibilidades de abertura de “faculdades livres” não surtiram efeitos no período imperial, exceto pela fundação formal da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, em 1882, capitaneada por Fernando Mendes de Almeida (1845-1921) e por um “punhado de amigos e admiradores”⁵⁴⁴. As possibilidades de expansão do quadro institucional no ensino superior vieram com o advento do regime republicano e pela manutenção do “ensino livre”. O efeito imediato é a regionalização da oferta de diplomas jurídicos, e a consequente diversificação das modalidades de inserção de diplomas e seus usos sociais. No período de vigência do “ensino

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 187.

livre”, foram fundadas oito faculdades de direito, fortemente atreladas à demanda regional por diplomas, considerando que predominam as iniciativas em estados com mais estudantes formados na Faculdade de Direito de São Paulo, respectivamente: Rio de Janeiro (698), Minas Gerais (399), Rio Grande do Sul (139) e Bahia (126). Um segundo resultado da reforma no ensino superior promulgada pelo regime republicano⁵⁴⁵, é a criação do curso de notariado, ao lado do de ciências jurídicas, e de ciências sociais, cujo efeito é a ampliação do quadro docente. Além disso, a transição de regime implica na ingerência inicial do poder político sobre os cargos nas faculdades oficiais, de onde decorrem jubilações e nomeações. De modo geral, o provimento dos 97 novos cargos criados nas instituições de ensino superior foi feito por decreto governamental, ou por indicação da congregação das faculdades. No caso das faculdades de direito, foram 27 nomeações para a Faculdade de Direito de Recife e 24 para a de São Paulo.

Quadro 10
Programas e reformas do ensino jurídico

Decreto de 7 de novembro de 1831.	Decreto n.º 1.386, de 28 de abril de 1854.	Decreto n.º 7.247, de 17 de abril de 1879.	Decreto n.º 1.232 H, de 2 de janeiro de 1891.	Lei n.º 314, de 30 de outubro de 1895	Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915
Direito Natural Público e análise da constituição do Império	Direito Natural, Direito Público Universal e análise da constituição do Império	Direito Natural (Seção de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais)	Filosofia e História do Direito (Curso de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais)	Filosofia do Direito	Filosofia do Direito
Continuação do Primeiro Ano; Direito das Gentes e Diplomacia	Institutos de Direito Romano	Direito Romano (Seção de Ciências Jurídicas)	Direito Público e Constitucional (Curso de Ciências Jurídicas)	Direito Romano	Direito Romano
Direito Público Eclesiástico	Continuação do Primeiro Ano; Direito das Gentes e Diplomacia	Direito Público Universal (Seção de Ciências Sociais)	Direito Público (Curso de Ciências Sociais)	Direito Público e Constitucional	Direito Público e Constitucional
Direito Civil Pátrio	Direito Público Eclesiástico	Direito Constitucional (Seção de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais)	Direito Constitucional (Curso de Ciências Sociais)	1ª Cadeira de Direito Civil	1ª Cadeira de Direito Civil

⁵⁴⁵ Decreto n.º 1232, de 2 de janeiro de 1891. A divisão da formação oferecida pelas faculdades de direito foi abolida com a Lei n.º 314, de 30 de Outubro de 1895.

Direito Pátrio Criminal	Direito Civil Pátrio com análise e comparação de Direito Romano	Direito Eclesiástico (Seção de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais)	Direito Romano (Curso de Ciências Jurídicas)	2ª Cadeira de Direito Civil	2ª Cadeira de Direito Civil
Continuação do Direito Civil Pátrio	Direito Criminal, incluindo militar	Direito Civil (Seção de Ciências Jurídicas)	Direito Criminal, incluindo militar (Curso de Ciências Jurídicas)	3ª Cadeira de Direito Civil	3ª Cadeira de Direito Civil
Direito Marítimo e Mercantil	Continuação do Direito Civil Pátrio	Direito das Gentes (Seção de Ciências Sociais)	Direito Civil (Curso de Ciências Jurídicas)	1ª Cadeira de Direito Criminal	1ª Cadeira de Direito Comercial
Economia Política	Direito Marítimo e Direito Comercial	Direito Criminal (Seção de Ciências Jurídicas)	Direito das Gentes (Curso de Ciências Sociais)	2ª Cadeira de Direito Criminal	2ª Cadeira de Direito Comercial
Teoria e prática do processo	Hermenêutica Jurídica, processo civil e criminal, incluindo militar, e prática forense	Diplomacia e História dos Tratados (Seção de Ciências Sociais)	Direito Comercial, incluindo direito marítimo (Curso de Ciências Jurídicas)	Direito Internacional Público e Diplomacia	Direito Internacional Público
	Economia Política	Medicina Legal (Seção de Ciências Jurídicas)	Diplomacia e História dos Tratados (Curso de Ciências Sociais)	Economia Política	Economia Política e Ciência das Finanças
	Direito Administrativo	Direito Administrativo (Seção de Ciências Sociais)	Medicina Legal (Curso de Ciências Jurídicas)	Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado	1ª Cadeira de Direito Penal
		Direito Comercial (Seção de Ciências Jurídicas)	Ciência da administração e Direito Administrativo (Curso de Ciências Sociais)	1ª Cadeira de Direito Comercial	2ª Cadeira de Direito Penal
		Ciência da administração e higiene pública (Seção de Ciências Sociais)	Processo criminal, civil e comercial (Curso de Ciências Jurídicas)	2ª Cadeira de Direito Comercial	Teoria do Processo Civil e Comercial
		Teoria do processo criminal, civil e comercial	Prática Forense (Curso de Ciências)	Teoria do processo civil, comercial e criminal	Prática do Processo Civil e Comercial

	(Seção de Ciências Jurídicas)	Jurídicas e de Notariado)		
	Economia Política (Seção de Ciências Sociais)	Economia Política (Curso de Ciências Sociais)	Medicina Pública	Teoria e Prática do Processo Criminal
	Prática do processo criminal, civil e comercial (Seção de Ciências Jurídicas)	História do Direito Nacional (Curso de Ciências Jurídicas)	Prática Forense	Medicina Pública
	Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado (Seção de Ciências Sociais)	Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado (Curso de Ciências Sociais)	Ciência da Administração e Direito Administrativo	Direito Administrativo
		Noções de Economia Política e Direito Administrativo (Curso de Ciências Jurídicas)	História do Direito e especialmente do Direito Nacional	Direito Internacional Privado
		Higiene Pública (Curso de Ciências Sociais)	Legislação comparada sobre direito privado	
		Noções de Legislação comparada sobre o Direito Privado (Curso de Ciências Sociais)		
		Explicação sucinta do Direito Pátrio Constitucional e Administrativo (Curso de Notariado)		
		Explicação sucinta do Direito Criminal, Civil e Comercial (Curso de Notariado)		
		Explicação sucinta do Direito Pátrio Processual		

Na Faculdade de Direito de São Paulo, foram jubilados os irmãos Francisco Justino Gonçalves de Andrade (1821-1892) e João Jacinto Gonçalves de Andrade (1807-?), além de José Maria Correia de Sá e Benevides (1833-1901) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1830-1902). Jubilado em decorrência de um incidente político envolvendo a instalação do regime republicano, Francisco Justino entra em confronto com a congregação da faculdade e com os estudantes⁵⁴⁶, o que leva esses últimos a montarem uma comissão e dirigir um telégrafo ao ministro da instrução pública, Benjamin Constant, solicitando a jubilação do catedrático. Em solidariedade, João Jacinto Gonçalves de Andrade e José Maria Correia de Sá e Benevides solicitam o desligamento das funções docentes na instituição. Em contrapartida, o conjunto das modificações curriculares teve como consequência a nomeação ou realocação de professores, dentre os quais Antônio Dino da Costa Bueno (Direito Civil), Brasília Augusto Machado de Oliveira (Direito Natural) e José Luiz de Almeida Nogueira (Professor substituto), Brasília Rodrigues dos Santos (Direito Comercial), Carlos Leôncio da Silva Carvalho (Direito Público e Constitucional), Antônio Amâncio Pereira de Carvalho (Medicina Legal), Pedro Augusto Carneiro Lessa (Filosofia do Direito), Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (História do Direito), Uadislau Herculano de Freitas (Direito Criminal), Antônio Januário Pinto Ferraz Junior (Direito Civil)⁵⁴⁷.

No contexto de diversificação dos níveis de concorrência e das modalidades legítimas de acesso aos cargos públicos, o surgimento das “faculdades livres” conecta-se aos conflitos político-partidários regionais⁵⁴⁸, e aos objetivos de instrumentalização de elites com vistas à gestão e controle do estado. Com as mesmas “garantias e privilégios que gozam as faculdades federais”⁵⁴⁹, os cursos jurídicos instalados no Rio de Janeiro se configuram como espaços de diversificação da formação escolar e da condição de professor de ensino superior. Após a primeira tentativa de instalação da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (FLCJSRJ), em 1882, Fernando Mendes de Almeida retoma o projeto, em 1891, contando com o “apoio” de Manoel do Nascimento Machado Portela (1833-1895). Também no

⁵⁴⁶ VAMPRÉ (1924b, p. 540-551).

⁵⁴⁷ Relatório do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, 1891.

⁵⁴⁸ GRIJÓ (2005).

⁵⁴⁹ Decreto n.º 639, de 31 de outubro de 1891.

Rio de Janeiro, uma segunda iniciativa é levada a cabo e encampada por Carlos Antônio de França Carvalho (1845-1909), principal incentivador da fundação da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (FLDRJ), em 1891. Amplamente ancoradas nas redes de sustentação de seus protagonistas, o quadro professoral dessas instituições retoma o padrão de excelência “profissional” que configura as posições no espaço jurídico, particularmente por congregar “vultos do passado e jovens homens públicos, que faziam brilhantemente as armas na imprensa, no livro, na tribuna antigos ministros e bacharéis recentes; gente da Monarquia e republicanos de pensamento e ação”⁵⁵⁰. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1879, e filho de Cândido Mendes de Almeida, deputado geral e senador durante o Império, Fernando Mendes de Almeida havia se instalado como advogado no Rio de Janeiro, atuando, também, como redator-chefe de diversos jornais. Com a instauração da República, conquista diversas patentes da Guarda Nacional, passando de Tenente-Coronel em 1891, à Coronel Chefe do Estado-Maior e Comandante Superior, em 1899. Ao contrário, o “Conselheiro” Manoel Portela dispunha de uma longa carreira de “serviços prestados” à monarquia como presidente de província (Pernambuco, Minas Gerais, Bahia), deputado provincial, deputado geral, ministro, presidente do IAB e chefe do Partido Conservador em Pernambuco. Foi, também, professor da Faculdade de Direito de Recife, cargo do qual havia se jubilado em 1881. Igualmente, ao fundar a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, Carlos Antônio França de Carvalho, era deputado federal, e seu irmão, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, ministro do império responsável pela reforma que instituiu o “ensino livre”, era vice-reitor do Conselho de Instrução Superior do governo republicano, órgão responsável pelo reconhecimento e equiparação das “faculdades livres”. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e proprietário rural, durante o Império, França de Carvalho foi redator-chefe da *Reforma*, órgão do Partido Liberal e deputado geral.

Comparativamente, o quadro geral de professores das faculdades de direito em pauta indica diferentes momentos de ingresso na carreira, enquanto dez foram nomeados durante o período Imperial, enquanto outros 51 são o produto ou das nomeações decorrentes da reforma do regime republicano ou das condições de acesso ao cargo de professor de ensino superior abertas pela fundação de novas instituições. O principal efeito disso relaciona-se às diferentes formas de organização e afirmação institucionais, as quais implicam em determinadas relações com a condição de professor de ensino superior, notadamente no que tange às novas faculdades. O tempo de objetivação social tem como decorrência um afastamento progressivo dos professores da FDSF do exercício da advocacia (57,7% do conjunto), comparativamente aos

⁵⁵⁰ Calmon *apud* VENÂNCIO FILHO (1977, p. 187).

professores da FLCJSRJ (82,4% do conjunto) e da FLDRJ (94,4% do conjunto). No entanto, os padrões de excelência vigentes no espaço jurídico implicam uma relação significativa do quadro professoral das diferentes instituições com o exercício de cargos eletivos e cargos na burocracia pública. Nesse caso, há uma similaridade de investimentos e de conexões entre os cursos jurídicos e a política, notadamente, dos professores da FDSP, 84,6% ocuparam cargos eletivos e a mesma proporção ocupou cargos públicos por cooptação. Para a FLCJSRJ, são 70,6% e 82,4%, e para a FLDRJ, 88,9% e 83,3%, respectivamente. No caso das novas instituições, a constituição das redes formadas na advocacia passa pelo IAB e pela conversão das relações com o estado, notadamente associadas ao núcleo familiar. São os casos de Fernando Mendes de Almeida e seu irmão, Candido Mendes de Almeida Filho, ou de Pedro Leão Veloso Filho, filhos de senadores do Império com escritório de advocacia na Capital brasileira. Do IAB, estendem-se as redes que ligam João Carneiro de Souza Bandeira, Manoel Portela, João Evangelista de Sayão Bulhões, Herculano Inglês de Souza, Clóvis Bevilacqua, João Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Igualmente, há o caso daqueles que reconvertem a condição prévia de professor de ensino superior nas faculdades oficiais para as novas instituições, tal como Manoel Portela, Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto, André Augusto de Pádua Fleury, Carlos Leôncio de Carvalho, José Hygino Duarte Ferreira.

De modo geral, as origens escolares dos professores das “faculdades livres” do Rio de Janeiro retomam as relações estabelecidas entre alguns de seus principais organizadores. No caso da FLCJSRJ, há uma relação mais direta com a Faculdade de Direito de Recife, na qual 52,9% dos professores obteve o diploma escolar, enquanto que a FLDRJ, tem seu quadro docente ancorado na Faculdade de Direito de São Paulo, com 55,6% dos diplomas. No caso da primeira, Manoel Portela, Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto, antigos professores em Recife; e da segunda André Augusto de Pádua Fleury, Carlos Leôncio de Carvalho, professores jubilados de São Paulo, reforçam as associações de intermediação. Um dos efeitos mais significativos das transformações nos mecanismos de recrutamento derivadas de processos de expansão do mercado é a diversificação das origens sociais e dos modelos de carreira. No que tange às origens sociais dos professores em análise, medida através da “profissão/ocupação/atividade” do pai, a variável utilizada merece alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, como se trata de um grupo social e escolarmente dominante em uma sociedade muito desigual, na qual a “profissão” tem caráter mais ilustrativo e de indicação de status social, há uma tendência a uma extensa multiposicionalidade no que se refere a esta variável. Ao mesmo tempo, como a fonte principal é derivada de notícias biográficas disponíveis em diversas meios de divulgação, para alguns dos casos tem-se um conjunto vasto de informações,

passíveis de serem cruzadas e refinadas, para outros as informações são mais escassas, o que dificulta a apreensão da totalidade ou da posição específica do pai ou do grupo familiar em diferentes pontos do trajeto dos professores aqui analisados. A segunda dificuldade diz respeito à própria discussão acerca das transformações das origens sociais e suas associações com os processos mais gerais de estruturação social. Infelizmente, até o momento, não se dispõe de informações adequadas para indicar os efeitos das possíveis modificações das hierarquias sociais (se é que elas ocorrem) nos processos de recrutamento e diversificação do campo do poder.

Tabela 9
Origens sociais dos professores da Faculdade de Direito de São Paulo,
da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e da
Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

		Ingresso	
		Antes de 1889	A partir de 1890
Altos funcionários do Império	N	1	2
	%	10%	5,8%
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	N	1	5
	%	10%	9,6%
Deputados (todos os níveis)	N	-	6
	%	-	11,5%
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)	N	1	4
	%	10%	7,7%
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	N	-	8
	%	-	15,4%
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	N	2	10
	%	20%	19,2%
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	N	1	4
	%	10%	7,7%
Proprietários	N	3	8
	%	30%	15,4%
Sem Informação	N	1	4
	%	10%	7,7%
Total	N	10	52
	%	100%	100%

A principal indicação, no que tange as origens sociais da população em questão, é a conversão de filhos de ministros, senadores ou membros do conselho de estado, e de deputados para as carreiras professorais, durante o período republicano. Isso se conecta tanto à fundação de faculdades livres, quanto à transformação interna do recrutamento dos professores da Faculdade de Direito de São Paulo. No primeiro caso, predominam os filhos de ministros, senadores ou membros do conselho de estado convertidos à docência, no segundo, são mais significativos os filhos de deputados. Entre os 16 agentes que ingressaram como professor na Faculdade de Direito de São Paulo após a instauração da República, 3 são filhos de deputado, e um filho de ministro, senador ou membro do conselho de estado do Império. No que tange a conversão de investimentos em direção aos cargos de docência no ensino superior destacam-se, igualmente, os filhos de proprietários e oficiais militares ou da guarda nacional, entre os quais a quase totalidade ingressou no período pós 1889. Isso é igualmente significativo para aqueles que vem das frações dominadas do polo econômico, cuja totalidade converte seus investimentos para a carreira docente no período republicano. Em parte, isso tende a estar associado a ampliação dos níveis de concorrência em diversos setores sociais, notadamente na política. Além disso, a valorização progressiva da carreira docente tende a torná-la mais atrativa em um contexto de recomposição de investimentos “profissionais”, principalmente porque, a ocupação do cargo de professor de ensino superior não exclui a possibilidade de ingresso na política, ao contrário, segundo os princípios de hierarquização vigentes, a passagem por cargos públicos reforça as chances de consagração “profissional”, sendo vivida, inclusive, como sentido de missão. Do mesmo modo, a conversão de frações politicamente ou socialmente dominantes do Império para os cargos docentes em expansão, indica as possibilidades de carreira abertas, ou mesmo, as condições de mobilização de recursos diversos com vistas ao reconhecimento enquanto habilitado a ocupação da posição de professor nas faculdades de direito, tanto aquelas em fundação, quanto na Faculdade de Direito de São Paulo.

5 ORIGENS E DESTINOS: CARREIRAS POLÍTICAS E CARREIRAS INTELLECTUAIS

As relações entre recursos previamente possuídos e as condições de realização social e “profissional” estão na base do processo de diferenciação entre frações de elite. Ao mesmo tempo, as estratégias acionadas com vistas ao acesso à determinados cargos e/ou posições, informam os recursos valorizados frente aos espaços de atuação específicos. Interessam, particularmente, o conjunto de micro fatores que diferenciam a população em análise e colocam em evidencia as leis não escritas das condições de sucesso⁵⁵¹. As escolhas em termos de carreira derivam das chances sociais inscritas no espaço dos possíveis abertos às diferentes frações sociais em concorrência, fortemente associadas ao trajeto do conjunto do grupo familiar e as estratégias de conversão e reprodução acionadas. Em um contexto de transição, os investimentos dependem da percepção prática das escolhas possíveis, assim como da posse diferencial de recursos passíveis de serem apresentados como trunfos em espaços de atuação diversos. A relativa estabilidade da estrutura social e das oportunidades escolares, implica em um recrudescimento dos modos de diferenciação social, notadamente pelo aumento da concorrência ou, ao menos, da população que forma a massa dos excluídos. Se os instrumentos de reprodução permanecem fortemente excludentes, os efeitos da transformação dos níveis de inserção e a constituição de uma relativa independência às dinâmicas locais implica em um redirecionamento das estratégias e dos investimentos sociais e “profissionais”. Igualmente, os contextos regionais têm efeitos práticos nas possibilidades de conversão de recursos, notadamente pela relação específica entre origens sociais, investimentos escolares e primeira ocupação, o que indica que as modalidades de carreira e as “estreias profissionais” não tem nada de aleatórias, mas se inscrevem no conjunto das chances diferenciais que conformam a estrutura do espaço social.

Correlativamente, os processos de diferenciação e constituição de oportunidades sociais implicam em uma relação específica entre origens e destinos, ou seja, as bases sociais que fundamentam os conflitos entre espaços de atuação específicos se definem no e pelo confronto com as demais carreiras abertas. Nesse princípio de diferenciação, encontram-se os recursos socialmente objetivados e os processos de seleção social implicados nos distintos universos aos quais se direcionam os pretendentes às carreiras intelectuais e, notadamente, suas condições

⁵⁵¹ CHARLE (1983, p. 86).

sociais e institucionais de distanciamento com relação ao universo da “política”. A comparação entre as carreiras intelectuais e políticas, permite o mapeamento dos recursos acionados e dos modos de configuração das hierarquias que equacionam as diferentes estratégias e as condições de diversificação das bases sociais e princípios de legitimação. Da mesma forma, o acompanhamento de trajetórias representativas das principais modalidades de ascensão e investimentos sociais e “profissionais” permitem apreender a diversidade dos recursos e posições que compõe as carreiras das diferentes frações de elite.

5.1 A ESTRUTURA DO CAMPO DO PODER

Enquanto instrumento heurístico que permite o recorte e definição de uma determinada estrutura de relações entre diferentes poderes, o campo do poder se apresenta como o resultado prático de um conjunto de conflitos sociais voltados à imposição dos princípios de dominação dominantes, ou seja, dos critérios de excelência social e “profissional” que fundamentam as “carreiras de sucesso” e os recursos sociais exigidos de seus pretendentes. A correlação entre distintas frações sociais permite, assim, o mapeamento das posições no interior de universos sociais específicos, no caso em pauta, o “intelectual” e o “político” e, igualmente, a definição de sua proximidade ou afastamento com relação aos padrões dominantes em outros universos sociais. Os traços mais gerais indicam a objetivação significativa de um modelo de “carreira dominante”, notadamente pela não diferenciação entre os pontos de chegada, o conjunto de recursos acumulados nas trajetórias prévias e os espaços sociais em pauta. Ou seja, as transformações históricas e os distintos trunfos possuídos não se diferenciam de modo significativo relativamente às coortes geracionais, o que indica a objetivação de um modelo específico de excelência. Inclusive, as médias etárias no ponto de definição da população se aproximam, com destaque para os “homens de letras”, mais jovens relativamente às outras frações sociais. Isso reconstitui as próprias condições sociais de entrada e investimento nos diferentes espaços de atuação, ou seja, a necessidade formal de títulos escolares no caso dos professores de ensino superior, e de um percurso prévio decorrente das necessidades objetivas de constituição de apoios, notadamente no que tange às chances de “fazer valer os resultados eleitorais”, no caso das elites políticas. No contexto de ampliação da participação política, via jornalismo de causa, a inserção e atuação através dessa atividade se apresenta como um trunfo

significativo para a inserção no mundo das “letras”, ou mesmo da política, mas, nesse caso, os recursos prévios exigidos são outros.

A maior abertura das carreiras intelectuais, se apresenta na diferenciação estrutural entre os “homens de letras” e os professores de ensino superior, notadamente àqueles das faculdades de medicina, e entre esses e os “políticos”, em especial, os ocupantes de cargos de senador. De modo geral, um conjunto de traços diferenciais e micro fatores especificam as oposições entre as frações sociais consideradas e, também, definem suas oposições internas. Em primeiro lugar, o caráter mais fluído da condição de “escritor”, ou seja, de alguém que publica, implica em uma diferença de bases sociais de recrutamento. Igualmente, os efeitos da transição de regimes políticos redefinem as estratégias de carreira relativamente às origens sociais dos postulantes, ou mesmo, com relação aos cargos ocupados no período monárquico. De modo geral, essa conversão passa pelo investimento inicial em um número significativo de atividades, as quais compõe as estratégias de reprodução social relativamente aos contextos históricos e regionais de transformação das condições econômicas e das carreiras. Nesse sentido, o bloqueio à determinadas posições e cargos, ocasionado pelo fechamento político do período inicial da República, direciona um contingente significativo de agentes para as carreiras mais culturais, notadamente para a posição de “homem de letras”. Há, inclusive, um *continuum* entre o período monárquico e o republicano, especialmente no que tange aos “políticos”, muitos dos quais (60,5%) ocuparam cargos públicos no regime anterior, sendo que a quase totalidade desses cargos (92%) correspondiam ao exercício de atividades diretamente atreladas aos conflitos político-eleitorais, seja no exercício direto de cargos de representação, seja através daqueles que permitiam o “controle das eleições” (presidente de província, chefe de política, subdelegado). Desse modo, uma oposição específica constitui o espaço das carreiras políticas, implicando uma diferenciação entre os “recém-chegados” e os já estabelecidos.

No caso dos professores de ensino superior e “homens de letras”, mais afastados, em seu conjunto, dos conflitos político-eleitorais, a relação com a ocupação de cargos públicos não é significativa para os primeiros⁵⁵², e só se faz presente quando se considera os cargos ocupados na burocracia, para os segundos. Isso retoma, de certa forma, as tendências historicamente constituídas de cooptação dos “homens de letras” pelo Estado, sempre pronto a distribuir sinecuras que garantam algum tipo de estabilidade financeira. Logicamente que isso não pode ser considerado sem se tomar em conta o princípio básico que fundamenta a obtenção de cargos ao longo do período: a patronagem política. Ou seja, não se trata de uma característica

⁵⁵² No caso dos professores de ensino superior, são considerados somente aqueles que ocuparam outro tipo de cargo que não aquele que define sua condição.

específica ou inerente ao “Estado brasileiro”, mas de um conjunto de estratégias de conquista de cargos e de relações com o poder político acionadas por diferentes agentes ao longo de suas trajetórias, as quais variam, significativamente, com as possibilidades efetivas de acesso aos níveis distintos de cargos ofertados. Inclusive, o fato de 54,1% do conjunto das frações sociais em análise ter ocupado algum tipo de cargo público, indica uma tendência relativamente geral de busca de abrigo na burocracia, ou seja, o polo representado pelo Estado configura-se como o principal “empregador” no período, particularmente pela própria inexistência de um “mercado econômico” objetivado. Se parte das associações entre as frações analisadas e o regime político precedente se delineia relativamente à ocupação de cargos públicos, outra parte se conecta aos destinos “profissionais” da nobreza brasileira, significativamente voltada para o polo cultural do espaço social em pauta. Colocando de modo mais específico, é significativa a proporção dos “titulares do império” que convertem seus investimentos para as letras (4,6% contra 3% do conjunto do universo) e para a ocupação de cargos de professor de ensino superior (4,4% contra 3% do conjunto do universo), principalmente nas faculdades de direito (6,6% contra 3% do conjunto do universo). A constituição e afirmação das faculdades de direito como o reduto da “boa sociedade” torna-se ainda mais evidente ao se tomar aqueles que dispõem de membros da família com títulos de nobreza conferidos pelo Império. Nesse caso, a relação é significativa apenas com o polo representado pelos professores de ensino superior (20,4% contra 13,6% do conjunto do universo) e, no interior desse, pelas faculdades de direito (23% contra 13,6% do conjunto do universo).

Os múltiplos tipos de investimentos que caracterizam as frações de elites em pauta, notadamente no que tange a ocupação de cargos e a circulação por vários setores sociais, faz com que uma proporção relativamente pequena se mantenha em uma esfera de atuação específica (7,1%). Ao contrário, a tendência geral é que esses agentes circulem por duas (41,5%) ou três (38,2%) esferas de atividades distintas, o que indica a multiplicidade de investimentos legítimos. De modo geral, são predominantes os investimentos na esfera eleitoral (75,8%), na burocrática (67,2%) e na cultural (65,7%), o que indica uma forte sobreposição entre o espaço da “política” e da “cultura”. A variação de quantidade de investimentos e de espaços de circulação é inversamente proporcional às origens sociais, ou seja, há uma tendência a diversificação dos espaços de atuação na medida em que as origens sociais indicam posições mais baixas na estrutura geral do espaço social. Nesse caso, trata-se da constituição significativa do princípio de hierarquização social e de constituição de oportunidades de carreira fundado na constituição de capital de relações sociais, em parte derivado das múltiplas inserções sociais dos agentes em pauta. Isso significa que, na medida em que o capital social herdado do grupo

familiar é menor, maior a necessidade de cultivar relações derivadas de múltiplos investimentos e modalidades de inserção social. Assim, é significativo o caso dos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (5,1% contra 1,5% do conjunto do universo), e filhos de oficiais militares ou da guarda nacional (3,7% contra 1,5% do conjunto do universo) que circulam por cinco esferas de atividade. O caráter efêmero do espaço cultural, notadamente para as posições menos formalizadas, tal como aquelas dos “homens de letras”, favorece a sobreposição e os múltiplos investimentos setoriais. Essa especificidade, somada às restrições das possibilidades de “viver da pena”, tem como decorrência direta as maiores médias de atividades realizadas e de cargos públicos ocupados ao longo das carreiras associadas aos “homens de letras”. Comparativamente às outras frações de elite, esses exercem, em média 10,1 atividades e 3,3 cargos públicos diferentes ao longo dos percursos, enquanto professores de ensino superior (9,1 atividades e 2,2 cargos públicos), e os “políticos” (8,9 atividades e 2,6 cargos públicos) situam-se abaixo da média geral (9,2 atividades e 2,6 cargos públicos). Em termos estruturais, a fragilidade de parte das posições do espaço cultural representa um reforço da política como principal universo de investimento, ou mesmo, ponto de passagem obrigatória. A não objetivação de esferas sociais específicas, que tenham em si sua própria finalidade, é sintomática, particularmente porque em nenhuma das esferas de atividades mapeadas a relação de dedicação exclusiva é significativa.

A situação do campo do poder e seus respectivos espaços de atuação relativamente ao espaço social mais geral está na base das proximidades estruturais que conectam as diferentes frações de elite em questão. Um primeiro problema associado ao esforço de apresentação de sua posição relaciona-se aos limites das informações disponíveis, como já relatado anteriormente. No que tange as possibilidades de comparação com a estrutura social, as próprias categorias de classificação são fortemente incompatíveis, visto serem produzidas sob diferentes lógicas e razões de ser. Um segundo problema é a impossibilidade de controle lógico do conjunto de ocupações agregadas que compõe a projeção da estrutura social representada pelos recenseamentos, principalmente pela adoção de diferenciais internos, como a oposição entre altos funcionários do Império e demais funcionários públicos, inexistente no caso dos recenseamentos. O mesmo ocorre com relação aos oficiais militares ou da guarda nacional e os militares (oficiais inferiores), ou os comerciantes e os trabalhadores do comércio, classificações apresentadas de modo agregado pelos recenseamentos disponíveis para o período. Nesse sentido, as possibilidades mais diretas de comparação situam-se nas relações entre posições diferenciais dos profissionais liberais e proprietários. Além disso, as categorias específicas de “professores e homens de letras”, no recenseamento de 1872, e as de profissionais do

“magistério” e das “ciências, letras e artes”, no recenseamento de 1920, permitem a indicação da posição geral dos “homens de letras” e dos professores de ensino superior no espaço social global. No que tange as relações entre bases sociais e estrutura social, considerando que a quase totalidade dos agentes em pauta nasceu até meados da década de 1870 (98,9%), são tomadas as indicações presentes no recenseamento de 1872. Com relação a categoria dos proprietários, estes perfazem as origens sociais de 35,7% das elites políticas, 19,3% dos “homens de letras” e 21,1% dos professores de ensino superior, enquanto representam 0,4% do conjunto da população no período. A seletividade social é ainda mais significativa tomando aqueles cujas bases remetem aos profissionais liberais, os quais representam 0,07% da população recenseada em 1872, mas compõem 6,8% das elites políticas, 4,5% dos “homens de letras” e 8,8% dos professores de ensino superior. O distanciamento com relação à estrutura geral do espaço social e a situação em um espaço restrito de inter-relações fica mais evidente ao se tomar comparativamente as informações sobre escolarização. Mesmo com dados bastante limitados, os cálculos projetados anteriormente apontam para a existência de 0,1% da população com ensino superior, nos anos iniciais do século XX, enquanto a totalidade dos professores de ensino superior, 83,5% das elites políticas e 63,6% dos “homens de letras” possuem diplomas de ensino superior.

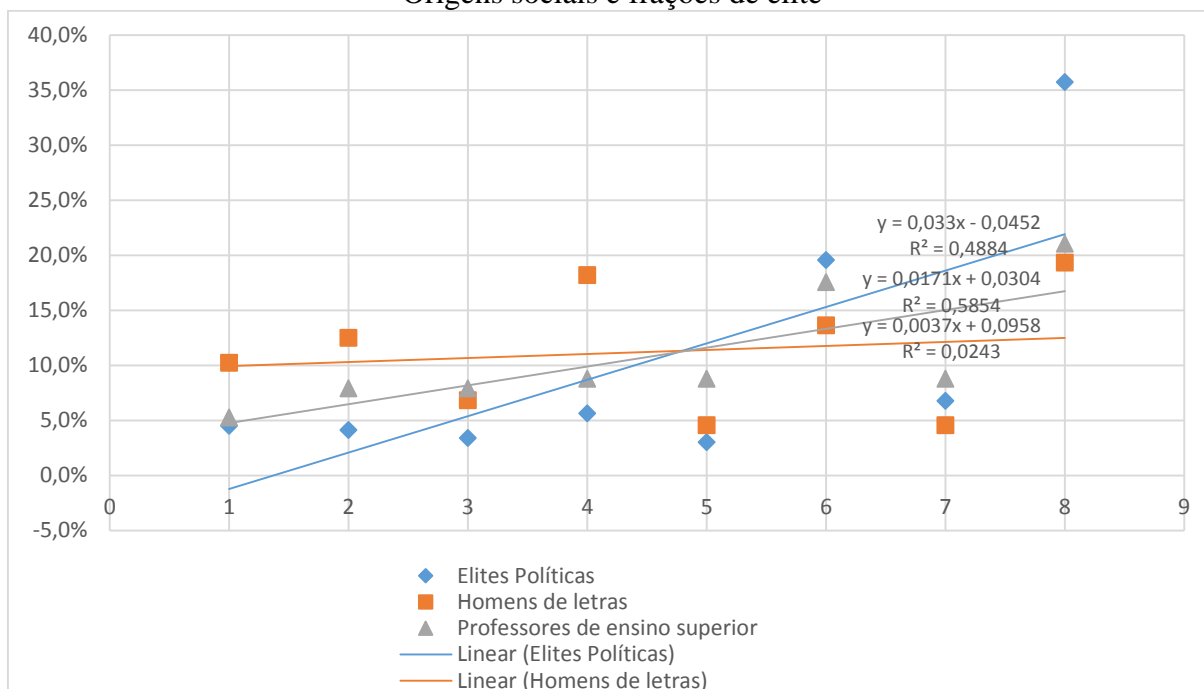
O conjunto desses traços gerais encontra sua especificidade nas relações entre bases sociais e frações de elite, elemento fundamental de diferenciação interna ao campo do poder. Em grande medida, os requisitos de entrada decorrem da constituição dos modelos de excelência relativamente ao espaço da “cultura” e da “política”. Isso, inclusive, é o que especifica as clivagens internas às diferentes frações, contudo, essas oposições e conflitos nunca são redutíveis ao conjunto das propriedades sociais que caracterizam a população, mas retomam as possibilidades diferenciais de mobilização do capital de relações sociais e sua oficialização por meio de instituições formais, as quais tendem a dissimular o caráter exclusivista das relações de trocas. Com origens sociais significativamente mais baixas que as outras frações, os “homens de letras” ocupam uma posição dominada no interior do espaço de relações constituído. As consequências mais imediatas disso são, justamente, o poder atrativo das frações dominantes, principalmente no que tange às carreiras e cargos mais valorizados. No entanto, as possibilidades efetivas de operar uma transição entre as diferentes frações sociais em pauta variam relativamente às chances inscritas nas posições sociais de origem. Como já indicado, o peso dos recursos herdados é bastante significativo no que tange aos investimentos e estratégias de reprodução social, limitando os efeitos dos diplomas sobre as possibilidades de

inserção “profissional” e, igualmente, facilitando o abandono do sistema de ensino em nome de um investimento mais imediato em atividades que garantam algum retorno positivo.

Tabela 10
Origens sociais e frações de elite

		Elites políticas	“Homens de letras”	Professores de ensino superior
Altos funcionários do Império	N	12	9	6
	%	4,5	10,3	5,3
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	N	11	8	8
	%	4,1	9,2	7,1
Deputados (todos os níveis)	N	9	6	6
	%	3,4	6,9	5,3
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)	N	15	15	9
	%	5,6	17,2	8
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	N	8	4	10
	%	3	4,6	8,8
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	N	51	12	18
	%	19,2	13,8	15,9
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	N	18	4	10
	%	6,8	4,6	8,8
Proprietários	N	95	20	30
	%	35,7	23	26,5
Sem Informação	N	47	9	16
	%	17,7	10,3	14,2
Total	N	266	87	113
	%	100	100	100

Gráfico 11
Origens sociais e frações de elite



A principal clivagem que corta o conjunto dos “homens de letras” e, por extensão, um dos polos do espaço cultural, está delineada na oposição entre os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (18,2% contra 8,8% do conjunto do universo), e aqueles que são descendentes das frações ligadas ao poder político imperial, e que convertem seus investimentos para o universo das letras, notadamente os filhos de altos funcionários do Império (10,2% contra 5,8% do conjunto do universo) e, de modo menos significativo, de deputados (6,8% contra 5,1% do conjunto do universo). Além disso, há igualmente uma conversão das frações dominadas no polo econômico, especificamente os comerciantes, negociantes e banqueiros em direção às carreiras intelectuais, de modo mais evidente à condição de escritor (12,5% contra 6,6% do conjunto do universo). A configuração do polo representado pelos “homens de letras” indica um espaço relativamente aberto, principalmente quando comparado aos professores de ensino superior, significativamente mais seletivo no que tange às bases sociais e, pelas próprias condições estatutárias de acesso aos cargos, aos diplomas escolares. Em grande medida, isso se deve aos investimentos necessários

à conquista e reconhecimento das diferentes posições, cuja necessidade de um percurso mais longo implica em um afastamento das frações sociais para as quais a urgência das condições de existência é mais pesada. Isso se verifica, em primeiro lugar, pela rapidez com que se alcança a condição de elite, em segundo, pelo tempo necessário à obtenção do título de ensino superior. Comparando a idade, em 1898, às diferentes condições sociais de origem, a média dos “homens de letras” é menor do que o conjunto do universo (43,09 contra 46,88), e igualmente com relação às elites políticas (48,08) e os professores de ensino superior (46,99). Além disso, a idade mínima encontrada em cada uma das frações, reforça a relativa abertura do espaço literário (17 anos), relativamente aos outros espaços de atuação (26 anos para o espaço político; 29 para o espaço das instituições de ensino superior). Essas diferenças são reforçadas pelas bases sociais que compõem os diferentes universos em pauta. No caso dos professores de ensino superior, estão ancoradas principalmente na conversão dos filhos de ministros, senadores ou conselheiros do Império (8,8% contra 4,7% do conjunto do universo) e, em menor grau, dos filhos de profissionais liberais (8,8% contra 6,8% do conjunto do universo) e de deputados (7,9% contra 5,1% do conjunto do universo). De modo geral, a posição ocupada pelas diferentes frações sociais indica o conjunto de relações de sociabilidade e proximidade social que estas estabelecem entre si, apontando para os tipos de hierarquias e concepções de sociais estão em pauta nessas associações. Ou seja, os critérios de excelência se definem relacionalmente às posições dominantes em diferentes universos sociais ou, mais amplamente, frente a estrutura geral do espaço constituído pela relação entre diferentes poderes (Ilustração 4).

Ilustração 4 Estrutura do campo do poder

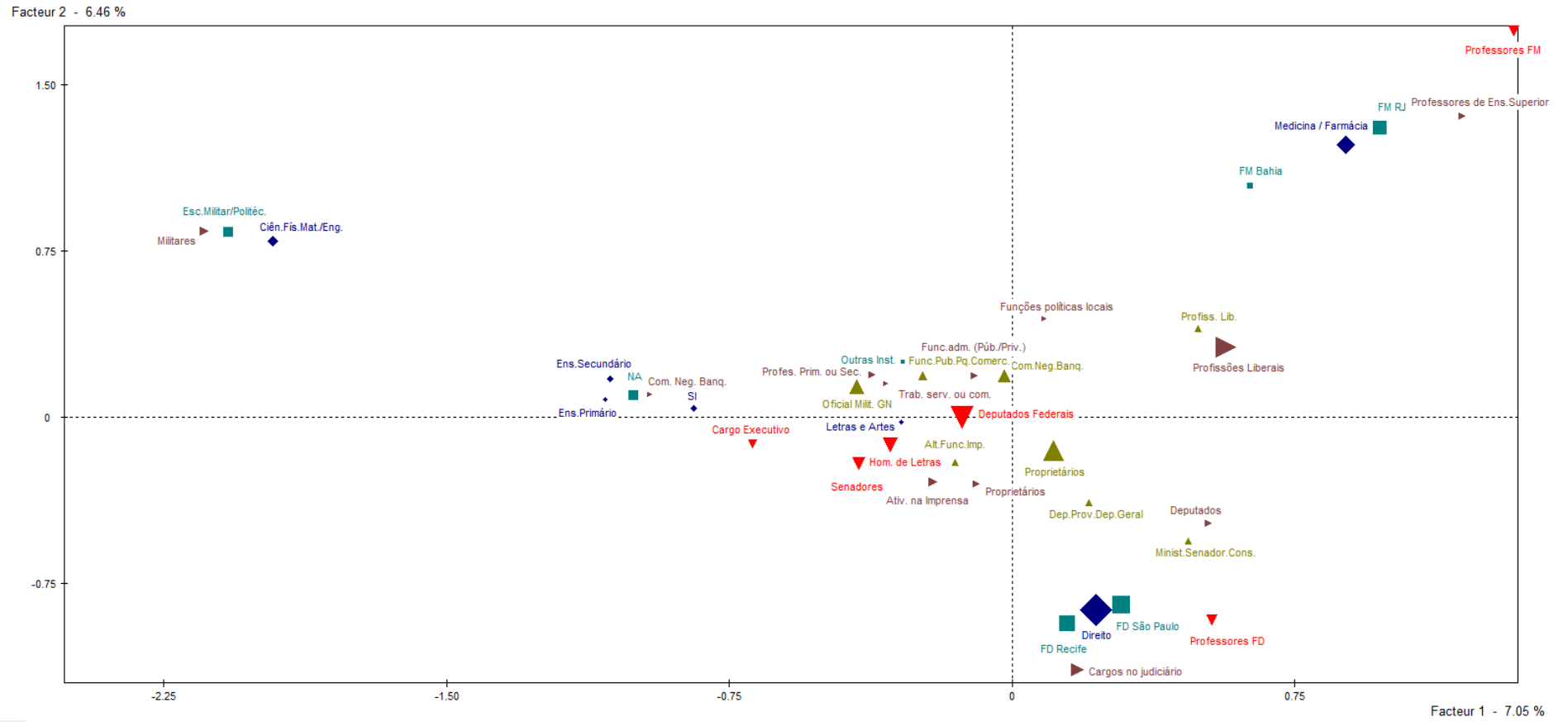


Tabela 11
Variáveis e contribuições

	Contribuições (%)				
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5
Origem social	2,23	1,8	3,7	13,25	4,87
Primeira ocupação	20,65	15,22	21,44	25,42	24,5
Última ocupação	16,28	8,73	16,96	25,74	27,89
Instituição de ensino superior	26,15	29,49	24,25	8,2	11,57
Curso de ensino superior	24,55	29,21	25,19	3,76	6,15
Ocupação na coorte	10,14	15,55	8,46	23,63	25,02
Total	100	100	100	100	100

No extremo oposto ao polo mais cultural, situam-se os “políticos”, majoritariamente formados por filhos de proprietários convertidos aos cargos públicos disponíveis (35,7% contra 29,1% do conjunto do universo), e por descendentes de oficiais militares ou da guarda nacional (19,5% contra 17,9% do conjunto do universo). Considerando que se tratam de cargos de nível nacional, essa predominância retoma as próprias condições de exercício do poder político no Império e na Primeira República, notadamente ancorado em estruturas hierárquicas constituídas com base em distintos níveis de patronagem e relações de clientela, no centro das quais se situam “parentelas” que dispõem de um controle significativo dos cargos e recompensas derivadas da ocupação prolongada de cargos públicos e do controle sobre as eleições. Nessas estruturas, “a base faccional da oligarquia no poder” pode “ser identificada na lista de indivíduos” que possuem um “cargo federal ou uma posição no executivo estadual” (LEWIN, 1986, p. 218), ou seja, a distribuição de cargos varia relativamente às posições de mando político e as clivagens que as constituem. Em termos gerais, há uma relação historicamente constituída entre as “frações proprietárias” e os cargos públicos, algo que não está totalmente dissociado da significativa participação de descendentes de oficiais militares ou da guarda nacional na política. Isso porque, por um lado, tratam-se de frações sociais fortemente ligadas à posse da terra como decorrência da “economia política dos descobrimentos”, fundada na conquista territorial e militar, ou por conta da própria estrutura de distribuição de patentes da guarda nacional; por outro, a ascensão do regime republicano teve como decorrência a

implantação de um número significativo de militares na política, notadamente devido das juntas governativas instaladas como forma de controle da política regional e contenção de dissidências.

Tabela 12
Escolarização e frações de elite

		Elites políticas	“Homens de letras”	Professores de ensino superior
Superior Completo	N	222	56	114
	%	83,5	63,6	100
Superior Incompleto	N	7	17	-
	%	2,6	19,3	-
Ensino Secundário	N	12	14	-
	%	4,5	15,9	-
Ensino Primário	N	4	1	-
	%	1,5	1,1	-
Sem informação	N	21	-	-
	%	7,9	-	-
Total	N	266	88	114
	%	100	100	100

O traço mais significativo nas oposições que regem esse universo, são as relações diferenciais entre frações de elite e o sistema de ensino, particularmente se considerarmos suas divisões internas. Isso se conecta ao peso específico da escolarização para hierarquização social, notadamente em uma sociedade em que a oferta de diplomas é significativamente restrita. Com exceção dos professores de ensino superior, as demais frações dispõem de associações acentuadas com diversos níveis de ensino. Essa divisão e maior diversificação de escolarização relativamente aos “homens de letras” retoma, em primeiro lugar, as associações indicadas anteriormente quanto aos limites sociais do acesso à diferentes níveis do sistema escolar, em segundo, denota o caráter mais fluído da própria condição de “escritor” e das barreiras de entrada aos postulantes. Da mesma forma, a relação menos intensa com o ensino superior amplia a oposição constitutiva do polo mais cultural, definida pela diferenciação entre os professores de ensino superior e os “homens de letras”. No que tange aos “políticos”, o traço mais significativo é o contingente daqueles sem informação sobre a escolarização. Mais do que um problema para a análise, isso coloca em pauta a própria relação entre titulação escolar e os modos legitimação de pretensões sociais e de carreira, relativamente às distintas frações em

pauta. Isso é ainda mais sintomático tendo em vista que, entre aqueles sem informação, predominam os filhos de proprietários e oficiais militares ou da guarda nacional, ou seja, os princípios de legitimação se inscrevem em outra ordem de fatores, notadamente na mediação diretamente associada a mobilização de “votantes”, seja através da posse da terra ou da possibilidade de coerção, modalidades de exercício do poder não necessariamente em oposição, nesse contexto.

As chances diferenciais que estão na base das relações entre o sistema de ensino e as estratégias de reprodução social, são retraduzidas relativamente às diferentes frações de elites, assim, as condições de acesso variam internamente a partir das origens sociais. No caso do espaço constituído pelos “políticos”, as frações sociais mais baixas constituem um polo de oposição relativamente aos outros, mais escolarizados. Desse modo, se configura uma diferenciação entre os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (73,3% contra 83,5% do conjunto), os comerciantes, negociantes e banqueiros (72,7% contra 83,5% do conjunto) e, em menor grau, de oficiais militares ou da guarda nacional (80,8% contra 83,5% do conjunto). No polo oposto, situam-se o conjunto das demais categorias sociais de origem, notadamente os filhos de deputados e de ministros, senadores ou conselheiros do Império, todos com ensino superior completo. No caso do espaço configurado pelos “homens de letras”, os determinantes sociais que diferenciam as carreiras e frações de elite estão mais evidentes. A menor exigência de diplomas de ensino superior se reflete em todas as categorias sociais de origem dos “escritores”, notadamente entre os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (13,3% contra 63,2% do conjunto). Por um lado, isso indica as próprias condições sociais de investimentos em diferentes tipos de carreiras, ou seja, o conjunto de barreiras sociais que diferenciam os espaços de atuação estão na base das estratégias de levadas a cabo pelos agentes em análise.

Em linhas gerais, as oposições se definem na estrutura do espaço frente aos princípios gerais que o constituem. O conjunto de dimensões de análise se organiza, numa primeira oposição, pela diferenciação entre um polo escolarmente dominante e um escolarmente dominado. A especificação dessa divisão ocorre na relação, por um lado, com as diferentes instituições de ensino superior e cursos, por outro, no peso significativo daqueles que não foram além do ensino secundário. No polo dominante, situam-se os cursos médicos e suas respectivas instituições escolares do período, fortemente associadas às carreiras de professor de ensino superior. No outro extremo, encontram-se os “homens de letras”, fortemente associados aos níveis escolares mais elementares, em especial, o secundário. Igualmente associados a esse polo

estão os bacharéis em ciências físicas e matemáticas e os formados em engenharia, com passagem pelo ensino militar ou pela Escola Politécnica, cuja tendência geral aponta para a estreia profissional nas carreiras militares. O segundo eixo de diferenciação está centrado na oposição entre tipos de diplomas e instituições de ensino superior, opondo, principalmente, os professores das faculdades de direito aos das de medicina e, de modo menos intenso, aqueles que estreiam em cargos judiciários e os que ingressam nos níveis iniciais das carreiras docentes. Um terceiro princípio de estruturação desse universo, intervém através da oposição entre os bacharéis em ciências físicas e matemáticas e os formados em engenharia, com passagem pelo ensino militar ou pela Escola Politécnica, e aqueles sem passagem pelo ensino superior, principalmente ligados à escolarização secundária. A diferenciação implicada nesse eixo, aproxima do polo escolarmente dominante uma fração dos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares mais ligada aos diplomas de ciências físicas e matemáticas ou engenharia, enquanto afasta desse polo a fração dessa categoria mais ligada ao ensino secundário e, de modo extensivo, aos “homens de letras”. As relações constituídas por esse princípio de oposição tendem a separar um conjunto de carreiras, colocando de um lado, aqueles que ingressam na carreira militar como primeira ocupação e tem seu ponto de chegada no oficialato superior, e aqueles que estreiam nas atividades de imprensa, como professores primários ou como trabalhadores do comércio ou serviços, fortemente associados aos “homens de letras”.

Outro princípio de estruturação desse universo situa-se especificamente na oposição entre as frações de elite em pauta, com suas respectivas bases sociais e modalidades de carreira mais significativas. A divisão mais significativa ocorre entre os deputados federais e senadores e, no extremo oposto, os professores das faculdades de direito e os “homens de letras”. De modo geral, um polo se configura como economicamente dominante, dada a relação significativa entre os filhos de proprietários e os cargos de deputado federal e senador, enquanto outro relaciona-se aqueles cujas bases sociais remetem aos filhos de deputados e altos funcionários do Império, associados aos professores das faculdades de direito, notadamente de São Paulo, e uma fração dos “homens de letras”. A aproximação dos “homens de letras” desse polo implica em um efeito de estrutura, cuja resultante é a proximidade dos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares. Isso evidencia, de modo significativo, os mecanismos de similaridade social que estão na base das associações entre diferentes frações sociais e a relativa adesão a determinadas modalidades dominantes de carreira. O conjunto dessas bases sociais conecta-se as oposições entre primeira e última ocupações, que perfazem, no polo economicamente dominante, uma associação entre a

condição inicial de proprietário ou comerciante, negociante ou banqueiro, e o ponto de chegada como senador ou proprietário de terras. No caso do polo associados aos professores de ensino superior e “homens de letras”, a relação mais direta se dá com a estreia via atividades de imprensa e a chegada como “escritores / jornalistas” ou a ocupação de funções administrativas na burocracia pública. Um último elemento que configura esse universo conecta-se, também, a relação entre frações de elite em pauta e carreiras, nesse caso, com um peso mais significativo para escolarização. Em um polo, ocorre uma aproximação entre “homens de letras” e deputados federais, mais próximos da Faculdade de Medicina da Bahia e da de Direito de Recife, os quais se opõem ao conjunto dos outros cargos políticos (senadores e cargos executivos) e professores de ensino superior. No caso desse eixo, ao polo conectado aos “homens de letras” e deputados federais, estão aqueles cujas estreias “profissionais” ocorrem nas atividades de imprensa ou como proprietários, contrapostos aos que ingressam nos cargos iniciais das carreiras docentes ou iniciam suas atividades “profissionais” como comerciantes, negociantes ou banqueiros. Com relação a essas oposições, há uma tendência dos “homens de letras” e deputados federais chegarem a condição de “escritores / jornalistas”, para os primeiros, e de deputados federais ou proprietários para os segundos. Considerando o polo oposto, aqueles que ingressam nos estágios iniciais das carreiras docentes tendem ao ponto de chegada como professores de ensino superior. O sistema completo de oposições e modalidades diferenciais de investimentos e chances de carreira, se apresenta de modo mais evidente na especificação clivagens e estratégias que constituem os distintos universos de atuação em pauta, notadamente na relação entre contextos de ação, origens sociais, escolarização e os pontos de partida e de chegada das carreiras.

5.1.1 Elites políticas

As estratégias de carreira das elites políticas variam relativamente a dois elementos fundamentais: 1) o sistema de distribuição de cargos públicos; 2) a participação eleitoral. Considerando a proposição de Faoro (2001), a adoção de uma fórmula eleitoral baseada no voto facultativo e não secreto, as práticas de alistamento eleitoral e o poder definido pelo controle da burocracia local e suas conexões com o governo central diversificaram os modos de produção de resultados eleitorais, o que vem “ampliar e exacerbar a função eleitoral do coronel”

(p. 737). A importação de uma monarquia parlamentar pressupunha que parte da legitimidade do poder político advinha do consentimento, ou seja, da realização de eleições. Sendo assim, a organização do espaço da política enquanto um universo no qual está em confronto o acesso e manipulação legítima dos “bens públicos” é decorrente de um processo de “inserção das instituições imperiais nas possessões lusitanas da América”⁵⁵³. O principal resultante disso é o descolamento entre o modo através do qual são ocupados os cargos públicos (eletivos ou não), e os procedimentos formais de investidura que conferiam uma “total legalidade” às eleições. Nesse contexto, “as instituições colegiadas e as assembleias [...] configuravam-se como os lugares privilegiados de conciliação entre as diferentes oligarquias regionais”⁵⁵⁴. A funcionalidade desse aparato de dominação controlado burocraticamente por uma série de procedimentos formais, não pode ser pensada sem a consideração de seus fundamentos sociais, ou seja, os mecanismos sobre os quais se constituem as relações com a política instituída.

A estrutura centralizada da distribuição de cargos políticos funciona segundo níveis distintos de hierarquias e atribuições, a partir das quais são definidos os recursos passíveis de serem manipulados diretamente por seus ocupantes, ou a dependência de outros contatos e alianças. Nesse processo, há uma relativa separação entre os conflitos regionais, transfigurados nas Assembleias Provinciais, instaladas em 1834⁵⁵⁵, e aqueles que envolvem a composição do poder central e suas franjas na administração local. Isso ocorre, principalmente, pela impossibilidade de dissolução das Assembleias Provinciais, caso distinto daquele da Câmara dos Deputados, fortemente ancora na “sobrevivência” dos gabinetes ministeriais e em suas bandeiras partidárias. No entanto, se os legislativos provinciais não estão a mercê da intervenção direta do poder central, não deixam de depender da composição de forças que sustentam determinados grupos no poder e, notadamente, da associação entre empresas de dominação e a estruturação de um *spoil system*, no qual o vencedor leva tudo. Nesse quadro mais geral, as eleições dispõem de um papel central, tanto no que tange à legitimação da relação de forças em confronto, quanto na distribuição dos cargos e, por meio deles, dos “bens do estado”.

As possibilidades de “fazer as eleições”, conectam-se à divisão do trabalho de dominação política oficializada através do controle de cargos distribuídos hierarquicamente. Os níveis de intermediação de recursos se configuram, por um lado, através das possibilidades de distribuição de nomeações, concessões comerciais, matrículas gratuitas em instituições

⁵⁵³ ALENCASTRO (1987, p. 69).

⁵⁵⁴ GRAHAM (1997, p. 113).

⁵⁵⁵ Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.

escolares, liberação do recrutamento militar, etc.; por outro, com base na distribuição de recursos pessoais aos “rendeiros, agregados, camaradas”, trabalhadores livres que vivem nas terras de outrem⁵⁵⁶. Em uma “sociedade hierárquica” na qual parte da legitimidade da liderança dependia de “demonstrações públicas de lealdade”⁵⁵⁷, a mobilização eleitoral era constante, particularmente pela frequência em que ocorriam os pleitos eleitorais. Na medida em que não haviam suplentes, todo caso de falecimento ou impedimento de algum ocupante de cargo eleitoral tinha como decorrência uma nova eleição. Da mesma forma, a possibilidade de dissolução da Câmara era significativa, e relativamente frequente: entre 1842 e 1889, foram 17 legislaturas, das quais 11 foram interrompidas para realização de novas eleições. O caráter externo do governo representativo e a importação da “lógica partidária” como uma forma de ruptura com a “dependência e tradição”, em nome de um processo modernizador da “comunicação política” e de gestão de uma “cena política” que não opera pelo “exercício livremente concorrencial do direito de sufrágio”⁵⁵⁸. Organizadas enquanto um “acordo entre *gentlemen*”⁵⁵⁹, ou seja, entre grupos políticos que operam com diferentes códigos, passando do discurso referenciado aos procedimentos legais de alistamento, qualificação e apuração eleitoral, até a prática efetiva das “eleições do cacete”⁵⁶⁰. A efetivação desse acordo e suas possibilidades de sucesso dependem, diretamente, do acesso aos instrumentos de produção de resultados eleitorais, nesse caso, ao aparato burocrático do Estado. As relações de intermediação se realizam pela constituição de um modelo híbrido, que mantém as “prerrogativas dos senhores rurais no enquadramento político e social das populações”, legitimando as “formas de controle privado”, e, paralelamente, estabelece um acordo entre as diferentes regiões a partir da “tutela da burocracia imperial”⁵⁶¹. Historicamente, trata-se de um processo de conversão das “elites camarárias” coloniais em direção aos múltiplos cargos criados com a implementação de um aparato administrativo e seus desdobramento após o primeiro quartil do XIX⁵⁶².

Com a instauração da República, ocorre a transferência do controle sobre as eleições para os estados, cujo resultado mais imediato é a ampliação da ingerência dos grupos políticos locais sobre a composição dos legislativos nacionais. Isso se deve, diretamente, à modificação na hierarquia e poder sobre as nomeações para os cargos de controle eleitoral, o que incide nos

⁵⁵⁶ ANS, 1871, 1, p. 123-124 – José Tomás Nabuco de Araújo Filho.

⁵⁵⁷ GRAHAM (1997, p. 105).

⁵⁵⁸ BADIE (1992, p. 179).

⁵⁵⁹ BADIE e HERMET (1993, p. 201).

⁵⁶⁰ SABA (2011).

⁵⁶¹ ALENCASTRO (1987, p. 69).

⁵⁶² MONTEIRO (2005; 2009).

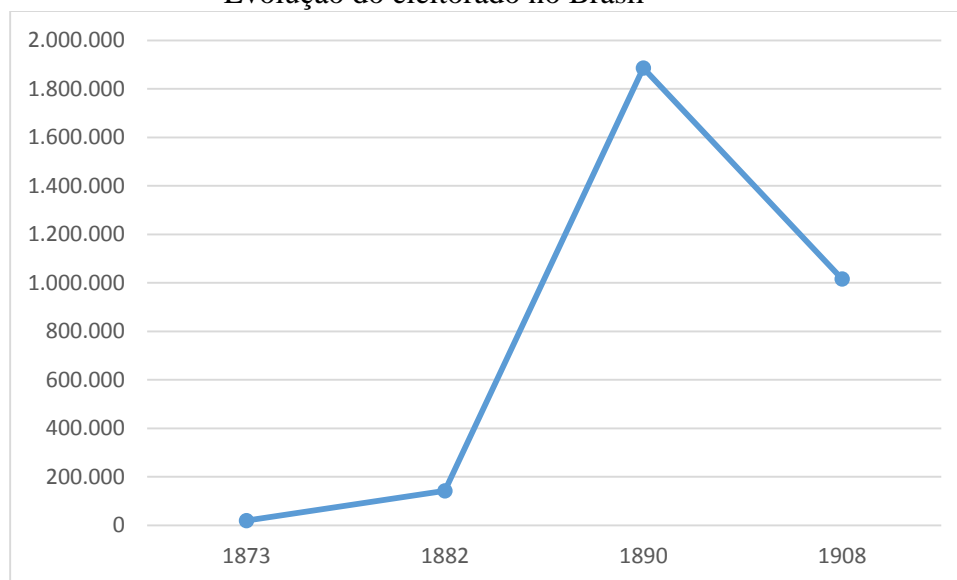
modos e possibilidades de realização das carreiras e nos deslocamentos, bloqueios e limites impostos às mesmas⁵⁶³. Igualmente, a transformação dos critérios de participação eleitoral, iniciados durante o Império, com a instauração da eleição direta, em 1881⁵⁶⁴, e potencializados relativamente ao período anterior, com o período republicano⁵⁶⁵, implicam em uma maior possibilidade de diversificação das bases sociais de recrutamento político (Gráfico 12). No entanto, a transformação nas bases do recrutamento é relativa, notadamente no que tange ao peso do ensino superior para o ingresso na carreira política, estável ao longo do período, comparativamente aos cortes geracionais. O que ocorre, é uma transição dos cursos, principalmente pela valorização progressiva na medicina, que passa de 15,1% para 27,6% do conjunto do universo, quando se considera os nascidos até 1850 e aqueles que nasceram depois dessa data. Da mesma forma, aumenta a proporção daqueles que dispõem de diplomas da Escola Central ou Politécnica (12,9% para 20,9% do conjunto do universo), enquanto os bacharéis em direito tem um decréscimo (50,7% para 44,7% do conjunto do universo). A transição na valorização de determinados diplomas relativamente às carreiras políticas se expressa, de modo significativo, pela retração significativa daqueles que não dispõem de ensino superior (9,1% contra 2,9% do conjunto do universo). De fato, isso evidencia a progressiva valorização dos diplomas escolares como forma de legitimação das pretensões políticas e, também, o efeito da ampliação da concorrência para a elevação dos critérios de entrada nas carreiras políticas.

⁵⁶³ Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846. Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855. Decreto nº 1.082, de 18 de agosto de 1860. Decreto nº 2.675, de 20 de outubro de 1875.

⁵⁶⁴ Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

⁵⁶⁵ Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892. Lei nº 426, de 7 de dezembro de 1896.

Gráfico 12
Evolução do eleitorado no Brasil*



Fonte: Relatórios do Ministro do Império; Recenseamento do Brasil em 1890, Diretoria Geral de Estatística, 1898. Anuário Estatístico do Brasil, V.1, Diretoria Geral de Estatística, 1916. * Os números para 1890 foram estimados a partir do recenseamento.

O mais significativo, no que se refere às modificações nas bases de recrutamento político, é a diversificação e transformação nas origens sociais. Há uma ampliação progressiva das bases sociais conforme se passa em direção aos cortes geracionais mais jovens, o que se reflete, igualmente, na transformação das ocupações dos pais em direção àquelas que representam posições sociais “mais modernas”. Ou seja, ocorre uma diminuição dos filhos de proprietários (38,6% para 32,8% do conjunto do universo), de oficiais militares ou da guarda nacional (21,2% para 17,2% do conjunto do universo), enquanto ocorre um aumento dos filhos de profissionais liberais (6,1% para 7,5% do conjunto do universo) e de comerciantes, negociantes e banqueiros (3% para 5,2% do conjunto do universo), quando se considera as gerações nascidas antes ou depois de 1850. Ocorre, também, no caso dos nascidos após 1850, um aumento daqueles classificados como sem informação (15,2% para 20,1% do conjunto do universo), mais do que destacar a falha das informações sobre os agentes em pauta, trata-se de evidenciar o fenômeno relativamente significativo de ocultação das origens sociais, notadamente em notícias biográficas mais formais ou laudatórias, a não ser que a vinculação

histórica da família à determinados segmentos sociais seja acionada como princípio de legitimação de uma “vocação” ou “dom”. De maneira geral, a transição de regimes e a ampliação do sufrágio tem efeitos limitados sobre as bases sociais de recrutamento político, mantendo uma barreira de seleção social relativamente estável desde o período imperial, notadamente pela exigência significativa de diplomas de ensino superior. Mesmo assim, a carreira profissional ou política podia ser construída por aqueles que não vinham de “famílias de grande riqueza ou tradição”, dependendo das chances e modalidades de inserção social e, principalmente, da “proteção e complacência de um padrinho”⁵⁶⁶.

Tabela 13
Elites políticas, origens sociais e chances teóricas de carreira

	Primeira ocupação mais provável	Cargo mais provável no ponto de corte	Última ocupação mais provável
Altos funcionários do Império	Atividades na imprensa (25%); Cargos no Judiciário (25%); Profissões liberais (25%)	Deputado federal (33,3%); Governador ou vice-governador (25%); Senador (25%)	Ministros ou altas funções administrativas (25%); Senador (25%)
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	Cargos no Judiciário (18,2%); Militares (18,2%) Profissões liberais (18,2%)	Deputado federal (63,6%)	Deputado federal (18,2%); Senador (18,2%)
Deputados (todos os níveis)	Profissões liberais (33,3%); Atividades na imprensa (22,2%)	Deputado federal (55,6%)	Senador (22,2%); Profissões liberais (22,2%)
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)	Militares (26,7%); Professores primários ou secundários (20%); Profissões liberais (20%)	Deputado federal (53,3%); Senador (33,3%)	Senador (46,7%); Deputado federal (20%)
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	Profissões liberais (37,5%); Deputados (25%)	Senador (50%); Deputado federal (25%); Governador ou vice-governador (25%)	Ministros ou altas funções administrativas (37,5%); Senador (25%)
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	Militares (25,5%); Profissões liberais	Deputado federal (56,9%); Senador (23,5%)	Deputado federal (27,5%); Oficiais militares ou da

⁵⁶⁶ GRAHAM (1997, p. 234).

	(19,6%); Cargos no judiciário (13,7%)		Guarda Nacional (13,7%)
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	Profissões liberais (33,3%); Cargos no judiciário (22,2%)	Deputado federal (83,3%)	Deputado federal (22,2%); Profissões liberais (16,7%); Funções administrativas ou cargo nas burocracias públicas (16,7%); Senador (16,7%)
Proprietários	Profissões liberais (29,5%); Cargos no judiciário (23,2%); Proprietários (17,9%)	Deputado federal (56,8%); Senador (26,3%)	Proprietário (28,4%); Senador (26,3%); Deputado federal (15,8%)
Sem Informação	Profissões liberais (27,7%); Cargos no judiciário (17%); Militares (14,9%)	Deputado federal (63,8%)	Deputado federal (17%); Senador (17%); Oficiais militares ou da Guarda Nacional (14,9%)

A especificação das relações entre chances de carreira e origens sociais se expressa, de modo significativo, nas associações entre ocupações iniciais, cargos no ponto de corte e seus efeitos nos pontos de chegada (Tabela 13). Como já indicado anteriormente, as estreias “profissionais” variam relativamente aos recursos sociais de origem e aos investimentos escolares. O conjunto dessas relações delinea os padrões de carreira e as estratégias acionadas relativamente as chances que se definem, tanto em relação às origens sociais, quanto aos postos previamente ocupados e possibilidades de investimento futuro. No quadro geral, há uma tendência de conversão em direção às profissões liberais e aos cargos no judiciário, notadamente em relação às posições sociais de origem situadas no topo da hierarquia social. Isso se conecta aos próprios recursos sociais exigidos para essa conversão, não diretamente acessíveis pela restrição específica do sistema de ensino. Além disso, no caso dos descendentes de proprietários ou de oficiais militares ou da guarda nacional, há uma tendência de reprodução das posições de origem e suas chances diferenciadas de replicação nos pontos finais das carreiras. Outro ponto significativo é o ingresso nas carreiras militares aos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares que posteriormente se destinam às carreiras políticas, alternativa igualmente aberta a uma parcela daqueles que não

dispõem de informações sobre as origens sociais. Os cargos de representação política constituem os principais destinos ao conjunto dos postulantes, no entanto, as chances de acesso variam relativamente às origens sociais, com os filhos de altos funcionários e de ministros, senadores e conselheiros de estado do Império possuindo chances significativas de ocupação de cargos executivos no período republicano.

Os pontos de chegada das carreiras se apresentam a partir de uma variedade mais significativa de chances diferenciais de destino, mantendo, entretanto, uma correlação com os postos anteriormente ocupados e as relações de chances. Os filhos de altos funcionários e de ministros, senadores e conselheiros de estado do Império, tendem a abandonar os cargos de deputado federal na direção de ministérios ou cargos de alto escalão. Ocorre o mesmo com os filhos de deputados, tendencialmente levados ao abandono da deputação em direção ao exercício de profissões liberais. Isso indica, de modo significativo, um conjunto de recursos de origem combinados com aqueles acumulados na ocupação de cargos públicos como forma de conversão em direção às profissões liberais. Delineando, de modo geral, as associações entre o primeiro cargo ocupado e aquele no ponto de corte da amostra, tem-se uma relação de chances significativa entre a ocupação de cargos no judiciário e o exercício de cargos de deputado federal (45,8% de chances), assim como a passagem pelas atividades de imprensa (61,1% de chances), pelas profissões liberais (62% de chances), pelo professorado primário e secundário (66,7%), ou a condição de proprietário (66,7% de chances), tencionam o ingresso na deputação federal. Para os casos daqueles que estreiam como professores primários ou secundários, ou em atividades de imprensa, a totalidade de deslocamentos possíveis praticamente se resume aos cargos de representação, sendo que, ambos têm 33,3% de chances de acesso aos cargos de senador. No caso dos ocupantes de cargos no judiciário (18,8% de chances), e dos profissionais liberais (12,7% de chances), estão abertos os deslocamentos possíveis para os cargos executivos (governadores e vice-governadores). Sintomático dos processos históricos e sociais que operaram a transição de regimes é a correlação de chances de que aqueles que estreiam nas carreiras militares ocupem cargos no executivo (21,1% de chances).

Os deslocamentos posteriores aos cargos ocupados no ponto de corte indicam dois fenômenos mais gerais: 1) a tendência à reprodução; 2) a conversão interna em direção à outros cargos, ou para uma multiplicidade significativa de atividades, em especial, para a condição de proprietário. No caso do cargo de deputado federal, há uma gama significativa de direcionamentos possíveis àqueles que não permanecem no cargo (27,9% de chances de permanência), entre as quais pode-se destacar a condição de proprietário (19,5% de chances) e o exercício de profissões liberais (11,7% de chances). Considerando os senadores, a tendência

de permanência nos cargos é bastante significativa (43,3% de chances), com possibilidades de conversão para a condição de proprietário aos que “saem da política” (13,4% de chances). No que tange aos ocupantes de cargos executivos (governador e vice-governador), as probabilidades mais evidentes apontam para o investimento na senatoria (35,3% de chances), com uma parcela menor que tende a se manter no controle dos cargos executivos até o fim das carreiras (17,6% de chances). O conjunto dessas correlações de chances, ganha sua especificidade na consideração de casos exemplares, com base nos quais se tornam mais evidentes os diferenciais de trajetória, ou seja, a transição das chances de ocupação da posição seguinte relativamente ao cargo atual. Enquanto um sistema contínuo de condicionantes, as trajetórias se definem a partir das condições de possibilidades de tencionam os deslocamentos potenciais, estruturados com base em “séries de escolhas irreversíveis”, operadas na prática (BOURDIEU, 1980, p. 172).

Alto funcionário do Império, o pai de Eduardo Pires Ramos (1854-1923), Ângelo Francisco Ramos, foi desembargador e primeiro presidente da Relação do Mato Grosso, presidente da província de Sergipe, além de ter sido deputado provincial e geral pela Bahia. Com o diploma de bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife, Eduardo Ramos é nomeado promotor público em Taperoá (BA), transferindo-se para Feira de Santana (BA), onde exerceu o cargo de juiz municipal e de órfãos e atuou no jornalismo, através do Correio da Feira, periódico ligado ao Partido Conservador. Foi, também, promotor em Salvador (BA) e, entre 1885 e 1889, diretor da instrução pública da Bahia. A relação de sua família com o espaço jurídico é bastante significativa, principalmente tomando em conta que dois dos seus três irmãos, sobre os quais se dispõem de informações, eram bacharéis em direito e ocuparam cargos na magistratura. Instalado o regime republicano, Eduardo Ramos elege-se senador estadual à Assembleia Constituinte da Bahia, e toma parte na fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, integrando a primeira congregação de professores. Integrando a facção dos “vianistas”⁵⁶⁷, permanece no senado estadual até 1894, quando é eleito deputado federal, permanecendo no cargo até 1905. No Rio de Janeiro, foi professor da Faculdade Livre de Direito, entre 1895 e 1897, e atuou no jornalismo. Em 1905, após romper com a facção liderada por José Marcelino, então governador da Bahia, não foi incluído na lista de deputados daquele estado, o que ocasionou o bloqueio de suas pretensões de continuidade. A partir daí, converte seus investimentos para a advocacia no Rio de Janeiro, e para as letras, sendo eleito, em 1922, membro da ABL.

⁵⁶⁷ PANG (1979, p. 76 *et seq.*).

Igualmente ilustrativo do conjunto de chances diferenciais que estruturam as carreiras é o caso de Augusto Tavares de Lyra (1872-1958), filho do comerciante Feliciano de Lyra Tavares, tesoureiro do Partido Liberal no município de Goiânia (RN), onde foi vereador por diversas legislaturas e recebeu a patente de coronel da guarda nacional. De modo geral, a família se organiza segundo um princípio de divisão do trabalho de dominação: Feliciano de Lyra Tavares Filho, assume os negócios da família e chega a coronel da guarda nacional; Luís Tavares de Lyra, bacharel em direito, ocupa cargos na magistratura e chega a desembargador “antes dos 30 anos”; João de Lyra Tavares atuou como comerciante nas firmas da família, ocupando o cargo de deputado estadual e senador durante a República; José Antônio de Lyra Tavares, major da guarda nacional. Augusto Tavares de Lyra obtém o diploma de direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1892, e retorna a Natal (RN), onde abre banca de advogado, é professor e eleito deputado estadual, em 1893. O conjunto de oportunidades sociais que configuram sua trajetória conectam-se, por um lado, às múltiplas inserções e postos ocupados por seus irmãos, por outro, ao casamento com Sophia Eugênia de Albuquerque Maranhão, filha de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, “chefe político” do Rio Grande do Norte, advindo de uma família de políticos e senhores de engenho⁵⁶⁸. Em 1894, Tavares de Lyra elegeu-se deputado federal, permanecendo no cargo até 1904, quando retorna ao Rio Grande do Norte, eleito governador na sucessão de seu cunhado, Alberto Maranhão, que, por sua vez, assumiria uma cadeira na Câmara dos Deputados. No ano de 1906, a pedido de seu sogro, renuncia ao governo para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, permanecendo no cargo até 1909, quando foi eleito senador, cargo que ocupou até 1914. O conjunto de investimentos que conectam seu clã familiar ao controle político do Rio Grande do Norte e de diversos cargos no governo federal, levam-no ao Ministério da Viação e Obras Públicas, em seguida ao Ministério da Fazenda e, por fim, assume como ministro do Tribunal de Contas da União. Nesse interstício, atua como professor de direito administrativo na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, torna-se membro de várias entidades culturais e vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Mesclando, igualmente, investimentos políticos e culturais variados, o caso de Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), é ilustrativo dos filhos de deputados do Império que convertem seus investimentos para a ocupação de cargos no regime em instauração. Seu pai, Manuel Martins Torres, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou vários cargos no judiciário, foi chefe de polícia na Paraíba e, posteriormente, instalou-se em

⁵⁶⁸ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

Niterói (RJ), onde se torna chefe político do Partido Liberal, elegendo-se deputado provincial. Alberto Torres inicia sua atuação no jornalismo ainda durante os estudos secundários, e ingressa na Faculdade de Direito de Medicina com uma autorização especial do governo, visto não ter a idade exigida. Abandonando o curso de medicina, ingressa na Faculdade de Direito de Recife, onde se forma em 1885. Retornando ao Rio de Janeiro, onde o pai era deputado, passa a atuar no jornalismo e instala-se como advogado. Atuando junto ao movimento abolicionista, passa a frequentar os espaços de mobilização do período, participa Congresso do Partido Republicano e alista-se como deputado, sem êxito. Com o advento do regime republicano, é indicado para um cargo da diplomacia, em Bruxelas, o qual não aceita, sendo nomeado, então, advogado da Intendência Municipal do Distrito Federal. Nesse período, seu pai era vice-governador do Rio de Janeiro, nomeado pelo regime republicano. Atuando ao lado de seu pai, participa da cisão faccional da política carioca, rompendo com o governo de Francisco Portela e aliando-se à José Tomás Porciúncula. As relações que conectam as ações e engajamentos políticos de seu pai, não pode ser descoladas do trajeto de Alberto Torres, assim como os alinhamentos de ambos ao governo republicano instaurado pós-1889. Com a formação da chapa única, liderada por Porciúncula, obteve o cargo de deputado na Assembleia Estadual Constituinte, em 1892, na sequência desses alinhamentos, seu pai assume novamente como vice-governador. Com a fundação do Partido Republicano Federal, ingressa na comissão executiva do partido, juntamente com seu pai, e se elege deputado federal, exercendo o cargo até 1896, quando assume o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nomeado por Prudente de Moraes, “amigo de seu pai desde os tempos da Faculdade de Direito de São Paulo”⁵⁶⁹. Fortemente ligado ao domínio político no Rio de Janeiro, tanto por laços familiares, quanto por alianças faccionais, elementos não dissociáveis, é eleito governador do Rio de Janeiro, em 1897. Após o término de seu mandato, é nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual se aposenta. Além do conjunto de cargos políticos e engajamentos, Alberto Torres dedica-se ao jornalismo político e a produção de escritos sobre a “realidade nacional”, enfatizando o papel do estado e da “autoridade política” na organização da vida social.

Um caso ilustrativo dos investimentos na política a partir de posições mais baixas, relativamente as origens sociais consideradas, e suas associações com os deslocamentos possíveis, é o de Emílio Ramos Blum (1861-1918). Filho de um imigrante francês instalado no Rio de Janeiro, sócio-proprietário de uma “loja de fazendas, e roupa feita de toda qualidade”⁵⁷⁰. Valendo-se da descendência francesa, fixa-se em Paris, de onde retorna com o diploma de

⁵⁶⁹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

⁵⁷⁰ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1859, p. 523.

engenharia, em 1881. Fixado em Desterro (SC), as informações sobre suas atividades no período anterior ao regime republicano são escassas, sendo a indicação mais geral que se engajou no jornalismo político, base de militância política no período final da monarquia. Com a instalação da república, é nomeado superintendente municipal em Desterro (SC), o que indica um capital de relações sociais acumulado no período anterior. A estreia na carreira política através da ocupação de um cargo eletivo por nomeação, abre o caminho para o acesso aos cargos representativos, o que de fato se efetiva com sua eleição para a Assembleia Estadual Constituinte de Santa Catarina, em 1891. Com a eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em 1893, engaja-se nas fileiras legalistas, de onde obtém a patente de coronel, conferida por Floriano Peixoto. Em 1894, elege-se deputado federal e mantém uma forte relação com a política local catarinense, para a qual regressa como final do mandato, ocupando cargos legislativos estaduais entre 1900 e 1915. Ilustrativo desses deslocamentos a partir de uma posição social de origem mais baixa é o caso de Enéias Martins (1872-1919), filho de um “modesto professor primário”⁵⁷¹, concluiu o secundário no Liceu Paraense e ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se em 1893. Retornando ao Pará, assume como professor de história no Liceu Paraense e engaja-se no jornalismo político, elegendo-se deputado federal, em 1894. No ano de 1895, funda o jornal *A Folha do Norte*, destinado a servir de suporte à atuação do Partido Republicano Federal, cujo chefe regional era Lauro Sodré, governador do Pará no período. A partir desses investimentos, é nomeado Procurador Fiscal do estado do Amazonas, e mantém-se na Câmara Federal até 1899, a partir do momento em que começa a ocupar cargos diplomáticos, por conta da patronagem de José Maria Paranhos Junior – Barão do Rio Branco, que o nomeia, em 1912, subsecretário do gabinete do Ministério das Relações Exteriores. O último dos cargos ocupados foi o de governador do Pará, deposto por um levante militar em 1916.

Caso que sintetiza as relações entre famílias fortemente ancoradas na ocupação de altos cargos políticos do Império, notadamente no senado ou conselho de estado, e o conjunto de chances de acesso aos cargos no regime republicano é o de João Pedro Belfort Vieira (1846-1910). Descendente de uma família extensa, ligada ao domínio político no Maranhão desde o período colonial, seu avô paterno, Manuel Inácio Vieira, era capitão do exército português, patriarca das famílias Vieira e Dias Vieira no Maranhão. Seu pai, João Pedro Dias Vieira (1820-1870), casou-se com Isabel Nunes Belfort, filha do coronel Antônio de Sales Nunes Belfort, e neta de Lancelot Belfort, nobre irlandês instalado no Maranhão em meados do século XVIII,

⁵⁷¹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

ocupando o cargo de juiz de fora e fundando uma “importante fazenda”. João Pedro Dias Belfort, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou cargos na magistratura, foi presidente das províncias do Amazonas e Maranhão, Ministro da Marinha, Ministro dos Estrangeiros e Ministro da Agricultura, diretor geral de terras públicas no Maranhão e senador. A partir desse universo social se estruturam as oportunidades de João Pedro Belfort Vieira e de seu irmão Inácio Belfort Vieira, ambos senadores no ponto de corte da presente pesquisa. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1868, foi nomeado juiz substituto no Rio de Janeiro e, em seguida, chefe de polícia da Capital do Império. No ano de 1879 foi nomeado presidente da província do Piauí, permanecendo no cargo até 1880. Com a instalação do regime republicano, elege-se senador pelo Maranhão, permanecendo no cargo entre 1890 e 1896, quando é nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, espécie de aposentadoria dourada⁵⁷².

Parte das chances dos filhos de ministros, senadores ou conselheiros do Império se expressa nas possibilidades de ocupação de cargos executivos, notadamente de governador e vice-governador. Nesse caso, é ilustrativa a carreira de Bento Carneiro de Almeida Pereira (1852-1931), filho de João de Almeida Pereira Filho, deputado geral pelo Rio de Janeiro, Ministro dos Negócios do Império e proprietário da fazenda Lagoa dos Patos, em Quissamã (RJ), e de Mariana Antônia de Castro Carneiro, filha de José Carneiro da Silva – Visconde de Araruama, proprietário de engenho e descendente de família de povoadores da cidade do Rio de Janeiro. Fortemente ligados à família real, seu pai acompanhou a viagem de D. Pedro II pelo norte do Brasil, era fidalgo da casa imperial e fundador, juntamente com seus cunhados, do Engenho Central de Quissamã, em 1877. Em 1862, Bento Carneiro casa-se com Maria Francisca de Queirós Mattoso, filha de Eusébio de Queirós Mattoso Ribeiro, proprietário e sócio no Engenho Central de Quissamã, filho do senador e ministro do império Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara. Em 1877, estudante na Faculdade de Direito de São Paulo, Bento Carneiro funda o Círculo dos Estudantes Católicos e, em 1878, o jornal *A Reação*, em oposição ao movimento republicano. Com o diploma de bacharel em direito, volta ao Rio de Janeiro, instalando banca de advogado e assumindo parte dos negócios da família. Pertencendo aos clãs familiares que controlavam o Partido Conservador no Rio de Janeiro, elege-se deputado provincial, permanecendo no cargo até a queda do regime monárquico, quando perde o mandato. No entanto, volta aos cargos de representação política em 1893,

⁵⁷² Dicionário das Famílias Brasileiras, v. 1, 1999.

assumindo com deputado federal e, em 1894, entra como vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa encabeçada por Joaquim Maurício de Abreu.

Em parte, a conversão dos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional para a política, passa pela ocupação de cargos na carreira militar, com maiores chances e ingresso posterior no exercício da deputação, podendo ser ilustrado pelo caso de Fileto Pires Ferreira, nascido em Barras (PI), em 1866. Pertencente ao “numeroso e inesgotável clã dos Pires Ferreira”⁵⁷³, filho do capitão Raymundo de Carvalho Pires e sobrinho de Firmino Pires Ferreira, ao lado do qual vai trilhar carreira política, no Rio de Janeiro. Iniciou sua formação militar no Rio Grande do Sul, em 1884, transferindo-se para o Rio de Janeiro. A proximidade com as mobilizações que resultaram na instauração da república, na posição de alferes-aluno, dirigiu manifesto de apoio à Benjamin Constant, e participou, sob o comando de Deodoro da Fonseca, da deposição do gabinete Ouro Preto. Chegando a primeiro tenente, em 1889, é enviado ao Amazonas para compor a junta governativa e nomeado superintendente municipal em Tefé (AM). Regressando ao Rio de Janeiro, conclui a formação militar em 1891, obtendo o título de bacharel em ciências físicas e matemáticas, e volta ao Amazonas, onde assume como secretário de estado, elegendo-se, em 1893, deputado federal, e, nesse mesmo ano, casa-se com a filha do general Francisco Gomes de Souza. Reeleito para o mandato legislativo, toma parte nos conflitos políticos locais e no apoio à Floriano Peixoto, por conta da Revolta da Armada. Nesse contexto, Eduardo Gonçalves Ribeiro, então governador do Amazonas, articula a eleição de Fileto Pires Ferreira ao executivo estadual, cargo que exerce até 1898. Não assumindo mais cargos eleitorais, permanece na carreira militar, ingressando no Estado-Maior do Exército, ocupando a chefia da 1ª Divisão e alcançando a patente de general. Nesse período, seu tio, Firmino Pires Ferreira, que havia comandado a 6ª Brigada durante a Revolta da Armada, era general e senador.

Outra tendência relativamente aos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional é conversão, já indicada, em direção aos cursos jurídicos. Relativamente às elites políticas, isso se transfigura na passagem por cargos no judiciário e/ou o exercício da advocacia e a entrada em cargos legislativos. Caso que sintetiza essas relações é o de Francisco Luís da Veiga, nascido em Campanha (MG), em 1848. As relações de sua família com a política e com diversos domínios de atividades são extensas, caracterizada pela ocupação de altos cargos no império. Filho do tenente-coronel da guarda nacional Lourenço Xavier da Veiga, e sobrinho de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, “patriarca da imprensa” e deputado geral, e de Bernardo Jacinto da

⁵⁷³ BASBAUM (1976, p. 190).

Veiga, deputado provincial e presidente de Minas Gerais em duas ocasiões. Fundadores de uma “dinastia política”⁵⁷⁴, ligada às famílias Bueno Paiva e Toledo Pisa por laços de matrimônio, formavam uma extensa rede de relações situada em diversos cargos no regime monárquico. Dos filhos de Lourenço Xavier da Veiga, dispõem-se de informações sobre quadro, Francisco Luís da Veiga e Evaristo Ferreira da Veiga II, diplomados em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo; Bernardo Saturnino da Veiga, tenente-coronel da guarda nacional; e José Pedro Xavier da Veiga, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, sem concluir. Ligados ao Partido Conservador, todos ocuparam cargos legislativos no Império, sendo que Evaristo alcançou o senado. Após formar-se, Francisco da Veiga exerce a promotoria, em Pouso Alegre (MG), e ingressa na advocacia e no jornalismo, em Campanha (MG), reduto político da família, e espaço no qual seus irmãos e pai atuavam. Em 1868, ocupa a secretaria da presidência de Sergipe, cujo presidente era seu irmão, Evaristo, posteriormente retornando a Minas Gerais, onde se instala em Pouso Alegre (MG). Ocupa o cargo de Inspetor Geral da Tesouraria Provincial, além de juiz de direito, vereador, presidente da câmara e agente executivo municipal, em Pouso Alegre (MG). Atuando em como redator de vários periódicos, participa, já no período republicano, da fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, da qual foi professor e vice-diretor. Os múltiplos investimentos em cargos de nomeação e na atividade cultural, revertem-se para a ocupação de cargos legislativos, elegendo-se deputado federal, em 1891, cargo no qual permanece com sucessivas reeleições até 1914.

Com posições sociais de origem atreladas às ocupações em ascensão, tanto no espaço político, como no social mais geral, em decorrência das conversões das frações proprietárias e de militares para os cursos jurídicos e médicos, os filhos de profissionais liberais constituem, no imaginário no período, as “novas camadas” sociais em ascensão. Caso ilustrativo é o de José Augusto de Freitas, nascido em Salvador (BA), em 1857. Filho de José Antônio de Freitas, médico e, posteriormente, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Augusto de Freitas investe na carreira jurídica, formando-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1879. Um de seus irmãos, Alfredo Paula de Freitas, cursa medicina e ingressa no corpo de saúde do exército, chegando a major médico. Em 1882, concorre para a vaga de professor substituto na mesma faculdade, mas não obtém sucesso e retorna à Bahia, onde é nomeado promotor em Cachoeira (BA), transferindo-se para Salvador (BA). Suas relações com a política são decorrentes, por um lado, da patronagem exercida por Manoel Victorino Pereira, professor na Faculdade de Medicina da Bahia, ao lado de seu pai, e governador da Bahia nos anos iniciais da república;

⁵⁷⁴ HORTA (1986, p. 131).

por outro, pelas alianças matrimoniais de sua família, mas especificamente, o casamento de sua irmã com José Joaquim Seabra, chefe de político na Bahia⁵⁷⁵. No governo de Manoel Victorino, Augusto de Freitas é nomeado chefe de polícia, e se elege deputado federal à Assembleia Constituinte, reelegendo-se por diversos mandatos, com algumas interrupções, até 1917. Concomitantemente ao mandato legislativo, participou da fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, da qual foi professor e redator da revista da faculdade. Aliado à facção “vianista”, após a cisão do Partido Republicano Federal, é indicado para o ministério da indústria, viação e obras públicas, no governo Afonso Pena, ao ser preterido, particularmente pela supremacia dos “marcelinistas” na Bahia, coloca-se como crítico do governo, como todos os mandatos dependiam das alianças como forma de garantia do reconhecimento dos diplomas pela comissão de verificação, não conseguiu a renovação do mandato entre 1909 e 1910. Do mesmo modo, o rompimento com a facção liderada por seu cunhado, J. J. Seabra, que assume o governo da Bahia em 1912, leva ao não reconhecimento de seu mandato, retomado em 1910. Valendo-se do conjunto de relações constituídas em diversos espaços de atuação, investe na advocacia e na fundação de companhias de seguro, dentre as quais, a Sul América e a Anglo Sul América⁵⁷⁶. Igualmente ilustrativo é o caso de Oscar de Godói, nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1866. Filho do médico João Antônio Kelly de Godoy Botelho, e sobrinho materno de José Vieira Fazenda, médico, proprietário de clínica no Rio de Janeiro e intendente municipal durante o período republicano⁵⁷⁷. Após concluir o curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Oscar de Godói passa a clinicar ao lado de seu tio e ingressa como inteirinho e médico voluntário no Hospital da Marinha, sendo nomeado, com a instauração da república, cirurgião da armada. Eleito vereador no Rio de Janeiro (RJ), exerce mandato até 1894, quando assume como deputado federal, cargo no qual permanece até 1905. Ao mesmo tempo em que exerce cargos eletivos, participa de diversas comissões e inspetorias ligadas aos serviços de higiene, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro ponto de partida das carreiras políticas é aquele que se estrutura com base na conversão de filhos de proprietários rurais em direção aos cargos políticos, normalmente após a passagem pelos cursos de ensino superior, notadamente, pelas faculdades de direito. Ilustrativo dessas relações é o caso de Cincinato César da Silva Braga, nascido em Piracicaba (SP), em 1864. Filho de Domingos José da Silva Braga, fazendeiro ligado à cafeicultura e

⁵⁷⁵ PANG (1979, p. 112).

⁵⁷⁶ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

⁵⁷⁷ NORONHA SANTOS (1947).

“tabelião do público, judicial, e notas”⁵⁷⁸, fez os estudos secundários no Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP), e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1885. No mesmo ano, é nomeado promotor em São Carlos (SP), deixando o cargo para dedicar-se à advocacia. Inicia a carreira política com o advento da república, eleito deputado estadual à Assembleia Constituinte paulista, no entanto, em 1891, após a dissolução do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca, participa da “dissidência paulista” e renuncia ao cargo juntamente com Júlio de Mesquita, Antônio Manuel Bueno de Andrada, Rivadávia Correia, Vicente Augusto de Carvalho e outros. Representante da “junta” criada por Prudente José de Moraes e Barros, Manuel Ferraz de Campos Sales e Júlio de Mesquita, parte para o Rio de Janeiro com o objetivo de atuar na “conspiração para derrubar” Deodoro da Fonseca⁵⁷⁹. Eleito, em 1892, deputado federal, permanece no cargo até 1902, quando participa do manifesto *Aos republicanos de São Paulo*, produto da dissidência organizada por Prudente de Moraes e Júlio de Mesquita em oposição à indicação de Bernardino de Campos para o governo de São Paulo. O conjunto dessas relações tecidas a partir da política, se estendem à economia, notadamente através da exploração de terras e da obtenção de concessões. Em 1905, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo faz um levantamento de áreas, e encarrega o coronel Antônio Carlos Ferraz de Sales, deputado estadual e irmão de Campos Sales, a abrir um “picadão” para o avanço da estrada de ferro, nesse ínterim, indica à Cincinato Braga que compre terras na região, que acata e compra mais de 4.000 hectares, plantando 10.000 pés de café⁵⁸⁰. Ao mesmo tempo, Cincinato investe, ao lado de seu irmão, Alfredo Braga, na constituição da Companhia de Eletricidade de Taquaritinga e, posteriormente, associa-se à Júlio de Mesquita e Alberto Sales de Oliveira na fundação da Companhia Central Elétrica de Icém⁵⁸¹.

O engajamento na dissidência tem como produto a sua não eleição, permanecendo sem mandato legislativo até 1906, quanto retorna como deputado federal, exercendo o cargo até 1916, engajando-se em “nova dissidência” por conta da nomeação de Altino Arantes para o governo de São Paulo. Os investimentos na política e economia, transferem-se, também, para a participação em conferências internacionais como representante brasileiro na Liga das Nações, em Genebra. Retornando ao cargo de deputado federal, em 1918, permanece até 1923, quando assume a presidência do Banco do Brasil. Com o advento do Estado Novo, em 1937,

⁵⁷⁸ Almanak Administrativo, Industrial e Mercantil da província de São Paulo, 1856, p. 52.

⁵⁷⁹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

⁵⁸⁰ Apontamentos para a história da cidade. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/pintassilgo/mig_pintassilgo.aspx?op=2&cod=22361&comarca=Marilia.

⁵⁸¹ Projeto memória viva. Disponível em: <http://memoriaviva.cpfl.com.br/nossas-origens/s%C3%A3o-paulo/cia-de-eletricidade-de-taquaritinga.aspx?view=>.

perde o mandato legislativo e dedica-se à administração de suas propriedades, voltando à cena política em 1949, nomeado presidente do Banco do Comércio do Rio de Janeiro. Outro caso exemplar é o de Justo Pereira Leite Chermont, nascido em Belém (PA), em 1857. Filho de Antônio Lacerda Chermont, proprietário de terras em Marajó, comandante superior da guarda nacional, presidente do Pará (1866-1868) e Visconde de Arari, “sua descendência ilustra a vida do Pará”⁵⁸². Após diplomar-se na Faculdade de Direito de Recife, é nomeado secretário da legação do Brasil em Caracas (Venezuela), cargo do qual se exonera, voltando a Belém (PA), onde abre banca de advogado e se filia ao Partido Liberal. Ingressa na política em 1880, eleito deputado provincial e casa-se com a “filha do Dr. Joaquim José de Assis, de grande fortuna e influência”⁵⁸³. Atuando na imprensa através dos inúmeros jornais de propriedade de seu sogro, funda o clube republicano do Pará e participa da junta do governo provisório, quando da instauração da república. Com a dissolução da junta governativa, Justo Chermont assume o governo do Pará, permanecendo até 1891, quando foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Eleito senador, em 1894, permanece no cargo até 1909, quando volta à política estadual, e funda o jornal Estado do Pará, retornando ao senado federal somente em 1921.

5.1.1.1 Cargos executivos

Os efeitos da instauração do regime republicano para a ocupação de cargos executivos são bastante significativos, notadamente no período inicial, em que se tratava de estabilizar os conflitos regionais através da implantação das juntas governativas, muitas das quais foram sustentadas pelo governo provisório com base na intervenção militar direta. No período em pauta, há uma presença significativa de governadores, vice-governadores e ministros com ocupação de cargos públicos na monarquia (60% ocupou algum tipo de cargo) e, igualmente, as bases sociais fortemente associadas aos filhos de alto funcionário do império (11,1% contra 4,5% do conjunto do universo) reforçam o peso dos políticos já estabelecidos em se tratando da ocupação de cargos executivos. Diploma de ciências físicas e matemáticas (24,4% contra 16,9% do conjunto do universo). Mesmo assim, a média etária no ponto de corte (48,3 com 10,3 de desvio padrão), indica um percurso menos longo se comparado ao dos senadores, assim

⁵⁸² BORGES (1988, p. 187).

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 188.

como um acesso mais rápido aos diplomas de ensino superior, tendo em vista a idade média de formatura (23,1 com 2,5 de desvio). No entanto, se a relação significativa com os filhos de altos funcionários do Império reforça a relação com determinada fração social, a passagem pelas instituições de ensino superior opera uma divisão entre aqueles que cursaram a Faculdade de Direito de São Paulo (31,1% contra 23,3% do conjunto), e os que frequentaram a Escola Politécnica / Escola Central (24,4% contra 15,4% do conjunto). A significância dos diplomados nessas últimas instituições, retoma o peso da implantação das juntas governativas durante o período de transição para o regime republicano, notadamente por sua associação com as carreiras militares.

Caso exemplar de filho de alto funcionário do Império e recém-chegado na ocupação de cargos públicos, nomeado pelo governo de Floriano Peixoto para governador, é o de Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931). Nascido em Recife (PE), filho do desembargador Joaquim Barbosa Lima, e neto de Geraldo Correia Lima, major, advogado e deputado provincial. O conjunto das estratégias de reprodução familiar tendem a destinar os filhos para diferentes ramos de atividades, nesse caso, Alexandre Barbosa Lima ingressa na Escola Politécnica, obtendo o diploma de bacharel em ciências físicas e matemáticas, e completa os estudos de engenharia militar na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). Seus irmãos, por sua vez, destinam-se a carreira médica ou jurídica: João Paulo Barbosa Lima, obtém o título de bacharel em direito na Faculdade de Direito de São Paulo e chega a Ministro do Superior Tribunal Militar; Manuel Barbosa Lima e Geraldo Barbosa Lima, formam-se em medicina. Após diplomar-se, é nomeado professor da Escola Militar de Fortaleza (CE), onde inicia sua militância política. Com a queda do regime monárquico, é nomeado Secretário de Justiça do primeiro governo republicano do Ceará, e se elege deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte, em 1891. Aliado de Floriano Peixoto, é designado por esse para “concorrer” às eleições ao governo de Pernambuco, assumindo o cargo em 1892. Sem ligações com as facções políticas regionais, buscou “esmagar” os adversários, adiando as eleições locais, suspendendo orçamentos e modificando as divisas dos distritos, ordenando, com frequência, “o empastelamento pela polícia dos jornais de oposição”⁵⁸⁴. Com sua base de sustentação desestruturada pela morte de Floriano Peixoto, retorna ao congresso nacional, eleito deputado federal para o período de 1897-1899. Sem base política em Pernambuco, elege-se pelo Rio Grande do Sul (1900-1905), pelo Distrito Federal (1906-1911, 1915-1917) e, por fim, senador

⁵⁸⁴ LEVINE (1982, p. 126).

pelo Amazonas (1924-1930). Além dos cargos eleitorais, foi reformado com a patente de general, em 1912, foi nomeado diretor da companhia de navegação Lloyd Brasileiro, em 1919.

No polo oposto, representando aqueles estabelecidos nos cargos públicos desde o período monárquico, alguns dos quais provenientes de famílias cujas redes de relações estão conectadas aos títulos nobiliárquicos conferidos pelo Império (5 sobre 45 cargos executivos), destaca-se o caso de Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-1927). Descendente de uma das principais famílias ligadas à produção de cana-de-açúcar em Sergipe, era neto materno de Gonçalo Accioly de Faro Rollemberg – Barão de Japarutuba, senhor do Engenho Murta, e neto paterno do sargento-mor Semeão Telles de Meneses. Filho de Manuel Rollemberg de Meneses, proprietário, e de sua prima Maria de Faro Rollemberg, proprietária, por herança paterna, do Engenho Topo. Além disso, sua mãe era sobrinha e “filha adotiva”⁵⁸⁵ de João Gomes de Melo – Barão de Maruim, senador do Império e herdeiro de grande fortuna em terras, imóveis e rebanhos. Gonçalo de Faro Rollemberg casou-se com Aurélia Amélia Dias Coelho e Melo, filha de Antônio Dias Coelho e Melo – Barão de Estância, três vezes presidente de Sergipe, senador do Império e líder do Partido Liberal. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1881, retorna a Sergipe, é eleito deputado provincial, nomeado delegado de higiene em Japarutuba (SE) e dedica-se a administração das propriedades da família. Após o advento da República, é nomeado vice-governador de Sergipe (1894-1896), em seguida, afasta-se dos cargos públicos, retornando em 1918, eleito senador, cargo no qual permanece até 1924.

5.1.1.2 Senadores

Em geral, o acesso à senatoria no período em pauta está atrelado a um conjunto de condicionantes, os quais tendem a configurar um padrão específico de carreira, definida pelas chances sociais. Essas estão correlacionadas à um tipo de percurso mais longo, notadamente pela significância daqueles que exerceram cargos no império (73,1% contra 60,5% do conjunto), e pela idade média no ponto de corte ser relativamente elevada quando comparada aos outros cargos políticos em pauta (55,8 anos com 8,8 de desvio padrão). Igualmente, há uma associação mais significativa entre os filhos de ministros, senadores ou conselheiros do império (6% contra 3% do conjunto do universo), em particular, aqueles diplomados em direito (53,7%

⁵⁸⁵ Havia se casado em primeiras núpcias com sua mãe, Maria de Faro Rollemberg.

contra 47,7% do conjunto do universo) na Faculdade de Direito do Recife (28,4% contra 24,1% do conjunto do universo). Um traço igualmente significativo da inserção dos agentes que se destinam a esses cargos é a condição de parentesco com “titulares do império” (10 sobre 67 senadores), ou a posse de títulos de nobreza conferidos pela Coroa (3 sobre 67 senadores), basicamente no período final da monarquia. O conjunto desses condicionantes especifica alguns padrões, destacando-se especialmente a oposição entre os “estabelecidos” e os “recém-chegados”.

Caso exemplar do padrão de carreira configurado pelo cargo de senador é o de João Barbalho Uchoa Cavalcanti (1846-1909). Descendente de uma família historicamente ancorada na ocupação de cargos públicos e na posse terras no nordeste brasileiro, o conjunto de esferas de atuação familiar e de domínio político, particularmente em Pernambuco, constituem as principais condições de garantia de múltiplos investimentos nas carreiras, dentre os quais, o exercício de cargos públicos. Destinatários do soneto escrito à época da Praieira (1848), nas relações de poder que constituem os conflitos políticos em Pernambuco, “ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalado”⁵⁸⁶.

É que esse nome [Cavalcanti] era então “um título valioso para se obter tudo”. [...] Cavalgaram política e socialmente a Província de Pernambuco, constituídos numa das oligarquias mais poderosas que já houve no Brasil: dominando o governo; empolgando títulos de nobreza; fazendo a maior parte das leis provinciais de acordo com seus interesses; repartindo entre si os comandos da G. N.; criando divisões e subdivisões de freguesias para efeitos eleitorais que assegurassem o domínio político da família; obtendo da corte as melhores colocações na magistratura da Província – o Juizado de Direito de Pau d’Alho José Thomaz Nabuco de Araújo casado com uma Paes Barreto, o de Limoeiro para João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, o de Cabo para Affonso Artur de Almeida Albuquerque, o de Rio Formoso para Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, o Juizado Cível de Pau d’Alho para Manoel de Holanda Cavalcanti e também a administração da Repartição do Selo – lugar importantíssimo – para Francisco Xavier Cavalcanti; assenhorando-se dos altos cargos provinciais, dos empregos rendosos nas freguesias, das arrematações dos melhores contratos, obtendo todos os favores para suas empresas e negócios, de uma assembleia provincial que lhes perdoava as multas porque se compunha quase toda deles, Cavalcantis, Rego Barros, Albuquerque, Mellos, Wanderleys, Paes Barretos. (FREYRE, 1940, p. 16-17).

⁵⁸⁶ CARVALHO (1998).

Nascido na “casa grande do Engenho Coelhas”, em Serinhaém (PE), filho de Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, bacharel em direito, deputado provincial e senador do Império (1871-1889) e de Ana Maurício Wanderlei Cavalcanti, cujas ligações familiares não puderam ser especificadas, mas trata-se de uma descendente da família Wanderlei (ou Wanderley), cujos principais expoentes no período são: João Maurício Wanderley (1815-1889), Barão de Cotegipe, deputado provincial, deputado geral, presidente de província, senador, sete vezes ministro do Império e presidente do conselho de ministros; e João Maurício de Albuquerque Wanderley, Barão de Tracunhaém, chefe do Partido Conservador e senhor do Engenho Cavalcanti⁵⁸⁷. Após completar os estudos secundários no Liceu Pernambucano, ingressa na Faculdade de Direito de Recife, onde vem a se formar em 1867, aos 21 anos – a idade média de conclusão de curso superior para os senadores é 23,65, com 3,8 de desvio padrão. Além de constituir um caso típico de filhos de ministros, senadores ou conselheiros do Império que alcançaram a senatoria na República, representa também aqueles que podem ser classificados como “estabelecidos”, ou seja, dispunham de cargos públicos no período monárquico - 73,1% dos senadores republicanos ocuparam cargos públicos no Império contra 60,5% do conjunto das elites políticas. Diplomado bacharel em direito, João Barbalho dedica-se à advocacia, e é nomeado promotor em Recife (PE), em 1872, ocupando, também, o cargo de curador-geral de órfãos. Em 1873 é nomeado diretor geral de instrução pública de Pernambuco, cargo exercido até 1889, paralelamente ao de deputado provincial. Com o advento da República, dedica-se inicialmente ao jornalismo político, fundando a *Tribuna*, e é eleito para a assembleia nacional constituinte, em 1890. Ligado a Deodoro da Fonseca⁵⁸⁸, ao que tudo indica, por laços de parentesco⁵⁸⁹, é nomeado ministro da Instrução Correios e Telégrafos em substituição à Benjamin Constant, em 1891. Eleito senador em 1893, exerce mandato até 1897, quando é nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual permaneceu até 1906, quando foi aposentado e passou a dedicar-se a advocacia. Casado, em 1879, com Idalina Regueira Costa, filha do desembargador José Nicolau Regueira Costa e Josefa de Menezes Vasconcelos Drummond, descendentes dos povoadores da cidade do Rio de Janeiro⁵⁹⁰, as alianças familiares se constituíam como um meio privilegiado de acesso ao exercício da advocacia, notadamente quando combinado com a ocupação de cargos públicos diversos.

⁵⁸⁷ BARATA (s/d); CARLI (1985).

⁵⁸⁸ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV.

⁵⁸⁹ A mãe de Deodoro da Fonseca era Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcanti.

⁵⁹⁰ BARATA (s/d, p. 29).

Outro que representa o polo dos estabelecidos é João Francisco de Paula Sousa (1831-1906), cuja família estava fortemente ancorada nas relações de poder durante a monarquia. Nascido em Itú (SP), e “descendente de uma tradicional e abastada família paulista”⁵⁹¹, era filho de Francisco de Paula Sousa e Melo, advogado provisionado, eleito deputado as Cortes de Lisboa, toma parte significativa nos conflitos que desencadearam a independência em 1822, elegendando-se deputado à Assembleia Constituinte de 1823, cargo no qual permaneceu até 1833, quando passa ao senado do Império (1833-1854). Nesse período, foi presidente da Câmara, membro do conselho geral da província de São Paulo e, posteriormente, ministro dos Negócios do Império, da Fazenda, presidente do conselho de ministros e membro do conselho de Estado. Como destaca Sisson (1861), “a vida de Paula Souza está tão inteiramente ligada à nossa existência política, que para desenvolvê-la seria preciso historiar ainda que sumariamente, os diferentes episódios de nossa independência, e revolução constitucional” (p. 87). A descendência materna liga-o de modo também significativo aos proprietários de terra e militares conectados a administração colonial portuguesa. Seu avô, o capitão Antônio de Barros Penteadado explorou a mina de Melgueira, juntamente com seus irmãos, e estabeleceu-se na região de Itú (SP), onde adquiriu terras⁵⁹². Os irmãos de sua mãe, Maria de Barros Leite, foram Bento Paes de Barros – Barão de Itú; Antônio Paes de Barros – Barão de Piracicaba; e o Capitão Francisco Xavier Paes de Barros – “Capitão Chico de Sorocaba”. A ancoragem familiar na política e economia imperial, amplia as estratégias de domínio e investimentos, cuja extensão se expressa na relação de João Francisco e seus irmãos com os cargos públicos. Um de seus irmãos, Antônio Francisco de Paula Sousa, foi deputado provincial, deputado geral e ministro do Império; outro, Bento Francisco de Paula Sousa, foi deputado provincial, deputado geral, ministro e conselheiro do Império; sua irmã, Francisca de Sousa, casou-se com Vicente de Sousa Queirós – Barão de Limeira.

No contexto dessa inter-relações familiares, João Francisco realiza os primeiros estudos em Itú (SP), e dirige-se ao Rio de Janeiro, ingressando na Faculdade de Medicina. Após se formar, passou algum tempo em viagem pela Europa, onde frequentou clínicas e hospitais, especializando-se em distintas áreas médicas. No entanto, de volta ao Brasil, não exerceu a medicina, instalando-se em São Paulo como grande proprietário, cafeicultor e chefe do Partido Liberal. Casando-se com Gabriela Aguiar Paes de Barros, sua prima e filha de Antônio Paes de Barros – Barão de Piracicaba, as estratégias matrimoniais reforçam as redes de parentesco e o

⁵⁹¹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV.

⁵⁹² Capitão Antônio de Barros Penteadado. Disponível em: <http://www.genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVB1c3NvYS5waHA=&id=NjQ4NA==>

controle do patrimônio. Eleito para a Assembleia Provincial de São Paulo, exerce dois mandatos e retorna a Europa, voltando ao Brasil na ocasião da Convenção Republicana de Itú, em 1873, na qual subscreveu a organização de uma sociedade destinada a fundar um órgão de imprensa, o jornal *A Província de São Paulo*, da qual participaram Américo Brasiliense, Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Rangel Pestana, Américo Brasília de Campos, entre outros. Já durante o regime republicano, vagando a cadeira senatorial de Francisco de Paula Rodrigues Alves, João Francisco é convidado a ocupá-la, “elegendo-se” senador em 1895, permanecendo até 1901, quando retorna à política estadual, ocupando o senado de São Paulo.

No extremo oposto do polo representado pelos “estabelecidos”, encontra-se aquele dos “recém-chegados” aos cargos senatoriais, mais associado aos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares (22,2% contra 7,5% do conjunto), e de oficiais militares ou da guarda nacional (27,8% contra 17,9% do conjunto). No primeiro caso, destaca-se Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), nascido em Itaparica (BA) e filho de Francisco Borja Damásio, chefe de seção da Tesouraria da Fazenda da Bahia⁵⁹³. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1859, parte para São Paulo, onde frequenta o curso jurídico, abandonando-o em seguida e retornando à Bahia, onde torna-se professor no Liceu Bahiano. Em 1862, ingressa como opositor na seção de Ciências Assessórias da mesma instituição, alcançando a cátedra de Química e Mineralogia em 1876, e de medicina legal em 1882. Foi diretor da Gazeta Médica da Bahia e, entre 1883 e 1885, período de reformas do ensino médico no Brasil, viajou para a Europa com o objetivo de observar o funcionamento do ensino médico, sobretudo na Alemanha. Tentou, sem sucesso, ingressar na política durante o Império, como deputado provincial, conseguindo a eleição em uma das oportunidades, no entanto, sem dispor de contatos eficientes, não teve o diploma reconhecido. De modo geral, os bloqueios às pretensões políticas conduzem ao engajamento na contestação do regime monárquico, por meio do qual funda o Clube Republicano Federal, transformado, posteriormente, no Partido Republicano da Bahia, através do qual tornou-se o primeiro governador da Bahia, nomeado pelo regime republicano instaurado em 1889, substituído por Manuel Victorino Pereira, amigo e também docente na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1890, Virgílio Damásio é nomeado vice-governador da Bahia, ao lado do marechal Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do então presidente Deodoro da Fonseca. Candidato ao senado mais votado pelo Clube Militar, assume uma cadeira à Assembleia Constituinte, sendo designado pelo governo provisório para compor a Comissão dos 21, responsável pela apreciação dos

⁵⁹³ Imperiais resoluções do Conselho de Estado (1871, p. 543).

pareceres sobre o projeto de constituição. Ocupou o cargo de senador até 1908, quando teve seu nome bloqueado por José Marcelino de Souza, afastando-se da ocupação de cargos públicos eletivos.

Com relação aos filhos de oficial militar ou da guarda nacional, é exemplar o caso de Joaquim Antônio da Cruz (1846-1912), nascido em Caxias (MA), filho do coronel João da Cruz. Nesse caso, trata-se de um investimento familiar na política impulsionado com o advento da República, regime no qual Joaquim Antônio será senador, e seu irmão João Christino Cruz (1857-1914), deputado federal. Joaquim Antônio ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1876, aos 30 anos, tornando-se, no mesmo ano, membro do corpo de saúde do Exército, com a patente de segundo-tenente cirurgião. Central na estruturação das oportunidades de carreira, as estratégias matrimoniais acionadas por Joaquim Antônio ampliam o espaço dos possíveis ao casar-se com Francisca Braga Torres, filha do Brigadeiro Francisco Xavier Torres Junior, e neta de Francisco Xavier Torres, primeiro Comandante Militar da Província do Ceará e várias vezes presidente daquele estado. Após a instauração do regime republicano, passa a primeiro-tenente cirurgião e, no mesmo ano, major médico de terceira classe (1890), elegendo-se ao cargo de senador à Assembleia Constituinte, permanecendo até 1899, quando vai integrar a Comissão demarcadora dos limites com a Argentina, entre 1900 e 1904. Retornando ao exercício de mandatos eletivos, elege-se deputado federal em 1906, cargo no qual permanece até 1912.

5.1.1.3 Deputados federais

Ao contrário do caso dos senadores, entre os deputados federais, há uma renovação mais significativa dos quadros (44,8% contra 39,5% do conjunto), assim como a indicação de uma média etária (44,6 com 9,9 de desvio padrão) e de conclusão de ensino superior mais baixas (23,1 com 3,9 de desvio), embora com maiores variações internas. No que tange as chances de correntes das origens sociais, há uma associação mais significativa com os filhos de profissionais liberais (9,7% contra 6,8% do conjunto do universo), notadamente os diplomados em medicina (26,6% contra 21,4% do conjunto do universo) e na Faculdade de Medicina da Bahia (11% contra 7,5% do conjunto do universo). No espaço ocupado pelos “estabelecidos” entre os deputados federais, encontram-se aqueles cujos laços familiares estão conectados à

nobreza da monarquia (19 sobre 154 deputados), inexistindo agentes que sustentem títulos nobiliárquicos conferidos pelo Imperador.

Ilustrativo das bases sociais que favorecem a carreira de deputado federal é o caso de Aristides Augusto César Espínola Zama (1837-1906), nascido em Caetité (BA), filho do médico italiano Cesare Zama. Os principais trunfos políticos e sociais, ao que tudo indica, estão atrelados à família de sua mãe, Rita de Souza Spínola Soriano, descendente da “rica e tradicional família Spínola da Bahia”, irmã do coronel Francisco de Souza Spínola, deputado geral. Seu primo, Aristides de Souza Spínola, bacharel em direito, presidente da província de Goiás e deputado geral em várias legislaturas, fará carreira política durante o mesmo período. César Zama concluiu os preparatórios do tradicional Colégio Baiano, de propriedade de Abílio César Borges – Barão de Macaúbas, e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se em 1858, aos 21 anos. Inicia-se na carreira política em 1860, eleito deputado provincial, cargo que exercerá até 1865, quando se engaja na Guerra do Paraguai como médico voluntário do Corpo de Saúde do Exército. De volta do conflito em 1868, ocupa por sucessivos mandatos uma cadeira de deputado provincial, até ser eleito deputado geral em 1878, cargo no qual permanece até a queda da monarquia. Com a instauração do regime republicano, converte o conjunto de recursos acumulados pela ocupação prolongada de cargos eletivos e conquista uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, em 1890, exercendo mandato até 1897, quando se afasta da política eleitoral e dedica-se advocacia, à elaboração de pareceres e à redação de trabalhos históricos⁵⁹⁴.

O caso de Aristides Augusto César Espínola Zama representa o percurso típico, mas também a condição de estabelecido em decorrência da ocupação prolongada de cargos ao longo do Império. Em contraposição o caso de Enéias Martins (1872-1919), nascido em Cametá (PA), e recém-chegado ao cargo de deputado federal com o advento da República, situa-se no polo representado pelos estreates na carreira política. Nesse caso, há uma associação mais significativa com os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares (8,7% contra 5,2% do conjunto). Filho de um professor primário, Enéias Martins conclui o secundário no Liceu Paraense, e ingressa na Faculdade de Direito de Recife, obtendo o diploma de direito em 1893. De volta ao Pará, é nomeado professor no Liceu Paraense, conquista o cargo de deputado federal, em 1894, e funda *A Folha do Norte*, jornal político destinado a defender o Partido Republicano Federal e seu líder regional, Lauro Sodré. O alinhamento a facção dominante, tanto em nível regional quanto nacional, garante-lhe a

⁵⁹⁴ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV.

nomeação como procurador fiscal do Amazonas, a partir do que redireciona suas bases eleitorais, elegendo-se deputado federal por esse estado, em 1897, permanecendo com mandato até 1905. O envolvimento nas tratativas sobre os limites nacionais e a “questão do Acre”, constituem uma porta de entrada para seus contatos com José Maria Paranhos Junior – Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, que o nomeia sucessivamente para ministro plenipotenciário na Colômbia, no Peru e, em seguida, subsecretário do Ministério das Relações Exteriores. Retornando ao Pará, assume o governo do estado em 1913, deposto por um levante militar três anos depois.

Uma variante do caso daqueles considerados com “estabelecidos” é daqueles que acumulam a ocupação de cargos públicos no império com a posse do capital social herdado do grupo familiar, notadamente pelo pertencimento ao círculo de titulares do Império. Nesse ponto, é ilustrativo o trajeto de Luís Eugênio Monteiro de Barros (1840-1916), de uma família de proprietários e membros da guarda nacional em Minas Gerais. Nascido em Sebastião da Mata (MG), filho do Doutor Miguel Eugênio Monteiro de Barros, proprietário de terras. Seu avô paterno, o Coronel de milícias Romualdo José Monteiro de Barros – Barão de Pareopeba, era proprietário de rica lavra de ouro em Congonhas, administrada juntamente com seus irmãos, o Coronel Lucas Antônio Monteiro de Barros – Barão e depois Visconde de Congonhas do Campo; e o Coronel Joaquim José Monteiro de Barros. Romualdo, assim como seus irmãos, investiram os lucros da mineração na aquisição de propriedades, fundando as fazendas de Lavras de Goiabeiras, Vieiro, Santo Antônio, Figueiredo, Três Forquilhas, Gentio, Grotta Falcão, Dos França, Boa Esperança e Cafundó. Membro do governo provisório pós-independência, Romualdo foi, também, presidente de Minas Gerais em 1850.

Quadro 11

Família Monteiro de Barros e a Guarda Nacional

Coronel Antônio Mateus Monteiro de Castro
Coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros
Coronel José Cândido Monteiro de Barros
Coronel José Carlos Monteiro de Barros
Coronel José Joaquim Monteiro de Barros
Coronel José Joaquim Monteiro de Castro
Coronel Júlio César Monteiro de Barros
Coronel Júlio César de Miranda Monteiro de Barros
Coronel Lucas Antônio Monteiro de Barros (Barão e Visconde de Congonhas do Campo)
Coronel Luiz Eugenio Monteiro de Barros
Coronel Manuel José Monteiro de Castro (1º Barão de Leopoldina)

Coronel Marco Aurélio Monteiro de Barros
Coronel Romualdo José Monteiro de Barros
Coronel de milícias Romualdo Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba)
Major Lucas Antônio Monteiro de Castro (2º Barão de Congonhas do Campo)
Tenente Coronel Antônio Augusto Monteiro de Barros Galvão de São Martinho
Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros
Tenente Coronel Otávio Eugenio Monteiro de Barros
Tenente Coronel Tomaz de Aquino Monteiro de Barros

No que tange sua descendência materna, Luís Eugênio era filho de Maria Eugênia de Souza Breves, da família Souza Breves, enriquecida no “tráfico de africanos” e consolidada no “café”⁵⁹⁵. O irmão de sua mãe, Luiz de Souza Breves – Barão de Guararema, proprietário de fazendas e comissário de café, casou-se com sua irmã, Francisca Monteiro de Barros. Sua outra irmã, Alda Eugênia Monteiro de Barros, casou-se com seu primo, Lucas Antônio Monteiro de Barros – Barão de Santa Alda, fazendeiro em Barra Mansa (RJ) e fidalgo da Casa Imperial⁵⁹⁶. Seu irmão, Coronel Romualdo José Monteiro de Barros, tornou-se fazendeiro. O conjunto da extensão do domínio das redes de relações familiares e seu entrelaçamento nas esferas política e econômica, ficam indicadas no conjunto daqueles que sustentam patentes da Guarda Nacional (Quadro 11). Situado nesse contexto, Luís Eugênio dedica-se fundamentalmente a administração de suas propriedades rurais, ocupando cargos em nível local durante o período imperial. Foi agente executivo, vereador, presidente da Câmara Municipal e suplente de juiz municipal em Sebastião da Mata (MG), além de coronel da guarda nacional. Ingressa nos cargos públicos eleitorais em nível nacional após a instauração do regime republicano, eleito deputado federal entre 1894 e 1902.

5.1.2 “Homens de letras”

Como já destacado, dois fatores estão na base da constituição das carreiras de “homens de letras”: 1) as restrições decorrentes da inexistência de um “mercado de bens culturais”, 2) a

⁵⁹⁵ LOURENÇO (2010, p. 28).

⁵⁹⁶ VASCONCELOS e VASCONCELOS (1918, p. 410).

organização das hierarquias com base na constituição de círculos literários. Situados em uma posição estruturalmente mais baixa com relação às outras frações sociais em análise, o espaço constituído pelos “homens de letras” se apresenta como um ponto de intersecção entre diversas modalidades de investimentos. Em grande medida, isso reforça a efemeridade dos princípios de definição da condição de produtor de bens simbólicos, ao mesmo tempo que direciona as estratégias para a inserção individualizada, ou seja, há uma sobre determinação do capital de relações sociais sobre as possibilidades de carreira. A indicação mais geral sobre as relações entre origens sociais e chances de carreira, é que a passagem pelo “espaço literário” prepara para a ocupação de cargos públicos. Ou seja, a relação entre a primeira e última ocupações apontam para o ponto de chegada das carreiras fortemente relacionado à ocupação de cargos públicos eletivos ou por nomeação, colocando em evidência os critérios de hierarquização que estruturam os investimentos e definem os destinos visados (Tabela 14).

De maneira geral, um conjunto de transformações atingem o espaço constituído pelos “homens de letras” ao longo do século XIX, cujos efeitos mais gerais implicam em uma redefinição das bases sociais de recrutamento, o que tende a configurar uma clivagem social interna, expressa tanto nas possibilidades diferenciais de carreira inscritas nas origens sociais, quanto nos limites impostos por uma estrutura particularista de hierarquização e reconhecimento. O primeiro traço mais geral, indica a diminuição progressiva da exigência de diplomas de ensino superior como critério de acesso à condição de escritor. Isso se relaciona, de forma bastante direta, com a expansão do espaço de intervenção política através do jornalismo, notadamente no período da “propaganda republicana”, o que tende a redefinir, também, a hierarquia dos cursos. A redução daqueles com ensino superior completo quando se passa da geração nascida até 1850, àquela posterior (66,7% para 61,7%), encontra sua compensação no aumento de agentes que interromperam seus cursos superiores antes da diplomação (11,1% para 23,3%). Igualmente, essa transição de investimentos escolares se encontra na redução dos que possuem apenas ensino secundário (22,2% para 13,3%). Ou seja, há um movimento em direção à obtenção de títulos de ensino superior, no entanto, ao que tudo indica, as condições sociais para tanto não estavam dadas. Colocando de outro modo, 41,2% dos “homens de letras” que possuem ensino superior incompleto, e 42,9% dos que possuem ensino secundário, tem suas origens sociais entre as frações mais baixas em pauta, aquela dos funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares. De fato, trata-se da geração nascida após 1850, que, proveniente dessas frações sociais relativamente mais baixas, estão mais propensos ao abandono dos cursos superiores sem conclusão (55,6% contra 23,3% do conjunto).

Em relação com essas transformações, está a valorização dos cursos jurídicos relativamente ao “espaço literário”, fortemente atrelada às próprias definições da condição de estudante nos cursos jurídicos, que significava “dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas”⁵⁹⁷. Outro tipo de diploma que passa a ser valorizado, comparativamente aos demais, é o de bacharel em ciências físicas e matemáticas, tipo híbrido de “militar-bacharel, ou militar-doutor”⁵⁹⁸. Nesse sentido, aqueles que frequentaram os cursos jurídicos, passam de 48,1% para 53,3%, enquanto os bacharéis em ciências físicas e matemáticas, vão de 11,1% para 15%. Contrariamente, ocorre uma leve redução daqueles com passagem pelos cursos de medicina, de 14,8% para 13,3%. Acompanhando a transição dos diplomas escolares, vem aquela das origens sociais, indicativas de investimentos variados com relação à produção literária. Os principais efeitos dessa transformação, estão no aumento dos descendentes de famílias historicamente ligadas ao exercício da política durante o império. De modo geral, isso se conecta aos bloqueios decorrentes da instauração do regime republicano, os quais tencionam esses agentes, provenientes de frações socialmente dominantes, ao investimento nas carreiras literárias. O traço mais marcante disso é o crescimento dos filhos de altos funcionários do império (7,2% para 11,7%), e de deputados (3,7% para 8,3%). Igualmente, fortemente ligados aos diplomas escolares dispensados pelo ensino militar, ocorre o aumento dos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional (7,4% para 16,7%), conforme a divisão entre os nascidos antes ou depois de 1850.

Tabela 14
 “Homens de letras”, origens sociais e chances teóricas de carreira

	Primeira ocupação mais provável	Última ocupação mais provável
Altos funcionários do Império	Atividades na imprensa (33,3%); Cargos no judiciário (33,3%)	Ministros e altas funções administrativas (25%); Senador (25%)
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	Profissões liberais (37,5%)	Deputado federal (18,2%); Senador (18,2%)
Deputados (todos os níveis)	Atividades na imprensa (50%)	Profissões liberais (22,2%); Senador (22,2%)

⁵⁹⁷ Afonso Arinos *apud* VENÂNCIO FILHO (1977, p. 136).

⁵⁹⁸ SEIDL (1999, p. 31).

Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)	Atividades na imprensa (33,3%); Professores primários ou secundários (26,7%); Trabalhadores dos serviços e/ou comércio (20%)	Senador (46,7%); Deputado federal (20%); Deputados estaduais (13,3%)
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	Funções administrativas ou cargos nas burocracias públicas (50%)	Ministros e altas funções administrativas (37,5%); Proprietários (25%)
Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	Atividades na imprensa (25%); Funções administrativas ou cargos nas burocracias públicas (25%)	Deputado federal (27,5%); Oficiais militares ou da guarda nacional (13,7%); Proprietários (11,6%); Senador (11,6%)
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	Atividades na imprensa (75%)	Deputado federal (22,2%); Funções administrativas ou cargos nas burocracias públicas (16,7%); Profissões liberais (16,7%); Senador (16,7%)
Proprietários	Cargos no judiciário (35%); Atividades na imprensa (25%)	Proprietários (28,4%); Senador (26,3%); Deputado federal (15,8%)
Sem Informação	Trabalhadores dos serviços e/ou comércio (33,3%); Profissões liberais (22,2%)	Deputado federal (17%); Oficiais militares ou da guarda nacional (14,7%)

O traço geral das carreiras indica o peso significativo da atuação via jornalismo como forma de reconhecimento da condição de escritor. Nesse sentido, as tendências gerais de conversão das frações socialmente dominantes em direção às profissões liberais e aos cargos no judiciário é resinificada, constituindo um investimento com chances mais evidentes apenas aos filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros. Igualmente, situados em uma posição relativamente mais baixa quando comparada aquela das outras frações sociais, as possibilidades de estreia profissional caracterizam-se pela passagem por atividades menos valorizadas, cujas chances de exercício são significativas àqueles com origens sociais mais baixas. No entanto, a passagem pelo espaço literário se constitui como um canal de ascensão social, notadamente, de acesso aos cargos políticos eleitorais, com chances significativas às diferentes posições sociais de origem. Um dos elementos centrais nos processos de hierarquização internos às carreiras de “homens de letras” é o acesso aos círculos literários e, correlativamente, as chances sociais

inscritas no conjunto de relações congregadas nesses espaços de atuação. Isso depende, de modo direto, do deslocamento geográfico, ou seja, ao contrário das carreiras político-eleitorais, que se constituem localmente, as literárias se definem com relação ao centro de produção e de circulação de bens simbólicos no período, a cidade do Rio de Janeiro (RJ). Como já destacado, das possibilidades de inserção e permanência na Capital nacional derivam as chances de consagração e, inclusive, de reconhecimento da condição de “escritor”. A apreensão do sistema geral desses deslocamentos, constituídos pelas relações entre origens sociais e percursos “profissionais”, depende da especificação dos diferenciais de trajetória e das modalidades de investimento que caracterizam os diferentes deslocamentos e chances sociais.

Um dos casos exemplares de filhos de altos funcionários do império convertidos para as letras é o dos irmãos Azevedo: Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (1855-1908) e Aluísio Tancredo Bento Gonçalves de Azevedo (1857-1913). Nascidos em São Luís (MA), filhos de David Gonçalves de Azevedo, vice-cônsul de Portugal e comerciante, a carreira literária de ambos marcada pelo deslocamento geográfico em conjunto e pelo reforço contínuo dos laços familiares. Por um lado, a situação social relativamente estável e o pertencimento aos círculos sociais de São Luís (MA), constituem uma das condições de possibilidade de realização de carreiras diversas; por outro, o conjunto de sociabilidades familiares, as relações do pai com a “fidalguia lisboeta”, seu “prestígio social e literário” e a posse de uma “selecionada biblioteca” configuram um ambiente de formação cultural característico das famílias social e culturalmente dominantes do período⁵⁹⁹. Iniciando suas atividades no comércio, ao lado do pai, Artur Azevedo, e passou a ocupar cargos na burocracia provincial do Maranhão. Conflitos políticos locais, entretanto, levaram a transferência de suas atividades para a cidade do Rio de Janeiro, facilitada pela nomeação para o cargo de amanuense do Ministério da Fazenda, posteriormente transferido para o Ministério da Agricultura, em 1873. Concomitantemente às atividades burocráticas, torna-se professor no Colégio Pinheiro e investe na fundação de jornais e revistas literárias. Seus investimentos literários se realizam, principalmente, através da crítica, da manutenção de colunas de “comentários culturais” em jornais os mais diversos, e da produção de peças teatrais, muitas das quais constituídas por sátiras à situação política e social do país, destacando *O Rio de Janeiro em 1877*, *A Capital Federal*, *De cima para baixo*, *O Escravocrata* (em parceria com Urbano Duarte), esse último, proibido pelos censores imperiais. De modo geral, a circulação nos jornais de época se constituía como o modo fundamental de aquisição de capital de relações sociais. Em 1876, após passar também pelo comércio e cargos

⁵⁹⁹ MENEZES (1958, p. 51-54).

administrativos conquistados a partir de “amigos da família”⁶⁰⁰, Aluísio de Azevedo se transfere para a cidade do Rio de Janeiro, contanto com as relações já estabelecidas por seu irmão, e ingressa na Academia de Belas-Artes. Como cartunista, passa a colaborar em revistas ilustradas, a frequentar as rodas literárias e a esboçar peças teatrais. Após a morte de seu pai, Aluísio, retorna a São Luís (MA), para o inventário e, na ocasião, publica aquela que seria considerada a obra de estreia do naturalismo na literatura brasileira: *O Mulato*. A descrição das divisões e dos privilégios garantidos tanto pelo sistema judiciário, quanto pela religião oficial, fundamentos da sociedade de época, são alvos de críticas significativas, que expressam as próprias representações sobre a hierarquias de atividades legítimas e, ao contrário, aquelas consideradas uma espécie de passatempo.

Para que o autor de “O Mulato” nos desse a medida exata do seu realismo, devia abandonar essa vidinha peralvinha de escrivinhadelas tolas. Vá para a foice e o machado! Ele que tanto ama a natureza, que não crê na metafísica, nem respeita a religião, que só tem entusiasmo pela saúde do corpo e pelo real sensível, real ou material, devia abandonar essa vidinha de vadio escrivinhador e ir cultivar as nossas ubérrimas terras. À lavoura, meu estúpido! À lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances! Isto é real! A agricultura felicita os indivíduos e enriquece os povos! À foice! E à enxada! *Res non verba*⁶⁰¹

O investimento de Artur de Azevedo na produção teatral, espécie de consumo cultural em ascensão na Capital nacional, galga-lhe reconhecimento e “fama”, notadamente com a adaptação de *La fille de Mme. Angot*, contando com mais de 100 representações. O reconhecimento frente ao público permite-lhe “pegar o irmão” pela mão, levá-lo ao palco e apresentar: “apresento ao generoso público fluminense, Aluísio de Azevedo, irmão do pai de Maria Angú”⁶⁰². As lógicas de inserção mediada por um “protetor”, nesse caso reforçadas por relações de parentesco, garantem um certo público, particularmente enquanto Aluísio de Azevedo continuava a “cavar” favores e empréstimos como forma de se manter sem uma colocação na burocracia⁶⁰³. Isso reforça, como já demonstrado, as lógicas de circulação entre redações de jornais, clubes, cafés, salões, livrarias, espaços de sociabilidade fundamentais na estruturação dos círculos literários. Os esforços de Aluísio de Azevedo em obter “um emprego

⁶⁰⁰ OLIVEIRA (2008, p. 30).

⁶⁰¹ A Manhã, Suplemento literário, 5 de abril de 1942, p. 177.

⁶⁰² Ibidem, p. 179.

⁶⁰³ A personagem Ruy Vaz, do romance *A Conquista*, de Coelho Neto (1913), é inspirado em Aluísio de Azevedo.

público que lhe garanta a subsistência”, materializam-se no “pedido” de alguma colocação à Afonso Celso Junior, então deputado geral.

[...] toda a minha esperança se baseia num desses acasos que, parece, foram inventados para socorrer os visionários de minha espécie. Isto quer dizer que desejo ardentemente descobrir uma colocação, qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e a continuar a sarroliscar os meus pobres romances, sem ser preciso fazê-los *au jour le jour*. [...] venho pedir a tua proteção. Há certos lugares, certos cargos, certos empregos, dos quais só os próprios políticos tem notícia quando eles ainda se acham vagos, e que, ao transpirem cá fora, ao caírem no conhecimento do público, vem logo, como uma mulher bonita, escoltados por um enxame de cobiçosos e guardados à vista pelo feliz mortal que mereceu a preferência e já traz a nomeação no bolso. Ora, dessa forma, só fazendo como neste momento faço: vindo a ti e pedindo-te que, logo que te passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão em vima e me atires com ele, que eu o receberei com melhor vontade do que a de um náufrago ao receber uma tábua de salvação (*apud* MENEZES, 1958, p. 171-172).

De modo geral, ficam indicados dois princípios gerais das carreiras literárias na estratégia lançada para acesso ao pretendido cargo público, não obtido. O primeiro relaciona-se aos cargos na burocracia como um meio de garantia de alguma segurança econômica, cujo objetivo é permitir o afastamento das necessidades de produção sistemática de textos literários destinados à publicação. O segundo está associado às próprias lógicas de estruturação das oportunidades sociais, dependentes de modo significativo da “proteção” de algum agente com acesso aos bens visados. Com o advento da república, Aluísio de Azevedo alcança o cargo de oficial na Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, mas permanece menos de um ano, em decorrência de conflitos políticos. Enquanto isso, Artur de Azevedo transfere-se para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, assumindo uma diretoria de seção, sob a supervisão de Machado de Assis, então diretor geral no mesmo ministério. A aproximação com Machado de Assis reforça as relações de sociabilidade estruturadas nos círculos literários, as quais estarão na base da fundação da ABL e, inclusive, nas possibilidades de indicação de seu irmão, Aluísio de Azevedo, como ocupante de uma das dez vagas destinadas aos “fundadores eleitos”. A partir de 1895, Aluísio de Azevedo é nomeado vice-cônsul em Vigo (Espanha), passando por diversas outras legações, até se estabelecer como cônsul geral em Assunção (Paraguai), em 1910.

Igualmente ligados à ocupação de cargos públicos no império e convertido para as letras, estão os filhos de deputados e de ministros, senadores ou conselheiros. No primeiro caso, é exemplar a trajetória de Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). Nascido em Salvador (BA), único filho de João José Barbosa de Oliveira, médico, “soldado disciplinado do chefe liberal Manuel Pinto de Souza Dantas [...] deputado provincial, deputado geral e, durante muitos anos, diretor de instrução pública”, e sobrinho de dois ministros do Supremo Tribunal de Justiça⁶⁰⁴, frequentou o Ginásio Baiano e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1870. Após a obtenção do diploma, volta a Salvador (BA), onde instala-se como advogado e passa a atuar no jornalismo, sendo levado, pelo pai, ao Partido Liberal. Enredado nas relações de patronagem que ligavam sua família à de Souza Dantas, faz uma viagem à Europa, custeada por seu protetor político. Com o falecimento de seu pai, em 1874, é nomeado para a vaga do pai, secretário da Santa Casa de Misericórdia, da qual Souza Dantas era provedor. Herdando um montante significativo de dívidas contraídas por seu pai, entra em contato com uma parte da família instalada na cidade do Rio de Janeiro, notadamente com Albino José Barbosa de Oliveira, seu primo, “ministro do Supremo Tribunal de Justiça e rico proprietário”, buscando alternativas de inserção “profissional”, instala-se na casa do primo e advoga ao lado do Visconde de Souza Carvalho. O conjunto de relações de mediação no qual se insere, normalmente constituídas a partir da extensão do clã familiar, são constitutivos dos múltiplos investimentos que constituem sua carreira. Envolvido nos embates que caracterizam o período, elaborou a tradução de um livro de crítica “contra a Santa Sé”, cuja distribuição foi garantida pelo apoio de Saldanha Marinho e as dívidas de tipografia saldadas por seu primo⁶⁰⁵. De volta a Salvador (BA), retoma a advocacia e a direção do *Diário da Bahia*, no entanto, em uma situação diferente. A ascensão do gabinete liberal, em 1878, modificaria o status do partido frente às benesses do governo, particularmente pela possibilidade de ampla eleição dos correligionários, de acordo com a máxima segundo a qual, o gabinete faz a eleição. Eleito deputado provincial, no mesmo ano, e geral, no seguinte, Rui Barbosa retorna ao Rio de Janeiro, compondo a ala liberal baiana na Câmara, liderada por Souza Dantas e seu filho, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, amigo pessoal de Rui Barbosa. Em 1884, o protetor político de Rui Barbosa é escolhido para presidir o gabinete, e seu nome é indicado como ministro, no entanto, acaba não compondo a lista final de nomeações.

Com a queda do gabinete, em 1885, Rui Barbosa não consegue a eleição, retornando às atividades na advocacia e no jornalismo, e se dedicando à tradução da obra didática *Lições de*

⁶⁰⁴ LACOMBE (1978, p. 2-3).

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 14-15.

coisas, de Calkins, que será adotada como obra clássica do magistério primário⁶⁰⁶. Em paralelo a isso, engaja-se fortemente na campanha abolicionista, aproxima-se do exército, redigindo o manifesto assinado por Deodoro da Fonseca e José Antônio Correia da Câmara – Visconde de Pelotas, e investe no jornalismo, notadamente através do *Diário de Notícias*. No período final de existência do governo monárquico, Rui Barbosa ceda relações com os principais líderes republicanos, o que lhe garante um lugar na composição do governo provisório, assumindo o Ministério da Fazenda e, também, elegendo-se senador, em 1890, cargo no qual permanece até 1921. Ainda com relação ao polo ligado aos filhos de ocupantes de cargos públicos no império, estão os filhos de ministros, senadores ou conselheiros do estado, cujo caso exemplar pode ser resumido pela trajetória de José Maria da Silva Paranhos Junior (1845-1912). Nascido no Rio de Janeiro (RJ), descendente de uma família fortemente ligada à administração colonial e a exploração mercantil, seu avô paterno, Agostinho da Silva Paranhos, era possuidor de uma “fortuna considerável” e recebeu o “título” de negociante honrado e filantrópico⁶⁰⁷. A família havia se instalado na Bahia pelas mãos de um dos irmãos de seu avô, o capitão-mor Antônio da Silva Paranhos, abastado comerciante, provedor e benfeitor da Santa Casa de Misericórdia. Segundo o próprio Paranhos Junior (2012, p. 151-152), após a morte de seu avô, a família entrara em contendas pela herança, cabendo a sua avó uma ínfima parte, de modo que os estudos de seu pai, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), foram custeados por um tio materno, o coronel de engenheiros Ernesto Gomes Barreiros. Formado pela Academia da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco, foi nomeado professor nessa instituição, engajou-se na luta política através do jornalismo, e passou a ocupar diversos cargos, a partir de 1845, dentre os quais, deputado provincial, vice-presidente do Rio de Janeiro, deputado geral, ministro chefe da legação brasileira em Montevidéu, ministro da marinha, ministro dos negócios estrangeiros, ministro da fazenda, senador, ministro da guerra e presidente do conselho de ministros.

Primogênito entre os nove filhos de José Maria da Silva Paranhos e Teresa de Figueiredo Faria, filha do negociante português, Bernardo Rodrigues de Faria, Paranhos Júnior foi o “único a ter destaque nacional”⁶⁰⁸. Fez o secundário no Colégio Pedro II e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1866, ano em que seu pai já era senador do Império, sendo nomeado promotor em Nova Friburgo (RJ), e professor no Colégio Pedro II, eleito deputado geral pelo Mato Grosso, estado pelo qual seu pai era senador, exerce o mandato até

⁶⁰⁶ Ibidem, p. 32

⁶⁰⁷ SISON (1861, p. 49).

⁶⁰⁸ Verbetes do Dicionário da Elite Política Republicana, CPDOC / FGV-RJ.

1875, quando é nomeado cônsul geral em Liverpool (Inglaterra). Entremeios, havia atuado como secretário de seu pai nas negociações de paz por conta do final da Guerra do Paraguai e dirigido o jornal *A Nação*. Enredado longamente nos serviços diplomáticos, constitui-se como o principal mediador entre os cargos da burocracia e os “homens de letras” do período, constituindo, como já indicado, um dos principais núcleos facionais no interior da Academia Brasileira de Letras. Nomeado para várias comissões de arbitramento diplomático, com a instalação do regime republicano, assume, também, a superintendência geral de imigração na Europa, cargo exercido até 1893. A posição central como mediador se institui, de forma mais clara, a partir de 1902, quando assume o ministério das relações exteriores, cargo que exercerá até seu falecimento, em 1912. A “política” de nomeações levadas a cabo por Paranhos Júnior, reforça a posição historicamente instituída dos cargos diplomáticos como refúgio aos intelectuais e meio de tornar possível sua dedicação à produção cultural⁶⁰⁹.

Na estrutura geral do espaço sociais, encontram-se estruturalmente próximos dos altos funcionários, dos deputados e dos ministros, senadores e conselheiros do Império, no que tange as relações entre origens e destinos, estão aqueles cujas posições sociais de origem remetem aos profissionais liberais. Em geral, as informações sobre a ocupação dos pais, nesses casos, são muito mais restritas, dependendo, particularmente, da extensão das relações dos mesmos com a política. Um caso ilustrativo é o de Luís Norton Barreto Murat (1861-1929), nascido em Itaguaí (RJ), filho do Dr. Tomás Norton Murat. Iniciou suas atividades literárias durante o curso preparatório anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual viria a se formar bacharel, em 1886, dirigindo o jornal *Ensaio Literário*. De volta ao Rio de Janeiro, funda o jornal *Vida Moderna*, juntamente com Artur de Azevedo, e passa a colaborar com outros periódicos, notadamente *A Rua* e *Gazeta de Notícias*. “Empenhou-se a fundo nas campanhas da abolição e pelo advento da república”⁶¹⁰, atuando em jornais combativos e no *Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio. Com a instalação do regime republicano, foi eleito deputado federal à Assembleia Constituinte, e envolveu-se na oposição à Floriano Peixoto, publicando manifestos e integrando a “esquadra revoltosa”⁶¹¹. Foi secretário geral do governo do Rio de Janeiro, escrivão vitalício da provedoria da cidade do Rio de Janeiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e mais uma vez deputado federal, em 1909.

⁶⁰⁹ LAMATAIN (1999, p. 379).

⁶¹⁰ Luís Murat – Biografia da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=700&sid=87>

⁶¹¹ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

Relativamente distantes desse polo, notadamente no que tange as relações entre origens e destinos, mediada pelo sistema de ensino, estão filhos de comerciantes, negociantes ou banqueiros, de oficiais militares ou da guarda nacional, e de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e militares. No caso dos primeiros, a trajetória de Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1936) é ilustrativa. Nascido em Caxias (MA), filho do comerciante português Antônio da Fonseca Coelho, mudou-se com a família para a cidade do Rio de Janeiro, em 1870, em decorrência de perseguições políticas no Maranhão⁶¹².

Eu cheguei aqui [Rio de Janeiro], do Maranhão, bem pequeno. Meu pai, que era negociante em Caxias, teve má lembrança de meter-se em política. Foi perseguido e voou aqui para o Rio. Montou um hotel ali em São Domingos. Muito feliz no começo, mas depois veio o fracasso. Montou uma pequena casa de móveis na rua da Alfândega. A sorte não lhe sorriu. Teve ele um profundo abatimento moral. Minha mãe era uma daquelas envergaduras d' aço, que se encontram com surpresa no norte. Tornou-se braço direito da casa. O que há nesse período é a grande luta de uma mulher mourejando para sustentar nos pulsos o peso formidável de uma família. Entro para o Colégio Jordão, depois para o Mosteiro de São Bento, e finalmente para o Pedro II, onde fiz o curso de humanidades. (COELHO NETO *apud* COELHO NETTO, 1942, p. 147)

Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abandonou o curso e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se, mais tarde, para a Faculdade de Direito de Recife, sem concluir o curso, retorna ao Rio de Janeiro, em 1885, onde se engaja na campanha abolicionista. Em 1890, casou-se com a filha do “Dr. Alberto Olympio Brandão, [...] notável educador e político de grande prestígio”⁶¹³, e “provavelmente o prestígio do sogro”, rendeu-lhe a nomeação para secretário de governo do Rio de Janeiro, no ano seguinte, para diretor de negócios do estado, da justiça e legislação⁶¹⁴ e, em 1892, para professor na Escola Nacional de Belas Artes. Ao mesmo tempo, começa a trabalhar na *Gazeta da Tarde*, levado pela amizade com José do Patrocínio, e a frequentar a “boemia literária”, grupo que se reunia nos cafés e confeitarias da Rua do Ouvidor. Além disso, era proprietário de um famoso salão, sito a Rua do Rozo, com reuniões organizadas aos sábados, frequentadas por “figuras da nova e da velha geração: Oscar Lopes, Fernando Guerra Duval, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Jorge Jobim, Gregório da Fonseca, João Luso, Alberto de Oliveira, e mais tarde Álvaro Moreira, Felipe d'Oliveira, Humberto Campos, Aníbal Teófilo, tantos outros, sem falar

⁶¹² Ibidem.

⁶¹³ COELHO NETTO (1942, p. 27).

⁶¹⁴ Verbete no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV-RJ.

em Olavo Bilac, o velho companheiro”⁶¹⁵. Mantendo uma contribuição assídua nos jornais de época, consagra-se como o “mais fecundo prosador da língua portuguesa em todos os tempos”, escreveu 120 volumes e cerca de 8.000 artigos e crônicas, publicadas no país e no estrangeiro⁶¹⁶. O que produziu em vida, somados os salários decorrentes de sua contribuição no Dicionário Lello Universal, “renderam-lhe, em 45 anos de trabalho, de 1890 a 1934, mais ou menos 600:000\$000. Média mensal: 1:100\$000”⁶¹⁷, ou seja, 13:200\$000 anuais, comparativamente, rendimentos superiores ao dos professores de ensino superior. Em paralelo, o conjunto das relações tecidas em diversos espaços de sociabilidade, notadamente em sua casa, onde recebia Deodoro da Fonseca, José Gomes Pinheiro Machado, “grande amigo”, e José Maria da Silva Paranhos Junior, é progressivamente acompanhado de oportunidades significativas: nomeado professor do Colégio Pedro II; nomeado professor e posteriormente diretor da Escola de Arte Dramática do Rio de Janeiro; membro fundador da Academia Brasileira de Letras; eleito deputado federal entre 1909 e 1917; secretário da Liga de Defesa Nacional, fundada com Olavo Bilac; membro do conselho consultivo do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

No que tange aos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, o caso de Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (1851-1906), pode ser tomado como exemplar. Nascido em Sobral (CE), filho de Antônio Raymundo de Hollanda Cavalcanti, major da guarda nacional, “membro proeminente do partido conservador e de uma das principais famílias do município”, comerciante, exerceu vários cargos de nomeação do governo. Formado em 1873, pela Faculdade de Direito do Recife, retorna a Sobral, onde exerce a advocacia e assume o cargo de promotor público, no entanto, conflitos políticos com a “família Accioly” levam-no a emigrar para o Pará⁶¹⁸, onde se instala como advogado e passa a atuar no jornalismo. Seguindo as ligações políticas da família, integra o partido conservador em Belém (PA), e se elege para o cargo de deputado provincial, em 1879. Após a proclamação da república, muda-se para o Rio de Janeiro, passa a advogar junto ao Supremo Tribunal de Justiça e a colaborar em uma série de jornais, a destacar *O Comércio*, *Jornal do Comércio*, *O País* e *Gazeta de Notícias*. Já no Rio de Janeiro, casa-se com Anna Braga Augusta Torres, filha do brigadeiro Francisco Xavier Torres Junior, é nomeado fiscal da Companhia de Loteria Federal e, posteriormente, ingressa na carreira diplomática, atuando como secretário da missão diplomática sobre a questão das Missões. Em 1903, publica *Luzia-Homem*, obra considerada representante da transição entre o

⁶¹⁵ BROCA (1960, p. 26-27).

⁶¹⁶ HUMBERTO CAMPOS *apud* COELHO NETTO (1942, p. 35).

⁶¹⁷ COELHO NETTO (1942, p. 145).

⁶¹⁸ O Globo, 18 de setembro de 1950, p. 1-2.

regionalismo romântico e o regionalismo realista⁶¹⁹, e já vinha investindo da publicação de folhetins e de peças de teatro. Os investimentos na produção escrita se converteram nas pretensões ao reconhecimento oficial da “reputação literária”, expressa pela candidatura à uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, bloqueada pela eleição de Mario de Alencar.

Com uma posição estruturalmente próxima, encontram-se os filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares, cujo caso exemplar pode ser tomado a partir da trajetória de Luís Edmundo de Melo Pereira da Costa (1878-1961). Nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho de Edmundo Pereira da Costa, professor no município do Rio de Janeiro, guarda-livros, professor particular de português, matemática e escrituração mercantil, também fazia escritas para pequenas casas comerciais. Em suas memórias, Luís Edmundo investe na construção de sua “vocação literária”, ou seja, na naturalização dos investimentos na literatura como a realização de um “projeto” ou um “dom” inscrito na própria natureza do agraciado. Assim, enfatiza o caráter “cultural” que compõe a biografia dos avós. No caso paterno, seu avô Bernardo Pinto de Souza, oficial maior do governo de Minas Gerais e administrador geral dos Correios, é apresentado como “jornalista” e “boêmio”, fundador do jornal “Recreador Mineiro”; a complementaridade vem com o avô materno, Amaro Ferreira de Melo, serventuário do imperador Pedro II, músico e pintor, representa a “alma de artista”⁶²⁰. As possibilidades de formação escolar decorrem da atuação de seu pai como guarda-livros no Colégio Abílio, escola onde se matriculava “a flor de nossa juventude, bem-nascida e abastada, um verdadeiro instituto de nobres”⁶²¹. Inicia-se no jornalismo através do jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio “que o incentiva a desenvolver sua capacidade como poeta e escritor”. Através da frequência aos círculos literários, entre em contato com diversos “novos artistas cariocas de sua geração”, e torna-se “afilhado literário” de Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque e Artur Azevedo⁶²². A partir de fins do XIX, colabora de modo mais frequente com *O País* e o *Jornal do Comércio*, trabalha junto à Alcindo Guanabara no jornal *A Imprensa*, e dirige a *Revista Contemporânea*, fortemente associada ao movimento simbolista. Permanece atuando diretamente no jornalismo, e a partir da primeira década do XX, inicia suas contribuições no *Correio da Manhã*, notadamente dedicadas a descrição da cidade do Rio de Janeiro, cujo resultado são reunidos em suas memórias e n’*O Rio de Janeiro do meu tempo*, além de outros trabalhos históricos dedicados à cidade. Concomitantemente aos seus trabalhos

⁶¹⁹ ARAGÃO (2008).

⁶²⁰ EDMUNDO (1958).

⁶²¹ *Ibidem*, p. 212.

⁶²² EDMUNDO (2003 [1938], p. 17).

no jornalismo e a produção literária, é corretor de companhias francesas de navegação, o que lhe possibilita uma circulação internacional significativa. Seu escritório, sito em um “sobradinho nas proximidades da Praça Mauá”, era ponto de encontro entre escritores e artistas de época. O conjunto de relações tecidas ao longo do tempo, sua atuação na Sociedade Brasileira de Homens de Letras, fundada em 1914, e sua progressiva inserção no meio jornalístico através da “crônica citadina” e da crítica literária, levam-no à Academia Brasileira de Letras, em 1944⁶²³.

No extremo oposto desse eixo, encontram-se os descendentes de proprietários convertidos ao mundo das letras. Um caso que pode ser tomado como ilustrativo é o de Franklin Américo de Menezes Dória (1836-1906). Nascido na Ilha dos Frades (BA), “na fazenda Loreto, que pertencia a várias gerações ao seu ramo da família”, era filho de José Inácio de Menezes Dória, proprietário e descendente de Francisco Pereira de Menezes Dória, “administrador dos morgados e capelas da família”. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1859, investe na publicação de um livro de poesias – *Enlevos* –, dedicado a descrição dos conflitos camponeses na sua terra natal. De volta à Bahia, assume e promotoria em Cachoeira e, em seguida, torna-se juiz de direito e é nomeado chefe de polícia. Ligado ao Partido Liberal, elege-se deputado provincial, em 1862, e se casa com Maria Amanda Pinheiro de Paranaguá, filha de João Lustosa da Cunha Paranaguá – Marquês de Paranaguá, várias vezes ministro, senador e presidente do conselho de ministros do Império. O conjunto de cargos ocupados por Franklin Dória – Barão de Loreto, em 1888 – são característicos das relações com a política, derivadas tanto do núcleo familiar, quanto das alianças tecidas pelo casamento, as quais se estendem para além de seu estado de origem. Eleito deputado geral, pelo Piauí, é nomeado presidente do Piauí, do Maranhão, e de Pernambuco, chegando a ministro da guerra e, posteriormente, do Império. A ocupação prolongada do cargo de deputado geral (1870-1888), e o exercício da presidência da Câmara, são mantidos em paralelo com o cargo de professor no Colégio Pedro II. As ligações com o Império são evidentes no processo de conversão de investimentos quando da queda da monarquia, notadamente por ter acompanhado o exílio da família real. Retornando ao Brasil, dedica-se à advocacia e atua como uma espécie de “consultor jurídico de empresa”⁶²⁴, além de reforçar suas relações com diversos grupos literários, notadamente pela frequência aos salões e pela “amizade” com Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, o que lhe garante o ingresso no grupo dos eleitos que compõe os fundadores da Academia Brasileira de Letras.

⁶²³ GRINSBERG (1984).

⁶²⁴ COELHO (1999, p. 77).

Ainda com relação aos filhos de proprietários, igualmente ilustrativo e relativamente distante do polo representado pela Academia Brasileira de Letras, é o caso de João Alberto Sales (1855-1903). Filho de Francisco de Paula Salles, “senhor de terras e escravos” e tenente-coronel da guarda nacional, descende de uma família historicamente ancorada no comando de milícias e no tropeirismo. Nesse contexto, as condições de possibilidade de Alberto Sales são variadas, tanto que ao concluir os estudos secundários, viaja para os Estados Unidos, instalando-se em Nova Iorque, onde cursa um ano de engenharia, estuda o regime republicano e o sistema federalista norte-americano, a contribui como correspondente do jornal *A Província de São Paulo*. Em 1876, retorna ao Brasil e ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual seu irmão, Manuel Ferraz de Campos Sales, um dos principais líderes do Partido Republicano Paulista na ocasião, já havia se formado. Formado em 1882, instala-se como advogado em Pirassununga (SP) e, posteriormente, em Campinas (SP) e São Paulo. Ainda durante o curso jurídico, funda, ao lado de Pedro Lessa e Alcides Lima, *O Federalista*, e em 1881, assume como redator-chefe *d’A República*, jornal do Clube Republicano Acadêmico. Intimamente associado aos movimentos do Partido Republicano, em São Paulo, participa do “Banquete Memorável”, em 1882, realizado no Teatro São Carlos em homenagem aos deputados provinciais eleitos⁶²⁵, dentre os quais seu irmão. Nesse mesmo ano, lança *Política Republicana*, livro idealizado como síntese doutrinária do movimento republicano, em 1884, torna-se sócio e diretor-gerente do jornal *A Província de São Paulo*, ao lado de Júlio de Mesquita, e em 1885, lança *O Catecismo Republicano*, síntese do programa republicano distribuída gratuitamente pelo partido, e publica *A Pátria Paulista*, em 1887. Paralelamente ao investimento significativo na instrumentalização do movimento republicano, passa a atuar como professor do Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP). A ocupação de cargos públicos eletivos virá com a República, eleito deputado federal, em 1892, exerce o mandato e afasta-se da política eleitoral, em um início de ruptura com o Partido Republicano Paulista. Permanece atuando no jornalismo e na advocacia, e é nomeado, em 1898, diretor da Escola Normal de São Paulo, permanecendo no cargo até 1900, quando deixa o cargo. No ano de 1901, publica o artigo *Balanço Político*, esboço de crítica ao regime republicano implantado em 1889, afirmando, “com amargura” que a estrutura política que ajudara a levantar, cheio de entusiasmo e de fé, “sobre os destroços do antigo regime, não tem sido mais do que uma longa decepção, um engano mortificante” as ardentes aspirações, dominada por um “congresso federal” que é o “símbolo mais perfeito e acabado” da profunda “decadência moral e política” do país, e por um

⁶²⁵ VITA (1965, p. 30).

regime presidencial que “não é mais do que uma pérfida etiqueta, um rótulo falso, com que se procura impingir, ao povo simplista, a mais baixa, a mais passiva ditadura política”⁶²⁶. A ruptura operada pela crítica é tão mais significativa, na medida em que o presidente na ocasião era seu irmão, Campos Sales. A publicação desse manifesto-balanço, marca uma das dissidências internas ao Partido Republicano Paulista, na frente da qual estiveram envolvidos Alberto Sales, Júlio de Mesquita, Cincinato Braga e outros.

5.1.3 Professores de ensino superior

As principais oposições que regem esse espaço se definem nas relações entre tipos de diplomas, destinos e carreiras. Enquanto espaço de relações cujo centro de gravidade são as faculdades existentes, o universo constituído pelos professores de ensino superior é atravessado de modo significativo pelo conjunto de clivagens sociais constitutivos do campo do poder. Isso porque, a passagem pelas instituições de ensino superior constitui um dos elementos centrais nos processos de hierarquização social e de legitimação da dominação, notadamente na virada do XIX para o XX. Nesse espaço, as carreiras se organizam, de modo geral, pela relação entre bases sociais e faculdades, as quais tendem a retomar as diferentes hierarquias associadas aos tipos de diplomas. Para além disso, as chances de carreira se especificam em relação aos usos sociais dos títulos escolares, principalmente em sua associação com as diferentes faculdades e espaço dos possíveis. A estrutura mais geral de oposições, situa as faculdades de medicina em um polo “mais técnico”, em oposição às faculdades de direito, mais “mundanas” ou diretamente ligadas ao exercício do poder político. Do mesmo modo, configura uma clivagem social entre os cursos médicos e jurídicos, os primeiros ocupando uma posição socialmente dominada em relação aos segundos.

A configuração das bases sociais de recrutamento dos professores de ensino superior se apresenta, de modo geral, pela conversão de frações sociais ligadas às posições políticas no regime imperial, principalmente deputados, ministros, senadores ou conselheiros, às carreiras docentes nas faculdades em pauta. Isso se verifica, principalmente, pelo aumento da proporção dos primeiros (4,3% para 6,1%), e dos segundos (8,5% para 9,1%), quando se compara aqueles nascidos em 1850 ou antes, com aqueles que nasceram depois. Essa transição, relaciona-se a

⁶²⁶ Ibidem, p. 45.

valorização dos cargos professorais nas faculdades do império, em grande medida, decorrente do aumento progressivo das retribuições e das possibilidades de fazer da função docente uma entre muitas outras atividades. Igualmente, a transição geracional em uma redução dos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional (19,1% para 13,6%), e um aumento dos filhos de profissionais liberais (6,4% para 10,6%), dos proprietários (25,5% para 27,3%), e dos comerciantes, negociantes e banqueiros (6,4% para 7,6%). Ou seja, há um direcionamento das categorias que remetem as posições economicamente dominantes em direção às carreiras de professor de ensino superior e, também, uma relação crescente das profissões liberais. De modo mais geral, o conjunto dessas diferenças em termos de bases sociais se especificam relativamente às faculdades em pauta. As principais oposições ocorrem com relação as categorias de origem ligadas ao exercício do poder político no império, especialmente relacionadas às faculdades de direito – deputados (8,2% contra 5,3% do conjunto), ministros, senadores ou conselheiros (13,1 contra 8,8% do conjunto) –, em detrimento às faculdades médicas – deputados (1,9% contra 5,3% do conjunto), ministros, senadores ou conselheiros (3,8% contra 8,8% do conjunto). Em contraposição, entre os professores dos cursos médicos predominam os filhos de proprietários (28,8% contra 26,5% do conjunto), e de profissionais liberais (9,6% contra 8,8% do conjunto), enquanto no quadro professoral das faculdades jurídicas prevalecem os filhos de oficiais militares ou da guarda nacional (18% contra 15,9% do conjunto), fenômeno que se associa às conversões dos descendentes de militares às faculdades de direito.

O conjunto dessas oposições em termos de bases sociais de recrutamento se diferenciam relativamente as instituições de destino e as chances diferenciais de ocupação de cargos em diferentes pontos da carreira. Os principais eixos de estruturação das carreiras se caracterizam, em um primeiro momento, pela relação entre filhos de altos funcionários do Império, profissões liberais e o ingresso no quadro docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda com relação ao polo estruturalmente mais próximo do poder político e do Estado, os filhos de deputados destinam-se significativamente às profissões liberais e, posteriormente, aos cargos de professor na Faculdade de Direito de São Paulo, enquanto os filhos de ministros, senadores e conselheiros do Império relacionam-se mais diretamente aos cursos jurídicos surgidos no regime republicano. No polo mais econômico, a estrutura entre as posições sociais de origem se reflete de modo significativo na estrutura das instituições de ensino, com o polo dominante, representado pelos proprietários, mais diretamente associado às faculdades dominantes, ou seja, a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, enquanto que o polo representado pelos filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros se relaciona de

modo mais direto as instituições recém criadas, principalmente a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS). No caso dos filhos de profissionais liberais, há uma diferenciação relativamente ao primeiro posto ocupado na carreira, aqueles que passam pelas profissões liberais e pela ocupação dos cargos iniciais nas carreiras de ensino superior, destinam-se à FMPA, enquanto os demais ingressam na carreira docente na FDSP. Caso semelhante aquele do polo econômico é o dos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, significativamente voltados ao exercício de profissões liberais, e aos cargos no judiciário, com sua posterior conversão em cargos de professor nas instituições implantadas pós instauração da república. Por fim, cabe destacar o caso dos filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares, cuja divisão remete ao caso daqueles que exercem profissões liberais e ingressam no quadro docente da FMRJ, e os que ocupam cargos no judiciário e se destinam a FDSP e a FLCJSRJ.

Tabela 15

Professores de ensino superior, origens sociais e chances teóricas de carreira

	Primeira ocupação mais provável	Cargo mais provável no ponto de corte	Última ocupação mais provável
Altos funcionários do Império	Cargos no judiciário (50%); Profissões liberais (33,3%)	Professor da FMRJ (50%)	Professor de ensino superior (33,3%);
Comerciantes; Negociantes; Banqueiros	Profissões liberais (87,5%)	Professor da FLDRJ (37,5%); Professor na FMPA (37,5%)	Diretor de Instituição Cultural, de ensino, ou de saúde (37,5%); Professor de ensino superior (25%)
Deputados (todos os níveis)	Profissões liberais (50%)	Professor na FDSP (50%)	Professor de ensino superior (33,3%); Profissões liberais (33,3%)
Funcionários públicos; Pequenos comerciantes; Trabalhadores especializados; Militares (oficiais inferiores)	Cargos no judiciário (33,3%); Profissões liberais (33,3%)	Professor na FMRJ (44,4%); Professor da FDSP (22,2%); Professor da FLCJSRJ (22,2%)	Professor de ensino superior (44,4%); Funções administrativas ou cargos nas burocracias públicas (22,2%)
Ministros, Senadores ou Membros do Conselho do Império	Profissões liberais (60%); Cargos no judiciário (20%)	Professor da FLCJSRJ (40%); Professor da FLDRJ (30%)	Professor de ensino superior (20%)

Oficiais Militares; Oficiais da Guarda Nacional	Profissões liberais (33,3%); Cargos no judiciário (27,8%); Professores de ensino superior (22,2%)	Professor da FLCJSRJ (33,3%); Professor da FMPA (22,2%)	Diretor de Instituição Cultural, de ensino, ou de saúde (27,8%); Professor de ensino superior (22,2%)
Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, “doutores”)	Professores de ensino superior (30%); Funções administrativas ou cargos nas burocracias públicas (20%); Cargos políticos locais (20%); Profissões liberais (20%)	Professor da FDSP (40%); Professor da FMPA (30%)	Diretor de Instituição Cultural, de ensino, ou de saúde (40%); Professor de ensino superior (20%)
Proprietários	Profissões liberais (50%); Cargos no judiciário (13,3%)	Professor da FMRJ (43,3%); Professor da FDSP (23,3%); Professor da FLDRJ (20%)	Professor de ensino superior (46,7%)
Sem Informação	Professores de ensino superior (43,8%); Profissões liberais (31,2%)	Professor da FMRJ (50%)	Professor de ensino superior (43,8%)

A diversidade de investimentos e recursos que constituem as carreiras de professor de ensino superior, relativamente aos diferentes cursos e instituições, ganha sua especificidade no acompanhamento de trajetórias exemplares, os quais, por sua vez, permitem situar as instituições no interior de um emaranhado de interconexões que as fundam e constituem enquanto tais. Isso implica, de modo efetivo, na consideração das relações entre origens sociais e a extensão das redes ligadas ao conjunto das trajetórias familiares, bem como seus efeitos para as diferentes modalidades de carreiras disponíveis. Nesse sentido, trata-se de especificar as relações entre origens sociais e trajetórias relativamente aos diferentes cursos em confronto e, sempre que possível, entre as diferentes instituições.

5.1.3.1 Professores das faculdades de medicina

Nas relações entre bases sociais do recrutamento de professores, as padronizações categoriais adotadas para fins de análise estatística, apresentam apenas uma das dimensões, cuja

multiplicidade das esferas de atuação e das possibilidades de extensão de redes podem ser melhor compreendidas a partir da descrição da trajetória do conjunto dos grupos familiares de origem e dos cargos e títulos ostentados pelas biografias. Num dos polos mais próximos do Estado, estão os filhos de alto funcionário do Império, ligados exclusivamente à FMRJ. Relativamente a esses, encontra-se Luís da Cunha Feijó Filho (1843-1911), cujo pai, Luís da Cunha Feijó (1817-1881), Barão e Visconde de Santa Isabel, foi médico pessoal da Princesa Isabel e do Conde D’Eu, acompanhando-os em viagens à Europa, professor e diretor da mesma FMRJ, médico da imperial câmara, membro da Academia de Medicina e portador de várias insígnias honoríficas do Império. Feijó Filho obtém o diploma de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e inicia suas atividades no exercício da clínica, ao lado de seu pai, ingressa, em 1871, como opositor em ciências médicas e, em 1872, após o jubileamento de seu pai da Cadeira de Partos, é nomeado catedrático para a mesma cadeira. O conjunto de estratégias de domínio e alianças internas à FMRJ, se estendem à ocupação de cargos de direção, notadamente quando seu pai assume como diretor da faculdade, e seu sogro, Francisco Ferreira de Abreu – Barão de Teresópolis, catedrático de medicina legal, professor das “princesas imperiais”, médico da imperial câmara e membro da Academia de medicina –, assume a vice-direção, em 1873. Com a reforma de 1881, ocorre a transformação da cadeira de partos em Clínica Obstétrica e Ginecológica, Feijó Filho passa a chefiar a Maternidade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a dispor do *status* de professor de clínica, o que garante maiores rendimentos e um poder de supervisão de adjuntos e nomeação de internos às respectivas cadeiras. Já no período republicano, Luís da Cunha Feijó Filho assume a direção da FMRJ, permanecendo no cargo entre 1901 e 1910.

Outro caso ilustrativo de filho de alto funcionário do Império, é o de José Benício de Abreu (1848-1906), filho de Francisco Bonifácio de Abreu – Barão da Vila da Barra, professor catedrático da FMRJ, médico da imperial câmara, acompanhou o Imperador em sua comitiva pelo norte do país, cirurgião-mor honorário do exército, grande do império, deputado geral por sete legislaturas, presidente das províncias do Pará e de Minas Gerais⁶²⁷. Nascido em Lençóis (BA), o percurso escolar de Benício de Abreu se inicia no Ginásio Baiano, passando pelo Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, e concluindo na FMRJ, em 1873. Na ocasião, seu pai exercia mandado de deputado geral, e viria a ser deslocado para Minas Gerais, por conta de sua nomeação como presidente (1875-1876). Ao que consta, as relações entre Francisco Bonifácio e seu filho não ocorriam sem entraves, principalmente por ser Benício de Abreu o “filho natural

⁶²⁷ SACRAMENTO BLAKE (1893, v. 2, p. 413-414); VASCONCELOS e VASCONCELOS (1918, v. 1, 535-536).

que o pai nunca quisera reconhecer”⁶²⁸, o que constituiria uma situação de não transmissão direta do cargo na FMRJ. Independente da apresentação das “dificuldades pessoais” pelas quais passou o pretendente à carreira docente, o fato é que Benício de Abreu ingressa como substituto na FMRJ em 1879, passando a catedrático de patologia geral em 1887, e de clínica médica em 1891. De fato, comparativamente à Feijó Filho, o tempo de acesso à cátedra parece indicar um ambiente menos favorável para o deslocamento interno e velocidade da carreira. Em paralelo ao exercício da atividade docente, Benício de Abreu é nomeado membro da junta central de higiene pública, atua como facultativo clínico na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, e como redator da Revista Médica do Rio de Janeiro, além do exercício da clínica particular.

Ainda com relação ao polo mais próximo do estado e da política, encontram-se os filhos de deputados e os de ministros, senadores ou conselheiros do Império. Nesse caso, há uma divisão entre a FMPA, associada aos filhos de deputados, e a FMRJ, aos de ministros, senadores ou conselheiros do Império; ou seja, há uma hierarquia entre as instituições que remete à hierarquia dos cargos públicos em pauta. No polo formalmente mais próximo da política eleitoral, representado pelos filhos de deputados, o único registro é de um professor da FMPA. Trata-se de Francisco de Paula Dias de Castro (1855-1924), nascido em Rio Pardo (RS), filho de Bernardo Dias de Castro, bacharel em direito, deputado provincial, estancieiro e desembargador no Rio Grande do Sul; e sobrinho de João Dias de Castro, conhecido como “coronel Juca Dias”, pecuarista e proprietário em Piratini (RS). Pelo lado materno, Francisco Dias de Castro descendia de Bibiana Macedo Foutoura, filha do Coronel da Guarda Nacional, estancieiro e provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS), Bibiano José Carneiro da Fontoura. No caso em pauta, os “estancieiros” que compõe as bases sociais dos clãs familiares se associam a própria definição regional: “um misto de miliciano e produtor rural”⁶²⁹. Para além das origens sociais, as informações sobre a carreira de Dias de Castro são escassas. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1873, amigo de Protasio Alves, ambos “rio-pardenses”, suas famílias “trocavam informações a respeito da estada dos garotos na capital do Império”⁶³⁰; exerceu a clínica médica em Cachoeira (RS) e São Leopoldo (RS), transferindo-se para Porto Alegre, em dezembro de 1889. Nomeado diretor do Hospício São Pedro, por indicação dos “republicanos rio-grandenses”⁶³¹, “constrói uma casa em frente ao Hospício para melhor atender as suas novas funções”⁶³². Quando da fundação da Faculdade

⁶²⁸ NAVA (2004, p. 252).

⁶²⁹ GRIJÓ (1998, p. 32).

⁶³⁰ CAMPOS e AZEVEDO (2005, p. 117).

⁶³¹ PICCININI (2015, p. 1).

⁶³² FRANCO e RAMOS (1943, p. 80).

de Medicina e Farmácia de Porto Alegre em 1898, Dias de Castro passar a compor o quadro docente da instituição, e permanece na direção do Hospício, até 1901.

Com relação aos filhos de ministros, senadores e conselheiros do Império, exemplar é o caso de Domingos de Goes e Vasconcelos (1856-1921), nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho de Zacarias de Goes e Vasconcellos, professor na Faculdade de Direito de Recife (PE), presidente do Piauí, Sergipe e Paraná, deputado geral, quadro vezes ministro e três vezes presidente do conselho de ministros do Império, e senador a partir de 1864. Seu avô materno, Domingos de Mattos Vieira, era proprietário no Rio de Janeiro, e seu tio, Joaquim de Mattos Vieira, comissário de café. O conjunto dessas relações familiares com a política e a propriedade fundiária é estendido pela aliança matrimonial entre Domingos e Maria Cândida Torres, irmã de Joaquim José Rodrigues Torres – Visconde de Itaboraá, deputado geral, senador, dez vezes ministro, três vezes presidente do conselho de ministros, e presidente do Banco do Brasil. Semelhante ao caso de Francisco Dias de Castro, ao que tudo indica, quanto menos o investimento “profissional” na medicina é constitutivo da posição, menores são os registros sobre as atividades dos mesmos relativamente ao exercício da medicina. Domingos de Goés e Vasconcelos exerceu a clínica médica no Rio de Janeiro (RJ), e ingressou na FMRJ como assistente de clínica médica em 1883, cujo catedrático era Vicente Cândido Figueira de Saboia – Visconde de Saboia. Nomeado professor substituto da 6ª seção após a proclamação da República, foi membro da Academia de Medicina e cirurgião da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, chegando a interino de clínica médica.

As hierarquias das faculdades de medicina em sua homologia com a hierarquia das posições sociais de origem relativamente ao polo representado pela “política”, se encontra, também, naquele que seria o polo mais econômico, ou seja, formado pelos filhos de proprietários, ou de comerciantes, negociantes e banqueiros. Relativamente aos primeiros, há uma predominância significativa da FMRJ (13 de 15 casos), enquanto que os segundos estão mais associados à FMPA (3 de 4 casos). No que tange aos descendentes de proprietários convertidos ao exercício da medicina e da docência, um caso ilustrativo é o de Augusto Brant Paes Leme (1863-1943), descendente de uma linhagem de fidalgos da casa real. Nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho de Francisco Garcia Paes Leme, fazendeiro, seu avô paterno era Pedro Dias Paes Leme – Marquês de Quixeramobim, fazendeiro, coronel do corpo de engenheiros e gentil homem da Imperial Câmara, sua avó era dama da honraria da Imperatriz e filha de Jacindo Furtado de Mendonça, proprietário e senador do Império. Seu bisavô paterno, Garcia Rodrigues Paes Leme, fidalgo da casa real e provedor da administração de Minas Gerais. Dois outros irmãos de seu avô paterno também ostentavam títulos da nobreza brasileira: Ildefonso

de Oliveira Caldeira Brant – Visconde de Jericinó, proprietário; e Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta – Marquês de Barbacena, deputado geral, ministro, senador e comandante chefe das tropas brasileiras na Guerra da Cisplatina⁶³³. Após fazer os preparatórios no Externato Aquino, Augusto Brant Paes Leme ingressa na FMRJ, onde obtém o diploma de medicina em 1884. Um ano antes, havia se casado com Teresa Francisca Agra, filha do coronel José Antônio Gonçalves Agra. Foi nomeado para a inspetoria geral de higiene, assumiu como delegado de paróquia, e ingressou no corpo docente da FMRJ como preparador, em 1889. Com o advento da república, tornou-se substituto da 3ª seção em 1891, cirurgião da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, chegando à cátedra de clínica cirúrgica em 1911.

No que tange aos filhos de proprietários ligados à FMPA, o caso de Diogo Martins Ferraz (1869-1932) é ilustrativo. Nascido em Porto Alegre (RS), filho do general Diogo Alves Ferraz, engenheiro e proprietário, seu avô paterno era Manuel Alvares Ferraz, grande proprietário e criador de gado em Cachoeira (RS), foi também escrivão e juiz de órfãos, além de juiz de sesmaria. Sua mãe, Libinda Martins, era filha do alferes Libindo Antônio Martins, com propriedades em Melo e Cerro Largo (Uruguai), e prima de Gaspar Silveira Martins, estancieiro, deputado provincial, deputado geral, ministro do Império, presidente do Rio Grande do Sul e senador⁶³⁴. Formado pela FMRJ, em 1898, compunha o corpo docente da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial desde sua fundação em 1895, e era professor do Colégio Militar de Porto Alegre. Instalou-se como médico em Porto Alegre (RS), abrindo clínica de oftalmologia e otorrinolaringologia, integrou o grupo fundador da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (RS), da qual foi professor de física médica e bibliotecário, e foi médico adjunto à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS).

Ainda com relação ao polo mais “econômico”, a fração dominada, representada pelos comerciantes, negociantes e banqueiros, encontra-se mais significativamente representada na FMPA. Considerando essa instituição, um caso ilustrativo é o de Manuel Gonçalves Carneiro (? – 1931), nascido em Porto Alegre (RS), filho de Manuel Timóteo Carneiro, negociante de artigos de luxo (louças e tecidos). Ao que tudo indica, trata-se de uma condição relativamente estável e, ao mesmo tempo, distante da posse de títulos escolares. Como destaca Manuel Carneiro, “meus pais, assim como eu, almejavam o grau em medicina, nível de estudos nunca antes alcançado na família, e não mediam esforços econômicos, mesmo que custosos, para eu concluir”⁶³⁵ o curso. Essa condição, no entanto, era compensada pelas “amizades”, por um lado,

⁶³³ VASCONCELOS e VASCONCELOS (1918).

⁶³⁴ PORTO ALEGRE (1918); ROSSATO *et al.* (2013).

⁶³⁵ *Apud* DEVICENZI (2012, p. 96).

com Diogo Martins Ferraz, seu colega no Colégio Gomes e “grandes companheiros”, cujo inter-relacionamento se estende às famílias⁶³⁶; por outro, com Olympio Olinto de Oliveira, de quem foi auxiliar por muito tempo no serviço de pediatria do Hospital Santa Casa de Misericórdia⁶³⁷. Formado pela FMRJ em 1894, retorna a Porto Alegre (RS), e começa a frequentar o “Dispensário de Crianças” da Santa Casa de Misericórdia, fundado por Olinto de Oliveira, obtendo, em seguida, a nomeação de primeiro assistente de clínica de crianças. Em 1895 viajou para a Europa para “especialização nos estudos científicos”, passando por “Berlim, Paris e Viena”, onde permaneceu aproximadamente três anos⁶³⁸. Ao retornar a Porto Alegre (RS), volta às atividades na Santa Casa e participa da fundação da FMPA, assumindo a cadeira de microbiologia, por conta do “célebre curso, de longa duração, feito no Instituto Pasteur, de Paris, sob a direção do sábio Professor Roux⁶³⁹”.

Desde o início de sua carreira, sincero cultor da pediatria; em sua vida clínica, médico especialista em crianças; o auxiliar imediato de Olinto de Oliveira durante todo o tempo de sua direção no “Dispensário de Crianças”, tudo isso fez com que, vaga a cadeira de pediatria pela renúncia do Professor Olinto, fosse autorizada pela Congregação da Faculdade a transferência de M. Gonçalves Carneiro da cadeira de microbiologia para a de pediatria. (FRANCO e RAMOS, 1943, p. 69)

Os investimentos na pediatria e na assistência à Olinto de Oliveira, o conduziram a “herança” da cadeira e da condição de especialista em medicina infantil, ao mesmo tempo, assume a direção da enfermaria de clínica pediátrica, na Santa Casa. Enquanto catedrático de pediatria, mantém clínica médica particular e empreende viagens para o exterior, ora para os Estados Unidos, ora para a Europa, jubilandando-se da FMPA em 1930.

No caso da FMRJ, é ilustrativo o trajeto de Francisco de Castro (1857-1901), nascido em Salvador (BA). Filho do negociante português Joaquim de Castro Guimarães, iniciou seus estudos no Ateneu Baiano, e foi levado por seu pai a Paris, onde aperfeiçoou seus estudos e se familiarizou com o francês⁶⁴⁰. Após retornar, inicia o curso médico na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo em 1879, ingressando, em seguida, no corpo médico do exército, onde chega a cirurgião-tenente do Hospital Militar da Guarnição da Corte. Instalando-se no Rio de

⁶³⁶ Ibidem, p. 115.

⁶³⁷ FRANCO e RAMOS (1943, p. 68).

⁶³⁸ Ibidem, p. 69.

⁶³⁹ Idem, ibidem.

⁶⁴⁰ Francisco de Castro – Biografia. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=552&sid=171>

Janeiro (RJ), ingressa como docente interino na FMRJ, firmando-se como “discípulo de João Vicente Torres Homem”⁶⁴¹, e passa a ensinar alemão na Escola Superior de Guerra, em 1888. Com o advento da república, é nomeado catedrático de clínica propedêutica, criada pela Reforma Benjamim Constant em 1891. A partir do regime republicano, passa a ocupar vários cargos públicos, sendo diretor da Diretoria Sanitária da Capital brasileira em 1892, diretor-geral do Instituto Sanitário Federal, recém-criado em 1894, cargo no qual permanece até 1897. O conjunto dessas nomeações produziu polêmicas significativas, particularmente decorrentes da acusação feita por Antônio Furquim Werneck de Almeida, deputado, de que Francisco de Castro havia utilizado “seus relacionamentos políticos para alcançar” o cargo no Instituto Sanitário, e mesmo que tal instituição havia sido criada exclusivamente para abrigá-lo. Caracterizado como “médico-filósofo” por Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1912), se seus relacionamentos políticos o levaram a cargos na burocracia, seus relacionamentos com Rui Barbosa, de quem era amigo e médico pessoal, o levam à Academia Brasileira de Letras, para a qual é eleito em 1899, sem uma “bibliografia muito extensa” e totalmente voltada para “assuntos médicos”, a exceção da publicação póstuma de seus discursos, prefaciada por Rui Barbosa⁶⁴². Nomeado diretor da FMRJ, em 1901, pediu exoneração e veio a falecer, antes mesmo de tomar posse à Academia Brasileira de Letras.

As diferenças relativas as origens sociais que constituem o perfil das faculdades em análise, se expressam, também, no que tange às posições sociais de origem que remetem as categorias mais baixas, no caso em pauta, os funcionários públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares. Classificação social de origem relacionada exclusivamente à FMRJ, é exemplar o caso de Benjamim Antônio da Rocha Faria (1853-1916), nascido no Rio Grande do Sul. Filho de homônimo, as informações sobre a ocupação de seu pai são escassas, encontrada apenas a classificação “empregado público”⁶⁴³. No entanto, o conjunto do trajeto do clã familiar torna permite romper parcialmente com essa classificação. A principal indicação nesse sentido relaciona-se a seu tio, Manuel Antônio da Rocha Faria – Conde de Niosque, deputado provincial e militar. Além disso, João Alfredo Correia de Oliveira, deputado provincial, deputado geral, quatro vezes ministro, presidente de São Paulo e do Pará, presidente do conselho de ministros; era seu parente, em nome do qual intervém junto ao Barão de Cotegipe e ao Barão de Mamoré, para que o mesmo seja nomeado para a “adjunto da cadeira

⁶⁴¹ Francisco de Castro – Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/castfran.htm>

⁶⁴² Suplemente literário de “A Manhã”, 05 de outubro de 1941, p. 129.

⁶⁴³ Auxiliador da Indústria Nacional, v. 34, 1866, p. 165.

de higiene e história da medicina, da Faculdade de Medicina da Corte”⁶⁴⁴. Em 1875, ano de sua formatura na FMRJ, casa-se com Joaquina de Freitas Teles, filha do comendador Pedro Antônio Teles Barreto de Menezes, proprietário no Rio de Janeiro (RJ), fazendeiro em Iguassú (RJ), subdelegado e juiz de paz em São João do Merity⁶⁴⁵. Instala clínica médica no Rio de Janeiro, em 1885 é nomeado adjunto da cadeira de higiene e história da medicina na FMRJ, em 1886 médico da Inspetoria Geral de Higiene, e em 1888 se associa à construção do Hospital São Sebastião⁶⁴⁶ e assume a cátedra de higiene e história da medicina. Médico na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, permanece como chefe de clínica até sua morte.

Estruturalmente mais próximos daqueles cujos pais remetem à categoria dos comerciantes ou dos funcionários públicos, encontram-se os oficiais militares ou da guarda nacional, igualmente presentes nas faculdades de medicina em análise. Caso exemplar entre os professores da FMRJ é o de Agostinho José de Souza Lima (1842-1921), nascido em Cuiabá (MT) e filho de Severiano José de Souza Lima, coronel e comandante do 2º batalhão de artilharia a pé da Bahia. Sua família se instalou em Niterói (RJ) em 1849, onde frequentou o ensino primário e, posteriormente, matriculou-se no Colégio Pedro II, obtendo o título de bacharel em letras em 1858. Com a morte de seu pai, em 1857, fica “em condições precárias entregue aos cuidados de uma tia [...] a cujo amparo deveu ter podido continuar os estudos; por seu lado ele já fazia pela vida ganhando um pouco de algumas lições particulares”⁶⁴⁷. Ingressando na FMRJ em 1859, passa a inserir-se nas posições de assistente, tanto através do lugar de pensionista no Hospital da Santa Casa, quanto pela condição de interno de clínica, cargos nomeados pelo diretor da respectiva faculdade. Concluindo o curso em 1864, instala-se como médico na fazenda de um amigo em Campo Grande (RJ), sendo nomeado no ano seguinte delegado da junta de higiene na região. Médico voluntário da Escola de Tiro, no Realengo (RJ), foi nomeado tenente-cirurgião do sétimo batalhão da guarda nacional, atuando na Guerra do Paraguai. A partir do conjunto de inserções “voluntárias”, “conseguiu um lugar” de médico interno na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, nomeado, em seguida, ajudante do diretor do serviço sanitário da instituição. No ano de 1868, propôs-se a assumir em comissão o lugar de opositor de ciências assessórias na FMRJ, assumindo como diretor da oficina de farmácia e preparador de química.

⁶⁴⁴ João Alfredo – Correspondência. Disponível em:

⁶⁴⁵ VASCONCELOS e VASCONCELOS (1918, p. 596).

⁶⁴⁶ BENCHIMOL (1999, p. 247).

⁶⁴⁷ CARVALHO (1902, p. 301).

Os investimentos prolongados na ocupação de cargos na faculdade, particularmente aqueles de assessoria aos professores titulares, garantem-lhe a nomeação como opositor efetivo, alcançando em 1877 a cátedra de medicina legal. Nesse período era presidente da junta sanitária de São José (RJ), membro da junta central de higiene, sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em 1882, é nomeado por José Ildefonso de Souza Ramos – Visconde de Jaguari, provedor da Santa Casa, diretor do Hospício Pedro II, em seguida, médico do Recolhimento de Santa Teresa, e ingressa na Academia de Medicina, da qual se tornará presidente (1883-1889, 1896-1897, 1900-1901). Com a instalação do regime republicano, é convidado por Cesário Alvim para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Higiene, no qual permanece pouco tempo em decorrência de conflitos políticos, em 1890 é nomeado para o Conselho Superior de Instrução, em 1892, assume como professor de medicina legal na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, e em 1893 é nomeado Diretor de Higiene e Assistência Pública na cidade do Rio de Janeiro. Além do conjunto de cargos de nomeação que compõe sua carreira, Agostinho de Souza Lima compôs várias comissões destinadas à elaboração de pareceres para o governo imperial e, posteriormente, para o republicano. Relativamente a FMPA, o caso mais significativo e melhor documentado é o de Tristão de Oliveira Torres, descendente de uma família de oficiais militares, comandantes da guarda nacional e estancieiros no Rio Grande do Sul, como já relatado. A carreira de Tristão Torres passa pelo exercício da medicina liberal e pela circulação em instituições culturais e de socialização da “boa sociedade”, em Porto Alegre, tal como a Sociedade Cultural e Bailante Imperial. O conjunto das informações sobre sua carreira são escassos, cujas indicações mais gerais apontam para o período republicano, quando foi eleito para a Assembleia Estadual Constituinte, em 1891, permanecendo até 1895. Admitido como médico da Santa Casa de Misericórdia, torna-se, também, adjunto do Hospício São Pedro, e compõe o grupo de fundadores da FMPA, na qual foi professor de química experimental. Em 1901, é nomeado diretor do Hospício São Pedro, permanecendo no cargo até 1908, assumindo, posteriormente, como diretor da clínica médica de homens e isolamentos na Santa Casa.

No oposto dessas posições, situam-se os filhos de profissionais liberais, cuja gama de possibilidades de carreira e as relações com o ensino superior, os aproximam das frações mais ligadas à política. Ilustrativo da diversidade de investimentos e usos do diploma escolar é o caso de Érico Marinho da Gama Coelho (1849-1922), nascido em Cabo Frio (RJ). Descendente de uma família cujos investimentos remetem a obtenção de diplomas de ensino superior e ao investimento no exercício da política local no Rio de Janeiro. Seu pai, Dr. Jacinto José Coelho, era chefe político local em Cabo Frio (RJ) e foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos

Advogados no Rio de Janeiro. Irmão de Marcelino da Gama Coelho, formado pela FDSP, advogado, deputado e procurador geral do ministério público do Rio de Janeiro (1863-1893); Érico Marinho concluiu o curso médico na FMRJ em 1870, especializando-se em obstetrícia e ginecologia, e passou a clinicar em São Fidelis (RJ), onde foi vereador e presidente da câmara municipal. Os investimentos no exercício da medicina e na política local, se refletem na nomeação para o cargo de promotor em Pirai (RJ), e juiz municipal e Cabo Frio, onde sua família dispunha de influência política. Ingressando no Partido Conservador, elegeu-se deputado provincial por duas legislaturas. Independente dos discursos laudatórios destinados a consagrar um trajeto de ascensão social de um “obscuro médico provinciano” a se “bater em leal pugna científica com os mais afamados parteiros da Corte”⁶⁴⁸, um conjunto de cargos de mando político representava a principal credencial para Érico Marinho ser nomeado, em decorrência da reforma do ensino médico de 1884, à cátedra de clínica obstétrica e ginecológica recém-criada, e alcançar a Academia de Medicina, em 1886. No período final da monarquia, ingressa nas fileiras de militância pró-república, fundando o jornal *O Povo* e, ao lado de Quintino Bocaiuva, funda o primeiro clube republicano no Rio de Janeiro e passa a integrar o Partido Republicano Fluminense, fundado em 1888. Esses engajamentos implicam diretamente em sua carreira, sendo nomeado diretor da FMRJ após a instauração do regime republicano e responsável pela elaboração do projeto de reforma dos estatutos da faculdade. Nesse mesmo período, foi eleito deputado federal constituinte, permanecendo na Câmara Federal quase ininterruptamente até 1906, quando é eleito senador. Após a conclusão de seus mandatos no senado, em 1918, passa a dirigir a Maternidade do Rio de Janeiro.

No que tange à FMPA, relativamente ao polo dos filhos de profissionais liberais, o caso de Protasio Antônio Alves (1859-1933) é ilustrativo. Nascido em Rio Pardo (RS) e descendente de uma família de boticários instalada na cidade. Seu pai, Patrício Antônio Alves, farmacêutico, proprietário de botica, delegado de polícia e presidente da câmara em Rio Pardo (RS), veio a falecer um ano após seu nascimento, ficando ao encargo de sua mãe e irmão mais velho. Deslocando-se para Porto Alegre com a mãe e o padrasto, um “agente da Companhia de Navegação”⁶⁴⁹, Protasio Alves ingressa no Colégio Gomes, onde conhece Júlio Prates de Castilhos e João Dault Filho⁶⁵⁰ e, em 1877, transfere-se para o Rio de Janeiro para cursar medicina. Durante o período na Capital do Império, engaja-se no movimento de oposição à monarquia, fundando com outros estudantes rio-grandenses que se lá se encontravam, o Clube

⁶⁴⁸ *Apud* CARNEIRO (2010, p. 18).

⁶⁴⁹ CAMPOS e D’AZEVEDO (2005, p. 38).

⁶⁵⁰ *Ibidem*.

Evolucionista e o Clube 20 de setembro. Concluindo o curso médico na FMRJ, em 1881, é nomeado diretor da Comissão Sanitária de Florianópolis⁶⁵¹, empreende uma viagem a Paris e Viena, com o apoio de seu padraсто⁶⁵², e retorna para Porto Alegre, instalando consultório. Ao que tudo indica, a passagem e especialização no exterior se constituíam como um trunfo de afirmação e legitimidade.

Dr. Protasio Alves,

Formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, tendo praticado nos hospitais de Viena e Paris, dá consultas, das 11 ao meio dia, na farmácia Otto Marquadson, rua Silva Tavares, e das 2 às 3 na sua residência, rua General Câmara, onde também recebe chamados a qualquer hora do dia ou da noite.

Especialidades

Operações, partos, moléstias de senhoras, das vias urinárias e laringe.

Grátis aos pobres, quer no consultório, quer em sua casa⁶⁵³.

Ligado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), amigo e médico pessoal de Júlio de Castilhos, com a instalação do regime republicano, Protasio Alves é nomeado delegado de polícia, em seguida, eleito deputado à Assembleia Estadual Constituinte, sendo presidente da Assembleia Legislativa. Além disso, “mantinha contato assíduo” com diversas figuras que gravitavam no cenário político rio-grandense, dentre as quais: Borges de Medeiros, Octávio Rocha, Martinho Chaves e Oswaldo Aranha⁶⁵⁴. Em 1892, integra a comissão de fundação da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, a convite de Júlio de Castilhos, assume como Diretor de Higiene do Rio Grande do Sul, em 1895, e em 1897, funda o Curso de Partos na Santa Casa de Misericórdia, juntamente com Deoclécio Pereira, Carlos Nabuco e Sebastião Leão. Essas associações, mais a União Farmacêutica, estão na base de constituição da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em 1898, da qual Protasio Alves será diretor até 1907. No ano de 1900, era tenente-coronel cirurgião de divisão da guarda nacional do Rio Grande do Sul⁶⁵⁵, e em 1906 é nomeado Secretário do Interior do estado, cargo que vai exercer até 1928. Ao longo desse período, mantém-se como diretor de enfermaria na Santa Casa, cargo sustentado mesmo quando licenciado por conta dos cargos públicos ocupados. A extensão das redes de Protasio Alves na política rio-grandense é significativa, tanto pelo conjunto de cargos ocupados, os quais dão, inclusive, sustentação à faculdade criada sob seus auspícios e de outros médicos-

⁶⁵¹ FRANCO e RAMOS (1943, p. 132).

⁶⁵² CAMPOS e D’AZEVEDO (2005, p. 43).

⁶⁵³ A Federação, Porto Alegre, 25 de novembro de 1885, p. 3.

⁶⁵⁴ CAMPOS e D’AZEVEDO (2005, p. 129).

⁶⁵⁵ Diário Oficial da União, 4 de outubro de 1900, p. 1.

políticos fortemente ligados ao PRR, tais como Deoclécio Pereira Sertório, Vitor de Britto e Tristão de Oliveira Torres, quanto pelo exercício do cargo de vice-governador do estado entre 1918 e 1928.

5.1.3.2 Professores das faculdades de direito

As principais oposições que constituem as carreiras dos professores dos cursos jurídicos, se definem na relação entre as diferentes instituições e bases sociais. Considerando o polo mais diretamente associado ao estado, os filhos de altos funcionários do Império estão exclusivamente ligados às faculdades livres do Rio de Janeiro, em que o caso de André Antônio de Pádua Fleury (1830-1898) é ilustrativo. Nascido em Cuiabá (MT), filho de Antônio de Pádua Fleury, tenente, deputado provincial e presidente de Goiás, e sobrinho de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, padre, membro da junta governativa de Goiás pós-independência, presidente de Goiás, deputado provincial e deputado geral⁶⁵⁶. Seu irmão, Augusto Cesar de Pádua Fleury, também se diplomou pela FDSP, em 1860, foi secretário no Rio Grande do Sul, deputado geral e magistrado pelo Mato Grosso, “onde se casou e formou fortuna”⁶⁵⁷. Concluindo o curso de bacharel em ciências e letras pelo Colégio Pedro II, André Fleury ingressou na FDSP, diplomando-se em 1853. Nomeado juiz municipal em Santa Cruz de Goiás (GO), em 1854, exonera-se do cargo e parte para o Rio de Janeiro, onde instala-se como advogado e é nomeado para a Secretária dos Negócios da Justiça do Império, da qual chegará a ser diretor. Nesse período, casa-se com Paulina Faro, mas não sem antes consultar e informar a família sobre a origem da futura esposa.

Sua família é muito boa e das primeiras desta Corte.
Nabuco acha que esta aliança me convém muito. Eu não estou cego, não.
Sua educação me agrada. Ela aparece na alta sociedade [...] Seu pai é fazendeiro e proprietário⁶⁵⁸.

A estratégia matrimonial enquanto investimento, reconhecida pelo pretendente e por seu amigo, Joaquim Nabuco, com quem trabalhava na Secretaria dos Negócios da Justiça,

⁶⁵⁶ AMORIM (2015).

⁶⁵⁷ ALMEIDA NOGUEIRA (1908, v. 3, p. 227).

⁶⁵⁸ *Apud* NASCIMENTO (2003, p. 32).

denota o conjunto de mecanismos que estão associados às estratégias de reprodução social e de manutenção da dominação. Fleury permanece na Secretaria dos Negócios da Justiça até 1876, nesse meio tempo, foi presidente do Espírito Santo (1863), do Paraná (1864-1866), sendo nomeado pelo imperador para representar o Brasil no II Congresso Internacional Penitenciário de Estocolmo, em 1878. Após seu retorno, passa a integrar a comissão inspetora da Casa de Correção da Corte, é nomeado presidente de Santa Catarina (1878-1879), do Ceará (1880-1881), diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (1883-1890) e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883). Além disso, foi deputado provincial em Goiás e deputado geral pelo Mato Grosso.

Igualmente próximos ao polo mais político, estão os filhos de deputados, presente no conjunto das instituições de ensino jurídico em pauta. No caso as FDSP, é ilustrativa a carreira de Jesuíno Ubaldo Cardoso de Mello (1865-1936). Nascido em Areias (SP), filho do Dr. José Joaquim Cardoso de Mello, vereador e presidente da câmara municipal de Areias, deputado provincial, secretário de governo, inspetor do tesouro estadual e chefe de polícia⁶⁵⁹, e de Emiliana Gomes Guimarães, filha do tenente Jesuíno Ferreira de Guimarães, fazendeiro⁶⁶⁰. Assim como seu pai, todos os seus irmãos destinaram-se a formação jurídica, o que constitui um elemento central no conjunto de oportunidades sociais e de carreira (Quadro 12). José Joaquim Cardoso de Mello Junior, juiz de direito, chefe de polícia e advogado; Joaquim Alberto Cardoso de Mello, advogado e juiz de direito; Alberto Gomes Cardoso de Mello, advogado; Raul Renato Cardoso de Mello, advogado e delegado de polícia.

Quadro 12

Família Cardoso de Mello e a Faculdade de Direito de São Paulo

José Joaquim Cardoso de Mello	1858
José Joaquim Cardoso de Mello Júnior	1880
Jesuíno Ubaldo Cardoso de Mello	1885*
Joaquim Alberto Cardoso de Mello	1891
Alberto Gomes Cardoso de Mello	1893
Raul Renato Cardoso de Mello	1896

Fonte: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo.

* Diplomado na Faculdade de Direito de Recife (PE).

⁶⁵⁹ Projeto de Lei nº 126, de 1953. Câmara Municipal de São Paulo.

⁶⁶⁰ Almanak da Província de São Paulo (1873, p. 252).

Jesuíno realizou até o quarto ano do curso jurídico em São Paulo, transferindo-se para Recife, onde obtém o título em 1885. Após formar-se, regressa para São Paulo, onde começa a advogar e torna-se chefe-proprietário do jornal *A Gazeta do Povo*, através do qual engajou-se na propaganda abolicionista e republicana. Nesse período, casou-se com Clotilde Barreto, filha de Luiz Pereira Barreto, médico, proprietário, deputado estadual e presidente da Assembleia Constituinte de São Paulo. “Amigo dedicado”⁶⁶¹ de Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiuva, assistiu a proclamação da república e, por decreto de 1891, foi nomeado professor catedrático de direito pátrio constitucional e administrativo da FDSP. Em seguida, foi delegado auxiliar de São Paulo, deputado federal (1909-1911), secretário da presidência da república e ministro do tribunal de contas da união.

No caso das faculdades livres do Rio de Janeiro, é ilustrativo o caso de João Carneiro de Souza Bandeira (1865-1917). Nascido em Recife (PE), filho de Antônio Herculano de Souza Bandeira, professor da Faculdade de Direito do Recife, deputado geral, a relação entre investimentos familiares e instituições de ensino superior indica uma divisão do trabalho e a multiplicação das frentes de atuação. Seus quatro irmãos obtêm títulos de ensino superior: Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, bacharel em direito em Recife, advogado, presidente das províncias da Paraíba e do Mato Grosso; Raimundo Carneiro de Souza Bandeira, médico pela FMRJ, deputado federal, professor do Ginásio Pernambucano; Manuel Carneiro de Souza Bandeira, engenheiro pela Escola Central do Rio de Janeiro, engenheiro do Ministério da Viação e Obras públicas; Raimundo Carneiro de Souza Bandeira, médico pela FMRJ, diretor do Hospital dos Estrangeiros, deputado federal. Após formar-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1884, transfere-se para o Rio de Janeiro, onde passa a advogar, contando com as boas relações de seu pai. O capital de relações sociais ligado ao grupo familiar lhe permite a inserção como professor na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, a partir de 1891, e nos círculos literários, notadamente pela frequência à redação da *Revista Brasileira*, onde se encontrava com Machado de Assis, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Alfredo Taunay, entre outros. Empreendeu uma viagem pela Europa, passando pela Itália, França, Alemanha e Suíça, e exerceu vários cargos de representação diplomática brasileira. As relações estabelecidas nos círculos literários, renderam-lhe a eleição para a ABL, em 1905, assim como redes de sustentação de sua carreira associam-se à sua nomeação para Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal.

⁶⁶¹ Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, 1965, p. 385.

Com posições sociais de origem estruturalmente mais elevadas, os filhos de senadores, ministros e conselheiros do Império se colocam de modo significativo no polo mais político. De modo bastante significativo, trata-se de uma classificação que predomina nas faculdades livres do Rio de Janeiro, enquanto a FDSP dispõe de um caso. No que tange aos cursos jurídicos do Rio de Janeiro, a carreira de Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939) é exemplar. Nascido na Paraíba do Sul, o conjunto de seu grupo familiar está fortemente ligada ao comando político e militar no Maranhão⁶⁶². Bisneto do capitão-mor Domingos Alves de Souza, e de Euzébia da Conceição Alves de Souza, “possuidora de grande fortuna e de muitos escravos”, neto do capitão Fernando Mendes de Almeida, presidente da câmara de vereadores de Caxias (MA), e filho de Candido Mendes de Almeida, senador do Império. Formado em ciências e letras pelo Colégio Pedro II, e posteriormente em direito pela FDSP, retorna ao Rio de Janeiro, local onde a família se encontrava instalada por conta do mandato senatorial de seu pai, e ingressa na magistratura, deixando-a em seguida, para se dedicar a advocacia ao lado de seu irmão, Fernando Mendes de Almeida, fundador da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. De modo geral, há uma lógica familiar nos empreendimentos de Cândido Mendes, atuando normalmente ao lado de seu irmão, tanto na direção do *Jornal do Brasil*, quanto na fundação da Escola Técnica de Comércio, em sociedade com o Visconde de Ouro Preto e seu filho, Afonso Celso. As estratégias acionadas como forma de manutenção do patrimônio se estendem para os investimentos matrimoniais, a partir dos quais casa-se com Maria da Glória Carneiro Leão, filha de Nicolau Neto Carneiro Leão – Barão de Santa Maria, proprietário, e neta de Honório Hermeto Carneiro Leão – Marquês do Paraná, proprietário, ministro do Império, presidente do conselho de ministros, presidente de província e senador. Em decorrência da atuação de seu pai na defesa da Igreja Católica durante a “Questão Religiosa”, recebe o título de conde da nobreza pontifícia. Atuou como representante do Brasil em diversos congressos penitenciários e de comércio, sendo presidente do Conselho Penitenciário da cidade do Rio de Janeiro.

No polo representado pela FDSP, é exemplar o caso de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (1847-1898). Filho de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho – Visconde de Sepentiba, bacharel em direito em Coimbra, juiz de fora e ouvidor em Ouro Preto (MG), intendente geral de polícia e desembargador na Relação da Corte, presidente de São Paulo e do Rio de Janeiro, deputado geral, senador, quatro vezes ministro, vice-presidente e sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; e de Narcisa Emília de Andrada Vandelli, dama

⁶⁶² SANTIROCCHI (2014).

de honraria da Imperatriz, neta de José Bonifácio de Andrada e Silva⁶⁶³. Formado bacharel em direito pela FDSP em 1870, Aureliano Coutinho retorna ao Rio de Janeiro, onde passa a advogar no escritório de Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Em 1874, é nomeado juiz municipal em Amparo (SP), posteriormente, juiz de direito em Prata (MG), removido para Barbacena (MG), e em seguida retorna à cidade do Rio de Janeiro, nomeado chefe de polícia, recebeu as honras e título de desembargador e é novamente nomeado juiz de direito, quando solicita “disponibilidade”. Estabelece-se em São Paulo como gerente da caixa filial do Banco do Brasil e, por conta da reforma dos cursos jurídicos ocorrida após a instauração da república, é nomeado catedrático de história do direito.

Igualmente próximos à burocracia do estado e ao poder político instituído, encontram-se os filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, cuja presença é equivalente nas instituições em análise. Relativamente à FDSP, um caso exemplar das relações entre origens sociais e chances e estratégias de carreira é o de Brasília Augusto Machado de Oliveira (1848-1919). Nascido em São Paulo (SP), filho do Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, deputado geral e presidente do Pará, Santa Catarina e Alagoas, seguiu seus estudos na sua cidade natal, passando pelo Seminário Episcopal e diplomando-se bacharel pela FDSP, em 1872. Nomeado promotor público em Piracicaba (SP), mais tarde em Casa Branca (SP), e em 1879, é nomeado inspetor do Tesouro Providencial paulista, deixando o cargo e ingressando como secretário no Tribunal da Relação de São Paulo. Em 1883 ingressa como substituto na FDSP e, com a ascensão do Partido Liberal, é indicado por José Bonifácio de Andrada e Silva para assumir a presidência do Paraná (1884-1885), ensaiando o acesso a cargos eleitorais, sem sucesso. Ao retornar a São Paulo, dedica-se majoritariamente ao jornalismo, publicando assiduamente em *Tribuna Liberal*, *O Constituinte*, *Diário da Manhã* e *O Federalista*, e a advocacia. As funções docentes serão retomadas somente após a instauração da República, com a nomeação para catedrático de filosofia do direito em 1890, cadeira da qual se transfere, posteriormente, para a de direito comercial. No início do governo republicano, ensaia a fundação do Partido Católico, juntamente com José Rubino de Oliveira, José Vicente de Azevedo, Francisco Teixeira de Miranda Azevedo, Luiz Gonzaga da Silva Leme, Aureliano Coutinho, Rafael Correia da Silva e Porfírio de Aguiar. A defesa das “causas da Igreja Católica” lhe rende várias distinções do Vaticano, culminando no título de Barão pontifício. Imerso nos debates culturais do período, participa da fundação da Academia Paulista de Letras e, por conta da reforma do ensino superior de 1911, é nomeado presidente do Conselho Superior de Ensino.

⁶⁶³ VASCONCELOS e VASCONCELOS (1918, p. 473).

Em se tratando dos cursos jurídicos do Rio de Janeiro, é ilustrativo o caso de Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920), professor da FLDRJ. Seu avô paterno, Bento Anes do Amaral Gurgel, capitão comandante da vila das Lages (SC), era proprietário de terras, destinada a criação de animais, e de escravos; seu pai, capitão Francisco das Chagas do Amaral Gurgel, mantém as propriedades e as atividades da família, atuando na condução de tropas para São Paulo. Sua mãe, Gertrudes Palmeiro, era filha do português Joaquim José Palmeiro, capitão do regimento de caçadores do Minho⁶⁶⁴, instalado no Rio Grande do Sul. Nascido em Lapa (PR), diplomou-se na FDSP em 1867, e se instalou em Sorocaba (SP), onde abriu escritório de advocacia. O local de destino decorre das alianças matrimoniais com Rosa Cândida de Oliveira, filha do tenente-coronel José Joaquim de Oliveira e de Maria Cândida de Barros, esta era filha do Capitão Francisco Xavier Paes de Barros, conhecido como “Capitão Chico de Sorocaba”, e irmã de Bento Paes de Barros – Barão de Itu, e de Antônio Paes de Barros – Barão de Piracicaba⁶⁶⁵. Nesse contexto, torna-se um dos líderes da campanha para o lançamento da Estrada de Ferro Sorocaba, diretamente atrelada ao interesse dos proprietários para o escoamento da produção cafeeira, e atua como vereador na câmara municipal. Em condições sociais de dedicar-se aos investimentos culturais, funda e dirige o Gabinete de Leitura de Sorocaba, e atua no jornalismo político através do lançamento de jornais, tais como Sorocabano e Ipanema. Em 1874, transfere seu escritório para a cidade do Rio de Janeiro, a convite de Joaquim Saldanha Marinho, e atua como “consultor jurídico”. Em 1884, é nomeado membro do Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e, a partir da instauração do regime republicano, passa a ocupar uma série de cargos públicos eletivos e por nomeação: Inspetor da Alfândega (1889); senador à Assembleia Nacional Constituinte (1891-1894); Presidente da Comissão Inspetora da Casa de Correção; Presidente do Conselho de Intendência Municipal do Rio de Janeiro; Embaixador do Brasil à corte permanente do Tribunal de Haia. Em 1894, ainda durante o mandato senatorial, foi indicado por Prudente José de Moraes e Barros, Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual permaneceu até 1896, exonerado a pedido. Nomeado prefeito do Rio de Janeiro, em 1897, diretor do Banco da República e membro do Conselho da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, em 1903, diretor do Banco do Brasil, em 1909. Em paralelo ao conjunto desses cargos ocupados, Ubaldino do Amaral foi professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

No que tange ao polo relativamente mais econômico, os padrões de relação se mantêm fortemente atrelados a ocupação de múltiplos cargos, principalmente aqueles por nomeação. As

⁶⁶⁴ Gazeta de Lisboa, n. 157, 5 de julho de 1833, p. 327.

⁶⁶⁵ LEME, v. 2 e 3 (1904).

posições dominantes nesse polo, representadas pelos filhos de proprietários, estão presentes em todas as faculdades em pauta, enquanto as posições dominadas, filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros, somente na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Com relação aos filhos de proprietários, é exemplar o caso de Benedito Cordeiro de Campos Valadares (1848-1929). Nascido em Pitangui (MG), faz parte de uma vasta parentela tem origem em sua avó, Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, conhecida como Joaquina do Pompéu, proprietária, “quando morreu [...] em seu testamento constavam 11 fazendas, 40 mil cabeças de gado e algumas centenas de escravos, fora baixelas de prata e bandejas e barras de ouro, entre outros tesouros”⁶⁶⁶. “Senhores do oeste mineiro”, a extensão das relações familiares que constituem seu domínio engendra a organização dos conflitos políticos no período enquanto “guerras de clã”.

Na eleição da Iª Junta Governativa de Minas, Pitangui é representada por um Álvares da Silva, um Cordeiro Valadares, um Dias Maciel, entre outros. Em todo o transcurso da Assembleia Provincial, nas legislaturas da Câmara Geral, estão presentes os Álvares da Silva – Campos – Cordeiro Valadares. O mesmo se verifica na República, sem interrupção, até os nossos dias. Durante o Império, a política de Pitangui bem cedo se dividiu entre liberais e conservadores. O grosso da família Álvares da Silva – Campos – Cordeiro Valadares, que já havia mandado para o cenário nacional uma figura como Martinho Campos, formava a falange liberal. Os conservadores tinham como seus elementos integrantes os Capanema e Lopes Cançado. Embora entrosadas entre si essas famílias, a descendência patrilinear definia a filiação política. Representantes de ambas as facções sucedem-se nas assembleias políticas, os Álvares da Silva – Campos – Cordeiro Valadares em maior número. E a divisão política continuou. Na Iª República, os liberais passaram a chamar-se localmente gonçalvistas, dirigidos que eram por José Gonçalves de Souza, o qual, embora mais aparentado com os Lopes Cançado, foi dirigir os Álvares da Silva-Cordeiro Valadares, a cuja família, por intermédio do ramo Baía, ligara-se pelo casamento; ao passo que os conservadores se denominaram “vasquistas”, chefiados por um Lopes Cançado, que se chamava Vasco Azevedo.

A luta permanece até hoje e na memória dos velhos é lembrança que não morre na orientação política.

Conta-se a propósito que, em 1935, o velho senador Antônio Benedito Valadares, que era então constituinte estadual, ao saber que aqui chegara o ministro da Educação Gustavo Capanema, apressou-se em ir ao Palácio da Liberdade advertir o mano governador:

- Não te esqueças, Benedito, que esse Capanema é um conservador... (HORTA, 1986, p. 133).

⁶⁶⁶ NORONHA (2008).

Filho de Francisco Cordeiro dos Campos Valadares⁶⁶⁷, médico e proprietário, Benedito Valadares formou-se bacharel na FDSP em 1873, retornando a Minas Gerais, monta banca de advogado, atua como promotor e elege-se deputado provincial pelo Partido Liberal (1874-1879), e deputado geral em 1885, com a ascensão do gabinete liberal presidido por Manuel Pinto de Souza Dantas. Atuou no jornalismo político e, com a proclamação da república, elege-se deputado estadual à Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, e deputado federal por Minas Gerais (1891-1896). No Rio de Janeiro, foi nomeado diretor geral de instrução pública do Distrito Federal, no governo de José Cesário de Faria Alvim, também membro do Partido Liberal mineiro e, na república, do Partido Republicano Mineiro; e participou da fundação da FLDRJ, na qual assumiu a cadeira de direito civil.

No polo representado pela FDSP, um caso exemplar de filho de proprietário convertido aos cargos de professor de ensino superior é o de Antônio Januário Pinto Ferraz (1851-1933)⁶⁶⁸. Nascido em Campinas (SP), filho do comendador Antônio Pinto Ferraz, proprietário, e de Maria das Dores Ferraz, filha do major José de Souza Campos, sargento-mor e proprietário da Fazenda Atibaia. Como já referido anteriormente, inicia-se na advocacia ao lado de Martin Francisco, Antônio Carlos e Luiz Gama, atividade combinada com a de “lavrador”⁶⁶⁹. Atuando no jornalismo político, ingressa na condição de professor de ensino superior após a proclamação da república, quando é nomeado para a cadeira de explicação sucinta de direito pátrio e processual, em 1891, transferindo-se em 1896, para a cadeira de direito civil. Ligado ao Partido Republicano Paulista, elege-se senador estadual em 1904, com sucessivos mandatos até 1930. Nesse mesmo período, é nomeado diretor da FDSP, atuando como presidente das comemorações do centenário dos cursos jurídicos no Brasil.

Em uma posição relativamente dominada nesse polo em termos de recursos sociais, estão os filhos de comerciantes, negociantes e banqueiros, cujo caso exemplar é Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914). Nascido em Lagarto (SE), filho do “negociante abastado” André Ramos Romero, “português do norte, muito inteligente e muito satírico”⁶⁷⁰. Em sua reconstrução biográfica apresentada à resposta do Momento Literário (1902), Romero busca descrever os traços constitutivos de seu “caráter e temperamento”, atrelando-os, por um lado, às perdas familiares (mãe e irmã) decorrentes das epidemias que

⁶⁶⁷ MONTEIRO, v. 2 (1994, p. 695).

⁶⁶⁸ ALMEIDA NOGUEIRA, v. 2 (1908, p. 308-312).

⁶⁶⁹ Almanak da Província de São Paulo, 1873, p. 333.

⁶⁷⁰ ROMERO in JOÃO DO RIO (1902, p. 15).

atingiram Sergipe na segunda metade do XIX, por outro, a sua convivência no Engenho Moreira, pertencente a seus avós maternos⁶⁷¹. Em 1863, mudou-se para o Rio de Janeiro, para cursar os preparatórios no Ateneu Fluminense. A extensão de suas redes de relações familiares, particularmente na cidade do Rio de Janeiro (RJ), está imersa em suas próprias declarações: “no Rio há muita gente que conheceu e conhece toda a minha família. Os senadores Olímpio de Campos e Martinho Garcez⁶⁷² são do número”⁶⁷³. No ano de 1868, parte para Recife (PE), onde se matricula na Faculdade de Direito, concluindo em 1873. Inicia suas atividades na imprensa durante o segundo ano do curso jurídico, dirigindo o periódico *A Crença*, e contribuindo no *Americano*, *Correio de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco*, *Movimento*, *Jornal do Recife*, *República* e no *Liberal*. Com o diploma de bacharel, é nomeado promotor em Estância (SE), e se elege deputado provincial em 1874. Investindo na pesquisa histórica e na publicação de crítica literária, a primeira fase de sua produção intelectual culmina no *Romantismo no Brasil*, cuja principal crítica é o caráter exógeno da “escola literária”, “implantada” em um contexto social “não adaptado”⁶⁷⁴. O caráter crítico de suas proposições ocasiona as primeiras rupturas em sua trajetória, associadas as pretensões de acesso ao cargo de professor no Colégio de Artes de Recife (PE), e ao título de doutor em direito. No caso do primeiro, sua nomeação foi anulada, no segundo, entra em confronto com a congregação da Faculdade de Direito do Recife, abandonando o exame de título. Nesse contexto, transfere-se para o Rio de Janeiro, assumindo o cargo de juiz municipal em Parati (RJ), em 1875, e a partir de 1883, começa a colaborar em *O Repórter*, dirigido por Lopes Trovão. Inserido nos meios literários do Rio de Janeiro, passa a circular nas redações dos principais jornais de época, assim como ingressa como professor no Colégio Pedro II, em 1880. Após o advento da República, envolve-se de modo mais direto nos embates políticos, derrotado em suas pretensões eleitorais no Rio de Janeiro, regressa a Sergipe, onde se envolve dos conflitos políticos locais, se elege deputado estadual e, em seguida, deputado federal⁶⁷⁵. De volta ao Rio, integra o grupo fundador da Academia Brasileira de Letras, é nomeado membro do Conselho de Instrução Superior, e compõe o quadro docente da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 14.

⁶⁷² Foram colegas na Faculdade de Direito de Recife, “condiscípulo”, como referido por Silvio Romero (MENDONÇA, 1938, p. 46).

⁶⁷³ Ibidem, p. 15.

⁶⁷⁴ MENDONÇA (1938, p. 85).

⁶⁷⁵ Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana – CPDOC / FGV.

De modo sintomático, os dois casos associados a classificação ocupacional de origem que remete às profissões liberais e passíveis de serem especificados estão na FDSP, sendo que um deles é de Augusto Cesar Miranda de Azevedo (1851-1907), médico e professor de medicina legal e higiene pública. Nascido em Sorocaba (SP), e filho do Dr. Antônio Augusto Cesar de Azevedo, bacharel em direito, ingressa no Colégio Pedro II e, posteriormente, na FMRJ, concluindo o curso médico em 1874. Fortemente engajado na propaganda republicana, é signatário do Manifesto Republicano de 1870, diretor do jornal *A República* (RJ), e colaborador n' *A Província de São Paulo*, além de redator da *Revista Médica do Rio de Janeiro*. Em paralelo a atividade jornalística, atua como clínico no Rio de Janeiro, posteriormente em Guaratinguetá (SP) e Cruzeiro (SP), mas vai fixar-se em São Paulo (SP), principalmente após a instalação do regime republicano, quando é nomeado professor na FDSP. Membro da comissão permanente do Partido Republicano Paulista, é eleito deputado estadual (1891-1892, 1895-1900), ocupando a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo, e em 1900 é eleito deputado federal. Com inserção significativa na sociedade paulistana, participa da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895), e da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, instalada em 1912. O outro caso é o de Joaquim Ignácio Ramalho (1809-1902), nascido em São Paulo (SP), filho do cirurgião espanhol José Joaquim de Souza Saquette, morto logo após seu nascimento, é tomado como adotivo pelos irmãos Antônio Nunes Ramalho e Anna Felisberta Ramalho, sobre os quais não se dispõe de informações. Ingressando em uma das primeiras turmas do curso jurídico de São Paulo, obtém o grau de bacharel em 1834, e o de doutor em 1835. No mesmo ano de sua formatura, é nomeado professor de filosofia racional e moral no Curso Anexo à FDSP, e em 1836, passa a professor substituto da mesma instituição, chegando a catedrático em 1854. Nesse meio tempo, monta banca de advogado, chega a vereador em São Paulo (SP), é nomeado presidente de Goiás, por onde se elege deputado geral em 1848, e conquista uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo, permanecendo por duas legislaturas. Em 1874, faz parte da fundação do Instituto dos Advogados de São Paulo, agraciado com o título de Barão de Ramalho, em 1883, é nomeado diretor da FDSP após a proclamação da república.

No polo relativamente mais baixo, situam-se os filhos de funcionário públicos, pequenos comerciantes, trabalhadores especializados ou militares (oficiais inferiores). Em se tratando de evidenciar os múltiplos recursos e espaços de atuação que compõe as carreiras, é ilustrativo da posição dos professores da FDSP o caso de João Pereira Monteiro (1845-1904). Nascido no Rio de Janeiro (RJ), filho de João Pereira Monteiro, “porteiro nos auditórios da

Corte do Rio de Janeiro”⁶⁷⁶, começou trabalhando no comércio, deixando a atividade para se matricular no Colégio Pedro II, onde se habilitou para matrícula na FDSP, em 1868. Se as origens sociais indicam uma posição mais baixa, o casamento com a filha de Manuel Antônio Duarte de Azevedo, bacharel em direito, presidente do Piauí, Alagoas e Ceará, professor catedrático da FDSP, deputado geral por São Paulo (SP), ministro interino da Marinha e ministro da justiça e negócios interiores do Império, se constituem como um canal de ascensão social e “profissional”. Ao concluir o curso jurídico em 1874, é nomeado curador geral de órfãos na primeira vara do Rio de Janeiro, promotor em São Paulo (SP), professor substituto da FDSP, em 1882, e no ano seguinte, professor catedrático. Advogado afamado⁶⁷⁷ e o jornalismo político no qual se engaja, criam as condições de possibilidade de investimento na política, o que ocorre novamente com o regime republicano, no qual se elege deputado à Assembleia Constituinte estadual e, juntamente com seu sogro, organiza o projeto do Código do Processo Criminal de São Paulo, em 1893. Nomeado vice-diretor da FDSP, é contratado pelo governo estadual para a redação do Código do Processo Civil e Comercial, e em 1901 assume a direção da faculdade. De modo geral, um conjunto de representações são elaboradas sobre a carreira de João Pereira Monteiro, notadamente associadas à ideia segundo a qual sua “carreira profissional e intelectual esteve toda atada à Academia de Direito de São Paulo [...] produziu vasta obra jurídica a ponto de nenhum outro lente equipará-lo”⁶⁷⁸. Isso se deve, em parte, a constituição de uma carreira menos extensiva no que tange à ocupação de cargos públicos (eletivos ou por cooptação); noutra parte, pela dedicação significativa à atividade de “consultoria jurídica”, principalmente ao governo de São Paulo, e a produção escrita.

⁶⁷⁶ Biografia – Academia Paulista de Letras. Disponível em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/patronos/671-patrono-da-cadeira-nº-22-joão-pereira-monteiro-júnior.html>

⁶⁷⁷ COUTINHO (1904, p. 340).

⁶⁷⁸ ADORNO (1988, p. 133).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho esteve centrado nas relações entre bases sociais e estratégias de carreiras relativamente às diferentes frações de elite tomadas para análise. De modo geral, o objetivo centrou-se na apreensão das condições de estruturação e diferenciação entre carreiras políticas e intelectuais, com vistas a apreender as possibilidades de objetivação social de diferentes espaços de atuação e sua autonomização. Os principais eixos de organização da pesquisa se definem pelos esforços em relacionar o conjunto mais geral de processos sociais em curso, às modalidades e estratégias de carreira em um contexto histórico e social específico, marcado pela transformação formal do regime político e, por consequência, das representações acerca dos princípios legítimos de excelência e legitimação. Desse modo, partiu-se da apreensão dos significados atribuídos às transformações políticas e sociais em curso, numa intenção de visualizar os princípios de hierarquização e os recursos valorizados pelos contemporâneos nos confrontos pela ocupação dos cargos e oportunidades abertas pela República. Esses esforços, foram conectados ao conjunto de determinantes sociais que são o fundamento das divisões e hierarquias e, além disso, estão na base das possibilidades de investimento e de realização das carreiras em diferentes esferas. Do mesmo modo, a extensão das transformações está fortemente atrelada aos modos e condições de aquisição de recursos que permitam o deslocamento – ou translação – das posições sociais, implicando diretamente nos processos de concorrência entre distintas frações de “classe”. Num contexto de estabilidade dos estratos sociais superiores, escorados na posse de recursos que mantêm uma raridade significativa durante todo o período em análise, em especial, os títulos escolares, configura-se uma aproximação situacional significativa entre as diferentes frações de elites em análise, favorecendo a objetivação de determinados modelos de excelência que tendem a ser transversais ao conjunto dos espaços de atuação.

Em termos gerais, o recrudescimento das disparidades sociais decorrentes do aumento populacional, contraposto a relativa estabilidade das posições socialmente dominantes, implica em uma dinâmica específica de estruturação das oportunidades sociais. Isso porque, o espaço no qual circulam os agentes em pauta tem toda chance de se constituir como um microcosmo social, no interior do qual as condições sociais de origem e as relações de reciprocidade têm peso determinante nas possibilidades e alcance das carreiras. Isso se conecta à própria hipótese

geral de trabalho, segundo a qual, a não objetivação de campos relativamente autônomos tem como decorrência o peso significativo dos processos de estratificação e exclusão social, favorecendo a restrição das oportunidades de carreira e a conseqüente clientelização daqueles que, pelo acúmulo de *handicaps*, veem suas chances reduzidas ou bloqueadas. Nessa dinâmica, a posição de mediação entre grupos e espaços sociais distintos torna-se dominante, ou seja, tende a consagrar aqueles que dispõem de condições de mobilizar recursos e distribuir signos de poder, notadamente aqueles dispensados pelo Estado e as instituições formais. Disso decorrem três fenômenos fundamentais: 1) a valorização significativa da política enquanto meio para a realização de determinados fins; 2) a personalização das estruturas de dominação; 3) os investimentos contínuos no reforço e legitimação de um aparato institucional e procedimental importado, fortemente atrelado aos esforços em dar um verniz de legitimidade e modernidade aos conflitos sociais que ocorrem por outros meios, notadamente o faccionismo e as estratégias voltadas para a acumulação de capital simbólico personificado, base para aquisição das demais formas de capital. Os investimentos contínuos na criação de instituições formais – partidos, sistema eleitoral, sistema de ensino, mas também instituições de consagração – conecta-se aos modos de eufemização dos da violência que fundamenta o modo de dominação vigente. A conexão entre a personalização das estruturas de dominação e a importação sistemática de tecnologias de dominação, implica na consagração os agentes envolvidos nesses processos, ao mesmo tempo em que institui os “modelos de excelência” e as carreiras de sucesso. De modo geral, isso funciona como um reforço dos mecanismos de estratificação social, ou seja, as condições sociais de tomar parte nessas lutas são significativamente elevadas. As conseqüências disso são, tanto a possibilidade efetiva de controle hierarquizado das entradas e alcance das carreiras, quanto a acumulação de posições e recursos que conduzem a uma atuação simultânea em vários espaços sociais e a manipulação de códigos diversos.

De fato, as possibilidades de diferenciação entre carreiras políticas e intelectuais conectam-se ao sistema geral de determinantes sociais, assim como às representações historicamente instituídas acerca dos princípios de hierarquização social. Nesse contexto, as instituições escolares ocupam uma posição central nas possibilidades de ascensão social aos que dispõem de condições de arcar com os custos dos diplomas. Isso ocorre pela própria raridade social desse tipo de recurso, e pelos efeitos de socialização agregativa decorrente da convivência nos bancos escolares. Sendo assim, um primeiro nível de possibilidades de carreira está atrelado aos processos de seleção social que excluem um contingente significativo dos concorrentes, o segundo liga-se ao capital de relações sociais passível de ser mobilizado por um determinado agente. Em grande medida, as condições sociais de origem definem a extensão

e qualidade das redes de aliados, de modo que o geral dos modos de hierarquização social e das carreiras se faz pelo acúmulo de recursos disponíveis. Ou seja, há uma sobreposição contínua de determinantes múltiplos, nunca redutíveis a uma relação linear de causa e efeito. Como a lógica particularista está na base tanto das formas de aquisição de recursos e o acesso aos cargos em disputa, quanto do reconhecimento do “mérito” necessário a legitimação nas nomeações, indicações e honrarias recebidas, estrutura-se um sistema de cumplicidade em cascata, no qual os agentes se encontram imersos. Desse modo, há uma adesão tácita às regras do jogo e aos modos pelos quais se configuram as oportunidades e estratégias de carreira.

O resultado mais geral disso é que, independentemente de os discursos de legitimação do regime político em ascensão apontarem para a ruptura com o “favoritismo” e os “privilégios”, as condições de diversificação das estratégias de carreira são significativamente limitadas. O principal desses canais de ascensão se constitui no “jornalismo político” do período de “propaganda republicana”. Os efeitos do engajamento nas “causas” do período são sentidos de modo mais direto no espaço político e entre os “homens de letras”. Em ambos os casos, o efeito principal decorre dos processos de socialização conectados às redes de contestação do regime monárquico e de reivindicação de uma “modernidade” específica. A consequência mais significativa da constituição de um espaço de contestação, fundamentalmente voltado para os questionamentos da estrutura centralizada de controle dos cargos e oportunidades sociais, vigente na monarquia, é a “condenação das heranças” e das “posições privilegiadas”, e a valorização progressiva dos certificados formais de competência. Contudo, como se buscou demonstrar, o valor formal dos diplomas dependia de seu reconhecimento, ou seja, não prescinde os esforços individuais para a inserção na estrutura de relações de reciprocidade, o que garante as pretensões ao cargo visado. Isso implica em um comprometimento efetivo e total que atravessa o conjunto das instituições formais e espaços de atuação. De certa forma, o caminhar da definição de “mérito” em direção a uma “capacidade mensurável”, funciona como um modo de eufemização das redes de relações personificadas subjacentes ao conjunto de títulos que compõe as biografias. Em outros termos, a regra formal neutraliza os particularismos inerentes às práticas de cooptação, notadamente pela correspondência entre os atributos formais exigidos e a representação oficial dos cargos.

As oportunidades de carreira, estruturadas pela passagem por instituições escolares ou pelo “jornalismo político” são, no entanto, dependentes das condições sociais de origem e dos contextos regionais. Assim, há uma relação significativa entre as classificações que indicam origens sociais mais baixas e um maior distanciamento do ensino superior, ou mesmo, maiores possibilidades de abandono dos cursos sem a obtenção dos diplomas. Esses limites associados

aos determinantes sociais, se refletem também nas “estreias profissionais”, sendo prováveis o ingresso em atividades como trabalhadores do serviços e comércio ou professores primários. Por outro lado, há uma tendência significativa de reprodução das posições de origem por parte de um conjunto de frações sociais, notadamente os filhos de oficiais militares ou da guarda nacional e os proprietários, os primeiros pelo investimento em diplomas associados ao “ensino militar” e as garantias estatutárias de “boas entradas” na carreira das armas, os segundos pela reprodução familiar das propriedades e estratégias matrimoniais, embora isso não prescindia a aquisição de diplomas, principalmente de direito. Do mesmo modo, por parte dos primeiros, ocorre um movimento significativo em direção aos diplomas escolares que abrem as portas para o mundo das profissões liberais, segundo a percepção dos contemporâneos, em decorrência da desvalorização parcial das carreiras militares. No que tange aos proprietários, evidencia-se uma divisão significativa entre as origens, investimentos escolares e destinos ligada aos eixos econômicos em transição. De tal modo, aqueles da zona açucareira atingidos de modo mais significativo pela desvalorização do produto e concorrência internacional, destinam seus descendentes para as faculdades de direito, notadamente Recife (PE), e a posterior ocupação de cargos no judiciário, enquanto os da zona de expansão econômica ligada à cafeicultura, tende ou ao engajamento cultural após a obtenção do diploma de direito, em especial no jornalismo político, ou às profissões liberais e a gestão da propriedade familiar, onde o diploma entra como uma espécie de consumo cultural.

Mais distantes dos fenômenos de contestação do regime político imperial pós 1870, estão aqueles que se destinam às faculdades de medicina, particionados entre os que investem no exercício da clínica e aqueles que se direcionam para as carreiras docentes. O caráter mais prático dos cursos médicos, inclusive, torna-os atrativos às frações sociais mais baixas, assim como caminho significativo para os filhos de profissionais liberais. Isso indica, de certa forma, a tendência a objetivação de um certo investimento familiar no exercício da medicina, decorrente da acumulação progressiva de reconhecimento e de espaços de atuação (hospitais, clínica, faculdades) associados às estratégias familiares de reprodução social. Um traço significativo dos diplomados nos cursos médicos, é que esses representam um conjunto significativo daqueles sobre os quais não se dispõem de informações sobre as origens sociais. Como o acúmulo de informações biográficas passa pela consagração social e “profissional”, fortemente dependente das relações com a política, é válido apontar para a tendência de um maior afastamento das faculdades médicas do universo da política. Uma tendência similar as estratégias voltadas a reprodução das posições iniciais se encontram entre os filhos das frações

ligadas à política imperial, fortemente voltados para a ocupação de cargos públicos eletivos ou por cooptação, em especial após a passagem pelas faculdades de direito.

Considerando que por um lado o conjunto das estratégias de reprodução social se estrutura com base nas “estreias profissionais”, por outro atrelam-se às divisões entre distintas frações de elite em pauta, conformando bases sociais e clivagens internas específicas, as quais só encontram sua efetiva realização quando tomadas em conjunto com as estratégias de inserção social e as relações de reciprocidade que subjazem às carreiras. Assim, se no caso dos “homens de letras” configura-se um espaço de atuação menos fechado por mecanismos de seleção social, internamente se constitui uma clivagem entre os filhos de frações ligadas a política imperial e convertidos às atividades culturais após a República, e os que advêm de posições sociais de origem mais baixas, portanto, mais sujeitos aos determinantes implicados nas próprias condições sociais de existência. Em geral, os primeiros tendem a monopolizar um conjunto variado de relações e de possibilidades de intermediação de interesses, principalmente com o poder político, o que constitui um complexo sistema de relações de dependência. Isso é reforçado, por um lado, pela própria restrição do mercado de bens simbólicos, o que implica nas condições bastante limitadas de “viver da pena”, por outro, conecta-se ao movimento histórico de ingresso dos “homens de letras” nos cargos burocráticos ou da diplomacia. Como ficou relativamente evidente, na base dessas diferenças de carreira, estão os mecanismos de hierarquização e consagração social, assim como as estratégias acionadas com vistas a oficialização das “reputações literárias”. Ocorre que, isso depende fortemente das relações de reciprocidade tecidas em diversos espaços de atuação e, igualmente, dos recursos de que dispõem os pretendentes à consagração, tanto a título pessoal como com relação às benesses do estado que são capazes de mobilizar. Ou seja, está em pauta a centralidade da posição de mediação entre diferentes espaços e instituições e seus efeitos nas hierarquias. O conjunto desses determinantes estruturam um modelo de carreira no qual, a dedicação às letras é apenas uma das múltiplas atividades e investimentos que perfazem os perfis dos “homens de letras”.

Em se tratando do espaço constituído pelas instituições de ensino superior, ocorre uma oposição significativa entre as faculdades de direito e as de medicina, tanto no que tange às estratégias de reprodução social implicadas na estrutura das carreiras docentes, quanto nas formas de relação com o poder político instituído. No caso das faculdades de direito, há uma relação mais evidente com os filhos de frações ligadas ao poder político imperial e o ingresso nas carreiras docentes, notadamente através da passagem por cargos no judiciário, pela atuação na imprensa ou pela ocupação de cargos públicos eletivos. No entanto, isso varia relativamente aos contextos institucionais específicos, como se viu, cabendo à Faculdade de Direito de São

Paulo uma maior associação com os filhos de deputados do Império, enquanto às Faculdades Livres do Rio de Janeiro, uma relação mais evidente com senadores, ministros, conselheiros e altos funcionários do Império. Em grande medida, as ligações das Faculdade de Direito com a política se expressam na tendência significativa de estreia na carreira “profissional” através da ocupação de cargos eletivos, o que se conecta às próprias concepções de carreiras de sucesso, objetivadas ao longo do tempo pelas imagens das “culminâncias” da cultura jurídica nacional. No que tange às Faculdades de Medicina, ocorre igualmente uma variação com relação aos contextos institucionais nos quais se desenrolam as carreiras. Atreladas aos processos de investimentos e às estratégias mobilizadas com vistas a ampliação ou manutenção das posições, essas instituições se configuram como redutos específicos de filhos de proprietários, oficiais militares ou da guarda nacional, profissionais liberais, comerciantes, negociantes ou banqueiros e altos funcionários do Império convertidos às carreiras docentes. As clivagens sociais que constituem as bases das carreiras relacionam-se às instituições específicas, de um lado, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mais diretamente associada aos filhos de proprietários e de altos funcionários do Império, enquanto a Faculdade de Medicina de Porto Alegre (RS) conecta-se mais significativamente aos filhos de oficiais militares ou da guarda nacional, profissionais liberais, comerciantes, negociantes ou banqueiros. As divisões regionais constituem, igualmente, modalidades distintas de ingresso nas carreiras profissionais, no caso do Rio de Janeiro, há um fechamento social mais significativo e uma relação mais direta com as estreias nos cargos iniciais das carreiras docentes, enquanto no Rio Grande do Sul, as associações mais significativas são com o exercício da clínica e a posterior conversão para os cargos no professorado. Em termos de carreiras, como ficou relativamente indicado, não há uma diferenciação significativa, o que tende a ser reflexo da objetivação de um determinado padrão de excelência profissional na medicina, fortemente atrelado ao exercício da docência, combinado com cargos de “direção” ou “chefia” em instituições médico-hospitalares, e/ou na burocracia pública, e o exercício da clínica particular. Em parte, a indiferenciação com relação às carreiras se deve ao fato que a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se constitui como o centro de formação da quase totalidade dos professores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (RS).

Por fim, o espaço constituído pelas carreiras políticas se desenrola em um contexto em progressiva diversificação, notadamente se comparado ao período monárquico. Isso se deve ao processo contínuo de abertura dos diferentes cargos às disputas eleitorais, consequência da “estadualização” dos conflitos políticos decorrentes da adoção do modelo federativo. No entanto, a relativa ampliação dos cargos em concorrência tem como contraponto a manutenção

de um sistema de participação eleitoral restritivo, atrelado ao controle faccional e as “guerras de clã”, princípio estruturante dos conflitos políticos do período. Em termos gerais, o conjunto das bases sociais das elites políticas relaciona-se mais diretamente aos filhos de proprietários e de oficiais militares ou da guarda nacional, o que retoma os fundamentos específicos de produção de resultados eleitorais do período, notadamente escorados no clientelismo político e na violência. Ocorre que, de modo geral, essas bases sociais se diferenciam relativamente aos cargos em pauta. No caso dos deputados federais, as associações se dão de modo mais significativo com os filhos de proprietários, de oficiais militares ou da guarda nacional e de profissionais liberais, enquanto para os senadores, ocorre uma associação significativa com os filhos de ministros, senadores e conselheiros do Império, e para os cargos executivos, com os altos funcionários do regime monárquico. Essas clivagens, conectam-se as próprias condições de realização de carreiras políticas, fortemente atreladas aos recursos familiares ou, no caso do período em pauta, da implantação hierárquica via intervenção federal. Em consonância com esse conjunto de condicionantes, está a dedicação prolongada aos cargos públicos (eletivos ou por cooptação), decorrente do exercício de cargos de mando político desde o período Imperial, o que constitui o perfil de parte significativa das elites políticas.

Em termos gerais, o conjunto dos condicionantes sociais que estão na base da estruturação dos diferentes espaços de atuação e carreiras, são estruturantes das relações de dependência e dos limites decorrentes da não universalização de instrumentos de reprodução social, notadamente do sistema de ensino. Isso tende a tornar o espaço no qual circulam os agentes relativamente restrito, configurado por um conjunto de similitudes sociais que favorecem a naturalização de um sistema de práticas fundadas em relações de reciprocidade, as quais são o fundamento para os diversos deslocamentos possíveis nas carreiras. Nesse sentido, são significativamente importantes os modos de constituição dessas relações e, em grande medida, sua natureza e mescla com outros tipos de recursos. Ou seja, diferenciam-se as oportunidades de carreira e as estratégias daqueles que tem na herança familiar parte de suas redes de sustentação social e “profissional”, daqueles que as constituem ao longo dos trajetos através da socialização escolar, militância e/ou alianças políticas. Contudo, independente do peso que tem o conjunto das relações de reciprocidade que funcionam como facilitadores de acesso aos cargos ou “honrarias” visadas, isso não prescinde os determinantes mais gerais que impactam nas divisões e clivagens sociais. Quer dizer que as possibilidades efetivas de constituição de carreiras e as modalidades de investimentos e estratégias são multicausais, configurando modos específicos de destinos de acordo com as origens, escolarização, inserção em relações de reciprocidade, carreiras e disponibilidade de recursos a serem empregados nas

relações de transação que sustentam as posições sociais, cargos e seus desdobramentos futuros. Verifica-se, portanto, uma tendência significativa ao acúmulo de cargos e posições em diversos espaços de atuação, assim como a transposição das hierarquias constituídas e sua penetração transversal no conjunto de instituições e espaços que compõe as trajetórias. De tal modo, as estratégias tendem a estar voltadas à acumulação e gestão do capital de relações sociais e aos investimentos na política, o que torna as carreiras fracamente diferenciadas, notadamente no que tange aos princípios que fundamentam as hierarquias em diferentes espaços de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia de referência teórico-metodológica

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos estudos – CEBRAP**, 1988, p. 30-56.

_____. A pré-revolução de 1930. **Novos estudos – CEBRAP**, 1987, p. 17-21.

_____. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (org). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-207.

_____. O fardo dos bacharéis. **Novos estudos – CEBRAP**, nº 19, 1987, p. 68-72.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000, p. 35-55.

_____. **Idéias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira republica. **Novos Estudos – CEBRAP**, 85, 2009, p. 131-148.

ANCEAU, Éric. Les écoles du Parlement : les types de formation des parlementaires : In : MAYEUR, Jean-Marie ; *et all.* **Les parlementaires de la troisième république**. Paris : Publications de la Sorbonne, 2003, p. 167-196.

ANDERSON, Robert D. **Universities and Elites in Britain since 1800**. Great Britain: Cambridge University Press, 1995.

ANJOS, José Carlos Gomes. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas e definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Cabo Verde: INIPC, 2006.

ATTAL, Frédéric. **Histoire des intellectuels italiens au XX siècle : prophètes, philosophes et experts**. Paris : Les Belles Lettres, 2013.

BAD, Maria. Les limites du dicible : remarque em marge de la note sur la sociologie en Hongrie. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 61, mars 1986. pp. 52-54.

BADIE, Bertrand. **L'État importé: L'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris : Fayard, 1992.

- BADIE, Bertrand y HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BAILEY, Frederic G. "Gifts and poison". In: _____. Gifts and poison: the politics of reputation. Chicago, Aldine, 1968, p. 1-25.
- BARNES, J. A.. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- BESANÇON, Alain. **Éducation et société en Russie**. Paris : Mouton, 1974.
- BECKER, Howard S. Biographie et mosaïque scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 62-63, 1986, pp. 105-110.
- BEST, H. e GAXIE, D. Detours to modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in republican France 1848-1999. In: Best, H. e Cotta, M. (eds.). **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000; Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford : Oxford University Press, 2000, p. 88-137.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Bases sociais da prática da corrupção no Brasil**: reflexões a partir da análise de dois "casos de corrupção". GT Antropologia e história no estudo da construção dos poderes públicos; XIX Reunião da ABA, 1994.
- BILAND, Émilie *et al.*, « Ceteris (non) paribus ? » : Combiner régression logistique et analyse des données pour étudier les arrangements pratiques des personnes handicapées ou dépendantes. **Genèses**, 2008/4 n° 73, p. 37-56.
- BIRNBAUM, Pierre. **Les sommets d'État**: essai sur l'élite du pouvoir en France. Paris : Seuil, 1994.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando "Amigos de amigos, redes sociais, manipuladores e coalizões". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- _____. Patronage in Sicily. **Man**, v. 1, n° 1, 1966, p. 18-33.
- BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnels et habitus de classe. **Revue Française de Sociologie**, v. 14, n. 1, 1973, p. 3-26.
- _____. Taxinomies savants, taxinomies populaires : les objets de consommation et leur classement. **Revue française de sociologie**, 11-1, p. 34-44, 1970.
- BOURDIEU, Pierre et SAINT-MARTIN, Monique. Anatomie du gout. **Actes de la recherche en sciences sociales**. vol. 2, n. 5, 1976. pp. 2-81.
- _____. **Agrégation et Ségrégation**. Actes de la recherche en sciences sociales, n. 69, 1987.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et société**, v. 7, n. 1, 1975, p. 91-118.

_____. L'invention de la vie d'artiste. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, n. 2, 1975, p. 67-93.

_____. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. **La noblesse d'État** : grandes écoles et esprit de corps. Paris : Les Editions de Minuit, 1989.

_____. Le champ littéraire. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 89, 1991, p. 3-46.

_____. Les modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n° 2-3, 1976, p. 122-132.

_____. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Réponses**: pour une anthropologie réflexive. Paris : Seuil, 1992.

_____. **Lições de aula**: Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. São Paulo: Ática, 1994.

_____. The forms of capital. In : RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of theory of research for the sociology of education**. Greenwood Press, 1986, p. 241-258.

_____. Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 106-107, 1995, p. 108-122.

_____. De la maison du roi à la raison d'État : un modèle de la genèse du champ bureaucratique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 118, 1997, p. 55-68.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Le fonctionnement du champ intellectuel. **Regards Sociologiques**, n°17/18, 1999, pp. 5-27.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Champ du pouvoir et division du travail de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 2011/5, n. 190, p. 126-139.

_____. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, 1994, p. 3-12.

_____. **Sur l'État** : cours au Collège de France, 1989-1992. Paris : Seuil, 2012.

_____. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. De la méthode structurale au concept de champ. Introduction de Patrick Champagne. **Actes de la Recherche**

en **Sciences Sociales**, n. 200, p. 4-37, 2013.

_____. La cause de la science : comment l'histoire des sciences sociales peut servir le progrès de ces sciences. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 106-107, p. 1995, p. 3-10.

_____. O capital social – notas provisórias. Os três estados do capital cultural. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, Afrânio. NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs). **Escritos de Educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007. p. 65-79 e 127-43.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. **Les hérités: les étudiant et la culture**. Paris: Les Édition de Minuit, 1985.

BOURDIEU, Pierre ; BOLTANSKI, Luc. La production de la idéologie dominant. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 2, n. 2, 1976, p. 3-73

BOURDIEU, Pierre ; BOLTANSKI, Luc ; SAINT-MARTIN, Monique. Les stratégies de reconversion : les classes sociales et le système d'enseignement. **Social Science Information**, 12 (5), p. 61-113, 1973.

BRINT, Steve. and KARABEL, Jerome. **The diverted dream: community colleges and the promise of educational opportunity in America, 1900-1985**. New York: Oxford University Press, 1989.

BRIQUET, Jean-Louis. Des amitiés paradoxales. Echanges intéressés et morale du désintéressement dans les relations de clientèle. **Politix**. Vol. 12, N°45, 1999. p. 7-20.

BROW, David K. The social sources of educational credentialism: status cultures, labor markets, and organizations. **Sociology of Education**, Vol. 74, 2001, p. 19-34.

BURRIS, Val. The academic caste system: prestige hierarchies in PHD Exchange Networks. **American Sociological Review**, v. 69, n. 2, p. 239-264, apr. 2004.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem - Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

CHARLE, Christophe. et VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

CHARLE, Christophe. Le champ universitaire parisien a la fin du 19e siècle. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 47-48, 1983, p. 77-89.

_____. Pour une histoire sociale des professions juridiques à l'époque contemporaine : notes de recherche. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 76-77,

1989, p. 117-19.

_____. **Naissance des “intellectuels”, 1880-1900.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

_____. **La République des Universitaires, 1870 – 1940.** Paris : Seuil, 1994.

_____. **Les intellectuels en Europe aux XIX siècle:** essai d’histoire comparée. Paris: Seuil, 1996.

_____. **Les Élités de la République (1880 – 1900).** Paris : Fayard, 2006.

_____. Les parlementaires : avant-garde ou arrière-garde d’une société en mouvement ? vue d’ensemble. In : MAYEUR, Jean-Marie ; *et all.* **Les parlementaires de la troisième république.** Paris : Publications de la Sorbonne, 2003, p. 45-64.

_____. **La crise littéraire à l’époque du naturalisme :** roman, théâtre et politique, essai de sociologie des groupes et des genres littéraires. Paris : Presses de l’École Normale Supérieure, 1979.

_____. Le temps des hommes doubles. **Revue d’histoire moderne et contemporaine**, 39, 1992, p. 73-85.

_____. Légitimités en peril : éléments pour une histoire comparée des élites et de l’État en France e en Europe occidentale (XIX – XX siècles). **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 116-117, 1997, p. 39-52.

_____. Situation du champ littéraire. **Littératures**, n° 44, 1981, p. 8-20.

_____. **Homo historicus :** réflexions sur l’histoire, les historiens et les sciences sociales. Paris : Armand Colin, 2013.

_____. Intellectuels, Bildungsbürgertum et professions au XIXème siècle: essai de balian historiographique comparé (France, Allemagne). **Actes de la recherche en sciences sociales.** Vol. 106-107, mars 1995. pp. 85-95.

_____. **Histoire sociale de la France au XIXe siècle.** Paris : Seuil, 1991.

CHAMPAGNE, Pierre. Notes sur quelques lectures du concept de champ. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 200, p. 38-43, 2013.

CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. **Annales : Économies, Sociétés, Civilisations**, 44 année, n. 6, 1989, p. 1505-1520.

CHMATKO, Natalia ; SAINT-MARTIN, Monique. Les reconversions des anciens bureaucrates dans le secteur privé. In : BROADY, Donald ; CHMATKO, Natalia ; SAINT-MARTIN, Monique. **Formation des élites et culture transnationale.** Colloque de Moscou, 27-29 de avril, 1996. Paris : CSEC, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Suède : Université d’Uppsala, 1997.

COHEN, Antonin. *et all.* **Nouveau manuel de science politique**. Paris : La Découverte, 2009.

COLLINS, Randall. **The Credential Society**: An historical sociology of education and stratification. San Diego: Academic Press, 1979.

COLLOVALD, Annie. Jacques Chirac : un leader sans ressources. **Revue française de science politique**, Année 1990, Volume 40, Numéro 6, p. 880 – 901.

_____. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche en sciences sociales**, Année 1988, Volume 73, Numéro 1, p. 29 – 40.

CONINCK, Frédéric, GODARD, Francis. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité. **Revue française de sociologie**. 1990, 31-1. pp. 23-53.

CONNIFF, Michel. A elite nacional. In : HEINZ, Flávio (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COOKSON Jr., Peter W., and PERSELL, Caroline Hodges. **Preparing for power**: America's elite boarding schools. 1985.

_____. Internatos americanos e ingleses: um estudo comparativo sobre a reprodução das elites. In: ALMEIDA, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **A escolarização das elites**: um panorama internacional da pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e Elite 'Profissional' na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. III (3), Rio de Janeiro, 1997a.

_____. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a 'crise da medicina' no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. IV (2), Rio de Janeiro, 1997b.

_____. Origens sociais e princípios de hierarquização escolar: a formação de "intelectuais à brasileira". **Cadernos de Ciência Política**, n. 6, Porto Alegre, 1997c.

_____. **Panteões, iconoclastas e as ciências sociais**. In: FÉLIX, L. O. e ELMIR, C. P. (orgs) **Mitos e heróis : construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

_____. **A Formação e a Inserção Profissional dos Professores de Ciências Sociais no Rio Grande do Sul**. In: CANEDO, Letícia B. et al (orgs). **Circulação internacional**

e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 213-40.

_____. Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, n. 35, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Os professores universitários como categoria social. **Colóquio Saber e Poder**, Fócus, UNICAMP, out/2008a. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/focus/Atividades/Eventos/Coloquio2008.htm>.

_____. L'Enseignement Universitaire de Théologie, les Rapports Centre/Périphérie e les Usages des Sciences Humaines et Sociales. **Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs**, v. 2, 2009, p. 93-116.

_____. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, nº 43, jan/abr. 2010.

_____. Titulação escolar, mercado e capital social na hierarquização escolar: as relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, nº 15, jan/jun. 2011.

_____. Carreiras, *Spoil System* e Princípios de Avaliação no CNPq. Colóquio Internacional: Circulação internacional, formação e recomposição dos grupos dirigentes. <<http://www.fe.unicamp.br/focus/Atividades/Eventos/Coloquio2012.htm>>. 2012a.

_____. Os Professores de Ensino Superior Como Posição Social, Segmentação Interna e Relações com os Centros Internacionais. 2012b.

_____. As elites como objeto de estudos. In. _____ (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

CVETICANIN, Predrag., and POPESCU, Mihaela. The art of making classes in Serbia : another particular case of the possible. **Poetics**, 39, 2011, p. 444-468.

DAMAMME, Dominique. Grandes illusions et récits de vie. **Politix**. Vol. 7, N°27. Troisième trimestre 1994. pp. 183-188.

DESROSIERES, Alain. Classer et mesurer: les deux faces de l'argument statistique. **Réseaux**, v. 13, n. 71, 1995, p. 11-29.

_____. Du singulier au general : l'argument statistique entre la science et l'État. In : CONEIN, B.; et THÉVENOT, L., (dir.). **Cognition et information em société**. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales – Raisons Pratiques, 8 – , 1997, p. 267-282.

DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. **Les catégories socio-professionnelles**. Paris : La Découverte, 2002.

DOGAN, Mattei. Les filières de la carrière politique en France. **Revue française de sociologie**, 8-4, 1967, p. 468-492.

DUVAL, Julien. L'analyse des correspondances et la construction des champs. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 200, p. 110-23, 2013.

ELIAS, Norbert. **Sugestões para uma teoria de processos civilizadores**. In: _____. O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização. Volume II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 2004.

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Genèses**, 17, 1994. pp. 112-121.

FALSEY, Barbara; and HEYNS, Barbara. The college channel: private and public schools reconsidered. **Sociology of Education**, 1984, Vol. 57 (April): 111-122.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, nº 1, 2000, p. 45-122.

_____. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões**, v. 13, 2001 p. 14-27.

FRAGOSO, João; *et all.* Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, nº 23, 2000, p. 67-88.

GAILLARD, Jacques; SCHLEMMER, Bernard. Chercheurs du nord, chercheurs du sud: itinéraires, pratiques et modèles. In: **Les Sciences hors d'Occident au XXème siècle**, 6, p. 113-135, ORSTOM éditions, Paris, 1996.

GARCIA Jr. Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 98, 1993, p. 20-33.

GARRIGOU, Alain. **Les élites contre la République: Sciences Po et l'ENA**. Paris: Découverte, 2001.

GAXIE, Daniel. **Le cens caché : inégalités culturelles et ségrégation politique**. Paris : Seuil, 1978.

GEERTZ, Clifford. Centros, Reyes y Carisma: una reflexión sobre el simbolismo del poder. In: _____. **Conocimiento local: Ensayos sobre la interpretación de las culturas**: Barcelona: Editorial Paidós, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora

da UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFF. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Biografia, para que? In : CORADINI, Odaci, L. (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

_____. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 1998.

GRILL, Igor Gastal.; REIS, Eliana Tavares dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9 (17), p. 101-121, 2012.

GRYNSZPAN, Mário. Teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas – BIB**, 41, 1996, p. 35-83.

_____. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 14, 1990.

GUILLEMIN, Alain. Aristocrates, propriétaires et diplômés : la lutte pour le pouvoir local dans le département de la Manche, 1830-1875. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 42, 1982, p. 33-60.

HJELLBREKKE, Joans *et all*. The norwegian Field of Power, anno 2000. **European Societies**, 9 (2), 2007, p. 245-273.

JOBERT, Bruno. Clientélisme, patronage et participation populaire. **Revue Tiers Monde**, Année 1983, Volume 24, Numéro 95, p. 537 – 556

KARABEL, Jérôme. Harvard et le critère du mérite. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 135, décembre 2000. pp. 63-75.

KARADY, Victor. Une “nation de juristes : Des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d’Ancien Regime. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 86/ 87, Paris, 1991.

_____. Les professeurs de la République : le marche scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale au fin du XIXème siècle. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 47-48, 1983, p. 90-112.

_____. L'expansion universitaire et l'évolution des inégalités devant la carrière d'enseignant au début de la IIIe République. **Revue Française de Sociologie**, 14-4, 1973, p. 443-470.

_____. Lettres et Sciences : effet de structure dans la sélection et la carrière des professeurs de faculté (1810-1914). In : CHARLE, Christophe ; FERRÉ, Regine. **Le personnel de l'enseignement supérieur en France au XIXe et Xxe siècle**. Paris : Éditions du CNRS, 1985.

_____. La conversion socio-professionnelle des élites : deux cas historiques en Hongrie. In : BROADY, Donald ; SAINT-MARTIN, Monique ; PALME, Mikael. **Les élites : formation, reconversion et internationalisation**. Colloque de Stockholm, 24-26 de septembre, 1993. Paris : CSEC, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Stockholm : FUKS, Lararhogskolan, 1995.

KENNY, Michael. Patterns of Patronage in Spain. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 355-359.

KRAMARZ, Francis. Déclarer sa profession. **Revue française de sociologie**, 32-1, 1992, p. 3-27.

LACROIX, Bernard. Ordre Politique et ordre social : objectivisme, objectivation et analyse politique. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique : L'ordre politique**. V. 1, Paris : Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-565.

LAGROYE, Jacques. La légitimation. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique : L'ordre politique**. V. 1, Paris : Presses Universitaires de France, 1985. p. 395-467.

LANCIEN, Didier. Balliol College, Oxford (fin du XIX siècle – 1914). In: SAINT-MARTIN, Monique; et LANCIEN, Didier. **Anciennes et nouvelles aristocraties: de 1880 à nos jours**. Paris : Éditions MSH, 2007.

LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. Tradução para fins didáticos de Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977a, p. xiii-xxxvii.

_____. Política de grupo e política diádica: notas para uma teoria. Tradução para fins didáticos de Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977b, p. 506-510.

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEBARON, Frédéric ; LE ROUX, Brigitte. Géométrie du champ. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 200, p. 106-109, 2013.
- LEBARON, Frédéric. Le “Nobel” d’économie: une politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2002/1 n° 141-142, p. 62-66.
- _____. L’analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique : Le cas de la sociologie de Bourdieu. **Revue Modulad**, n. 42, 2010. Pp. 102-109.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEVINE, Robert K. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa. In. **A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In : HEINZ, Flávio (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LEVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia. In: _____. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- LEWIN, Linda. **Parentela e política na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record: 1986.
- MACHADO NETO, Antonio Luis. **Estrutura social da República das Letras – sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)**. São Paulo: Edusp, 1973.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular: 2008.
- MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987.
- MÉDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l’analyse politique. **Revue française de Science politique**, n°1, 1976. p. 103-131.
- MICELI, Sergio. La division du travail entre les sexes et division du travail de domination : un

étude clinique des anatoliens au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 1, n. 5-6, 1975, p. 162-182.

_____. **Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1940)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

_____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasiliense**, nº 2, 2005, p. 4-20.

_____. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. **Tempo**, v. 14, nº 27, 2009, p. 51-67.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

NEVEU, Eric. Le sceptre, les masques et la plume. **Mots**, v. 32, nº 1, 1992, p. 7-27.

NETUMIÈRES, Félicité. Méthodes de régression et analyse factorielle. **Histoire & Mesure**, v. 12, n. 2-3, 1997, p. 271-97.

OFFERLÉ, Michel. Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier em France avant 1914. **Annales : Économies, Sociétés, Civilisations**, ano 39, nº 4, 1984, p. 681-716.

_____. Professions et profession politique. In: _____ (eds.). **La Profession Politique; XIXe-XXe siècles**. Paris : Éditions Belin, 1999. p. 7-35.

ORY, Pascal. **Nouvelle histoire des idées politiques**. Paris : Hachette, 1987.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943): A Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie**, v. 31, n. 1, 1990, p. 3-22.

_____. Acteur, agent, actant: personnages en quête d'un scénario introuvable, **Revue européenne des sciences sociales**, Tome XXXIX, 2001, N° 121, pp. 15-30.

PENNEF, Jean. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. **Politix : Revue des sciences sociales du politique**, Année 1994, Volume 7, Numéro 27, p. 25 – 31

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINELL, Patrice. Champ médical et processus de spécialisation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, nº 156-157, 2005, p. 4-36.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989, p. 3-13.

_____. La gestion de l'indicible. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 62-63, 1986, p. 30-53.

PONTON, Rémy. **Le champ littéraire en France, de 1865 à 1905** : recrutement des écrivains, structure des carrières et production des oeuvres. Thèse de doctorat de troisième cycle présentée à l'EHESS, 1977.

_____. Naissance du roman psychologique: capital culturel, capital social et stratégie littéraire au fin du XIXème siècle. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, n° 4, 1975, p. 66-81.

PUDAL, Bernard. Du biographique entre "science" et "fiction" Quelques remarques programmatiques. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, Année 1994, Volume 7, Numéro 27, p. 5 – 24.

RINGER, Fritz. **Education in society in modern Europe**. Indiana University Press, 1979.

_____. La segmentation des systèmes d'enseignement: les réformes d'enseignement secondaire français et prussien, 1865-1920. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 149, septembre 2003. pp. 6-20.

_____. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Fields of knowledge** : french academic culture in comparative perspective, 1890-1920. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: MSH, 1992.

SAINT-MARTIN, Monique de. Towards a dynamic approach the reconversions. **Social Science Information**, 50, 2011, p. 429-441.

_____. Les reconversions. L'exemple de la noblesse. In : BROADY, Donald ; SAINT-MARTIN, Monique ; PALME, Mikael. **Les élites** : formation, reconversion et internationalisation. Colloque de Stockholm, 24-26 de septembre, 1993. Paris : CSEC, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Stockholm : FUKS, Lararhogskolan, 1995.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Action, ordre et culture : Éléments d'un programme de recherche wébérien. **Revue française de sociologie**, 2005/4 Vol. 46, p. 653-683.

_____. **Paradoxos da modernidade** : cultura e conduta na teoria de Max Weber. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SIGAL, Silvia. **Le rôle politique des intellectuels en Amérique Latine** : La dérive des intellectuels en Argentine. Paris : L'Harmattan, 1996.

SAPIRO, Gisèle. Réseaux, institution (s) et champ. In : DE MARNEFFE, Daphné ; et DENIS,

- Bênoit. **Les réseaux littéraires**. Bruxelles : Le CRI – CIEL – ULB – ULG, 2006, p. 44-59.
- _____. Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de la histoire globale. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 200, p. 70-85, 2013.
- _____. Salut littéraire et littérature du salut: deux trajectoires de romanciers catholiques, François Mauriac et Henry Bordeaux. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 111, n. 1, 1996, p. 36-58.
- SEIDL, Ernesto. **A espada como “vocaçãõ”**: padrões de recrutamento e seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- SORÁ, Gustavo. La maison et l’entreprise : José Olympio et l’évolution de l’édition brésilienne. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 126-127, mars 1999. pp. 90-102.
- SOULIÉ, Charles. Des déterminants sociaux des pratiques scientifiques: etudes des sujets de recherches des docteurs en sciences sociales en France au début des années 1990. **Regards sociologiques**, n°31, 2006, pp. 91-105
- SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, 8 (20), 1994.
- _____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THIESSE, Anne-Marie. Les infortunes littéraires : Carrières des romanciers populaires à la Belle Époque. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 60, 1985, p. 31-46.
- THÉVENOT, Laurent. Une jeunesse difficile : les fonctions sociales du fou et de la rigueur dans les classements. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 26-7, p. 3-18, 1979.
- _____. . La politique des statistiques : les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale. **Annales : Économies, Sociétés, Civilisations**, 45^e année, n. 6, p. 1275-1300, 1990.
- _____. Statistique et politique : la normalité du collectif. **Politix : Revue des sciences sociales du politique**, v. 7, n. 25, p. 5-20, 1994.
- THOMPSON, Francis. English Landed Society in the Twentieth Century. In: SAINT-MARTIN, Monique; et LANCIEN, Didier. **Anciennes et nouvelles aristocraties**: de 1880 à nos jours. Paris : Éditions MSH, 2007.
- TOURAINÉ, Alain. **Université et Société aux États-Unis**. Paris : Seuil, 1972.
- TUDESQ, André-Jean. Les listes électorales de la Monarchie censitaire. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 13 année, n° 2, 1958, p. 277-288.
- VISCARDI, Claudia M. R. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos históricos – Rio de Janeiro**, v. 8, n° 15, 1995, p. 39-56.

VOILLIOT, Christophe. L'opération électorale. In : COHEN, Antonin. *et all.* **Nouveau manuel de science politique**. Paris : La Découverte, 2009, p. 395-405.

WACQUANT, Loic. Um mythe savant: la « modernisation » de la Nouvelle-Calédonie. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 73, juin 1988. pp. 77-84.

WACQUANT, Loic. ; et KOHLER, Jean-Marie. La question scolaire en Nouvelle-Calédonie : ideologies et sociologie. **Les Temps Modernes**, n. 464, mars 1985. Pp. 1654-1685.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Economia e Sociedade**. V.1. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004a.

_____. **Economia e Sociedade**. V.2. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004b.

WEISZ, George. Le corps professoral de l'enseignement supérieur et l'idéologie de la réforme universitaire en France, 1860-1885. **Revue française de sociologie**. 1977, 18-2. pp. 201-232.

_____. Naissance de la spécialisation médicale dans le monde germanophone. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 156-157, 2005, p. 37-51.

WIRTH, Joseph. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

WOLF, Eric R. Kindship, Friendship, and Patron-Client Relations in Complex Societies. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977b, p. 167-177.

_____. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. **American Anthropologist**, 58, 1956, p. 1065-1078.

Fontes e obras consultadas

ABRANCHES, Dunshee. **Governos e congressos da República: 1889-1917**. Rio de Janeiro, 1918.

_____. **Como se faziam presidentes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

AFONSO CELSO. **O Imperador no exílio**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950 [1893].

_____. **Oito anos de parlamento**. Brasília, Senado Federal, 1998 [1898].

_____. **Um invejado**. 2 vols. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1895.

- ALENCAR, José. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1893 [1873].
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1844-1910. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.
- ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo: Typ. Americana, 1873.
- AMADO, Gilberto. Instituições políticas e meio social no Brasil. In. CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da história da República**. Tomo I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 [1924].
- AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. **Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás**. São Paulo: Baraúna, 2015.
- ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1830-1888.
- ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO – ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823, 6 volumes.
- ANAIS DO CONGRESSO CONSTITUINTE DA REPUBLICA, 1890, 3 volumes.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1907-1912. 3 volumes. Diretoria Geral de Estatística. 5 volumes. Rio de Janeiro: Typographia da estatística, 1916-1927.
- ARANHA, Graça. **Meu próprio romance**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- ARAÚJO, Antônio José Ferreira de Souza. **Cousas políticas**. Rio de Janeiro: Tipographia da Gazeta de Notícias, 1884.
- ARQUIVOS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. Pastas individuais.
- ARRUDA, Francisco de Assis Vasconcelos. **Genealogia sobralense – Os Ferreira da Ponte**. V. 4, Tomo 2. Sobral, 2004.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A república federal**. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1881.
- AZAMBUJA, Graciano. **Anuário da Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gundlach & Cia Livreiros, 1890.
- AZEVEDO, Artur. DUARTE, Urbano. **O escravocrata**. 1884. Disponível em: Biblioteca Virtual de Literatura www.biblio.com.br.
- AZEVEDO, Manuel Álvares. **O novo governo da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- BARÃO DO RIO BRANCO. **Obras do Barão do Rio Branco – Biografias**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- BARATA, Carlos E. A.; BUENO, Antônio H. C. **Dicionário das famílias brasileiras**. 2 volumes. São Paulo: Árvore da Terra, 1999-2001.

- BARBOSA, Rui. **Cartas da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1896.
- BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: FFCL, 1959.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Ministros de Estado dos Presidentes da República (1889-2006)**: subsídios biográficos-genealógicos. Colégio Brasileiro de Genealogia, s/d. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/ministros-de-estado-i-do-marechal-deodoro/>.
- BELLO, José Maria. **Memórias**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1958.
- _____. **Inteligência do Brasil**: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BOCAIUVA, Quintino. **A segunda phase**. Discurso a Confederação Abolicionista proferido em 03 de abril de 1887. Rio de Janeiro: Typographia Central de Evaristo da Costa, 1887.
- BOEHRER, George. **Da monarquia à república**: história do partido republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Serviço de Documento do MEC, 1954.
- BONIFÁCIO, José. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Malarinho & Mont'Alverne, 1880.
- BENCHIMOL, Jaime. **Febre amarela**: a doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**: Segundo Reinado (1840-1889). V. II. Brasília: Senado Federal, 2002a.
- _____. **Textos políticos da história do Brasil**: Primeira República (1889-1930). V. III. Brasília: Senado Federal, 2002b.
- BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos políticos e o segundo império**. São Paulo: Jorge Seckler, 1878.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BUNLE, Henry; LÉVY, Claude. Histoire et chronologie des réunions et congrès internationaux sur la population. **Population**, 9 année, n° 1, 1954, p. 9-36.
- CALMON, Pedro. **História da Faculdade Nacional de Direito (1891-1920)**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1945.
- CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz. **Da propaganda à presidência**. São Paulo, 1908.
- CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1750-1836). V. 1. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 2000a.
- _____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1836-1880).

V. 2. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 2000a.

_____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas / FFLCH, 2004.

_____. **Iniciação à literatura brasileira**. São Paulo: Humanitas, 1999.

CÂNDIDO TEIXEIRA, J. **A república brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

CANÊDO, Leticia. As listas eleitorais e o processo de nacionalização da cidadania no Brasil. **Pro-posições**, v. 6, n° 3[18], 1995, p. 30-46.

CARLI, Gileno Dé. Açúcar no Brasil – Personalidades: III – Os Guerra. Colégio Brasileiro de Genealogia, 1985. Disponível em: http://www.cbg.org.br/baixar/acucar_no_brasil_3.pdf.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Os três povos da república. **Revista USP**, n° 59, 2003, p. 96-115.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins. **Dicionário bibliográfico militar português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n° 36, 1998.

CASTRO, Francisco de. **Discursos**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1902.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Relatório** – Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1891.

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa. A vida e a obra de Teixeira de Freitas. **Cadernos de Direito (UNIMEP)**, v. 4, 2003.

CAPOBIANCO, Juan Marcello. Cruz e Souza em 1893: a incompreensão crítica de Missal e Broquéis. **Revista Philologus**, ano 20, n° 58, 2014, p. 309-319.

CHRISTALLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História / UFF, Niterói, 2010.

CLOSON, F. L. Évolution de la population active em France depuis cent ans d'après les dénombrements quinquennaux. **Etudes et conjuncture – Union française / Économie française**, 8-9° année, n° 3, 1953, p. 230-288.

- CODECEIRA, José Domingues. **A ideia republicana no Brasil**. Recife: Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1894.
- COELHO, Edmundo C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COELHO NETTO, Paulo. **Coelho Netto**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1942.
- COMISSOLI, Adriano. “Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar”: perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828). **Topoi**, v. 13, nº 25, 2012, p. 77-93.
- CONGRÈS INTERNATIONAL D’HYGIENE, DE SAUVETAGE ET D’ECONOMIE SOCIALE. Bruxelles, 1876. Paris : Germer Baillièrre ; Bruxelles : Henri Manceaux, 1877.
- COLEÇÃO DAS LEIS E DECIÇÕES DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1870-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870-1889.
- COLEÇÃO DE LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891-1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892-1903.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- _____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Livraria de ciências humanas, 1982.
- COUTINHO, Aureliano de Souza. Discurso inaugural do curso de história do direito. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 4, 1896.
- COUTINHO, Afrânio. **No hospital das letras**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1963.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior brasileiro – Estado e Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004.
- _____. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, 2000.
- DAULT FILHO, João. **Memórias**. Rio de Janeiro, 1938.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil, 1850**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- DEAN, Warren. **A industrialização em São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Difusão Européia

do Livro, 1971.

DEVICENZI, Diego S. **“Esculápios” em formação:** o processo de institucionalização do ensino médico no Rio Grande do Sul (1898-1932). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2012.

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1889-1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890-1895.

DICIONARIO BIOBIBLIOGRÁFICO DE AUTORES BRASILEIROS. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro; Brasília: Senado Federal, 1999.

DIMAS, Antônio (org). **BILAC – o jornalista**. V. 2. São Paulo: Edusp - Imprensa Oficial - Editora da Unicamp, 2006.

DINIZ, Peri Pinto. **Origem e evolução da Universidade do Rio Grande do Sul**. Separata de Fundamentos da cultura rio-grandense . Porto Alegre, Faculdade de Filosofia/URGS, quarta série, 1960.

DICIONÁRIO DA ELITE POLÍTICA REPUBLICANA – CPDOC / FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Alagoas: UFAL, 2006.

EDLER, Fabio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2), p. 357-85, 2002.

_____. A medicina no Brasil imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica. Tomo, LX, 1, 1993, p. 139-156.

_____. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. III (2), 1996, p. 284-299.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003 [1940].

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação:** fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FARIA, Neide. O naturalismo e o(s) naturalismo(s) no Brasil. **Travessia**, nº 16-18, 1989, p. 124-147.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós – 1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, [1958] 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30**. In: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia. (orgs). Ideais de

modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **Em busca da idade de ouro:** elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. A reação republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Marieta M.; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos históricos – Rio de Janeiro**, v. 2, nº 4, 1989, p. 244-280.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e sociedade**, Campinas, v. 23, nº 81, 2002, p. 21-47.

FERREIRA, Waldemar. **A congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria 1827-1927**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1928.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: MELLO, Félix Cavalcanti de Albuquerque. **Memórias de um Cavalcanti**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil:** sua história. São Paulo: Edusp, 2012.

HASSEM, M. A.. **Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre:** a Faculdade de Medicina faz 100 anos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

HERMANN, Lucila. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de duzentos anos. **Revista de administração**, v. 2, nº 5-6, 1948, p. 3-396.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque. **Buarque:** uma família brasileira – ensaio histórico-genealógico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HORTA, Cid Rebelo. As famílias governamentais de Minas Gerais. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 1 (2), 1986, p. 111-142.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

IOTTI, Luiza Horn. Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, nº 8, 2005, p. 185-213.

JOÃO DO RIO. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, 1902.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República Brasileira (1841-1920)**. Curitiba: Juruá, 2010.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. **Diálogos, DHI/UEM**, v. 3, nº 3, 1999, p. 113-151.

_____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra de independência da Bahia. **Revista brasileira de história**, v. 22, nº, 43, 2002, p. 109-126.

KLEIN, Herbert. *et all.* A agricultura paulista em 1905. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 44, n. 1, 2014, p. 153-184.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

_____. A cultura jurídica. In : HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.); **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico: Reações e Transações. V. 5. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LACAZ, Carlos da Silva. **Vultos da medicina brasileira**. São Paulo: Pfizer, 1963.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1881.

LESSA, Pedro. Discurso proferido por ocasião da colação de grau aos bacharelandos de 1896 pelo paraninfo Dr. Pedro Lessa. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 4, 1896.

LEVANTAMENTO NOMINAL DOS FORMADOS NA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA (1812-2007). Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/dmdocuments/formadosfmb1812a2007.pdf>

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. **Diário íntimo**: memórias. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX – Projeto de classificação sócio-profissional. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n. 22, pp. 41-67, 1974.

LOBO, Eulália M. L. *et all.* Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro – 1820-1930: resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, 25 (4), 1971, p. 235-265.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos**: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – UFF, 2010.

LINS, Álvaro. **Rio Branco** (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e história política. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LUZ, Nícia Vilella. O papel das classes médias no movimento republicano. **Revista história – USP**, São Paulo, nº 57, 1964, p. 13-27.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulista**. 8 volumes. São Paulo: Duprat & Comp., 1904-1905.

LEVI, Darell. **A família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

- MELO, Luís Correia de. **Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses**. Civilização Brasileira, 1944.
- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.
- MENEZES, Raimundo de. **Escritores na intimidade**. São Paulo: Martins, 1949.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm.
- MEMÓRIAS HISTÓRICAS DAS FACULDADES DE DIREITO E MEDICINA DO IMPÉRIO. Relatório do Ministro dos Negócios do Império. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>.
- MALATIAN, Teresa. Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. **Estudos históricos**, 24, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-1853**. V. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1888**. V. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- _____. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1889**. V. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- _____. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil, 1834-1889**. V. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939a.
- _____. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil, 1834-1889**. V. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939b.
- _____. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil, 1834-1889**. V. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.
- MAGALHÃES, Fernando. **O Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Barthel, 1932.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. A modernidade republicana. **Revista Tempo**, n. 26, 2009, p. 15-31.
- MATOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.
- MONTELLO, Josué. **O presidente Machado de Assis**. São Paulo: Martins, 1961.
- MELLO, Félix Cavalcanti de Albuquerque. **Memórias de um Cavalcanti**. São Paulo:

Companhia Editora Nacional, 1940.

MACEDO, José Felício Buarque. **Origens republicanas**: estudos de gênese política, em refutação ao livro do Sr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio. Recife: Francisco Soares Quintas, 1894.

MARTINS JUNIOR, José Izidoro. **História do Direito Nacional**. Rio de Janeiro: Empreza Democrática, 1895.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1868.

MENDONÇA, Carlos Sussekind. **Silvio Romero**: sua formação intelectual (1851-1880). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

MELO, Luís Correia. **Dicionário de autores paulistas**. São Paulo: Gráfica Irmãos Andriolis, 1954.

_____. **Subsídios para um dicionário dos intelectuais rio-grandenses**. São Paulo: Civilização brasileira, 1944.

MONTEIRO, Norma G. **Dicionário biográfico de Minas Gerais** – período republicano – 1889-1991. 2 volumes. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Maranhão: Typographia do Frias, 1870.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Ano biográfico brasileiro**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Typographia e Lythographia Imperial do Instituto Artístico, 1876.

_____. **Ano biográfico brasileiro – Suplemento**. Rio de Janeiro: Typographia e Lythographia Imperial do Instituto Artístico, 1880.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Machado de Assis desconhecido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

MENEZES, Raimundo de. **Aluísio Azevedo**: uma vida de romance. São Paulo: Martins, 1958.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

_____. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011 [1883].

_____. **Manifesto da sociedade brasileira contra a escravidão**. 1880.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

NOGUEIRA, Almeida. **A academia de São Paulo**: tradições e reminiscências. 9 volumes. São Paulo: Saraiva, 1908.

- NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. Elites políticas e projetos de integração em Goiás (1822-1855). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, 2003.
- OCTÁVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. Sociedades cariocas para conversar e comer. **Travessia**, nº 36, 1998.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A questão nacional da primeira república. São Paulo: **Brasiliense**, 1990.
- OURO PRETO, Visconde. **Advento da ditadura militar no Brasil**. Paris: Imprimerie F. Pichon, 1891.
- OTTONI, Christiano B. **O advento da república no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.
- PALSKY, Gilles. Paris em chiffres: les premiers atlas statistiques de Paris. **Comité Français de Cartographie**, nº 171, 2002. Disponível em: <http://www.lecfc.fr/new/articles/171-article-7.pdf>
- PAIVA, Clotilde; *et all.* **Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872**. Núcleo de pesquisa em história econômica e demografia – UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, nº 40, 1998-1999, p. 122-137.
- PATROCÍNIO, José. **A campanha abolicionista**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Dep. Nacional do livro. 1996.
- PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, 2003 [1893].
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- PEREIRA, Cláudio Nunes. **Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – séculos XVII, XVIII e XIX**. 6 volumes. 2006-2008.
- PEIXOTO, Afrânio. Mário de Alencar. **Revista Brasileira – Academia Brasileira de Letras**, nº 53, 2007.
- PENA, Eduardo Spiller. Ser advogado no Brasil Império: uniformização e disciplina no discurso jurídico de formação. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, nº 23, 2001, p. 55-68.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UNICAMP, 1997.
- PESAVENTO, Sandra J. **Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na**

sociedade gaúcha do século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PARECER E PROJETO – REFORMA DO ENSINO SUPERIOR: relativo ao Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

PORTO-ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: ERUS, 1980.

PRANDINI, Paola. **Cruz e Souza.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. **Revista de História – USP**, nº 2, 1950, p. 195-218.

RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1872. Departamento Geral de Estatística, 1876.

RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1890. Departamento Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina de estatística, 1898.

RELATÓRIO DO RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1900. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da estatística, 1908.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL DE 1920. Diretoria Geral de Estatística. 5 volumes. Rio de Janeiro: Typographia da estatística, 1923-1930.

Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. SANTOS JUNIOR, José Maria dos. A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento geral do Império de 1872. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.

ROMERO, Sylvio. **Provocações e debates:** contribuições para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron, 1910.

ROUANET, Sérgio Paulo (coord). **Correspondência de Machado de Assis.** Tomo I (1860-1869). Rio de Janeiro: ABL, 2008.

_____. **Correspondência de Machado de Assis.** Tomo II (1870-1889). Rio de Janeiro: ABL, 2009.

_____. **Correspondência de Machado de Assis.** Tomo I (1890-1900). Rio de Janeiro: ABL, 2011.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS DO IMPÉRIO. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>

REINACH, Joseph. **Discours et playdoiers choisis de Léon Gambetta.** Paris : Charpentier et Cia, 1886.

- SANTOS, Prezalindo Lery. **Pantheon fluminense: esboços biográficos**. Rio de Janeiro: Leuzinger: 1880.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.
- SABA, Roberto N. P. F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**, nº 2, 2011, p. 126-145.
- SECKLER, Jorge. **Almanach da Província de São Paulo: administrativo, comercial e industrial**. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1888.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência : a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. 3 volumes. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910-1915.
- SLEMIAN, Andréa. “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império no Brasil (1823-1834). **Almanack Brasiliense**, nº 6, 2007.
- SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Um momento decisivo do simbolismo brasileiro: a publicação de Missal e Broquéis (1893). **Navegações**, v. 4, nº 2, 2011, p. 146-150.
- SIMÕES, Teotônio. **Os bacharéis na política, a política dos bacharéis**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais/USP, [1983] 2006.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial no município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. A historiografia no Brasil (1808-1889). **Revista de História**, São Paulo, v. 29, 1964, p. 81-131.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da Medicina no Brasil**, v. 1. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.
- _____. **História da Medicina no Brasil**, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- _____. A medicina no Brasil imperial. In : HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.); **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico: Reações e Transações. V. 5. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- SALLES, Alberto. **Política republicana**. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1882.

- SALLES, Ricardo Henrique. O império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, nº 4, 2012, p. 5-45.
- SUETÔNIO (Vianna, Antônio Ferreira). **O antigo regimen: homens e coisas**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1896.
- SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Lythographia de S. A. Sisson, 1861.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. 7 volumes. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1883-1902].
- SCHULZ, John. O exército e o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.); **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império. V. 6. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- TAUNAY, Afonso de E. **O senado do Império**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- _____. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, 9 (24), 1995.
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. Livros e leitura no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). **Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2008. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Livros_leitura_RS.htm
- TAVARES BASTOS, Aureliano. **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1870.
- TEIXEIRA, J. Cândido. **A república brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2004 [1925].
- VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2007.
- VERÍSSIMO, José. Notícias de ciências, letras e artes. **Revista Brasileira**, 9, 1897.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VIANNA, Oliveira. O idealismo da constituição. CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da história da República**. Tomo I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981 [1924].
- VASCONCELOS, Barão; VASCONCELOS, Barão Smith. **Arquivo nobiliárquico brasileiro**. Suíça – Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VELHO SOBRINHO, João Francisco. **Dicionário biobibliográfico brasileiro**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937-1940.

VITA, Luiz Washington. **Alberto Sales**, ideólogo da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio de São Paulo no início do século. **Revista de economia política**, v. 13, nº 4 (52), 1993, p. 77-96.

WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: A Faculdade de Medicina de Porto Alegre. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 5, nº 3, 1998-1999, p. 583-601.

Sites consultados

COLÉGIO GENEALÓGICO BRASILEIRO. <http://www.cbg.org.br/novo/>

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. <http://hemerotecadigital.bn.br/>

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. <http://www.arcadas.org.br/index.php>

IBGE – ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. <http://seculoxx.ibge.gov.br/>

BIBLIOTECA BRASILEIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. <http://www.bbm.usp.br/>

BRASILEIANA ELETRÔNICA. <http://www.brasiliana.com.br/>

GENEALOGIA MINEIRA. <http://www.geneaminas.com.br/>

FAMILY SEARCH. <https://familysearch.org/>

GENEALOGIA E HISTÓRIA. <http://www.genealogiahistoria.com.br/>

INTERNET ARCHIVE. <https://archive.org/web/>

MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL. <http://memoria.org.br/index.php>

GENEARC. <http://www.genearc.net/>

Periódicos

GAZETA MÉDICA DA BAHIA

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

O ÁLBUM

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO BRASILEIRO

REVISTA BRASILEIRA

OS ANNAES – Semanário de literatura, arte, ciência e indústria.

BRAZIL MÉDICO

ANNUÁRIO MÉDICO BRASILEIRO

ARCHIVOS RIOGRANDENSES DE MEDICINA

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>

ANEXOS

Capítulo 2

Ilustração 1

Variáveis ativas	Modalidades
Origem geográfica	6
Origem social	9
Instituição de ensino superior	7
Curso de ensino superior	7
Primeira ocupação	12

Eixo	Valor próprio	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	0,5532	8,59	8,59
2	0,4998	7,76	16,36
3	0,4719	7,33	23,69
4	0,3300	5,13	28,82
5	0,3010	4,68	33,49

Capítulo 4

Ilustração 4

Variáveis ativas	Modalidades
Origem social	9
Instituição de ensino superior	7
Curso de ensino superior	7
Ocupação na coorte	6

Primeira ocupação	12
Última ocupação	15

Eixo	Valor próprio	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	0,5541	7,05	7,05
2	0,5078	6,46	13,50
3	0,4423	5,62	19,13
4	0,3703	4,71	23,84
5	0,3032	3,86	27,69

Listas

Elites políticas

1	Abdon Felinto Milanez	134	João da Silva Rego Melo
2	Agostinho Vidal Leite de Castro	135	João Francisco de Paula Sousa
3	Alberto de Seixas Martins Torres	136	João Lopes Ferreira Filho
4	Alberto José Gonçalves	137	João Luiz de Campos
5	Alcindo Guanabara	138	João Nogueira Penido
6	Alexandre José Barbosa Lima	139	João Pedro Belfort Vieira
7	Alfredo Casimiro da Rocha	140	João Pinto da Fonseca Guimarães Filho
8	Alfredo Ellis	141	João Soares Neiva
9	Almino Álvares Afonso	142	Joaquim Antônio da Cruz
10	Álvaro Augusto da Costa Carvalho	143	Joaquim Antônio Xavier do Vale
11	Álvaro Augusto de Andrade Botelho	144	Joaquim Correia de Araujo
12	Alvaro Lopes Machado	145	Joaquim de Oliveira Catunda
13	Ambrosio Machado da Cunha Cavalcanti	146	Joaquim Duarte Murтинho
14	Ângelo Gomes Pinheiro Machado	147	Joaquim Felício dos Santos
15	Anísio Auto de Abreu	148	Joaquim Gonçalves Ramos
16	Antônio Afonso Lamonier Godofredo	149	Joaquim José Paes da Silva Sarmento
17	Antônio Alves de Gouveia Lima	150	Joaquim Leonel de Resende Filho

18	Antônio Alves Pereira de Lyra	151	Joaquim Manuel Rodrigues Lima
19	Antônio Amaro da Silva Canedo	152	Joaquim Maurício de Abreu
20	Antônio Augusto Ribeiro de Almeida	153	Joaquim Nogueira Paranaguá
21	Antônio Borges de Ataíde Junior	154	Joaquim Pereira da Costa
22	Antônio Coelho Rodrigues	155	Joaquim Ribeiro Gonçalves
23	Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques	156	Joaquim Saldanha Marinho
24	Antônio Dias Ferraz Junior	157	José Alves de Cerqueira Cesar
25	Antônio Eduardo de Berredo	158	José Augusto de Freitas
26	Antônio Gonçalves Chaves Junior	159	José Batista da Costa Azevedo
27	Antônio Gonçalves Ferreira	160	José Bernardo de Medeiros
28	Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto	161	José Bevilacqua
29	Antônio José Caiado	162	José Caetano de Almeida Gomes
30	Antônio Justiniano Esteves Junior	163	José Carlos de Carvalho
31	Antônio Marques da Silva Mariz	164	José Carlos Ferreira Pires
32	Antônio Nicolau Monteiro Buena	165	José Coriolano de Carvalho e Silva
33	Antônio Olinto dos Santos Pires	166	José Cupertino Coelho Cintra
34	Antônio Pinto da Fonseca	167	José da Costa Azevedo
35	Antônio Pinto Nogueira Acióli	168	José da Costa Machado e Souza
36	Antônio Rodrigues Lima	169	José da Rocha Cavalcanti
37	Antonio Torquato Fortes Junqueira	170	José de Almeida Barreto
38	Aparício Mariense da Silva	171	José de Almeida Martins Costa Junior
39	Aquilino Leite do Amaral Coutinho	172	José de Barros Albuquerque Lins
40	Aristides Augusto César Espindola Zama	173	José de Barros Franco Junior
41	Aristides Augusto Milton	174	José de Melo Carvalho Muniz Freire
42	Aristides da Silveira Lobo	175	José Fernandes de Barros Lima
43	Aristides Galvão de Queiroz	176	José Francisco Viveiros
44	Artur César Rios	177	José Freire Bezerril Fontanelle
45	Artur Ferreira de Abreu	178	José Gomes Pinheiro Machado
46	Artur Ferreira Torres	179	José Gonçalves Maia
47	Artur Montenegro	180	José Inácio da Silva
48	Augusto Olimpio Gomes de Castro	181	José Isidoro Martins Junior
49	Augusto Severo de Albuquerque Maranhão	182	José Joaquim de Medeiros e Albuquerque
50	Augusto Tavares Lira	183	José Joaquim de Souza
51	Aureliano Pinto Barbosa	184	José Leopoldo de Bulhões Jardim
52	Belisário Augusto Soares de Souza	185	José Lopes da Silva Trovão
53	Benedito Cordeiro de Campos Valadares	186	José Luis Coelho e Campos
54	Benedito Pereira Leite	187	José Mariano Carneiro da Cunha
55	Bento Carneiro de Almeida Pereira	188	José Martins de Carvalho Mourão
56	Bernardino José de Campos Junior	189	José Nicolau Tolentino de Carvalho
57	Bernardo Vasques	190	José Pedro de Oliveira Galvão
58	Cândido de Oliveira Lins de Vasconcelos	191	José Pereira dos Santos Andrade
59	Carlos Augusto de Carvalho	192	Júlio Anacleto Falcão da Frota
60	Carlos Augusto Garcia Ferreira	193	Júlio Prates de Castilhos
61	Carlos Augusto Valente de Novaes	194	Justo Pereira Leite Chermont

62	Carlos Frederico Castrioto	195	Landulfo Machado Magalhães
63	Carlos Jorge Calheiros de Lima	196	Lauro Nina Sodré e Silva
64	Carlos Justiniano das Chagas	197	Lauro Severiano Muller
65	Carlos Vaz de Melo	198	Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel
66	Casimiro Dias Vieira Junior	199	Leovegildo Ipiranga do Amorim Filgueiras
67	Chateaubriand Bandeira de Melo	200	Luis Antônio Domingues da Silva
68	Chrispim Jacques Bias Fortes	201	Luis Artur Detsi
69	Cincinato César da Silva Braga	202	Luis da Silva Castro
70	Cleto Nunes Pereira	203	Luís Mendes de Moraes
71	Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira	204	Luís Vianna
72	Domingos Correia de Moraes	205	Luiz Adolpho Correia da Costa
73	Domingos Vicente Gonçalves de Souza	206	Luiz Eugênio Monteiro de Barros
74	Eduardo Gonçalves Ribeiro	207	Manoel Bernardino da Costa Rodrigues
75	Eduardo Pires Ramos	208	Manoel Caetano de Oliveira Passos
76	Eduardo Wandenkolk	209	Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal
77	Elisiário José Barbosa	210	Manuel Clementino do Monte
78	Emílio Ramos Blum	211	Manuel da Silva Rosa Junior
79	Enéias Martins	212	Manuel de Melo Cardoso Barata
80	Epaminondas Paratinino de Almeida	213	Manuel de Moraes Barros
81	Érico Marinho da Gama Coelho	214	Manuel de Queirós Mattoso Ribeiro
82	Eugênio Pires de Amorim	215	Manuel Ferraz de Campos Salles
83	Eusébio de Queirós Carneiro Matoso	216	Manuel Francisco Machado
84	Feliciano de Lima Duarte	217	Manuel Fulgêncio Alves Pereira
85	Fernando Fernandes Abbott	218	Manuel Gomes Ribeiro
86	Fernando Lobo Leite Pereira	219	Manuel Inácio Belfort Vieira
87	Fileto Pires Ferreira	220	Manuel Jacinto Domingues de Castro
88	Firmino Pires Ferreira	221	Manuel José de Menezes Prado
89	Francisco Benévolo	222	Manuel José Murtinho
90	Francisco Cornélio da Fonseca Lima	223	Manuel Messias de Gusmão Lyra
91	Francisco de Assis Rosa e Silva	224	Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão
92	Francisco de Paula Alencastro	225	Manuel Py
93	Francisco de Paula Leite e Oiticica	226	Manuel Vitorino de Paula Ramos
94	Francisco de Paula Mayrink	227	Manuel Vitorino Pereira
95	Francisco de Paula Oliveira Guimarães	228	Marçal Pereira de Escobar
96	Francisco de Paula Rodrigues Alves	229	Marcolino de Moura e Albuquerque
97	Francisco dos Santos Pereira	230	Mariano Ramos
98	Francisco Ferreira de Lima Bacury	231	Miguel José de Almeida Pernambuco
99	Francisco Glicério Cerqueira Leite	232	Nicolau Tolentino dos Santos
100	Francisco Gurgel de Oliveira	233	Nilo Procópio Peçanha
101	Francisco Luís da Veiga	234	Olegário Dias Maciel
102	Francisco Manoel Paraíso Cavalcante	235	Oscar de Godoi
103	Francisco Manuel da Cunha Junior	236	Ovídio Abrantes
104	Francisco Maria Sodré Pereira	237	Paulino José Soares de Souza Junior
105	Francisco Tolentino Vieira de Souza	238	Pedro Augusto Borges

106	Francisco Xavier da Silva	239	Pedro Gonçalves Moacyr
107	Frederico Augusto Borges	240	Pedro Velho de Albuquerque Maranhão
108	Gabriel Salgado dos Santos	241	Pedro Vergne de Abreu
109	Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto	242	Polidoro Olavo de San Thiago
110	Gaspar Vasconcellos Meneses de Drummond Filho	243	Prudente José de Moraes Barros
111	Geminiano Brasil de Oliveira Goês	244	Quintino Antônio Ferreira de Souza Bocaiuva
112	Generoso Paes Leme de Souza Ponce	245	Ramiro Fortes de Barcelos
113	Gentil Augusto de Moraes Bittencourt	246	Raulino Júlio Adolfo Horn
114	Gil Diniz Goulart	247	Rivadavia da Cunha Correia
115	Gonçalo de Faro Rollemberg	248	Rodolfo Ernesto de Abreu
116	Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos	249	Rodrigo Otávio Langaard Meneses
117	Graciano dos Santos Neves	250	Rui Barbosa
118	Guilherme José Moreira	251	Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda
119	Gustavo Richard	252	Sebastião Landulfo da Rocha Medrado
120	Helvécio da Silva Monte	253	Severino dos Santos Vieira
121	Hercílio Pedro da Luz	254	Silvino Bezerra de Araújo Galvão
122	Hermenegildo Lopes de Moraes	255	Teotônio Pereira de Magalhães e Castro
123	Ildefonso Correia Lima	256	Thomas Delfino dos Santos
124	Jaime Pombo Bricio Filho	257	Thomas Garcez Paranhos Montenegro
125	João Alberto Sales	258	Tomas Cavalcanti de Albuquerque
126	João Alves de Castro	259	Torquato Rosa Moreira
127	João Augusto Neiva	260	Urbano Coelho Gouveia
128	João Barbalho Uchoa Cavalcanti	261	Urbano Marcondes dos Santos Machado
129	João Batista Laper	262	Valfredo Soares dos Santos Leal
130	João Christino Cruza	263	Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva
131	João Coelho Gonçalves Lisboa	264	Vicente Machado Silva Lima
132	João Cordeiro	265	Virgílio Climaco Damásio
133	João da Mata Machado	266	Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro

“Homens de letras”

1	Adolfo Ferreira dos Santos Caminha	45	Joaquim de Souza Andrade
2	Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior	46	Joaquim Francisco de Assis Brasil
3	Afonso Henriques de Lima Barreto	47	Joaquim Maria Machado de Assis
4	Afrânio Coutinho	48	Joaquim Osório Duque Estrada
5	Alberto de Oliveira	49	José Alexandre Teixeira de Melo
6	Alcides Castilho Maia	50	José Carlos do Patrocínio
7	Alcindo Guanabara	51	José Felix Alves Pacheco
8	Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay	52	José Isidoro Martins Junior
9	Aluisio Azevedo	53	José Joaquim de Medeiros e Albuquerque
10	Antônio Augusto de Lima	54	José Júlio da Silva Ramos

11	Antonio Ferreira Viana	55	José Lopes da Silva Trovão
12	Antônio Valentim da Costa Magalhães	56	José Maria da Silva Paranhos Junior
13	Antônio Vicente da Fontoura Xavier	57	José Pereira da Graça Aranha
14	Apeles José Gomes Porto-Alegre	58	José Veríssimo Dias de Matos
15	Apolinário José Gomes Porto-Alegre	59	Juvenal Galeano
16	Aquiles José Gomes Porto-Alegre	60	Lafayette Rodrigues Pereira
17	Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo	61	Lindolfo Rocha
18	Artur Orlando da Silva	62	Lúcio de Mendonça
19	Carlos Augusto Ferreira	63	Luis Caetano Guimarães Junior
20	Carlos Magalhães de Azevedo	64	Luis Delfino dos Santos
21	Carlos Maximiliano Pimenta de Laet	65	Luis Edmundo de Melo Pereira da Costa
22	Clovis Bevilacqua	66	Luis Morton Barreto Murat
23	Domício da Gama	67	Luis Pereira Barreto
24	Domingos Olimpio Braga Cavalcanti	68	Manuel de Oliveira Lima
25	Eduardo Paulo da Silva Prado	69	Manuel Ferreira Garcia Redondo
26	Eduardo Pires Ramos	70	Mario Veloso Paranhos Pederneiras
27	Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior	71	Miguel Lemos
28	Francisco Augusto Pereira da Costa	72	Múcio Scevola Lopes Teixeira
29	Francisco de Castro	73	Olavo Bilac
30	Francisco de Paula Ney	74	Quintino Antônio Ferreira de Souza Bocaiuva
31	Francisco Felinto de Almeida	75	Raimundo da Mota de Azevedo Correa
32	Francisco Xavier da Cunha	76	Raimundo de Farias Brito
33	Francisco Xavier Ferreira Marques	77	Raimundo Nina Rodrigues
34	Franklin Américo de Menezes Dória	78	Raimundo Teixeira Mendes
35	Gumercindo de Araujo Bessa	79	Rodrigo Otávio Langaard Menezes
36	Henrique Maximiano Coelho Neto	80	Rui Barbosa
37	Herculano Marcos Inglês de Souza	81	Salvador de Mendonça
38	João Alberto Sales	82	Sebastião Cícero Guimarães Passos
39	João Barbosa Rodrigues	83	Silvério Gomes Pimenta
40	João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes	84	Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero
41	João da Cruz e Souza	85	Tristão de Alencar Araripe Junior
42	João Manuel Pereira da Silva	86	Urbano Duarte de Oliveira
43	João Paulo Emílio dos Santos Perreira Barreto	87	Urbano Santos Costa Araújo
44	Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo	88	Virgílio dos Reis Varzea

Professores de ensino superior

1	Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior	58	Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello
2	Agostinho José de Souza Lima	59	João Adolfo Josetti
3	Albino Rodrigues de Alvarenga	60	João Candido de Albuquerque Mello e Matos
4	Alvaro Caminha Tavares da Silva	61	João Carlos Teixeira Brandão

5	Américo Brasiliense de Almeida Mello	62	João Carneiro de Souza Bandeira
6	André Antônio de Pádua Fleury	63	João da Costa Lima e Castro
7	Antônio Amâncio Pereira de Carvalho	64	João Evangelista de Sayão Bulhões
8	Antônio Augusto de Azevedo Sodré	65	João Ignacio Ramalho
9	Antônio de Campos Toledo	66	João Joaquim Pizarro
10	Antônio Dino da Costa Bueno	67	João Manoel Carlos de Gusmão
11	Antônio Januário Pinto Ferraz	68	João Martins Teixeira
12	Artur Fernandes Campos da Paz	69	João Mendes de Almeida Junior
13	Augusto Brant Paes Leme	70	João Paulo de Carvalho
14	Augusto Cesar de Miranda Azevedo	71	João Pedro Belfort Vieira
15	Augusto de Souza Brandão	72	João Pereira Monteiro
16	Augusto Ferreira dos Santos	73	João Pizarro Gabizo
17	Augusto Olimpio Gomes de Castro	74	Joaquim Abilio Borges
18	Aureliano de Souza Oliveira Coutinho	75	Joaquim de Almeida Leite Moraes
19	Benedito Cordeiro de Campos Valadares	76	Joaquim José Vieira de Carvalho
20	Benjamin Antonio da Rocha Faria	77	José Antônio Pedreira Magalhães de Castro
21	Brasílio Augusto Machado de Oliveira	78	José Benício de Abreu
22	Brasílio Rodrigues dos Santos	79	José da Silva Costa
23	Cândido Barata Ribeiro	80	José Hygino Duarte Pereira
24	Candido Mendes de Almeida	81	José Hygino Duarte Pereira
25	Carlos Antonio da França Carvalho	82	José Luiz de Almeida Nogueira
26	Carlos Leôncio da Silva Carvalho	83	José Maria Teixeira
27	Carlos Rodrigues de Vasconcellos	84	José Rubino de Oliveira
28	Carlos Wallau	85	José Valois de Castro
29	Christiano Felipe Fischer	86	Leandro de Chaves e Melo Ratisbona
30	Cípriano de Souza Freitas	87	Luiz Carlos Froes da Cruz
31	Dioclécio Sertório Pereira	88	Luiz da Costa Chaves Faria
32	Diogo Fernandes Alvares Fortuna	89	Luiz da Cunha Feijó Filho
33	Diogo Martins Ferraz	90	Manoel Clementino de Oliveira Escorel
34	Domingos de Almeida Martins Costa	91	Manoel Pedro Villaboim
35	Domingos de Gois e Vasconcelos	92	Manuel Gonçalves Carneiro
36	Domingos José Freire Junior	93	Manuel Nascimento Machado Portella
37	Eduardo Chapot-Prevost	94	Marcos Bezerra Cavalcanti
38	Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca	95	Nuno Ferreira de Andrade
39	Eduardo Teixeira de Carvalho Durão	96	Olimpio Olinto de Oliveira
40	Érico Marinho da Gama Coelho	97	Olympio Giffenig Von Niemayer
41	Ernesto de Freitas Crissiuma	98	Oscar Adolfo de Bulhões Ribeiro
42	Ernesto do Nascimento e Silva	99	Pedro Augusto Carneiro Lessa
43	Ernesto Moura	100	Pedro Leão Veloso Filho
44	Fausto de Aguiar Cardoso	101	Pedro Severiano de Magalhães
45	Felisberto Jose Pereira da Silva	102	Protásio Alves
46	Fernando Mendes de Almeida	103	Sebastião Leão
47	Francisco de Castro	104	Serapião Mariante
48	Francisco de Paula Dias de Castro	105	Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero

49	Francisco Simões Correia	106	Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero
50	Franciso Rangel Pestana	107	Sizenando Barreto Nabuco de Araujo
51	Frederico Augusto Borges	108	Tarquínio Braulio de Souza Amaranto
52	Frederico José Cardoso de Araújo Abraches	109	Theodoreto Carlos de Farias Souto
53	Gabriel José Rodrigues de Rezende	110	Tristão de Oliveira Torres
54	Henrique Ladislau de Souza Lopes	111	Uadislau Herculano de Freitas
55	Hilário Soares de Gouvêa	112	Ubaldo do Amaral Fontoura
56	Inocência Serzedelo Correia	113	Vicente Mamede de Freitas
57	Jacinto Luiz Gomes	114	Vitor de Britto